



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII SUP. A AO Nº 1, TERÇA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2018

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

1.1.1 – Subcomissão Especial sobre Doenças Raras

Ata da 1ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2017.	5
Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2017.	8
Ata da 3ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2017.	44
Ata da 4ª Reunião, realizada em 5 de dezembro de 2017.	75

1.2 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

1.2.1 – Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2017.	105
Ata da 2ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2017.	118
Ata da 3ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2017.	120
Ata da 4ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2017.	183
Ata da 5ª Reunião, realizada em 25 de setembro de 2017.	255
Ata da 6ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2017.	328
Ata da 7ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2017.	378
Ata da 8ª Reunião, realizada em 27 de outubro de 2017.	437
Ata da 9ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2017.	439
Ata da 10ª Reunião, realizada em 20 de novembro de 2017.	565
Ata da 11ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2017.	640
Ata da 12ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2017.	715

1.3 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF



Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2017 (republicação).	805
--	-----





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência Eventual da Senadora Maria do Carmo Alves, reúne-se a Subcomissão Especial sobre Doenças Raras com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Ana Amélia, Ângela Portela, Cidinho Santos, Dário Berger, Vicentinho Alves, Paulo Rocha, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp e Ataídes Oliveira. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição da Presidência e Vice-Presidência**, atendendo ao requerimento RAS 120/2017, de autoria do Senador Waldemir Moka. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição da Presidência e Vice-Presidência da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras. **Resultado:** Instalada a Subcomissão Especial sobre Doenças Raras. Foram eleitos, por aclamação, os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. Usam da Palavra e Senadora Maria do Carmo Alves o Senador Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Maria do Carmo Alves

Presidente Eventual da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/30>



A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Subcomissão e à eleição de sua Presidência e Vice-Presidência.

Consulto os senhores membros sobre a composição das chapas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. *(Pausa.)*

Registro a seguinte chapa: para Presidente, Senador Waldemir Moka; e, Vice-Presidente, Senador Dalirio Beber.

Tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordarem queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleitos, por aclamação, para a Presidência e Vice-Presidência desta Subcomissão Especial sobre Doenças Raras, os Senadores Waldemir Moka, Presidente, e Dalirio Beber, Vice-Presidente.

Convido o Presidente para assumir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero, inicialmente, pedir desculpas, pois o Senador Otto Alencar não pode comparecer hoje à reunião. Ele é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e eu sou o 1º Vice-Presidente. Então, na condição de 1º Vice-Presidente, eu tive que presidir a Comissão, mas, graças a Deus, eu cheguei a tempo ainda, com a ajuda da Senadora Maria do Carmo, no sentido de que a gente pudesse fazer – e ela já fez – a instalação da Subcomissão.

Eu começo dizendo que foi indicado, como Vice-Presidente, o Senador Dalirio Beber. E sobre o Relator nós ainda vamos conversar entre nós, para que a gente possa colocar o Senador Relator. Eu havia feito um convite, ainda que informal, à Senadora Ana Amélia, mas ela ainda está refletindo; ela está sobrecarregada, e eu entendo isso. De qualquer forma, ainda hoje, dentro os membros titulares, nós vamos, evidentemente que eu vou consultá-los e colocar um Relator que possa realmente, ao cabo desse trabalho, fazer um relatório conciso e que possa ajudar.

Então, a Subcomissão está instalada. O Vice-Presidente é o Senador Dalirio Beber, e falta ainda a indicação do Relator, que ainda hoje será formalizada. Eu não sei se é preciso que tenha de ser necessariamente em uma reunião. *(Pausa.)*

Não precisa.

Então quero consultá-los, primeiro, por sugestão da Presidente, que gostaria que esta Subcomissão se chamasse CASRARAS, quer dizer: CAS é o nome da nossa Comissão, e raras são os tipos das doenças. Eu confesso que achei inteligente da parte da Presidente, porque veicula as duas coisas.

Em segundo lugar, eu queria pedir a permissão para que a gente já pudesse marcar uma reunião. É compromisso da Subcomissão. Consultaríamos e faríamos esse trabalho em conjunto com representantes das entidades ligadas às doenças raras. Então, eu queria consultá-los, porque pretendo marcar na terça-feira da semana que vem, para dar tempo...

(Intervenção fora do microfone.)

Na outra terça, dia 12, poderia ser? Eu estou mantendo – é um compromisso meu – todas aquelas pessoas que aqui estiveram informadas. Então, no dia 12, sem ser a segunda que vem, a próxima, faríamos uma reunião inicialmente aqui no plenário da nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Uma das coisas que vejo, Senadora, é que cada entidade procura resolver – e é natural a angústia – de forma isolada o problema daquela doença rara. E, na maioria das vezes, isso tem avançado. Eu tenho comigo, se o Plenário e as entidades concordarem, que a primeira atitude é compor uma subcomissão não que vá impedir o trabalho independente de cada entidade, mas que, nas causas maiores, pudesse estar junto no sentido de que a mobilização seja mais forte. É nesse sentido.



Há entidades que tiveram um avanço maior, que já conseguiram a importação do remédio, e o remédio já está à disposição do SUS – há dificuldades, falta de abastecimento, então, o remédio nem sempre está disponível – mas há entidades de doenças raras que não conseguiram ainda nem a importação do remédio.

Então, nós trataríamos junto com as entidades e elegeríamos três ou quatro prioridades pelas quais esta Subcomissão vai lutar. Prioridades. E acho que a primeira, se os senhores me permitirem... Nós aqui sabemos que tudo passa pela questão orçamentária. Então, que nós pudéssemos... Nós temos que entender que o problema vem desde o Ministério da Saúde, de recursos. Tenho certeza que o Ministro não deixa faltar ou não assina uma liminar porque é cruel ou porque quer... É porque não tem recurso. Então, acho que a grande ajuda seria, no orçamento ainda deste ano, garantir um recurso extra ao Ministério da Saúde para, por exemplo, atender a essa parte da medicação chamada medicação de alto custo.

Mas isso tudo é só para dar um exemplo, porque nós vamos discutir junto com as entidades e junto também com o Desembargador Antônio Prudente, se não me falha a memória, que é Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aqui em Brasília, que foi e será de grande ajuda, com seu conhecimento e com seu posicionamento já demonstrado aqui.

Quero, então, na condição de Presidente, deixar já marcada reunião para terça-feira. Vamos decidir o horário em conjunto.

Na parte da tarde? Acho mais fácil para todo mundo.

Consulta: 3h da tarde?

Senadora Ana Amélia, tudo bem?

Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – A nossa assessoria está sugerindo 14h por causa do nosso plenário, da nossa sessão, que começa às 16h. Então, 14h, está bem?

Fica marcada para terça-feira, dia 12, a primeira reunião da Subcomissão, agora oficialmente chamada de CASRARAS, juntamente com os representantes das entidades das doenças raras. Então, está instalada e está encerrada a instalação desta Subcomissão.

(Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e sete minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Waldemir Moka, reúne-se a Subcomissão Especial sobre Doenças Raras com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Ana Amélia, Ronaldo Caiado, Cidinho Santos, Armando Monteiro, Dário Berger, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Paulo Paim, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e José Pimentel. O Presidente, Senador Waldemir Moka, registra a presença da Deputada Federal Mara Gabrilli. Passa-se à apreciação da pauta: **Discussão do Plano de Trabalho. Finalidade:** Discussão do Plano de Trabalho da Subcomissão com a presença dos seguintes expositores: - Carlos Eduardo Barbosa Paz, Defensor Público-Geral Federal; - Fernando Machado, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática – SAS/MS, acompanhado das técnicas Carla Daher e Márcia Gianetti; - Aline Silveira, Analista Técnica de Políticas Sociais do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias – DGITS/SCTIE/MS, acompanhada do técnico Daniel Zanetti; - Daniela Marreco Cerqueira, Gerente-Geral de Avaliação de Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; - Maria Cecília Martiniano de Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves – AFAG; - Antoine Daher, Presidente da Casa Hunter – Associação Brasileira dos Portadores da Doença de Hunter e outras Doenças Raras; - Maria Clara Migowski Pinto, Presidente da Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM; - Regina Próspero, Presidente do Instituto Vidas Raras; - Gustavo San Martin, Presidente da Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose – AME; - Maria José Delgado Fagundes, Diretora de Inovação e Responsabilidade Social da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma. Justificam ausência a Senhora Teresinha Cardoso, Médica Geneticista e Sua Excelência o Senhor Antonio Souza Prudente, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Resultado:** Reunião realizada. É aprovado, extrapauta, o Requerimento nº 1, de 2017-CASRARAS, de iniciativa da Presidência desta Subcomissão, Senador Waldemir Moka, que solicita a realização da 3ª Reunião da CASRARAS no dia 31 de outubro de 2017. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Cidinho Santos e a Deputada Federal Mara Gabrilli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Waldemir Moka

Presidente da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Eu só quero... Alguém pode achar estranho falar em segunda reunião, é que a primeira é a primeira reunião de instalação da Comissão. Foi necessária uma primeira reunião para instalar os Senadores que fariam parte, para que se elegeisse um Presidente. E cabe ao Presidente indicar o relator da Subcomissão, é prerrogativa do Presidente a indicação do relator. Apenas para esclarecer aos participantes por que isso, por que essa pessoa, por que aquilo. Então, estou dizendo: a primeira reunião foi instalação e fui eleito Presidente da Subcomissão. E indiquei para relator desta Subcomissão o meu colega médico Ronaldo Caiado. Então, o Ronaldo Caiado é e eu peço que o Ronaldo faça parte da Mesa como Relator. Dalirio Beber é o Vice-Presidente da nossa Subcomissão.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada essa ata que instalou a Subcomissão.

Eu estou falando assim, porque eu quero tratar esta reunião como se a reunião fosse dos Senadores que fazem parte da Subcomissão, mas que os senhores se sintam também à vontade. Vou tentar explicar, ao mesmo tempo, como é o funcionamento da Subcomissão. Está certo?

A presente reunião destina-se à discussão de um plano de trabalho desta Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, Doenças Raras. Este é o objetivo: traçar um plano de trabalho; na verdade, eu quero chamar de prioridades, porque um plano de trabalho seria muito extenso e já havíamos discutido na reunião anterior que deveríamos ter, primeiro, algumas prioridades para que essas prioridades servissem para juntar todas as entidades que representam as doenças raras e, logo em seguida, tratar de outros assuntos que também merecem ser tratados.

Bem, eu quero dizer que isto é o que eu penso, necessariamente não é o que vocês pensam. Eu tenho comigo, primeiro, que as entidades trabalham e trabalham muito, mas trabalham isoladamente, e isoladamente que eu digo é assim: cada um defende aquele paciente de determinada doença – algumas associações não, há mais outras doenças raras envolvidas também. Mas eu penso, primeiro, que, como prioridade, temos que criar nesta Subcomissão uma mobilização em que todas as entidades fossem importantes, porque você tem entidade que já conseguiu a importação do remédio, já conseguiu da Anvisa que ela liberasse a comercialização e estão brigando para que o Ministério da Saúde coloque esse remédio à disposição do SUS. Essa é uma vertente. Nós temos entidades que ainda estão brigando pela importação do remédio, não conseguiram nem a importação. Temos entidades que conseguiram a importação, que a Anvisa reconhece que se colocasse a comercialização, mas não conseguiram ainda que o remédio fosse colocado na rede do SUS.

Aí, eu diria a todos que a prioridade nossa aqui – cada entidade continua brigando independentemente –, da Subcomissão, é não deixar faltar o remédio que já está disponível pelo SUS. Essa é uma prioridade, conseguir recurso para que isso não aconteça. De que forma? Mobilizados. Aí, mesmo que você já tenha o remédio no SUS e tal, você tem que nos ajudar na mobilização.

A ideia é, no próximo orçamento, independentemente do orçamento do Ministério da Saúde, criar uma rubrica ou "rúbrica", como querem alguns, específica para ter um recurso alocado para esses remédios especificamente para doenças raras. Aí você criaria... Há o orçamento do Ministério da Saúde e, dentro do orçamento, fazendo parte do orçamento, mas sem tirar dinheiro do Ministério da Saúde, alguma coisa a mais, senão vamos chegar antipatizados pelo Ministério da Saúde. Está bem, vamos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

tirar daqui R\$2 milhões. De onde? E vamos criar uma antipatia quanto aos outros pacientes que também dependem de medicamentos do SUS. Não temos que misturar, nós precisamos brigar por uma coisa diferente. Essa seria a segunda prioridade: a mobilização desse grupo de todas as entidades.

Eu recebi algumas reclamações de entidades que não foram convidadas e achavam que deveriam estar presentes. Eu disse o seguinte, primeiro, a entidade pode fazer parte, sentar aqui e discutir abertamente, só que eu não tenho como montar uma subcomissão com todas as entidades. São 8 mil doenças raras. Não há jeito! Então, tenho de pegar realmente um grupo que seja o mais representativo para ajudar esta subcomissão. É claro que vocês podem formar um grupo de trabalho, uma cadeia de comunicação e colocar todo mundo a par do que está acontecendo. Todas as entidades são bem-vindas à Comissão, podem dar sugestão. Nós vamos acatar como se estivesse fazendo parte. É apenas uma forma de representar. Eu não quero chegar junto ao Ministro só com os dez Senadores; eu quero chegar junto ao Ministro com dez Senadores e, se possível, também com dez representantes de doenças raras. Esse é o meu pensamento. Então, essa seria uma das prioridades.

A terceira prioridade, que mais diz respeito ao Senado, é criarmos uma legislação permanente específica sobre doenças raras. Há projeto tramitando aqui, cujo Relator era o Senador Garibaldi Alves, que devolveu o projeto para a Comissão, para que o Senador Ronaldo Caiado fosse, daqui para frente, o Relator, uma vez que vai apresentar, no final do trabalho, um relatório que pretende firmar o que vamos chamar de políticas públicas específicas para doenças raras.

Essas são as três prioridades que eu alavanquei. Agora, quero abrir o debate primeiro com os Senadores aqui presentes. E depois, quero que a pessoa que estiver aqui se apresente e fale também qual entidade estará representando. Está certo? Então, começo pela Senadora Ana Amélia, para dizer se concorda com o que estamos propondo como prioridade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho que isso torna mais efetivo, rápido e prático, e os resultados serão mais objetivos no relatório do Senador Ronaldo Caiado. Então, está em ótimas mãos, porque é um médico. E essa questão precisa muito de conhecimento científico e de questões políticas, legislativas e eventualmente tributárias, como refere o Senador Dalirio Beber. Então, o conjunto desses temas na composição da prioridade dará certo.

Do ponto de vista institucional, Senador Moka, penso que seja importante, quando formos levar essa demanda ao Ministério competente, o apoio institucional e político das instituições que representam os pacientes portadores de doenças raras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Dalirio Beber, nosso Vice-Presidente.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente Moka pela feliz ideia de solicitar... Apresentou requerimento para a criação desta Subcomissão, que tem essa importante tarefa não de substituir todos aqueles que até então vêm lutando no sentido de sensibilizar o Governo para que os portadores de doenças raras possam ter o tratamento adequado. A Comissão não tem essa pretensão de substituir, mas tem, sim, a pretensão de se colocar à disposição para somar, para ouvir, e aí, sim, através da relatoria do nosso médico, Senador Caiado, podermos sintetizar e levar ao Governo alternativas que venham a abreviar o quanto antes esse atendimento que hoje exige que cada uma das famílias ou os próprios pacientes portadores de doenças raras se mobilizem sozinhos, sem o apoio – no caso aqui – do Senado Federal.

Então, todos estamos imbuídos do mesmo sentimento, do mesmo propósito de fazer acontecer aquilo que é desejo de todos aqueles que estão angustiados, tanto pacientes portadores de doenças





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

raras quanto seus familiares, e a própria sociedade como um todo, que tem também responsabilidade, porque vivemos todos nesse grande condomínio. Afinal de contas, esses que são portadores de doenças raras são condôminos como nós.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

Primeiramente, cumprimento o Senador Moka pela iniciativa do requerimento. Com certeza eu, principalmente, porque não sou da área médica – o senhor e o Senador Caiado são dessa área da medicina –, mas nós temos aqui, tanto eu como a Senadora Ana Amélia e a Senadora Maria do Carmo, a sensibilidade social de entendermos, Senador Dalirio, do dia a dia que a gente vive no interior do Brasil, principalmente nos nossos Estados e cidades, as dificuldades.

A gente, às vezes, não entende quando encontra uma pessoa, como já aconteceu comigo, encontra uma mãe de família que está desesperada com seu filho, à procura de um medicamento, como aconteceu agora, recentemente, nesse caso da Atrofia Muscular Espinhal (AME), para a qual há um remédio americano aprovado, e para o tratamento aqui no Brasil a importação custava R\$3 milhões. Isso se torna, para o Governo, muito difícil, porque há vários casos semelhantes.

No meu caso, quando eu procurei o Ministério da Saúde, alguém do Ministério falou: "Você sabe quantos casos desses há no Brasil? São 100 a 200 casos, o que custaria muito caro para o Governo." Aí, explicar para uma mãe desesperada pelo seu um filho que esse dinheiro é muito caro e não dá para reverter a saúde do filho dela é muito difícil, porque para uma mãe ou para um pai, o filho não tem preço! É impagável.

Então, a iniciativa de termos esta Comissão para discutir esse plano de trabalho – como o senhor acabou de colocar – e a questão orçamentária, a questão tributária, a aprovação mais rápida desses medicamentos... Nesse caso do Spinraza, nós fizemos um trabalho... Também outros Parlamentares e a sociedade como um todo fizeram um trabalho muito forte junto à Anvisa, que aprovou, em tempo curto, a utilização desse medicamento aqui no Brasil, o que vai diminuir bastante o custo e trazer esperança para alguns pais de família que têm filhos nessa situação.

Esta Comissão teve boa iniciativa e oportunidade de discutir um caso, porque como se diz são doenças raras, mas para a pessoa que está passando por tal dificuldade, isso é tudo. E a visão desta Comissão de procurar alternativas para solucionar ou ajudar a minimizar o sofrimento dessas famílias é de fundamental importância.

Então, estou feliz por fazer parte desta Comissão e me coloco à disposição para ajudar naquilo que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado, Senador Cidinho Santos.

Senadora Maria do Carmo, eu gostaria de ouvi-la.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Senador Moka, acho muito importante esta Comissão, porque na Presidência há um médico e na relatoria há também outro médico. Eu não sou médica, sou advogada, mas venho de uma família de médicos. São extremamente importantes para o Senado as deliberações propostas por V. Exª na nossa reunião de almoço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado.

Eu quero ler o nome dos que participaram da audiência passada. Honrou-nos com sua presença aqui o Desembargador Antônio Prudente. Eu o convidei para fazer parte da Subcomissão. Ele mandou para a Comissão o seguinte ofício, que eu quero ler, até para justificar a ausência do Desembargador aqui.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Honrado com o convite de V. Ex^a para participar da reunião designada para o dia 12 de setembro do corrente ano, às 14h, no Plenário 9 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, visando prosseguir nas discussões do plano de trabalho de combate às doenças raras, comunico-lhe que me encontro impossibilitado de continuar integrando esta respeitável Subcomissão, tendo em vista que fui eleito pela Corte Especial Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1^a Região para atuar junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, cujos trabalhos se iniciam no dia 12 do mês corrente, havendo assim incompatibilidade de horário, sobretudo com o acúmulo de atribuições que me foram destinadas em nosso Tribunal Regional Federal da 1^a Região, para presidir as Colendas 5^a Turma Ampliada e 3^a Seção, e integrar as Cortes Especiais Administrativa e Judicial do mesmo Tribunal.

Neste contexto, lamentando não encontrar espaço temporal para integrar tão relevante trabalho da Subcomissão Especial neste Congresso Nacional, para aprovação do projeto de lei visando à implementação de relevante política pública no combate a doenças raras, com vistas ao comando constitucional do direito fundamental à saúde, Constituição Federal, art. 196, agradeço penhoradamente o honroso convite de V. Ex^a para as finalidades aqui explicadas.

Cordialmente, Desembargador Federal Souza Prudente.

Então, essa é a explicação do Desembargador.

Eu gostaria de fazer aqui a chamada das pessoas que foram relacionadas, não por mim. Vocês se lembram de que eu deixei a cargo de vocês mesmos a escolha dos representantes. Vamos deixar claro isso, porque há gente aí fora achando que fui eu que escolhi os representantes, e não foi. Os representantes foram escolhidos por vocês. Então, quero deixar isso claro, lembrando que são bem-vindos aqueles que, embora não tenham sido convidados, queiram participar, não oficialmente, mas aqui no plenário, podendo dar sugestão. Enfim, quero deixar isso claro. Eu vou ler a relação das pessoas.

Eu vou pedir, porque são várias pessoas, que haja objetividade na fala, porque senão haverá muita demora e teremos, às 16h, a sessão do plenário aqui do Senado. Por isso nós começamos, em vez de 14h30, às 14h. Está certo? Vou pedir objetividade. Não vou limitar tempo, mas espero objetividade na fala de cada um dos expositores.

Aqui o primeiro é o Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz. Ele é Defensor Público-Geral Federal. Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ – Boa tarde, senhoras e senhores!

Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, gostaria de saudar também o Senador Dalirio Beber, Vice-Presidente, S. Ex^a o Relator, Senador Ronaldo Caiado, bem como os Senadores e Senadoras aqui presentes – Senadora Ana Amélia, Senadora Maria do Carmo, Senador Cidinho Santos –, senhoras e senhores representantes de entidades, associações, servidores, enfim, cidadãos.

Eu tentarei ser breve no tempo que V. Ex^a sugeriu, Senador, para que possamos ouvir todos os outros. Eu gostaria, inicialmente, de apresentar minhas escusas pela ausência na primeira reunião, que foi presidida pelo Senador Ronaldo Caiado, como Vice-Presidente da CAS, em razão de agenda na Defensoria Pública Geral da União. Mas, certamente, não houve prejuízo, pelo nível dos debates e





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

apresentações a que pude assistir depois pela TV Senado, que foram deveras esclarecedores e contextualizaram bem o tema que aqui se coloca.

Eu penso que a metodologia que está sendo aplicada por V. Ex^a na condução da Subcomissão tem tudo para funcionar, haja vista que está sendo democraticamente colocado o espaço para aqueles que pretendem discutir esse tema, que é muito complexo. E a Defensoria Pública da União aparece aqui não só como um apoio ao debate de um tema tão relevante das associações, organizações e da sociedade civil organizada, mas também, Srs. Senadores, em nome daqueles que não se organizam, porque há graus de vulnerabilidade de cidadãos que sequer conseguem se aproximar das associações e das entidades. Aproximam-se, sim, de forma episódica, da Defensoria Pública por todo o País, quer no âmbito federal, quer no âmbito estadual. Então, dessa forma, tenham aqui, na Defensoria Pública da União, esse aglutinador de representações daqueles que não conseguiram, com tanta qualidade, se organizar em associações de que já temos conhecimento por algumas caminhadas nessa matéria. Eu gostaria de dizer que temos a plena compreensão do quão complexa é essa realidade, por quantos interesses legítimos passa esse ponto, especialmente porque temos de um lado o sofrimento, a vida das pessoas especialmente.

A Defensoria Pública da União, em meados do ano de 2016, pôde realizar uma audiência pública situada na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em que discutimos – eu especialmente – com associações e com a sociedade em geral a problemática, Senador Moka, que está pendente de resolução pelo Supremo Tribunal Federal. Falo especialmente de três recursos extraordinários que lá estão, depois dou mais detalhes: mas de um que trata justamente dos registros de medicamentos na Anvisa; outro que fala dos medicamentos de alto custo; e um terceiro que fala justamente da solidariedade dos entes governamentais na matriz de responsabilidade da saúde.

Em dois deles especificamente, no da Anvisa e no de medicamento de alto custo, nós tivemos a oportunidade de sustentar naquela tribuna, para justamente colocar algumas preocupações que V. Ex^a traz aqui ao debate, como, por exemplo, um orçamento específico para o custeio de determinados tratamentos e medicamentos. Naquela oportunidade, disse o seguinte aos Srs. Ministros: "Nós vemos aportes [Senador Caiado e Senador Beber], nós vemos aportes episódicos em outras áreas." E o Executivo, através do Ministério da Saúde, diz o seguinte: "Não é possível se controlar um orçamento, quando, no final de um ano, se apura a quantidade de recurso devido à judicialização." Isso é colocado como um argumento de gestão; nós, que estamos gestores, entendemos isso. Mas a forma que eu entendo devida de se tratar o tema é como estamos fazendo aqui. É preventivamente, em um orçamento discutido e debatido, ter esta previsão. Porque se vê orçamento para determinadas obras, orçamento para determinadas áreas, e essa questão da saúde fica sempre nesta questão: "Ah!, mas é um orçamento com que a gente não estava contando, isso desaloca outras programações do Ministério." Tudo legitimamente colocado. Então, acho que o caminho é esse que estamos tendo aqui.

Eu gostaria de dizer também que esses processos já dormitam no STF há algum tempo. Um deles, inclusive, está completando neste mês dez anos de distribuição naquele Tribunal. E já temos conversado com os gabinetes para que haja uma resolução. Até então, o julgamento está suspenso por vista do Ministro Moraes, até porque sucedera, por herança, o saudoso Ministro Teori, que houvera pedido vista desse procedimento quando já havia o terceiro voto colocado naquela Casa.

Eu gostaria de dizer também que tive oportunidade de ouvir e discutir um pouco com instâncias do Ministério da Saúde, como o Conitec, por exemplo, como a própria Anvisa, no Congresso Ibero-Americano de Doenças Raras, que se deu também no final do ano passado, aqui em Brasília, salvo engano, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Pudemos colocar, Srs. Senadores, essas





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

preocupações e desfazer uma certa ideia de que a judicialização é um mal em si. Eu gostaria só de reposicionar um pouco essa fala. Primeiro que a Defensoria Pública não tem como fetiche uma judicialização; o que nós temos é uma realidade posta, na presença dos Defensores, que são procurados por cidadãos que têm direito a uma assistência jurídica integral e gratuita, e que já passaram por todos os estágios de tentativa de conseguir o seu tratamento ou o seu medicamento.

Então, quando ouvimos uma judicialização, tenho certeza de que por trás daquela ação procedimental já se tentou muita coisa, Senador Cidinho. Tanto é que já temos hoje acontecendo, em várias unidades das defensorias, um programa chamado SUS Mediado, por meio do qual, antes da propositura de qualquer tipo de ação nesse sentido, se busca extrajudicialmente, na esfera administrativa, a solução daquela dificuldade, daquele imbróglcio com o secretário de saúde, com procurador do Estado, do Município, com procuradores da União e com, obviamente, o defensor público que está à frente do caso.

Então, nessas iniciativas se mostra especialmente o que realmente é necessário para aquele paciente. Às vezes, não é remédio; às vezes, não é tratamento; às vezes, é uma macropolítica de incentivo à importação de algum alimento; às vezes, é uma macropolítica que facilite o acesso a determinados produtos. Então, tem que se ter muita sensibilidade em entender essa complexidade e buscar realmente o que é necessário para cada paciente naquela situação.

Já me encaminhando para o final, para não tomar o tempo de ouvirmos outras palavras necessárias. A Defensoria, Senador Moka, tem estruturas próprias para tratar essas questões, que são, por exemplo, os grupos de trabalho em saúde e também as defensorias de direitos humanos, que estão à disposição. Gostaria de agradecer o honroso convite para integrar esta Subcomissão. Não sei se a agenda me permitirá estar aqui sempre. Mas já fica o compromisso de, se eu não estiver, enviar sempre um colega que esteja – vamos dizer assim – próximo ao tema para contribuição nos debates. Mas me sinto extremamente honrado em ter sido convidados por V. Ex^a e lembrado pelas ações aqui como membro da Defensoria Pública da União circunstancialmente na gestão da sua condução.

Eu concluo entendendo aqui que vida e saúde são, sobretudo, direitos humanos e, como tais, merecem atenção da Defensoria, claro; do Judiciário; do Executivo, através do Ministério da Saúde, e principalmente do Legislativo. Por que principalmente? Porque é nesta Casa que ecoam os desejos, os interesses legítimos e as pretensões dos cidadãos brasileiros. Eu penso que com esta Subcomissão, que foi criada naquele dia muito feliz da realização da primeira reunião, cumpre o Legislativo, com louvor, o seu papel neste relevante debate. E, claro, não posso deixar de colocar a Defensoria Pública da União à disposição do cidadão brasileiro, daquele que necessita buscar a sua pretensão envolvendo saúde, mas também desta douda Casa – tanto o Congresso Nacional, Câmara e Senado – para discussões relevantes e com dados no que toca à prestação de assistência jurídica integral e gratuita na área de saúde.

É assim que se manifesta a Defensoria Pública da União, agradecendo a paciência de todos e agradecendo à Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradecendo ao Dr. Carlos Eduardo Barbosa, eu quero corrigir um lapso aqui que é imperdoável: eu não dei a palavra para o Relator. *(Risos.)*

É uma falha; é a convivência. Estamos sempre juntos, acredito que seja por isso, porque nunca me aconteceu antes.

Com a palavra o nosso Relator, que, na verdade, vai ouvir todo mundo e, no final, vai elaborar um parecer que será discutido e votado por esta Subcomissão.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bem, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a distinção que me foi dada para poder ser o Relator de um tema tão complexo quanto este. É um desafio enorme.

Nós sabemos das nossas limitações do ponto de vista legislativo, mas, independentemente disso, nós temos aí o Presidente da Comissão, nosso colega Waldemir Moka, que é extremamente determinado, como todos aqueles Senadores que aqui estão: como a Senadora Ana Amélia, Maria do Carmo, Cidinho e o nosso amigo e Vice-Presidente, Dalirio Beber. Coube a mim essa função de poder chegar a pontos de convergência. Se nós temos hoje uma abrangência tão ampla de doenças raras catalogadas, cada uma tem a sua especificidade, mas nós precisamos partir de parâmetros que sejam capazes de atender ao número delas com as nossas ações, as nossas atitudes.

É muito comum também as pessoas, ao receberem essa notícia, ficarem – e é lógico, com todo e qualquer pai ou mãe – extremamente chocadas diante do quadro e sem reação ou sem saber a quem realmente recorrer ou quem procurar. Existe um processo quase de pânico diante de uma incapacidade do pai, da mãe ou dos familiares diante daquele diagnóstico que lhes é dado.

Acredito que um dos pontos de todas essas entidades hoje – departamentos, como associações – que vocês criaram no Brasil é que nós devemos dar também um espaço de rádio e televisão para que vocês possam, com a experiência que têm, pelo menos passar algumas informações àquelas pessoas que são recém-diagnosticadas, onde pelo menos ter um contato. Isso cria na pessoa um certo conforto, saber que ela não é a única que está acometida com esse problema. Provavelmente, todos vocês, os senhores que estão aqui, passaram por isso quando tiveram pessoas nas suas famílias com os problemas das doenças raras.

Segundo ponto, em relação à pesquisa. Nós, como médicos que somos, mais do que nunca, acreditamos e fomentamos a pesquisa para que possamos dar a essas crianças ou a esses recém-natos, sem a menor perspectiva de uma sobrevida com qualidade, uma condição de ter uma interrupção da doença ou senão a estabilização da doença e que essas sequelas não sejam progressivas, como são. Ora, isso traz um custo altíssimo, esse é o grande desafio do momento.

A conversa que nós estávamos tendo em relação a isso, desde a última reunião – e é uma preocupação de todos os membros desta Comissão –, é de que nós precisamos analisar quais são os incentivos que podem ser dados em contrapartida a essas empresas que obtiveram essa patente. Qual é uma contrapartida que pode ser dada? Qual é um fomento que pode ser dado? É um primeiro passo, é um primeiro passo para dizer: "Olha, nós podemos talvez lhe complementar em outras áreas também em que vocês possam ter algum produto comercializado."

Ora, nós podemos criar uma situação e sensibilizar o Governo para isentar esses medicamentos quando é diagnosticada também a sua eficiência. Nós temos que ter aí uma estrutura também de médicos, pesquisadores e cientistas para poderem também avaliar se o medicamento que está sendo sugerido tem um resultado concreto. Porque para um pai e para uma mãe, ao ouvir que existe em qualquer lugar do mundo uma expectativa de cura ou de estabilização da doença, é ilimitado o esforço que ele vai depreender para poder ter acesso àquele tratamento. Então, precisamos de ter também esse outro viés, precisamos de dar um balizamento também para que possamos avaliar quais são os resultados concretos diante daquela patologia específica de que nós estamos tratando.

Conversávamos sobre os exames que são exames hoje obrigatórios quando uma criança nasce. Qual é a central que nós temos no País hoje capaz de ter as informações de todas essas crianças que mostram, que já diagnosticamos ou que pelo menos têm a predisposição de evoluir para uma doença mais grave? Zero. Esse é um ponto que vocês vão poder construir e será algo que pode ser também





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

um grande inibidor de um avanço de muitas patologias que nós já temos como tratar com melhor qualidade para não chegar a um quadro de deformidade irreversível depois, próximo à adolescência. Enfim, são vários os pontos que nós queremos sugerir. Não há uma medida única capaz de contemplar todos os casos de uma hora para outra. Agora, dentro da relatoria, o que quero deixar claro aos meus pares, como também a todos os senhores e senhoras, é que possamos, dentro daquilo que é prerrogativa do Poder Legislativo, junto com a ação mobilizadora de todos vocês que assumiram essa luta durante anos e anos, fazer uma somatória de esforços não só no texto, mas, como colocou o Presidente, em uma luta orçamentária, em uma dotação específica, em uma busca dessas áreas de pesquisa em outros países, e mesmo no Brasil, que esteja desenvolvendo soluções juntamente com a área pública do serviço no País. Enfim, tudo isso acho que podemos fazer para minimizar. Nós, aqui, mais do que nunca, respeitamos a ciência, respeitamos a pesquisa, sabemos o que é o esforço e o custo para se chegar a resultados, mas temos também o compromisso com a vida. Essa é uma realidade, é a nossa profissão. Então, temos, mais do que nunca, de buscar alternativas para que as pessoas possam ter uma sobrevida com dignidade e, no que for possível, acesso a cada uma delas.

Os parâmetros que vamos definir em um relatório serão especificamente tratando de 8 mil casos ou de 8 mil patologias diferentes, enquadradas dentro do rol de doenças raras, ou serão aquelas que deverão, pelo menos, ser as principais para que possamos atender o maior número de casos, divulgando e dando comunicado a todas as pessoas.

A comunicação, principalmente na nossa área da saúde, é fundamental. Vemos, às vezes, alguns programas do Drauzio Varella, no Fantástico, em que muitas pessoas ficam mais aliviadas. Ou seja: veem um médico qualificado, estudioso da matéria, que mostra quais são os fatos, como chegamos àquele tratamento e quais são os limites terapêuticos que existem para aquela doença. Isso é fundamental.

Acho que um ponto de convergência dentro da Comissão é que o Ministério da Saúde, que tem o poder de convocar rede de rádio e televisão, possa também dar palavra a cada um de vocês, que vão falar diretamente com milhões de brasileiros, identificando aqueles casos e dando o testemunho de cada uma das mães ou dos pais diante daquele diagnóstico e dando um ponto de contato, para que as pessoas ali tenham um apoio psicológico e, a partir dali, uma orientação de tratamento.

Somos médicos e sabemos que hoje, cada vez mais, nos especializamos em áreas. Nenhum médico hoje consegue ser uma pessoa qualificada para tratar todas essas doenças raras, cada uma com suas peculiaridades. Isso vai demandar também uma orientação acerca dos serviços no País, públicos e até privados, que estão à disposição para fornecer orientação e tratamento. Isso é fundamental para todos nós. Então, na área do câncer, por exemplo, como eu comentava com meus pares, o avanço das pesquisas hoje no Hospital de Barretos é algo que deve ser reconhecido e aplaudido. Ou seja: hoje os protocolos são muito mais direcionados, com maior capacidade de diagnosticar e de prevenir com muito mais celeridade. Então, acerca dessas outras patologias, já podemos acumular o que já existe em outros países ao que já temos aqui, divulgando e, ao mesmo tempo, concentrando em algumas regiões, já que, em uma extensão territorial como a do Brasil, não é possível termos um ponto em cada lugar, capaz de dar um atendimento qualificado a essas pessoas.

Portanto, o tratamento de doenças raras deverá, além de tudo, contar com um centro coordenador, que possa ter noção de todos aqueles que estão catalogados e de como podem ser acompanhados: se é um acompanhamento de internação, se é um acompanhamento domiciliar, se é





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

um acompanhamento que exige um tratamento cirúrgico, se existe realmente uma droga nova capaz de atendê-lo. É nisso que inicialmente pensamos quando da elaboração de um projeto.

Agora estamos aqui para ouvi-los, para que cada um traga sua opinião. A judicialização é uma prerrogativa de todo cidadão, ninguém pode impedir que a pessoa caminhe para a judicialização. O que queremos é que, cada vez mais, a área da saúde possa atender as pessoas sem que elas precisem desse mecanismo. Aí, sim, que faça parte daquilo que é o rol de tratamentos propostos pelo SUS, mas com algo capaz de dar não só celeridade, mas organização a esse setor.

Vejo que isso é fundamental. Temos dezenas ou centenas de associações, institutos, organizações, cada uma tratando de uma área ou, muitas vezes, tratando das mesmas áreas. Esse assunto deve provocar, nesta Comissão, também o compromisso de uma convergência no sentido de que tenhamos um núcleo central capaz de fazer a identificação dessas pessoas, desde a orientação de um programa de saúde da família até o momento em que a criança nasce e tem os primeiros exames no berçário. A partir daí, uma sequência lógica de tratamento.

Sabemos que o nosso grande desafio é a parte orçamentária. Junto com isso, devemos saber o que propor do ponto de vista de retribuir a essas estruturas empresárias que hoje conseguem desenvolver ou atingir esse grau na pesquisa com medicamentos ou drogas capazes de serem inibidores ou até mesmo – retroagir não é possível diante da lesão geneticamente determinada – capazes de estancar a evolução desse processo. No câncer, sim. E que seja dado, pelo menos, algum incentivo por parte do Governo a essas empresas que tenham essas patentes. E que façamos também aquilo que acredito que seja mais fácil para nós: que esses medicamentos sejam totalmente isentos no momento da sua importação, para que esse atendimento seja dado a essas pessoas portadoras da doença.

Então, é com esse objetivo – finalizando, Presidente – que digo que estarei aberto a ouvir todos os convidados, as sugestões que virão, sabedores de que precisamos tratar aqui, em um projeto de lei, de um tema importante como esse, visando dar também o máximo de atendimento ao maior número de pessoas que são acometidas por essas doenças, que, segundo vocês nos trouxeram na última reunião, chegam a 13 milhões de brasileiros. Então, vemos que não é uma coisa tão rara assim, diante desse volume de casos de que já temos conhecimento.

Coloco-me à disposição e tomo a liberdade de pedir ao nosso Vice-Presidente, Dr. Dalirio Beber, que, em alguns momentos, me substitua na relatoria, em decorrência de alguns votos que tenho que dar, sendo Líder do meu Partido, em sessões que estão ocorrendo paralelamente a esta audiência.

No mais, muito obrigado. Quero atender e cumprir aquilo que seja o sentimento de todos nós que estamos imbuídos do mesmo objetivo. Muito obrigado pelo tempo, muito obrigado pelo cargo que me foi confirmado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado, Senador Relator Ronaldo Caiado. A minha assessoria me deu uma relação em que coloca, em primeiro lugar, o pessoal mais ligado ao setor público. Vou fazer aqui de forma diferente: vou chamar um representante de entidade e um representante do setor público. Mas, antes, vou conceder a palavra... Chamo a nossa primeira expositora, a Dr^a Terezinha Cardoso, que é médica geneticista.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Não está aqui?

Então, D. Maria Cecília Martiniano de Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos dos Portadores de Doenças Graves.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARIA CECÍLIA MARTINIANO DE OLIVEIRA – Eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui, de parabenizar esta Subcomissão, todos os Senadores, todas as associações aqui presentes, ao público em geral, membros do Governo, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Eu gostaria de mostrar que estamos muito contentes com esta Subcomissão.

Acho que, neste momento, realmente temos que tratar de alguns pontos muito específicos, que seriam fundamentais para visualizarmos toda a situação e a problemática.

Concordo plenamente com as palavras do Dr. Carlos Eduardo, com as palavras do Dr. Moka, do Dr. Caiado, acho que realmente são pontos fundamentais de que temos que tratar. Atuamos, há mais de 12 anos, junto a pacientes de doenças graves e de doenças raras. Muitas doenças raras não são graves, mas aqui estamos tratando daquelas situações realmente debilitantes, que têm uma afetação genética realmente devastadora e que precisam de cuidados especiais.

Há alguns pontos que são decisivos para que se discuta um trabalho: são os entraves colocados para esses pacientes, entraves que realmente desestruturam não só a vida desse paciente, mas de toda a família. Quais seriam esses pontos no meu entender? Começa desde o início, pelo diagnóstico tardio. Então, vamos ter que lutar para que esses diagnósticos se deem de forma mais acelerada. Por quê? O diagnóstico tardio ocasiona, muitas vezes, isto: a partir do momento em que se tem uma situação, não se consegue ter a reversão, e essa situação acaba originando incapacidades terríveis na vida dessa pessoa. Então, temos que lutar por esses diagnósticos, que hoje, no Brasil, são infelizmente feitos de forma muito tardia.

A partir desse diagnóstico, o que tem que ser visto? Obviamente, muitos pacientes não têm um tratamento medicamentoso específico, mas precisam de atendimento multidisciplinar, interdisciplinar. Eles precisam ter acesso a essa rede de cuidados, e que isso não fique só no papel. Então, a gente precisa estruturar uma maneira de isso chegar a esses pacientes de forma mais rápida. Muitas vezes, precisam de fonoaudiologia, fisioterapia, cirurgias, cuidados, às vezes, até de alimentação, que precisam ser passados para o paciente e para a família, cuidados que podem ajudar a minimizar a situação desse paciente.

Quando falo de diagnóstico tardio, que realmente acontece no Brasil...

Vou fazer agora um paralelo com situações que podem acontecer e dificultar ainda mais o acesso desses pacientes a um tratamento específico. O que me preocupa – talvez precisássemos nos debruçar mais sobre isso – é que existem algumas consultas públicas para incorporação de alguns tratamentos. E, quando você lê uma consulta pública, pensa: "É para a incorporação de um tratamento, então, vou concordar." Mas nós nos esquecemos de ler as entrelinhas, na verdade, ler integralmente. E verificamos que o tratamento será disponibilizado desde que o diagnóstico seja feito em até 12 meses de idade do paciente. Meu Deus, ali você vai eliminar uma série de pessoas que teriam direito a ter chance a um tratamento, mas que, por uma falha estrutural de um diagnóstico – realmente, isso é uma falha geral – não vai ter direito ao tratamento.

Portanto, a gente precisa ter um envolvimento maior com as situações dessas consultas públicas – acho que isso é muito importante – para verificar os requisitos, para que não tirem, não extirpem o direito dessas pessoas a um tratamento. Isso é algo que, muitas vezes, passa despercebido quando um paciente, uma pessoa leiga vai optar, vai opinar em uma consulta pública. Muitas vezes, aquele voto está tirando o direito de, talvez, 70% dos pacientes, aqueles que infelizmente tiveram um diagnóstico tardio não por culpa dele, mas por uma culpa estrutural.

Acho que esse é um ponto extremamente importante. Por isso é que falo que o diagnóstico tardio traz consequências ali na frente, de depois haver uma incorporação que tenha como requisito





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

um diagnóstico até 12 meses, quando a própria estrutura é incapaz de fornecer esse diagnóstico. Então, acho que esse é um ponto de muita relevância de que temos que tratar.

Outro ponto seria a rede organizada para atendimento desses pacientes, atendimento multidisciplinar, que é importantíssimo. Nem todos eles têm acesso a um tratamento medicamentoso. Aliás, apenas de 3% a 5% dos pacientes com doenças raras têm disponível, no mundo, algum tratamento medicamentoso. E, quando há – e eu acho que esse seria outro ponto também muito importante –, verifica-se que há uma demora excessiva. Nós temos, aí, exemplos concretos de medicamentos para mucopolissacaridose tipo I, que foi registrado na Anvisa em 2015 e que recebeu outros registros nos principais órgãos regulatórios do mundo – FDA, EMA, Nice –, mas sobre o qual, somente agora, depois de mais de 12 anos, está havendo uma consulta pública e ele vai ser incorporado. Mas 12 anos para um paciente com uma doença genética devastadora, se ele não tivesse... E muitos faleceram nesse caminho de 12 anos.

Então, essa demora desde a aprovação até a incorporação, infelizmente, é o que origina muitos casos judiciais, até porque esses pacientes só teriam acesso aos tratamentos judicialmente – e isso para o uso de um medicamento com mais de 12 anos de registro na Anvisa. E, agora, saiu a consulta pública, depois de 12 anos!

Então, são exemplos do que, talvez, a gente precisasse ter como prioridades. Talvez, ter uma equiparação com os órgãos regulatórios de fora do Brasil, saber como ali foi registrado ou, talvez, ter um *fast track* aqui mais efetivo e falando-se assim: "Bom; se passou na EMA, na Europa toda, se passou nos Estados Unidos, quais foram os requisitos?" Será que nós não poderíamos criar mecanismos aqui para incorporar isso e trazer esse registro de uma forma mais rápida? E, após esse registro, estabelecer um prazo para a incorporação?

Essa incorporação, hoje, no Brasil, infelizmente, em muitos casos, se dá por custo-efetividade. Em doenças raras isso é impossível! Talvez fosse um diálogo mais próximo da possibilidade se a gente pudesse falar nas isenções de impostos. Aí, sim; eu acredito que, reduzindo-se valores, a gente consegue, com multicritérios para essa incorporação, não só custo-efetividade em doenças raras, mas a gente teria uma incorporação mais rápida. Aí, nós evitaríamos a judicialização desses casos.

O que eu penso é que uma consulta pública que já coloca como um entrave que o paciente tenha de ter o diagnóstico até 12 meses... E os outros pacientes vão fazer o quê? Vão desistir das suas vidas ou continuar lutando por elas de outra forma?

Então, a gente tem que, talvez, usar esses mecanismos para, realmente, criar um acesso igualitário. É o que eu digo: o paciente não quer travar, além de toda a batalha por um diagnóstico, por todo um tratamento, uma batalha judicial sem saber se vai ganhar ou não. Ele quer o seu direito ao tratamento. E eu acho que esses pontos são fundamentais para que isso, realmente, seja construído de uma forma que tenha algo vindouro, que a gente consiga colher bons frutos, e não que haja falhas nessas estruturas e que não dê para se implementar ou que não seja efetivo para o paciente.

Outra situação muito bem colocada pelo Dr. Caiado: é impossível, hoje, um médico ser especialista em 8 mil doenças raras. É humanamente impossível. Então, talvez, essa troca de informações e respeito aos médicos que atendem os pacientes, ouvir os médicos que atendem, porque, em doenças raras, nós estamos falando que 80% são doenças genéticas, e nós temos no Brasil pouco mais de 200 geneticistas que, efetivamente, atendem esses pacientes. Então, eu acho que tem que ter uma disseminação do conhecimento, e transferência do conhecimento e, principalmente, ouvir esses médicos. Isso é importantíssimo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu tentei resumir aqui alguns pontos que acho que são importantes para a gente iniciar um trabalho. Não são só esses obviamente. Eu acho que a incorporação dos tratamentos tem que se dar de forma mais célere no Brasil para evitar inúmeros danos para os pacientes, inúmeros óbitos, como está acontecendo.

Outro ponto que acho extremamente importante, só para finalizar, infelizmente, são os acessos que estão se dando judicialmente a muitos pacientes e o não cumprimento dessas decisões. Novamente, nós temos agora dezenas – talvez centenas – de pacientes ficando sem a continuidade dos seus tratamentos. Não é o caso, mas estou aqui com várias cartas de pacientes suplicando: pelo amor de Deus, não interrompam o meu tratamento. Eles são interrompidos. Há pacientes que já, infelizmente, morreram; outros enfartaram; pacientes com trombose. Em muitos tratamentos para doenças raras, é pior quando você interrompe do que se você não inicia. Você tem uma regressão muito grande. Então, é outra súplica que estou trazendo aqui em nome de centenas de pacientes: pela manutenção dos seus tratamentos. Isso é algo que a gente tem que conversar aqui. Eu acho que são decisões que têm que ser respeitadas, e, infelizmente, novamente, não estão sendo respeitadas. E já há pacientes sem poder fazer esse tratamento há mais de um mês.

Gostaria de agradecer. Nós vamos ter mais reuniões, mas acho que aqui eu coloquei alguns pontos que entendo que são necessários para esse início de trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quero agradecer à Srª Maria Cecília Martiniano.

Eu só vou pedir o seguinte: vocês vão falar hoje aqui, mas – o Relator é o Senador Ronaldo Caiado – é muito importante que, além da fala, vocês coloquem no papel as principais coisas que vocês queiram. O que vamos poder fazer de tudo o que você falou? Algumas coisas, para se tornarem realidade, precisam se tornar lei. E, para se tornar lei, elas vão ter que fazer parte desse relatório que tem que ser aprovado. Então, é aquilo que eu falei. Eu fui a quatro, cinco audiências públicas de doenças raras. Falava, falava, falava, reclamava e tal, e não acontecia absolutamente nada. Daí a ideia de uma subcomissão. É claro que não estou dizendo que vai acontecer, mas, pelo menos, para a gente fazer alguma coisa de concreto. Não pode a audiência pública... O que a senhora falou é importante a gente ouvir, mas ninguém vai guardar isso tudo. Então, as coisas mais importantes precisam ser colocadas no papel e chegar à Comissão – está aqui a Patrícia, o pessoal aqui – como contribuição. É claro que o Ronaldo vai ler isso tudo. E muita coisa do que vocês disserem aqui e, principalmente, do que vocês escreverem como importante ele pode aproveitar em seu relatório.

A SRª MARIA CECÍLIA MARTINIANO DE OLIVEIRA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu só estou colocando isso como alguém que está aqui há muito tempo. Fala-se, a gente gostaria de guardar tudo, mas é impossível.

A SRª MARIA CECÍLIA MARTINIANO DE OLIVEIRA – Só uma sugestão: eu acredito que a gente poderia inclusive dar um prazo a todos os participantes, para que encaminhem, em forma de sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Não, nós temos bastante prazo. Eu vou dizer uma coisa para vocês: eu não tenho pressa de apresentar. Eu tenho tempo até o final da Legislatura. Então não vamos ter pressa. Vamos fazer isso bem feito. Eu pretendo... Inclusive contava com o Desembargador, mas não pôde vir aqui, mas eu pretendo ter também ajuda do Judiciário em como resolver essa questão da judicialização de uma maneira mais prática, mais simples, mais sensata. E isso tudo, nós vamos fazer. Mas eu sou um tipo determinado. Pode contar com isso.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARIA CECÍLIA MARTINIANO DE OLIVEIRA – Muito obrigada. Quando eu falei de prazo, é só para colocar os itens, os pontos de que a gente está falando nesta reunião, para que não se esqueçam, não é?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – É, eu digo que em um mês a senhora consegue colocar isso tudo, não consegue? Então. Eu acho que é um prazo razoável, só para a gente estipular um prazo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu gostaria só de fazer um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Como não?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vamos ser realistas aqui. Sabemos as limitações que nós temos em termos do texto de uma lei. E vamos entender a nossa realidade hoje, o dia a dia, porque há vários colegas meus aqui também.

O maior percentual hoje de óbitos no Brasil é de sequela de diabetes. É uma coisa tão fácil de diagnosticar. Qualquer agente de saúde hoje diagnostica. Quarenta e dois por cento dos óbitos de: AVC, cegueira, insuficiência renal crônica, infarto, isquemia de membros, lesões vasculares graves, trombose, tudo em decorrência de diabetes. Num levantamento feito no Hospital das Clínicas de São Paulo, de mil internados, 420 são por diabetes. A *causa mortis* vai ser outra coisa. Então veja bem, uma coisa que é primária, diagnosticar o diabetes, nós não temos centro de controle.

Então eu queria propor também certo desafio aqui a essas entidades todas que estão aqui presentes. Eu gostaria que vocês sugerissem também o que vocês, juntas, podem propor, para que a gente possa iniciar também um centro de controle, feito por vocês também, para assessorar e dar um primeiro passo a esse movimento em apoio a essas pessoas com doenças raras.

Agora há pouco eu cheguei de Barretos, e meu colega dizia: "Num raio de 100km de Barretos, não há um caso de câncer que não seja diagnosticado na fase 1, e todos são curados." E no entanto, no resto do Brasil, você já chega com metástase ou em fase avançada. Agora, existiu um sentimento na região de poder fazer com que aquelas pessoas fossem avaliadas anualmente.

O que essa disposição nossa poderia fazer, junto aos programas de saúde da família, com dados mínimos, que talvez pudesse também identificar e facilitar o diagnóstico? Vamos cobrar da estrutura do Estado, mas o que nós podemos fazer, pela experiência que nós temos? Porque nós sabemos que, no momento em que a sociedade se organiza, ela é capaz de apresentar resultados concretos.

Então é isso, esse é um desafio também. É aquela coisa: o que é que nós também podemos fazer por eles?

Essa tese de que nós temos sempre o Estado tendo que fazer, é obrigação do Estado, é norma constitucional; mas se nós estamos assistindo hoje as pessoas morrerem das doenças as mais primárias em termos de diagnóstico, imagine a carência que há hoje para se diagnosticar e poder colocar essas crianças dentro de um controle capaz de ser levado adiante ou de pelo menos haver alguém que lute por elas.

Então, essas entidades que vocês construíram deveriam também ter uma convergência, para que todos pudessem criar centros regionais para orientar uma política pública para a identificação desses diagnósticos.

Me desculpem os colegas, mas as mães e os pais hoje, muitas vezes, conseguem diagnosticar uma criança que tem a mesma doença, às vezes, de forma muito mais ágil do que o próprio colega médico. Eu não estou dizendo isso para comprometer a nossa classe, não, é porque existem





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

peculiaridades em cada uma dessas patologias, e a variedade é enorme. E mesmo entre os geneticistas, há muitos que não conhecem patologias que existem porque é uma matéria complexa.

Então, eu acho que nós precisamos de ter esse envolvimento maior. Além da lei, além da norma legal, eu acho que nós poderíamos produzir aqui aquilo que tanto se produz no mundo todo, que é exatamente essas entidades se aglutinando, montando uma central, sendo inicialmente em tal região, depois tentando, criando outras estruturas no restante do Brasil, com o apoio do Congresso, com o apoio do Ministério da Saúde, com o apoio da classe médica, dos pesquisadores, enfim, no dia a dia dos cidadãos.

Eu acho que é o momento. É aquilo que o Moka falou: nada mais frustrante do que a gente fazer reunião aqui, fica só na audiência pública e depois não tem consequência prática nenhuma para o cidadão doente. Então, o que pode sair desta audiência pública, sair do papel e ser realmente positivo para o paciente que lá está?

Tratamento de doença de Down, quantos já se aglutinaram e hoje já fazem uma fisioterapia, já têm uma fonoaudióloga, já têm uma maneira de se incorporar ao trabalho? Então você nota que existem tantas outras que já estão avançando nisso, e muito mais paralelamente ao Estado do que o próprio Estado. Então, nós temos aqui, para vocês, que sustentar orçamentariamente, impor regras na Anvisa, impor celeridade no SUS, para que absorva isso.

Agora, nós precisamos também de não deixar ocorrer o que a Srª Maria Cecília colocou. Por exemplo, eu sou cirurgião de coluna, e chega lá uma criança que já tem uma deformidade, uma cifose ou escoliose de tórax, que não tem nem como respirar mais, e ainda tem uma ausência de musculatura. Como é que se vai fazer? Como você vai operar uma criança dessa numa fase avançada, em que o risco cirúrgico é de quase 100%? Então veja, se ela fosse tratada desde o início, tivesse um colete, tivesse uma orientação, ela não estaria naquela condição. Tudo isso depende também do diagnóstico precoce.

E nessas coisas, nós temos que entender que, além do Estado, nós temos a nossa responsabilidade em poder disseminar isso junto à população e buscar cada vez mais a nossa participação no processo.

Desculpe ter avançado no tema, mas eu vou ter que dar uma presença aqui do lado, porque senão não há como continuar uma reunião. Peço ao meu colega Dalirio Beber para me substituir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Obrigado, Ronaldo.

Está aqui a Drª Daniela Marreco Cerqueira, Gerente-Geral de Avaliação de Produtos Biológicos da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa). Vamos ouvi-la.

A SRª DANIELA MARRECO CERQUEIRA – Boa tarde. Agradeço, em nome da Anvisa ao convite para participar desta Subcomissão. Hoje estou representando o Dr. Fernando, Diretor de Autorização e Registro Sanitário, que esteve presente aqui na última reunião deste grupo.

Em relação ao que foi exposto, acho que as prioridades são bastante relevantes para a gente conseguir, no final das contas, o que é o interesse, que é o acesso da população aos medicamentos para doenças raras e, no que cabe à Anvisa, a agência está bastante sensível a esse tema. Algumas medidas já foram adotadas para que a gente possa dar maior celeridade ao processo não só de registro de medicamentos para doenças raras, mas também de pesquisa clínica e certificação de boas práticas de fabricação.

Foi publicada uma consulta pública referente a uma norma que estabelece um procedimento especial para anuência em pesquisa clínica, concessão de certificado de boas práticas de fabricação, e registro de novos medicamentos para tratamento, diagnóstico e prevenção de doenças raras. Então,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

essa norma já passou pelo período de contribuições em consulta pública. A agência recebeu quase 200 contribuições, sendo contribuições de associações de pacientes, de empresas e de outros profissionais de saúde também. No momento, a gente está avaliando essas contribuições para o quanto antes conseguirmos chegar numa minuta final de norma para publicação, e a gente acredita que, com essa norma, o prazo para registro de medicamentos para doenças raras vai ser significativamente reduzido.

Foi falado aqui pela Dr^a Maria Cecília com relação ao reconhecimento de registro de outras agências, e um ponto importante que essa norma traz é que as empresas vão ter um prazo de 60 dias para pedir o registro na Anvisa, após a solicitação de registro em outra agência. Com isso, o Brasil vai conseguir registrar esses medicamentos no mesmo prazo que o adotado por outras agências internacionais. O reconhecimento de registro já é um tema mais complicado, que envolve a autonomia da agência, mas, com relação ao prazo, sim, a gente acredita que essa nova norma vai possibilitar um registro muito mais célere.

Com relação, por exemplo, ao registro do Spinraza, mesmo sendo um medicamento registrado na ausência dessa norma de específica para doenças raras, o prazo da Anvisa para registro foi de 118 dias, sendo que, desses 118 dias, 35 dias foi o prazo da empresa para cumprimento das exigências. Então, o tempo da Anvisa para análise total do dossiê bastante extenso apresentado foi de 85 dias, o que é um prazo bem inferior ao praticado por outras agências, como a agência europeia e a agência norte-americana para registro de medicamentos.

Além disso, também foi submetida à consulta pública uma norma para priorização de análise de registro e pós-registro de medicamentos que também pretende considerar doenças raras para conceder priorização de análise em alguns casos, porque a gente sabe que são medicamentos essenciais que não podem faltar à população não só na etapa do registro, mas também em etapas de alterações pós-registro. Quando a empresa necessita alterar, por exemplo, um local de fabricação ou um processo produtivo desses medicamentos para que ele possa permanecer no mercado, a agência tem de dar uma resposta muito célere para que o medicamento não tenha a sua comercialização interrompida. Essa norma de priorização também vai possibilitar que outras etapas após o registro do medicamento sejam tratadas de forma muito mais célere pela agência.

Outro ponto importante que eu gostaria de mencionar e que também foi tratado aqui brevemente é sobre os estudos clínicos. É muito importante que o Brasil possa fomentar a condução de estudos clínicos, aqui em Território Nacional, para que a população possa ter acesso a esses produtos não só após o registro, mas já desde a fase de desenvolvimento clínico.

A participação nesses estudos já é uma forma de acesso ao medicamento e também, no momento em que o Brasil participa das pesquisas clínicas, o registro do medicamento é mais célere, porque a gente acompanha esse desenvolvimento desde o início. O fomento à condução de pesquisa clínica no Brasil também é essencial nesse campo de medicamentos para doenças raras.

Também é importante eu citar aqui, principalmente no que tange ao acesso a esses medicamentos para doenças raras, não só o papel essencial que eu sei que a Anvisa tem para a gente conceder esse registro, mas também o setor regulado, as empresas que solicitam os registros têm um papel muito importante em cumprir com as exigências feitas pela agência no prazo mais breve possível para que o registro possa ser finalizado. E, após a concessão do registro, que esses medicamentos sejam disponibilizados no mercado, porque, muitas vezes, a gente observa que os registros são concedidos e as empresas não pedem preço ou não trazem o medicamento para o mercado nacional porque, muitas vezes, não é financeiramente vantajoso ou financeiramente





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

compensador trazer esse medicamento para o Brasil pelo número de pacientes que seriam tratados com aquele produto. Então, acaba que, mesmo tendo registro na agência, o medicamento não é comercializado no mercado nacional e ele acaba sendo adquirido por judicialização diretamente do fabricante internacional, que acaba também elevando o preço para a obtenção desses medicamentos.

Então, tem de haver um trabalho, talvez no que foi falado aqui, sobre o incentivo para que as empresas que tenham o registro desses medicamentos para doenças raras tenham também alguns incentivos para colocar esses produtos no mercado e manter a comercialização desses produtos, que, no final das contas, é o que vai garantir o acesso da população, além da incorporação, que acho que vai ser depois mencionada pelo representante do Ministério da Saúde.

É isso. A Anvisa está à disposição para acompanhar o desenvolvimento e o registro desses medicamentos por meio de reuniões específicas com as áreas da Anvisa. A gente atende sempre que solicitado. O doenças raras é uma prioridade na agência, e a gente quer que esses medicamentos sejam disponibilizados à população com os prazos que são os prazos necessários.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu agradeço à Drª Daniela Marreco Cerqueira, Gerente-Geral.

Na verdade, Drª Daniela, eu só vou fazer o seguinte comentário: eu presidi essa comissão, e o Senador José Serra apresentou um projeto que exatamente acelerou isso. Por isso que eu digo... Foi de uma audiência pública que nasceu... Eu era o presidente da comissão e tenho como norma isto, a audiência pública tem de terminar com um encaminhamento. Aí, o Serra apresentou, e nós definimos prazos específicos para que isso fosse acelerado, mesmo compreendendo o número mínimo de funcionários que tem a Anvisa, que tem se tornado uma grande parceira desta Comissão. Não que a gente não tenha críticas, mas a verdade é que tudo que eles podem fazer para atender eles fazem. E esse encurtamento do prazo foi muito importante.

Seguindo o critério que eu tracei, eu chamo agora o Dr. Fernando Machado... Ah! Não. Foi da Anvisa, agora eu vou chamar alguém que represente as entidades. Se eu falar errado, me corrija: Antoine Daher, Presidente da Casa Hunter (Associação Brasileira dos Portadores da Doença de Hunter e Outras Doenças Raras).

V. Sª tem a palavra.

O SR. ANTOINE DAHER – Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Presidente, gostaria de lhe agradecer e agradecer a todos os Senadores presentes, representantes do Ministério da Saúde, da Anvisa, das associações de pacientes. Realmente, isso é um marco, eu acredito, para as doenças raras, porque, pela primeira vez, debate-se e discute-se no mesmo lugar, junto com todos os interessados, qual o caminho e a solução para a comunidade de raras, de uma maneira transparente e produtiva.

Para não falar por muito tempo, acredito que temos de ir direto ao assunto. Temos vários desafios, só que, quando a gente fala de alto custo, isso é muito relativo em dois aspectos: primeiro, de 8 mil doenças raras, a maioria delas não precisa de medicamento de alto custo para serem tratadas, já que nós temos 3% somente dessas doenças com tratamento medicamentoso; para o resto, não existe nada. Mas podemos melhorar a qualidade de vida desses pacientes através da implementação da política que já existe, a política de raras da 199, de 2014, que falou muito bem, colocou muito bem como seria o atendimento para esses pacientes. Ela criou um modelo de atendimento específico para esses pacientes através de habilitação de centros de referência, onde teremos vários profissionais de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

qualidade que conseguem fazer o diagnóstico bem cedo e, além disso, oferecer um atendimento multidisciplinar e interdisciplinar a esses pacientes com qualidade.

Então, nós temos de apoiar essa política e ver como implementá-la de uma maneira mais rápida e eficaz. Eu acho que esse é um caminho superimportante.

Além disso, 30% dos pacientes com doenças raras morrem antes dos cinco anos de idade, e não morrem de repente; eles morrem depois que passam por várias cirurgias, sem diagnóstico, com várias internações. E quem está pagando isso é o SUS. Se a gente fala de alto custo, nós temos de ver também como podemos economizar. Para economizar, nós temos de ampliar o teste do pezinho para fazer o diagnóstico para os recém-nascidos para várias doenças raras, especialmente para aquelas que têm tratamento.

Nessa ampliação do teste, nós podemos prever aquela doença e evitar muitas internações. Aí o custo vai diminuir do outro lado.

Além disso, sabe-se que, para a maioria das doenças lisossômicas, existe transplante de medula, que pode ser feito antes dos dois anos de idade e que é a cura. Então, isso também vai gerar economia para o Estado.

Fora esse trabalho, com a ampliação e implementação da política de raras, nós podemos trabalhar para colocar o aconselhamento genético como obrigação também. Com o aconselhamento genético, eu acho que, se fizermos de uma maneira bem correta, bem decisiva, nós podemos acabar com a maioria das doenças lisossômicas em 30 anos, porque hoje, nós, associação de pacientes, temos, na mesma família, dois, três pacientes acometidos com a mesma doença porque não houve aconselhamento genético. Então, volto a falar isto: a implementação da política de raras é superimportante.

Alto custo de novo. Pesquisa clínica, como a Dra Daniela falou, é o mais importante. Nós temos que enfrentar. Não é somente trazer pesquisa clínica de fora para dentro. Nós temos capacidade de fazer protocolos aqui, dentro do Brasil, de criar também medicamentos, de fazer também transferência de tecnologia. É isso que o Governo pode também incentivar para economizar bastante. A própria Casa Hunter trabalha com terapia gênica, que é cura de doenças lisossômicas. Então, nós podemos, juntos, fazer algo brasileiro. Não é trazer a tecnologia de fora, porque nós temos a capacidade, nós temos profissionais que podem trazer a cura também dentro do Brasil ou trazer tratamentos mais eficazes ou na mesma qualidade, também com custo mais baixo.

Referente ao medicamento de alto custo, além de incentivos fiscais, que podem também trazer redução do custo, acho que transferência de tecnologia pode fazer isso, a negociação direta com a indústria pode. Hoje, todo mundo sabe que não é tão difícil. Há dez anos era, as drogas eram órfãs, hoje não são mais totalmente órfãs, hoje existe muita concorrência, para um mesmo tratamento existem vários medicamentos. Aquelas que eram chamadas de órfãs, 70%, 80% delas deixaram de ser órfãs. Então, cabe ao Governo, à indústria farmacêutica discutir de maneira mais ampla e mais transparente como podemos reduzir o custo, porque senão vamos chegar ao ponto em que o Ministério da Saúde vai entrar em colapso. Como vai arcar com todas essas doenças? Os medicamentos custam todos acima de 1 milhão por ano. Então, isso também é de responsabilidade da sociedade civil, é nossa responsabilidade trabalhar junto com o Ministério da Saúde, junto com a indústria, com a Anvisa, para poder pressionar para trazer mais alternativas para o Brasil. Temos hoje em torno de 30 pesquisas clínicas no Brasil para os erros inatos do metabolismo, enquanto temos, lá fora, mais de 540 pesquisas clínicas de novos medicamentos, de novos tratamentos. Acho que o Brasil poderia abrir mais e termos mais tratamentos em prol dos pacientes.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Referente também à diminuição de custo, acho que, com a implementação da política de raras, nós podemos diagnosticar mais, tratar de uma forma mais eficaz esses pacientes. E não podemos esquecer de falar da inclusão social. Isso também faz parte. Aquele paciente que está internado direto não consegue trabalhar, não consegue fazer nada, e isso está gerando um custo altíssimo para o SUS, enquanto que, se bem tratado, ele pode trabalhar também e ser produtivo para a sociedade. Então, essa inclusão social é superimportante também e deve ser considerada. Pode-se negociar, nesse contexto inteiro, falando de alto custo também, a inclusão social, que é importante para a sociedade.

Então, eu agradeço mais uma vez essa iniciativa. Acho que temos, daqui para a frente, muito trabalho a ser feito, mas eu quis colocar realmente o aconselhamento genético, a ampliação do teste do pezinho, como iniciativa importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Antoine, eu tenho o prazer de dizer que eu fui, como Deputado Estadual, o autor do primeiro teste de pezinho. Eu sou do Estado de Mato Grosso do Sul. Era para fazer diagnóstico de apenas duas doenças. Se diagnosticadas precocemente, evitar-se-ia seu prosseguimento.

O SR. ANTOINE DAHER – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Hoje, o teste do pezinho consegue fazer o diagnóstico de mais de 20 doenças – um teste.

O SR. ANTOINE DAHER – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, nenhuma criança hoje deveria sair da maternidade sem fazer o teste do pezinho.

Pesquisa clínica: eu, a Senadora Ana Amélia e Walter Pinheiro travamos uma guerra para aprovar aqui pesquisa clínica. Foi uma guerra!

O SR. ANTOINE DAHER – Imagino.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Uma loucura, isso! Colocaram tanto empecilho, dificultam tanto a pesquisa clínica no Brasil que quem podia fazer a pesquisa clínica aqui acaba buscando outros países.

Eu só estou dizendo para vocês que as coisas às vezes parecem fáceis, mas aqui... Por isso peço a ajuda de vocês. Nós vamos, podem ter certeza, travar uma batalha dura. Nós não precisamos ser grossos, ofensivos, nada; nós temos que ser firmes naquilo que nos propomos a fazer. Isso, eu garanto que nós vamos ser.

Eu vou chamar agora o Dr. Fernando Machado, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática (SAS), do Ministério da Saúde, acompanhado das técnicas Carla Daher e Márcia Gianetti.

Dr. Fernando com a palavra.

O SR. FERNANDO MACHADO DE ARAÚJO – Boa tarde a todos! Boa tarde, Senador Waldemir Moka e Senadores presentes. Agradecemos o convite para participar desta reunião de trabalho sobre doenças raras.

Quero dizer que eu, pessoalmente, assim como o Ministério da Saúde, sinto-me contemplado em várias falas. Então, não me vou delongar.

Essa política foi lançada recentemente pelo Ministério da Saúde. A Portaria 199, de 2014, especificamente, foi lançada justamente para tentar colocar na integralidade o tratamento dessas pessoas que nascem com doenças raras, que já têm doença rara diagnosticada, e também olha todo o âmbito da questão do aconselhamento genético, estimula a formação de centros e unidades





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

especializadas em doenças raras, inclusive com médicos geneticistas, e coloca financiamento para essas unidades.

O primeiro passo específico do Ministério para essa política foi dado há pouco tempo, como eu já disse, há três anos, porém, não paramos essa discussão no Ministério nem um minuto. Nós temos técnicos que são extremamente capacitados discutindo isso. Temos discutido também junto com as associações, junto com a Conitec, que é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, junto com a Anvisa todos os protocolos e procedimentos que acompanham essa política.

A gente tem feito, recentemente, uma interface muito importante com a atenção básica na questão de capacitação dos médicos da saúde da família e da atenção básica para poderem suspeitar e encaminhar de forma mais adequada pacientes que possam ter alguns sinais e sintomas que estejam naquele rol de doenças raras.

Então, realmente a gente tem que fazer uma ação integrativa entre as várias áreas da atenção especializada, atenção básica, assistência farmacêutica, as associações, para que esse programa progrida.

E como disse o próprio Senador Caiado, que inclusive é meu conterrâneo, a gente tem apanhado também de algumas doenças que são de diagnóstico relativamente fácil, são, do ponto de vista popular, mais conhecidas. Eu cito, além do diabetes, a questão da sífilis. A sífilis, quando adquirida de forma congênita, gera uma série de problemas para aquela criança que vai nascer, doenças de má-formação que também vão acarretar desordens neurológicas, desordens na área de oftalmologia, ou seja, vários problemas na saúde dessa pessoa por toda a sua vida. E a gente está assistindo no País, hoje, um grande avanço da sífilis justamente por falta de prevenção e de diagnóstico precoce para que essas pessoas realmente façam o tratamento adequado.

Então, quero deixar a participação do Ministério da Saúde: a gente faz questão de estar junto nessa discussão. O Ministro pediu para a gente acompanhar de perto essa discussão e trazer o máximo de situações que possam ajudar a formação desse grupo, dessa reunião de trabalho.

Quero agradecer novamente o convite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Dr. Machado, eu vou pedir a opinião do Plenário.

Acho que o que ele acabou de fazer é colocar a posição do Ministério.

Acho que nós merecemos, Machado, uma vinda sua e da equipe que trata disso dentro do Ministério com um grupo que aqui representa, para a gente estabelecer especificamente uma espécie de audiência pública, mas com crítica. Vocês sentariam à mesa, colocariam o que o Ministério está fazendo, e o pessoal daqui, o pessoal que tem o problema, que sofre com o problema, poderia perguntar para vocês: "E isso aqui, como é que eu resolvo? Aonde que eu encaminho?"

Eu acho que isso seria uma forma também de contribuímos para que esse debate fosse o mais crítico e o mais verdadeiro possível, porque senão não vamos conseguir fazer o confronto. Ninguém, evidentemente, está colocando em dúvida aquilo que você acabou de falar. É que muita gente pode não saber que isso está já existindo, já está na prática, infelizmente ainda não foi suficientemente divulgado.

Eu consulto o Plenário se a gente podia marcar um dia da semana para estabelecer essa espécie de audiência pública com o Dr. Fernando Machado, ouvindo o que ele falou, a equipe dele, e confrontar com o que vocês encontram no dia a dia em termos de dificuldade. Eu acho que isso é uma forma clara de demonstrar transparência, de demonstrar boa vontade, e é uma oportunidade que o





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministério da Saúde tem de dizer "olha, nós estamos já fazendo isso". Talvez não esteja suficientemente divulgado.

Então, eu consulto o Plenário se nós depois podemos marcar com o Machado uma data para que a gente possa estabelecer essa espécie de crítica mesmo, de contraditório, "olha, isso não é bem assim, isso aqui está faltando". E o Machado poderia dizer "isso tem, isso está acontecendo", o Dr. Fernando. *(Pausa.)*

Eu queria agradecer, e agradecer muito, porque ela, para nós, representa uma pessoa muito – muito – especial. Eu quero cumprimentá-la e faço questão de tê-la ao meu lado. Eu estou me referindo a essa extraordinária mulher, que é Mara Gabrilli.

Por favor, Deputada. *(Palmas.)*

Mara é uma dessas pessoas que chegou a Câmara Federal com todas essas limitações. Então, ela, mais do que ninguém, representa que a gente pode vencer as coisas com muita... Tenho um respeito muito grande pelo trabalho que ela desenvolve na Câmara e pelo testemunho que ela dá a todos nós aqui.

Mara, seja bem-vinda. Se você quiser dizer algumas palavras aqui, fique à vontade.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigada. Pode continuar as falas enquanto eu chego.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu estou fazendo o seguinte, Mara: estou intercalando os representantes das doenças raras e os representantes do Poder Público para que a gente estabeleça uma coisa bem democrática, que a gente possa realmente ouvir e ser ouvido. Então, eu chamei agora o Dr. Fernando Machado. Vou chamar a D. Maria Clara Migowski Pinto – me corrija o sobrenome se for o caso –, Presidente da Associação Carioca de Distrofia Muscular (Acadim).

Com a palavra.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO – Gostaria de saudar a Mesa, os Senadores presentes, todos que compõem esta Subcomissão, os representantes de pessoas afetadas por doenças raras, os representantes do Ministério da Saúde, da Anvisa e demais autoridades aqui presentes, em especial a Deputada Mara Gabrilli, que é nossa parceira nessa batalha. Aproveito a oportunidade para dizer a admiração que eu tenho pelo seu trabalho e agradecer muito a formação desta Subcomissão.

Em primeiro lugar, muita coisa que eu gostaria de falar já foi dita, mas eu queria pontuar algumas coisas. A primeira questão é em relação ao diagnóstico precoce, como já foi bem dito aqui, e essa importância do envolvimento da atenção básica de saúde, porque, na verdade, pelo nosso Sistema Único de Saúde, tudo perpassa a atenção básica de saúde, e nada melhor do que esses profissionais serem capacitados no entendimento de doenças raras, pelo menos o mínimo que seja, para ao menos poder desconfiar de que alguma coisa existe.

E a questão do teste do pezinho também, como diagnóstico precoce: infelizmente, nós estamos vivendo uma situação calamitosa no Rio de Janeiro em relação ao teste do pezinho. Existem milhares de testes que foram realizados, e até hoje os pais não sabem o resultado. Ainda não há um local definido para a realização do teste do pezinho no Rio de Janeiro, infelizmente.

Outra questão que eu gostaria de pontuar também é a situação dos centros de reabilitação citados pelo Dr. Fernando. Muitos ainda não conseguiram a sua habilitação. No Rio de Janeiro, nós temos o Instituto Fernandes Figueira, que atende crianças, mas o Hospital Universitário do Fundão já está com todo o processo concluído, e a habilitação ainda não saiu. Nós não sabemos o porquê.

Há também o Programa de Assistência Ventilatória Não Invasiva aos Pacientes Portadores de Distrofia Muscular no Rio de Janeiro, cuja habilitação também ainda não saiu, e, por conta de essa





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

habilitação não ter saído, o contrato do Município com o prestador de serviço não foi renovado. Então, é uma vitória que nós estamos correndo o risco de perder. Há vários pacientes que estão com seus equipamentos de suporte ventilatório correndo risco.

Existem várias coisas que precisamos pontuar e buscar soluções para elas, porque parece, muitas vezes, que nós caminhamos dez passos e voltamos três ou quatro nas conquistas por falta de implementação realmente de políticas públicas, por falta de interesse, muitas vezes, político na situação.

Nós somos raros, mas somos muitos, como estão dizendo aqui, por conta da quantidade enorme de pacientes raros que nós temos. Mas também, como foi dito, nem todos têm a necessidade de medicação, e, muitas vezes, cuidados básicos como uma hidroterapia, uma terapia ocupacional, uma fisioterapia, uma cinesioterapia, uma fonoaudiologia, um tratamento inter e multidisciplinar ainda não foram alcançados. Existem muitas coisas que precisam ser feitas e revistas.

A questão dos medicamentos de alto custo. Qual é a lei do mercado? A lei do mercado é: se se compra muito, o que acontece com o preço? O preço cai. Se os medicamentos de uso contínuo – que o indivíduo vai usar para o resto da vida dele – forem comprados a longo prazo, o preço, fatalmente, vai abaixar. Então, existem vários mecanismos a serem usados.

Na verdade, o que a Dr^a Maria Cecília falou é a realidade nossa. Nós não nos sentimos confortáveis em estarmos fazendo judicialização. É um desgaste imenso para o paciente, sem a certeza de que ele vai conseguir; e, depois, se consegue, sem a certeza de que vai haver continuidade no tratamento. Então, eu acho que nós temos muitas coisas para serem discutidas, sim.

Existem alguns projetos de lei já tramitando visando a essa questão da doença rara – inclusive, o PL 56, do qual o Senador Caiado foi eleito Relator – que devem e precisam ser examinados com bastante cuidado. Com a participação desta Subcomissão, eu acredito que vamos chegar a um consenso e alcançar vitórias para o bem de todos na verdade, porque não só o paciente será beneficiado, mas o próprio Poder Público será beneficiado, como já foi tão bem colocado ali pelo Dr. Antoine. Ganha todo mundo. O tratamento bem feito, o tratamento efetivo faz com que o paciente não fique internado.

No Rio de Janeiro, uma moça está morando no hospital há sete anos, por conta de um tratamento inadequado, por conta de uma falta de suporte ventilatório. Ela está ligada a um aparelho respiratório há sete anos dentro de um hospital quando poderia estar na convivência do seu lar, com a sua família, produtiva na sociedade, porque o fato de você ter uma deficiência, o fato de você ter uma doença rara não impede você de exercer a sua cidadania, de ser um cidadão produtivo na sociedade.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade, o convite que foi feito e me coloco à disposição para auxiliar no que for preciso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu queria novamente lembrar, como já fiz, que é importante colocar o que foi dito aqui – Antoine, acho as suas colocações muito importantes – num papel e mandar para o nosso Relator, porque nós todos estamos sabendo que esta audiência pública vai desaguar num projeto de lei, e é muito importante que as sugestões que vocês estão fazendo aqui, ele possa colocar num projeto de lei.

Então, eu peço essa contribuição, porque fica muito difícil gravar tudo que se diz em uma audiência pública, se não houver essa contribuição por escrito. Fica aqui o meu lembrete.

Eu vou chamar agora a Deputada Mara, por favor.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Primeiro, eu queria agradecer muito ao nosso Senador Moka, muito incentivador da causa das doenças raras – ele foi um dos primeiros Senadores a assinar a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Doenças Raras –, e ao Senador Dalirio Beber também, que tem participado e tem nos ajudado muito. Aqui há grupos, Senador, de pessoas muito aguerridas e militantes ferrenhas da causa, que estão trabalhando por um bem maior dentro do Brasil. Então, eu tenho muita gratidão por todos que estão aqui lutando. E falo em nome da Luciana, que está aqui, está lá, está em todo lugar lutando pela distrofia muscular congênita.

A gente tem um projeto de lei que a gente discutia na semana passada que trata de doenças neuromusculares. Eu fico muito preocupada, Senador, porque acho que, às vezes, a gente fica muito impressionado com a questão de custos, porque são medicamentos caros, são equipamentos caros, mas a gente já fez muita conta e sabe que, até por conta da judicialização, no final de toda conta, vai sair muito mais barato para o Brasil. A gente fala de equipamentos para serem fornecidos às pessoas que têm alguma doença neuromuscular que, primeiro, vão evitar a internação, vão evitar pneumonia... Esses ventiladores: não só o ventilador não invasivo, mas o invasivo também é de extrema importância; aliás, é a respiração.

E há uma coisa de que eu não falei na nossa outra audiência: quando eu quebrei o pescoço, eu parei de respirar, eu não conseguia mais respirar sozinha. Eu parei de me mexer, eu parei de respirar e, como eu fui traqueostomizada, eu também não falava. Eu só me comunicava através de letras em tabela, piscando, sabe? Eu fiquei por muito tempo assim. O que me trouxe de volta a poder trabalhar e a exercer cidadania foi um ventilador. Se eu tivesse quebrado o pescoço na altura em que eu quebrei alguns anos antes, provavelmente eu não teria sobrevivido porque esse equipamento não existia. Hoje esse equipamento pode não só ajudar a saúde do Brasil a ficar mais barata quanto fazer com que muitas pessoas tenham qualidade de vida e outras deixem de morrer, porque, quando vai chegando a época do inverno, vão aparecendo as pessoas com distrofia muscular morrendo por conta de insuficiência respiratória. Alguns equipamentos como o assistente de tosse, que é o *cough assist*, e esses respiradores, essa ventilação mecânica, são fundamentais para manter a saúde, a integridade das pessoas.

E eu digo não só da saúde das pessoas, mas da saúde do nosso Ministério da Saúde. Eu estive lá e vi o que é a judicialização. A gente paga tanto por um medicamento que, se fosse precificado e pulverizado por todo o País, sairia mais barato e teria uma cobertura muito maior.

Sobre o nosso projeto de neuromuscular, o Senador Sandoval fez um requerimento no plenário do Senado para que ele fosse para a Comissão de Assuntos Econômicos. Ele quer proteger o Brasil, então ele está com medo desse custo. E eu queria muito que todos conversassem com o Senador para mostrar a ele que vai ficar mais barato, que, no final das contas, vai ficar mais barato e com muito mais qualidade.

Eu só queria fazer este registro e agradecer muito as suas palavras, porque eu fiquei bem emocionada. Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado.

Mara é uma lutadora. Eu tenho certeza de que o Airtton Sandoval vai olhar com carinho o parecer.

Eu vou chamar agora aqui a Srª Aline Silveira, Analista Técnica de Políticas Sociais do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias, acompanhada do técnico Daniel Zanetti.

A SRª ALINE SILVEIRA – Boa tarde.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria de cumprimentar todos, cumprimentar os Senadores, os representantes dos pacientes aqui, os representantes do Governo, do Poder Público.

Eu sou Farmacêutica e trabalho no DGITS, que é o Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias, que é a Secretaria Executiva da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Novas Tecnologias) no SUS.

Vou fazer uma apresentação rápida.

A Conitec é um órgão colegiado de caráter permanente que integra a estrutura regimental do Ministério da Saúde. Ela é uma comissão composta pelas sete secretarias do Ministério da Saúde e mais outras instituições, como a Anvisa, a ANS, o Conselho Federal de Medicina, o Conselho Nacional de Saúde, o Conas, Conasems. Essa comissão faz recomendações sobre a incorporação dessas novas tecnologias, exclusão de tecnologias, alteração e também sobre os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

Uma das atribuições da Conitec é fomentar a participação social, e essa é a minha área lá. Eu trabalho com esse fomento à participação social, ao diálogo.

Eu gostaria de cumprimentar todas as associações de pacientes presentes aqui. Eu sou uma admiradora do trabalho de vocês, porque eu sei que não é fácil ser paciente e, além de estar na luta contra a própria doença, estar nessa luta pela doença de toda a população, de outras pessoas que são atingidas por essa doença. Então, vocês estão de parabéns.

Como foi falado aqui, a perspectiva do paciente complementa a perspectiva médica. Então é muito importante, principalmente quando se trata de doenças raras... São muitas doenças, muito diversas entre si, cada uma com suas peculiaridades. Então, que as pessoas que vivem com essas doenças possam ter voz, possam ser ouvidas. A Conitec tem aberto cada vez mais as suas portas para o diálogo. A consulta pública é o principal instrumento de diálogo da Conitec no momento com essa sociedade, e a gente tem buscado, cada vez mais, aprimorar esse instrumento e também outras ações de diálogo. É importante a gente ter o *feedback* de vocês sobre esses instrumentos, sobre as nossas atividades e ações nesse sentido.

Eu vou procurar ser breve uma vez que temos pouco tempo e há outras pessoas que querem falar.

Gostaria de convidar as associações presentes para um evento que a gente vai promover em São Paulo em outubro. É o primeiro evento da Conitec para falar com a sociedade. É um evento para associações de pacientes, somente com representantes de associações de pacientes, para que a gente possa alinhar e melhorar esse processo de participação social e entender o processo de incorporação de tecnologias de saúde no SUS, como essa tecnologia chega até nós e como as pessoas podem se envolver cada vez mais.

É isso, é essa escuta, como estamos fazendo aqui neste momento hoje e como a Comissão aqui criada tem buscado fazer, este momento de diálogo, de escuta. Então, a Conitec se coloca com portas abertas sempre.

Nós temos alguns protocolos clínicos prontos já, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. São 36 protocolos já elaborados e mais alguns protocolos em andamento, como da MPS I e II, Doença de Fabri, Pompe, PAF. Para várias doenças estão sendo elaborados protocolos clínicos, diretrizes estão sendo elaboradas para que esses tratamentos possam ser disponibilizados da melhor maneira possível para essa população.

Eu gostaria de perguntar se o Daniel, que me acompanha aqui, pode ter a palavra, já que ele pode dar informações mais específicas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Como não?

A SRª ALINE SILVEIRA – É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Obrigado.

Pois não, Daniel.

O SR. DANIEL ZANETTI – Obrigado pela oportunidade de falar.

Acho que a Aline já contemplou principalmente as informações relacionadas ao DGITS.

Nós temos 36 protocolos prontos hoje para doenças raras. É um número muito baixo diante de 8 mil doenças, mas temos nos esforçado muito para aumentar esse número de protocolos, mas principalmente para fazer protocolos com qualidade, com as melhores evidências científicas disponíveis no momento para esses pacientes.

Sabemos que às vezes não há estudos muito robustos para pacientes com doenças raras devido ao número desses pacientes, mas temos utilizado os melhores estudos científicos e as melhores evidências disponíveis. Acho também que já foi contemplada toda a parte orçamentária e toda essa dificuldade.

Não vou me alongar aqui, mas acho que uma coisa importante na qual esta Subcomissão pode insistir é a necessidade de que a indústria farmacêutica traga preços mais justos para os medicamentos para doenças raras. Os preços que são aplicados são exorbitantes e não contemplam de fato a possibilidade de esses pacientes a eles terem acesso. Então, se a indústria também puder nos ajudar trazendo preços mais próximos de uma realidade mais justa... No caso desses pacientes com doenças raras, quando é feita a pesquisa clínica, você usa um número muito menor de pacientes. Então, o custo para a produção dessas informações também é menor. Portanto, acredito que, nesse sentido, a gente pode contribuir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Daniel, você sabe que 36 para 8 mil é uma diferença muito grande. Nós temos 8 mil casos de doenças raras – pelo menos é a informação que eu tenho –, então ter 36 protocolos significa que nós precisamos avançar muito nesse aspecto. Mas claro que é um começo, e eu agradeço a presença de vocês dois aqui, sobretudo pela forma sincera com que se colocaram, tiveram a humildade de dizer que reconhecem que isso é pouco, mas que são protocolos bem feitos e que se pretende acelerar isso.

Acabaram os representantes que vieram aqui em nome do Poder Público – eu achei importante esse contraponto, não é? Eu vou chamar, então, o Dr. Gustavo San Martin, Presidente da Associação de Amigos Múltiplos pela Esclerose (AME).

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN ELEXPE CARDOSO – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa.

Quero começar agradecendo a oportunidade de conseguir olhar nos rostos de todos que colocam a gente num caminho superburocrático. A gente não consegue ter um ponto de partida, achar aquele fio da meada, esse é o problema que a gente encontra quando vai falar de doenças raras.

Obrigado, Senador, pelo convite.

Acabei chegando um pouco atrasado, mas vou me permitir falar enquanto paciente, afinal de contas sou SUS-dependente e, quando eu entrei, eu vi a Anvisa, eu vi Interfarma, eu vi Conitec, eu vi os Parlamentares, e eu vi a sociedade civil aqui. E a sociedade civil mostra... Quando a gente olha... A gente praticamente espera que, no final desta reunião, saíamos com alguma coisa mais concreta. E o senhor bem falou: muitas vezes uma audiência pública acaba e a gente não sabe para onde a gente vai.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, primeiro, eu queria trazer alguns pontos que eu ouvi: faltam estudos, demora a aprovação da Anvisa, preços não são tão justos, o problema que é a judicialização, falta de pesquisa clínica. A verdade é que, sendo um plano de trabalho ao qual nos propomos aqui dar uma sequência... Eu, enquanto Administrador, prefiro deixar o item a item e o tópico por tópico para aquela proposta em relação à qual o senhor pediu um mês para que a gente a faça. Agora eu queria trazer exatamente essa questão de a gente conseguir olhar para questões básicas.

Qual foi a última vez que você, por exemplo, Regina, saiu para jantar com a sua família e não pensou em nada além de mucopolissacaridose?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN ELEXPE CARDOSO – Do Toni, se eu fizer a mesma pergunta, a resposta não vai ser nada diferente.

Quando a gente fala em doença rara, a gente se atém tanto a remédio, a preço, a judicialização... Anteontem eu falava com um pai cujo filho tem atrofia muscular espinhal, e ele me falou que havia quatro anos que não saía para jantar com sua família. Eu trago uma reflexão – depois a gente parte para o trabalho, arregaça a manga – sobre o custo social de conviver com uma doença rara.

Eu, enquanto portador de uma doença rara... Eu tenho esclerose múltipla, que, dentre as raras, é menos rara, muito menos rara. Dentre as raras, eu quase tenho vergonha de falar que tenho esclerose múltipla, porque a gente tem protocolo clínico. Quantas doenças têm protocolo clínico dentre as raras? Eu quase fico sem graça de falar que eu sou SUS-dependente, apesar de ter muito orgulho disso. É que, ao mesmo tempo, eu vejo pais de pacientes e mães de pacientes enxergando às vezes como única solução o que a gente tanto combate. E a AME também acredita que não é via judicialização que a gente vai resolver o problema, mas muitas vezes a gente se atém a esse problema superficial e deixa de pensar no impacto no dia a dia, na vida.

Eu costumo dizer que viver bem com uma doença é pensar menos nela durante o dia, mas, quando eu acordo e vou dormir só vivendo em função dela, fazendo fisioterapia ou não conseguindo acessar a fisioterapia, que qualidade de vida eu tenho? A minha briga como paciente de esclerose múltipla e gestor de uma organização que milita por quem tem esclerose múltipla é para manter o adulto jovem trabalhando, mas a gente milita para que ele continue trabalhando porque ele tem acesso a medicação. Há muito que se trabalhar. A gente tem tido um diálogo com a Conitec há algum tempo, e eles têm sido superabertos e solícitos a trabalhar a incorporação de novas tecnologias – inclusive esta semana trabalhamos sobre isso –, mas e quem não tem nem protocolo? Será que o problema é inserção no mercado no trabalho? Parece-me que não, porque ainda não se pode trabalhar com menos de 18 ou 16 anos, e muitas crianças dessas, que não têm nem acesso a remédio, não chegam aos seus 10 anos de vida.

Então, o que me proponho aqui – peço licença para isso – é muito mais a falar enquanto paciente com uma visão de impacto social. O trabalho, a gente deixa para as próximas reuniões e, aí, enquanto sociedade organizada, a gente bola um plano de trabalho para poder discutir isso com o apoio superimportante de vocês.

Então, muito obrigado pela oportunidade de conseguir dividir isso com vocês e por finalmente ver todo mundo numa mesma mesa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero agradecer ao Dr. Gustavo e dizer para ele o seguinte.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dr. Gustavo, na minha família há uma doença que era conhecida como Coreia de Huntington – hoje é Doença de Huntington. Eu tenho vários primos e várias primas que foram acometidos por essa doença e perderam a vida muito precocemente. Então, V. S^a está se referindo a alguma coisa com a qual eu já convivi. Eu convivi com um primo, eu brincava com ele, e ele não alcançou os 30 anos de vida. Então, eu acho que é uma coisa...

Agora, nós temos que tratar isso, como eu disse, com firmeza, com ousadia, mas sempre da forma mais tranquila, no sentido de alcançar os nossos objetivos. E o que é alcançar os objetivos? É que todo mundo tenha protocolo, que todo mundo tenha o remédio quando necessário e que os diagnósticos sejam feitos o mais precocemente possível. V. S^a tem razão: há muita gente morrendo sem saber, sem diagnóstico. Eu sei disso. Por isso mesmo que, no caso de todas as audiências públicas que houve sobre doenças raras, mas não só sobre doenças raras, eu sempre me interessei. Então, eu quero dizer para vocês que, se depender desta Subcomissão, nós vamos até o final. Não estou prometendo aqui que nós vamos resolver o problema de todo mundo, mas vamos pelo menos lutar para avançar, para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Eu vou ficar muito feliz se o meu mandato servir para fazer avançar essa questão das doenças raras.

Eu não sei se há alguém aqui, mas, na minha lista...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Regina não está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Regina Próspero, Presidente do Instituto Vidas Raras.

Desculpe, Regina, e a falha é minha, não é da Assessoria não.

A SR^a REGINA PRÓSPERO – Não, Senador, não tenho nem o que dizer. Eu estou muito sensibilizada com o acolhimento que a Casa nos proporcionou. Há muitos anos a gente vem pedindo esse acolhimento, e acho que chegou o momento: diante de tudo o que a gente tem passado, de um cenário tão ruim, a gente vê uma luz no final do túnel.

Eu acho que boa parte do que eu iria falar já foi dito aqui. Então, eu vou até resumir e me proponho também a mandar por *e-mail*, via assessores, aquilo que vamos colocar.

Durante dois anos nós trabalhamos efetivamente na construção de uma política pública voltada para a pessoa com doença rara. Refiro-me à Portaria 199, assim como disse o Toni. Essa portaria não está perfeita, mas ela está muito bem elaborada, e ela precisa é de um incentivo. É preciso que se faça valer os direitos que o cidadão brasileiro tem ali em relação às doenças raras.

A política foi dividida em quatro eixos, ela está bem detalhada, e muitos dos protocolos clínicos já estão prontos. Algumas doenças podem adentrar em protocolos já prontos. Então, o que eu acho que é preciso neste momento? É dar uma maior atenção à Portaria 199.

Muitos centros que já são centros de referência não estão conseguindo se cadastrar nessa portaria para receber o selo, aquele selinho que vai mostrar a todo mundo que ele é um centro de referência – apesar de ele já ser. Por exemplo, o Hospital das Clínicas de São Paulo ainda não tem esse selo de referência, e eu soube que ele tirou a submissão ao Ministério da Saúde devido à quantidade de exigências que o Ministério faz. Então, talvez seja possível mudar alguma coisa para facilitar o credenciamento desses centros de referência e, assim, os pacientes terem um local ao qual recorrer e os centros de referência terem o subsídio necessário para trabalhar.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em contrapartida, o diagnóstico precoce. Nós somos defensores... O meu instituto é defensor do diagnóstico precoce há muitos anos. Não são só 20 patologias que podem ser diagnosticadas no Exame do Pezinho Ampliado, são 53. São 53 patologias que terão a chance de ter o curso natural da doença modificado se o Ministério da Saúde incorporar isso. Todas as vezes que eu peço isso para o Ministério da Saúde vem para mim o mesmo ofício dizendo que o custo é muito alto. O custo já é alto, e talvez não seja tão mais alto do que a gente está pagando hoje fazer essa incorporação. Só que vai haver uma diferença grande: uma família vai ter modificado o curso natural da vida do seu ente. Como você pode exigir um protocolo clínico em que as crianças só tenham direito ao tratamento se tiverem o diagnóstico até os 12 meses se o problema da criança só vai aparecer após os 24 meses? Isso é totalmente incoerente. Então, tudo bem, quer que seja até os 12 meses? Vamos colocar no Exame do Pezinho, vamos mudar essa situação.

Portanto, do que precisamos hoje? De fazer valer uma portaria que já existe, e, de repente, não precisar construir mais nada; colocar o Exame do Pezinho Ampliado, fazendo valer no País inteiro. No Rio de Janeiro, temos hoje 104 mil exames parados porque não há quem faça o teste, não há quem pague – e lá só são seis. Precisamos subsidiar tudo isso também. Precisamos de incorporação de medicamentos com mais urgência. E, no caso da nossa infeliz judicialização, as compras saírem. Só para se ter uma ideia, não houve compra ainda. Os nossos meninos estão fadados a ficar dois a três meses sem remédios porque não existe hoje nenhum processo de compra em andamento.

E aqui vou dizer o que eu disse para uma pessoa do SCTIE, em 2008, quando ele me disse que não sabia o que eu estava fazendo lá quando pedia a incorporação de medicamentos sabendo que nossas crianças já estavam sendo acolhidas por judicialização: "A judicialização, infelizmente, é um mal necessário, mas não é a resposta que queremos. Queremos é que as políticas efetivamente tenham um curso natural, que é em que trabalhamos". Desde 2014, existe uma portaria que não está conseguindo se efetivar, só ha 700 cadastrados e temos 27 entes da Federação. Então, precisamos trabalhar mais.

Eu gostaria de pedir encarecidamente a vocês, que são a nossa âncora, a nossa luz do fim do túnel, que nos ajudem a fazer valer aquilo que já está construído para que, assim, consigamos, em um tempo mais curto, dar benefícios para os nossos assistidos, que são muitos e que precisam dessa chance.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Vou pedir para você anotar aqui. Este aqui é o e-mail do Senador Ronaldo Caiado. É gandre@senado.leg.br. Vou repetir: gandre@senado.leg.br. Vocês podem mandar sugestões. Tudo bem?

Aqui, como última inscrita, a D. Maria José Delgado Fagundes, Diretora de Inovação e Responsabilidade Social da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma).

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – Boa tarde a todos os presentes.

Boa tarde, Senador Moka. Na sua pessoa, cumprimento esta Subcomissão e agradeço pela oportunidade de estar compondo este momento histórico, de estar fazendo parte do grupo que auxiliará e subsidiará a Casa para as melhores soluções que as pessoas com doenças raras precisam no Brasil.

Trabalho há pouco tempo – vejo aqui pessoas dizendo que trabalham há 12 anos, há 20 anos; a Regina talvez seja a mais antiga –, há cinco, seis anos com isso, e posso relatar aqui o avanço importante que essas pessoas fizeram na história do País nesses últimos cinco anos. O que mais me





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

deixa satisfeita é vê-las aqui, nesta Casa e nesta Subcomissão, complementando, trazendo soluções que se complementam umas com as outras. Isso, para mim, não tem preço.

Já vi coisas das quais não gostei de participar, não gostei de ver a separação de pessoas lutando pela mesma causa de maneira diferenciada, quando o mais saudável seria fazer o que estão fazendo nesta Comissão: lutar juntos, fortalecendo-se com a capacidade que têm de enfrentar os problemas.

Como foi solicitado pelo senhor na audiência pública, tomei a liberdade de levantar alguns temas que são importantes para a indústria, mas, com certeza, enviarei também em forma de contribuição, para que o relatório do Senador Caiado possa contemplar também o que é importante para podermos avançar.

A aprovação do PLC 56/2016, como eu disse naquele dia na audiência pública, acho que é de grande importância porque será a primeira lei brasileira que as pessoas com doenças raras terão no País. Então, ela é histórica, ela é uma lei que tem uma estrutura bastante importante, que institui a política através de uma lei. Assim como a Conitec, no passado, era estabelecida por portaria e hoje conta com uma lei que rege suas atividades, é importante que as pessoas com doenças raras tenham uma política instituída por lei. A portaria é o que temos, é como caminhamos desde 2004, tentando fazer que fosse uma verdade e uma necessidade cumprida pelo Estado brasileiro, mas a vemos fragmentada ao longo dos anos.

Então, hoje, o apelo aqui das associações de pacientes para fortalecer a implementação da 199 é, de novo, um retrato do que a gente já viu no passado. Também compartilho com eles a importância desse apoio, mas acho fundamental que esta Casa possa oferecer ao País e às pessoas com doenças raras – não importa que sejam 13 milhões de pessoas – uma lei que garanta seus direitos em outra instância, em outra possibilidade de discussão.

Uma coisa importante que já foi dita pela Daniela Marreco, da Anvisa, a respeito de registro sanitário e registro de preço, é que a Anvisa tem acelerado bastante a análise de registro sanitário – reconhecemos isso –, e o registro de preços passa realmente por aquilo que ela comentou: a legislação tem um vácuo, e não há prazo para solicitar o registro de preço, mas isso também já está sendo discutido. A Interfarma defende que o registro sanitário e o registro de preços devam ser solicitados de maneira emergencial pelas empresas que querem vender medicamentos no Brasil. Então, temos o nosso posicionamento nesse sentido, o que é importante porque o registro de preços vai viabilizar a submissão dessa droga para a incorporação na Conitec, no sistema público de saúde.

Temos outros entraves com a Conitec, e também acho importante ressaltar, que são os prazos de análise após submissão. A gente sabe que, historicamente, há vários PCDTs prontos, de doenças raras, e que a atualização daqueles acerca dos quais o Ministério fez o compromisso de, assim que a política foi publicada, até 2018 entregar... Quarenta e sete PCDTs exclusivos para doenças raras estão engatinhando. Então, os 15 primeiros que foram divulgados e que seriam publicados até 2015 até agora não foram.

Então, foram definidas 5 doenças, como eu disse também na audiência, cujos PDCTs estão sendo elaborados. Uma já foi incorporada, que é Mucopolissacaridose I, mas a gente não sabe quando isso vai acontecer para a Mucopolissacaridose II, porque há a consulta pública, que a gente não sabe quando vai ser concluída. Essa, particularmente, tem um fato que já foi mencionado pelo Tonl e que infiro ser outra dificuldade que a gente enfrenta na elaboração dos PCDTs. Eles, em sua maioria, não são produzidos por um número de profissionais que tenham conhecimento de doenças raras, considerando até o que a Cecília falou, ou seja, que temos apenas duzentos e poucos médicos geneticistas no Brasil. Mas temos geneticistas que têm capacidade de fazer um PCDT para uma





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

doença rara, olhando a epidemiologia da doença e fazendo de acordo com ela, e não uma publicação como a que foi feita para a Mucopolissacaridose II, que determina que o diagnóstico seja feito até 12 meses. Se o tempo de diagnóstico médio, no Brasil, para doenças raras é de três anos, como um PCDT pode ter trazer isso, Senador? Há um erro técnico.

Então, outro pleito que a gente faz e que é importante para a indústria, para as associações de pacientes e para os pacientes é que os técnicos que vão elaborar, os profissionais que são responsáveis por definir o processo, o critério do tratamento de uma doença no Brasil seja composto por profissionais que entendam o que estão fazendo, entendam a epidemiologia da doença, que façam PCDTs e propostas, inclusive de consultas públicas, que seja adequadas para a doença como ela realmente é.

Portanto, a proposta da Regina é importante porque define que, se é para fazer em 12 meses, se amplie o Teste do Pezinho. Estamos falando de Teste do Pezinho há quantos anos e não temos ainda os 58 testes necessários para que tenhamos soluções melhores de saúde pública para o Brasil, Senador?

É preciso que problemas como esse sejam sanados na origem. Nesse PCDT para Mucopolissacaridose II, se houver incorporação, como está definido, para diagnóstico até 12 meses, vamos tratar quantos pacientes com Mucopolissacaridose II? Dez? Os que nascerão a partir de agora? Quantos trataremos? Então, é difícil saber o quanto se lutou por um PCDT, o quanto se lutou para que o Ministério fizesse os PCDTs para doenças raras que estão instituídas pela política, pela 199. E, quando isso começa a acontecer, começa a haver erro técnico dessa natureza... Então, é importante que a gente reflita sobre isso.

Faço outra proposta aqui, Senador. Fico ouvindo alguns posicionamentos e pensando que esta Subcomissão tem que trabalhar e ter resultados. Como o senhor fez o compromisso aqui? O senhor disse que faria a aprovação da Subcomissão na semana seguinte, e assim o senhor fez. O senhor disse que traria esta reunião, e assim o senhor trouxe. Agora, acho importante trazermos a Conitec aqui para que possamos ter essa conversa aberta, assim como vamos ter com a SAS, Seria importante que a Conitec viesse aqui para ouvir as dificuldades que todos temos. Temos dificuldades de farmacoeconomia apresentada pelas empresas, quando submetem um pedido para incorporar um produto no SUS. Eles são indeferidos porque o modelo não é adequado.

Qual seria o modelo adequado? Transparência, Senador, transparência. Precisamos saber e fazer da melhor maneira possível. Não vamos submeter pedidos de incorporação para serem indeferidos, sob o argumento de que os medicamentos não têm qualidade e não estão adequados para serem utilizados no Brasil quando foram aprovados pela agência reguladora e quando seus preços já foram registrados. Essa é uma situação que também não é adequada para o setor, para a indústria.

Regularização de compra de medicamentos incorporados, como o senhor bem colocou no começo: mais de 5% da judicialização está nesse item, e aquilo que é incorporado não é comprado. O que acontece? O paciente morre.

Como a Regina falou, o paciente não pode ficar sem o medicamento. Talvez seja melhor não começar a tratar. É preciso ter clareza de que o paciente precisa de 12 meses de tratamento, ele não pode ter 6 meses de tratamento, Senador. O paciente piora demais e vai a óbito quando não tem uma regressão da doença de maneira... Talvez nem recupere mais as sequelas que adquiriu nesse período. Isso chega a ser cruel na minha análise, e digo isso não como representante da indústria, mas como quem tem paciente em casa.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outra coisa que também identificamos e que é importante dizer aqui é que incorporações já autorizadas, publicadas, que têm 180 dias de prazo para o sistema receber o medicamento, ficaram 12 meses esperando compra, medicamento para Alzheimer.

Precisamos resolver essas coisas para podermos avançar mesmo, porque conquistamos e perdemos, como alguém falou. Quando você perde, como a Clara falou, um ou dois anos de cinco anos de avanço, é muito para essas pessoas. Elas não podem esperar.

O nosso pleito, de maneira geral, fica nesses itens que mencionei. Faço questão de mandar as contribuições.

Pelo diagnóstico precoce sempre lutamos, lutamos nas apresentações que fiz nesses últimos cinco anos, porque é ele que, na verdade, vai dar toda a solução para a melhoria da vida desse indivíduo, seja da sua qualidade de vida, da sua integração social, tudo de que precisa. Isso é importante, sim. Temos hoje três anos de média para o diagnóstico, peregrinação de mãos em consultórios, ambulatorios, associações de pacientes. Então, é preciso que isso seja resolvido, a gente apoia, é importantíssimo para nós.

Fico por aqui com os agradecimentos e com esperança de que o senhor possa realmente fazer, com esta Subcomissão, um trabalho de construção e avanço para aquilo que as pessoas com doenças raras no Brasil precisam e merecem. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Alguém pode estranhar a presença da Maria José, mas ela representa a indústria farmacêutica. Acho importante que a gente ouça também as pessoas que estão interessadas em colocar esses medicamentos à disposição. Claro que ninguém aqui está querendo trazer um representante da indústria porque queremos que esses remédios sejam importados, que sejam vendidos. Ao contrário, queremos é fazer com que acabe a judicialização, que os preços caiam, e que a gente possa fazer isso o mais rapidamente possível. Daí a sua presença.

Confesso, Maria José, que, de metade do que você falou, não tenho ideia – vou ser sincero aqui –, porque é um assunto extremamente técnico e que diz muito respeito à interação entre a indústria e aqueles que decidem a forma pela qual será feita, como serão os procedimentos. Eu não sei se esta Subcomissão tem autonomia para pedir para a Conitec vir aqui. Não sei, vou consultar, mas, se tivermos, não tenho dúvidas de que vamos pedir para que representantes venham aqui, talvez, em reunião mais específica entre a indústria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Como?

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – A Conitec está aqui já.

O SR. DANIEL ZANETTI – A Conitec está aqui representada pelo Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu sei, mas o que ela está falando é específico. Ela está falando em uma reunião entre a Conitec e a indústria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL ZANETTI – A gente não...

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – Não é entre a Conitec e a indústria. A Conitec e todos aqui, assim como o senhor propôs que fizéssemos com a SAS...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Há um debate... Há sim!





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – E, assim, que a gente pudesse colocar as nossas dificuldades e ver como avançar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Isso, com certeza, nós podemos fazer.

Bom, algumas coisas...

Primeiro, o meu Vice-Presidente, o meu caro Senador Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Rapidamente, apenas para dizer que nós vivemos uma tarde muito especial, afinal de contas nós tivemos a manifestação, a contribuição, de 11 palestrantes mais a Mara Gabrilli. Então, foram 12 palestras que nós ouvimos sobre uma matéria que desperta muito interesse, o que aumenta a responsabilidade da Comissão com certeza – não é, Senador Moka? –, porque, afinal de contas, passa-se a conhecer e a vivenciar o apelo, o sofrimento de cada grupo de cidadãos que são portadores de doenças raras.

Assim, tenho certeza de que, com essa disposição e todos nós desarmados, apenas olhando aquilo que, de fato, pode e deve ser alcançado, nós vamos construir e, com certeza também, em função da própria relatoria de alguém que tem uma experiência profissional e uma grande sabedoria, que é o Senador Ronaldo Caiado, haveremos de produzir, ao final, um trabalho que vai ajudar.

É aquilo que disse o nosso Senador Moka: se ele conseguir, ao final dos trabalhos desta Subcomissão, que ele requereu e cuja aprovação conseguiu, fazer com que se produza algo que melhore a vida de todas as pessoas portadoras de doenças raras, ele se dará por satisfeito. E tenho certeza de que essa satisfação será de todos os membros da Subcomissão, bem como de todos aqueles que estão contribuindo com as suas informações precisas, contribuições essas que nos vão ajudar a produzir, de fato, algo de bom para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu gostaria de sugerir o seguinte: não dá para nós ficarmos nos reunindo de semana em semana, até porque nós não vamos ter tanto assunto assim para tratar e nós temos muitas coisas para verificar. Então, eu ia sugerir uma vez por mês. Assim, como hoje é dia 12 de setembro, quem sabe, no dia 12 de outubro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ah, é feriado!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Dia 17, terça-feira, está bom para vocês?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Está bom.

Então, fica marcado para terça-feira, dia 17. Até lá, eu espero que vocês já mandem as contribuições. Eu vou falar com o Marcelo e vou falar também com o pessoal da...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Sim, Fernando! Desculpem!

Por que é que eu estou te chamando de Marcelo?

Fernando, me desculpe. Mil desculpas!





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou falar com o Dr. Fernando se nós poderemos fazer aquela rodada aqui e, também, com o pessoal da Conitec enquanto isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ou marcamos para terça-feira a reunião para fazermos isso e outras coisas que aparecerem.

A SRª ALINE SILVEIRA – Qual é a data, Senador – me desculpe –, que o senhor está propondo?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu estava propondo, inicialmente, entre 12 de setembro e 17 de outubro, mas, agora, estou achando que, no dia 17 de outubro, talvez, a gente possa fazer as duas coisas, isto é, aproveitar a reunião, fazermos a discussão com o Dr. Fernando e com o pessoal da Conitec.

A SRª ALINE SILVEIRA – É que esse evento para o qual eu convidei as associações de pacientes vai ocorrer nessa semana, nos dias 19 e 20. Então, como várias pessoas do DGITS estarão presentes a esse evento, nessa semana, fica complicado para a Conitec. Então, se pudesse ser na semana seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Dia 17, então, você não pode.

A SRª ALINE SILVEIRA – É, para nós, da Conitec, vai ficar um pouco complicado. Se pudesse ser na próxima semana... Será que é possível?

Dia 15 é domingo.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª ALINE SILVEIRA – É...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Tem dia 10... Mas o dia 12 é feriado!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, dia 24?

A SRª ALINE SILVEIRA – Pode ser. Dia 24, então.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pode ser?

Pode ser dia 24? *(Pausa.)*

Então, dia 24 de outubro será a nossa próxima reunião. Aí, então, ela será um pouco mais longa, porque nós vamos discutir essas coisas todas aqui. Está certo?

A SRª ALINE SILVEIRA – Senador, eu só queria aqui finalizar rapidamente.

Sobre esse evento para o qual eu convidei o pessoal, quero lembrar que as inscrições só vão até hoje. Então, o pessoal das associações que quiser se inscrever, por favor, entre no *site* da Conitec. É um outro momento de diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Regina.

A SRª REGINA PRÓSPERO *(Fora do microfone.)* – É possível adiar por mais uma semana? É porque no dia 24...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Aí vai...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Regina...

A SRª REGINA PRÓSPERO *(Fora do microfone.)* – Antes então...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Antes nós temos um feriado, Regina!





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – É que o dia 12 é feriado. O pessoal não vem. Podemos tentar adiantar para o dia 3 de outubro.
Dia 3 de outubro dá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Hein, pessoal? Dia 3 de outubro tudo bem?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Aí a gente fica com um pouco mais de tempo.
Dia 3 de outubro pode ser?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, às 14 horas, neste plenário aqui. Está bom?

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO – Senador, o senhor me permite fazer um convite às pessoas que aqui estão?

Amanhã nós vamos ter uma audiência pública sobre Distrofia Muscular de Duchenne, às 15 horas, na Câmara dos Deputados.

Deixe-me ver exatamente o local...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO – Plenário 13 da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Estamos eu e o Dalírio aqui. Eu faço o convite, mas é que a quarta-feira, para nós, Maria Clara, é um dia complicado, porque nós somos poucos Senadores e um monte de comissões para atender.

Eu tenho certeza, por exemplo, de que a Senadora Ana Amélia e o Senador Ronaldo Caiado também.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas, se eu puder comparecer...

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO – É um convite ao auditório também, a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – É amanhã a que horas?

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO – Amanhã, às 15 horas, no Plenário 13 da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Perfeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Perdão: que o Nordeste pudesse...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu vou submeter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu posso fazer dia 10, só que o meu medo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu havia sugerido dia 17.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois é, mas alguém me disse aqui que...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A Regina.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – A Regina disse que não pode no dia 24.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Moka, e 7 de novembro?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Não, não. Nós temos uma dia...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – E se nós fizéssemos na quinta-feira pela manhã? Dia 26?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Dia 3 de outubro.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Dia 3 de outubro eles não podem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quem não pode?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – A menina lá de trás...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Não, não; dia 3 de outubro ela pode.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Não pode. Lá atrás não pode.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não pode. Ela quer, justamente, que seja para frente, porque fica muito próximo de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Sim, entendi. Já entendi.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Porque é muito próximo e ela não tem dinheiro.

Então, se tu colocasses, de repente, no dia 26 pela manhã, uma quinta-feira, seria ruim?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador, é que... Tem que ser dia 24.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Dia 24 ela não pode. A Regina não pode.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim, dia 31! Dia 31 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Dia 31 de outubro fica bom para você?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Fica bom para você, Regina? Fica bom?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ah, mas aí não tem jeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Bom, eu tenho que decidir.

Fica marcada para o dia 31 de outubro a nossa próxima reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Antes de terminar, eu passo à leitura do seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº , DE 2017-CASRARAS

Requeiro a realização da 3ª Reunião da Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais (Doenças Raras) no dia 31/10.

Autoria: [Senador Waldemir Moka.]

As Srs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, agradecendo a presença de todos, o esforço de todos, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 42 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Waldemir Moka, reúne-se a Subcomissão Especial sobre Doenças Raras com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Ana Amélia, Ângela Portela, Cidinho Santos. Registram presença os Senadores não membros desta Subcomissão: Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Dário Berger, Paulo Paim e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Reunião de Trabalho. Finalidade: 3ª Reunião da Subcomissão CASRARAS, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2017-CASRARAS, com os seguintes oradores: Regina Próspero, Presidente do Instituto Vidas Raras; Eduardo David Gomes de Sousa, Coordenador Substituto da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – SAS/MS; Daniel Zanetti Scherrer e Jorgiany Souza Emerick Ebeidalla – Técnicos da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – CONITEC, do Ministério da Saúde; Daniela Marreco Cerqueira, Gerente de Produtos Biológicos da Agência de Vigilância Sanitária – GPBIO/Anvisa; e Flávio Vasconcelos, Consultor Legislativo do Senado Federal na área de saúde. O Presidente, Senador Waldemir Moka, registrou a presença das seguintes entidades: 1) Associação Carioca de Distrofia Muscular; 2) Mães Metabólicas; 3) Associação Brasileira de Porfiria; 4) Associação Alagoana de Familiares e Amigos de Mucopolissacaridose; 5) Aliança de Mães e Famílias Raras; 6) Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Raras; 7) Instituto Breno Bloisé; 8) Associação Brasileira de Pacientes de Hunter e Outras Doenças Raras; 9) Sociedade Brasileira de Genética Médica; 10) Associação Piauiense de Fabry; 11) Associação Cearense de Doenças Genéticas; 12) Associação Brasil Huntington; 13) Associação Maria Vitória de Doenças Raras e Crônicas; 14) Associação Sergipana de Pessoas com Doenças Raras; 15) Federação das Associações de Doenças Raras do Norte e Nordeste; 16) Distrofia Muscular Congênita Brasil. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra o Senador Waldemir Moka e a Senadora Maria do Carmo Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Waldemir Moka
Presidente da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

A ata é considerada aprovada.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Regina Próspero, Presidente do Instituto Vidas Raras; Eduardo David Gomes de Sousa, Coordenador Substituto da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS); Daniel Zanetti Scherrer e Jorgiany Souza Emerick Ebeidalla, técnicos da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), do Ministério da Saúde; Daniela Marreco Cerqueira, Gerente de Produtos Biológicos da Agência de Vigilância Sanitária (GPBIO/Anvisa).

Eu vou comunicar aos senhores oradores – já havia explicado aqui – que esta audiência pública não pode ultrapassar às 16h, porque nós temos a Ordem do Dia. Então, eu peço objetividade nas falas e vou avisar que cada um vai ter direito a dez minutos, mas, no nono minuto, soa uma sirene, um alarmezinho, que não sou eu que toco, é programado para tocar. Aí vocês têm um minuto para concluir. Se, em um minuto não concluir, eu vou parar a fala.

Então, tem de ter essa disciplina, porque há gente que ignora isso e continua falando, só que eu não vou permitir isso. Estou já avisando por objetividade. Vou ter de, também, dar a palavra... Parece-me que eu havia me comprometido, mas o pessoal preferiu fazer as perguntas, me mandar para que eu as leia aqui e pergunte. Esse é o entendimento, Mariana? *(Pausa.)*

Todo mundo está de acordo com isso? *(Pausa.)*

Eu devo algumas explicações. Primeiro, o Relator da nossa Subcomissão, o Senador Ronaldo Caiado, sofreu, acreditem ou não... Com aquelas pernas compridas, ele conseguiu cair de uma mula, então, ele está com o ombro quebrado, mas ele estaria presente. O problema é que ele sofreu também um derrame subdural. Então, ele está num tratamento – claro que vai sair bem –, e o médico o restringiu de sair também.

Mas o assessor do Ronaldo Caiado... Cadê ele? Está aqui presente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ela vai anotar aqui todas as informações, e o Ronaldo tem participado, através da assessoria, de todas as informações. Ele está compilando, ele está fazendo um trabalho.

Está presente aqui, também, o nosso consultor jurídico do Senado, e, por felicidade nossa, Dr. Flávio Vasconcelos é médico. Então, Flávio, além de consultor jurídico, é médico. Então, foi escolhido a dedo para nos assessorar aqui. Ele depois vai falar com vocês, porque há algumas coisas que o pessoal quer colocar, mas que não é permitido num projeto de lei, e nós precisamos fazer algumas coisas que sejam práticas. Não adianta o cara ter uma ideia mirabolante, mas não é prática. Isso não vai ser prático. O que vai ser prático é a gente conseguir um projeto de lei que contenha as coisas principais e que direcione o Ministério da Saúde para um atendimento especializado, que dê a orientação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E os casos urgentes nós estamos tratando. Já houve uma reunião aqui, com o próprio Ministro da Saúde – depois a Regina vai falar sobre isso –, e ele falou que essas faltas de medicamentos são pontuais. Depois eu gostaria que a Regina falasse sobre isso, e ele se comprometeu a receber uma lista e vai tratar disso com urgência.

Por isso que estou dizendo que eu não gosto muito daquele enfrentamento, mas eu sou bastante firme, porque essa é uma coisa que nós vamos cobrar, e algumas pessoas que querem... Porque aqui, nas entidades, há coisas diferentes, e há pessoas que não conseguiram nem o direito de importar a medicação. Essa é uma coisa. Há pessoas que já importaram, a Anvisa já reconheceu, estão vendendo comercialmente o remédio, mas ele não foi incorporado à rede SUS. É um outro problema.

Então, nós temos de nos unir aqui para vermos aquilo que é convergente e mobilizarmos-nos. Não impedimos que as entidades ajam de forma independente como vocês estão agindo. Não é isso. Só que o objetivo nosso é, primeiro, conseguir recurso para a compra de remédio. E aí eu tenho uma notícia boa: na Comissão de Assuntos Sociais, eu articulei com vários Senadores do nosso grupo, nós aprovamos um recurso de R\$200 milhões, mas que ainda tem de ser aprovado na Comissão Mista de Orçamento. Aí eu vou precisar da mobilização de vocês para nos ajudarem a ser aprovado. Nós pedimos 200 milhões, não significa que vão sair, mas nós queremos que saia o mais próximo disso, e, depois, eu vou detalhar a forma de fazermos isso com vocês.

Uma outra coisa que muitos não estavam presente aqui e precisam ficar sabendo: nós temos três pessoas importantes para influenciar. Primeiro, o Presidente da Comissão Mista do Orçamento, Senador Dário Berger. Quem for de Santa Catarina tem de ir atrás do Senador Dário Berger e mostrar a importância disso. Por favor, façam... Eu já estou fazendo, mas é importante que quem more em Santa Catarina faça contato com ele.

O Relator-Geral é o Cacá Leão. Ele é da Bahia. Então, da Bahia, vocês façam contato para procurar. Ele é o Relator-Geral. Esse é um cara importante, porque é um cara que vai definir o valor final.

E o terceiro, antes de chegar ao Relator-Geral, há um Relator específico da saúde, que é o Julio Lopes, do Rio de Janeiro. Então, com esses três que estou citando aqui – Deputado Julio Lopes, Deputado Cacá Leão e o Senador Dário Berger – nós vamos ter que fazer um trabalho específico.

Eu quero também registrar que a nossa Senadora... Senadora, por favor, fique de pé. A Senadora é extremamente tímida. A Senadora esteve presente na última reunião do dia 23, no Rio de Janeiro, naquela conferência do Rio, e ela me trouxe um relatório do que foi discutido lá para que possamos... Nós estamos coletando dados para apresentar. Hoje o nosso assessor jurídico daqui vai distribuir para vocês um boneco. É como se fosse um rascunho, Senadora Maria do Carmo, para eles anotarem aquilo que eles acham que esteja faltando, uma contribuição para dar, para podermos ouvi-los como um todo. Porque eu acho que, se errarmos, vamos errar juntos, e, se acertarmos, vamos acertar juntos. Vamos fazer uma coisa importante.

As pessoas estão preocupadas com prazo. Esta Subcomissão tem prazo para funcionar até o final do ano que vem. Eu quero ver se nós terminamos isso antes, muito antes, mas não se preocupem com o prazo; preocupem-se em apresentar alguma coisa para o Senado que seja bem feita, que tenha lógica e que seja exequível, porque não adianta colocar coisa que seja também inexecutável. Nós temos de fazer uma coisa que, diante de tudo, seja uma coisa exequível para todos nós aqui.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que a Senadora Maria do Carmo desse, pelo menos, uma amostra do que foi – muita gente daqui estava lá, nessa reunião, imagino... Estavam? *(Pausa.)*

Senadora Maria do Carmo, eu tenho... Vou falar publicamente aqui, não há problema nenhum. Eu sofri um problema, eu tive uma obstrução coronariana, fiz um cateterismo, mas, apesar disso, fui atendido prontamente, estou bem e a maior prova disso é que estou aqui. Fiquei fora algumas semanas, por restrição médica, mas, agora, eu me sinto muito bem e eu quero terminar este trabalho junto com vocês.

Vamos, então, à fala da Senadora Maria do Carmo, que eu acho importante, para que ela possa dizer qual a impressão que ela teve.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – A reunião foi no Rio de Janeiro, presidida por Regina Próspero, que estava lá; todos os países da América Latina estavam lá, representando seus países. A próxima será em Bogotá, no próximo ano, e foi muito importante, porque todos os que participaram, todos, têm problemas com relação a medicamentos, porque, lamentavelmente, são doenças que só podem ter gente rico, porque os medicamentos são extremamente caros, não em relação à doença, é porque nem todo mundo pode dar R\$800,00 num medicamento por mês.

Então, foi muito importante, e eu lá avisei que o senhor não estava presente porque teve um probleminha de saúde e disse da emenda que o senhor colocou na Comissão de Assuntos Sociais, e foi aprovada por todos. Precisamos só aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Na Comissão.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – ... na Comissão de Orçamento. E foi muito importante.

Era só isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado.

A Senadora Maria do Carmo é uma pessoa extremamente dedicada, mas muito reservada. Dá para percebermos, não é tão falante como eu.

Eu vou pedir para a Regina que faça uso da palavra e eu vou pedir, então, que o prazo de dez minutos seja respeitado.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Presidente, há uma comissão, aqui, de Sergipe. Ela é de Sergipe, estão também os Presidentes de Pernambuco e do Ceará. Os três estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero registrar então e agradecer a presença dos representantes de Sergipe, do Ceará e de Pernambuco, é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradeço muito, agradeço muito.

A SRª DIANA BATISTA *(Fora do microfone.)* – Nós representamos a Federação das Associações de Doenças Raras do Norte e Nordeste. Agradeço muito à Senadora do meu Estado, com muito orgulho. É uma honra tê-la como Senadora. E muito obrigada pelo nosso retorno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Obrigado a você.

Drª Regina.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Boa tarde a todos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer um breve relato da situação em relação a esta reunião desde o primeiro dia, desde a reunião de agosto, na qual foi eleita uma comissão com cinco associações mais a Interfarma, seis, para representar as associações do Brasil e montar um documento, trazendo aqui para a Comissão os pontos mais específicos e mais urgentes para serem discutidos pelo Senado.

Essa comissão se reuniu em São Paulo, no último dia 4/10, e foi elaborado um documento, o qual eu o porto aqui, foi enviado já para a Comissão dos Senadores, para que fosse analisado e transformado em algum ato mais imediatista para resolver o nosso problema enquanto pacientes e familiares de doenças raras.

Esse documento, o Dr. Flávio até já me passou que alguns itens não seriam cabíveis, porque não podem fazer parte da Comissão, eles não estão dentro do escopo da demanda do Senado, mas eu acredito que contemple boa parte de todas as necessidades das associações.

Algumas associações mandaram as suas contribuições e elas foram condensadas aqui neste documento. Dentre elas, o que foi solicitado:

Ampliação do teste do pezinho para detecção precoce de um número maior de doenças raras, de acordo com as tecnologias e diagnósticos já disponíveis no Brasil, mas ainda distantes da maioria dos cidadãos.

A isenção de impostos. O Dr. Flávio me falou que este não pode constar desse projeto de lei, que o Dr. Flávio vai distribuir para todos nós em forma de boneco.

Pedimos também um maior debate em torno do PLC 56. E aí ele pediu que nós também conversássemos com o Senador que está com a relatoria, e isso já está sendo feito.

A revisão dos marcos infralegais do Ministério da Saúde sobre compras públicas, especialmente no que tange ao prazo de entrega dos medicamentos para doenças raras, para que a gente não passe o que a gente está passando neste momento. E a gente pode até agradecer a intervenção do Senado porque eles estão nos ajudando muito desde lá detrás, o que tem sido essencial para resolver um pouco dos nossos problemas.

A adoção de medidas do Poder Executivo, como aperfeiçoamento da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, que é a Portaria 199, para incluir doenças que ainda não estão contempladas na portaria.

O aperfeiçoamento da gestão do SUS, com o fim de garantir a realização de exames genéticos já incorporados, mas que, por algum motivo, não estão sendo realizados.

A capacitação de serviços de saúde para melhorar o diagnóstico de doenças raras, por exemplo, como o uso da ferramenta como o Telessaúde.

O acesso universal aos centros de referência em doenças raras. Eles vão colocar também nesse projeto de lei para que a gente possa ter uma rede bem integrada.

O aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento dos Centros de Referência de Doenças Raras.

O estabelecimento de uma rede de credenciamento de Centros de Referência de Doenças Raras.

O aperfeiçoamento do procedimento de incorporação de novas tecnologias na Comissão Nacional de Avaliação de Tecnologias em Saúde, incluindo definição de prazo para incorporação de medicamentos, definição de um procedimento *fast track*, que é mais rápido, para avaliação da





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

incorporação; adoção de avaliação multicritério nos processos de incorporação de novas tecnologias e a publicação, pelo Ministério da Saúde, de protocolos clínicos e diretrizes já aguardados desde 2015.

Há outras situações aqui que também nós colocamos, como o aperfeiçoamento da pesquisa clínica, que é a participação no debate em torno do PLS 200, de 2015; aprovação de normas específicas; a inclusão da Agência Nacional de Saúde Suplementar no debate sobre as doenças raras – a gente percebe que eles estão muito omissos nessa situação e é cabível que eles também participem, uma vez que, no final das contas, talvez eles emparem todo o nosso processo; o fortalecimento de mecanismos de fiscalização das políticas de saúde pelos usuários do SUS, o que carece muito da nossa presença.

A gente percebe hoje, até comentei com o Dr. Flávio, que nós gostaríamos de mais transparência em relação à Conitec na situação da incorporação de medicamentos aos quais nós não temos acesso. E quem sabe até destinar uma cadeira para o usuário nesta Comissão, para que nós possamos estar juntos em toda essa avaliação.

Algumas prioridades listadas já podem ser, como aquelas do GT, passíveis de implementação pela CAS, tendo em vista a competência do Senado Federal e seu papel imprescindível na construção e no aperfeiçoamento dos marcos legais pertinentes ao tema.

A gente pede que a CASRARAS inclua em seu plano de trabalho os temas acima destacados, visando um aprofundamento do debate em torno de cada uma das suas próximas reuniões. O GT tem a oportunidade de apresentar contribuições relativas a cada um dos temas acima destacados, com maior profundidade. Dessa elaboração de documento participaram: a Acadim (Associação Carioca dos Portadores de Distrofia Muscular), a Afag (Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves); a AME (Amigos Múltiplos pela Esclerose); a Casa Hunter; o Instituto Vidas Raras e a Interfarma.

Eu gostaria também de fazer dois comentários. A Clarinha me solicitou que falasse sobre a situação do Cough Assist – é assim que fala? –, que foi retirado do requerimento de encaminhamento do PSL, foi engavetado. E para todos que precisam do Cough Assist essa situação é muito difícil.

O Cristiano, do Rio de Janeiro, me solicitou que falasse, Senador, sobre a triagem neonatal no Rio de Janeiro, que está em estado caótico. Nem as seis patologias que são obrigatórias no exame do pezinho estão sendo realizadas no Rio de Janeiro. Eles estão passando neste momento por uma reunião com o secretário.

Em relação às reuniões com o Ministro da Saúde. Há mais ou menos um mês nós tivemos uma reunião com o Ministro da Saúde, Dr. Marco Fireman, que solicitou a nós que passássemos uma lista das pendências de compra dos medicamentos para eles, que eles dariam uma atenção a esses pacientes.

Isso foi feito. Algumas associações contribuíram, mandaram para nós as suas pendências. O Ministério programou uma compra. Foi feita uma compra até inferior àquilo que nós imaginávamos, mas já estamos de posse da informação de que uma segunda compra já está sendo engatilhada para cobrir aqueles pacientes que ainda não entraram na primeira lista de compras.

Então, precisamos até acreditar que isso tudo vai acontecer, para que os nossos pacientes não fiquem desassistidos e para que algumas situações desagradáveis, como morte de pacientes, não ocorram. Algumas mortes a gente pode creditar a uma falta de medicamento; outras eu acredito que seria leviandade da nossa parte creditar a isso.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, nós estamos, enquanto associação de pacientes – não só o Instituto Vidas Raras como outras associações também e seus parceiros –, ativamente presentes no Ministério da Saúde e nos órgãos colegiados, defendendo os nossos pacientes da melhor forma possível.

Peço até àqueles que não fizeram a sua contribuição – eu acho que dá tempo –, assim como a Simone comentou que ela não conseguiu mandar nenhuma contribuição... A Simone não precisa de medicamento. Os pacientes que ela assiste dependem de alimento proteico e, infelizmente, também não estão contemplados.

Então, eu acho que a Simone pode mandar encaminhar toda essa demanda que ela vai ser inserida, porque o boneco ainda está em formulação. Na próxima reunião eu acredito que já vai haver um escopo maior para que possam todos ser contemplados, da melhor forma possível, dentro da capacidade e escopo de cada alçada. Nem tudo o que a gente pede é cabível de acolhimento. Infelizmente é uma verdade. Nós estamos bem acolhidos pelo Senado, mas algumas coisas a gente não pode ter por aqui, e aí a gente vai procurar quem mais possa nos ajudar.

Eu tenho ainda um minuto e meio, mas eu acredito que falei boa parte daquilo que precisava. Vou dar a palavra para outro. Se precisar, depois eu completo, no final. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Obrigado, Regina.

O que a Regina fala, por exemplo, é quanto a essa questão de você fazer anistia de impostos. O Senado não tem essa prerrogativa. A prerrogativa de anistiar imposto é só do Executivo. O que nós podemos fazer é pedir, nós podemos pressionar, mas nós não temos... O Senado não pode fazer um projeto de lei anistiando imposto. Não sei se ficou claro isso, porque isso é uma prerrogativa específica do Executivo, no caso, do Governo.

Então, algumas coisas... Mas nós vamos colocar isso francamente com vocês, porque a pior coisa que existe é você criar uma expectativa de alguma coisa que você já sabe de antemão que não vai acontecer. Isso nós não vamos fazer. Agora, nós vamos estar juntos na luta com vocês. Só se vocês não quiserem, mas esta Subcomissão vai estar presente na luta de vocês.

Eu vou chamar agora o representante da Conitec, Sr. Daniel Zanetti Scherrer. É isso?

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Isso. Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, ele que me deu errado. Você é da Saúde, não é?

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Sim, do Ministério da Saúde, da Conitec.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Da Conitec. Então, está certo.

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Boa tarde a todos. Queria novamente agradecer a possibilidade de falar aqui um pouco sobre que o Ministério da Saúde está fazendo a respeito das doenças raras. A Conitec, que eu represento, junto com a Jorgiany, já participou das últimas reuniões da CASRARAS, que houve aqui mesmo – da 2ª Reunião.

Foram levantados alguns pontos que são de competência da Conitec, do DGITS, que a gente está representando aqui. Portanto, através da Lei 12.401, de 2011, foi estabelecida a Conitec, que é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Essa comissão que tem por objetivo assessorar o Secretário da SCTIE à incorporação de novas tecnologias no SUS.

Nosso departamento vem trabalhando arduamente com os pacientes e com as associações de doenças raras. Eu consigo ver vários rostos conhecidos aqui, com os quais a gente trabalha e tenta





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fazer um vínculo próximo para melhorar tanto a informação aos pacientes de doenças raras, assim como a incorporação e os protocolos.

Neste momento, o departamento tem 36 protocolos para doenças raras e estamos elaborando novos protocolos, como mucopolissacaridose I e II; pompe e fabre. Recebemos algumas críticas na última reunião a respeito do protocolo de mucopolissacaridose II, por exemplo, o que vai entrar já nessa próxima reunião da plenária da Conitec, que acontece este mês – desculpe-me, pois hoje é o último dia do mês –, no mês que vem. A partir disso, ele será encaminhado para consulta pública, em que a população, de modo geral, pode contribuir com informações para o melhor entendimento desses protocolos.

Nessa reunião que a Regina citou, por exemplo, do Secretário da Saúde e do Secretário da SCTIE, a gente estava presente – eu estava presente – e estamos tentando trabalhar no sentido de fornecer os medicamentos de forma mais rápida para esses pacientes.

Do PL nº 56, que foi citado aqui também, no último mês, participamos de algumas reuniões a respeito, para tentar, de fato, levar isso para frente com melhor qualidade e da melhor forma possível para atender a todos os pacientes de forma igual.

Eu acho que vou ser bem breve. Não vou ocupar todo o tempo. Prefiro que sobre tempo para perguntas mais pontuais. Talvez a Jorgiany possa complementar com alguma informação que ela ache necessário.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Por favor.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui.

Acho que é só referendar o que o Daniel falou e dizer da nossa disponibilidade em estar aqui para ouvir vocês, para ser a voz de vocês dentro da Conitec, levar os anseios, levar as decisões daqui de dentro, os anseios daqui de dentro, para que a gente possa levá-los ao plenário para conhecimento e que possa haver ações lá no plenário da Conitec.

Na reunião passada, na qual eu não estava, mas foi falado do nosso projeto de haver um congresso com os pacientes, um *workshop*, no qual a gente pudesse levar associações de pacientes. Isso foi feito. Para a nossa alegria aconteceu há quase duas semanas. Estou vendo aqui muitas pessoas que estiveram lá conosco. Isso para gente foi um marco dentro da Conitec, dentro do DGITS. Foi com muita alegria que nós os recebemos e recebemos associações de pacientes do Brasil inteiro.

Eu acho que foi um pontapé inicial. Trabalhamos no intuito de agregar conhecimento, de trazer vocês para dentro e trazer a voz de vocês para dentro do Ministério da Saúde, para dentro da Conitec.

Então, eu queria agradecê-los pela presença, a todos que estão aqui, a todos que não estiveram, e nos colocar realmente à disposição. Estamos aqui para escutá-los e para ser a voz, porta-vozes técnicos das doenças raras e de todos esses anseios dentro da Conitec e do Ministério da Saúde.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado ao Daniel e à Jorgiany.

Quero passar a palavra agora à Daniela Marreco Cerqueira, gerente de produtos biológicos da Agência de Vigilância Sanitária.

A SRª DANIELA MARRECO CERQUEIRA – Boa tarde a todos. Agradeço pelo convite para estar aqui novamente na reunião desta subcomissão para discutir sobre doenças raras. É importante a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agência poder acompanhar esse tema e fazer o que está ao nosso alcance para permitir a disponibilização de medicamentos para o tratamento e diagnóstico dessas doenças.

Com relação ao que a gente conversou, na última reunião, o que eu trago para vocês de atualização é que a norma de doenças raras teve a revisão das contribuições recebidas durante o período de consulta pública já finalizada.

Após essa finalização, foi realizada na agência uma reunião, no dia 28 de setembro deste ano, com associações da indústria farmacêutica e associações de pacientes também, para apresentação da proposta final da normativa.

Com isso, eu acredito que, até o final do ano, a gente vai conseguir publicar essa resolução, que vai permitir o registro e a condução de ensaios clínicos no Brasil de medicamentos para doença rara de uma forma bem mais célere.

Eu vou destacar alguns pontos dessa proposta aqui, conforme foi discutido nessa reunião, na agência, como mencionei.

Então, a norma estabelece procedimentos especiais para ensaios clínicos, para a obtenção de certificado de boas práticas de fabricação e para registro de medicamentos para tratamento, diagnóstico ou prevenção de doenças raras.

Um aspecto bem importante dessa proposta é que ela determina que a certificação de boas práticas de fabricação, por exemplo, que é um documento necessário para o registro, ele terá o prazo de 120 dias para ser concedido pela agência, que é um prazo inferior ao que vem sendo praticado atualmente. Além disso, o prazo para registro, nos casos em que houver exigência técnica, os medicamentos podem ser registrados em até 135 dias, que também é um prazo bem inferior ao praticado atualmente e até ao praticado em outras agências do mundo.

Os prazos que a gente tem observado na agência norte-americana, na agência europeia, são em cerca de trezentos dias para o registro de medicamentos novos. Então, esse prazo é pelo menos a metade do prazo atualmente praticado e também internacionalmente, e vai representar a entrada mais célere desses produtos no mercado.

Além disso, essa norma vai permitir que os medicamentos para doenças raras sejam submetidos com documentos "parciais" – entre aspas. Ela vai flexibilizar alguns requerimentos, exatamente para garantir o acesso precoce a essas medicações. Isso vai estar bem estabelecido na proposta. Além disso, vai permitir a assinatura de um termo de compromisso entre a agência e a empresa, para que alguns documentos que não estiverem disponíveis no momento do registro possam ser apresentados posteriormente. Tudo isso com vistas a permitir o registro antecipado desses produtos e também a condução de ensaios clínicos.

A norma também traz que a solicitação de preço do medicamento deve ser solicitada à Anvisa no mesmo momento em que é solicitado o registro sanitário para a gente não ter aquele problema do medicamento que é registrado e que não tem solicitação de preço pela empresa, e, portanto, ele não entra no mercado nacional. A norma também coloca um prazo para a empresa comercializar esse medicamento no Brasil, porque hoje a realidade que a gente observa é que, em muitos casos, as empresas registram medicamentos para doenças raras, mas não pedem preço ou mesmo pedem o preço e não nacionalizam esse produto, e o produto não é comercializado em território nacional.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a norma vai exigir que a comercialização ocorra no prazo de 365 dias após o registro, sob pena de cancelamento do registro do medicamento. São as ferramentas que a gente consegue normatizar para viabilizar o acesso precoce a essas medicações destinadas a doenças raras.

Além disso, a Anvisa também tem trabalhado em outras formas de agilizar o seu processo de registro de medicamentos diante da publicação da Lei 13.411, de 2016, que trouxe novos prazos para a concessão de registro e de pós-registro na agência. Então, o que não estiver contemplado nessa norma de registro de medicamento para doenças raras, vai ser tratado na norma de priorização que também já teve a consulta pública publicada e finalizada. E essa norma vai trazer a possibilidade de priorização de petições de pós-registro que estejam relacionadas a medicamentos para doenças raras. Com tudo isso, a agência espera poder agilizar o seu processo regulatório para essa categoria de medicamentos.

Por fim, eu queria colocar que a gente também participou dessa reunião, no Rio de Janeiro, com a apresentação de uma palestra relacionada ao registro de medicamentos e que a agência continua à disposição para discussão tanto com as empresas quanto com as associações de pacientes para o que a gente puder fazer para contribuir com o acesso da população a esses medicamentos.

Eu estou à disposição para qualquer questionamento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu queria fazer uma proposta.

Eu queria um grupo de Senadores, três ou quatro, e um grupo de representantes de entidades para ter, não uma audiência pública, mas uma reunião com o pessoal da Anvisa, técnicos da Anvisa e o pessoal da Conitec. Porque eu acredito que numa reunião menor a gente possa tratar disso e estabelecer algumas soluções, deixar claro essas coisas. A Daniela trouxe informações importantes, e acho que isso é importante. E, se isso pudesse ser na semana que vem, para nós...

Não sei se vocês concordam com isso, mas só teriam que organizar. Não pode ser um número muito grande, mas um número representativo porque a gente pergunta, responde, "olha, isso aqui...", o aspecto mais prático disso.

Você concordaria com isso, Daniela? Dá para a gente fazer isso? Pode ser?

A SRª DANIELA MARRECO CERQUEIRA – Vou ficar à disposição para participar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Poderia ser feito no meu gabinete, é um gabinete amplo. Acho que dá para todo mundo se reunir lá, vou chamar os Senadores e aí a gente conversa sobre isso. Vamos marcar um horário que seja factível para todo mundo, e a gente já faz isso.

Eu pergunto para o pessoal da Conitec se é possível. É possível isso?

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Se for semana que vem só não podemos dias oito e nove, porque temos plenária da Conitec. Nos outros dias estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Oito e nove são que dias da semana?

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Quarta e quinta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pode ser na terça então.

Pode ser terça? Para vocês aí pode ser terça-feira?

Vocês concordam que a Regina pode fazer isso ou vocês querem discutir isso entre vocês?

A SRª SIMONE AREDE – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pode.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – Quando diz respeito às doenças que precisam de dieta tem que ser alguém que entenda. (...) precisa de um remédio? Não, é o contrário. Nós usamos remédio em algumas dessas patologias – um grupo de doenças metabólicas que precisam de remédios caríssimos, só que nós não temos o alimento.

Então, o Governo dá o remédio para esses pacientes, gasta uma fortuna, mas esses pacientes não têm a qualidade de vida que poderiam ter, não têm uma adesão boa ao tratamento. Então, acaba ficando tudo ruim porque eles não podem comer nada. Eles precisam dos alimentos especiais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Tudo bem, mas nessa reunião esse assunto poderia ser colocado. Eu acho que a melhor forma de fazer isso é colocar para eles poderem levar a dificuldade.

Não adianta só...

A SRª SIMONE AREDE – Agora a gente usa uma fórmula, todos esses pacientes usam uma fórmula. Essa fórmula hoje a Anvisa liberou o registro. A primeira que apareceu no Brasil já teve pessoa até que faleceu, um monte passou mal. Apareceu a segunda agora e há vários pacientes passando mal; e já há uma terceira que ganhou uma licitação e que no rótulo dela tem um *site* que a pessoa entra e nem existe.

Então, a Anvisa pegou isso aí que serve como um medicamento – isso é um medicamento para os pacientes que têm erro inato de metabolismo – e liberou tudo. Qualquer um pode fabricar.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Você pode me passar o nome dessa fórmula?

A SRª SIMONE AREDE – Eu te passo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Por essas coisas é que estou sugerindo porque é uma forma de você colocar o problema, passar o problema, passar a fórmula e que a gente possa corrigir isso.

Eu acho que essa é a melhor forma de fazer. Porque, senão, nós vamos transformar essas coisas num monte de críticas e eu já participei de três ou quatro e, no final, não tem solução. E eu quero chegar ao final disso daí com alguma coisa concreta. Vamos criar uma secretaria, vai ter gente especializada, nós vamos fazer. Alguma coisa que seja real, que seja concreta. Senão, vamos ficar o tempo todo fazendo críticas e não temos resultado.

O SR. ANTONIE SOUHEIL DAHER – Senador, sugiro que as associações de pacientes que fazem parte da Subcomissão de Raras participem desta reunião para poder debater pessoalmente todos esses assuntos que foram discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas é muita gente.

O SR. ANTONIE SOUHEIL DAHER – Na Subcomissão são cinco associações.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Cinco associações. Ah, sim. Tudo bem. Então, todos concordam que essas cinco virão?

O SR. ANTONIE SOUHEIL DAHER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu vou convidar os Senadores que quiserem participar e estarei no meu gabinete, que fica no 24º andar do Anexo 1.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª TERESINHA CARDOSO (*Fora do microfone.*) – Sou da Sociedade Brasileira de Genética e gostaria que a sociedade participasse.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Nós procuramos, Profª Teresinha, e queremos a participação dos geneticistas. A senhora já está automaticamente convidada também.

Eu acho que fica bem assim. E agora vou chamar o Eduardo David Gomes de Sousa.

A SRª MÔNICA MARIA VIEIRA ADERALDO (*Fora do microfone.*) – Senador, a gente tinha uma solicitação de que viessem também algumas pessoas que não fazem parte agora da Comissão, que possam também ter voz. Pelo menos as que ficaram fora desta Subcomissão, porque só temos ainda um número limitado de associações.

O senhor está entendendo?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas aí eu não tenho critério porque tenho que chamar os outros Estados.

A SRª DIANA BATISTA – A gente pode representar com a federação o Norte e o Nordeste. A gente pode representar o Norte e Nordeste nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Gente, olha, eu vou discutir isso com vocês. Eu não estou dizendo não, mas a não ser que os outros Senadores concordem, porque nós temos Senadores de vários Estados e aí eu crio um problema de critério, não de pessoas.

Eu tenho que ter um critério. São cinco associações. Ótimo, então essas associações representam as entidades.

A SRª DIANA BATISTA – Senador, desculpa eu interromper, mas é interessante também que seja regional pelo menos, porque...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Isso nós podemos, com o tempo...

A SRª DIANA BATISTA – ... representando uma região porque existem problemas pontuais de cada região que...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas nós podemos discutir isso daí de forma assim: "olha, vamos marcar uma reunião específica Norte, Nordeste, Centro-Oeste", e aí podemos resolver.

A SRª DIANA BATISTA – Mas é dessa reunião também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Nessa reunião eu não tomo esse compromisso com você porque vou criar problema com o meu critério.

A SRª DIANA BATISTA – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Aí eu vou ter de conceder isso, pelo menos, para todos os Estados que quiserem participar. São 27.

Com a palavra o Sr. Eduardo David Gomes de Sousa.

Senadora, eu converso com a senhora a respeito disso e vamos resolver esse assunto do pessoal.

O SR. EDUARDO DAVID GOMES DE SOUSA – Boa tarde, meu nome é Eduardo David, eu faço parte da Coordenação-Geral de Atenção Especializada. Para quem não conhece, nas inúmeras outras apresentações que a gente fez, a minha coordenação é que sedia a construção, o acompanhamento e monitoramento da Portaria 199, de 2014.

E é pelo motivo de já ter sido apresentado em inúmeras outras ocasiões que eu vou ser bem breve aqui também porque acho que é importante a gente focar aqui hoje no desenrolar das últimas ações e nas demandas, pleito se sugestões que vocês vão trazer no momento que for aberto para vocês.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem a nossa Portaria 199, de 2014, que estabeleceu a política de atenção integral às pessoas com doenças raras, estabeleceu os centros de referência e as unidades de atenção especializada, os 15 exames de biologia molecular e citogenética e o procedimento de aconselhamento genético. E também, nessa mesma iniciativa, a gente teve as diretrizes clínicas.

Estamos no momento em que completamos por volta de um ano das primeiras unidades habilitadas no âmbito da política. Eu acho que é um momento bacana para a gente, de fato, iniciar um processo de revisão da política, se é uma política que está sendo efetiva, se está funcionando na ponta.

Nós temos hoje sete serviços habilitados que são: Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba; Apae de Anápolis, Goiás; a ACD, de Recife; o Hospital de Apoio aqui do Distrito Federal; Hospital das Clínicas, de Porto Alegre; o Instituto Fernandes Figueira, no Rio de Janeiro; e um ambulatório de especialidades da Faculdade de Medicina do ABC, lá em Santo André, São Paulo.

Nós temos agora duas unidades Salvador que passaram já pelo crivo da avaliação técnica da nossa coordenação, estamos aguardando apenas o recurso financeiro para ser habilitado também que é a Apae e o Hospital Universitário Professor Edgard Santos, as duas em Salvador, e temos oito processos sendo avaliados na nossa coordenação. E é necessário deixar bastante claro que o avanço e a evolução da avaliação desse processo depende muito do *feedback* que é dado pelos gestores locais, do gestor municipal e do gestor estadual.

Então, alguns desses processos encontram-se na nossa coordenação há um certo tempo. Por conta das pendências e desse vai e volta de documentação entre os gestores, estão lá parados esses oito serviços.

É interessante a gente focar em como a ampliação das redes vai impactar diretamente no sucesso dessa política. Hoje somos sete unidades habilitadas, perante a portaria. A gente tem mais duas saindo e mais oito paradas. Acho que à medida que a gente for ampliando, as respostas da portaria vão estar mais claras. Então, a gente se encontra nesse momento em revisão. Já fizemos uma revisão interna – dentro do Ministério da Saúde – da portaria. Agora vamos chegar ao momento em que vamos abrir para os outros parceiros.

É importante, também, sempre frisar que a Portaria 199 foi construída coletivamente, lá em 2012, 2013, com a participação das sociedades de especialidades, dos conselhos de regulamentação profissional, das associações de pacientes, dos serviços que já realizavam a atenção, o diagnóstico e o tratamento das pessoas com doenças raras e com os órgãos governamentais. Então, foi de uma participação coletiva e social bem intensa.

Da mesma forma, a gente pretende fazer a revisão no mesmo formato. A ideia é a de que abramos agora para participantes da Sociedade Brasileira de Genética Médica, por exemplo – falamos com a Dr^a Carolina e a Dr^a Dafne esta semana –, e também para algumas dessas associações. São muitas as associações. Acho que a gente pode até utilizar essas cinco que já fazem parte da Subcomissão como referências. E também outras pessoas e outras parcerias e outros institutos que podem contribuir bastante com essa revisão.

Repito, temos um ano das primeiras habilitações. Desses sete habilitados, a gente evidencia hoje produção informada, registrada e aprovada no sistema de informação do SUS, de apenas quatro. E temos aí uma previsão de habilitação de mais duas unidades.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é isso, por enquanto. Acho que prefiro abrir realmente para a participação de vocês e para as suas contribuições também.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Vou pedir à Regina para fazer as perguntas. Ela representa aqui as entidades. Fica mais fácil. Até porque ela tem uma intimidade maior com aquilo que vocês estão perguntando.

A SRª REGINA PRÓSPERO – A primeira pergunta é para o SAS. Por que o prazo de 180 dias para o fornecimento de um produto incorporado, por vezes, deixa de ser cumprido pelo Ministério da Saúde? Há alguma medida para a solução desse problema?

O SR. EDUARDO DAVID GOMES DE SOUSA – Se não ficou claro para todo mundo, esses 180 dias da questão são aqueles 180 dias de prazo que o Ministério tem para incorporar a tecnologia que foi aprovada e recomendada pela Conitec. Os 180 dias, seis meses, são necessários, muitas vezes, porque algumas dessas soluções, dessas tecnologias, têm um mercado produtor às vezes até muito restrito. É necessário um prazo para que as próprias indústrias, muitas vezes, se adaptem para o fornecimento para um sistema de saúde do porte do SUS.

Em outros casos, são necessárias adaptações no sistema de informações do SUS para que a gente possa incorporar tais procedimentos, tais medicamentos. Então, o prazo existe para que uma série de atores consigam, nesse prazo estabelecido, estabelecer as questões necessárias para a incorporação, de fato, desse procedimento, desse medicamento, dessa solução, dessa tecnologia, na tabela do SUS.

Há alguma medida para a solução desse problema? Qual problema? Às vezes, o Ministério não conseguir cumprir esse prazo? Realmente, é um prazo estabelecido na própria legislação dessa portaria, o prazo de 180 dias, para que o Ministério consiga colocar na tabela do SUS essa tecnologia recomendada.

As coordenações e todos os atores que fazem parte desse processo de incorporação das tecnologias ao SUS eles observam, de fato, esse prazo de 180 dias para a incorporação dessas soluções recomendadas no âmbito da Conitec.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Bom, a segunda pergunta. A segunda pergunta vai também para você: quais as medidas que o Governo Federal pretende implementar para que os Estados também implementem o credenciamento da rede de atendimento às pessoas com doenças raras? Na esfera federal, qual a expectativa para o aumento do número de centros de serviço credenciados na Portaria 199, pois até hoje temos apenas sete centros que foram credenciados?

O SR. EDUARDO DAVID GOMES DE SOUSA – Perfeito. Essa segunda eu acho que eu já respondi, né? Temos sete centros habilitados hoje no âmbito da portaria, mais dois engatilhados aí, aguardando recursos financeiros, e oito das quais a gente necessita de uma resposta às pendências documentais por parte dos gestores estaduais e municipais.

Sobre as medidas para se implementar os centros credenciados nos outros territórios, o Ministério não tem autonomia para fazer isso. Nós somos uma entidade federativa e não podemos obrigar a que os outros gestores credenciem centros. Então, a gente é reativo nesse sentido. E a gente também muitas vezes provoca no território a necessidade de se estabelecer esse tipo de serviço, né? E à medida que somos provocados pelos gestores municipais e estaduais, procedemos, conforme a portaria, à habilitação desse serviço.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA PRÓSPERO – Agora é uma pergunta até pessoal: as associações, o que elas podem fazer para ajudar esse serviço, ou esses centros nesse credenciamento, para que seja menos moroso? O que nós podemos fazer para ajudar?

O SR. EDUARDO DAVID GOMES DE SOUSA – Sempre que há pendências documentais, a gente encaminha para o respectivo gestor daquela unidade que vai ser habilitada. Nós mandamos, oficiamos, mandamos toda a relação de documentos pendentes, tudo o que está faltando para ser cumprido, em conformidade com a portaria, e aí, vai caber ao gestor daquele serviço no território providenciar o que de documento está pendente.

Nesse sentido, eu não sei até que ponto as associações podem contribuir, porque é uma questão de gestão governamental. Mas eu acho que a presença e a participação de vocês como associações, como grupos de pacientes familiares, provocando localmente a necessidade de se habilitarem novos serviços, é essencial.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Obrigada, Eduardo.

A terceira pergunta vai para a Conitec: é clara a maior necessidade de transparência no processo de incorporação de novas tecnologias pela Conitec. Há previsão de implementação da transmissão *on-line* das plenárias e votação da Conitec? Há possibilidade de implementação da paridade de equilíbrio na participação de representantes da sociedade civil? A Conitec pretende dar transparência aos multicritérios para incorporação de tecnologias?

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Bom, primeiramente com relação à transparência, essa é uma preocupação que a Conitec tem tido. A gente tem tentado, tem envidado esforços para que todas as ações dentro da comissão sejam colocadas, para que a sociedade possa ver, possa discutir. A gente tem tentado trazer a sociedade para junto da gente nessas decisões.

No processo de incorporação, os nossos relatórios estão disponíveis no nosso *site*. A gente tem um *site* bem completo, a gente coloca todo o parecer que foi estudado pelo plenário para ser votado naquele dia, com tudo, com todos os critérios que foram avaliados ali dentro. Depois disso, esse relatório é disponibilizado em consulta pública, todos os relatórios são colocados em consulta pública. É importante essa participação, a gente tem tentado divulgar o máximo possível essa consulta pública, porque é aí, é um instrumento que a sociedade tem, fica 20 dias em consulta pública para que a gente possa receber esse *feedback* da sociedade.

E aí, tanto de pacientes, de associações, de usuários daquela tecnologia, e também de profissionais de saúde, que dão aquela contribuição técnica. É importante salientar que todas essas contribuições são avaliadas e são respondidas.

Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Não, eu vou só interromper para perguntar para o nosso consultor jurídico, que é médico também, se, na lei, nós podemos exigir a transparência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Está aí?

Então, aí eles tiram um problema deles.

O SR. FLÁVIO VASCONCELOS – Até que nessa minuta não consta, mas eu já propus, por sugestão aí, naquela última reunião... É um respaldo. Eu não tenho, pessoalmente, crítica nenhuma à Conitec, mas é uma demanda que há, por transparência, e eu acredito que isso, tendo respaldo legal,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

seria bom até para os próprios técnicos da Conitec. Então, a gente faria uma modificação legislativa na Lei nº 8.080, naqueles artigos que mencionam todo o processo administrativo, os prazos que a Conitec tem para deliberar sobre essa questão da transparência, conferir maior transparência durante a tramitação dos processos. Há essa proposta de acrescentar isso.

Além de ser um projeto avulso, que a gente pretende apresentar, um dos artigos seria a modificação da Lei Orgânica do SUS no local onde se menciona a Conitec, exatamente para dar respaldo para vocês, para dar respaldo jurídico para quem demanda processos, não só pessoas que requeiram medicamentos para doenças raras, mas para que qualquer pessoa, com qualquer tipo de doença, tenha essa garantia.

Então, essa proposta está sendo elaborada também como modificação legislativa, para que isso seja positivado, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu penso que aí contribui com vocês a legislação.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – É; eu tenho pontuado aqui algumas ações que a gente tem tomado. A gente tem tentado, sim, buscar essa transparência, buscar essa aproximação, mas não quer dizer que a gente não possa melhorar, não é? Não quer dizer que esse processo tenha cem por cento de perfeição. A gente está buscando, sim; a cada dia, esse aperfeiçoamento para, realmente, de trazer à sociedade. Então, algumas ações a gente tem adotado para buscar o envolvimento da sociedade, buscar a participação e deixar os nossos processos claros e transparentes para a sociedade.

Estamos abertos, sim, a sugestões, já recebemos algumas que pretendemos levar para o plenário da Conitec. Vocês sabem, é uma comissão; então, participam várias instituições, além do Ministério da Saúde, inclusive a Anvisa tem assento. Então, pretendemos levar, sim, essas sugestões, que possam ser discutidas no plenário e, sim, quem sabe, implementadas.

Com relação a esses dois questionamentos da transmissão da plenária: isso ainda não foi discutido em plenário, tem alguma coisa, sim, acontecendo, algumas falas, mas não foi discutido em plenário ainda; e, com relação à implementação da paridade – instituições e representantes da sociedade civil –, isso aconteceria por meio de modificação da lei, uma vez que a lei estabelece quem são os representantes. Então, isso poderia acontecer, mas também não foi discutido em plenário ainda.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Tem prazo para ser discutido isso?

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Nós não tivemos ainda. A Conitec... Nós não recebemos nada formalmente com relação a essa modificação do plenário.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Sim, mas vocês fazem plenárias de quanto em quanto tempo?

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – As plenárias são mensais. São dois dias por mês e sempre na primeira quarta e quinta-feira do mês. E aí, assim, essas pautas são... Uma forma pela qual a gente tem tentado também buscar transparência é que essas atas das reuniões são disponibilizadas no *site*; a pauta também é colocada, para vocês saberem o que é que vai ser pautado na próxima reunião; e aí, depois, vem a ata e, juntamente, lá no *site*, naquela parte de relatório, a gente





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

descreve tudo que aconteceu dentro do processo de elaboração daquele relatório até a publicação final pelo Secretário da SCTI.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – É porque há uma ansiedade de parte das pessoas que participaram daquele encontro com um retorno das nossas reivindicações. Eu acho que muitas pessoas que estavam naquele encontro estão com essa mesma ansiedade. É que no final do evento nós colocamos as nossas reivindicações; então, o nosso desejo é que nos deem um retorno sobre essas reivindicações, entende? Então, por isso essa minha pergunta sobre se há uma previsão dessa plenária acontecer e de as associações que ali estiveram terem um retorno sobre se as nossas reivindicações foram acatadas e aceitas ou não, entende?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu tenho uma proposta a fazer: se o plenário concorda em transformar o pedido dela em recomendação, para que vocês possam levar para a próxima plenária, de que seja paritária a representação na Conitec com a sociedade civil organizada, principalmente as entidades.

Vocês concordam que isso possa se transformar numa proposta daqui?

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Sim.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Aí vocês já estão sendo provocados oficialmente, não é? Saiu da própria plenária da reunião.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – É, a transmissão *on-line* também.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Só para acrescentar, quero registrar que, quando nós fizemos todo o processo para a construção daquele encontro com os pacientes, a nossa intenção, ou seja, o produto final era esse: a gente ouvi-los e levar essas contribuições para dentro do plenário. Não foi à toa. A gente está construindo esse relatório do que foi falado e do que foi pedido, já está pautado para essa próxima reunião da Conitec esse relato desse encontro, do que foi discutido, do que foi pedido. Então, já está pautado para essa próxima Conitec.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ainda temos duas perguntas.

A SRª REGINA PRÓSPERO – É, na verdade eu consegui condensar em um tema só. É sobre essa fala mais de alimento, de fórmula proteica, fórmula nutricional. É para a Anvisa.

Qual a previsão para a publicação da Consulta Pública nº 355?

Existe a possibilidade de se discutir novamente a política de registros de fórmulas nutricionais?

E seria possível também convocar uma reunião junto com as associações de doenças raras para discutir o registro dessas fórmulas nutricionais?

A SRª DANIELA MARRECO CERQUEIRA – Eu entrei em contato agora com a Diretora Adjunta de Registro e Autorização, que é a área responsável por essa CP para registro de fórmulas nutricionais, e o que ela me passou é que a área de registro de alimentos realmente identificou, após a publicação da consulta pública, que existe uma necessidade de discussão adicional desse tema. Então, a área pretende discutir com a Vigilância Sanitária dos Estados, levar essa discussão para as Visas.

O Diretor Fernando, que é o Diretor dessa área da Anvisa, com certeza está aberto a reabrir a discussão da proposta para que possa ouvir essas contribuições, internalizá-las na agência e tenta harmonizar a norma final que vai ser publicada. Então, eu já passei essa informação para a Diretora Adjunta. Ela está sabendo da necessidade de discussão adicional e eu vou colocar também a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de uma reunião com as associações, com essas cinco associações. Acredito que não haverá problema algum para a gente discutir esse tema na Anvisa.

E aí eu peço a vocês, para que a gente possa já sair daqui com um encaminhamento que enviem para o e-mail da Diretoria, autorizacaoregistro@anvisa.gov.br, com a solicitação dessa reunião para que a gente possa agendar uma data com vocês.

A SRª SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – De preferência que sejam as associações que lidam com esse tipo de paciente, para que a gente possa relatar o que anda acontecendo com esses pacientes, porque as outras associações que não lidam com eles diretamente não sabem tudo que está acontecendo, quais são as reações que os pacientes estão tendo. Como a gente que lida todos os dias com eles sabe explicar melhor.

A SRª DANIELA MARRECO CERQUEIRA – Seria importante nesse e-mail, então, vocês já incluam quais são as associações com os contatos para que a gente possa enviar os convites.

A SRª SIMONE AREDE – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Aí a senhora concorda que seja uma reunião específica com as pessoas que tenham esse tipo de problema. Certo?

A SRª SIMONE AREDE – Certo, certo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, não vamos misturar. Terça-feira é uma reunião para a gente tirar as dúvidas. E fica aí, através de *e-mail*, a convocação de uma outra reunião para se tratar especificamente dessa questão da nutrição. Certo?

A SRª SIMONE AREDE – Certo. Só que nós temos três coisas que usamos: a fórmula, os alimentos e os medicamentos. A fórmula e o medicamento a gente recebe, só que esses pacientes não têm uma boa adesão. V. Exª pode perguntar a qualquer médico se a adesão ao tratamento é boa, porque não é. Ninguém fica sem comer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Por isso é que e estou dizendo que, na hora em que vocês reunirem essas associações específicas, vocês vão ser específicos na hora de trazer o problema.

A SRª SIMONE AREDE – A gente queria é que, no projeto de lei que vai ser criado aqui, fosse incluído também que, para os pacientes que precisam de uma dieta, sejam incluídos os alimentos próprios para eles. Esses alimentos não são alimentos que a gente compra no mercado, em lugares assim. São alimentos que vêm inscritos no rótulo...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – É uma formulação.

A SRª SIMONE AREDE – ... para fins medicinais. Isso é totalmente diferente dos alimentos que a gente come. O Daniel conhece porque já foi mostrado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Aí você poderia fazer uma sugestão ao Dr. Flávio, porque ele poderá ver se cabe no projeto de lei especificamente essa parte. Se você conversar com a pessoa responsável, de repente poderá sair de lá com um texto ou com uma minuta específica – não é, Dr. Flávio?

A SRª SIMONE AREDE – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Na reunião lá do Rio de Janeiro, Paula Brito, a moça da Casa dos Marcos de Lisboa, estava lá e me disse o seguinte: "Eu gostaria





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito que no Brasil tivesse algo parecido com a Casa dos Marcos". Eu até disse a ela, em Guarulhos, porque o Governador de São Paulo é médico.

Mas, hoje, conversando com outras pessoas aqui concordamos que isso seria muito interessante. Inclusive, ela disse que gostaria que a própria Casa dos Marcos fizesse isso. A Casa não é em Lisboa, é em Moita, que é uma cidade vizinha a Lisboa. É um grande hospital.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – A própria queria que se fizesse o quê?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Algo como a Casa dos Marcos, lá em Portugal.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Sim.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Eles têm já um *know-how*; eles têm a Casa dos Marcos, que foi fundada há três anos, e é uma casa única no mundo para acolher pacientes com doenças raras. É fantástica! Ela disponibilizou todo esse projeto e todo esse *know-how* para que possamos fazer isso aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – É uma sugestão bastante válida. Pelos menos da minha parte eu não teria...

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Eu entendi ela falar que é tudo de graça lá.

A SRª REGINA PRÓSPERO – A Casa dos Marcos é 90% subsidiada pelo governo de Portugal. Hoje, os pacientes com doenças raras têm que entrar através da Casa dos Marcos para terem um atendimento na rede pública deles, que é muito boa. Mas é uma Casa única. Eu já estive lá algumas vezes e, por isso, eu falei que é o meu sonho de consumo trazer essa experiência aqui para o Brasil, porque nós poderíamos levar – e essa já é uma experiência criada, isto é, não é preciso inventar a roda – aos pacientes aqui do Brasil.

O SR. ANTONIE SOUHEIL DAHER – Senador, nós temos a iniciativa, aqui no Brasil, entre Casa Hunter e Instituto de Genética para Todos... Nós adquirimos terreno em frente ao HCPA, Porto Alegre; está pronta a planta e será construído, a partir do ano que vem, o primeiro Centro de Atenção Integral aos Pacientes com Doenças Raras. Esse consórcio entre a Casa Hunter e o Instituto de Genética para Todos foi chamado de Casa do Raros, aqui no Brasil. E a ideia é construir vários centros desse modelo em vários Estados do País para poder atender os pacientes de uma forma bem produtiva, eficaz esses pacientes necessitados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Sim, mas nós poderíamos aproveitar essa experiência de Portugal até para inspirar a construção...

O SR. ANTONIE SOUHEIL DAHER – Sim. Nós temos até a planta. Está tudo quase pronto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Esse é um avanço muito importante.

O SR. ANTONIE SOUHEIL DAHER – Isso! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não.

A SRª TATIANE GARCIA SCHOFIELD – Senador, com essa proposta nova de PL, de iniciativa de vocês, aqui pela Comissão, como é que fica o PLC nº 56 que já está numa tramitação avançada aqui no Senado?





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que ele já passou, inclusive, pela CDH, veio da Câmara aprovado e agora está na última Comissão aqui no Senado, na CAS, com uma relatoria do Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu não tenho informação sobre isso. Vou ser sincero com você.

A SRª TATIANE GARCIA SCHOFIELD – Continua tramitando normalmente?

Esse novo, então, não vem como uma proposta de substituição, mas como uma proposta de somar, como mais uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Sim, é porque o Caiado é o Relator desta Subcomissão. Então, se ele quiser incorporar ou fazer um substitutivo, ele tem toda a liberdade.

A SRª TATIANE GARCIA SCHOFIELD – Claro! Obrigada, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não.

A SRª REGINA PRÓSPERO – As meninas da distrofia muscular pedem para perguntar à Conitec quais foram os critérios para a negativa do Cough Assist. Elas gostariam de saber porque não tiveram respostas e estão muito preocupadas com isso.

O Daniel pode responder?

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Acredito que sim. Participei com elas numa audiência pública na Câmara dos Deputados. Acho que foi no mês passado. Quando a gente participou dessa audiência, acho que ainda em tramitação, se não me engano, a proposta do Cough Assist. Não olhei hoje exatamente, porque voltei de férias nessa semana, mas até onde eu olhei da última vez, parece que foi negado por não conformidade dos documentos. Então, parece que a documentação não estava correta.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – É isso que a gente...

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – E, se a documentação não estiver completa, não pode ser avaliado pela Conitec.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Segundo a médica que apresentou o relatório, uma das negativas da falta de documentação foi a inexistência de um relatório de algum trabalho existente no Brasil, e ela afirma que esse trabalho está dentro do processo. Entende?

Então, a gente não está entendendo o porquê dessa negativa.

A SRª LUANA ARRUDA *(Fora do microfone.)* – Já é a segunda vez.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Já é a segunda vez. E você estava presente naquela audiência pública?

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Sim.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Você viu os vídeos que eu apresentei?

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Sim, claro.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – De três crianças, três meninos, um que não tivemos a possibilidade de usar o Cough Assist, e ele está internado num hospital do Rio de Janeiro. Está customizado, ocupando um leito de UTI há cinco meses.

E os outros dois, em que nós conseguimos fazer interferência no momento certo com o uso do Cough Assist, um com indicação para CTI, após o uso do Cough Assist, permaneceu na enfermaria e não foi para o CTI. Uma semana depois ele teve alta no abrigo, porque é um menino de abrigo. E o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

outro já estava na UI, indo para o CTI e, com o uso do Cough Assist, retornou para a enfermaria e uma semana depois ele estava em casa.

Então, assim, a gente não consegue entender por que uma tecnologia dessa... Há alguns anos me disseram que era um único fabricante. Hoje, nós temos dois fabricantes do mesmo equipamento. E já é a segunda negativa. Então, a gente não consegue entender como uma tecnologia dessa, um investimento desse, que, no final, vai trazer economia para os cofres públicos e desocupação de leitos de UTIs... A gente sabe que são coisas bem complexas. É bom para o paciente, é bom para o Poder Público, e a gente realmente não consegue entender por que essa tecnologia, insistentemente, não é incorporada.

Então, a gente queria conversar mais abertamente sobre isso. E esse é um dos motivos de a gente pedir essa transparência, essa participação. Talvez, se tivéssemos tido a oportunidade de apresentar esses vídeos, com depoimento das mães falando sobre o uso dessa tecnologia, o resultado tivesse sido outro.

Daí a nossa insistência na participação da sociedade e de quem vive as experiências, porque acho que a vivência do paciente e o relato dos médicos e dos fisioterapeutas que usam o equipamento são muito mais importantes do que a ausência de um estudo completo sobre isso. Existem estudos pontuais, e naquele momento foi ótimo o resultado. E o futuro? E o depois disso?

Mas quando você vivencia isso... Tenho 19 anos de Associação e há pelo menos dez anos eu vejo o uso desse equipamento e os resultados que ele traz, eu não consigo entender o porquê de a Conitec não incorporar essa tecnologia, que traz benefícios para os cofres públicos – volto a dizer – e para o paciente.

Agora, esse menino está traqueostomizado e vai morar no hospital. Ele não tem mais condições de retorno para casa. Entendem? Então, é duro a gente ver uma tecnologia como essa sendo negada mais uma vez.

A SRª LUANA ARRUDA – E a gente, por falta de transparência, não consegue colocar o que falta, porque o que vocês falam que falta a gente não entende...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUANA ARRUDA – Está lá dentro do processo, e a gente não consegue chegar junto da Conitec para falar: "Olha, está aqui. Está aqui dentro."

Então, são esses multicritérios que vocês falam que existem, mas que a gente, na prática, não acha.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Na verdade, essa tecnologia não chegou a ser avaliada. Eu não posso dizer que ela foi negada, porque ela não chegou a ser avaliada.

É uma questão legal que a documentação tem de ser apresentada para que essa tecnologia possa iniciar o seu processo de avaliação.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Mas a documentação está no processo. Segundo a médica que fez a solicitação, está no processo. Ela, como médica, não consegue entender, ela que fez tudo... E essa médica, além de médica, é mãe de um paciente com distrofia muscular e é uma pessoa que utiliza a tecnologia. Então, ela tem não só o conhecimento teórico, como o conhecimento prático, e ela colocou para a gente que ela não entende. Ela vai pedir a uma outra pessoa para avaliar, para ver o que faltou, porque ela, como médica, não consegue entender o que





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

está faltando. Imagine nós, como leigos. Não vamos conseguir entender nunca o que está faltando para a incorporação dessa tecnologia.

A SRª LUANA ARRUDA – Isso, Senador, é só para exemplificar. A gente pede até desculpas, mas é um exemplo dessa falta de transparência. Isso está faltando não só para a gente com distrofia, mas acho que para as doenças raras como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Olha, eu sempre acho que nós temos de buscar soluções. Eu não sei se essa médica se disporia a conversar isso...

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Com certeza. Eu não tenho dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Porque eu tenho certeza de que eles têm o maior prazer em aprovar isso. Por quê não? Quem é que quer ver uma pessoa sofrendo? Não é possível isso.

Por isso, eu acho que...

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – A gente só quer entender o que acontece, para poder resolver.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Por isso, eu acho que a solução está em colocar a pessoa que, como você disse, tem conhecimento teórico e prático. Estão dizendo que o documento não está presente, e ela é capaz de dizer lá: "o documento está aqui". E, aí, vocês analisem a partir do que você falou.

É possível isso?

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – A questão da transparência aí eu não vejo da forma como você está colocando, porque é muito transparente o que precisa ser apresentado.

Aí, a gente entra em outra questão. Se realmente precisa disso, se não precisa, aí é outra questão, mas é muito transparente a documentação que precisa ser apresentada.

Nós não furamos, em nenhum momento, a ter uma reunião. O representante que protocolou esse pedido de avaliação de incorporação, a qualquer momento, pode solicitar uma reunião com os técnicos da Conitec, do DGITS (Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde) no caso, para que possamos esclarecer e conversar sobre esse processo que está sendo protocolado. Nós estamos lá à disposição.

Toda negativa de não conformidade no processo vem acompanhada de uma justificativa, mas, se essa justificativa não ficou clara e o demandante não entendeu, nós estamos lá à disposição. Pode marcar uma reunião conosco.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Ótimo.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – A gente senta, conversa, mostra o que está faltando.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Ótimo, O.k.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Então, não temos problema nenhum em fazer isso.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Sim, nós agradecemos.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Nós estamos à disposição para conversar.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Nós estamos ansiosos demais mesmo por conta disso.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – A gente está à disposição para conversar.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E assim, eu só queria ressaltar que ele não foi negado, porque ele não foi avaliado ainda.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Sim, na verdade existem tendências.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Então, a gente está nesse passo e a gente pode acertar. A gente está lá para isso, para conversar, mostrar, adequar a documentação para que o pleito possa ser realmente submetido e avaliado pela comissão.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Sim. Na verdade, a gente precisa entender quais são as pendências para poder atender. Como a gente não consegue entender, fica difícil de atender.

Então, quando a gente fala de transparência é exatamente isso.

A SRª JORGIANY SOUZA EMERICK EBEIDALLA – Estamos à disposição para conversar.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Está o.k.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – A data vai depender muito, talvez, de como será a nossa agenda interna, mas o que a gente pode fazer é deixar um *e-mail* com vocês no final da reunião, talvez o nosso telefone, e, assim, vocês conseguiriam um contato mais fácil com a gente, e a gente pode agendar isso, dependendo das nossas agendas.

A SRª LUCIANA TRINDADE *(Fora do microfone.)* – A gente tem um grupo com um corpo multidisciplinar que pode embasar esse relatório... que pode dar esse embasamento. Eu acho importante.

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Mas só para ficar claro: a negativa não é quanto à tecnologia; a negativa é quanto ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Bom, eu não sei... As perguntas aqui acabaram, mas eu ainda tenho meia hora e queria...

Olha, um já levantou a mão ali para que pudesse usar...

Vamos ser objetivos. Não vamos começar numa coisa de...

Eu quero aproveitar.

Pois não. Pode falar daí.

O SR. RICARDO PADILHA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Sim.

O SR. RICARDO PADILHA – Boa tarde. Eu sou Ricardo Padilha, eu sou gestor governamental federal e sou voluntário da causa das doenças raras.

O que me impressiona é falar que processos atrapalham tecnologias. Processos são para desenvolvimento de tecnologias. Se o processo está atrapalhando, você tem que eliminar imediatamente os procedimentos, fazer com que sejam eficazes e rápidos, céleres.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Bom; eu mesmo vou te responder. Há um tempo atrás, o autor da lei foi o Senador José Serra e eu relatei. Os prazos que nós colocamos foram prazos bem...

O que ele está dizendo é que o processo tem que estar completo, pois eles exigem uma série de documentos. O que me parece é que, nesse processo, eles não começam a análise antes de estarem todos os documentos ali, e a proposta que eu fiz é que eles possam ter acesso – e é nisso que eu acho que você tem razão... Tem que dizer para a pessoa: "Olha, está faltando isso, isso e isso", até para eles





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

poderem colocar o que tá faltando e, assim, se proceder à análise. E não esperar que o pessoal... Mas eu acho que isso nós vamos resolver com essa reunião.

Mas muito obrigado...

O SR. RICARDO PADILHA – Só complementando: a justificativa, quando alguma pessoa morre, tem a eternidade para ser feita; agora, procedimentos e urgências têm que ser agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu concordo, mas como eles têm também uma norma lá... Porque aí é o seguinte – aí eu vou falar como médico que eu sou: você libera um medicamento, aquilo está tudo certo – não é o caso deles –, mas, se você não tiver o cuidado de examinar isso... Claro que não pode ser prazo de um ano, prazo de dois anos... Por isso é que nós limitamos o prazo. Mas, se você libera no mercado uma droga ou um medicamento que amanhã ou depois vai fazer mal a alguém, a responsabilidade é de quem autorizou.

Por isso que eu acho que a gente tem que ter calma com isso. Não é o caso de vocês – estou insistindo nisso. O que vocês querem saber é o que está faltando para começar a analisar a liberação....

A SRª LUCIANA TRINDADE (*Fora do microfone.*) – É porque se trata de uma questão de sobrevida. Vamos pensar que a gente tem um garoto lá há cinco meses e que não vai sair mais por duas negativas, e a gente não sabe o que está acontecendo. É só isso!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu entendo a angústia de vocês. Está presente aqui uma prima minha – e evito mencionar isso para não acharem que eu estou advogando em causa própria –, ou seja, eu tenho isso na minha família. Eu já perdi muitos tios e muitos primos em função de uma doença rara que... Por isso que é uma coisa que me interessa, sempre me interessou.

Há duas coisas aqui no Senado que me interessam muito: a primeira infância, porque, se quisermos uma sociedade melhor, temos que cuidar das crianças de zero até seis anos, principalmente nos três primeiros anos; e as pessoas que têm doenças raras. Há gente que morre sem saber o diagnóstico, e o que é pior: não são poucas, são 13 milhões de brasileiros que têm doenças raras. Eu acho que isso não é um assunto... Por isso que eu quero tratar isso com muito equilíbrio, mas não pensem vocês que eu não vou ser firme na hora que tiver que ser firme.

Eu só quis fazer não uma defesa, mas essa justificativa porque eu também não quero chamar pessoas aqui e essas pessoas serem... Porque fica muito fácil você chamar a pessoa e não...

Vamos juntos resolver essa questão; vamos entender ou vamos, pelo menos, ter a expectativa de que todos nós que estamos nesta mesa queremos a mesma coisa: resolver e melhorar o atendimento das pessoas que são portadoras de doenças raras. (*Palmas.*)

Eu gostaria agora que o Dr. Flávio, que é médico... Ele não é muito falante não, mas ele podia dar umas explicações.

Flávio eu gostaria que você...

Vocês receberam um boneco, e eu quero chamar a atenção... Porque saiu aí: "Projeto do Senado..." Não é um projeto; é uma minuta. Está escrito aí em cima: "minuta". Isso significa que vocês vão poder... E, aí, nós vamos tirar agora a minuta, vocês vão fazer as correções, vão fazer sugestões, e o Dr. Flávio, junto com o Relator, que é o Senador Ronaldo Caiado, nós vamos reapresentar a vocês. Nós só vamos achar que o trabalho está pronto depois que nós... Acho que a unanimidade, às vezes, é difícil, mas temos que ter uma maioria aqui, aqui no plenário, a favor do projeto que vai ser apresentado.

Acho que é o processo mais democrático possível.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Flávio.

O SR. FLÁVIO VASCONCELOS – Em princípio, a Comissão reflete muito do que é o Senado. A função do Senado não se restringe somente a legislar. Então, a questão dessa minuta seria parte da atividade.

Outra parte importante é a atribuição parlamentar de fiscalização, que, em grande parte, está sendo feita, por exemplo, como hoje: colocar em contato os atores envolvidos nessa questão, Conitec, Anvisa. Isso faz parte da atividade fiscalizadora do Senado e está sendo exercido dessa maneira, colocando-se em contato e pontuando-se até politicamente, com perguntas ao Ministro da Saúde, que nós enviamos.

Em relação ao componente legislativo, é claro que o País escolheu seguir algumas regras constitucionais, portanto nós temos limitações para legislar, porque poderíamos cair no terreno da inconstitucionalidade.

Para dar uma resposta a essas sugestões que nos foram apresentadas, por exemplo, em primeiro lugar, quanto à ampliação do teste do pezinho, o Senado já deliberou o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015, que já foi aprovado na CAS, Comissão de Assuntos Sociais. Terminativa, a matéria foi encaminhada à Câmara dos Deputados. É um projeto da Senadora Ana Amélia que torna obrigatório que o SUS faça revisões periódicas anuais do rol de exames que devem ser feitos no âmbito do teste dos rastreamentos, do teste do pezinho, com vistas à ampliação.

É claro que a gente não pode, por meio de lei, enumerar as doenças a serem rastreadas, porque são muitas. Existem questões técnicas que não cabem ao Senado. O Senado não é o órgão técnico para escolher que doenças serão rastreadas.

Portanto, o que nós fizemos foi um projeto de lei que já foi aprovado e já está para apreciação na Câmara dos Deputados, sobre o teste do pezinho, obrigando uma revisão anual com vistas a uma ampliação permanente do rol de doenças a serem rastreadas.

Quanto à questão dos impostos, uma coisa importante... Mas, resumindo, os impostos federais para medicamentos são praticamente zerados por decreto. A maior incidência de imposto, que torna o Brasil famoso como carga tributária, é em relação aos ICMS estaduais, o que não é da alçada nossa modificar, exceto por meio de Proposta de Emenda à Constituição.

Nesse sentido, existem três Propostas de Emenda à Constituição tramitando aqui, no Senado. Há a PEC 115, de 2011. Houve um parecer contrário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas desde 2015 aguarda apreciação do Plenário.

No mesmo sentido, há a PEC 2, de 2015, que teve um parecer favorável, com algumas emendas, e que também aguarda a apreciação de plenário.

E, outro, que ainda aguarda a apreciação da CCJ, é a PEC 65. Ela é mais restrita. Prevê apenas isenção para medicamentos destinados a pessoas com baixa renda. É uma implementação tecnicamente até difícil.

De qualquer modo, acho que esse assunto está sendo discutido atualmente e aguarda apreciação em plenário.

Marcos infralegais são uma questão de Executivo. Então, quanto a isso, talvez, o trabalho político de toda a sociedade, do Senado junto ao Ministério pode ajudar o Ministério a implementar, com mais celeridade possível, enfrentando as dificuldades, a Portaria nº 199, de 2014.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando o que foi dito pelo Dr. Eduardo, o SUS é um sistema de saúde hierarquizado, e há certas questões que dependem do gestor municipal ou estadual.

Então, a União pode fazer algumas coisas, mas há muita coisa que depende do gestor estadual e municipal. E, a esse respeito também, seria inconstitucional nós, no Senado, criarmos uma lei, obrigando o Estado a fazer tal coisa. É um dos problemas de constitucionalidade que existem no PLC 56 esse tipo de obrigação a Estados e Municípios de instituírem políticas públicas de saúde. Quem faz isso são as respectivas assembleias e câmaras municipais. Mas podemos ajudar o Ministério da Saúde na questão normativa, porque aí estamos no âmbito federal.

Adoção de medidas do Poder Executivo. Isso é o que a gente pretende fazer. É o que a gente pretende positivar. É claro que vai haver muita sobreposição à Portaria nº 199, é claro também que não seremos assim tão exaustivos, porque a Portaria é uma medida de Executivo, e, naturalmente, há muito detalhe, muito detalhe operacional, e há questões de financiamento nas quais não podemos entrar. Nós não podemos propor financiamento por infringir a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas acho que positivar alguns assuntos pode trazer benefício, sim, porque isso daria um *status* normativo, uma força normativa bem maior do que uma portaria. E acho que esse é o caminho que podemos fazer, juntamente com a questão da transparência, que comentamos.

Quanto ao financiamento, é o que eu disse: torna-se difícil legislar sobre isso, pelas vedações legais e constitucionais de uma lei de iniciativa do Parlamento fixar financiamentos, sem demonstrar a origem.

Rede credenciada. Pretendemos exatamente positivar isso de uma forma que dê mais força normativa à Portaria nº 199.

O prazo de incorporação já está determinado em lei. Acho que isso é um prazo que avalio que seja razoável. A lei define seis meses para análise de incorporação, podendo ser prorrogado por 90 dias.

Essas avaliações multicritérios são questões técnicas, do âmbito da Conitec.

Quanto a essa publicação de protocolos clínicos, eu acho que, se estão aguardados, têm que ser. O instrumento normativo para que isso seja feito é averiguar junto à Conitec. Então, esse contato que está sendo feito pode estimular bastante a celeridade, a priorização desse tipo de publicação.

Quanto ao aperfeiçoamento regulatório, recentemente, conforme o Senador falou, foi aprovada uma modificação dos prazos, a modificação da Lei nº 6.360, que são os prazos de concessão de registro, em que, na categoria prioritária, se prevê, para concessão inicial de registro, uma análise de 180 dias. Considerando-se a legislação internacional – e aqui se citam FDA e EMA, da Europa –, acredito que seja razoável, mas a gente teve uma notícia boa da Drª Daniela: de que há uma percepção, uma sensibilidade da Anvisa em talvez priorizar uma atenção maior a esses medicamentos.

Mas, por lei, para medicamentos prioritários – e há uma concordância de que se trata do caso – seriam 120 dias, e isso já está em lei.

Recentemente, modificado, um projeto de autoria do Senador José Serra, relatado pelo Senador Waldemir Moka, promulgado em 2015, já está em vigor.

Quanto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, acho que também seria uma participação política, um convite para debate. Acho que legislar sobre isso seria uma coisa que não vejo como a gente poderia fazer.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisa clínica. O PLS 200 também foi aprovado, já está em apreciação na Câmara. Então esta Casa já deliberou sobre isso, já aprovou esse projeto, que realmente é muito importante. Talvez seja a participação junto aos Deputados, para que isso tenha uma tramitação a mais célere possível.

Quanto à fiscalização, então, acho que isso aí a gente faz de uma maneira não legislativa. Acho que aí é a participação junto diretamente dos gestores, Ministério da Saúde, Estados e Municípios.

Sobre a difusão permanente do conhecimento, a gente está pensando, de alguma maneira, em colocar na lei, como uma forma de dar um respaldo legal, e juntamente com uma demanda, que me pareceu bastante prevalente, que é a criação de um cadastro unificado, para que ajude os gestores e ajude na elaboração de pesquisas clínicas.

Então, eu acredito que a linha de trabalho que vá ser mais frutífera seja dessa natureza. Talvez não resolva todas as demandas de uma forma rápida, mas seria um ponto de partida talvez equivalente ao que a Lei Sarney foi para a questão dos medicamentos para tratamento da Aids nos anos 90, e isso, de alguma maneira, possa gerar um respaldo normativo mais forte para que as coisas aconteçam de uma maneira que resolva o problema de uma forma mais efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradeço, Dr. Flávio.

Claro que isso é um boneco, como eu disse; é um rascunho. Vocês vão olhar isso daí. Sugiro até que, se houver oportunidade de alguém que tenha a chance de consultar especialistas que possam contribuir... Porque, às vezes, a gente tem uma ideia – e eu acho que o Dr. Flávio é bastante experiente –, mas não adianta também a gente colocar na lei alguma coisa com que não vai prosperar, porque nós não temos atribuição.

Então, isso daí, o que muitas pessoas pudessem querer, tudo que for possível colocar... O que nós não podemos colocar é uma coisa que, de cara, vão falar "Olha, isso aqui é inconstitucional. Vocês não podem obrigar Estados e Municípios a fazerem isso. Isso aqui é uma Federação". Então, não tem jeito de você fazer isso.

Então, isso é o que nós vamos fazer. Eu não vou discutir a lei agora. Por quê? Porque a lei está sendo colocada agora; seria prematura uma discussão. Eu acho que vocês têm que ler isso e, então, nós vamos marcar uma reunião mais rapidamente do que da outra vez e, aí sim, nós vamos discutir. E eu sugiro que a gente discuta com as mesmas pessoas. Até lá, eu penso que as reuniões já tenham existido e algumas dúvidas já tenham sido tiradas.

E eu queria, antes de terminar...

Como você me fez um sinal, eu lhe passo a palavra, e, logo, em seguida, ela, para a gente encerrar a sessão.

A SRª POLLYANA DIAS – Boa tarde. Obrigada por me dar a vez de falar.

Eu sou Pollyana Dias, sou de Pernambuco e represento as mães de pacientes com doenças raras de Pernambuco, em uma associação chamada Amar, e aqui eu vi na minuta... Primeiramente, quero parabenizar a todos que estavam presentes aqui, as cinco associações que contribuíram com o documento, um documento muito importante para as nossas vidas e para a vida dos nossos filhos.

Lá, em Recife, nós votamos uma lei sobre os cuidadores com laços afetivos, que é a lei que volta o olhar para o cuidador, aquele que cuida 24 horas do seu filho e que, muitas vezes, é invisível. E, aqui, eu vi, no §5º, que se fala em "acolher e prestar assistência, no que couber, aos familiares dos pacientes".





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim, eu queria deixar essa lei à disposição para contribuir com essa minuta. É uma lei muito completa. A gente ouviu mais de 400 famílias cuidadoras, em 24 horas, dos seus doentes raros lá de Pernambuco.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradeço e digo que eu sou o autor da Lei do Cuidador, só que do idoso, aqui, no Senado. Já foi aprovada no Senado e está na Câmara.

A SRª RAQUEL GUIMARÃES LABARRERE (*Fora do microfone.*) – Senador, as sugestões ao projeto podem ser enviadas para onde?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Não; o projeto, depois que a gente tiver algum consenso aqui, dá entrada aqui, no Senado.

A SRª RAQUEL GUIMARÃES LABARRERE (*Fora do microfone.*) – Mas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ah, o *e-mail* para dar sugestões? Pode ser... É ao Relator. Vocês têm que entrar em contato... A Relatora do...

A SRª PRISCILA CARVALHO – Eu vou disponibilizar o *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Você vai disponibilizar o *e-mail* do Relator, Ronaldo Caiado.

A SRª PRISCILA CARVALHO – E aí todo mundo pode mandar. E todo o Gabinete também está à disposição, apesar de o Senador não estar presente – está afastado por motivo de saúde –, mas está em constante contato também. Então, vocês podem mandar todas as sugestões e o Gabinete também está à disposição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRISCILA CARVALHO – Sim, eu vou anotar aqui e pedir para disponibilizarem ali, que fica mais fácil para vocês visualizarem.

A SRª REGINA PRÓSPERO (*Fora do microfone.*) – É aquele *e-mail* da primeira reunião, não é? Algo como "gandre...", não é isso?

A SRª PRISCILA CARVALHO – Isso, é o *e-mail* do Gustavo. É o mesmo *e-mail*, mas mesmo assim eu vou pedir para anotarem, porque aí fica mais fácil para quem não tinha acesso já ver.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Bom, se não houver mais perguntas, eu quero...

Você quer falar?

Pois não.

A SRª ÉRICA VITORINO – Boa tarde a todos. Meu nome é Érica Vitorino. Eu falo em nome da Afag.

Eu queria muito agradecer ao senhor pela reunião da semana passada, diretamente com o Ministro da Saúde, e informar que reiteramos a lista que já estava em poder do Ministério da Saúde e trouxemos aqui 400 pacientes, todos nominados, já encaminhados ao Ministério da Saúde, inclusive com resposta, dizendo que estavam providenciando a compra. Então, não são somente pacientes pontuais. E também reiteramos a eles os óbitos que houve, inclusive com documentação médica, apesar de mais do que reiterado, infelizmente pela falta da medicação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Faço questão de entregar para o senhor em mão, inclusive com a resposta do Ministério da Saúde diante dos *e-mails* e da documentação entregue para eles.

Mais uma vez, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quem ficou de levar para ele... Só que vocês têm que assinar, não é isso, Regina? Cada um tem que ser responsável pela lista, e a Regina ficou de fazer a entrega lá. Esse foi o acordado. Está certo?

Mas, se você quiser, no dia em que a Regina for lá... Porque é uma questão de protocolar e trazer o protocolo. E eu vou ligar para o Ministro dizendo – se você deixar o seu nome, direitinho – que nós mandamos mais de 400 nomes já.

A SRª ÉRICA VITORINO – Isso já foi protocolado diretamente no Ministério da Saúde. Tanto é que já teve a resposta de reconhecimento, infelizmente, desses pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O remédio não chegou?

A SRª ÉRICA VITORINO – Não chegou, e, infelizmente, para muitos pacientes de diversas patologias ainda não há nem possibilidade de compra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Está certo.

Olha, eu queria, antes de tirarmos a data da próxima reunião, agradecer às associações presentes: a Associação Carioca de Distrofia Muscular; de Mães Metabólicas; Associação Brasileira de Porfíria; Associação Alagoana de Familiares e Amigos de Mucopolissacaridose; Aliança de Mães e Famílias Raras, Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Raras, Instituto Breno Bloise, Associação Brasileira de Pacientes de Hunter e Outras Doenças Raras, Sociedade Brasileira de Genética Médica, Associação Piauiense de Fabry, Associação Cearense de Doença Genética, Associação Brasil Huntington – Edília está aqui –, Associação Maria Vitória de Doenças Raras e Crônicas, Associação Sergipana de Pessoas com Doenças Raras e Federação das Associações de Doenças Raras do Norte e do Nordeste.

E, por último, para não deixar sem resposta, o pessoal que vai participar, os cinco representantes... Eu posso estar cometendo um erro, mas, se vocês me apoiarem, eu vou comer junto com vocês. Eu pegaria uma das pessoas que vieram aqui – Sergipe, Pernambuco e tal – para fazer parte do grupo também. Se vocês me apoiarem nisso, eu vou abrir essa exceção para que uma de vocês, não os três, uma. Vocês entram e trazem... (*Palmas.*)

E aí, vai ficar claro. Eu faço isso – não está mais aqui – em homenagem à Senadora Maria do Carmo, que tem tido um desempenho muito grande aqui na comissão.

Então, agora ficou acertado que a senhora terá uma...

Como é o nome da senhora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Sim; que a D. Simone terá uma reunião específica com a Anvisa, mais especificamente com a pessoa que trata disso. E vocês terão...

A SRª LUCIANA TRINDADE (*Fora do microfone.*) – É importante falar que o Grupo de Distrofia Muscular Congênita do Brasil também está presente. Nós somos de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Como é o nome?

A SRª LUCIANA TRINDADE – Grupo de Distrofia Muscular Congênita do Brasil.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O Grupo de Distrofia Muscular Congênita do Brasil está presente e terá uma reunião com o pessoal da Conitec para ver aquela questão da análise do produto.

A SRª LUCIANA TRINDADE – Inclusive, a gente vai estar presente com a Clara na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – E vai, naturalmente, trazer a médica, não é?

A SRª REGINA PRÓSPERO – Eu só queria falar que da reunião de metabólicas outras associações também vão participar, porque também fazem um grupo. E eu vou passar o *e-mail* para a Daniela para poder fazer adentrarem outras associações que também trabalham com doenças metabólicas, porque é importante que todos estejam presentes na reunião da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quantas pessoas? Porque...

A SRª REGINA PRÓSPERO – Não; não, não é você. É reunião das metabólicas com a Anvisa.

A SRª SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – Olha só, na reunião das metabólicas, nós até já combinamos que... a médica e as nutricionistas. E eu vou como representantes de todas elas. E, afora eu, vão as médicas e as nutricionistas. Eu acho que não tem nenhuma outra associação, no caso deles... A sua, por exemplo, Regina?

A SRª REGINA PRÓSPERO – Tem. Sim, eu vou participar também, Simone, porque eu também represento...

A SRª SIMONE AREDE – Então, aí, eu vou começar a falar que eu também vou querer participar das de vocês. Acho que não porque, senão, confunde tudo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Gente, por favor, eu acho que essa é uma disputa que é desnecessária, porque nós vamos tratar de medicamentos... Você vai tratar especificamente da...

A SRª SIMONE AREDE – Da questão da alimentação do meu filho, que é a coisa que eu entendo porque eu vivo todo dia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu não vejo...

Então, nada mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ah, sim. Eu quero tirar a data da próxima reunião, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Terça-feira, dia 5 de novembro, seria uma data...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Como? Dia 5 de dezembro? É muito longe! É daqui a um mês, mas eles acham que daqui a um mês é muito tempo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Bom, mas vamos lá.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ele está me levando aqui que vocês disseram que precisam de tempo para se organizar nessa questão de passagem e de se programar para vir. E eu estou preocupado porque alguém me cobrou que a reunião tinha que ser o mais rápido possível. Então, eu estou nesse dilema aqui: se marco na metade de novembro ou no final de novembro.

O SR. ANTONIE SOUHEIL DAHER (*Fora do microfone.*) – Final.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Final de novembro?

Dia 28 de novembro é uma data boa para todos vocês?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Posso marcar 28 de novembro a próxima reunião? Posso marcar? (*Pausa.*)

Então, está marcado dia 28 de novembro. Vocês serão avisados do plenário e do horário. Por que eu não posso falar do horário? Porque eu preciso ter um plenário disponível para fazer a reunião e eu só fico sabendo próximo do dia. Está certo? Mas o meu pessoal manda para todos vocês o local, o plenário e a data. Está certo?

Então, nada mais havendo a tratar, eu vou encerrar a presente audiência pública.

Está encerrada.

Muitíssimo obrigado pela presença de todos vocês. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Waldemir Moka, reúne-se a Subcomissão Especial sobre Doenças Raras com a presença dos Senadores Dalirio Beber, Ana Amélia, Ângela Portela, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira, Vicentinho Alves, Regina Sousa, Valdir Raupp, José Medeiros, Paulo Paim e José Pimentel. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Reunião de Trabalho. Finalidade: 4ª Reunião da Subcomissão CASRARAS com a presença dos seguintes oradores: Thaís Weil Nader Motta, Coordenadora-Substituta de Compras por Determinação Judicial, do Departamento de Logística em Saúde, do Ministério da Saúde; Ana Angélica Caires, Técnica da Coordenação-Geral de Regulação e Avaliação, do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, do Ministério da Saúde; Emmanuel de Oliveira Carneiro, Coordenador-Geral do Componente Especializado e Assistência Farmacêutica, do Departamento de Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde; e Bruno Veloso Maffia, Advogado da União em exercício no Ministério da Saúde na Consultoria Jurídica. O Senhor Presidente registra as seguintes presenças: Eduardo David Gomes de Sousa, Coordenador Substituto da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – SAS/MS; Daniel Zanetti Scherrer, Técnico da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – CONITEC, do Ministério da Saúde; Daniela Marreco Cerqueira, Gerente de Produtos Biológicos da Agência de Vigilância Sanitária – GPBIO/Anvisa; Amélia Diniz, Assessora Parlamentar do Ministério da Saúde; e Sebastião Moreira, Consultor Legislativo do Senado Federal. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores Dalirio Beber e Waldemir Moka, Presidente desta Subcomissão. O Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, submete aos membros da Subcomissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta quarta Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Waldemir Moka

Presidente da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata é dada como aprovada.

Eu convido, para compor a mesa, os ilustres oradores: Thaís Weil Nader Motta, Coordenadora-Substituta de Compras por Determinação Judicial, do Departamento de Logística em Saúde, do Ministério da Saúde. Seja muito bem-vinda. Muito obrigado pela sua presença.

Drª Ana Angélica Caires, Técnica da Coordenação-Geral de Regulação e Avaliação, do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, do Ministério da Saúde. Já estivemos juntos. Mais uma vez, muito obrigado pela presença.

Emmanuel de Oliveira Carneiro, Coordenador-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, do Departamento de Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde. Esse está preso no trânsito, mas está vindo.

Bruno Veloso Maffia, Advogado da União em exercício no Ministério da Saúde, na Consultoria Jurídica.

Eu queria fazer algumas considerações. Além das audiências públicas aqui, tenho me reunido no meu gabinete. Vocês têm conhecimento disso.

Várias informações foram obtidas e eu, após esta audiência pública – quero a opinião de vocês – , já me sinto bem informado para convidar o Ministro da Saúde e os secretários que são responsáveis pela pasta, para que a gente possa fazer perguntas diretas ao Ministro e obter respostas. Porque – e eu quero chamar a atenção, gostaria de merecer de vocês isso aí – os técnicos que até então estiveram presentes só nos ajudaram. Então, o pessoal está dando informações que vão nos ajudar nisso aí. Vocês verão, no transcorrer da audiência pública, que muita coisa de que se tinha dúvida já não se tem mais.

Mas eu achei que há nessas audiências... E depois, é claro, se alguém não se sentir suficientemente esclarecido, pode perguntar. Mas eu detectei que, por exemplo, nós temos problema na regulação, é um dos gargalos. Nós temos um problema muito grave nessa questão de pacientes que fazem uso contínuo de medicação e de repente essa medicação é desabastecida. Então, como ele faz uso contínuo, não justifica não haver, o que demonstra uma falta de planejamento e de gestão no Ministério da Saúde que precisa haver.

A Eduarda me disse que tem uma preocupação – e eu achei muito procedente – de que nós vamos entrar em recesso, o próximo orçamento é aberto em março e se não fizerem essas compras até março, nós corremos o risco de ter dificuldade para aquisição de medicamentos. Então, isso tem que ser feito antes de o ano terminar, tem que haver esse pedido porque isso é um risco muito grande. Nós queremos alertar e vou dizer isso ao Ministro, porque eu não quero essa responsabilidade. Quer dizer, está alertado, é preciso haver essa compra, senão vamos ter dificuldades.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro, essa coisa que o Ministro disse de que é pontual a falta de medicação. Nós temos os nomes das pessoas; inclusive há óbitos desnecessários pela falta da medicação.

Então, esta audiência tem como base esses três itens.

O pessoal da Conitec está presente; o pessoal da Anvisa está presente, aí com vocês. Mas eles já responderam às perguntas, já prestaram as informações. Aqui estão as pessoas que eles julgaram que teriam respostas para as perguntas que nós fizemos e que ficaram sem.

Eles não têm autonomia para responder e, então, sugeriram que a gente convidasse os técnicos.

Eu insisto, eu insisto... Não pensem que eu sou um cara mole, não. Eu sou de Mato Grosso do Sul, nascido em Bela Vista, na fronteira, e costume ser educado, mas eu sou muito firme nas minhas coisas. Eu só acho uma injustiça tratar os técnicos que, às vezes, não têm o poder de decisão, e eles estão aqui para nos ajudar, para que, quando da audiência, diante das coisas que forem ditas, nós tenhamos argumentos suficientes para contra-argumentar as respostas que vierem nos dar.

Então, eu inicio... Eu vou inverter: eu vou pedir a cada um de vocês que faça um resumo rápido daquilo que a gente tem... Ou vocês preferem que as pessoas perguntem e vocês respondam? Vocês aqui da mesa é que decidem. É bem democrático; é bem informal isso aqui, embora seja uma audiência pública.

Senador Dalirio, por favor.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Talvez a sugestão, Presidente Moka, seja no sentido de que eles usem uns cinco minutos para dizer o que cada área tem feito nesse sentido das doenças raras e, depois, deixaríamos o espaço maior para as perguntas dos interessados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Concordam com a proposta do Senador Dalirio? *(Pausa.)*

Tudo bem?

Então, nós vamos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – ... Emmanuel de Oliveira Carneiro, que é Coordenador-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Boa tarde a todos!

Inicialmente, Senador, eu gostaria de agradecer pela oportunidade de estarmos aqui presentes para dar alguns esclarecimentos e discutirmos um assunto que é de suma importância para todos nós.

Como apresentado, eu, atualmente, respondo pela Coordenação do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, vinculado ao Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da SCTIE.

A Coordenação do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica abrange a organização de serviços que são descentralizados e executados nos Estados, e nesses serviços, que são popularmente conhecidos como Farmácias de Alto Custo, nós executamos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para mais de 90 condições clínicas. Esses protocolos clínicos apresentam as tecnologias, em geral os medicamentos, que nós disponibilizamos para a população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter, no âmbito dos serviços que nós organizamos, medicamentos cuja aquisição é de responsabilidade do Ministério da Saúde e outros medicamentos que são de responsabilidade de Estados e até de Municípios.

Entre as condições clínicas que são tratadas no âmbito da Coordenação do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, nós temos as doenças raras, doenças estas que têm protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas tratados no âmbito do CEAf e têm, de forma geral, os medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde, uma vez que a demanda é pequena em função de ser uma doença rara, e nós, então, conseguimos um ganho de escala maior ao fazer a aquisição centralizada para todo o Brasil.

Doenças raras é uma das condições clínicas, uma das doenças que nós tratamos no componente especializado.

O registro de desabastecimento que foi aqui discutido, na imensa maioria das vezes ou em sua quase totalidade se refere aos medicamentos que ainda não foram incorporados ao SUS. Portanto, neste momento, eles ainda não estão inscritos em protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Assim, ainda não fazem parte da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, que é executada pelos Estados, e de planejamento e monitoramento, pelo Ministério da Saúde.

Como todos nós sabemos, tivemos a regulamentação de uma política do Ministério da Saúde para a organização da assistência e da atenção às pessoas portadoras de doenças raras e um dos aspectos norteadores da política, desde a sua criação, é a incorporação de tecnologias – não só medicamentos – para tratamento dessas doenças raras e a sua regulamentação da assistência em protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

Por parte da coordenação do componente especializado e do DAF, o que nós temos a dizer é que, pelos protocolos que nós temos hoje das doenças que são classificadas como doenças raras e dos medicamentos que são de aquisição pelo Ministério da Saúde, nós temos conseguido abastecer os Estados com regularidade. Tivemos um registro de desabastecimento de um medicamento para o tratamento da doença de Gaucher, cujo protocolo foi atualizado recentemente, e todos devem conhecer. Hoje pela manhã, fechamos a negociação com a empresa que é a detentora do registro único desse medicamento no País. Então, esperamos já finalizar o contrato para fazer a distribuição para os Estados, mas hoje os Estados ainda estão abastecidos desse medicamento específico que eu estou falando que é a imiglucerase.

Como falei para vocês, temos trabalhado, no âmbito da SCTIE e do Ministério como um todo, para a aprovação desses protocolos clínicos, e, assim que as tecnologias forem efetivamente incorporadas e inscritas em protocolos clínicos, a nossa Coordenação vai passar a fazer a condução desses processos de aquisição e distribuição para os Estados, nos mesmos moldes de programação que já fazemos para os medicamentos que hoje estão nos protocolos. Essa é uma ação paralela que desenvolvemos e que não é restrita ao Departamento de Assistência Farmacêutica – envolve muitas outras áreas do Ministério da Saúde –, mas a Coordenação está preparada para a incorporação dessas tecnologias. A partir do momento em que as tecnologias forem incorporadas e nós tivermos a regulamentação em protocolos clínicos, faremos a aquisição e a organização da assistência esses pacientes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado ao Emmanuel de Oliveira Carneiro.

Passo a palavra para Taís Weil Nader Motta, Coordenadora-Substituta de Compras por Determinação Judicial do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde.

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Boa tarde a todos.

Como o Senador já falou, a minha área é a de compra por determinação judicial. São aqueles processos que não estão incorporados. São os processos onde os pacientes demandam a justiça para que tenham acesso aos medicamentos.

Uma boa parte deles realmente ainda está em estudo, medicamentos experimentais; mas temos também os medicamentos de componentes já incorporados.

É um setor bem específico, dentro do Departamento de Logística, que engloba toda a compra de todos os medicamentos do Ministério da Saúde. E a nossa Coordenação hoje trata da compra só dos judicializados. Acredito que a grande maioria que esteja aqui já me conhece; recebo constantemente vocês lá e trabalhamos juntos sempre.

Estou aqui à disposição para sanar qualquer dúvida que vocês queiram me direcionar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero passar a palavra para a Ana Angélica Caires. É isso?

A SRª ANA ANGÉLICA CAIRES – É isso.

Boa tarde a todos!

A área em que atuo é a da regulação do acesso. Nós lá prestamos apoio técnico aos Estados e Municípios, tudo tendo como base a Portaria 1.559, que institui a Política Nacional de Regulação. Prestamos apoio, ministramos cursos básicos de regulação, disponibilizamos o Sistema Nacional de Regulação (Sisreg) para Estados e Municípios. O Sisreg é um sistema que não é compulsório. Então, no caso, o Estado ou o Município solicita para a gente.

Nós somos gestores também da Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade, que intermedeia o acesso do usuário na ausência ou insuficiência de procedimentos de alta complexidade. E também somos gestores agora da fila eletiva por ocasião da publicação da Portaria 1.294, que estabelece um incentivo a mais do Ministério para Estados e Municípios com relação às cirurgias eletivas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Vou passar a palavra para o Dr. Bruno Veloso Maffia, Advogado da União em exercício do Ministério da Saúde, na Consultoria Jurídica.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Boa tarde a todos!

Boa tarde, Ex^{mo} Senador Waldemir Moka, a quem cumprimento!

Boa tarde aos colegas da Mesa, aos senhores e senhoras participantes desta audiência!

Meu nome é Bruno Maffia. Atuo, nos últimos quatro anos, na Consultoria Jurídica no Ministério Saúde. É um órgão da AGU dentro da pasta, com a função de assessoramento e consultoria jurídica às áreas técnicas do Ministério da Saúde.

A Coordenação que ocupo tem a função de, a partir da intimação da União para atender uma demanda, uma ordem judicial que determina o fornecimento do medicamento, encaminhar essa ordem à pasta respectiva do Ministério da Saúde para adotar todas as providências administrativas para o cumprimento daquela ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo bem claro que, diante do nosso Estado democrático de direito, não há nenhum tipo de orientação de não cumprir uma ordem. E qualquer servidor público que ouça esse tipo de comentário deve ignorá-lo, porque é absolutamente ilegal esse tipo de manifestação.

Portanto, no último ano, o Ministério da Saúde teve como gasto algo em torno de 1,3, 1,4 bi, no fornecimento de medicamento geral. Grande parte desses recursos foram destinados a atendimento de pacientes portadores de doenças raras em questões de números absolutos. E a questão é que, apesar de esse montante ser tão elevado, o Ministério da Saúde atuava para o cumprimento das decisões judiciais, fornecimento de subsídios, informações de forma muito incipiente, muito atrasada.

Diante desse fato, foi solicitada, pelo Ministro Ricardo Barros, a criação de um grupo de trabalho para discutir e melhorar o atendimento das ordens judiciais, das demandas judiciais no âmbito do Ministério da Saúde.

Um dos produtos desse trabalho foi a criação de um núcleo de judicialização. Para quê? Para que sejam centralizados os cumprimentos, o controle e os dados, e, a partir daí, evitar qualquer tipo de ausência na transferência, no fornecimento de medicamentos aos pacientes. Sabemos, apesar de não ser minha formação, que há um prejuízo à saúde do paciente, do autor da ação judicial, quando ele fica fora desse medicamento, até porque – vocês podem me corrigir –, para retomar tratamento é preciso uma dose de ataque. Isso até sob o aspecto econômico é ruim também para o Erário. Então, o objetivo da criação do núcleo foi melhorar a gestão, o controle, os procedimentos de compra no âmbito do Ministério, para atender às ordens judiciais.

Paralelamente a isso, outro produto que foi levado à apresentação do Ministério e está sendo implantado é uma ata de registro de preço. Cumpre observar o seguinte: hoje, as demandas judiciais são feitas por compras individuais e agrupadas. É um grupo de servidores, em uma sala dessa, que faz a compra por dispensa de licitação ou compra agrupada. Diante do volume de demandas para atendimento, esse grupo de servidores não tinha como enfrentar essa alta carga de atribuições. Diante disso, para facilitar a compra, melhorar o atendimento e, sob o aspecto econômico, comprar mais barato, foi proposta – está desenhada – uma ata de registro de preço, para que possamos fazer o planejamento dos medicamentos que teremos de utilizar, comprar em quantidade suficiente para atender aos pacientes em dado período de tempo e, a partir daí, evitar qualquer tipo de desabastecimento e controle.

Então, são as considerações iniciais. Estou à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero registrar a presença de pessoas que estão aqui na nossa plateia.

Está aqui o Eduardo David Gomes de Sousa, do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; o Sr. Daniel Zanetti Scherrer, da Conitec, do Ministério da Saúde, também conhecido como "marmitão", porque, quando ninguém quer falar, ele tem de responder; a Sr^a. Daniela Marreco Cerqueira, da Gerência de Produtos Biológicos (GPBIO) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); a Sr^a Amélia Diniz, assessora parlamentar do Ministério da Saúde.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Sebastião Moreira está substituindo o Dr. Flávio, cuja mulher está grávida e teve um sangramento. Ele está, evidentemente, solidário à esposa. Mas está aqui o Dr. Sebastião Moreira, tenho certeza absoluta, com a mesma competência para nos auxiliar aqui.

Eu vou fazer um breve... Não é intervalo. Vou passar um vídeo, porque eu estou sempre justificando a ausência do nosso Relator Ronaldo Caiado. Ele mandou um vídeo, e eu gostaria que vocês assistissem ao vídeo para que vocês entendessem a ausência daquele que é nosso Relator, Senador Ronaldo Caiado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vocês sabem que eu sofri um acidente. Tenho que reconhecer que essa mula realmente judiou de mim: quebrou meu ombro, tive uma fratura de costela, uma contusão craniana, que já está resolvida, mas também tive uma complicação, que foi uma embolia pulmonar. Espero, nos próximos dias, já ter alta hospitalar.

Quero, neste momento, agradecer a cada um de vocês, agradecer a Deus, aos senhores, às senhoras, que tanto me ajudaram, me apoiaram e me incluíram em orações para que eu pudesse superar este momento. E, se Deus quiser, num curto espaço de tempo, estarei com vocês, voltando a nossa vida ativa, ao dia a dia.

De coração, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ronaldo é um amigo muito querido. Na verdade, foi o primeiro... Somos amigos.

Ele foi designado Relator. Eu conversei com ele, a assessoria dele está aqui presente, está lá o assessor dele, a equipe dele, além do Dr. Flávio. Estão passando a ele todas as informações. Eu tenho uma confiança muito grande no Dr. Ronaldo Caiado. Na hora que precisa ser um pouco mais firme, mais duro, tenho certeza de que vou ter nele um parceiro, porque nós jogamos juntos.

Isso tudo para dizer o seguinte. Eu já ouvi comentários dizendo: "Está bem, vocês querem dinheiro para doenças raras, e aí vai faltar penicilina no posto e tal." Eu não quero essa comparação. Eu quero um olhar diferenciado para as pessoas que têm doenças raras, porque existem 13 milhões de pessoas que estão praticamente soltas, e esse pessoal está brigando através das entidades, sem coordenação. O que nós pretendemos aqui é criar realmente, dentro do Ministério da Saúde, alguma coisa que possa... Ou uma secretaria, ou um departamento, com gente especializada, que possa orientar, possa dar orientação. Por exemplo, se está faltando medicamento, onde se pode conseguir? Muitas vezes, uma pessoa vai a óbito sem saber a doença que tinha. Essa é uma coisa difícil de entendermos. Aqui, durante esse tempo todo, foram relatados vários óbitos por falta de medicamento, de pessoas que tinham medicação contínua. É muito grave isso! Então, eu me sinto sensibilizado com isso. Já expliquei o motivo para vocês.

Quero dizer que eu tenho, dos técnicos que vieram aqui, sempre recebido uma cooperação muito boa. Então, eu pediria, mais uma vez, que vocês entendessem que as pessoas que estão aqui, estão para nos ajudar. Eu não quero convidar ninguém aqui para submeter a um constrangimento. Não é essa... Agora, se nós, todos juntos, chegarmos... Porque essas reuniões todas vão servir para o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, quando vier aqui, para os Secretários responsáveis, que têm autonomia... Nós vamos estar mais preparados para ter o contra-argumento, mas não é isso o que está acontecendo.

Então, basicamente, eu espero que esta seja a última audiência pública deste ano, mas quero dar uma informação para vocês: eu já protocolei, na Comissão de Assuntos Sociais, a prorrogação desta Comissão, Senador Dalirio, por mais tempo, para o ano que vem, para que a gente possa chegar a oferecer, realmente, um projeto que trace políticas públicas específicas para doenças raras, sem, evidentemente, querer tirar de ninguém do SUS o remédio ou o atendimento. Não é isso. Nós só queremos um olhar especial para essas pessoas, que no meu entendimento se encontram muito desprotegidas e desamparadas.

Então, agora, a Marilene poderia fazer uma ordem de inscrição para o pessoal que quiser perguntar as coisas mais específicas.

Quem vai ser o primeiro a perguntar?

Está lá a Edília, está lá a Regina, depois a Eduarda.

Pois não, Edília.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Boa tarde.

Eu sou representante da Associação dos Doentes de Huntington. Nós não temos, infelizmente, nenhum medicamento até hoje no Brasil para tratar da Doença de Huntington, nós temos alguns medicamentos paliativos. Existe, no entanto, um medicamento chamado Tetrabenazine, que só conseguimos se importarmos, e a importação é muito alta. Então, eu quero saber qual é o caminho, quero saber se alguém dos senhores pode nos dar uma luz. Esse medicamento melhora muito os movimentos coreicos dos doentes de Huntington e também contribui para a melhora psicológica.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quem de vocês acha que pode responder essa indagação? Alguém da Conitec?

É o Marmitão ali, não é? *(Risos.)*

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Isso aí já virou *bullying*, não é? Parece que...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Deixem só eu explicar. Eu era Líder do Governo e, quando havia alguma greve, alguma coisa, falavam "Mas quem vai explicar para o pessoal que não dá para fazer?" A resposta era "Chama o Moka lá!" Havia um programa antigo do Jô Soares em que um personagem falava "Chama o Marmitão!" Quer dizer, é o cara que é colocado numa fria, para dar respostas.

Vamos lá, Dr. Daniel. Nós temos muito respeito, é só uma brincadeira para descontrair.

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Senador, eu estou vendo que amanhã, dia 6, haverá debate sobre *bullying*. Acho que eu vou participar... *(Risos.)*

Eu não conheço esse medicamento. É preciso verificar se ele já tem registro na Anvisa e preço CMED. Esse remédio, eu de fato desconheço. Se por acaso ele tiver preço CMED e registro na Anvisa, ele pode ser solicitado para incorporação da Conitec. O *site* da Conitec tem todas as informações de como é feita a solicitação de inclusão. É necessário encaminhar as comprovações científicas, custo/efetividade, impacto orçamentário. E a Conitec avalia esse produto.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Edília, você está satisfeita com a resposta?

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ (*Fora do microfone.*) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quem é o segundo?

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ (*Fora do microfone.*) – Acho que é a...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Regina, não é?

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ (*Fora do microfone.*) – Só um minutinho que a doutora quer fazer uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Boa tarde.

A problemática que a senhora explanou aqui é comum também a outros pacientes de outras patologias de doença rara. Porque as informações sobre medicamentos chegam primeiro pelos meios de comunicação, muito antes de um pedido de registro de medicamento pela empresa farmacêutica produtora perante a Anvisa. E esse é o ponto principal, é um obstáculo insuperável para qualquer análise do SUS a respeito do fornecimento ou não daquele medicamento, ou seja, para qualquer análise, para o SUS fornecer o medicamento no âmbito interno, é necessário interesse da empresa farmacêutica em registrar esse medicamento, porque, além disso, ela tem de demonstrar eficácia e segurança. E esses medicamentos, como são muito novos, alguns estão em fase 1 ou 2 de teste, não têm os elementos suficientes para isso.

Há também a questão de que o nosso País está fornecendo os medicamentos de forma judicializada. Ou seja, temos informações de que as empresas farmacêuticas internacionais estão promovendo a judicialização para que ela forneça o produto dela no País sem o devido registro, ao lado da comprovação da eficácia e segurança. Além disso, ela fornece o produto ao preço que ela quiser. Isso é ruim sob dois aspectos: atrapalha a gestão, o orçamento público; por outro lado, atrasa o fornecimento aos pacientes que tanto precisam desse medicamento.

Então, é imperioso sim alterar essa forma, tentar pensar em outra forma de registro e análise de medicamentos por parte da Anvisa para a gente não deixar de fornecer o medicamento aos pacientes, diante desse requisito imprescindível hoje existente que é a questão do pedido de registro pela empresa farmacêutica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Só um minutinho. A Marilene, aquela moça lá, está fazendo o registro para a gente não se perder na ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pronunciei o seu sobrenome errado.

O que a gente quer evitar é essa questão da judicialização, porque a judicialização sempre vai trazer um custo mais alto. Se a gente se organizar, vai baratear isso. A própria Anvisa ou a Conitec vão fazer com que isso seja mais rápido. Eu já ouvi do Dr. Jarbas Barbosa, que é da Anvisa, que eles farão tudo, Edília, para que, caso demonstrem a eficiência, esses remédios podem ser importados num caráter excepcional. Eu ouvi isso dele mesmo. Então, fica assim.

Como é o seu nome?

A SRª DANIELA MARRECO CERGUEIRA – Daniela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Daniela, você representa...

A SRª DANIELA MARRECO CERGUEIRA – A Gerência de Produtos Biológicos da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu não estou te ouvindo, Daniela.

A SRª DANIELA MARRECO CERGUEIRA – A Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Anvisa.

A SRª DANIELA MARRECO CERGUEIRA – Só para complementar o que o Bruno colocou, com relação à regulamentação, já trouxe nas audiências anteriores que existe uma nova norma para registro de medicamentos para doenças raras que vai ser pautada na reunião de Diretoria Colegiada do dia 12 de dezembro e vai permitir um registro muito mais célere para esses medicamentos.

Nesse caso específico, eu realmente não sei se o medicamento tem registro no Brasil, mas, mesmo que ele não o possua, a Resolução 81, de 2008, permite a importação de medicamento sem registro, e essa norma traz o que o paciente, a pessoa física tem de apresentar para fazer essa importação.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Realmente, pode ser feita a importação. Eu só quero colocar aqui – porque muitos não conhecem a doença de Huntington – que essa é uma doença que é hereditária e dominante. Então, numa família, normalmente, 50% ou até mais, como foi no caso da minha família, têm a doença de Huntington. A gente importa, mas cada frasco custa trezentos e tantos reais. Para você passar isso para 20 pessoas de uma família – não estou falando de uma associação –, vocês imaginam o valor de que precisamos, fora as outras coisas. Não é só esse medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Bom, aí já entramos naquela questão de que o SUS tem de incorporar isso, mas, primeiro, Edília, é preciso liberar a importação, é preciso atestar. A Anvisa tem de liberar a comercialização no País e, depois, se se mostrar eficiente, tentar a incorporação no SUS.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ (*Fora do microfone.*) – O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quem quer... Regina.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Isso. Boa tarde.

Eu sou Regina Próspera, do Instituto Vidas Raras.

A gente também tem acompanhado o medicamento para Huntington, porque a gente percebe a necessidade de ele vir com mais urgência. A gente está acompanhando – até fui olhar agora –, e ele ainda não foi submetido pela Anvisa, pelo que eu vi. Ele só está registrado pelo FDA. Então, há um caminho muito grande para vir para cá, mas, se ele entrar na 355 – e eu tenho muita fé de que ela seja aprovada agora nesta próxima reunião do dia 12 –, muitos dos nossos produtos serão beneficiados com essa nova Resolução 355. Eu estou muito esperançosa de que entre agora, porque vai ajudar muito todos os doentes raros que têm medicamento nessa mesma situação.

A minha pergunta vai para o Bruno. Bruno, você explicou como foi criado o Núcleo de Judicialização, você falou de como funciona, mas a nossa preocupação é a seguinte: passamos por um período muito negro agora, de julho para cá, com falta de compras, e sabemos que muitas das compras precisam da sua autorização ou da autorização do seu setor para que tenham andamento.

Em particular, eu estou acompanhando um produto que já está, segundo as meninas do DLOG, com o setor de vocês desde a semana passada para apreciação, assinatura e continuidade de compra,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolução. Perguntei: "Quando ele vai devolver esse processo?" "Não sei. Não tem prazo." Isso me deixou apavorada, porque precisa ter um prazo. A gente segue todos esses caminhos, a gente acompanha todo o processo de compra, mas, se chega na mão de uma pessoa que não tem prazo para devolver, é complicado para nós. Eu vou falar de um produto em particular e nem vou citar nomes, mas, se essa compra não sair agora, todos os nossos pacientes que já estão sem tratamento há dois meses não terão Natal. Alguns vão morrer!

Então, eu preciso... Eu farei o apelo para você. Já fiz aí, pessoalmente, mas esse é um de outros que sei que passarão pela mesma situação. Então, que haja uma celeridade nesse processo, principalmente nesse momento em que as compras não estão sendo bem planejadas e em que nós temos, sei lá, dois, três mil pacientes sem remédio, para que o ganho passado que essas crianças tiveram não seja perdido nesse período. Eles vão ter remédio só, pelas nossas contas, se não se fechar a compra agora, no final de janeiro. É muito complicado.

Não há espaço em porão para colocar essa mercadoria. Ninguém vai querer correr o risco de mandar essa mercadoria para cá, mesmo que todo mundo aqui tenha feito a sua parte e tenha doado todos os seus esforços para essa compra acontecer.

Então, eu vou fazer esse apelo para, quando esses processos chegarem às mãos de vocês, que tenham um olhar bem diferenciado. Eu sei que é preciso passar por um crivo – eu concordo, eu até ajudo –, mas alguns não podem padecer por causa disso. Então, eu queria que você me explicasse se isso é possível acontecer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pode responder.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Drª Regina, só para esclarecer, nós da consultoria jurídica do Ministério da Saúde só temos a função de assessoramento e consultoria; não temos nenhuma competência em atos de execução. O início do procedimento de compra, qualquer que seja, no âmbito do Ministério da Saúde, tem início pelo Ministério da Saúde e fim por ele. Durante o procedimento de compra, após o termo de referência pronto, esse processo passa na consultoria jurídica para receber um parecer de legalidade a respeito do mesmo. Apenas isso.

E nós da Advocacia-Geral da União temos prazo, sim. Os prazos, em regra, são de 15 dias, salvo uma urgência, em que muitos deles saem até no mesmo dia. Diante até do pedido da senhora, do Idursulfase, posso afirmar-lhe que já foi assinado e já foi encaminhado para a área competente um parecer sobre o medicamento. Recebi do consultor jurídico uma mensagem agora de que já foi despachado para a área técnica respectiva, para seguir todo o procedimento de compra.

Quanto ao mérito, eu compartilho em tudo com a senhora. Não cabe a nós da consultoria jurídica analisar a questão de... Até porque esse medicamento, salvo engano, é fornecido por poder judicial. O mérito do fornecimento não se discute. E, apesar de ser uma atribuição da área técnica, com essa ordem judicial, é dever do Ministério, é dever da União o fornecimento.

Ele foi para a consultoria jurídica e foi despachado nesta tarde para a área técnica para tomar todas as providências. E posso garantir-lhe: no âmbito da consultoria jurídica do Ministério da Saúde não pode ser imputado nenhum atraso – garanto isso para a senhora – ao atendimento de qualquer um dos pacientes aqui no fornecimento de medicamento por ordem judicial. Isso eu posso garantir-lhe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA PRÓSPERO – Eu agradeço bastante a sua explicação. Isso nos ajuda bastante.

Agora, quem é o próximo a pegar esse processo?

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA (*Fora do microfone.*) – Volta para mim.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Então, eu vou pedir agora que você também dê uma agilizada nesse processo. Pense nos demais, não é?

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Regina, com certeza. Eu quero até aliviá-la, porque vi que você está preocupada com a questão da importação. Esse processo, especificamente, hoje já é nacionalizado, o medicamento já está no Brasil, então a gente não vai ter aquele problema da paralisação da fábrica. Como ele já está no Brasil, a entrega é bem mais rápida. A gente se livrando dessa questão burocrática, posso garantir para você que a entrega vai ser muito rápida. A gente consegue realizar essa entrega ainda este ano, sim.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Está certo. Obrigada.

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Eu vou ficar seguindo lá com vocês. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Marlene.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Boa tarde. Meu nome é Marlene, eu sou assistente social da Associação Piauiense de Fabry (Aspif) e também faço parte de uma federação Norte/Nordeste de pacientes com doenças raras.

O meu objetivo aqui é pedir uma ajuda ao Ministério da Saúde e a seus membros porque nós estamos com pacientes sem a medicação que já fazem tratamento há dois anos, há três anos, há quatro anos, que recebiam a medicação regularmente em casa e a medicação não está chegando.

Eu estou com um paciente que vai entrar em diálise se a medicação dele não chegar. Ele estava bem, não fazia nada, não tinha problema nenhum, agora está com insuficiência renal porque a medicação dele não está chegando. Isso não está acontecendo só aqui no DF, não, porque eu represento esses pacientes aqui no DF e no entorno; isso está acontecendo com meus pacientes em Goiânia, meus pacientes em Quirinópolis, meus pacientes em Rio Verde, meus pacientes no Ceará, meus pacientes do Piauí e em outros Estados que a gente está tomando conhecimento que está acontecendo a mesma coisa.

O nosso apelo é porque todo um trabalho que foi feito de anos, todo o custo que o Ministério teve até hoje com esses pacientes está indo pelo ralo. Eles estão piorando porque não estão recebendo a medicação. Aí a gente liga no Ministério: "A compra está atrasada", mas me dá um prazo, me diz uma resposta porque são pessoas, não são números. Eu preciso dar uma resposta correta para aquelas famílias porque eu dizer para uma mãe, para um irmão, para um pai que aquela pessoa está piorando e eu não tenho sequer um prazo de quando aquela medicação vai chegar, a que chegava regularmente a cada seis meses, eu não sei o que fazer; e o descrédito deles em relação a esse prazo está tão grande que a gente não sabe mais o que falar.

O médico vira para a gente e diz: "E agora, o que eu vou fazer? Eu não tenho o que fazer. Eu vou dialisar o paciente e vai jogar fora todo o trabalho que foi feito até hoje". E a gente não sabe, a gente não tem a quem recorrer, a gente sai ligando de pessoa para pessoa, passando no Ministério, não tem uma resposta, não tem um prazo e a gente está pedindo socorro, uma luz, porque a última resposta que me foi dada: "Não, sai um protocolo que vai agora, a cada três meses, ter que ser refeito o relatório





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o pedido do médico com comprovação de endereço para que a medicação seja entregue". "Vai ser entregue isso a quem? Aonde?". "Depois informamos".

Saiu um lote de compra. "Como é que eu posso saber se o meu paciente está nesse lote? Não pode, é antiético". A gente fica assim sem chão e eu queria ajuda. Estou pedindo socorro. O que eu vou dizer para meus pacientes? Quando é que essa compra vai ser realizada verdadeiramente? Quando é que esse remédio vai chegar para o paciente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu não sei quem poderia...

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Quem pode me responder eu não sei. Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Não, eu entendo.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Perdão.

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Qual o medicamento em questão?

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Alfagalsidade, no caso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual?

Repete, por favor.

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Replagal.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – É o Replagal. Eu estava dizendo a substância.

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Do Replagal nós acabamos de efetivar uma compra. Eu tive notícia, hoje, do fornecedor que entrou em contato hoje com o nosso almoxarifado para realizar a entrega ainda essa semana, para já sair para distribuição.

Hoje estamos na fase do fornecedor entregar para o Ministério da Saúde.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Só mais uma dúvida.

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Claro.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA (*Fora do microfone.*) – ...ter continuidade a entrega dessa medicação na casa do paciente, porque hoje...

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Sim.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – ...é feita dessa forma.

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Sim, sim. Seguimos da mesma forma como antes.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Isso não vai mudar?

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Não vai mudar.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Porque em alguns Estados, como, por exemplo, em Goiás, está sendo localizado na farmácia de alto custo. E o meu paciente, que antes recebia em casa a cada seis meses, está tendo que ir mensalmente pegar esse remédio na farmácia.

Só para a senhora ter uma ideia, eu tive que sair aqui do DF e pegar um paciente no interior de Planaltina, porque ele é agricultor, para levá-lo a Goiânia para receber a medicação de um mês.

A Secretaria de Saúde de Planaltina se nega a levar o paciente para pegar medicação. A mesma coisa aconteceu em Rio Verde.

O que eu vou fazer com esses pacientes? A associação não tem dinheiro para custear o paciente a cada mês para pegar medicação em algo custo pois mora em outra cidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Ministério faz para gente é perfeito, porque chega à casa do paciente, este tem acesso ao tratamento. Agora, pegar na farmácia de alto custo todo mês, eu não sei como resolver esse problema.

Eu queria a ajuda de vocês também nisso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas a senhora teria condição de fornecer a relação desses pacientes?

A SRª THAÍS WEIL NADER MOTTA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, eu acho que isso ajudaria muito. Quer dizer, esses pacientes que não estão recebendo em casa, levar o endereço para que vocês pudessem...

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Mas mesmo que a compra seja feita pelo Estado, porque no caso de Goiás...

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – A gente vai esclarecer.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eduarda, não é?

A SRª EDUARDA ARANTES – Eduarda, de Goiânia, da Associação de Esclerose Múltipla.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Vamos só avançar um pouquinho na discussão que a gente começou agora.

Em geral, quando o Ministério da Saúde faz o atendimento das demandas judiciais, a entrega é feita no domicílio do paciente, como foi relatado.

O que foi aventado como uma mudança de fluxo vai bem em consonância com aquilo que expliquei inicialmente e é o seguinte: uma vez que nós tivermos um medicamento incorporado, ele vai entrar na lógica de atendimento nos serviços de execução estadual, que são os serviços do componente especializado da assistência farmacêutica.

Dos medicamentos que a gente está discutindo aqui hoje, há dois deles que a gente pode fazer algum destaque e que em futuro relativamente próximo a gente poderá ter esse processo, que é a Laronidase, que já foi incorporada, no dia 4 de setembro deste ano. Portanto, o Ministério tem um prazo de 180 dias para a publicação do protocolo da Mucopolissacaridose tipo 1, para, então, a disponibilização do medicamento. Então, esse prazo vai até 4 de março de 2018.

E a Idursulfase que tem até o momento uma recomendação positiva pelo Plenário da Conitec, mas que ainda não foi incorporada pelo Secretário, porque a gente tem também um processo de pactuação com os Estados quanto ao financiamento. E todos esses processos estão acontecendo.

Uma vez que o medicamento for incorporado e nós tivermos um instrumento que regulamenta, aí sim a via de acesso, a porta de acesso será o componente especializado da assistência farmacêutica.

Sobre essa questão que tem acontecido em Goiás, muito provavelmente – é claro que nós precisaríamos ter acesso ao nome do paciente, à ação judicial, para termos maiores detalhes – o que acontece é que nós vamos ter como polo passivo solidariamente o Estado e a União.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em decorrência de um dos entes não ter feito o cumprimento, o Estado então está fazendo. E a via de acesso que o Estado de Goiás promove para atendimento da ação judicial é também o componente especializado.

Então o que está acontecendo é isso, o paciente deixou de receber em casa porque quem conduziu essa aquisição, justamente para não manter o paciente desassistido, foi a Secretaria Estadual de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Deixa eu só sugerir, eu não sei se...

Você representa essa entidade, certo? Talvez fosse possível uma conversa mais detalhada entre o Doutor Emmanuel, e... Como é o seu nome?

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Marlene.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – A Marlene, para que a gente pudesse ajustar, porque essas coisas, às vezes, uma conversa mais....

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA (*Fora do microfone.*) – Eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Se ela pudesse procurá-lo lá no Ministério...

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Com certeza. Nós estamos à disposição e com as portas abertas.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA (*Fora do microfone.*) – Depois eu te dou o meu número e o senhor marca. E eu estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Para você ter informação mais concreta de como agir, como proceder lá em Goiás.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Agradeço muito, Senador, pela sua ajuda, porque a gente fica sem chão.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Doutora Marlene, o medicamento que a senhora faz uso é o Temodal?

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Replagal.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Replagal. Esse medicamento é termolábil?

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Isso.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Ele precisa ficar sob acondicionamento...

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Sob acondicionamento próprio.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – As áreas técnicas do Ministério entendem que nesse caso não é a melhor medida entregar esse tipo de medicação na casa do paciente, conforme estava sendo feito anteriormente.

Está-se buscando uma forma mais segura de fornecimento do medicamento por meio de estabelecimentos de saúde e por meio de farmácia popular, pois o acondicionamento desse medicamento em simples geladeira, com uma queda de luz pode estragar o produto.

Por isso é sim, vai ser uma orientação do Ministério, fazer essa alteração do local de entrega dessas demandas.

E como tem muito representante aqui de entidades de doenças raras, como forma também de assessorar, também sugiro que os senhores busquem junto aos pacientes a atualização de receita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é outro requisito que o Ministério da Saúde está solicitando para atender as ordens judiciais, pois segundo o parecer da área técnica, a posologia depende muito do estado da doença.

Então esse documento atualizado é imprescindível para a saúde do paciente que vai receber esse medicamento.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Doutor, só uma colocação.

A gente sabe da importância, de como esse medicamento tem que ser guardado, a gente treina as famílias que recebem em casa sobre isso, mas a gente repassar para um local específico, ótimo, mas eu vou contar um exemplo para o senhor.

Eu tenho um grupo de pacientes aqui, no caso são doze, que recebiam essa medicação no Hospital de Base. E o Hospital de Base, como todos sabem, quem mora em Brasília, vai se tornar uma fundação. E a fundação que assumiu está me chamando para conversar porque está querendo deixar de ser o repositário jurídico dessa medicação, querendo que eu tire a medicação de lá, não quer mais receber...

Eu tenho processo judicial indicando o Hospital de Base como o fiel recolhedor da medicação e ele não quer mas receber, ele não quer mais entregar essa medicação para o meu paciente, ele não quer mais se responsabilizar pelos tratamentos iniciais, que juridicamente ele tem que fazer porque pode dar algum tipo de reação.

Então, nos dois primeiros meses de tratamento, é o Hospital de Base que tem que acolher o paciente, fazer a medicação e acompanhar. E aí a gente fica... Eles não querem. Estou mostrando legalmente o que existe definido nos processos de cada paciente, mas mesmo assim o coordenador está dizendo que vai desmontar a Sala de Função, que não se vai mais receber a medicação. E essa medicação vai para onde?

O senhor está dizendo... A gente concorda, ir para a casa do paciente é um risco, mas prefiro o risco e a gente treinar – e exaustivamente visito esses pacientes e mostro isso – a ficar com esse paciente sem medicação.

"Não, existe farmácia de alto custo". Mas aqui, em Brasília, as duas farmácias de alto custo que existem não funcionam e não têm condições próprias para esse tipo de medicação. O que vai ser feito disso? Como a gente vai chegar a um denominador?

O senhor entende a angústia da gente?

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Sim, entendo.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – A gente fica sem solução.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – É porque a regra do SUS é a de que o paciente com medicamento de alto custo apresente o receituário médico atualizado e faça a retirada do medicamento nos postos indicados.

Até hemofílicos do fator VIII, cujo medicamento é também termolábil, vão aos hemocentros, buscam os medicamentos para um período de três meses e retornam lá. A decisão do Ministério nessa alteração foi por questão de segurança do paciente. Entendeu-se que não há nenhum tipo de controle no estoque que pode haver na casa do paciente. E também são medicamentos, em grande parte, de uso por difusão: algumas vezes o próprio paciente aplica o medicamento em si mesmo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para evitar esses tipos e dar mais segurança, cabe à Administração Pública gerenciar, da melhor forma possível, a entrega desse medicamento. Se não for possível numa farmácia de alto custo, que seja no estabelecimento hospitalar apto mais perto do paciente.

Quanto ao Hospital de Base, de que a senhora me falou, se há uma ordem judicial determinando, não cabe escusa por parte da entidade hospitalar. Ela deve cumprir sob pena de sanções processuais e até criminais.

A SRª MARLENE MARIA VIEIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Acho que a Eduarda...

Eu não sei... Marlene, você está vendo aí?

A SRª EDUARDA ARANTES – Eduarda, Associação Goiana de Esclerose Múltipla.

Muitas perguntas, mas vou me ater a duas. Uma é para o Dr. Emmanuel, sobre o protocolo clínico. O senhor falou que são 180 dias. Há medicações que estão há mais de 230 dias, que já saíram da Conitec, que já foram liberadas, e até hoje, nada. E isso acontece no final do ano, exatamente no ponto nevrálgico que todo mundo conhece – falta, desabastecimento no Brasil inteiro.

Então, protelou-se demais, e estamos com essa medicação à espera. Isso vai acontecer com outras medicações, tanto as raras como as de todo o Brasil.

Então, o senhor fala em 180: já há 250 dias e nada dessa medicação. A Conitec já liberou, está passando pelo protocolo. Disseram que iam fazer uma nota, e essa nota – não sei – foi parar no Judiciário, alguma coisa assim, essa foi a última notícia que tivemos.

Quer dizer, estamos tendo a desburocratização – falaram –, mas estão fazendo mais burocratização à toa. Por quê? É uma medicação que já foi liberada pela Conitec. O protocolo clínico ia demorar, falaram que iam fazer a nota, fizeram a nota, depois o que fizeram? E estou falando isso de um caso pontual, mas que vai acontecer com outras medicações, porque, se acontece com uma, desencadeia-se para o resto.

E a outra – posso fazer? – é o caso pontual da esclerose...

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Teriflunomida.

A SRª EDUARDA ARANTES – Isso.

Então, esse é um caso pontual que eu trouxe, mas que vai acontecer com os outros, porque já existem outras medicações de doenças raras liberadas pela Conitec e que vão seguir o mesmo caminho.

Então, a gente quer assim uma rapidez, porque se a Conitec já libera, se o protocolo já tem que ser atualizado, mas já fez a nota que a Conitec fez numa reunião que tivemos com ela, por que não liberou e por que, exatamente no final do ano, quando não tem dotação orçamentária, não tem mais dinheiro – a gente sabe disso –, vai liberar ou não vai liberar? Vai ficar mais três meses? Porque a dotação orçamentária só depois de três meses.

A outra, não sei se posso fazer a mesma pergunta, é sobre esse ponto mesmo, sobre a falta de medicação constante, no Brasil inteiro, exatamente em novembro e dezembro, quando param as contas, pois nós temos que fechar o caixa e só vamos abrir em março. Ou seja, o Brasil inteiro fica desabastecido. Por que vocês, do Ministério, não fazem uma compra antecipada de todas as medicações, sabendo que as medicações vão ser sempre compras?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra: coloquem dados ou percentual de 20% a mais na compra, porque todo dia aparece um doente, seja de raras, seja de outra, porque até de diabetes está faltando. Eu nunca ouvi falar disso com diabetes! O que é isso?! Para onde está indo o nosso Brasil?

Então, eu acredito que os gestores técnicos, que acredito sejam os melhores gestores, têm a capacidade de arrumar a casa. E que exista prazo. Não são quinze dias, não, doutor; são cinco. Licitação a gente consegue em quinze dias. Em Goiás, nós tínhamos o melhor centro de compras no Brasil. Ele foi considerado, na nossa época, com a Dr^a Lilian, que conseguia fazer em quinze dias. O Ministério da Saúde é enorme.

Vocês são experientes e estão aqui para nos ajudar. A gente tem a experiência do campo. Então, é boa essa troca. Eu vim de Goiânia para conversar a respeito, porque vejo que vocês estão meio perdidos também. Falta informação, que a gente tem, e vocês acham que estão certos. Na verdade, às vezes, uma coisinha, uma comunicação ajuda bastante.

Então, eu queria saber isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Deixe-me só complementar.

Há um vácuo realmente, porque o Congresso entra em recesso. Ele vai votar o Orçamento, e esse Orçamento só vai ser aberto em março. Então, existe esse lapso aí. Seria realmente importante que o Ministério da Saúde tivesse um planejamento para fazer essa compra, de tal forma que, durante esses meses de dezembro, janeiro e fevereiro, o remédio não estivesse em falta.

O Orçamento vai ser aberto em março e nós vamos passar por dificuldades. É certo que, durante os meses de janeiro e fevereiro, você manda o duodécimo, mas ele está longe de ser o Orçamento. Eu nem sei se, com o duodécimo, vocês podem efetuar uma compra de medicamento.

A SR^a EDUARDA ARANTES – Só um instantinho, porque são muitas perguntas. E eu tenho mais uma sobre o contrato. Quando se encerra um contrato, eu acho que todo mundo fica sabendo. Por que não se antecipa, sabendo que o contrato vai ser o mesmo? Por que já não se pede uma licitação?

Vou falar do genérico da esclerose múltipla. O Ministério da Saúde comprou, e bombou no País. Ninguém teve problema, porque o genérico estava bem. De repente, pronto: o Brasil inteiro está sem o genérico Fingolimide.

O contrato acabou. Quando o contrato vai ser feito? No dia 12 agora, quando não há mais orçamento? Gente, a casa tem que planejar três meses antes, e não no dia em que acaba. Assim é na minha cozinha: "Opa, acabou o óleo. Mas por que eu não fiz um planejamento antes?" É uma coisa simples, porque eu posso... A reengenharia foi colocada para fazer planejamento antecipado, e não em cima da hora.

Então, são três perguntas. Não sei se eu me fiz entender bem, mas são três perguntas que eu gostaria que vocês, como técnicos, gestores reais do Ministério da Saúde que estão aqui, me respondessem.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Eu queria, na verdade, até agradecer pela pergunta, porque a gente precisa esclarecer uma coisa.

O prazo de 180 dias é condicionado a duas situações: a primeira delas é a pactuação do financiamento do medicamento – quem vai ser o ente responsável pelo financiamento: se é a União, os Estados ou o Município –; e a segunda condicionante é a publicação do Protocolo Clínico e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Diretrizes Terapêuticas, que é o documento que vai regulamentar a assistência, o acesso e o uso racional do medicamento.

No caso da esclerose múltipla, dos medicamentos que foram incorporados, a gente está vencendo a etapa de pactuação, porque a União, o Ministério vai ser responsável pelo financiamento, mas a Conitec, além de fazer a recomendação para o Secretário, que faz a incorporação, também é responsável pela elaboração do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas, que, como eu falei, é uma condicionante para a disponibilização do medicamento. Então, a gente não pode ser cobrado pela disponibilização do medicamento, apesar de o departamento já estar trabalhando com todo o levantamento de demanda, pesquisa de preço para condução disso, porque a gente ainda não tem o documento básico para regulamentar a assistência, que é o Protocolo Clínico. Portanto, a gente não tem ainda a atualização do Protocolo Clínico de esclerose múltipla.

Essa nota que você mencionou nós, do DAF, desconhecemos. Ela não passou...

A SRª EDUARDA ARANTES – Foi o novo diretor da Conitec que nos ofereceu.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Ela não passou nem pela Subcomissão de Protocolos Clínicos ainda. Então, a gente não conhece a existência dessa nota ou o teor dela. A gente pode olhar no *site* da Conitec agora, mas não há ainda a atualização do Protocolo Clínico, que é, como eu falei, um condiciante, um pré-requisito para que a gente consiga fazer a disponibilização dos medicamentos recentemente incorporados, no caso da condição clínica esclerose múltipla.

Quanto à pactuação, já está definido: é o Ministério que vai ser responsável pelo financiamento, e isso é muito importante.

A gente sempre tem que, ao considerar o prazo de 180 dias, ter em mente essas duas condicionantes: primeiro, a pactuação do financiamento; e, segundo, a publicação do Protocolo, que é o que vai regulamentar a assistência. A gente não pode disponibilizar o medicamento sem ter o documento norteador da assistência, que é o Protocolo.

Todas as sugestões que você colocou são extremamente bem-vindas, da nossa parte, mas é com muito prazer que eu lhe digo que todas essas sugestões são perfeitamente executadas pelas áreas técnicas do Ministério.

Do ponto de vista técnico, a gente tem indicadores que nos dizem com quanto tempo de antecedência a gente deve começar um processo licitatório. A depender da modalidade, a gente tem o monitoramento bem fino dos estoques, a gente faz estoque estratégico. Então, por exemplo, essa questão do Fingolimod neste momento não procede. Nós temos um pregão agendado para a próxima segunda-feira...

A SRª EDUARDA ARANTES – O Rio Grande do Sul está totalmente desabastecido, se você quiser eu passo. Agora, os Estados, Santa Catarina, todos estão desabastecidos e em judicialização também.

Eu passo os dados, eu não tive tempo de pegá-los porque fiquei sabendo da reunião há cinco dias e para eu pegar os levantamentos... Mas eu tenho por *whatsapp* e passo.

Está desabastecido, o contrato já venceu e vai ter um contrato no dia 05/12, vai começar.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Então, a gente já está com um pregão agendado... Toda a demanda dos Estados, do quarto trimestre, que é outubro, novembro e dezembro, foi atendida; e do primeiro trimestre também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas veja só, eu estou falando dos medicamentos que são responsabilidade do Ministério para os pacientes que estão incluídos no protocolo. O Fingolimod tem uma situação especial porque a gente tem muita prescrição fora do protocolo. Nesse caso, o acesso é pela via de judicialização e, em geral, quem faz o cumprimento são as secretarias estaduais de saúde.

Sobre esses medicamentos o Ministério não tem ingerência.

A SRª EDUARDA ARANTES – No Sul não.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – No Sul sim.

O Rio Grande do Sul, a gente pode marcar uma conversa depois, mas eu lhe falo que é o Estado que provavelmente está mais abastecido dos medicamentos que a gente compra, porque é sempre assim.

O Rio Grande do Sul é o nosso Estado que mais tem estoque. Quando acaba em todos os outros lugares, no Rio Grande do Sul ainda tem, mas a gente pode ver um por um.

A SRª EDUARDA ARANTES – A judicialização lá está precária, porque está faltando.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Ah, mas se é da judicialização é com a Secretaria Estadual de Saúde e não do medicamento que a gente abastece.

A SRª EDUARDA ARANTES – Mas lá no Sul, quem compra é o Ministério da Saúde.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Mas, enfim, acho que é isso.

Mais algum?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vou aproveitar enquanto o Presidente está atendendo para fazer uma pergunta ao Dr. Bruno.

Quando você fala em R\$1,3 a R\$1,4 bilhão, que são despendidos para a compra de medicamentos da judicialização. Deste montante, qual seria o valor destinado a medicamentos para atender às doenças raras? Uma vez que esses medicamentos judicializados nem sempre são para atender a estas demandas de doenças raras.

Você teria condições de dizer? Até porque nós temos em torno de, acho, oito mil tipos de doenças raras diferentes, que atingem em torno de 13 milhões de brasileiros, mas para nem todas essas doenças existem medicamentos hoje em âmbito nacional e muito menos em âmbito externo.

Qual seria, desse montante, de R\$1,3 bilhão ou R\$1,4 bilhão, o que seria destinado a atender estas demandas judiciais para pacientes com doenças raras?

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Até peço para a Drª Thaís, porque é a Coordenadora da CDJU, que se eu me equivocar com os números, que ela me corrija.

Deste total de R\$1,3 ou R\$1,4 bi, quase R\$1 bilhão é para o fornecimento de apenas dez medicamentos, para um atendimento que nem chega a mil pessoas. Esse R\$1 bilhão é para atender mil pessoas.

Não se discute aqui o preço de uma vida e não temos que dizer "não vou salvar uma vida", diante de recursos. O que se busca aqui – e deixar claro –, hoje, a realidade é a seguinte: se há uma decisão judicial que determina à União fornecer o medicamento, essa decisão judicial, o recurso para fazer frente a essa decisão judicial sai dos recursos do Departamento de Assistência Farmacêutica, ou seja, recursos que estavam programados para fornecimento de medicamentos do SUS são retirados para fazer frente a essa despesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como sugestão, acho que é necessário criar-se uma rubrica específica, com recursos específicos para doenças raras. Tem-se que se fazer uma análise, no âmbito da Conitec, específica para isso, especialmente na questão da relação custo-benefício, que é um dos requisitos que a Conitec analisa para incorporar um medicamento.

Então, é necessário atender aos pleitos desses pacientes com doença rara e fazer uma alteração legislativa no sentido de um tratamento diferenciado para que eles possam ter acesso aos produtos farmacêuticos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Dr. Bruno, nesse aspecto, na Comissão de Assuntos Sociais, nós aprovamos uma emenda de comissão destinando recurso específico, fora do Orçamento do Ministério da Saúde.

Lamentavelmente – aportamos R\$200 milhões –, pelo número que você está falando, é muito pouco, mas, se nós criarmos uma rubrica, nós temos condição de, durante o ano, brigar para que o próprio Governo se sensibilize e coloque mais recurso. Mas o importante é que nós estamos trabalhando em uma legislação específica de doenças raras.

Eu sei que nós não teríamos a menor chance de discutir todo o tratamento de todos os pacientes do SUS se levarmos em conta a quantidade de doenças raras, mas só que nós temos que ter um olhar diferente. Não é porque uma pessoa tem doença rara que essa doença rara... Elas têm que ter prioridade porque são pessoas que – eu percebi – são muito abandonadas. Elas não têm orientação. É uma coisa complicada.

A gente fica ouvindo isso e eu resolvi criar esta subcomissão não no sentido de colocar uma faca, uma adaga na garganta do ministro, mas eu acho que nós aprendemos muito entre nós aqui, muitas coisas estão sendo realmente... As dúvidas estão sendo tiradas, as informações estão sendo prestadas. Eu acho que nós vamos chegar ao final desta Comissão com soluções, apontando soluções práticas. Claro que vai depender de um olhar diferenciado. Por isso, eu chamo a atenção de vocês que atuam diretamente, ajudando, melhorando, amenizando a dor tanto do paciente que tem doença rara como de toda uma família.

Então, eu gostaria de fazer essa colocação e me antecipar que nós não estamos só preocupados em pressionar o Ministério, nós estamos oferecendo também soluções. Já criamos uma rubrica, estamos destinando recurso, não sei quanto nós vamos conseguir aprovar, mas eu pretendo mobilizar um número muito grande de entidades e fazer com que esses recursos sejam os maiores possíveis.

Então, só para dizer que nesse aspecto nós estamos de acordo e estamos trabalhando juntos nisso.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Sim, Senador, parabeno-o pela iniciativa. Não há mais momento de entrar naquela discussão de que, com o tratamento de um paciente de doença rara, deixa-se de atender dez ou mil outros pacientes pelo SUS. Não se admite, no âmbito do Sistema Único de Saúde, esse tipo de discussão.

Uma rubrica específica amenizaria isso. Questões sobre o procedimento mais ágil na Anvisa de registro, conforme eu falei, porque a questão é imprescindível para fornecimento por meio da Conitec. É possível a importação pelo particular, mas a grande parte dos medicamentos de doenças raras tem custos elevados. Esse da doutora, R\$300, é um dos mais baratos. Temos hoje o Spinraza, que é quase R\$250 mil ou R\$300 mil um frasco, algo que não há orçamento familiar que suporte. Estabelecer



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

critérios para favorecimento no SUS mais flexíveis para esses pacientes. São três medidas que eu acho que auxiliariam, melhorariam o atendimento pelo SUS aos pacientes de doenças raras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu tenho uma pergunta aqui do cidadão Jelres Freitas, que é portador de AME, que é atrofia muscular espinhal. Ele é de Sumaré, São Paulo. Ele pergunta: "O Spinraza é o único tratamento medicamentoso comprovado para a atrofia muscular espinhal. Já está regulamentado pela Anvisa [eu até tive oportunidade de ajudar nisso aqui] e tem preço já estabelecido pelo CMED. Devido ao valor de mercado, a única forma de acesso ao paciente é através do SUS. Quanto tempo vai demorar para que esse medicamento seja incorporado ao SUS?"

Eu sei que essa pergunta é complicada, mas eu sei também que esse medicamento aqui é de alto custo. Eu sei porque há um pai na minha cidade, lá no meu Estado, em Campo Grande, que tem duas filhas, uma de dezessete e outra de quinze anos, e as duas têm atrofia espinhal. Então, eles têm gastos e já venderam o que tinham para custear. São alguns milhões de reais anuais.

Então, é um negócio fantástico isso aqui.

Agora, eu penso que na hora em que o SUS puder negociar isso em escala, esse medicamento baixa o custo. Por isso que eu digo que se conseguirmos fazer um número que justifique isso, nós vamos, primeiro, diminuir a demanda judicial, e, segundo, diminuir também o custo do Ministério da Saúde.

Não sei se o senhor concorda com isso.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Tem que ser considerado também o custo judicial dessas demandas.

Hoje, parece-me que o número de ações judiciais questionando medicamento na Justiça superou o de servidores públicos. Hoje há varas do Judiciário especializadas em saúde, Procuradoria de Justiça, Ministério Público especializado em saúde, defensoria especializada, advocacia pública especializada, todo um sistema para fornecer o medicamento no âmbito SUS, que é um sistema caro, um processo judicial é caro, um procedimento no âmbito do Ministério da Saúde para uma compra judicial é caro. Algo que bem monitorado, com uma boa gestão, poderia realocar recursos para um atendimento melhor a esses pacientes. Não há a mínima dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Você tem alguma – é difícil dizer isso –, você tem alguma expectativa de prazo para que esse medicamento seja incorporado ao SUS?

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – O Spinraza teve o preço no CMED semana passada, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Semana passada. A ampola foi 245 mil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Duzentos e dez mil. Eu não sei se a Conitec já foi provocada, ou o ministério, de ofício, pediu a análise. Aí realmente eu não tenho essa informação mesmo.

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – A Conitec ainda não recebeu o processo de demanda para incorporação desse medicamento. A gente está esperando manifestação ou da indústria ou de qualquer um da sociedade civil, que pode... Ou do...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Qualquer um que possa entrar com solicitação de pedido. Mas eu sei que está sendo negociado o preço, parece que fechou agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu tenho medo de que a pergunta desse cidadão, Jelres Freitas... Eu tenha que dizer para ele que é preciso provocar isso na Conitec, para que a gente possa dar início ao processo de incorporação ao SUS. Eu estou certo na afirmação?

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, eu espero ter respondido. E é claro, o tempo que vai demorar vai depender da agilidade com que eles provocarem isso. E é claro que se ele quiser, eu mesmo me coloco à disposição, o meu gabinete, para que a gente possa fazer...

A SRª REGINA PRÓSPERO – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – ... esse contato o mais ágil possível.

Pois não, Regina.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Nós estamos sabendo aqui agora que essa mesma pessoa que fez o questionamento, esse pai, protocolou na semana passada o pedido de incorporação no Ministério da Saúde. Talvez não tenha chegado ainda à Conitec, mas ele já foi protocolado na semana passada, o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então a Drª Regina disse que a provocação já foi feita. E aí nós vamos tentar agilizar. Aí, Dr. Daniel, eu conto exatamente com a agilidade sua, está certo?

O SR. DANIEL ZANETTI SCHERRER – Pode deixar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agora vai falar a representante da indústria farmacêutica, que vai dar uma notícia que vai baratear todos os medicamentos aqui no Brasil. *(Risos.)*

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FERNANDES – Senador, eu gostaria muito, mas eu acho que para preservar o bom debate, como o senhor colocou no início, eu queria conversar um pouco com o Dr. Bruno. Nós não nos conhecemos, Dr. Bruno? E a afirmativa que o senhor faz é muito séria, em relação à judicialização, que as nossas empresas fomentam a judicialização. Então, não sei se o senhor sabe, a Interfarma tem um código de conduta. A revisão de 2016 trouxe uma seção sobre judicialização. Ali estão todas as disposições para a apuração de supostas infrações das nossas associadas.

Nesse sentido, eu peço, se o senhor tem informação do que o senhor acabou de mencionar, que é muito grave, que o senhor nos encaminhe. Eu sou também corregedora da Interfarma, e eu quero receber essas informações do senhor, as quais o senhor acabou de afirmar.

Quero também dizer o seguinte...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FERNANDES – Só um minuto.

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA *(Fora do microfone.)* – Já foi encaminhado à Polícia Federal, está no âmbito da Polícia Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FERNANDES – Sim, mas administrativamente, se o senhor tiver interesse... Nós não defendemos o que é irregular. Isso está no nosso DNA. Não defendemos. Se alguma associada tem feito nesse sentido, que ela pague pelo que tem feito.

Agora, eu acho importante o senhor saber também que nós não defendemos a judicialização como uma política de saúde no Brasil. Isso a gente tem falado em vários episódios, em vários momentos.

Não defendemos os experimentais, em que pese a Resolução 60 da Anvisa, que pode registrar em fase II, com acompanhamento pós-registro – que está inclusive em revisão. Agora, nós não podemos deixar de defender aqueles que estão incorporados e que não são adquiridos – em torno de 5% do valor da judicialização. Nós temos os dados porque nós fazemos o acompanhamento. Não podemos deixar de defender aqueles também que têm registros há 24 anos, há 20 anos, registros sanitários, registro de preço no Brasil, e não estão incorporados, porque só quando vem da judicialização é que esse paciente tem acesso. E nesse sentido eu estou falando dos medicamentos para doenças raras. Nós temos medicamentos que acabaram de registrar, como foi o último registro de preço, que está em fase de solicitação de incorporação.

E não é verdadeiro que nós não submetemos à Conitec: ao longo de um período grande – eu estou lá desde 2012 –, houve várias submissões que foram indeferidas pelo modelo de estudo fármaco-econômico, sempre indeferido pelo modelo de estudo fármaco-econômico. Não há como falar em modelo que não cabe para uma droga órfã: nós não temos; tem que ser um modelo mais adequado.

E finalmente a Conitec começou a implementar – eu acredito que desde 2016, mais ou menos –, que é o de multicritérios. Mas nós não sabemos quais são os multicritérios. Como produzir um estudo fármaco-econômico adequado para não haver reprovação na entrada desse medicamento por indeferimento de instrução documental? – que é o que vai acontecer, e eu espero estar errada, com esse pai que acabou de submeter. Eu não sei se ele colocou o estudo fármaco-econômico. Se ele não colocou o estudo fármaco-econômico, não vai chegar na mão do Dr. Daniel, vai ser indeferido na entrada, porque ele é indeferido lá embaixo e ele não sobe, porque falta documento na instrução processual.

Então, é importante que sejam ditas coisas que são também importantes para esses pacientes e importante para que a gente conheça, para que a gente possa dar soluções. O Senador está aqui disposto, com mais um conjunto de Senadores, a encontrar soluções para um problema que o País atravessa. Nós todos estamos aqui no mesmo sentido. Então não há de se falar aqui que existe má-fé ou interesse ou não dizer todas as dificuldades das pessoas, tanto do setor produtivo, que também não tem organização no seu sistema de produção... Não é tão simples também como a gente imagina – e a gente sabe que uma ordem judicial é para ser executada em 24 horas, mas ela talvez leve uns seis meses para chegar na mão do paciente. Então, a gente tem agilidade para alguns casos, e, para outros, não. E, no fim, a gente só tem um ser lá na ponta esperando para continuar vivo. É só isso que eu quero relatar aqui.

Agora, eu ainda quero considerar uma coisa importante em relação à judicialização. Nós não defendemos um modelo de pagamento direto para paciente porque existe um problema sério nisso: primeiro, ele tem que fazer três cotações, ele não encontra onde fazer essa cotação, ele tem... Esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custo é mais caro. E esse valor pago pelo Ministério, depósito em conta, aumenta ano a ano. Sobre isso é importante também, Senador, ser refletido aqui: como é que se pode solucionar isso?

Num passado talvez de um ano, de um ano e pouco, eu estive no Ministério, e a informação que eu tive foi a seguinte, como a que o senhor acabou de colocar: um processo de aquisição, depois de ordem judicial, custava em torno de R\$1,3 mil. Para produtos até R\$1 mil, havia um entendimento, naquela época – não sei se isso persiste –, de que era mais econômico do ponto de vista de fazer render o dinheiro, que a gente sabe também que ele tem limite, que ele fosse então depósito em conta. Mas isso gera distorções importantes, tanto em dificuldades para esse paciente também ter celeridade, para receber isso. O senhor acabou de dizer que há alguns pacientes que recebem medicamento termolábil e que não sabem colocar ou que não sabem guardar na geladeira –, e a gente também tem conhecimento disso. Às vezes, jogam-se R\$200 mil no lixo porque não sabem usar, não sabem manipular, em que pese o esforço das associações de pacientes. Eu aqui reconheço, o tempo todo, o que eles fazem e como eles trabalham, mas eles não estão em todos os lugares aonde chegam os medicamentos judicializados. A gente também sabe disso.

Mas nós sabemos quanto se perde, porque a gente tem essa informação. Então, medicamento judicializado para um paciente que vem a óbito fica na prateleira das secretarias, até chegar a validade, para serem descartados. Não tem uma ação, no processo judicial, para repassar aquilo para outro paciente. Então, são muitas distorções, a gente sabe, mas que são importantes de serem discutidas.

Não dá para imaginar que está tudo bem. Se estivesse tudo bem nós não estaríamos aqui. Eu acredito piamente no trabalho de um servidor, o que fui durante 25 anos. Eu acredito e confio, mas tem de saber escutar e tem de saber entender o que precisa mudar, como é que a gente pode compor. A indústria está disposta, a indústria está negociando o preço no Ministério da Saúde, Senador, todos os medicamentos que são comprados, que são importantes...Têm a aplicação do CAP. De cara, são 19% a menos na compra de um medicamento. Então, aquele que custa R\$300 mil vai custar menos 19%. Depois, ele vai custar a negociação para comprar. E todo mundo sabe, todas as indústrias sabem como é essa negociação no Ministério da Saúde. Não é uma negociação fácil. E é bom que seja assim! Mas isso é um ato individual de cada gestor, de cada presidente de empresa de ter a capacidade de saber até aonde vai. Não adianta eu falar aqui: "Não, às associadas da Interfarma vou dar x por cento de desconto." E se a empresa for lá e der mais? Nós não podemos discutir individualmente, nós somos uma associação, discutimos o conjunto dos interesses das nossas empresas. Mas elas, sim, elas têm ido, tanto que foi relatado pela Thaís, que recebe as empresas de maneira sistemática. Acredito que os outros também, que o DAF também, todo mundo recebe. A gente está vendo na Anvisa, está em todos os lugares. Porque é importante, também, fazer parte dessa discussão.

Os preços podem ser caros, exorbitantes, etc. Essa é uma discussão importante, mas é uma discussão que está sendo feita e conduzida para melhorar o acesso das pessoas a essas tecnologias.

Por outro lado, sabem o que me deixa talvez assim reflexiva? É imaginar, por exemplo, que produto de pequena complexidade... Nós temos laboratórios públicos no Brasil, Senador. Por que os laboratórios não fazem os produtos de pequena complexidade para atender a população brasileira, como a biotina, por exemplo? E outros que são possíveis de serem feitos. Cadê os laboratórios





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos? Nós transferimos tecnologia. Cadê? Cadê os laboratórios públicos para receberem tecnologias? A gente não consegue nem fazer isso. Nós temos problemas estruturais no País em relação a isso. Tanto a capacidade desses laboratórios, a capacidade de recursos humanos neste País... Estão sendo capacitados e, quando ficam muitos bons, vão embora. A gente sabe disso. A ciência não tem dinheiro, no Brasil, não faz inovação. Há um conjunto de coisas que a gente precisa olhar. Não é tão simplista, Dr. Bruno, o que a gente está discutindo aqui. É muito profundo.

Acredito muito no trabalho dos senhores, mas agora eu acho que é muito importante a gente resolver, tentar dar uma solução. Onde a gente está? Vamos andar um pouquinho, a gente não vai resolver tudo, não. Mas se a gente conseguir andar 10%, essas pessoas vão ser muito mais beneficiadas. Hoje, não tenho nenhum parente com esse problema e acho que os senhores também não, mas podemos ter amanhã. Podemos ser nós mesmos. Então, acho que pensar no outro como nós mesmos talvez seja uma boa solução.

Fiz algumas considerações. Fico à sua disposição. Se o senhor achar conveniente que nos mande também para fazer as apurações do ponto de vista ético. Podemos receber e ficamos à disposição. Passo os contatos, não há nenhum problema.

Quero fazer três considerações ainda. Foi comentado pelo Emmanuel que previamente há a pactuação intergestora tripartite, que eu conheço bastante, já atuei bastante nesse segmento. Isso acontece antes das compras. Na última resposta que o senhor deu, alegou uma dificuldade num produto específico, porque também ainda estão fazendo a pactuação financeira. A pactuação financeira é antes ou depois? Deixe-me só enumerar. A gente vai, depois, de uma vez...

Nós temos o caso de um produto que eu trouxe em outra audiência pública – estou tentando recuperar o nome – que foi incorporado também, mais ou menos o que foi dito pela Eduarda, para esquizofrenia, está há 12 meses sem compra. Nunca foi comprado. Então, eu recupero o nome e passo até o final da audiência para o senhor. Eu agora não tenho esse nome aqui, mas já isso trouxe na primeira audiência pública que nós fizemos aqui.

Eu acho importante também haver transições de modelos assistenciais. Tem que haver transição. "Então, é importante o termolábil ter uma garantia de melhor eficácia para o paciente." Perfeito, mas enquanto isso o paciente não pode ficar sem o medicamento. Então, a transição é importante. Como se faz a transição? Não se pode deixar o paciente sem. Como se vai fazendo as coisas assim? É mais ou menos como trocar a roda do avião com ele andando.

Mas tem que dar o acesso da mesma maneira nos momentos de troca de modelos, porque senão ele não tem a quem recorrer. Ele precisa da solução, ele precisa do produto. Ele entende toda a transição, e nós da indústria achamos ela perfeita, a eficácia do produto está garantida.

E o componente – me corrijam o nome que agora me foge –, as rubricas do medicamento, para compra do equipamento, 10% do orçamento, estão nas rubricas de medicamento e que tem vários eixos para serem adquiridos e há um componente especializado, onde são adquiridos os medicamentos de alto custo.

O aporte de recursos nessa rubrica, Emmanuel, não é suficiente para a aquisição dos medicamentos de doenças raras como o Senador colocou? É preciso realmente ter uma rubrica para doenças raras?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque a gente vai entrar em um debate: Por que não tem para as negligenciadas? Por que não tem, sei lá, para aids, por exemplo, que tem um programa específico e que está dentro dessa rubrica? É a rubrica de compras de maior valor, de produtos de maior valor. Por que não alocar recursos onde já está afastando? Não que o Congresso não tenha que fazer isso, mas dando celeridade, porque a gente sabe que a tramitação no Congresso também tem um tempo, e esse paciente precisa do dinheiro para comprar amanhã, hoje, talvez.

E, por outro lado, a gente já vem discutindo há muito tempo: há execução orçamentária do Ministério da Saúde, que, nos últimos 13 anos, não executou R\$177 bilhões autorizados.

Desses dados, também temos acompanhamento. Eu não estou dizendo que é mais do que o orçamento de um ano, que talvez seja importante a gente refletir também sobre isso. Estamos refletindo uma compra de 1,3 milhão, 1,4 milhão, e aí temos essa execução orçamentária que nem de 100% do medicamento ela é, quando você pega a série histórica nos últimos 13 anos.

Então, é importante refletirmos sobre isso. Agora, eu queria ouvir as respostas, claro, Senador, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu gostaria de dizer o seguinte: diante de tudo que a senhora perguntou, eu gostaria que aqui nesta Mesa estivessem o Ministro e os Secretários.

Sabe por quê? Estamos perguntando aqui de uma forma... Eu ouvi e, aliás, sempre que se toca nessa questão da indústria, há uma... Não sei se é o seu jeito mesmo de falar, mas há uma certa empolgação nisso.

Eu gostaria que o Ministro estivesse aqui e os secretários também, para que as respostas sejam mais concretas e de gente que tem autonomia para dizer.

Eu acho que a transição de que você falou é muito importante, porque realmente nessa transição, principalmente de pacientes crônicos, que já vêm tomando remédios há muito tempo, terem isso interrompido é muito grave. Eu acho que vocês poderiam levar essa preocupação dessa audiência pública. E dizer também que criar uma rubrica específica não é um ponto de honra nosso. Eu estou tentando isso. Mas se isso que você está sugerindo, colocar dinheiro em cima de remédios de alto custo também for resolver, eu não tenho nada contra. O que eu quero é que, na Comissão Mista de Orçamento, a gente tenha recurso a mais do que o Ministério teria normalmente, como uma compensação, como se a gente estivesse aqui apontando uma solução e dando ao ministro alguma coisa com que ele possa administrar as dificuldades financeiras por que o País passa, e o Ministério da Saúde não é diferente.

Se alguém quiser comentar a colocação da doutora, eu só vou pedir para você ser objetivo, porque eu já recebi um recado aqui da Mesa Diretora de que começou a Ordem do Dia, e eu sou obrigado a encerrar esta audiência pública.

Eu espero – eu sei que muita gente ainda quer falar – que vocês entendam que a gente aqui também tem limitações.

Também gostaria de saber se o consultor que está substituindo o Dr. Flávio quer acrescentar alguma coisa naquilo que ouviu? *(Pausa.)*

Não.

Então, por favor, respostas às considerações da doutora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO VELOSO MAFFIA – Só umas considerações iniciais. Quero deixar claro que, em nenhum momento, nem eu e nenhum colega do Ministério da Saúde falamos em simplicidade no tratamento e nem má-fé da indústria farmacêutica, mas atos irregulares de certas indústrias não são só conhecidos no Brasil como no mundo inteiro.

E dizer que a indústria farmacêutica está com boa vontade quando diminui o medicamento de 450 mil a dose para 250 mil também acho que não deva ser por aí o lado que a discussão deve ir. A indústria farmacêutica tem seu interesse econômico, e o SUS tem um interesse de proporcionar a toda população brasileira o melhor tratamento e promover a saúde de todos. Eu acho quem se preocupa, neste caso, com a população brasileira é o SUS, não a indústria farmacêutica.

E, quanto à judicialização, sim, a alocação de recursos tem de ser empregada em prol do benefício da população e não ser um meio, para que a população tenha acesso a essas ações de serviço.

Então, ações como do Senador em prol de um fornecimento sem a judicialização tem como sequência melhor realocação de recurso e melhor disponibilização de bens a toda a sociedade.

Estou sendo objetivo. É isso, Senador, e agradeço a oportunidade.

O SR. EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO – Bom, eu vou tentar ser objetivo também, apesar das inúmeras perguntas, mas, enfim, vamos lá.

Com relação à pactuação. Neste exato momento, fizemos uma pactuação de fluxo para que nós definíssemos o ente que era responsável pelo financiamento do medicamento, antes que nós fizéssemos, inclusive, a publicação da portaria da SCTIE, fazendo a incorporação, justamente para nós não termos problemas como já tivemos no passado, como, por exemplo, com o cinacalcete, em que essa definição ficou *a posteriori*. Mas ainda existem alguns resquícios de medicamentos que foram incorporados via portaria da SCTIE e que estão pendentes de pactuação de financiamento; e um deles é o medicamento que você citou para o tratamento de epilepsias, que é o Levetiracetam. Então, ele ainda está sendo discutido em todos os momentos em que nós temos reuniões tanto das instâncias técnicas quanto das instâncias de pactuação da Tripartite.

Com relação à dotação orçamentária, hoje o orçamento destinado à aquisição de medicamentos por demanda judicial está incluído no orçamento da coordenação do componente especializado. A gente ainda precisa evoluir nessa discussão, mas dotações orçamentárias específicas facilitariam em tudo, inclusive na transparência. Hoje, a gente precisa dividir a mesma dotação para medicamentos que têm toda sua regulamentação de incorporação e de acesso e para outros que a gente tenha o acesso pela judicialização. Mas é um assunto que ainda precisa ser discutido, porque a gente não pode fomentar a judicialização como política pública. Mas, a princípio, se nós tivéssemos dotações específicas, teríamos, inclusive, maior transparência e facilidade em fazer a gestão desse orçamento.

Mais alguma?

Ah, da transição. Quando um medicamento é incorporado e nós decidimos que sua assistência seja feita no componente especializado, temos rotineiramente, com o passar desses anos todos, casos em que nós tínhamos acesso por outra via – seja por uma via administrativa de gestão estadual ou municipal, ou mesmo pela judicialização –, e o paciente passa a ter acesso pelas portas do componente especializado. Então, essa transição já é algo em que nós temos experiência e todos os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

serviços estaduais, também com o suporte do Ministério da Saúde, atuam junto à sua população demandante para a organização dos serviços e para a abertura das portas, de tal forma que sempre estamos dispostos a discutir, principalmente pela via das secretarias estaduais de saúde, que são responsáveis pela execução do componente especializado. Mas essa transição da porta de acesso já é algo que nós fazemos rotineiramente, toda vez que temos a incorporação, e eu diria, portanto, que já temos *expertise* nisso. Provavelmente, todos nós aqui já trabalhamos em algum momento com isso. Então, eu estou dizendo que, quando o medicamento for incorporado, inscrito em protocolo, e passar a fazer parte da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, nós o faremos.

Uma outra transição que foi aqui discutida é: o medicamento ainda continua pela via judicial e a forma de chegada ao paciente muda. Dessa parte eu não posso falar, porque eu trabalho com o fomento e o planejamento da política, mas, uma vez que o medicamento entrar na lógica da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, já temos a *expertise* de como tratar a assistência nesses casos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Maria José, eu queria agradecer muito pela sua presença, porque você se dispôs, desde o início, a... É sempre complicado, no meio de um grupo, você ter uma representante da indústria farmacêutica. Mas eu fiz questão de que a gente tivesse. Eu não acho que a indústria farmacêutica pode ficar fora dessa discussão, e a Maria José tem se mostrado uma pessoa muito íntegra, muito correta nas suas posições. Então, eu queria agradecer publicamente e dizer que você tem prestado um trabalho importante aqui. E eu acho que você, o tempo todo, representou com muita dignidade a indústria farmacêutica. Agora, nós vamos precisar de você junto à indústria farmacêutica para que eles também façam a parte deles, principalmente na negociação do Ministério da Saúde quando da incorporação desses medicamentos de alto custo em nível de SUS.

Quero tirar aqui com vocês o seguinte: eu vou fazer um convite ao Ministro. Para não ser deselegante, vou com o Dalirio, com a Senadora Ana Amélia, com todos os Senadores para convidar o Ministro pessoalmente, dizer a ele do que trata a audiência pública e pedir que ele traga – não vou dizer quem ele vai trazer, direi qual assunto vai ser debatido – os secretários que tenham autonomia para responder.

Aí, quero saber de vocês: nós vamos fazer isso antes do recesso, que deve ser 16 ou 17 de dezembro ou vamos deixar para fazer isso depois do recesso?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA PRÓSPERO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Bem antes não dá, hoje já é dia 4.

A SRª REGINA PRÓSPERO – ... se for possível, neste ano ainda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu vou convidá-lo, gente. Veja bem, é um convite. É claro que eu posso convocá-lo, mas eu não vou cometer essa deselegância.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Por isso mesmo que, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu vou convidá-lo. Por isso que quero ir junto com os Senadores para dizer da necessidade de ele tem de vir aqui antes de acabar o ano e dar essas explicações. Porque a angústia das entidades é muito grande.

Está bom?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero declarar encerrada a presente reunião, mais uma vez agradecendo a todos os técnicos que aqui vieram. Muito agradecido.

Eu tenho que aprovar...

Eu quero propor a dispensa aqui da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Se todos concordarem. Está bom? *(Pausa.)*

Então, ela é considerada aprovada.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às doze horas e vinte e seis minutos do dia nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Telmário Mota e João Capiberibe, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Paulo Paim, Ângela Portela e dos Senadores não membros, Dário Berger, Vicentinho Alves, Cidinho Santos, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte – Instalação e Eleição, atendendo ao requerimento RDH 83/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária sobre Reforma Trabalhista e Estatuto do Trabalho (CDHRTET) para o biênio de 2017/2018. Resultado: Instalada a Subcomissão, foram eleitos por aclamação o Senador Telmário Mota e o Senador Paulo Paim para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para o biênio 2017–2018, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. 2ª Parte – Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 – Plano de Trabalho que "Apresenta o Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista, com vistas à criação de um Estatuto do Trabalho." Autoria: Sen. Paulo Paim. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho. Fazem uso da palavra os Senadores João Capiberibe, Paulo Paim, Telmário Mota e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Telmário Mota

Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/09>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Em tempo, que declaro aberta a segunda parte... Aliás, declaro aberta outra reunião da CDH.

Convido o Senador João Capiberibe a presidir esta reunião, que trata do Estatuto do Trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Reforma Trabalhista e Estatuto do Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2017–2018, a qual possui a seguinte composição: titulares, PMDB, Valdir Raupp e Hélio José; Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT e PDT), Paulo Paim e Ângela Portela; Bloco Moderador, Telmário Mota e João Capiberibe.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente, Senador Telmário Mota; Vice-Presidente, Senador Paulo Paim.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação. Aceitam? *(Pausa.)*

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Telmário Mota e do Senador Paulo Paim para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Telmário Mota e para Vice-Presidente o Senador Paulo Paim.

Convido a todos os eleitos para ocuparem seus lugares à Mesa e passo a Presidência ao Senador Telmário Mota. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB – RR) – Eu quero convidar o nosso Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, para também compor a Mesa. *(Pausa.)*

Bem, eu quero cumprimentar a todos e a todas, principalmente a Senadora Regina, Presidente da Comissão; o Senador Paulo Paim, que compõe comigo esta Subcomissão Temporária sobre Reforma Trabalhista e Estatuto do Trabalho. Não tenho nenhuma dúvida de que o Senador Paulo Paim, desde que nós a aprovamos nesta Casa... Nós não, desde que esta Casa aprovou a reforma trabalhista, o Senador Paulo Paim, naturalmente, como é o porta-voz, sem nenhuma dúvida, dos trabalhadores brasileiros, ficou bombardeado por solicitações do Brasil inteiro.

Diariamente tenho visto o Senador Paulo Paim, como todos os outros Senadores, mas ele com muito mais sensibilidade para esse segmento, receber os diversos manifestos no sentido de que essa situação teria que ser revista, teria que ser realmente modificada. Aí, com essa visão dele, sempre acreditando nisso – em que também acredito –, ele entendia que nós precisávamos trabalhar o Estatuto do Trabalho. Aí não fica só o trabalho, mas também o trabalhador como um todo.

Vai ser um trabalho árduo, mas, sem nenhuma dúvida, Senador Paulo Paim, um trabalho gratificante, um trabalho bonito, um trabalho de criação, de adaptação, um trabalho que seja atual, bem atual, para que a gente realmente possa buscar, resgatar alguns direitos que foram aí realmente aniquilados com essa reforma que aconteceu e que possa restabelecer a paz entre o empresário, o trabalhador e a sociedade brasileira. Então, é com esse espírito que a gente compõe essa Subcomissão.

Aproveito, como o Senador Paulo Paim hoje tem uma riqueza de informação, de material e, sem nenhuma dúvida, demonstra hoje estar o mais preparado para não só ocupar a Presidência ou a Vice-Presidência, do que tenho absoluta certeza, Senador Paulo Paim. E quero lhe dar esta tarefa: que V. Ex^a seja o Relator deste estatuto, para que assim possamos construir um estatuto com a cara, o sentimento e a vontade do nosso povo e da nossa gente.

Portanto, eu faço esse convite a V. Ex^a. Acredito que V. Ex^a aceitará, porque, sem nenhuma dúvida, não é mais um convite, é uma convocação para que possamos andar com certa rapidez, com a rapidez necessária para colocar o Estatuto do Trabalho à disposição da sociedade brasileira. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu queria rapidamente agradecer ao Senador Telmário e também a todos os membros desta Subcomissão. Agradeço, em primeiro lugar, à Senadora Regina Sousa, que, quando levantamos a possibilidade de uma subcomissão, uma subcomissão pequena – são somente três Senadores titulares e três suplentes... Agradeço ao Senador Valdir Raupp; ao Senador Telmário Mota, que assumiu a Presidência; à Senadora Ângela Portela, ao Senador Hélio José; e ao Senador João Capiberibe, que presidiu esta reunião.

E por que só três Senadores? Porque esta Subcomissão visa agilizar os trabalhos. Não adianta colocarmos 20, 30 Senadores e termos o mesmo problema que temos na Comissão de Direitos Humanos. Não há como dar quórum, porque alguns partidos nem sequer indicam os nomes. Então, com três Senadores, nós temos quórum; com dois, podemos encaminhar todas as votações.

A nossa intenção é reunir o que há de melhor nessa área do mundo do trabalho: especialistas, técnicos, analistas, intelectuais. Queremos ouvir o empresariado, os trabalhadores, as centrais sindicais, federações, confederações, para discutir um verdadeiro estatuto do trabalho. Esse que, infelizmente, o Congresso aprovou e que vai entrar em vigor praticamente daqui a três meses é o estatuto do empregador – tiro a palavra "estatuto" –, é a consolidação das leis do empregador. Esqueceram ali o trabalhador.

Então, os senhores todos que estão nesta Subcomissão – Senadora Regina, enfim – nos ajudaram a construir, Senador, Senadoras e Deputado Sessim, que está aqui conosco. V. Ex^a trabalhou. Quando apresentamos o Estatuto do Idoso, diziam que era um sonho. V. Ex^a estava lá e votou comigo. V. Ex^a ajudou, trabalhou e votou. Quando apresentamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, diziam que era um sonho. Apresentamos e aprovamos juntos – aprovamos lá e, depois, aqui. Quando apresentamos o Estatuto da Igualdade Racial, diziam que era um sonho. Aprovamos lá e aprovamos aqui, no Senado. Lei dos Autistas; a política do salário mínimo; V. Ex^a foi um dos que ajudou a formular a inflação mais PIB. Falo isso com o maior carinho. Nós viajamos o Brasil todo. A formulação daquela comissão, também pequena, era inflação e o dobro do PIB, mas, na negociação – o Presidente Lula foi fundamental –, nós





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ajustamos a inflação mais PIB e aumentamos o salário mínimo de US\$60 para aproximadamente US\$300.

Por isso, eu acredito muito, Senador Telmário, que esta Subcomissão, que vai tratar especificamente do Estatuto do Trabalho, tem tudo para construir uma peça que vai entrar para a História. É claro que a Subcomissão terá sempre, como referendo principal, a própria Comissão de Direitos Humanos e as outras comissões por onde o estatuto há de transitar. Mas poderíamos fazer – eu tomei já a liberdade, se me permitir, para ganharmos tempo, e eu fiz com a assessoria – um plano de trabalho e seria importante se eu pudesse já aprovar nesse momento aqui. Então, eu farei uma leitura rápida.

Por meio do Requerimento nº 83, de autoria deste Senador e de outros, foi criado, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, a Subcomissão Temporária para aprofundar, debater esse instrumento que eu chamo de Estatuto do Trabalho. Essa Subcomissão terá tempo limitado, terá tarefas a cumprir e o mais rápido possível apresentará uma proposta ao País.

Os titulares, repito, serão o Senador Paulo Paim, o Senador Valdir Raupp, o Senador Telmário Mota. Quero dizer que a Senadora Regina Sousa foi consultada e ela abriu mão de ser titular da Comissão, porque ficariam dois do PT. Então, você nos representa e nós vamos indicar então a maioria dos partidos.

Qual é o objetivo? Construir uma proposta de Estatuto do Trabalho de acordo com os fundamentos no Estado democrático de direito, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, como contraponto às recentes alterações legislativas sobre, principalmente, a Lei 13.467, de 2017, conhecida como a reforma trabalhista.

A reforma trabalhista foi proposta sob o argumento de modernizar as leis trabalhistas, mas vem sendo duramente combatida por setores significativos da sociedade brasileira, incluindo a magistratura e o Ministério Público do Trabalho, além de todas as centrais sindicais e confederações do País, federações, sindicatos, por constituir um retrocesso legislativo histórico que desumanizou as relações do trabalho e retirou direitos conquistados ao longo de décadas, de lutas dos trabalhadores brasileiros, desde a era Getúlio até hoje.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Da forma como foi aprovada, sem permitir uma ampla participação popular e mediante a adoção de táticas que impediram a atuação deste Senado em sua função constitucional de Casa revisora, a reforma descumpra as normas internacionais da OIT, por fazer pender a balança para um dos lados da relação laboral, estabelecendo um desequilíbrio que afronta diversos princípios basilares da nossa Carta Magna, em especial os da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Um verdadeiro estatuto do trabalho deve refletir a atual realidade do mercado, e sempre com uma ótica das relações humanas, incluindo novas formas de trabalho e de relações trabalhistas, sem, contudo, deixar de observar os fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no art. 1º da nossa Constituição, que inclui em igualdade de condições os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Tem que ser um estatuto que olhe para o empregado e para o empregador. A proposta que ora se busca construir deve ser capaz de conferir maior segurança jurídica a empregados e empregadores, propiciando, assim, uma melhora significativa nas relações trabalhistas, preservando e dando efetividade aos direitos e garantias fundamentais esculpidos na Lei Maior, que é a nossa Constituição, que eu tive a alegria e a satisfação de estar lá, lembro-me, eu com Ulysses Guimarães, com Mário Covas, com Lula, com Olívio Dutra, enfim, líderes dos mais variados partidos, todos com uma noção muito clara de que lá era a Constituição cidadã, como falava Ulysses Guimarães.

Nossos norteadores constantes nessa tarefa, podem crer, serão o fortalecimento das instituições, a democratização do acesso ao mercado de trabalho, a facilitação do acesso e da permanência de pessoas de todas as áreas, sabendo observar com carinho a situação das pessoas com deficiência, dos idosos – porque neste País pessoas com mais de 45 anos já começam a ser discriminadas no mercado de trabalho –, a nossa juventude, entre outros segmentos constitucionalmente protegidos, bem como o combate a qualquer forma de discriminação no ambiente laboral, protegendo o trabalho da mulher, sobretudo da mulher gestante, na busca incessante da igualdade no trabalho.

A metodologia – rapidamente, Sr. Presidente, Senador Telmário Mota – proposta busca permitir a maior participação possível com o envolvimento de vários segmentos sociais em duas etapas: a construção do anteprojeto do estatuto do trabalho e a sua ampla discussão com a sociedade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Construção de anteprojeto do Estatuto do Trabalho, 9/8/2017 a 30/4/2018. Essa etapa vai utilizar os seguintes instrumentos e mecanismos para formulação: audiências públicas, com o objetivo de ouvir e colher sugestões de especialistas, autoridades e representantes de empregados, empregadores e entidades da sociedade civil com atuação na área trabalhista. Os expositores serão exortados a entregarem suas considerações e sugestões por escrito.

As audiências serão interativas, permitindo ampla participação de todo o povo brasileiro, presencialmente ou por meio do Portal e-Cidadania, do Alô Senado e até mesmo audiências públicas que faremos via sistema de comunicação nos Estados, que permitem que uma audiência pública feita aqui seja também feita no mesmo dia, nos 26 Estados da Federação, para um bom debate.

Estão previstas também cinco diligências nos meses de setembro, outubro e novembro. Para não visitar de novo todos os Estados, podemos escolher cinco Estados exatamente como eventos regionais, que faríamos de fevereiro a março de 2018.

Seminários, com o objetivo de reunir categorias específicas e segmentos interessados em contribuir para a construção do estatuto. O seminário tem a previsão de realização em Brasília, em 9 e 10 de setembro de 2017. A discussão será sobre os seguintes temas:

1. Painel: "Reforma trabalhista, problemas e efeitos esperados";
2. Grupos de Trabalho: categorias específicas; segmentos protegidos;
3. Grupos de Trabalho: direito sindical, negociações coletivas;
4. Grupos de Trabalho: direito processual do trabalho, JT, MPT;
5. Plenária final: recomendações do Seminário – Carta de Brasília.

Grupo de Trabalho, com o objetivo de analisar sugestões recebidas às proposições realizadas que tramitem no Congresso e jurisprudências trabalhistas, especialmente do Tribunal Superior do Trabalho e, também, do Supremo Tribunal Federal; aprofundar o debate e sistematizar resultados de forma a permitir a construção gradativa de uma proposta equilibrada dessa – por que não dizer? – verdadeira CLT, um novo estatuto.

O Grupo de Trabalho (GT) será instituído em requerimento de subcomissão remetido à CDH e será composto por juristas e outros especialistas na matéria convidados pelo Presidente e o Relator dessa comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estão previstas 15 reuniões do GT, com periodicidade quinzenal, em regras nas quintas-feiras à tarde, no Senado Federal, conforme cronograma estimado. Aqui há todo o cronograma, que não é preciso ler, mas seria um grupo de trabalho. Com a nossa presença ou não, os grupos vão trabalhar.

Discussão pela sociedade, em 1º de maio de 2018. A intenção é de que, no dia 1º de maio, a gente possa apresentar um primeiro formato e aí jogarmos para a sociedade, para um debate longo, necessário, para que ninguém diga que a gente adotou o mesmo método adotado nesse momento da reforma trabalhista.

O objetivo do GT é a proposta preliminar do estatuto, com data prevista, como eu dizia, para 1º de maio.

Sr. Presidente, simplificando aqui, já indo para o final, claro que usaremos, dentro do possível, sempre sob a sua Presidência e eu na relatoria, e somos três, e o Valdir Raupp é o terceiro titular, vamos tentar, dentro do possível, fazer o debate na TV Senado; encarte, em edição especial no *Jornal do Senado*; vamos provocar entrevistas, em todo o sistema de comunicação, sobre esse importante tema.

O cronograma de trabalho dessa etapa será definido posteriormente. Temos um cronograma geral e vou ter que ler, para efeito de aprovação:

18/8. A necessidade de construção do Estatuto do Trabalho. Apresentação da Subcomissão e do GT. Audiência pública.

29/8. Experiências internacionais de codificação do trabalho, como França, México, Chile e outros. Audiência pública.

11/9. Princípio da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Audiência pública.

25/9. Princípios basilares para o Estatuto do Trabalho, introdução e princípios da CLT. Audiência pública.

9/10. Normas gerais de tutela do trabalho (identificação profissional, salário mínimo, remuneração). Audiência pública.

23/10. Normas gerais sobre tutela do trabalho (duração do trabalho, férias anuais). Audiência pública.

6/11. Normas gerais de tutela do trabalho (segurança e medicina do trabalho). Audiência pública.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

9 e 10/11. Painel: "reforma trabalhista", problemas e efeitos esperados; Grupos de Trabalho, foi aquilo que li no seminário.

20/11. Nova relação de trabalho (aplicativos) e as construções individuais dos trabalhos (disposições gerais, remuneração, alteração, suspensão, interrupção). Audiência pública.

4/12. Contrato individual do trabalho (rescisão, aviso-prévio, estabilidade, força maior, fraudes na relação de trabalho e disposições especiais). Audiência pública.

5/2. Organização sindical (instituição sindical, enquadramento sindical, contribuição sindical). Audiência pública. E qual vai ser a fonte de recursos das entidades sindicais? É um debate que vamos ter que enfrentar. Aqui, ninguém está propondo a volta do imposto sindical, mas, vamos discutir, sim, a exemplo do sistema S, do sistema da OAB, que as entidades sindicais também tenham a sua fonte de recursos amplamente discutida com a sociedade.

19/2. Acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho, comissões de conciliação prévia. Audiência pública.

5/3. Auditoria fiscal do Trabalho e o processo de multas administrativas (fiscalização, autuação e imposição de multas, recursos, depósito, inscrição e cobrança). Audiência pública

19/3. Justiça do Trabalho (organização e função da Justiça do Trabalho, serviços auxiliares, penalidades, disposições gerais). Audiência pública. Aqui estão as datas respectivas.

2/4. Ministério Público do Trabalho (organização e função do MPT). Audiência pública.

16/4. Processo Judiciário do Trabalho (disposições preliminares, processo em geral, dissídios individuais, dissídios coletivos, execução, recursos, aplicação das penalidades, disposições finais). Audiência pública.

30/4. E apresentação do anteprojeto.

Num primeiro momento, Senador Telmário, para iniciar esse trabalho, e eles ajudaram inclusive a compor esta sintonia de como a Comissão poderia iniciar o trabalho, convidamos, para compor o grupo de trabalho, sem prejuízo de serem convidados, representantes de empregados, de empregadores e outros especialistas, as seguintes entidades: Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra),





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministério Público do Trabalho (MPT), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho (ALJT), Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.

Repito: esses são os nomes que foram indicados, mas a Comissão deixa aqui aberto, sem prejuízo de serem convidadas outras entidades, entre elas, claro, a Comissão... Vai chegar aqui uma relação de dez setores ligados ao empresariado; a Comissão vota e inclui. Chega aqui uma relação de dez entidades tipo centrais, federações e confederações; a Comissão vota e aumenta o número desse grupo de trabalho que vai formular as propostas para que depois a Comissão vote favorável ou não.

Termino dizendo as considerações finais. A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho tem uma tarefa árdua, mas importante: apresentar à sociedade uma proposta de um verdadeiro Estatuto do Trabalho. A missão mais importante é, sem dúvida, a partir da discussão ampliada com a sociedade, fazer com que essa proposta represente a média do pensamento da sociedade brasileira, e não como foi agora, em que uma maioria oportunista aprovou um código que só representa o interesse do mercado, do grande capital, em detrimento dos trabalhadores.

Para fazer esse contraponto, mas construir uma proposta equilibrada, é que nós apresentamos a proposta do Estatuto do Trabalho, um estatuto que promova e reconheça o valor social do trabalho como forma de construção de uma sociedade justa e solidária. Mais que isso: que seja capaz de elevar as relações trabalhistas ao patamar mínimo de respeito ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e, com isso, de forma eficaz contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem comum, como previsto na Constituição Federal. Repito: ouvindo todos, ênfase principalmente empregados e empregadores.

Esse seria o plano de ação, Sr. Presidente, que gostaríamos que V. Ex^a, claro, fazendo os comentários que entender necessário, colocasse em votação, para a gente dar a arrancada nesse trabalho, que esperamos, então, dentro do possível, como alguém já disse... Há uma canção que diz: "Ando devagar, porque já tive pressa." Mas,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ao mesmo tempo, o sorriso no meu rosto e a expressão dos meus olhos mostrarão que nós estaremos lutando por uma causa justa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB – RR) – Senador Paulo Paim, portanto, eu fico extremamente grato por V. Ex^a aceitar a relatoria desta Subcomissão Temporária sobre a reforma trabalhista e o Estatuto do Trabalho, que será o novo marco das leis trabalhistas, não tenho nenhuma dúvida. E, como V. Ex^a bem colocou, traz aí o primeiro plano de ação, de trabalho, com uma ampla discussão com a sociedade civil como um todo – trabalhador, trabalho, enfim, todos vão ter a oportunidade de opinar. Nós vamos abrir, inclusive, um *link* aqui, para que haja as sugestões, para que elas cheguem mais rápido e contribuam para que a gente possa realmente dar qualidade, celeridade nesse plano de trabalho que V. Ex^a propõe, nessa ação.

Nós colocamos, então, em votação o plano de trabalho do nosso Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Com o adendo importantíssimo de V. Ex^a, que é o *link* para que a sociedade possa contribuir com ideias.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB – RR) – Para que possa contribuir com essas ideias.

Portanto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB – RR) – É pelo e–Cidadania?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB – RR) – Então, pronto! Fica aí o registro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Por isso, ele é o nosso Presidente. Eu faço um estudo com um baita grupo, apresento aqui, mas a proposta que vai abrir de imediato para toda a população veio do Presidente. Parabéns, Presidente!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB – RR) – São os universitários! Por isso, é bom sempre trazer os universitários.

Então, está aprovada a nossa proposta de trabalho.

Aqui, sem nenhuma dúvida, nasce novamente o sonho, a esperança. Com muita responsabilidade, Senador Paulo Paim, tenho a certeza de que esse novo trabalho que agora nasce – naturalmente, é uma sugestão de V. Ex^a – vai lhe dar muito mais pujança, muito mais músculo, muito mais energia.

Eu tenho a certeza de que o Paulo Paim renova as esperanças de resgatar aquilo que fez um grupeto, um grupo pequeno, num momento fragilizado do nosso Parlamento, da nossa República, avançando substancialmente naquilo que foi construído ao longo de muita luta, de muito tempo, que são os direitos dos trabalhadores.

Mas agora, de forma...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Desde a época...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB – RR) – Desde Getúlio Vargas, do PDT, de que nós fomos parte, hoje PTB. Fico muito feliz em estar no Partido que, junto com Goulart e com Getúlio Vargas, foi o nascedouro da CLT. Aqui, eu e Paulo Paim somos dois representantes dos trabalhadores. Eu estou no PTB, e Paulo Paim, no coração do trabalhador, porque ele consegue ficar acima dos partidos. Nós vamos, com certeza, abrir essa porta, abrir o Senado brasileiro, esta Casa de reparos, de revisões, que é o Senado, para que possamos fazer justiça àqueles que foram injustiçados.

Portanto, nada mais havendo a comentar, encerro a presente reunião.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Muito bem, Sr. Presidente! Parabéns! (*Palmas.*)

(Iniciada às 12 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2017, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 85/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater o "Estatuto do Trabalho". Participantes: Alexandre Caso, Representante da Intersindical Central da Classe Trabalhadora; Itamar Revoredo Kunert, Secretário de Organização e Mobilização da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Márcio Amazonas, Procurador do Trabalho – Chefe da Assessoria Jurídica da Procuradoria Geral do Trabalho; Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Hugo C. Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho – ALJT; Ana Cláudia Bandeira, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Flauzino Antunes Neto, Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Enilson da Silva, Representante da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF; Carlos Alberto Altino, Presidente da Força Sindical-DF; Ludmila Costhek Abilio, Professora, Doutora, representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT; e Leandro Lemos, Advogado, Secretário do Grupo de Trabalho do Estatuto do Trabalho e Assessor do Gabinete do Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra para o Senhor Luis Saraiva, Representante da CONTRACS. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/18>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José e dos Senadores não membros, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Dário Berger, Ataídes Oliveira, José Medeiros, Vicentinho Alves e Ronaldo Caiado. Deixa de comparecer o Senador Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 91/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre "Experiências Internacionais de Codificação do Trabalho". Participantes: Cássio Luis Casagrande, Procurador do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro; Sérgio Voltolini, Presidente da Confederação Iberoamericana de Inspectores do Trabalho; Marco Antônio Martins Rocha, Economista e Professor do Instituto de Economia da UNICAMP; Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho da 6ª Região – Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Marilane Oliveira Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP; e Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Ana Claudia Bandeira, Vice-presidente da ANPT; Francisco Luiz Lima, Diretor do SINAIT; e João Rios, Assessor do Senador Telmário Mota. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Compilar as palestras proferidas e dados apresentados nas audiências públicas da Subcomissão do Estatuto do Trabalho e torná-las acessíveis mediante publicação da CDH, ao final de cada semestre legislativo de seu funcionamento; e dar divulgação e tratamento adequado, no âmbito da CDH, às informações do Ministério do Trabalho trazidas pelo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

senador Telmário Mota a respeito do trabalho infantil e do trabalho escravo. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11).





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos; eu, Tânia Márcia Oliveira de Andrade, Secretária Substituta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/29>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Audiência pública realizada nos termos do Requerimento nº 91, de 2017, desta Subcomissão, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater experiências internacionais de codificação do trabalho.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, através do *link* www.senado.leg.br-ecidadania e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Esta audiência pública faz parte de um ciclo de debates que estamos realizando e da Comissão que auxilia esta Subcomissão, formada por juízes, advogados, procuradores, Ministério Público do Trabalho, sindicalistas, enfim, todos preocupados com a construção de um verdadeiro código do trabalho, ou seja, o Estatuto do Trabalho, como digo sempre, já que a reforma trabalhista acabou construindo um código do empregador, e é preciso que o Brasil tenha um código do trabalho. Esse é o objetivo.

Nesse sentido, vamos de imediato formar a nossa Mesa.

Sérgio Voltolini, Presidente da Confederação Ibero-americana de Inspectores do Trabalho.

Seja bem-vindo, Sérgio! (*Palmas.*)

Cássio Luis Casagrande, Procurador do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

Seja bem-vindo, Cássio! (*Palmas.*)

Marco Antônio Martins Rocha, economista e professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Seja bem-vindo, Marco! (*Palmas.*)

Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho da 6ª Região e Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ainda nesta Mesa, Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.

Depois teremos uma segunda Mesa, que será montada em seguida.

Vamos lá então?

De imediato, passo a palavra para o Presidente da Confederação Ibero-americana de Inspetores do Trabalho, Sr. Sérgio Voltolini.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Bom dia a todos.

Vou tratar de falar devagar para que vocês todos possam entender. Vocês compreenderam que minha língua materna é o espanhol, mas vou fazer um pequeno esforço para que todos possam ter clara a situação.

Eu vou falar em nome da organização sindical, que agrupa o Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho do Brasil – e gostaria de saudar o meu amigo Presidente, Carlos Fernando Silva –, o Sindicato de Inspetores do Trabalho da Espanha, o Sindicato de Inspetores do Trabalho do Uruguai. Agora, está se somando o Peru à nossa organização e também prontamente a Argentina.

Então, temos uma visão sindical, uma visão do trabalhador acerca dessas mudanças que estão ocorrendo aqui, no Brasil, com essa reforma trabalhista, que é vista com muita preocupação lá no meu país e também por nossa organização.

Então, nós estamos alerta por toda essa questão das mudanças. Como disse aqui o Senador, foi uma reforma para o empregador, um estatuto para o empregador, que desrespeita os direitos dos trabalhadores em geral. É com essa preocupação que hoje estamos aqui.

Eu gostaria de começar uma pequena apresentação.

Não é essa.. (*Pausa.*)

Procure com meu nome ali... A data de hoje e o meu nome.

Em primeiro lugar, quero dizer que as experiências das reformas trabalhistas nos países em que temos atuação, que são Espanha, Uruguai e Peru, não têm sido boas. Eu trouxe – aqui está – o exemplo da reforma trabalhista da Espanha.

Eu sei, pela informação que tenho da situação daqui, do Brasil, que o Governo Temer usou o exemplo da Espanha como uma fundamentação para mudar aqui a lei trabalhista, mas esse exemplo da Espanha, para nossa opinião, não é muito bom. Já faz cinco anos da reforma lá e estou olhando o objetivo deles, que são os mesmos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

daqui, do Brasil: flexibilização da legislação laboral para criação de emprego – essa é a razão que os governos sempre dão – e recuperação da competitividade externa do País – fazer mais exportações, baratear o custo da mão de obra. Foi o mesmo objetivo lá da Espanha há cinco anos.

Agora, vamos olhar quais são as consequências dessa mudança na lei trabalhista na Espanha. Você pode olhar ali o número de empregos que havia em 2012, em plena crise, antes da reforma, e agora, em 2017, depois da reforma. Como você pode olhar ali, a criação de empregos foi muito pequena, apenas 300 mil novos empregos. Mas a mudança que eu vou mostrar agora é muito ruim; ruim para os trabalhadores. Uma mudança má, que apenas criou, em cinco anos, somente 300 mil empregos novos.

Algumas figuras comparativas dessa situação.

O número de empregos temporários que havia lá na Espanha em 2012 representava 24,8% do total de empregos; mas agora, em 2017, essa porcentagem aumentou – quase 27%. A precarização do emprego foi a primeira consequência da reforma trabalhista na Espanha. Apenas 300 mil novos empregos, mas, nessa porcentagem, mais empregos temporários. E eu vou agregar logo depois um número de julho de 2017, a porcentagem de empregos temporários e a duração no tempo.

Esta é uma pesquisa salarial anual, que é outra consequência das reformas trabalhistas no mundo. Quando você muda a reforma laboral, em geral o empregador ganha mais dinheiro e o trabalhador ganha menos dinheiro. O salário médio na Espanha em 2012 foi de quase 26 mil euros, e agora, em 2015 – não temos o dado do último ano porque fecha agora, em agosto de 2016 –, é de 25.211 euros. Além do custo de vida, que foi aumentando em 2012, 2013, 2014, numa porcentagem de 10% acima daquele salário que eles tinham em 2012, o salário baixou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É, isso é interessantíssimo, o que você está colocando. Houve ainda, embora muito pouco, 300 mil novos empregos, o custo de vida aumentou, e o gasto do empresariado diminuiu – do total da massa de salário, houve uma redução. É bem interessante isso.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – É como eu dizia, é uma reforma para que ganhe somente o empregador. O trabalhador nunca ganha com esse tipo de mudança.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente. Só tem um lado que perde, o do empregado.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – O do empregado.

E eu dizia para vocês: nos trabalhos em tempo parcial, ou seja, a precarização do emprego, o trabalhador nunca sabe se vai ter trabalho na próxima semana, no próximo mês. É igual aqui no Brasil, você pode contratar o trabalhador pela hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É o trabalho intermitente, que eles dizem.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – É assim. Ou seja, você olha o número: um de cada quatro trabalhadores na Espanha tem esse tipo de emprego. Sazonal, temporal, por mês, por semana, por hora, com a insegurança que ele tem, que isso provoca em qualquer família. É uma situação cruel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Está certo. Corretíssimo. Aonde chegamos, não é?

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi lá e está sendo aqui, agora.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Sim. O exemplo do Brasil é copiado de lá. Olhe aqui: precarização, facilidade de demissão sem compensação. Você pode ter um emprego precário até um ano, sem pagamento pela demissão. E, como aqui, supremacia do acordo individual sobre o acordo coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O que nós temos denunciado aqui; eles dizem que não. É cópia de lá que estão aplicando aqui.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – É uma cópia textual; textual.

Este dado é muito importante. Este dado é novo, de julho de 2017: a Espanha é o segundo país da União Europeia com mais emprego sem contrato fixo, depois da Polônia. É uma legislação mais flexível da União Europeia.

Quase 60% dos contratos temporários são mantidos por menos de três meses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Três meses?!

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Três meses.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A safra do verão europeu, junho, julho e agosto, é quando há mais contratos temporários. Eu estava olhando na mídia ontem que quase 15% dos contratos temporários na Espanha são de camareiros, para trabalharem na costa, no verão – trabalho precário, por dois meses, por meio desse contrato temporário, com salário que eles chamam de *mileurista*, que é um salário mínimo – para nós, seriam uns US\$300 mais ou menos, o que para a Europa é um salário quase de fome. Em geral, são trabalhadores estrangeiros, muitos trabalhadores da América do Sul, equatorianos. É um trabalho que está, digamos, quase fora da lei, como consequência direta dessa reforma trabalhista da Espanha.

Eu gostaria de trazer aqui uma declaração do próprio Ministro da Economia da época, referindo-se à mudança trabalhista. Ele dizia que a reforma trabalhista na Espanha foi brutal – palavras do próprio governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tão brutal como está sendo aqui.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Aqui. Mas, aqui, então, vocês não estão olhando as consequências; eles já estão olhando as consequências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso é importante.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Eles têm cinco anos de consequências.

Em respeito à reforma trabalhista do Brasil, nós, no Uruguai, temos muitas declarações e repercussões. Vocês sabem que o Uruguai é um país muito pequeno, que tem uma legislação trabalhista que é avançada. Em pleno século XX, ele foi o primeiro país a votar a jornada de horas de trabalho. E fica muito preocupado o governo com a competitividade do Mercosul, com o bloco regional, porque eles dizem que Brasil vai ganhar competitividade à custa de enfraquecer os direitos trabalhistas.

Então, o ex-Ministro do Trabalho, Dr. Pérez de Castillo, disse que a reforma trabalhista é um abuso. Parafraseando a canção, ele disse: "Você abusou".

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Repete essa que eu gostei. Falou em canção e em poesia é comigo também.

Repita isso. Como é que é?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – O próprio ex-Ministro disse: "Você abusou. Você abusou. A reforma laboral é um abuso". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito boa essa!

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – O atual Ministro do Emprego do Uruguai, que é o meu Ministro, pois sou auditor lá, Ernesto Murro, disse que a lei implica um retrocesso de quase um século de direitos laborais. E ele levou uma queixa ao Mercosul por descumprimento da Declaração Sociolaboral do Mercosul, que é um documento tripartite, assinado em 2006 pelos quatro países do bloco e que foi assinado novamente em 2015, aqui, em Brasília, em julho, reafirmando aquele conceito de que toda mudança que afeta a justiça social e trabalhista tem que ser debatida com os trabalhadores e tem que estar de acordo com essa declaração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aqui, não aconteceu nada disso.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Então, o Uruguai já levou uma queixa ao Mercosul, e isso vai ser tratado no seio do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Boa essa!

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Então, essas seriam minhas reflexões primárias. Logo depois, vou fazer uma reflexão final sobre essas mudanças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos ao Dr. Sérgio Voltolini, Presidente da Confederação Iberoamericana de Inspectores do Trabalho, que faz uma série de considerações de suma importância, lembrando que lá aplicaram há cinco anos, não é? Então, estão sentindo na prática o retrocesso que houve. Há declarações de ministros do trabalho de outros países, inclusive do Mercosul, como essa de um retrocesso de um século que aconteceu no Brasil.

Uma cópia das suas considerações ficou conosco, não é?

Passamos, de imediato, ao Procurador do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, Dr. Cássio Luis Casagrande, por favor, para as suas considerações iniciais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Bom dia a todos.

Bom dia, Senador Paulo Paim.

Quero inicialmente agradecer o convite que foi feito ao Ministério Público do Trabalho para estar aqui e ao Procurador-Geral por me indicar para representar a instituição neste dia.

É uma honra estar ao lado do Senador Paulo Paim, que é um dos grandes defensores do Direito do Trabalho no Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como diz o outro, com muito orgulho.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A minha vida foi sempre isso.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Assisti, Senador Paim, a todos os debates da reforma trabalhista. Vi que V. Ex^a não mediu esforços. Apesar da conjuntura adversa, vimos a sua importante participação na defesa da CLT, que lamentavelmente foi, como V. Ex^a disse, desfigurada. Era realmente uma norma de proteção ao trabalhador, e passou a ser uma norma de proteção ao empregador. Esse princípio da proteção é um princípio fundamental do Direito do Trabalho.

Vejo que veio em boa hora esta iniciativa de propor talvez uma nova legislação trabalhista para o País, até porque se partiu da crítica de que a CLT era muito antiga. Então, vamos fazer uma nova legislação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como eu digo sempre, é o Estatuto do Trabalho, porque eles construíram o estatuto do empregador. Nós, com equilíbrio, não botamos "do trabalhador", mas do mundo do trabalho.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Na verdade, Senador, a minha intervenção é um pouco atípica, porque, além de procurador, sou professor da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, onde ministrou uma disciplina de Direito Constitucional Comparado com o Direito dos Estados Unidos. E me chamaram muito a atenção nessa reforma as tentativas de aproximar o modelo brasileiro do americano, mas só naquilo que o modelo americano tem de ruim e não naquilo que ele tem de bom para os trabalhadores, porque há algumas coisas interessantes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Escrevi um artigo, a propósito, que foi bastante repercutido, e gostaria de lembrar um aspecto interessante. Nos Estados Unidos, há a legislação trabalhista federal e estadual. Em razão da autonomia que os Estados têm, há uma legislação trabalhista federal mínima, que é a *Fair Labor Standards Act*, aprovada durante o governo Roosevelt, com o *New Deal*, para, inclusive, recuperar o país da depressão. Mas os Estados também têm códigos laborais. E é curioso que o código laboral mais rígido, o mais protetivo dos Estados Unidos fique na Califórnia.

A Califórnia é um Estado que teve muitos governos liberais, e a legislação trabalhista da Califórnia é considerada a mais protetiva do trabalhador. Curiosamente, a Califórnia é o Estado mais rico dos Estados Unidos. Então, demonstra isso também, em alguma medida, aquela falácia de que uma legislação protetiva tenderia a afastar os investimentos, quando vemos que a Califórnia concentra quase 30%...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É um bom exemplo, um bom exemplo.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – ... da economia dos Estados Unidos e tem uma legislação, tem um código trabalhista que, pasmem, tem nove mil artigos, a legislação trabalhista da Califórnia.

Havia um certo mito, também, dizendo – eu ouvi esse discurso – que havia um excesso de litigância no Brasil, muitas ações trabalhistas, enquanto nos Estados Unidos haveria poucas ações trabalhistas. Mas aqui se ignorou um fato muito importante, e que acredito que deveria ser examinado nesse novo Estatuto do Trabalho, que é a forma como as ações são levadas à Justiça no Brasil e nos Estados Unidos.

Aqui no Brasil, nós sabemos, é enfatizado muito o aspecto individual das ações trabalhistas. As ações são essencialmente individuais, enquanto que, nos Estados Unidos, funciona o sistema de *class actions*, ou seja, as ações são essencialmente coletivas. É verdade que aqui no Brasil existe também um sistema de ações coletivas. A própria Constituição, no art. 8º, inciso III, previu a substituição processual dos sindicatos, mas, lamentavelmente, tem havido uma certa restrição jurisprudencial a essa coletivização do processo. Inclusive, recentemente, Senador Paim, o Supremo Tribunal Federal adotou uma decisão bastante restritiva da substituição processual. Ou seja, nós deveríamos – há muitas ações trabalhistas – facilitar a coletivização do processo, e não dificultar essa coletivização, como vem acontecendo na jurisprudência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu chamo a atenção porque, em geral, tem-se essa ideia de que nos Estados Unidos os custos trabalhistas são pequenos, mas isso não é verdade. As empresas americanas gastam bilhões de dólares anualmente com processos trabalhistas, justamente porque esses processos trabalhistas têm essa natureza coletiva. Eu posso dar alguns exemplos aqui, Senador e demais membros da Mesa, em que nós assistimos a essa litigância, que é de natureza coletiva nos Estados Unidos. Por exemplo, a empresa Walmart, que todos conhecem, teve um processo na Justiça estadual da Pensilvânia com base, inclusive, em leis estaduais da Pensilvânia, por supressão de intervalo entre a jornada, e ela foi condenada, nessa ação, a pagar indenização de US\$188 milhões.

E dizem que não há Justiça do Trabalho nos Estados Unidos. De fato, lá não existe um ramo especializado da Justiça do Trabalho porque a jurisdição trabalhista é realizada pelos órgãos jurisdicionais ordinários, ou seja, é o próprio juiz estadual, em nível estadual, que exerce a jurisdição trabalhista; e é o próprio juiz federal que, no plano da Justiça Federal, exerce a jurisdição trabalhista.

E esse discurso nos preocupa muito, porque vimos, na reforma trabalhista,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – ... algumas tentativas até de pensar na extinção da Justiça do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E estão tentando, estão tentando. Permita-me só...

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vou fazer uma interrupção porque participei ativamente desse debate, na Câmara e aqui no Senado. O senhor está conseguindo desmontar o argumento malandro que eles usaram...

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Dentre tantos malandros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... de milhões de ações no Brasil e em outros países não. Nos Estados Unidos, pelo que vejo aqui, há mais ações que no Brasil, se nós contarmos o número de pessoas atingidas entre uma ação coletiva e uma ação individual.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, mais uma vez, pessoal que nos assiste pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado – e esses programas, depois, vão novamente ao ar, agora estamos pela internet –, está comprovado que é uma falácia o que eles diziam, aqui pelo Dr. Cássio, de que o Brasil tem um exagero de ações. E eles davam exemplo exatamente dos Estados Unidos.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só que lá as ações envolvem muito mais pessoas que no Brasil. Só um destaque da sua fala.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Sim, muito pertinente.

Inclusive, essa ação do Walmart, para se ter uma ideia, beneficiou 187 mil trabalhadores.

Em 2016, em uma ação ajuizada no Estado de Illinois, a empresa Amazon foi condenada a pagar US\$3,7 milhões também só para trabalhadores residentes nesse Estado, relativamente a minutos que os trabalhadores gastam em inspeções de segurança no início e no término da jornada.

Em fevereiro de 2017, a gigante Disney foi condenada a pagar US\$100 milhões aos seus animadoras, porque ela formou um cartel com outras empresas de modo a rebaixar os salários.

Há também condenações da Boeing e de outras grandes empresas, em valores que são realmente estratosféricos, porque essas ações reúnem, como eu disse, milhares de trabalhadores. Muito malandramente, como o Senador observou, para fins estatísticos, é apenas uma ação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Uma ação.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Mas ela tem uma repercussão de milhares e milhões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Milhões de trabalhadores. Se somar, chegam a milhões.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Exatamente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há outro aspecto também que eu acho que poderia ser aproveitado. Muito se questionou a terceirização, mas pouco se falou que, nos Estados Unidos, a legislação permite a responsabilidade solidária nos casos de terceirização, na medida em que se cria a figura do que eles denominam de *joint employer*, ou seja, a Justiça, quando vai analisar os casos em que há um terceiro que encaminha a mão de obra ou que terceiriza o serviço, fixa a responsabilidade solidária, não como aqui no Brasil que é a responsabilidade subsidiária. Então, é outro aspecto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E eles diziam que, em nenhuma parte do mundo, existe a tal de responsabilidade solidária.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Não, existe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tanto que o Supremo aqui, no Brasil, acabou tomando uma decisão que eu achei absurda – eu não sou juiz, não sou nada –, dizendo que, quando a terceirização envolve a União, a União não tem que pagar, se a empresa terceirizada não pagar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exato. A Administração Pública em geral.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – É uma carta branca para a Administração Pública contratar empresa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Absurdo. Só no Brasil mesmo!

Vou deixar vocês falarem. Eu estou tão metido, porque estou indignado com essa questão.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Outro aspecto interessante – também não quero me estender muito, para que todos tenham oportunidade de falar – é com relação à tarifação do dano moral. Nós vimos, lamentavelmente, também uma restrição à fixação dos danos morais, que foi essa política de tarifação estabelecendo limite – inclusive, o limite do valor da vida do trabalhador que venha a falecer num acidente de trabalho. Lá, nos Estados Unidos, existe uma figura chamada *punitive damages*, ou seja, danos punitivos. É aquela situação em que, além dos danos morais e materiais concretos pagos ao trabalhador, a Justiça também estabelece um dano punitivo, ou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

seja, para punir a empresa e evitar que ela repita essa conduta, o que não existe, a rigor, agora, a partir da reforma trabalhista. Isso também poderia ser considerado como uma contribuição do direito americano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Enfim, são vários os aspectos do direito americano que poderíamos também importar, porque, afinal, pretendeu-se trazer apenas a dimensão da flexibilização e não o conjunto dos direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me que eu diga também que eles podiam até aproveitar o salário mínimo que é pago lá e que seria pago aqui.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Que são muito diferentes.

São essas as considerações por ora, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos a ambos aqui. Agora, o Dr. Cássio Luis Casagrande, Procurador do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro. Antes, foi o Dr. Sérgio Voltolini. Ambos foram bem objetivos, práticos, dando exemplos que vão ser fundamentais aqui para aprofundarmos a construção do Estatuto do Trabalho no Brasil.

Por favor, o Dr. Marco Antônio Martins Rocha, Economista e Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ROCHA – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer o convite, em nome da Presidência da Mesa e do Senador Paulo Paim.

Eu vou tentar ser breve também porque sou de outra área; não sou da área exatamente de economia do trabalho, mas da área de economia industrial, e vim, na verdade, a pedido, para apresentar alguns dados e discutir um pouco a questão da competitividade e da reforma trabalhista, porque eu acho que, no fundo, o argumento chave da questão é que a reforma trabalhista não se constituía apenas num pacote de maldades em relação ao trabalhador, mas se constituía numa espécie de tentativa de recuperar a produtividade industrial, a competitividade industrial brasileira e, nesse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sentido, ela era inevitável por conta da crise que está ocorrendo no Brasil e como uma tentativa de recuperação em face da crise econômica que nós estamos vivendo.

Eu gostaria de rapidamente, até para destrinchar a minha apresentação em dois pontos: primeiro, abordar um pouco a discussão da questão da competitividade em relação à produtividade do trabalho frente a outros fatores de competitividade que são chave; e, em segundo, falar um pouco sobre o problema conjuntural, quer dizer, a crise propriamente dita que está ocorrendo dentro do sistema produtivo brasileiro e o problema estrutural, um problema de longa data em relação à perda de competitividade brasileira, que vem se alongando aí pelo menos desde a década de 80 e que tem uma série de motivos que, na minha opinião, não serão tocados pela reforma trabalhista.

Eu gostaria de chamar a atenção deste gráfico em duas partes. Uma delas é a taxa de crescimento da produtividade do trabalho da América Latina, que são as barras à esquerda. Segundo a média de 2001 a 2007, a gente vê que a América Latina tem um crescimento muito, muito baixo da produtividade. De modo geral, separei Brasil, Argentina, Chile, México e uma média da América Latina e outro conjunto de economias asiáticas particularmente concorrentes com alguns setores industriais brasileiros, como China, Índia, Vietnã, Taiwan e Malásia. Se a gente reparar, a gente vai ver que o crescimento da produtividade, as taxas realmente grandes de crescimento de produtividade do trabalho se concentram na economia asiática, enquanto que a estagnação da produtividade do trabalho é tipicamente um fenômeno que vem ocorrendo na América Latina, não só no Brasil. Está dando para ver que o Brasil está bem dentro dos pontos antes da crise, estava até acima da média da América Latina de crescimento, que é um crescimento bem modesto, e depois da crise, a gente tem um grande problema de queda da produtividade do trabalho no Brasil.

Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que a produtividade do trabalho é um fator extremamente cíclico. Quer dizer, quando você tem estagnação econômica, crise econômica, é de se esperar que a produtividade do trabalho caia muito, caia mais proporcionalmente do que a queda inclusive do produto.

Então, a questão é a seguinte: a gente está tentando fazer uma reforma trabalhista que, na verdade, visa melhorar a produtividade do trabalho frente ao custo do trabalho. Quer dizer, você olha o custo do trabalho frente à produtividade que esse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho gera. Exemplo: um trabalhador alemão custa muito, mas o produto que ele gera é muito superior ao produto do trabalhador brasileiro. Portanto, o custo do trabalho do trabalhador alemão se torna irrelevante frente à sua produtividade econômica. O que se está dizendo é que a gente precisa reduzir o custo do trabalho brasileiro para podermos melhorar o problema da produtividade do trabalho no Brasil.

Gostaria de chamar a atenção, primeiro, para que a produtividade do trabalho é apenas um dos fatores de competitividade e, possivelmente, o fator de menor importância, frente ao que a gente pode chamar de fatores sistêmicos, como, por exemplo, parque de infraestrutura ou a própria estrutura logística deste País, que tudo contribui também para esses fatores porta da fábrica para fora para aumentar a competitividade do trabalho.

Então, em primeiro lugar, eu gostaria de chamar a atenção que a gente está se concentrando, na verdade, em um ganho de competitividade, que é extremamente limitado, incide muito sobre o trabalhador – quer dizer, o ônus desse processo vai todo frente ao trabalhador –, e dificilmente a gente vai esperar que a gente vá recuperar taxas de crescimento da produtividade, mesmo com a reforma trabalhista, como as que têm ocorrido na Ásia. Vou discutir um pouco essa questão.

Eu gostaria de chamar a atenção, primeiro, para os fatores que provocaram justamente essa queda da produtividade no pós-crise que não estão relacionados justamente ao custo do trabalho, mas a fatores extremamente conjunturais da economia brasileira.

Gostaria de chamar a atenção para o primeiro gráfico ali, à esquerda, que relaciona os custos dos produtos vendidos, que inclui o custo do trabalho, das despesas financeiras das empresas de capital aberto no Brasil. Dá para perceber ali, começando com base cem em 2010, como o crescimento dos custos se concentrou quase que exclusivamente no crescimento das despesas financeiras, resultando ali, no gráfico à direita, naquela queda da margem líquida expressiva e em um problema grave de rentabilidade das grandes empresas brasileiras, sobretudo nesse período do pós-crise. Isso levou ao aumento do sobre-endividamento, à queda da lucratividade e virtual interrupção dos investimentos e à crise econômica que a gente vem vivendo. Com isso, a produtividade do trabalho, obviamente, despencou a níveis como a gente viu no gráfico anterior.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se a gente olhar a distribuição do valor adicionado pelas empresas, as barras azuis escuras, ali, à esquerda, que são o valor adicionado distribuído para o trabalho, a gente vê que permaneceu também constante ao longo desses anos de crise. Novamente, o que subiu, em termos de absorção do valor adicionado, foram as despesas financeiras.

Só gostaria de chamar a atenção para o fato de que o "x" do problema não está o custo do trabalho, assim como, no ganho de produtividade, também não está no "x" do problema a produtividade do trabalho, e, sim, de outros fatores sistêmicos não relacionados exatamente ao trabalho.

Agora, passando para o problema estrutural – e este já é de longa data –, a gente mapeou um pouco. A questão da produtividade do trabalho não está na raiz da crise que a gente está vivendo, é uma crise eminentemente financeira, é uma crise de balanço. Isso está provocando a crise brasileira e isso não será tocado a partir da reforma trabalhista. A reforma trabalhista não terá efeito algum em relação ao tipo de crise que a gente está vivendo no Brasil. Eu acho que isso é uma questão importante.

Qual é o problema estrutural? A fonte são os dados OECD. A gente vê, nos gráficos ali, à direita, ainda que um tanto pequena, a evolução da produtividade do trabalho em uma série de economias, começando em 1971 e indo até 2015. A gente vê que ela é decrescente em quase todo o conjunto de economias industriais. O que gera esse fator? Na verdade, isso está relacionado ao deslocamento da produção industrial para a Ásia, para a formação do que a gente chama de "fábrica asiática" e em como esse conjunto de economias, ao fazer esse avanço industrial, está avançando em taxas de incremento da produtividade do trabalho de forma muito, muito elevada, ganhando mercado de outras economias e estagnando o crescimento da produtividade do trabalho em outras economias.

Quer dizer, a gente está tendo uma concentração de ganho de produtividade do trabalho na Ásia, que está gerando uma estagnação da produtividade em um conjunto grande de economias no qual o Brasil se insere, que é uma coisa que, de forma bem esquemática, a gente pode chamar de armadilha da renda média. Acho que isso talvez seja o grande X da questão em relação à reforma trabalhista. É aí que a gente entende como a reforma trabalhista, no fundo, é uma falsa promessa em relação à possibilidade de ganho de competitividade da indústria brasileira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aí um esquema bem simples onde um determinado país vai avançando em termos de produção industrial, passa de uma monocultura primária exportadora, recebe um conjunto de investimentos estrangeiros, avança numa manufatura simples. De uma manufatura simples, avança em termos de absorção de tecnologia e de produção industrial e vai se movendo para a industrialização pesada, ainda que sob a liderança tecnológica do capital estrangeiro.

Isso foi o patamar onde a industrialização do Brasil estagnou ali na década de 80. Quer dizer, a gente não fez o salto para fugir dessa armadilha da renda média e dar o salto seguinte que é do domínio tecnológico e capacitação tecnológica dos produtores nacionais para disputar o mercado internacional. Com isso, como a gente fica? Na verdade, a gente fica imprensado entre um conjunto de países que promoveu o avanço tecnológico, ganhou competitividade em termos de produção tecnológica, de avanço...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ROCHA - ... do seu sistema nacional de inovação, e um conjunto de países que ainda não fez sua urbanização, está em processo de urbanização, e está crescendo a produtividade, principalmente calcada em salários baixos que ainda pode pagar, porque não fez sua urbanização, e está subindo na escala de produção industrial e alcançando o Brasil.

Com isso, o Brasil está ficando imprensado entre dois mundos: um mundo vem da industrialização da Ásia por baixo, pagando baixos salários, com processo de urbanização ainda insipiente, e a gente, com um processo de urbanização consolidado, com uma matriz industrial consolidada, imprensado nesses países que estão vindo de baixo, sem conseguir dar o salto para o patamar de cima, que garantiria para a gente níveis mais altos de competitividade e produtividade industrial.

Só para terminar a minha exposição, quero chamar atenção para que a promessa da reforma trabalhista vem calcada no sentido de que vamos conseguir redução do custo de trabalho e com isso aumento da produtividade do trabalho, e com isso aumento da competitividade em frente a esses países asiáticos. Só que existem limites históricos para a redução do custo do trabalho, que são dados justamente pelo avanço do processo de industrialização e de urbanização que é feito no Brasil. A coisa é bem simples: não dá para andar para trás. Não dá para reproduzir, com a estrutura social que o Brasil tem, salários de Vietnã e Bangladesh.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com isso, o que a gente consegue? Dilacerar o nosso tecido social. Forçar um rebaixamento do custo do trabalho para além do que estruturalmente é possível, dentro da economia brasileira, dentro do patamar de vida do trabalhador brasileiro, dentro do custo de vida do trabalhador inserido na sociedade brasileira.

Qual é a questão? É o que eu gosto de chamar de corrida para o fundo do poço, um nome bem utilizado na literatura. A gente tenta fazer essa redução do custo do trabalho, não consegue ganhar competitividade por conta desses fatores estruturais, mas com isso a gente desestrutura o nosso mercado interno – que, na verdade, é um dos únicos ativos que nós temos para conseguir sair dessa crise – através da pauperização da nossa força de trabalho. A gente desestrutura o nosso mercado interno e com isso a gente tem uma redução de investimentos das escalas produtivas, que vai afetar novamente a produtividade e a lucratividade das grandes empresas brasileiras, e que vai gerar mais uma rodada de aumento de importação e possivelmente mais uma proposta de uma nova reforma trabalhista, de novos ganhos de competitividade, num circuito que não se encerra nunca; que vai sempre prometendo que terá ganhos de competitividade a partir do acirramento, a partir do aumento das reformas trabalhistas, da diminuição do custo do trabalho, só que estruturalmente a gente não consegue alcançar o patamar de custo trabalhista dessas economias que estão fazendo esse processo de ascensão industrial. O custo disso é a desestruturação do nosso próprio mercado interno.

Acho que, inclusive, boa parte do empresariado nacional que vende para o mercado interno e não é exportador não atentou ainda para este fato de que a reforma trabalhista vai desestruturar o seu mercado interno. E o único fator de proteção contra a invasão dos produtos asiáticos o empresário brasileiro está perdendo, justamente ao apoiar essa reforma trabalhista.

Para concluir, gostaria de chamar atenção para o fato de como isso é uma falsa promessa. Isso promete um ganho de competitividade que não haverá, porque estruturalmente ele não é possível, e ao mesmo tempo você desestrutura completamente a sociedade brasileira, esgarçando totalmente o tecido social.

O grande exemplo de onde isso foi feito, por conta desse mesmo discurso, é o México. E hoje a gente vê a situação do México. O ganho de produtividade foi pequeno, mesmo nas cadeias ligadas à economia norte-americana, e acho que o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estado mexicano e a situação da sociedade mexicana hoje dispensam comentários, tendo em vista o que a gente vê nos noticiários quase diariamente.

Obrigado. Gostaria de concluir minha fala por aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr. Marco Antônio Martins Rocha, economista e professor do Instituto de Economia da Unicamp, que desmonta a tese de que a reforma trabalhista iria gerar produtividade, desenvolvimento econômico e social, mais emprego. Belo estudo. Aquele argumento da armadilha é, inclusive, perfeito. Ainda bem que as cópias ficarão aí, para a gente depois trabalhar aqui.

Parabéns, doutor! Parabéns! E parabéns à Unicamp!

Por favor, com a palavra a Juíza do Trabalho da 6ª Região, Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Drª Luciana Paula Conforti.

A SRª LUCIANA PAULA CONFORTI – Bom dia a todos e a todas.

Em nome da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite do Senador Paulo Paim para estar aqui podendo contribuir com o tema de alta relevância que é o Estatuto do Trabalho.

Poderia depois passar o da apresentação? Isso. Muito obrigada.

Bom, enquanto eles colocam a apresentação, eu cumprimento meus colegas de Mesa e me associo às falas anteriores principalmente para dizer o seguinte: quando importam modelos, importam metade dos modelos ou parte dos modelos. Quando se fala da alta litigiosidade trabalhista no País, esquece-se de mencionar o total descumprimento da legislação. Mais da metade dos processos trabalhistas trata do pagamento de meras verbas rescisórias. Isso não ocorre em outros países.

Então, é por isso que não podemos comparar o incomparável. Existem pesquisas. Não só o CNJ, o Justiça em Números tem esse dado, como também há várias pesquisas empíricas que demonstram exatamente isso que eu estou falando, inclusive na de Adalberto Cardoso, que fez pesquisa com relação à Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, na década de 90, quando os mesmos discursos eram divulgados no sentido de que seria necessária uma precarização das relações de trabalho, a extinção da Justiça do Trabalho, inclusive com uma emenda constitucional para isso, e a década demonstrou, por si só, os resultados de que não houve crescimento do emprego, não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

houve melhoria das condições sociais dos trabalhadores, não houve competitividade para o País. Então, realmente, eu me associo às falas anteriores.

Eu trouxe aqui a experiência do México, como já foi mencionado, porque acredito ser bastante emblemática para o nosso caso. No ano de 2017, a Constituição mexicana completou cem anos de promulgação. Por que eu trouxe o caso do México? Porque, além de ter havido uma reforma trabalhista nos moldes da que foi aprovada no Brasil, no último mês de julho, pela Lei 13.467, a Constituição mexicana inspirou todas as outras Constituições a incluírem os direitos sociais, os direitos dos trabalhadores como direitos fundamentais na Constituição. Ou seja, a proteção desses direitos de forma constitucional, para impedir que houvesse alteração por questões políticas, a depender dos interesses econômicos. Essa Constituição, então, foi até anterior à criação da Organização Internacional do Trabalho e inspirou... Realmente foi a primeira que protegeu os direitos básicos dos trabalhadores.

Como eu disse, houve a questão dessa reforma trabalhista, que, na verdade, por questões metodológicas, eu vou chamar de "deforma trabalhista", e vou explicar por quê. Lá houve os mesmos discursos e a mesma motivação do Brasil, necessidade de modernização e de crescimento econômico. No entanto, a reforma já completou cinco anos, assim como na Espanha, mencionada aqui, e já demonstrou os efeitos desastrosos no seu mercado de trabalho.

A verdadeira reforma trabalhista mexicana e que deveria ser adotada como modelo foi a que partiu da revolução mexicana, entre 1910 e 1917, contra a ditadura militar de Porfírio Díaz, cujo governo durou mais de 30 anos. E aí, sim, houve essa revolução mexicana que formalizou um documento que antecedeu a Constituição mexicana. Então, a lei federal mexicana, antes da "deforma trabalhista", era de 1931, e, como eu disse, a Constituição mexicana inspirou vários outros modelos a protegerem os direitos dos trabalhadores na Constituição.

Quais foram basicamente esses direitos inicialmente protegidos? Foi a questão da jornada de trabalho, a questão da gestante – que aqui na reforma não está sendo protegida –, o trabalho dos menores, o salário mínimo, a não existência de discriminação. Basicamente, o salário mínimo também, e a questão do piso salarial. Então, o documento que precedeu a Constituição foi exatamente o manifesto do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Partido Liberal Mexicano, que inspirou vários outros documentos, como eu já mencionei.

A ideia de uma legislação internacional do trabalho, que, como eu disse, foi posterior à Constituição mexicana, decorreu dos horrores da guerra, ao final da Primeira Guerra Mundial, na metade do século XIX, quando houve um consenso da comunidade internacional de que o Estado deveria assegurar um patamar mínimo civilizatório e direitos irrenunciáveis que fariam parte desse mínimo civilizatório.

A OIT, como todos sabem, foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes. O art. 427 do Tratado de Versalhes diz, em seu princípio fundamental, que o trabalho não deve ser considerado mercadoria. O que significa isso, na prática? Que o trabalho deve ser digno, que não há trabalho digno nessas condições que estão sendo apontadas aí. Então, dizer que o trabalho não é mercadoria, o que é justamente o oposto do que está sendo promulgado com a nova "deforma trabalhista".

O próprio Tratado de Versalhes também trouxe diversas matérias cujo conteúdo é considerado irrenunciável, o mínimo civilizatório. Então, acho importante ficarmos repetindo essas questões, porque isso tem que fazer parte daquela proteção inabalável do ordenamento jurídico, e, como a reforma trabalhista foi aprovada, nós temos agora que deixar um pouco o discurso político para que partamos para um discurso técnico de aplicação da lei, com base nos instrumentos protetivos maiores que são a Constituição e as normas internacionais do trabalho.

Quais seriam essas matérias, então? A fixação de uma jornada; a questão do recrutamento da mão de obra; a luta contra a falta de emprego, ou seja, o desemprego; a garantia de salário que assegure condições de existências convenientes; proteção dos trabalhadores contra enfermidades e acidentes de trabalho; proteção das crianças; aposentadoria por idade e por invalidez; defesa dos trabalhadores empregados no exterior; afirmação do princípio da liberdade sindical; e a qualificação profissional e técnica.

Em 1944, houve a declaração da Filadélfia, que traçou as principais ideias que até hoje são reforçadas pela OIT no sentido de que o trabalho deve ser fonte de dignidade, ele não é mercadoria, e que a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à prosperidade de todos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por que eu trouxe também esses princípios para a gente comentar aqui? Muito se falou sobre a questão da modernidade da reforma trabalhista e que ela traria mais liberdade para que os empregados, ou os contratados e seus contratantes, negociassem as suas condições de trabalho. Mas nós vivemos no Brasil diante de uma modernidade arcaica. Não se pode falar em modernidade quando não há mudança social. Nós vivemos num país de profundas desigualdades sociais, em que os níveis de pobreza são extremamente acentuados. E não há liberdade, em um país, de negociar condições de trabalho quando temos 14 milhões de desempregados. Não há liberdade. As pessoas estão necessitando do mínimo para poder sobreviver! Ninguém negocia condição de trabalho em condições de liberdade dessa forma. Então, isso tem que ser reforçado, porque são princípios internacionais que devem ser observados.

O documento serve como contraponto a essa economia ultraliberal e que faz com que todos achem que sejam absolutamente normais as migrações, as exclusões, as pessoas estarem passando por essas precariedades todas de trabalho para terem o mínimo para comer ou para morar.

O México como principal laboratório do consenso de Washington. O que pregam essas medidas que o México adotou, antes do Brasil? A redução do papel do Estado na economia, os drásticos cortes dos gastos públicos, a privatização das estatais e a reforma previdenciária.

(Soa a campainha.)

A SR^a LUCIANA PAULA CONFORTI – O México já implementou a reforma previdenciária, na década de 90, e está aí já o resultado. Lá temos um índice de 57,6% de informalidade no mercado trabalho, que também alcança já o Brasil, e 77% dos idosos descobertos pelo sistema de previdência. Então, isso mostra os efeitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Setenta e sete por cento?

A SR^a LUCIANA PAULA CONFORTI – Setenta e sete por cento dos idosos fora da proteção da previdência social, porque lá já houve a implementação da reforma previdenciária na década de 90. Então, nós estamos trazendo dados... Como eu disse, agora é a análise do que já ocorreu com quem já, há cinco anos, aplicou.

Então, de 2008 a 2014, as taxas de pobreza (39,1%) e de indigência (12,2%) no México. Estamos falando do México.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quanto?

A SRª LUCIANA PAULA CONFORTI – São 39,1% as taxas de pobreza e 12,2% de indigência. Esses são os dados coletados lá. Esses são dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, que posso, depois, se houver interesse, disponibilizar também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já há interesse. É excelente.

A SRª LUCIANA PAULA CONFORTI – Estou deixando a apresentação também.

A "deforma trabalhista" não resolveu o problema do desemprego e causou efeito inverso. A qualidade dos postos de trabalho piorou e os que estão empregados recebem salários inferiores aos que recebiam antes. Existe a questão do contrato de prova, em que a pessoa pode passar seis meses trabalhando e não receber nenhum tipo de indenização. A terceirização foi liberada, lá havia a responsabilidade solidária e agora não há, é subsidiária. Os trabalhadores estão deixando de receber os seus direitos, como já ocorre no Brasil, e os protestos e mobilizações sociais são constantemente e violentamente reprimidos pelo governo. É o que a gente também já tem observado no Brasil com essa criminalização dos movimentos sociais.

Ela legalizou, então, a precarização – a "deforma" mexicana, não é? – corrompendo a possibilidade de respeitar e garantir irrenunciabilidade de direitos garantidos. Então, nem a flexibilização, nem a facilidade de demitir, nem o pagamento por horas de trabalho, nem a intenção de aumentar os salários por meio da produtividade se mostraram uma receita ideal para a competitividade do país, como era anunciado.

Só para trazer tecnicamente, a Constituição mexicana, no art. 123, ainda garante direitos sociais e a Lei Federal Mexicana de 2012 traz o art. 1º se reportando à Constituição. Por que eu trouxe isso aí? Porque a Constituição mexicana, assim como a brasileira, não foi alterada. O que foi alterada foi a legislação trabalhista, que deve ser subordinada à Constituição. A própria lei e a Constituição dizem isso.

E o que acontece? Tanto lá quanto aqui nós observamos contradições entre as suas disposições e é dentro das contradições que nós devemos lutar para que haja uma melhor observação disso. É dentro das contradições que os indivíduos se





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apropriam dessas contradições para transformar a realidade. Eu acho importante trazer isso aqui, porque, como todos sabem, a lei não traz dignidade e a lei também não pode tirar a dignidade. O que traz a dignidade é a luta, é o reconhecimento. E foi isso que nos trouxe até hoje ao reconhecimento da dignidade do trabalho.

Estou reforçando isso porque ontem a Vice-Presidente da Anamatra, Noemia Porto, ficou preocupada com a esperança que todos colocam no Judiciário, no Ministério Público, na fiscalização do trabalho. Mas, como todos sabem, nós estamos sofrendo um desmonte da nossa estrutura protetiva de trabalho. A fiscalização do trabalho está sendo desmontada, a Justiça do Trabalho está sendo atacada por todos os pontos e o Ministério Público do Trabalho também. Criou-se um princípio da intervenção mínima estatal, que é um paradoxo, realmente é um paradoxo. Então, todos temos que estar atentos a isso e lutarmos para que as condições melhorem.

Essa intervenção do Estado na economia é uma essencialidade, já se provou isso com os excessos de revolução industrial aqui no Brasil, na Primeira República, quando não havia nenhuma lei de proteção ao trabalho e as greves forçaram a aprovação de leis protetivas, que não foram dadas por Getúlio Vargas, elas foram conquistadas pelos trabalhadores. Então, a intervenção do Estado é uma necessidade. Como eu disse, o reforço das suas instituições, como da fiscalização da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e também dos sindicatos e da sociedade se organizando com os movimentos sociais.

Também não são as leis. Assim como a lei não traz dignidade, ela não traz a geração de empregos. O que traz geração de empregos é política pública voltada para isso e, evidentemente, não é a lei que vai trazer a geração de empregos.

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIANA PAULA CONFORTI – Vou me encaminhar daqui a pouco ao final. Já estou concluindo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você teve dez mais cinco.

A SRª LUCIANA PAULA CONFORTI – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E, por liberdade daqui do democrata, eu lhe dei mais cinco.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a LUCIANA PAULA CONFORTI – Foi ótimo. Então, dá tempo de concluir. Agradeço muito a oportunidade de poder falar mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Todos aqui foram muito bem.

A SR^a LUCIANA PAULA CONFORTI – Muito obrigada.

Então, essa legalização da "deforma" precariza os direitos e, como eu disse, ela viola não só a Constituição, como os instrumentos internacionais.

Quando a gente fala em emprego, a gente não pode falar apenas da quantidade. Como foi demonstrado aqui, na Espanha, houve a criação, uma pequena criação de empregos, mas lá se demonstrou que houve uma precarização, uma diminuição dos pagamentos, e há jovens fora do mercado de trabalho também. Então, a gente também tem que pensar nisso aí.

Eu trouxe aqui uma questão, antes de concluir. Eu fiz questão de que conste sobre a questão da OIT e também essa questão da Constituição, por que, Senador? Nós estivemos na Conferência Internacional do Trabalho realizada agora em junho e o caso Brasil, da reforma brasileira, foi o mais rumoroso que se houve na Conferência Internacional. Foi dito que o caso Brasil foi arquivado, mas isso não é verdade. A OIT vai continuar acompanhando a reforma trabalhista. E, por conta disso, eu trouxe depois para encaminhar, para contribuir com os trabalhos da Comissão, um artigo que foi feito por mim, pelo Presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, e por Noemia Porto retratando o entorno da Conferência Internacional sobre o caso Brasil, explicando exatamente quais são os mecanismos de monitoramento. Trouxe também os ofícios que nós encaminhamos à OIT explicando quais eram os principais problemas, na visão da Anamatra, sobre a reforma trabalhista e também sobre o PL dos rurais, que é a "deforma trabalhista rural", o PL 6.442, de 2016. Já foi lançada uma moção de repúdio pela Conatrae, porque esse PL afeta diretamente o combate ao trabalho escravo no Brasil. Eu venho aqui também como pesquisadora e doutoranda da UnB quanto a esse tema de trabalho escravo e sei que V. Ex^a é uma pessoa que luta muito contra o trabalho escravo.

Então, eu trouxe aqui esta preocupação, propondo que o Estatuto do Trabalho traga esse conteúdo mínimo civilizatório que eu trouxe aqui, aquelas matérias sobre as quais não pode haver renúncia, e que também os trabalhadores rurais sejam incluídos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu sei que há uma intenção disso, mas reforçar a necessidade dessa intenção de que os trabalhadores rurais sejam incluídos nesse mínimo, nesse patamar mínimo civilizatório, considerando que, como sabemos, os trabalhadores rurais passaram mais de 20 anos depois dos trabalhadores urbanos para terem seus direitos reconhecidos e esse projeto de lei apresentado pelo Deputado Nilson Leitão, que é o Presidente da Frente Agropecuária Parlamentar, simplesmente elimina qualquer possibilidade de reconhecimento do trabalho análogo ao escravo; ou seja, ele descaracteriza o conceito previsto no art. 149 do Código Penal, ele revoga a NR 31, que é o que municia os fiscais do trabalho para que reconheçam as condições degradantes do trabalho, que são 90% dos casos de resgate hoje em dia. Então, por via transversa, com todo respeito, aparentemente se está esvaziando o conteúdo do art. 149 do Código Penal, e isso também impactará – não é, Senador? – na questão da PEC do trabalho escravo, porque, se está em discussão no Parlamento a questão da conceituação do que é trabalho escravo, a partir do momento em que você tem uma lei ligada aos trabalhadores rurais que descaracteriza por completo a questão da degradância, automaticamente você está esvaziando esse conceito.

Então, nós trouxemos essa preocupação, já levamos essa preocupação também à Organização Internacional do Trabalho pelo prejuízo que isso pode trazer, inclusive a suspensão da verba da fiscalização do trabalho com relação ao trabalho escravo, o que foi noticiado nesta semana. Então, realmente nós estamos diante de um problema muito sério: a precarização das relações do trabalho, a ausência de fiscalização, o desmantelamento das instituições públicas. Temos todos que estar atentos a isso. Como eu disse, não adiantam mais argumentos políticos, são argumentos técnicos do número de resgates que decaiu nos últimos tempos, do número de acidentes de trabalho que nós temos, que são 700 mil por ano, mas isso de notificados, fora as subnotificações. Por que eu estou dizendo isso? Porque a reforma trabalhista simplesmente diz sobre essa questão do lucro, da competitividade, mas está abalando diretamente a sua previdência social, a partir do momento em que permite uma negociação de grau de insalubridade.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANA PAULA CONFORTI – Então, encaminhando para o final, Senador, eu gostaria muito de agradecer o convite e deixar à disposição tanto o material que eu





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mentionei ao senhor – eu trouxe também o Caderno de Direitos Humanos da Anamatra – quanto a apresentação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho da 6^a Região, Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Eu diria, sem comentar, que eu quero o conjunto dessa palestra. Nós vamos nos apropriar da sua palestra, como vamos nos apropriar dos dados que todos nos forneceram até o momento. Depois vamos discutir aqui na Comissão – não é, Leandro? – porque é tanto material dos quais eu tenho certeza de que o nosso povo não tem as informações, que nós podíamos pensar já em uma compilação das palestras ser a primeira divulgação desta Comissão. Reunirmos as palestras para subsidiar o debate para construir o Estatuto. Eles não fizeram nada disso. Eles se reuniram na Fiesp e na CNI, num sábado à tarde – que a gente está sabendo –, acertaram o que eles queriam, mandaram para a Câmara, que votou, e mandaram para o Senado, que votou. É um absurdo! O Senado não mexeu uma vírgula. O Senado abriu mão de seu direito de legislar e só carimbou o que a Câmara entendeu, o que a Fiesp mandou e o que a CNI mandou. Como este é um evento internacional, faço questão de fazer essa denúncia, inclusive. Esses dados, a cada audiência que fazemos, são mais concretos e vão subsidiando a gente. Não é para já apresentar o Estatuto, não, mas apresentar um conjunto de informações que nós recebemos, remeter a todas entidades e aos Deputados e Senadores para que eles saibam a verdade dos fatos.

Meus cumprimentos a todos palestrantes.

Tenho certeza de que será na mesma linha, porque eu a conheço também, histórica lutadora dos direitos sociais, do direito dos trabalhadores, a Dr^a Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp).

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Obrigada, Senador. Bom dia a todas, bom dia a todos. Meu cumprimento especial ao Senador Paim, principalmente pela iniciativa de montar esta Comissão, de começar um processo de construção do Estatuto do Trabalho. Acho que num momento muito oportuno, em que tenho – assim como o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

senhor – provavelmente, cumprido uma agenda bem intensa de discussão sobre esse tema pelo Brasil afora. Estive semana passada em Porto Alegre, com uma atividade com o Sinpro, do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Caxias também. Em Caxias do Sul, houve um grande evento para discutir esse tema. Lotou o espaço do auditório, era a moçada sentada no chão para discutir esse tema.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – É muito interessante. Estive, quinta-feira, em Maceió, numa atividade com professores na área da educação do Estado e é impressionante o quanto o tema mobiliza o conjunto dos trabalhadores, das trabalhadoras do setor público, do setor privado e de todos os segmentos. Há também um esforço muito grande de nossa parte para desmistificar, porque há muita confusão em relação ao que foi aprovado e o entendimento, por exemplo, de que as medidas vão ser só aplicadas aos trabalhadores que vão entrar no mercado de trabalho e que, portanto, quem está no mercado de trabalho não seria afetado pela reforma. Isso é muito curioso porque é um pouco como... Ao mesmo tempo, em lugares com grau de precariedade tão intenso... Há um mês, mais ou menos, estive no Ceará, visitando uma facção perto de uma região próxima de Fortaleza. A principal preocupação dos trabalhadores e das trabalhadoras que trabalham numa facção, que têm condições de trabalho muito degradantes e que já não têm direitos era o tema da ampliação da jornada trabalho, porque todas as outras questões pouco lhes tocam porque, na verdade, já não têm... Nós temos quase metade da população ocupada no mercado de trabalho que praticamente não tem direitos: está na informalidade, está no trabalho por conta própria, está em condições muito precárias. Então, eu acho que essa iniciativa é muito importante.

Eu queria fazer a minha fala a partir de dois aspectos: um, interagir um pouco com meu colega, o Marco Antônio, nesse tema da produtividade; e o segundo, trazer alguns elementos também desse debate internacional que nós já estamos realizando no grupo de trabalho da reforma trabalhista, no âmbito do Cesit. Inclusive, o grupo tem contribuído bastante para esse espaço, temos procurado estar presentes em todas as atividades organizadas pela Comissão. Eu iniciaria, então, com a reflexão que o Marco Antônio fez na sua fala do quanto esse debate sobre o tema da competitividade





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

é um falso argumento para justificar a reforma trabalhista. Já temos divulgado isso insistentemente, principalmente denunciando o caráter predatório dessa competitividade, que é uma competitividade espúria, porque é baseada em padrões internacionais determinados pelos países asiáticos. Como o Marco citou, há o exemplo do México, que é um país da América Latina que, de certa forma, se integrou a esse modelo de tal maneira que, hoje, o salário de um trabalhador ou trabalhadora mexicana corresponde à metade do salário de um trabalhador ou trabalhadora brasileiros.

Por outro lado, há um debate importante, que são as cadeias de produção. Ou seja, temos economias cada vez mais integradas nessas grandes cadeias, com processos de fragmentação muito grandes, que se destinam aos nossos países, principalmente aos países da América Latina, enfim da América Central ou da América do Sul, um determinado lugar nessas cadeias produtivas, que são justamente os trabalhos mais precários, os trabalhos que agregam menos valor.

Então, há um processo de fragmentação muito grande nesse tipo de trabalho, e os investimentos que estão chegando, que estão sendo anunciados, em sua maior parte, são integrados a essas próprias cadeias de produção. Ou seja: não são novos investimentos, são investimentos que se integram às cadeias de produção e que estimulam esse processo de fragmentação.

Bem, uma das decorrências desse modelo, do que pode resultar a reforma trabalhista, sem dúvida nenhuma, além de aumentar a insegurança e precariedade, é se estreitar enormemente o que consideramos como mercado de consumo, pela ausência de demanda. Isso forçará necessariamente um processo de reconcentração de renda cada vez maior nas mãos do capital. Um exemplo disso é que, em um país como o nosso, a maior parte do que é produzido é consumido internamente.

Por exemplo, se tomarmos os dados de 2016 do PIB, em torno de 65% do valor adicionado, da riqueza gerada nesse ano corresponde à despesa de consumo das famílias, enquanto que as exportações representam pouco mais de 12%. Então, uma retração no mercado de consumo não só em decorrência do elevado nível de desemprego, mas também em decorrência de uma redução na capacidade de consumo das famílias vai produzir um processo de médio prazo, inclusive, em que uma boa parte dos setores econômicos, não tendo mais mercado de consumo para seus





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

produtos vão encerrar suas atividades ou vão se voltar para um mercado exportador, o que vai, de alguma forma, exacerbar ou acentuar as pressões sobre os mercados exportadores de *commodities* de produtos agrícolas e de minério. Isso significa retroagir em um processo de dinamismo, de desenvolvimento, de crescimento econômico com base na indústria de transformação, de setores estratégicos, para um modelo agrário exportador. Por quê? Porque tudo o que vai ser produzido vai ser para exportação porque não teremos mercado de consumo para isso. Então, eu gostaria de, nessa primeira parte, alertá-los para mais esse aspecto, que é essa discussão sobre as cadeias produtivas.

Na segunda parte da minha exposição, eu gostaria de dialogar um pouco com as falas da maioria dos que me antecederam, que se referem a essa questão mais internacional. Vou falar de questões bem gerais. Inclusive, eu tinha selecionado dados para o México, e é bem interessante porque acho que o México é uma das melhores experiências, talvez a melhor experiência a ser analisada no conjunto dos países da América Latina, assim como a Espanha representa um bom exemplo do que é o impacto da reforma nos últimos anos.

Por exemplo, o caso da...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Melhor experiência e piores resultados, não é isso?

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Claro, dos piores resultados, exatamente. Boa experiência para análise dos piores resultados.

No caso da União Europeia, é interessante observar que, nos últimos cinco anos, a Comissão Europeia tem mudado ou, pelo menos, expressado entendimentos diferenciados em relação à questão das reformas. Por exemplo, se pegarmos as declarações de 2012, veremos que eles eram muito mais enfáticos em dizer que, para alguns membros da comunidade econômica, a proteção ao emprego teve efeitos econômicos prejudiciais, ou seja, as reformas, a flexibilização era fundamental para que a atividade econômica se recuperasse em um contexto que, no caso de 2011–2012, era a segunda onda da crise econômica europeia. Já os documentos de 2015, por exemplo, são mais cautelosos; eles assumem esse caráter mais cauteloso e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

indicam que, em algumas circunstâncias, a legislação de proteção ao emprego pode ter efeitos negativos e gerar dualidade nos mercados de trabalho.

Bom, esse recuo se deu, em parte – e já há vários estudos, inclusive sempre que há audiências públicas, isso tem se manifestado, sejam estudos da própria OCDE, sejam da OIT, sejam de pesquisadores ligados às universidades –, porque todas as medidas de flexibilização que foram adotadas nos países europeus nos últimos anos não resultaram em geração de postos de trabalho. E há uma argumentação – é utilizada, de forma subliminar, mas é importante para a nossa discussão – de que a flexibilidade é importante e necessária na medida em que resultaria em menor segmentação dos mercados de trabalho. Essa é uma discussão que vem desde os anos 70. Jill Rubery, que é uma pesquisadora importante de Cambridge, já escrevia, nos anos 70, sobre a ideia da segmentação do mercado de trabalho. Ou seja, você tem dois mercados de trabalho: um mercado de trabalho que ela chama de primário e um mercado de trabalho secundário. O primário é onde estão os trabalhadores que têm segurança, condições de trabalho superiores às dos trabalhadores do mercado de trabalho secundário, têm estabilidade no emprego, têm bons salários. O mercado de trabalho secundário seria aquele em que prevalecem os trabalhadores precários, na informalidade e onde estão os negros, os imigrantes e as mulheres. Essa é a porta de entrada. Quando esse acesso se dá pelo mercado de trabalho secundário, dificilmente esses trabalhadores acessam o mercado de trabalho primário, o que consolida essa segmentação do mercado de trabalho. E, no discurso de parte dos idealizadores das medidas de flexibilização, a flexibilidade seria inclusive positiva para justamente combater, de certa forma, essa dualidade no mercado de trabalho. Ou seja: combate a dualidade do mercado de trabalho, segmentando-o e rebaixando, porque, na verdade, não se permite que os trabalhadores que estão em condições menos favoráveis ascendam aos mercados de trabalho mais estruturados; ao contrário, tiram-se os trabalhadores do mercado de trabalho mais estruturado e os empurra para o mercado de trabalho menos estruturado.

O estudos têm mostrado que os países de maior rigidez, como é o caso da Alemanha, atravessaram a crise de 2008 em melhores condições do que os países mais flexíveis, inclusive mantendo o nível de emprego. Então, os estudos têm mostrado que há uma elasticidade entre o crescimento econômico e a geração de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

emprego. Quando se olha o conjunto, por exemplo, de dados em relação ao crescimento de emprego e comportamento do PIB dos países, antes e depois da crise de 2008, principalmente entre os países que...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – ... viabilizaram políticas de flexibilização, quando a economia volta a crescer, a recuperação desse emprego é muito mais lenta do que, por exemplo, quando a economia está em queda e o emprego cai muito mais rapidamente. Por quê? Porque uma das grandes motivações é baratear o custo das demissões, que é justamente o debate do Brasil em relação à reforma trabalhista. Um dos aspectos da reforma trabalhista é justamente baratear o custo das demissões, ou seja, o problema, no caso do Brasil, não é demitir, porque é fácil demitir. O problema é transformar essa demissão em custos menores.

É interessante porque exatamente as principais mudanças de flexibilização que se veem na Europa são muitos semelhantes ou são idênticas às nossas: é o trabalho parcial, que hoje já corresponde a 22% do emprego na Europa. Em uma pesquisa feita com trabalhadores da Espanha, da Itália e de Portugal sobre o trabalho de tempo parcial, eles admitiram que só estão trabalhando em tempo parcial porque não tem possibilidade de trabalhar em tempo integral.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Se tivessem possibilidade de trabalhar em tempo integral, eles estariam trabalhando em tempo integral.

Há os contratos temporários, que mais do que cresceram. Na verdade, acerca dos contratos temporários, o mesmo que aconteceu no México e que ocorre em outros países, tal como a Espanha, é que reduziu de forma bem significativa o tempo do contrato para menos de seis meses, por exemplo, na comparação com os últimos anos.

Da mesma forma – e estou caminhando para o meu encerramento – é a participação dos salários na riqueza nacional ou no Produto Interno Bruto. Você tem, por exemplo, uma comparação, uma série histórica para a União Europeia, de 1991 até mais ou menos 2017, onde há uma participação, em 2010, quando se chegou ao auge, de algo em torno de 64% dos salários no PIB, caindo para, nesse período de seis anos,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

algo em torno de 61%, ou seja, uma queda de três pontos percentuais, e isso em decorrência justamente das formas de flexibilização e de redução dos salários.

Então, ainda seguindo o que seriam as principais medidas – falei do trabalho parcial e do contrato temporário –, há as demissões coletivas, ou seja, a facilitação das demissões coletivas; a redução da duração dos contratos; a redução dos pagamentos de demissão, e, com isso, os custos do trabalho. Esse é o mesmo debate que envolve o Brasil em relação à produtividade, tão bem exposta pelo Marco, na reflexão de que os custos do trabalho não são os responsáveis pela crise.

Em 1996, os custos do trabalho chegaram a 2,1% dos custos totais, enfim, da riqueza criada. Em 2015, eles correspondem a 0,8%, ou seja, caíram em quase um terço os custos do trabalho nos últimos 20 anos, de 1996 até 2015. Todas as medidas adotadas são no sentido de reduzir, sem dúvida nenhuma, como principal objetivo, a participação do salário e da renda no conjunto da riqueza criada e de um processo de reconcentração dessa renda, dessa riqueza, em nome, sem dúvida nenhuma, do capital e do capital rentista.

Obrigada Senador, e desculpe se passei do tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Obrigado, ficou dentro do tempo.

Essa é a Marilane Teixeira Oliveira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, da Cesit, Unicamp. Parabéns pela exposição. Ela deixou claro, na mesma linha do Rocha, que é uma falácia dizer que é o custo do trabalho que trava o desenvolvimento. Pelo contrário, o trabalho é um instrumento de distribuição de renda no País, que faz com que a roda da economia avance. Não é tirando dinheiro de aposentado, desvalorizando o salário mínimo, tirando direitos básicos que se vai resolver o problema da economia. Meus cumprimentos pela palestra.

Antes de passar para os que vão falar em um segundo momento na segunda Mesa, só por uma questão de justiça, mas muita justiça mesmo com o nosso funcionário, registrar que o Christiano de Oliveira estava afastado há alguns dias, e as pessoas perguntavam o que aconteceu que o Christiano não está aí. No dia 25 de agosto, sexta-feira, faleceu Eduardo de Oliveira Emery, irmão do Secretário-Adjunto desta Comissão, que é o Christiano de Oliveira Emery. Eduardo estava em coma desde novembro do ano passado e faleceu na manhã da última sexta-feira devido a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

complicações. Era um jovem, se não me engano, ainda com cerca de pouco mais de 40 anos. Então, a nossa solidariedade, enfim, aos familiares, aos amigos. E eu dizia ao Christiano – e vou repetir – que esse é o ciclo da vida. A gente nasce, vive e morre, uns mais cedo, outros mais tarde, mas todos vamos morrer.

Aproveitando, lembro que, ainda outro dia, eu fazia uma palestra lá em Caxias e, num determinado momento, havia aquela preocupação com a estagnação do movimento social. E eu disse a eles: "nós temos que parar de achar que os homens são deuses. Os homens não são deuses e nem as mulheres são deusas." Então, nós temos que trabalhar em cima de projetos de Nação, e projetos que tenham, cada vez mais, a ampliação da liderança para o coletivo, em cima das ideias e das causas. E eu dizia – e disse mesmo – para os companheiros do PDT, há muitos anos, que, no dia em que o Brizola morresse, o PDT sofreria uma caída. E você, que conhece a história do Brizola, sabe que foi isso que aconteceu. Agora que está...

E por aí vai. Se nós olharmos para todos aqueles que, ao longo da história, se pautaram em cima de uma única figura, veremos que sempre acaba havendo retrocessos. Nós temos que fortalecer, claro, os nossos líderes, mas a palavra é "nossos líderes", e não ficarmos sempre encastelando um ou outro, mesmo com todo o carinho que todos merecem. Por isso que nós temos de entender esse ciclo da vida. Nós estamos aqui mas não sabermos onde estaremos amanhã.

Eu queria, neste momento, passar a palavra ao nosso querido e sempre presente aqui Carlos da Silva, Presidente do Sinait, que falará dali porque não há mais espaço na mesa.

O Carlos, que está sempre presente, terá o mesmo tempo dos outros painelistas, ou seja, dez minutos com mais cinco, se necessário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pronto. A doutora, gentil como sempre, cedeu um lugar e resolveu.

Adianto que nós ainda vamos abrir a palavra a todos, porque o tema é muito rico e nós precisamos aproveitar ao máximo.

Você falará com certeza.

Todos usarão da palavra outra vez para as considerações finais ou se tiverem alguma pergunta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se alguém mais da assistência quiser fazer um questionamento ou colocar um ponto de vista, a palavra será aberta a todos logo após a manifestação do Carlos.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Senador Paim, muito obrigado pelo espaço. Eu o parablenizo, mais uma vez, por todas as iniciativas que tem empreendido para que nós possamos aqui conduzir um verdadeiro e amplo debate sobre esse tema que tanto nos preocupa e nos move.

Quero fazer um reconhecimento aqui por todas as falas. Obrigado a todos vocês, pois este foi um momento de muito crescimento aqui, tenho certeza, para todos os que aqui estão e para aqueles que estão nos ouvindo.

Todas as vezes em que a gente vai fazer um debate e renovar as nossas reflexões com outras perspectivas, a gente fica cada vez mais convencido de quão importante é, foi e será para o nosso País a iniciativa, Senador Paim, de discutir um Estatuto do Trabalho, um verdadeiro estatuto preocupado com o equilíbrio nessas relações tão desiguais do mercado de trabalho em nosso País, especialmente. E o senhor tem feito isso de uma forma brilhante. O Sinait tem a honra de participar deste momento, desta trincheira, e o faz por dever até de ofício, porque nós nos sentimos a obrigados a fazer isso ao lado dos nossos colegas da Magistratura do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, de Parlamentares como o senhor, da Academia, aqui sempre muito bem representada pelos colegas do Cesit/Unicamp.

Nós, em todos os momentos que paramos para fazer esse debate, só contatamos, mais uma vez, que as premissas utilizadas para discutir e aprovar, a toque de caixa, a reforma trabalhista sempre estiveram equivocadas, sempre foram premissas pautadas em mentiras, em argumentos falaciosos. É a mesma estratégia de que se utilizam na discussão para tentar empurrar goela abaixo a reforma da previdência.

O Senador Paim tem feito um excelente trabalho também à frente da CPI da Previdência, e está mais do que provado – não é, Senador? – que o problema é de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me lembrar, aproveitando o gancho, que a CPI da Previdência terá audiência hoje à tarde, às 14h, na Sala 19.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Então, da mesma maneira que se tenta enganar as pessoas com mentiras de que a reforma iria aumentar o número de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

empregos, que iria aumentar a competitividade, esta Mesa aqui foi brilhante ao desconstruir todas essas falácias – todas elas!

Eu tomei nota aqui para não cometer nenhuma injustiça. Ficou muito claro aqui, na fala do nosso colega Sérgio Volpolini... Em tempo, eu peço a ele para levar um grande abraço nosso, de todos os auditores do Brasil, para os nossos colegas uruguaios, que fazem uma brilhante luta, que são parceiros nossos dentro da Confederação Ibero-americana de Inspeção do Trabalho. E parabênizo o Sérgio pela condução da presidência da entidade.

O Sérgio falou muito bem a respeito da precarização, da realidade hoje, cinco anos depois da reforma trabalhista na Espanha, muito citada por quem defendia o texto aprovado aqui como exemplo. E isso foi o tempo inteiro por nós denunciado, ou seja, que estávamos olhando para o pior exemplo, mas ele foi utilizado.

A Dr^a Luciana falou muito bem aqui do México.

A Dr^a Marilane explicou muito, inclusive, os discursos de quem falava com muita contundência, na Europa, em relação às reformas como sendo a via para a recuperação do crescimento econômico e que, hoje, já não dizem mais exatamente a mesma coisa.

Aquela outra mentira que falavam de que o Brasil, em termos de processos trabalhistas, na Justiça do Trabalho, era recordista, mas trouxe, de forma muito brilhante, o Dr. Cássio aqui, a explicação de que é apenas uma questão de organização do acesso, o que dá, por exemplo, ao mercado americano uma forma coletiva, que, se fosse individualizada, certamente teríamos uma realidade absurdamente diferente.

O que a Dr^a Luciana disse também em relação a que a lei não vai gerar empregos, ou seja, que não é essa reforma que vai fazer brotar os empregos. São as políticas, que, essas sim, que o farão, mas elas não estão sendo empreendidas. Não há sinalização... Aliás, as que existem estão sendo desmontadas.

O Dr. Marco falou aqui brilhantemente e trouxe – acho que foi muito boa a sua fala – a perspectiva da economia industrial, analisando a indústria e o seu funcionamento, para deixar claro que é uma enganação o argumento de que o custo da mão de obra do trabalho é, na composição dos custos, o problema que emperra a competitividade e o crescimento em nosso País.

Enfim, foi uma mesa riquíssima. Foi muito bom ter ouvido tudo isso aqui, o que só nos deixa muito mais convictos de que nós estamos no caminho certo, fazendo o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

debate certo. Nós precisamos somar ao que está sendo conduzido nesta Subcomissão Temporária, montada na Comissão de Direitos Humanos, para que nós tenhamos, de fato, esse estatuto tão necessário para a nossa sociedade.

Ao tempo em que a gente viu e está vivendo esses ataques à legislação de proteção, a gente já vive e sofre os ataques institucionais. Eu recorro que o atual Ministro da Saúde, Ricardo Barros, foi o Relator do Orçamento quando se destruiu o orçamento da Justiça do Trabalho. Aquilo não se recuperou no tempo! É impossível recuperar os 90% de corte que ele impôs ao orçamento da Justiça do Trabalho!

Nós vivemos, agora, o ataque ao orçamento da fiscalização do trabalho, que teve um corte de 70% no seu orçamento, paralisando a fiscalização do trabalho escravo, a fiscalização do trabalho infantil, a fiscalização da prevenção de acidentes, e isso num país que é recordista mundial em ocorrências de acidente no trabalho.

Nós estamos vivendo, na Auditoria Fiscal do Trabalho, o pior quadro, com o menor número dos últimos 20 anos. Nós estamos com 1,2 mil cargos vagos. E, ao tempo em que isso tudo acontece, nós estamos lidando com argumentos, ainda sustentados, de que esses textos aprovados da reforma trabalhista, da liberalização irrestrita da terceirização, da reforma da previdência, isso tudo é o conjunto necessário para o País voltar a crescer, para o País voltar a ter emprego. Não é! Esse é o caminho da entrega da previdência social para a iniciativa privada; esse é o caminho da retirada de direitos do cidadão, que não vai mais poder se aposentar; esse é o caminho que vai penalizar aqueles que trabalham expostos a riscos nocivos à sua saúde, que não poderão mais se aposentar com aquela possibilidade de aposentadoria diferenciada, aquela que chamam de "especial", mas que de especial não tem nada. Ela é diferenciada em razão da exposição a que os trabalhadores estão sujeitos, como, por exemplo, os trabalhadores em minas, os trabalhadores do setor elétrico. Quer dizer, nós vivemos, de fato...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, não, vai tranquilo. Está no teu tempo.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Quando a gente fala que está sofrendo um ataque brutal de retirada de direitos, é porque é brutal mesmo e é um movimento muito bem orquestrado, muito bem articulado e fundamentado em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mentiras e que se aproveita do uso da máquina pública, porque o Governo Federal usa a máquina pública para mentir. É só a gente se lembrar da campanha milionária para enganar o povo brasileiro a respeito da necessidade da reforma da previdência. Não há um aeroporto onde eu entre que eu não veja lá aqueles *outdoors*, aquelas faixas, e não são coisas simples não; são coisas muito bem elaboradas, caras de se fazer. Foi uma campanha milionária para enganar as pessoas.

E ainda outras iniciativas estão sendo empreendidas, porque toda a equipe ministerial do Poder Executivo federal é orientada a levar essa informação, a preencher os espaços que ocupa, com os microfones que têm à mão, para falar da necessidade da aprovação das reformas e, agora, para falar da reforma da previdência, para aprovar a reforma da previdência. E nada se vê, nada se vê de esforço no sentido de combater a sonegação, para combater as fraudes! Nada! Nada se vê!

Nós denunciemos, na CPI da Previdência, o descalabro que é, a cada ano, os mais de R\$30 bilhões que os empregadores se apropriam de forma indevida, praticando um crime de apropriação indébita previdenciária. São R\$30 bilhões anuais! Esse é o número que nós temos de 2015, mas essa é a média anual que os empregadores descontam de previdência dos empregados e que não repassam à União.

Ora, o Governo Federal sabe disso; ele sabe que existem fraudes de toda ordem. Por exemplo, com relação ao recolhimento do seguro de acidente de trabalho, que também deixa de arrecadar aproximadamente R\$7 bilhões todos os anos.

Nós vivemos em uma economia onde metade da população economicamente ativa está na informalidade.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – E quais são as políticas objetivamente dirigidas a recuperar e trazer para a formalidade e para a proteção do Estado e, assim também, para a arrecadação que alimenta as políticas públicas? Quais são as políticas empreendidas para isso? Nenhuma! Nenhuma! Todas as iniciativas só alargam as expectativas de rendimentos para os donos dos negócios – de todos os negócios! Na reforma trabalhista, os empregadores, os empresários; na reforma da previdência, o mercado financeiro, que tem aí uma perspectiva de surfar na onda da previdência privada. E é disso que estamos aqui falando.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A gente está aqui, e o Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho estará em todas as frentes e em todos os debates para trazer aquilo a que nós assistimos todos os dias. Todos os dias, quando os auditores entram nas empresas, estão diante de contratos de trabalho fraudados, de trabalhadores desrespeitados em seus direitos e de empregadores sempre se utilizando de argumentos inadequados para justificar a sua necessidade de burlar a lei. É isso que a gente vê, Senador e colegas. São os empregadores justificando que não dá para aguentar uma carga tributária tão grande como essa, que, se cumprir a legislação trabalhista toda, ele quebra. É isso o que eles dizem, foi esse o argumento e é isso que tem inspirado os Parlamentares que, na sua grande maioria, representam empresários vorazes, embora muitos aqui, pessoalmente, defendem os seus negócios. Foi isso que nós vimos ao longo de todo esse debate: Parlamentares empresários, devedores, com dívidas milionárias para com a Previdência, para com o FGTS, defendendo todas essas reformas, porque, com isso, estão defendendo os seus interesses próprios.

Então, foi vergonhosa a discussão da reforma trabalhista na Câmara; lamentável o Senado não ter cumprido o seu papel, a despeito de ter o Senador Paim e tantos outros feito a luta para que fizesse o Senado o seu papel. Lamentável a reforma da previdência da forma como está sendo discutida; lamentável ouvir o Presidente da Câmara dizendo que vai chamar economistas para trazerem informações para a reforma da previdência, quando a CPI da Previdência é um celeiro gigantesco de informações. Mas ele, obviamente, não quer ouvir nada de lá; ele quer é ouvir aqueles que vão falar o que ele quer ouvir; ele quer outros que mintam, como eles estão mentindo, para também aprovar a reforma da previdência.

Senador Paim, tenha aqui o nosso reconhecimento eterno por sua luta, por toda a sua energia – e nós queríamos todos ter um pouco dela –, porque haja energia para dar conta da agenda desse Senador aqui, que começa cedo e termina tarde. Eu digo sempre que esta é uma Casa que tem de ter Parlamentares como o Senador Paim não apenas para que a gente traga novos, mas para que a gente mantenha também, e o Senador Paim é um desses.

Obrigado Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Obrigado, Carlos Silva, Presidente do Sinait, pela bela exposição, que já fez um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

resumo da palavra de todos os convidados, apontou caminhos, mostrou o trabalho importantíssimo que o Sinait tem feito com todos os profissionais dessa área. Ao mesmo tempo, deu também já uma pincelada na Previdência, o que tinha de ter feito mesmo, pois você está acompanhando praticamente dia e noite os trabalhos da CPI da Previdência.

Eu só posso dizer a vocês que nós vamos apresentar um dossiê já no mês de outubro. O relatório sairá até o fim de outubro também. São assustadores os números de tanto que roubam da Previdência, e estão chamando o povo para pagar outra vez.

Aqui no Brasil, Dr. Sérgio, eu trabalhava, para se ter uma ideia, com um superávit da Anfip, sei lá, em média, de 50 bi por ano, em média eu diria. Uns foram 80, outros, 15. Até em 2016, não existiu superávit, mas por quê? Por causa da roubalheira. Sabe com que número eu trabalho hoje? Eu, que trabalhava com uma média de 50 bi, trabalho com trilhões. Não são bilhões, mas trilhões que eles retiram da Previdência, sacam do trabalhador... Como esse dado que você nos trouxe que eu tenho usado diariamente, mas parece que alguns fazem ouvido de mercador, como dizem. Trinta bilhões por ano que o empregador retira e não repassa para o empregado.

Sobre a dívida ativa, eu falava em 500 bi, mas já me falaram que o último dado está em 932 bi. Só aí deu quase um tri. Uma dívida que pode ser cobrada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Da Previdência, da Previdência.

Os procuradores dizem que, se derem estrutura, eles têm condição de resgatar 94%, e não dão estrutura. Os procuradores da Fazenda dizem: "Deem-nos estrutura que nós resgatamos 94%." E ninguém dá, porque há um conluio sorrateiro. E há outro dado assustador. Eu pergunto: "Por que isso acontece?" E eles me dizem: "Porque, muitas vezes, grandes agremiações, vou dizer aqui, políticas não têm interesse, pois isso vira fundo de campanha."

Eu chego a dizer o seguinte: por que não fazem uma operação do tipo da Lava Jato em cima dos devedores da Previdência? Podem mudar o nome, só dei um exemplo aqui. Mas não fazem para ver quem deve, por que deve, quem não paga e quem está passando a mão por cima para não deixarem cobrar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria passar para a Ana Cláudia, mas, permita-me, antes disso, Ana Cláudia, só justificar a falta aqui na Mesa do Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho. O Juiz do Trabalho de Pernambuco Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Latinoamericana de Juízes do Trabalho, foi convidado para participar desta audiência pública e falar sobre o Direito do Trabalho aplicado na Itália. No entanto, ele não teve liberação do Tribunal Regional do Trabalho em que atua.

É importante que o Juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho vem sofrendo ação intimidatória e de perseguição vinda no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em nota de apoio ao Juiz Melo, uma das centrais, assinada por todas naturalmente, diz o seguinte:

Em função do dia nacional da greve geral contra as reformas trabalhistas e previdenciárias definido pelas centrais sindicais em movimentos ocorridos no último dia 30/06/2017, o Juiz Hugo Melo, no uso de suas atribuições e respaldado pela liberdade constitucional e jurisdicional de livre manifestação, determinou, por meio de despacho, o adiamento das audiências da 12ª Vara de Recife, em respeito ao movimento grevista deliberado pela classe trabalhadora.

Por meio do Ofício nº 660 (lavrado pelo Corregedor Nacional de Justiça Ministro João Otávio de Noronha, na data de 30 de junho de 2017) foi solicitada à Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região cópia do despacho do Juiz Hugo Melo, informações sobre o seu comparecimento ao trabalho, bem como registro da ausência de servidores da unidade judiciária na data do dia 13 junho e, o mais grave, dados estatísticos da produtividade do Juiz Hugo Melo nos últimos cinco anos, numa evidente ação de retaliação e perseguição pela atitude [nobre] do Juiz Hugo Melo.

Eu queria dar uma salva de palmas aqui ao Juiz Hugo Melo, que, apesar das retaliações, continua firme, defendendo o povo brasileiro. (*Palmas.*)

É lamentável termos de falar sobre isso.

Antes de passar para você, Ana Cláudia, eu quero só fazer este registro. Vou sintetizar só para mostrar que nós estamos no caminho certo. Falei ontem no plenário e vou falar hoje de novo: registro que o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) a primeira ação direta de inconstitucionalidade contra dispositivo da dita reforma trabalhista.

Eu daria também uma salva de palmas ao Rodrigo Janot, porque ele está convencido de que ela é inconstitucional. (*Palmas.*)

A palavra é sua, Dr^a Ana Cláudia Bandeira, Vice-Presidente da ANPT.

A SR^a ANA CLÁUDIA BANDEIRA – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar a todos da Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e do meu colega Cássio Casagrande, que tão brilhantemente representou nossa instituição, o Ministério Público do Trabalho, falando sobre um tema que é tão importante para nós todos.

Falar depois do meu amigo Cássio, que sintetizou cirurgicamente aqui tudo que foi colocado, é difícil, mas eu quero apenas pontuar algumas questões que me parecem relevantes para todo esse debate que vem se desenvolvendo nesta Casa sobre a reforma trabalhista, sobre os seus efeitos e sobre o que faremos, sobre como seremos daqui para frente.

Em primeiro lugar ressaltar, mais uma vez, e destacar a excelência da iniciativa do Senador Paulo Paim com relação à construção dessa proposta de Estatuto do Trabalho que vem, acima de tudo, mostrar que há reação, sim, há reações várias, tanto essa da ação do PGR, quanto essa do Estatuto do Trabalho, quanto a que nós faremos nas nossas instituições, cotidianamente, no exercício das nossas atribuições. Essa coalizão de forças que sempre acontece aqui, essa reunião, essa convergência que acontece sempre aqui patrocinada pelo Senador Paulo Paim nos mostra todas essas possibilidades e nos dá força para realmente oferecermos uma reação contundente.

Eu quero destacar – eu ia colocar isso mais no final, mas, já que V. Ex^a colocou no começo, eu vou falar dela agora no começo –, com relação a essa ação da PGR contra a reforma trabalhista, que ela foi ajuizada ontem e ataca três pontos específicos relacionados ao acesso à justiça. Essa ação, é importante destacar, foi discutida com o Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, e foi então costurada com todo o apoio, inclusive, da assessoria trabalhista, que atua – um colega nosso, o Amorim – junto ao Procurador-Geral da República.

Essa ação foi ajuizada com o fim de atacar três pontos que se entenderam flagrantemente inconstitucionais. A reforma, como um todo, é inconstitucional, mas,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

até por uma questão de estratégia, é preciso separar os pontos e é preciso que se ataque cada um de uma forma específica. Então, apenas para pontuar isso.

Com relação às falas, eu tenho a dizer que foram excelentes, trouxeram muitos elementos que nos fazem acreditar, realmente, que, como o Senador falou, nós estamos no caminho certo.

Muito se falou aqui nas discussões da Câmara, mas pouco se ouviu do que precisava ser ouvido. A discussão que houve, na verdade, na Câmara foi muito seletiva. É claro que nós, instituições, tivemos oportunidade de falar. Tivemos, mas não fomos ouvidos. Então, tudo foi direcionado, como todos já sabemos e vocês já disseram, para a questão da diminuição do custo trabalho, que foi tão bem falada pela Marilane e também pelo Prof. Marco Antônio. O Prof. Sérgio Voltolini trouxe a experiência do Uruguai, da Espanha e mostrou que há muitas similitudes nesses processos de precarização e de desmonte do sistema de proteção jurídica trabalhista.

Da mesma forma, o colega Cássio Casagrande mostrou como é seletiva também a adoção de sistemas estrangeiros. Adota-se aquilo que atende aos interesses daqueles que estavam dominando todo o processo legislativo, que realmente eram os empregadores que estavam buscando muito mais do que segurança jurídica – que foi uma expressão muito usada e que realmente beneficia a todos nós. Todos nós precisamos de segurança jurídica. Mas muito mais do que segurança jurídica, os empregadores, nesse processo legislativo, buscaram o conforto das suas margens de lucro, das suas práticas e da sua cultura, buscando reduzir o custo de trabalho para manter o seu *status quo* ou até para aumentá-lo.

Ainda com relação à questão de buscar subsídios em outros sistemas legislativos, eu quero destacar aqui também uma atuação muito importante que aconteceu e que teve um desfecho no Supremo Tribunal Federal na semana passada com relação à utilização do amianto, a substância que, todos nós sabemos, é cancerígena, causadora de muitas doenças e de mortes.

Nessa atuação aqui, o Brasil se espelhou e buscou muitos subsídios na Itália, onde houve uma experiência também muito trágica de perdas de vidas, enfim, de deterioração de ambientes de trabalho, que resultaram em muitas mortes e adoecimentos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nesse caso, parece-me que foi muito feliz a troca de informações com a Itália e que resultou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Doutora, permita-me, falta um voto só para indicar o Diretor do Banco Central, e eles estão quase que implorando para que eu vá aqui ao lado...

A SRª ANA CLÁUDIA BANDEIRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu voto e volto.

A SRª ANA CLÁUDIA BANDEIRA – Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se você concluir a fala, o Leandro, como Secretário Executivo da Comissão dará o informe das próximas agendas.

Em dois minutos estarei de volta.

A SRª ANA CLÁUDIA BANDEIRA – Está bem. Fique à vontade.

Com relação ainda ao amianto, essa experiência do Brasil no combate à utilização do amianto resultou na formação de um programa dentro do Ministério Público do Trabalho denominado Programa Nacional de Combate ao Amianto. Dentre muitas ações civis públicas e TACs, pode-se dizer hoje que houve sucesso desse programa porque, em vários Estados, em várias empresas, houve a substituição do amianto por outro produto, quer dizer, o banimento do amianto está caminhando.

Nesse mesmo contexto, nós tivemos a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4066, ajuizada, em 2008, pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) e pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), em que se pediu a declaração de inconstitucionalidade da Lei 9.055, de 1995, que é a lei federal que permite a utilização ampla e comercialização do amianto no Brasil, em todas as suas frentes.

Então, na semana passada, nós tivemos o julgamento da ADI 4066 e, na sequência, o julgamento de uma ação direta de constitucionalidade voltada para a declaração de constitucionalidade de uma lei estadual de São Paulo que proíbe a utilização de amianto no Estado de São Paulo. A partir do julgamento de ambas as ações, concluiu-se que o Supremo Tribunal Federal – e aí estou dizendo para sintetizar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a estória, para resumi-la – se manifestou pelo banimento definitivo do amianto no Brasil.

Com isso, podemos dizer que tivemos essa vitória no âmbito judicial perante o Supremo Tribunal Federal, mas ainda temos trabalho pela frente em todas as nossas instituições, porque sabemos que a mera declaração de constitucionalidade/inconstitucionalidade, porque são duas ações com pedidos diferentes, por si só, não gerará o efeito esperado, mas é um grande passo dado no sentido da eliminação da utilização do amianto de crisotila no nosso País.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA CLÁUDIA BANDEIRA – Sim. Como a Drª Luciana bem destaca aqui, ficou consagrada a legitimidade das nossas Associações Nacionais de Procuradores do Trabalho e de Magistrados do Trabalho para pleitear a tutela de direitos sociais perante aquela Corte Suprema. Também foi um precedente bastante importante que certamente renderá bons frutos daqui para a frente, porque a luta será grande...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA CLÁUDIA BANDEIRA – ... sobretudo nesse contexto de reforma trabalhista, da aprovação da Lei 13.467.

De resto, eu quero só colocar que me reconfortou muito ouvir aqui do Dr. Marco Antônio, economista, que a redução do custo de trabalho não é o que gera a maior competitividade, porque, na verdade, os problemas estruturais prevalecem sobre essa questão da redução do custo do trabalho, e isso, na verdade, só desgasta o tecido social.

E aí, como outros citaram – a Drª Luciana, a Drª Marilane, todos aqui citaram, o Dr. Sérgio e o Carlos também falou –, existe a situação do México, que bem retrata essa afirmação. E eu digo que isso é reconfortante, porque nós entidades associativas que estivemos aqui todo o tempo durante o processo legislativo que culminou na aprovação da Lei 13.467, ouvimos, diariamente, rotineiramente, que era necessário que se reduzisse o custo de trabalho, se barateasse a mão de obra, para que nós fôssemos competitivos, o nosso País fosse competitivo, para que a nossa economia retomasse o desenvolvimento. Enfim, tudo isso, mesmo não tendo conhecimento de economia, a gente pressente, a gente tem a noção de que não é verdadeiro, mas, com





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

os elementos trazidos por quem é da área, a gente realmente se sente reconfortado, porque vemos que, como o Senador falou, estamos no caminho certo.

E aí a gente vê que tudo isso que aconteceu aqui, na verdade, toda essa discussão baseada nessas falácias faz parte de todo um conjunto de demonização do sistema de proteção jurídica trabalhista vem nessa onda de proporcionar maior conforto para o empresariado com relação às suas obrigações, sobretudo em relação à parte mais fraca da relação de trabalho, que é o trabalhador e vem também nesse conjunto de movimentos e de ações que visam demonizar sobretudo o sistema de proteção legal, nossas carreiras, Ministério Público do Trabalho, Magistratura do Trabalho, Auditoria Fiscal do Trabalho. E também a demonização, por fim, dos direitos sociais, dos direitos trabalhistas, e a culpabilização do Estado social por toda a situação que o Brasil vem atravessando, a situação de crise econômica, social e política. Então, é isso.

Por fim, eu quero só dizer que nós, do PT, continuamos empenhados nessa luta, irmanados com todos vocês que estão com o mesmo propósito de continuar garantido ao trabalhador brasileiro a proteção que a Constituição concedeu ao trabalhador brasileiro e ao sistema trabalhista, o necessário equilíbrio. Então, nós estamos aqui mais do que para garantir direitos a uma ou outra parte, nós estamos aqui para garantir a ordem jurídica, para garantir que os direitos maiores previstos na Constituição Federal sejam observados e sejam cumpridos. É isso.

Então, nessa esteira, nós continuamos também nessa trincheira do Estatuto do Trabalho, e estamos aqui a postos para prestar a maior colaboração possível.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Ana Cláudia Bandeira, Vice-Presidente da ANPT.

Pergunto se alguém no plenário gostaria de falar. (*Pausa.*)

Pode dizer o nome. E você tem cinco minutos, para pergunta ou uma posição.

O SR. FRANCISCO LUÍS LIMA – O.k.

Francisco Luís Lima, Auditor-Fiscal do Trabalho da área médica, Diretor da Confederação e Diretor do Sinait.

Já tivemos a oportunidade de participar, Senador, aqui, discutindo várias vezes a questão de acidente de trabalho. E acho que ficou muito claro na consciência de todos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que isto só vai se agravar: a questão do acidente trabalho, a informalidade e o custo maior para o SUS, porque isso vai reduzir também o custo para as empresas. O número de ações regressivas irá reduzir; isso está bem claro já, porque avançou muito o número de ações regressivas baseadas em laudos nossos que iam para a Advocacia-Geral da União. Quanto a isso, tem havido um resgate do que o Estado tem perdido com os acidentes de trabalho, esse também é um prejuízo.

Outra coisa que eu queria enfatizar – e aí, Rocha, eu vou acrescentar na linguagem da economia – é o seguinte: nós comemos a carne dos trabalhadores e agora vamos comer os ossos. Então, nós estamos descalcificando os trabalhadores. Isso é osteoporose. Osteoporose quebra o osso. E o trabalhador está morto realmente. O que aconteceu, quando do início de toda a discussão sobre Medicina do Trabalho, com o Ramazzini, em 1700, foi isto: dos trabalhadores eram roídos os ossos nas minas, e nós estamos fazendo isso agora, novamente, nós estamos repetindo a história que nós não compreendemos.

Dentro da fiscalização do trabalho, Senador, hoje nós somos menos de 70 médicos e menos de 190 engenheiros, são cento e oitenta e poucos engenheiros. Então, isso será uma precarização total de qualquer análise de acidente trabalho, de qualquer discussão técnica dentro da categoria. Se nós queremos acabar com qualquer categoria, acabemos com a discussão técnica, essa que é a verdade. Em todos os segmentos, nós estamos observando isso claramente.

Essa é a minha indignação. E não poderia passar, depois de uma discussão dessas, sem demonstrar a minha indignação com o que está acontecendo, com o desmonte do serviço público federal no Brasil e, no Ministério do Trabalho, sem nenhuma vergonha, o desmonte que está acontecendo na área de segurança e saúde do trabalhador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pergunto se alguém mais do plenário tem alguma observação. (*Pausa.*)

Pode dizer o nome e quem representa. Entendo que você está aqui na assessoria do Senador Telmário, não é?

O SR. JOÃO RIOS – Senador Telmário Mota.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Telmário Mota, que, diga-se de passagem, é o Presidente desta Comissão. Fizemos um ajuste, por ser o horário de muitas Comissões: eu sou o Relator e ele é o Presidente. Quando um não pode, o outro preside e acompanha os trabalhos.

O SR. JOÃO RIOS – Eu sou João Rios, assessor do Senador Telmário Mota. Ele pede desculpas, porque está em outro compromisso, como o senhor acabou de falar. E ele pediu para informar aos presentes o seguinte: na Câmara dos Deputados, houve a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil. Ele, aqui no Senado, é Relator, fará o relatório final dessa Comissão, e gostaria de observar, com relação à fala do Dr. Carlos Fernando, que é Auditor do Trabalho: a Comissão do Trabalho Infantil perguntou ao Ministro do Trabalho e da Previdência, na época, em 2015, qual a situação do trabalho escravo das crianças. Eis a preocupação do Senador Telmário. O Ministro informou – isso veio no relatório, já é uma prévia do parecer dele, do Senador Telmário – que, em 2006, havia 508 crianças e adolescentes trabalhando nas piores formas de trabalho infantil; atentem bem: 508. Em 2015, esse número pulou para 7.181 crianças – de 508 em 2006, nove anos depois, para 7.181 –, informação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Uma diferença aí, por cima, de quase 7 mil?

O SR. JOÃO RIOS – Exato. Na época, entre as crianças que estavam trabalhando, essas em piores formas de trabalho representavam 11,92%. Em 2015, representavam 81,1%.

Continuando – a fala do Dr. Carlos Fernando motivou-nos a trazer essa informação –, a Comissão perguntou também ao Ministro a quantidade de auditores fiscais do trabalho. O Ministro informou que havia, lá em 2015, 2.539 auditores e reconheceu que seriam necessários 7.059 auditores. Está a frase aqui: "Seriam necessários no Brasil 7.059 auditores."

Então, o Senador Telmário vem trazer o apoio à Comissão, à fala. A gente está discutindo com o gabinete e com o Senador que, em vez de apenas apresentar esse relatório dizendo o que vai acontecer, junto com o senhor – ele vai falar com o senhor, porque isso aqui é dentro da CDH (Comissão de Direitos Humanos) –, a gente possa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ver que mais ações se podem fazer, porque não se pode simplesmente pegar essa informação e arquivar. O Senado está sabendo, e arquivou. Mas o que o Senado fez?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO RIOS – Então, ele me pediu para adiantar isso para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Parabéns a você e ao Senador Telmário Mota. De fato, naturalmente, aqui eles vão se manifestar agora. Você deixou no ar, inclusive, essa questão, que é importante, como uma denúncia grave, fruto de um estudo concreto e resposta do próprio Ministro.

Então, agora nós vamos já para as considerações da Mesa, considerações e também comentários. Se quiserem fazer alguma pergunta entre vocês, podem fazer.

Tenho um sistema no meu gabinete de que as tais emendas... Eu não discuto emenda com ninguém. São 497 Municípios. Eu dou a mesma quantia para todos: os primeiros são os últimos, e os últimos são os primeiros. E não quero saber qual é o partido, porque eu entendo que política não se faz vendendo emenda ou dando emenda para base eleitoral. Então, é um critério único que eu adoto: os últimos são os primeiros, e os primeiros... Por que estou contando isso? Então, quem iniciou vai encerrar, que foi o nosso convidado internacional. Agora vamos começar por aquele que foi o último aqui da Mesa, Carlos Silva.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Obrigado, Senador Paim.

Eu quero deixar já aqui o nosso agradecimento pela iniciativa do Senador Telmário, porque nós estamos nessa caminhada buscando todas as iniciativas que pudermos empreender para garantir a presença da Auditoria Fiscal do Trabalho nas frentes de combate ao trabalho escravo, de combate ao trabalho infantil, porque sabemos que são problemas sociais que toda a população, toda a Nação brasileira quer ver extirpados. Ninguém concorda com a prática do trabalho escravo, ninguém concorda com a prática do trabalho infantil, mas, quando o Governo retira orçamento dessa fiscalização, quando não provê o preenchimento devido do quadro, está abrindo espaço para que esses crimes sejam explorados, e são crimes rentáveis.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador Paim trouxe, outro dia desses, aqui a informação de uma pesquisa recente de um pesquisador de Harvard que falava que o crime de hoje da exploração do trabalho escravo é 30 vezes mais rentável do que aquele trabalho escravo colonial que a gente conhece pelos livros de história. Então, só perde hoje para o tráfico de drogas internacional. É um crime rentável, porque explora da forma mais vil a mão de obra dos trabalhadores, inclusive de crianças e adolescentes. E nós estamos assistindo a um desmantelamento de todas essas iniciativas que têm convergência com a necessidade da sociedade brasileira de erradicar o trabalho escravo e de erradicar o trabalho infantil.

Eu concluo, Senador, fazendo uma denúncia aqui, mais uma denúncia, sobre o desmonte propriamente dito de todo o funcionalismo público que o Governo Federal está empenhado em fazer acontecer. O Governo anunciou entre suas medidas, ao lado daquela de ampliação do déficit fiscal do País, algumas dirigidas ao funcionalismo público federal que, sob nossa avaliação, que não é uma avaliação isolada... Pelo menos, eu, como Vice-Presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), que reúne mais de 30 carreiras do serviço público federal, concluí que é uma iniciativa que terá por fim o esfacelamento das instituições que representam o Estado brasileiro. E não estamos falando de salário, não é isso, como o Governo tem, de maneira muito maldosa, tentado passar para as pessoas; nós estamos falando de autoridades que representam instituições públicas que existem para bem atender o cidadão.

Eu digo, já finalizando, que, quando algum cidadão precisa de atendimento médico, ele vai ao hospital. Se esse hospital for público, que é para onde a maioria vai, ele vai precisar de um médico, de um enfermeiro, de um auxiliar de enfermagem, de um atendente – são todos servidores públicos. Se ele tem problema na empresa dele e o empregador não paga o salário, ele vai procurar onde reclamar, e aonde ele vai? Ele vai ao Ministério do Trabalho, ele vai procurar os servidores que lá estão, incluindo os auditores fiscais do trabalho. Se não há esses servidores lá para atendê-lo, ele não terá assistência. Ele vai também ao Ministério Público do Trabalho, e precisa haver gente lá, procurador, estrutura para receber a denúncia dele e tomar medidas. Ele vai à Justiça para reclamar e existe lá um juiz, e esse juiz é um servidor público. São essas pessoas que estão sendo atacadas, mas não as pessoas, as instituições, porque são instituições





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que garantem e cobram do Governo que cumpra os compromissos do Estado brasileiro. E este Governo não tem cumprido os compromissos, especialmente sociais, do Estado brasileiro. É isso que o Governo tem feito.

Os servidores públicos convocaram, todos eles, uma grande manifestação para hoje, amanhã e depois de amanhã – dias 29, 30 e 31. Curiosamente, o Ministério do Planejamento convocou uma reunião com todas as entidades para amanhã, no meio do protesto que está sendo feito para denunciar que o Governo quer acabar com o serviço público, começando pelos servidores que compõem e dão vida a esse serviço. Amanhã estarei lá fazendo a defesa do serviço público federal, porque entendemos que esta é uma defesa alinhada com o interesse da sociedade...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – As instituições públicas existem para prestar serviços públicos de excelência, não representam o mal desta Nação. O mal desta Nação está representado, em corpo presente, por muitos parlamentares sonegadores e devedores que vivem com a faca no pescoço da Presidência da República e têm resultados favoráveis para perdoar suas dívidas bilionárias, como é o caso que se faz – e se tem feito – com os Refis da vida. Esses, sim, são os males da nossa Nação, não as instituições públicas.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Carlos Silva, Presidente do Sinait.

Marilene Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp).

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Desculpe-me, Senador. Eu só estava ajeitando a cadeira aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E eu já estava te procurando lá. *(Risos.)*

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Não, não. Eu já estou aqui. Saí da esquerda e fui para a extrema direita. Espero que seja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas é só por uma questão estratégica para fazer o seu pronunciamento.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Sim; só. É só uma questão... Claro, claro!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Foi para nós dividirmos aqui – ouviu Marilane? Foi para dividir aqui, não é?

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas de alma, coração e vida...

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Isso, continua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Altemar Dutra. (*Risos.*)

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Bom. Então, mais uma vez, Senador, muito obrigada pela oportunidade.

Mais uma vez, eu coloco o grupo de trabalho da reforma trabalhista do Cesit totalmente à disposição para continuarmos contribuindo com esta Comissão. E acredito que nós temos também uma tarefa muito importante, que é denunciar os malefícios da reforma e denunciar publicamente o que já está sendo implementado, inclusive em relação à terceirização. E isso porque a terceirização, a princípio, já está em vigor desde março.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A Caixa Econômica Federal já anunciou que, agora, é só terceirizado, com jornada intermitente e contratos de autônomo exclusivo.

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Isso. Autônomo exclusivo. Exatamente! Já estão realizando seleção de gerentes através dessa modalidade.

Eu recebi um informe de Pernambuco, também, da cidade da Luciana, dando conta de que, por exemplo, as instituições privadas de ensino já estão substituindo a contratação de efetivos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Exatamente. A substituição de efetivos por terceirizados.

E mais: mantêm o mesmo trabalhador, a mesma trabalhadora, inclusive com a ilusão de que não estão perdendo os seus postos de trabalho, que estão apenas mudando das mãos de empregador, o que representa redução de salários de uma forma abrupta e perda de direitos e benefícios, porque boa parte desses trabalhadores e trabalhadoras são cobertos por convenções coletivas que apresentam maiores





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

benefícios do que as convenções coletivas das prestadoras de serviços. Então isso já é uma realidade. Inclusive, é importante nós reunirmos essas denúncias, darmos publicidade a elas, inclusive para desmistificar esse discurso de que essas modalidades de contratação vêm no sentido de gerar empregos. Elas não estão gerando nenhum emprego; elas estão substituindo efetivos por terceirizados.

Então, eu acho que é muito importante a gente incorporar também, inclusive no relatório, nesse trabalho que estamos fazendo nesta Comissão, esses casos, porque eles nos dão sustentação. E acho que nós temos uma tarefa bastante difícil nesse próximo momento, que é seguir resistindo ao tema da reforma da previdência.

Sem dúvida nenhuma, é o próximo objetivo, o próximo alvo. Essa é uma luta importante. Este Governo é impressionante, porque em um ano – inclusive, está fazendo um ano que ele assumiu, que a Presidenta Dilma foi impedida, se não me engano, foi exatamente nesses dias –, se nós somarmos tudo o que se... Porque, oficialmente, foi no final de agosto. Definitivo foi no final de agosto, com a votação no Senado, nesta Casa. Se nós considerarmos tudo que já foi implementado neste ano, se compararmos com tudo que havíamos conquistado nessas últimas décadas, é um quadro muito desolador. A última agora foi o anúncio da privatização do setor de energia. A gente sabe que oitenta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E o massacre da Amazônia

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Exatamente, exatamente. A venda das terras, o controle sobre os nossos recursos naturais...

(Soa a campanha.)

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Energia, por exemplo, é uma matéria-prima básica para 80% da indústria. O controle sobre o fornecimento desse insumo que é fundamental não só para a indústria, mas também para as famílias – isso também representa um custo elevado para a maior parte das famílias –, sob um discurso que nós já conhecemos, porque é o mesmo discurso dos anos 90, com uma ousadia, um governo tão ilegítimo, mas com ousadia para implementar uma agenda que só se justifica porque tem apoio do conjunto dos empresários, dos especuladores, do capital rentista, enfim... Então, acho que temos que seguir em luta e seguir denunciando esses malefícios todos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mais uma vez, então, sei que nós estamos totalmente à disposição do Senador e da Comissão para seguirmos trabalhando juntos nesse processo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp).

Dr^a Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho da 6^a Região, Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Estou dando cinco minutos para cada um, mas se precisar de mais, não há problema.

A SR^a LUCIANA PAULA CONFORTI – Senador, diante do assessor do Senador que comentou a questão do trabalho infantil, os dados que ele trouxe a gente tem que lembrar que são os oficiais. Dentro dessa questão toda, há também a questão do trabalho infantil doméstico, que é considerada uma das primeiras formas de trabalho infantil da Convenção 182 da OIT, que não está computado nisso. E ainda trazendo a experiência do México, a precarização das relações de trabalho que foi verificada lá também importou o aumento do trabalho infantil, não só pela própria precarização, como também pela ausência de fiscalização, mas também pelo rebaixamento dos salários, o que faz com que um maior número de membros da família tenha que trabalhar para conseguir o sustento mínimo de todos. Então, isso é uma consequência natural quando se está diante de uma precarização do trabalho, ausência de empregos e de pobreza, como é o caso desses países que nós mencionamos.

Antes de concluir, eu gostaria de fazer um convite a todos, especialmente à Mesa, ao Senador. A Anamatra, junto com outras instituições – Ministério Público do Trabalho, Abrat, entre outros apoiadores do mundo do trabalho –, realizará uma jornada nacional sobre Direito do Trabalho nos dias nove e dez de outubro para discussão dos temas da reforma.

E eu faço questão de pontuar aqui, Senador, pelo seguinte: hoje pela manhã começou a circular pelas redes sociais uma reportagem dizendo que os juízes estão combinando de não aplicar a reforma. E em nome da Anamatra eu quero deixar bem claro aqui que os juízes não fazem combinações sub-reptícias. Na verdade, diante de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma alteração legislativa que contraria a Constituição e as normas internacionais, cabe aos juízes analisar tecnicamente essas matérias para que possam exercer sua jurisdição de acordo com o compromisso que têm com as leis e com as suas convicções.

Então, não há combinações entre os juízes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SR^a LUCIANA PAULA CONFORTI – ... – obrigada – para não aplicar a reforma.

E assim como será feito um evento, que também está sendo noticiado pelas redes sociais, convocado pelo Paulo Skaf, com a presença do Relator da reforma, o Deputado Rogério Marinho, assim como eles vão se reunir para divulgar novidades da reforma, cabe não só aos magistrados, como também aos operadores jurídicos de um modo geral, aos sindicalistas, às associações de empregados e empregadores comparecer à Jornada para que discutam tecnicamente as mudanças legislativas. É disso que nós estamos tratando, não de combinações à sorrelfa para prejudicar quem quer que seja.

Muito obrigada pelo convite.

Coloco a Anamatra mais uma vez à disposição da Comissão e entrego o material que eu mencionei ao senhor simbolicamente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Já vai para a nossa página.

Muito bem, Dr^a Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho, que falou pela Anamatra.

Agora, Marco Antônio Martins Rocha, economista e professor da Unicamp.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ROCHA – Agradeço mais uma vez à Comissão e ao Senador Paulo Paim pelo convite. Fico feliz por ter fornecido subsídios para esta discussão.

Eu gostaria de ser bem breve e fazer alguns comentários em cima dos que eu já fiz. Chamo a atenção para um fato: competitividade só se discute seriamente quando se discute projeto de nação; não existe discussão de competitividade sem discutir projeto de nação. É simples assim. A gente quer ser competitivo em relação a quê? Em relação às fábricas de vestuário no sudeste asiático com trabalho análogo ao de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

escravo? Ou a gente quer ser competitivo em relação à indústria de alta tecnologia, a indústria moderna da escandinava ou do centro europeu? É assim que se coloca a discussão sobre competitividade.

Nesse sentido, a discussão sobre reforma trabalhista é bem esclarecedora do projeto de nação que se está organizando neste País, assim como é o fatiamento e a privatização da Eletrobras, assim como é o saque da Amazônia, assim como são os cortes de quase 50% do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Tudo isso, junto com a reforma trabalhista, é simbólico do projeto de nação que se está organizando neste País.

Eu acho importante falar isso e importante trazer a discussão sobre competitividade para a gente entender: competitividade se discute em relação à nação que queremos ser. E a nação que estamos organizando tocando a discussão de reforma trabalhista é uma nação que participa do Concerto das Nações, da Divisão Internacional do Trabalho, como uma nação que é baseada na subexploração do seu próprio trabalhador e no saque dos seus recursos naturais. É isso que se está organizando neste País em bom português.

Gostaria de encerrar e agradecer mais uma vez o convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Marco Antônio Martins Rocha, economista e professor do Instituto de Economia da Unicamp. Parabéns pela sua manifestação muito firme e muito clara, um resumo da verdade.

É isso que está acontecendo neste País, que não tem um projeto de Nação, ou melhor, poderíamos dizer que, como eles tinham um projeto de estatuto, na sua afirmação, eles têm um projeto que não interessa à Nação, mas que querem aplicar. Isso está aí na sua fala e na de outros que o antecederam.

Cássio Luis Casagrande, Procurador do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Mais uma vez, Senador Paim, quero parabenizar pela iniciativa importante desta Comissão e agradecer o convite muito gentil. Também quero agradecer a PGT por ter indicado o meu nome para aqui estar.

Muito brevemente, eu quero dizer que saímos todos que acreditamos e defendemos o direito do trabalho um pouco abatidos e cabisbaixos da reforma trabalhista.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É verdade.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Mas, passado o susto, como se diz...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A reação vem. Dizem que, depois da tempestade, vem a bonança – oxalá seja verdade.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Sim. Eu acho que estamos neste momento agora de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – De reação.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Eu acho que esta iniciativa faz parte disso, uma estratégia política. Assim como lembrou a Dr^a Luciana Conforti, o Judiciário também vai reagir, interpretando e aplicando a lei para preservar os princípios fundamentais do direito do trabalho.

Também é importante aqui lembrar – também sou professor – que a academia, a universidade também precisa debater. Inclusive, eu quero aqui fazer um convite, Senador, pois estou organizando, na Universidade Federal Fluminense, no dia 10 de novembro, uma sexta-feira, um seminário para discutir a reforma trabalhista e gostaria muito de contar com a presença de V. Ex^a, se a sua agenda permitir. Vamos ter lá também uma Mesa também sobre estratégias políticas em face da reforma trabalhista. Seria um prazer contar com a sua presença nesse evento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Faremos de tudo para estar presente.

O SR. CÁSSIO LUIS CASAGRANDE – Finalizo dizendo que não podemos perder a esperança, porque uma coisa é o direito tal como pensado pelo legislador e outra é o direito tal como vivido e aplicado pelos atores sociais, pelo Poder Judiciário. Vamos ver o que poderá ser feito dentro dessa realidade difícil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Procurador do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Cássio Luis Casagrande.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, o nosso convidado que nos deu a alegria de abrir os trabalhos com inúmeras informações, inclusive internacionais, vai fazer o encerramento. Eu convido o Dr. Sérgio Voltolini, Presidente da Confederação Ibero-Americana de Inspetores do Trabalho.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Mais uma vez, agradeço o convite.

Foi muito difícil chegar. Ontem, eu cheguei ao aeroporto, e estava fechado o embarque. Tive que brigar lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso foi coisa daqueles que fizeram a reforma trabalhista, não queriam que você viesse aqui, mas se quebraram, pois veio! (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Perto de meia-noite, cheguei a Brasília, e eles perderam minha mala. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foram eles! Foram eles! (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Com a ajuda de Carlos, pude estar aqui com outra roupa! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não apareceu a mala ainda?

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Não, eu não sei. A mala está perdida ainda. Eu acho que foi o Governo! (*Risos.*)

Mas estou contente em estar aqui. Agradeço, mais uma vez, o convite. Parabenizo o trabalho da Comissão. Cumprimento os companheiros da Mesa.

Deixo aqui duas reflexões. Uma é tratar de afastar a ideia de que o crescimento econômico só é possível mediante reformas que tiram direitos aos trabalhadores. Aqui, Marilane falava da Alemanha, um país que tem mais proteção social e está, sim, crescendo economicamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Meu país, o Uruguai, já tem 14 anos de crescimento do PIB, com maior proteção social. É o país da América Latina que tem um crescimento que é baixo, mas tem crescimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tem crescimento.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Em 14 anos seguidos, com crescimento do salário mínimo, aposentadorias. É possível crescer com justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Inclusive, aumentando o salário mínimo e as aposentadorias?

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – Sim, as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sou obrigado a dar uma salva de palmas, porque aqui, no Brasil, é tudo ao contrário. (*Palmas.*)

Quem está ouvindo aí sabe que se achata o salário dos aposentados.

O salário mínimo ele queria reduzir em R\$10, para se ter uma ideia.

O SR. SÉRGIO VOLTOLINI – A luta é na rua, como disse Carlos, a luta é na informação. Eu quero lembrar que foi lançado aqui um portal sobre trabalho escravo – Carlos falava isso aqui na semana anterior. Ali está a informação. Temos que lutar contra a mentira, contra a falsa informação.

O crescimento com justiça social é possível. É possível com maior presença da Auditoria Fiscal do Trabalho, maior número de auditores, não com esse corte da verba que estão sofrendo agora, com esse déficit de quase 5 mil auditores, 4,5 mil auditores. Chamando 1,2 mil vagas, ainda estariam 3 mil auditores abaixo do número ideal, que é o número da OIT.

Mas a mensagem é esta: a luta, a informação, e continuar a esperança, como disse Cássio, de que isso pode mudar e de que nesse estatuto é possível fazer a contrarreforma capitalista, como falou Carlos na semana passada.

Muito obrigado, meus nobres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Parabéns, viu? Parabéns, Dr. Sérgio Voltolini, Presidente da Confederação Iberoamericana de Inspetores do Trabalho. Apesar dos percalços, poderíamos dizer que o lado de lá deve ter... Eu ia dizer que fizeram alguma mandinga para você não chegar, e você chegou. Com mala ou sem mala, está aqui e fez um belo depoimento.

Muito obrigado, em nome de todo o povo brasileiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Permitam-me, antes dos encaminhamentos. Houve uma frase que eu ouvi aqui. Eu até tentei tomar nota da frase, que é de vocês da Mesa. Eu achei muito interessante e é com ela que vamos terminar. Foi, mais ou menos, isto – quem disse a frase deve saber –: a lei não traz a dignidade – foi, mais ou menos, isso –, mas a luta conquista a dignidade. Foi, mais ou menos, isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso. Então, vamos pegar. A lei não traz dignidade e não tira dignidade, mas a luta conquista dignidade. Muito bem.

Os encaminhamentos que a Secretaria nos colocou, se todos confirmam, são uma recomendação. Vamos ver se vai ser via eletrônica ou impressão em livro: compilar as palestras proferidas e dados apresentados nas audiências públicas da Subcomissão do Estatuto do Trabalho e torná-los acessíveis mediante publicação desta Comissão ao final de cada semestre. Eu achei interessante, porque, ao final de cada semestre, faz-se uma publicação e, dentro do possível, na página vamos colocando.

Segundo. Dar divulgação e tratamento adequado, no âmbito da CDH, às informações do Ministério do Trabalho trazidas pelo Senador Telmário Mota. Aí, podemos fazer uma parceria – não é, Carlos? – com vocês a respeito do trabalho escravo e do trabalho infantil. Eu sou, inclusive, Relator da matéria sobre o trabalho escravo. Até tinham inventado aqui, no Brasil, Dr. Sérgio, que o trabalho escravo tinha que ser regulamentado. Há uma PEC que proíbe o trabalho escravo. Eu peguei para relatar a tal da regulamentação.

E eu estava, casualmente, no dia em que fui informado, por pressão, inclusive, internacional... Eu me lembro de que foi um juiz que trouxeram, o Prêmio Nobel da Paz, o indiano, aquele. Aí fizeram um movimento. Foi o Presidente da Casa na época, e foi assegurada para mim a relatoria. Eu estava em Alagoas, terra, casualmente, de Zumbi – é lá que o Zumbi está enterrado –, e, quando eu soube da notícia, disse: meu relatório está pronto. O que vai constar? Art. 1º: trabalho escravo a gente não regulamenta, trabalho escravo a gente proíbe. Então, esse foi já o meu parecer. No dia em que recebi, eu tinha já a decisão tomada, e, de lá para cá, claro que não foi votado, porque se votassem eles iriam derrubar o meu relatório. E eu estou trabalhando para ver como é que a gente vai fazer.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas eu queria, então, finalmente, agradecer a todos. Eu estou muito entusiasmado com esse debate do estatuto do mundo do trabalho. Como alguém aqui disse, é uma política de resistência, não é? Eu espero que a gente consiga fazer esse debate em todo o País. Vocês serão os agentes que levarão esse debate, porque não dá para achar que a gente vai conseguir, digamos, ou o Presidente ou o Relator estar em todos os Estados, mas é possível, sim, que as Lideranças promovam o debate do Estatuto do Trabalho.

A nossa intenção é, no dia 1º de maio, ter a primeira versão – 1º de maio do ano que vem –, uma versão ainda para o debate. Mas que o movimento social possa, no dia 1º de maio, dizer: este é o Estatuto do Trabalho, que poderá ser aprimorado muito ainda. Aí me perguntavam lá em Caxias: "Sim, mas temos de aprovar isso ontem!" Eu disse para eles: "Com este Congresso aqui? Com este Congresso, vocês acham que vão aprovar?" Nós temos de construir, durante este ano, essa proposta e lapidá-la em tudo que for possível para que a gente possa vislumbrar que o Congresso eleito em 2018, um Congresso decente, e com um Presidente da República decente – estou me referindo à maioria, porque a maioria é indecente –, aprove e sancione esse projeto numa outra matriz de Nação, naquela ideia de um projeto de Nação também muito colocado por todos aqui.

Muito, muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública de hoje da Subcomissão do Estatuto do Trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e onze minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença da Senadora Regina Sousa. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 90/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre "Princípios da OIT e da Constituição para o trabalho". Participantes: Helder Amorim, Procurador do Trabalho; Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino Americana de Advogados Laboralistas - ALAL; Gabriela Neves Delgado, Professora na UnB; Delaíde Arantes, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho - TST; e Luis Carlos Moro, Advogado Trabalhista. O Senhor Presidente passa a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Francisco Urbano, Representante da Contag; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT/Nacional; e Edielson Souza Santos - Representante do CNQ. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/11>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 90, de 2017, desta Comissão, de nossa autoria e outros, para debater “Princípios da OIT e da Constituição para o trabalho”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, [link www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania), e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu já convido para a Mesa: o Dr. Helder Amorim, Procurador do Trabalho. Seja bem-vindo, Dr. Helder; e Maximiliano Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal).

Ficou de vir a Drª Gabriela, professora na UnB; Luís Carlos Moro, advogado trabalhista; e Delaíde Arantes. Por problemas de trânsito, estão vindo ainda.

Vou iniciar os nossos trabalhos – e não poderia ser diferente – falando sobre o que aconteceu mais uma vez com a nação indígena.

A manchete é esta: “Índios flecheiros morrem em massacre maior que o dos lanomâmis”. Tem uma foto aqui da área, feita pela Funai. São índios que viviam isolados nessa região, e houve um massacre.

Vamos ler a nota como uma forma de denunciar nesta Comissão mais esse crime feito contra a nação indígena, numa época em que o Presidente Temer resolve entregar parte da Amazônia para as mineradoras, caso que já foi denunciado não só no Brasil, mas no mundo todo. Ele deu uma recuada agora, fazendo outro decreto, dizendo que vai, por 180 dias, fazer uma discussão. O primeiro decreto que ele havia editado atingia inclusive a terra dos indígenas.

O Ministério Público Federal do Amazonas confirmou nessa sexta-feira, dia 8 passado, à Agência Amazônia Real, um dos dois massacres em investigação pela Polícia Federal contra índios isolados na terra indígena Vale do Javari, extremo oeste do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Amazonas. As mortes, por garimpeiros, dos índios conhecidos como "flecheiros" aconteceu no mês de agosto, no Rio Jandiatuba, afluente do Rio Solimões, no Município de São Paulo de Olivença, na fronteira com Peru e Colômbia.

A outra investigação é sobre a morte dos índios isolados Warikama Djarar, mas não confirmada ainda pelo Ministério Público Federal. O caso, que aconteceu também na TI Vale do Javari, entre os Rios Jutai e Jutaizinho, no mês de maio, foi denunciado por índios da etnia Kanamari. O suspeito de mandante seria um produtor agrícola, como publicou Amazônia Real nesta reportagem.

Para não prejudicar as investigações sobre as mortes dos índios "flecheiros", tanto o Ministério Público Federal quanto a Polícia Federal não informaram à reportagem dados importantes para o entendimento do caso, como: quantos índios efetivamente foram assassinados no ataque e por quais armas, além de quantos garimpeiros estão envolvidos no crime, que pode ser tipificado como genocídio contra uma etnia indígena. Mas objetos dos índios foram encontrados com garimpeiros por agentes federais. Em um áudio de celular, apreendido, a polícia encontrou relatos de garimpeiros sobre o massacre.

"Confirmamos que houve as mortes dos índios isolados e o MPF e a PF estão investigando", disse comunicado da assessoria de imprensa do MPF à reportagem da Amazônia Real.

Em entrevista, o Procurador da República Pablo Beltrand, autor do pedido de abertura de inquérito à Polícia Federal, disse que "algumas pessoas (garimpeiros) estão sendo ouvidas e há diligências em curso. Não temos como dar detalhes sobre elas, no atual momento, para não atrapalhar a investigação", afirmou.

A denúncia da morte dos índios isolados "flecheiros" por garimpeiros aconteceu no mês de agosto e foi realizada pela Coordenação Regional da Funai em Tabatinga. Índios ouvidos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pela reportagem disseram que o número de mortos ultrapassa 20 pessoas [20 índios assassinados ainda no mês de agosto e só veio à tona agora, no início de setembro].

Com a confirmação do massacre dos índios "flecheiros" pelo Ministério Público Federal do Amazonas, o caso passa a ser considerado a maior tragédia contra indígenas que vivem sem contato com a sociedade nacional da Amazônia brasileira após os assassinatos de 16 índios lanomâmi da aldeia Haximu, em Roraima, por garimpeiros que invadiram a reserva para exploração ilegal de ouro, em 1993. [De lá para cá, esse foi o maior; naquele foram 16 assassinados]. Na ocasião, a Funai demorou para confirmar o número de mortes do massacre, que teve repercussão internacional [como está tendo, agora, este].

Até o momento a Presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, não confirma [não consegue dar dados sobre] o massacre de índios isolados "flecheiros" na TI Vale do Javari. O Ministério da Justiça, que também foi procurado pela reportagem, não se pronunciou ainda. Também não há informação se o Exército brasileiro irá apoiar as investigações, que acontecem em uma região de difícil acesso. Só helicópteros podem pousar e decolar nessa região de floresta densa da Amazônia.

Como vemos, é mais uma denúncia da maior gravidade, de índios covardemente assassinados. Foram citados pela reportagem três casos; com mais este, seriam 20 índios chamados flecheiros, que viviam isolados nessa área da Amazônia e que foram assassinados. E, segundo informações que nos chegaram, inclusive corpos foram esquartejados.

Dr^a Gabriela, por favor. Nós já a tínhamos chamado para a Mesa.

Dr^a Gabriela Neves Delgado, professora da UnB, seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Nós queremos aqui, em nome da Comissão de Direitos Humanos, exigir a apuração dos fatos pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal. Que o Ministério da Justiça se pronuncie e que o Governo se pronuncie.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, até o momento, não disse nada; o Ministério da Justiça não disse nada. O fato é real. Os índios foram assassinados ainda no fim de agosto e somente agora, no dia 8, é que a notícia começou efetivamente a ser dada, informada ao mundo e ao Brasil.

Nós temos outro caso que me trouxeram aqui também de um casal de camponeses, Urbano. Você talvez até conheça o caso.

Casal de camponeses é assassinado em Mato Grosso.

Teresinha Rios Pedroza e seu companheiro, Aluísio da Silva Lara, foram assassinados a tiros no sítio em que moravam na cidade de Nossa Senhora do Livramento.

Os corpos foram encontrados nessa quinta-feira [dia] (7) por um dos filhos do casal, na região conhecida como Mata Cavalo.

Um vizinho dos agricultores que mora a cerca de 500m relatou aos policiais que ouviu disparos de arma de fogo no dia anterior.

Ao chegar à cena do crime, os policiais encontraram também diversos animais mortos.

Os assassinos mataram porcos e galinhas do casal. Outros animais, como vacas [por exemplo, e cavalo] desapareceram. Teresinha era a atual presidente da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Mato Grosso.

A liderança tinha 55 anos e era filiada ao PT.

Nas últimas eleições, foi candidata a vice-prefeita.

Em nota, o Governo do Mato Grosso repudiou os assassinatos.

Como vemos, a violência... Não sei se o Urbano quer comentar alguma coisa. O Urbano poderia agora, inclusive, antes de iniciarmos os nossos painéis sobre esse caso... Talvez você acompanhou mais de perto, mas matança de índio e agricultor parece que virou coisa comum, normal, e ninguém se choca. Matam 20 índios, assassinam um casal de líderes da área rural e, a não ser a Comissão de Direitos Humanos, há alguma notinha no canto de página de algum jornal.

Por favor, Urbano, que é líder da Contag.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FRANCISCO URBANO – Presidente e outros membros, agradeço a oportunidade.

Conheci pessoalmente a companheira. Era uma grande lutadora, uma companheira firme, determinada, com uma capacidade de articulação enorme como cidadã, e tinha uma inteligência impressionante. Há muito pouco tempo, ela esteve na reunião da Contag junto com as cooperativas da agricultura familiar. O marido dela eu não conheci. Eu a conheci efetivamente.

Como você disse, Senador, está virando uma brincadeira matar camponeses, matar lideranças, matar índios. Virou uma coisa comum...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quilombola também.

O SR. FRANCISCO URBANO – Quilombola.

Sem nenhuma reação... Por muito menos que isso, eu já vi reação muito maior neste País. Com o que está acontecendo com a nossa sociedade? Os próprios movimentos como um todo não conseguem, de imediato, ir lá, por exemplo, de forma organizada, criar mais um fato político e denunciar.

Eu não sei se... Realmente fica difícil de a gente compreender isso. Infelizmente eu não sou mais dirigente, eu sou só sindicalista de coração. Eu faço assessoria na Contag, aqui no Congresso, acompanhando os projetos.

A Contag tem tentado se mexer com isso, mas é preciso a base também lá. A base precisa criar uma reação para obrigar as suas lideranças a também tomar suas decisões. Se a liderança vizinha dos trabalhadores na vizinhança aceita isso pacificamente, porque a gente não consegue uma informação de qual foi a razão... Tudo leva a crer que é um crime da luta. Não é um crime de problemas. Ela não tinha problema nenhum com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não foi um assalto.

O SR. FRANCISCO URBANO – Não, não foi assalto. O assalto se deu depois levando os animais dela. O porco era mais difícil de levar, talvez a galinha, mas a vaca levaram muito fácil.

O Governador simplesmente se congratula com as pessoas e diz: "Não, ela era minha amiga. Eu gostava muito dela. Era uma amiga de tantos..." Você imagina como





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

era uma líder ativa de o próprio Governador dizer que tinha uma relação de amizade muito grande com ela, porque a conhecia das lutas. Então, ela era uma líder efetiva. Não era uma pessoa desconhecida. O assassinato dela tem a ver com a política mesmo que ela exercia.

A Diretoria da Contag está reunida agora para ver que medida toma do ponto de vista de mobilizar com a federação, com os sindicatos vizinhos para ver que medida pode ser tomada, tomando como base outros elementos do próprio Mato Grosso. Nós temos hoje... É assustadora a quantidade de assassinatos. Nesse caso dos índios, já vem sendo anunciado há tempos que esses índios que não são adestrados já estavam sendo perseguidos pelos garimpeiros, mas também ficou quieto. Agora há um assassinato brutal e você não tem uma reação. O Ministério da Justiça parece que virou um reconhecedor do assassinato porque era bom que matasse. É um pouco o que acontece com este Governo de hoje.

Eu acredito que nós vamos ter, em algum momento, uma reação da sociedade quanto a essa barbárie que está sendo feita ou no direito ou na vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Urbano.

Eu vou propor – as notícias estão chegando truncadas agora ainda – que a gente faça um minuto de silêncio, com palmas no final para a luta da nossa gente, dos índios, dos quilombolas, desse casal assassinado. A luta continua.

Eu estou que nem você, eu estou com a voz deste jeito. Eu viajo de segunda a segunda e sinto o povo meio desanimado, mesmo aqueles que sinceramente torciam pelo afastamento da Dilma, como aqueles que eram contra o afastamento, ambos estão desanimados. Aqueles que torciam chegaram à conclusão de que piorou muito mais em relação àquilo que era antes. Programas sociais estão desaparecendo, criminalizar movimento social virou agora moda.

Para se ter uma ideia, eu fui ao Grito da Terra, em Porto Alegre. De políticos que subiram ao palanque, só havia eu e o Presidente da Assembleia. Não estou dizendo que outros podiam estar fazendo outras agendas. Quando nós vimos, era em torno de um mil, 1,5 mil pessoas que estavam cercadas. O Grito da Terra normalmente faz o ato e depois sai em caminhada. Muitos trabalhadores rurais estavam cercados por cavalaria. Havia até tanque em volta. Nós ficamos numa praça totalmente cercada pelas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

forças da repressão, dizendo: "Daqui vocês não podem sair, só podem ficar aqui." Eu nunca vi isso, nunca vi nem na época da ditadura, sinceramente eu sou obrigado a dizer isso.

Eu disse que, na época da ditadura, saí de Canoas com três mil homens, entrei pela BR, entrei pela avenida principal, cheguei em frente ao palácio e havia em torno de 20 mil homens. Isso em plena ditadura, exigindo o fim da ditadura, a democracia, emprego, renda – e o povo passando fome. E não aconteceu nada. Nós ali com 1,5 mil pessoas não podíamos nos mexer dali. Não podíamos mesmo, tanto é que eu tive de ir para o Parque da Harmonia visitar depois as cabanas lá. Mas não houve caminhada, não houve nada.

É uma ditadura disfarçada, digamos; ou, como dizem – eu não gosto do termo porque é pejorativo pela cor –, uma ditadura branca; outros dizem ditadura preta. Nada disso. É uma ditadura disfarçada mesmo, que começou aqui com um golpe parlamentar, que não aceita reação nenhuma. E parte do nosso povo está imobilizado mesmo, como você falou.

Eu falava agora mesmo com o Presidente da Anfip: neste momento, mais do que nunca, nós devíamos estar mobilizados. Assuntos como esse que vamos tratar aqui hoje e a reforma da previdência... Porque eles ficam toda hora ameaçando também tirar os direitos dos aposentados e daqueles que sonham em se aposentar, quando deviam cobrar dos grandes devedores e não cobram. E ainda isto agora: por qualquer coisa, eles matam, e fica tudo por isso mesmo. E o tal de Presidente não é nem julgado pelo Supremo, com três processos crime, porque a Câmara não autoriza.

Isso criou uma paralisia praticamente nos movimentos, que têm que reagir. Eu estou apostando muito, Maximiliano, nesse evento lá de São Paulo, que vão fazer quinta-feira. Vai ser na assembleia, vamos fazer um evento da CPI da Previdência, em que a pedra de toque, como dizem, são os grandes devedores. É para discutir por que.... Segundo aquele Procurador de São Paulo, Paulo Penteado, ele diz que, se nós pegarmos um prazo de 20 anos e se tivessem cobrado corretamente, nós teríamos aproximadamente R\$7 trilhões. Ele me mandou um documento esse fim de semana e ele vai falar lá – não vou dar mais detalhes porque ele vai mostrar lá. Eu trabalhava sempre com R\$50 bi, em média, de superávit por ano, mas ele disse que não: se não tivessem dado o Refis, ou tantos Refis, dado anistia, retirado a contribuição do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

empregador – e não recolheram aquela parte que a Constituição manda, faturamento, lucro, PIS/Pasep, loteria, empregado–empregador, enfim, toda a operação de compra e venda que a gente faz – eu pelo menos quando eu comprei a minha casinha lá eu tive que pagar a previdência –, diz ele que se acumular tudo e fosse uma dívida real, dívida real que eu digo é o cálculo real que tivesse sido feito, daria em torno de R\$7 trilhões. Ele vai documentar lá em São Paulo e vai divulgar isso.

E não acontece nada. E eu pergunto para os procuradores da fazenda com quem estive aqui e eles dizem que parece que há um processo articulado de sabotagem para não haver a grande cobrança. Eles falaram isso, mas eles não usaram o termo sabotagem. Eles dizem que desestruturaram a capacidade de eles fazerem a cobrança dos grandes devedores.

O SR. FRANCISCO URBANO (*Fora do microfone.*) – Basta ver a reação disso com relação ao...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É, não avançam uma linha e só retiram, só retiram, só retiram, só retiram... Por isso que agora nós, nessa de São Paulo, vamos tentar fazer então uma atividade de peso lá e começar a mobilizar de novo em todo o País.

Vamos fazer um minuto de silêncio em respeito à luta... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... em Mato Grosso, e dos 20 índios assassinados também lá na Amazônia.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – As palmas para aqueles que continuam lutando, peleando, buscando, investigando, indo para cima; e que eles lá no alto estejam olhando, pois os estamos homenageando aqui.

Queria registrar a presença do Procurador do Trabalho, Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, da Secretaria de Relações Institucionais. Outros que quiserem a citação é só mandarem para a Mesa que a gente faz o registro.

Vamos começar pela lista que temos aqui. Então, iniciamos com o Dr. Helder Amorim, Procurador do Trabalho, para falar...

(*Intervenções fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pois não, meu amigo. Você foi contemplado para ser o primeiro.

O SR. HELDER AMORIM – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e também da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, da Comissão permanente, para elaboração do Estatuto do Trabalho; querida colega Gabriela Neves Delgado, amiga, professora; Maximiliano, que é o nosso companheiro também de reflexões sobre o mundo e o Direito do Trabalho; senhores presentes; senhoras presentes; é uma satisfação imensa.

O Ministério Público do Trabalho se faz presente então e agradece, Senador, o convite para dialogar e refletir sobre o tema relativo aos princípios da OIT e também relativo aos princípios constitucionais que devem orientar a elaboração de um Estatuto do Trabalho.

É a ideia de pensar o futuro num momento de crise, e é por isso que é desafiador, profundamente desafiador, no momento em que o Direito do Trabalho sofre, na história brasileira, seu mais pungente ataque. A reforma trabalhista certamente, veiculada por meio da Lei 13.467, representa um ataque profundo à matriz filosófica do Direito do Trabalho.

Não é nosso papel, neste momento, fazer a análise da reforma, mas, certamente, a posição do Ministério Público do Trabalho, veiculado por meio de suas notas técnicas, já deixa evidente a nossa discordância, profunda discordância com os princípios da reforma trabalhista, porque tem por objetivo certamente enfraquecer a matriz filosófica do Direito do Trabalho e, principalmente, enfraquecer a eficácia dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Estamos, portanto, diante de um grande desafio, que é pensar os direitos fundamentais sociais dos trabalhadores na perspectiva de futuro, de resistência e, principalmente, de afirmação num momento de profundo ataque. Pelo Ministério Público do Trabalho, eu digo com base nas premissas que temos firmado nas nossas discussões e nos documentos veiculados pelo Procurador-Geral do Trabalho, eu falo com absoluta tranquilidade, na linha de raciocínio, então, já desenvolvida pelos colegas do MPT, no sentido de que o grande desafio do Direito do Trabalho nos próximos tempos será retomar a sua matriz filosófica, portanto, o sentido de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

existência de um direito que se apartou historicamente de um ramo da ciência jurídica, que se desvencilhou do Direito Civil...

Eu faço uma pausa para que o Senador possa convidar a Ministra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com enorme satisfação, convidamos para a Mesa a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Dr^a Delaíde Arantes. Por favor, Ministra, seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Volto a palavra para o Dr. Helder Amorim, Procurador do Trabalho. Já na Mesa agora a Ministra Delaíde Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. HELDER AMORIM – Cumprimento a Ministra Delaíde.

Dando continuidade à nossa fala, Ministra, sobre a importância da reflexão sobre os princípios que norteiam os direitos fundamentais dos trabalhadores na Constituição de 1988, aos quais nós operadores do Direito, a legislação ordinária infraconstitucional deve absoluto respeito. Inspirado nesse sentimento, então, eu trago aqui algumas reflexões.

Os princípios, como eu disse, são o fundamento, o espírito dessa disciplina jurídica, o Direito do Trabalho, que nasce da necessidade de distinção, no conjunto do Direito, de um conjunto de medidas legislativas voltadas à proteção do trabalhador hipossuficiente, porque, historicamente, o Direito Civil se tornou insuficiente para regular essa específica relação de trabalho marcada pela desigualdade socioeconômica.

Veja, o Direito tem, a partir da concepção do Estado moderno, como sua grande ambição a afirmação da liberdade. Não é à toa que o art. 1º da Convenção dos Direitos do Homem e do Cidadão, que nasce da Revolução Francesa, tem lá em seu art. 1º a proclamação do direito à liberdade.

Todos os homens nascem e são livres em direitos. Já nascem livres e são livres por direito natural. Essa liberdade, traduzida nas relações de trabalho, se tornou impossível a partir de determinada quadra da história em que, na Revolução Industrial, a partir, principalmente, do processo de massificação das relações de trabalho, o homem trabalhador não conseguiu se afirmar nas relações individuais como empregador, porque lhe faltava a condição material, socioeconômica para negociar as condições do seu trabalho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A partir desse momento, vem a ideia de que essa liberdade entre o pobre e o rico, entre o fraco e o pobre, escraviza e somente a lei e o direito é capaz de garantir a efetiva liberdade. O Direito do Trabalho nasce dessa perspectiva de que era preciso romper com os princípios, ou, pelo menos, com o princípio da igualdade formal em que se fundam as relações de trabalho no âmbito civil e instituir uma nova ordem de princípios fundados na necessidade de proteção jurídica ao trabalhador, ao hipossuficiente, para que se restabeleça no plano jurídico a igualdade e a liberdade que, no plano fático, careciam.

É nesse sentido que o Direito do Trabalho nasce comprometido com a proteção do hipossuficiente. Na gênese do Direito do Trabalho há uma cláusula de proteção sem a qual esse ramo jurídico sequer se justifica.

E os princípios do Direito do Trabalho como disciplina jurídica autônoma estão todos fundados nessa noção da necessidade de proteção especial ao hipossuficiente como instrumento de afirmação da sua liberdade, principalmente porque, a partir da afirmação dos direitos sociais, econômicos e culturais como direitos humanos, a civilização ocidental passa a reconhecer que sem uma condição material mínima para o exercício de suas liberdades políticas individuais, não há possibilidade de se assegurar efetiva liberdade ao cidadão. Então, o Direito do Trabalho tem compromisso com a liberdade no plano fático e, portanto, no plano da execução das relações de trabalho.

Bem, o Direito do Trabalho, então, se desvencilhando do Direito Civil, se afirma com base em princípios que foram muito bem identificados pelo uruguaio doutrinador Americo Pla Rodriguez, que podemos rememorar rapidamente. Num determinado momento, no curso do início, meados do século XX, Senador, em que o Direito do Trabalho estava se afirmando a partir de princípios que tinham uma finalidade – aqui eu chamo a atenção, era um primeiro momento de descrição dos princípios do Direito do Trabalho –, eles tinham muito mais a finalidade de descrever o espírito das normas ordinárias protetivas do trabalhador do que mesmo se afirmar como normas jurídicas.

Naquele momento os princípios tinham uma finalidade muito particular. E quais eram essas finalidades dos princípios do Direito do Trabalho? Primeiro, uma finalidade inspiradora do legislador, o princípio de proteção e todos os outros subprincípios que dele se originavam tinham, então...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só para convocar para a Mesa já Luís Carlos Moro, advogado trabalhista, para ficar a nossa Mesa completa. Seja bem-vindo.

Pode continuar tranquilo.

O SR. HELDER AMORIM – Então, neste primeiro momento, Senador, os princípios tinham uma finalidade orientadora do legislador, uma finalidade também integradora da norma jurídica. Esse princípio de proteção orientava o aplicador do Direito, especialmente do Direito do Trabalho, nas situações em que não houvesse normas específicas disciplinando determinada situação ou determinada relação jurídica. Então, a legislação e a nossa CLT, inclusive, prevê, no art. 8º, que os princípios gerais de direito podem ser utilizados para integrar a norma jurídica, no sentido de colmatar determinadas lacunas do ordenamento jurídico trabalhista. Então, o sentido de proteção deve orientar o aplicador, inclusive quando não houver norma específica para determinadas situações.

Por fim, uma terceira função importantíssima é a função interpretativa. Ou seja, diante das várias possibilidades de que uma norma jurídica possa suscitar, o princípio tem a finalidade de orientar o aplicador, na norma jurídica, a adotar a posição, a solução jurídica que seja mais condizente com o princípio da proteção.

Como antes eu estava comentando, o doutrinador Américo Plá Rodriguez identificou princípios que, de certa forma, se cristalizaram...

(Soa a campainha.)

O SR. HELDER AMORIM – ...no Direito do Trabalho. Do princípio da proteção nasce o princípio do *in dubio pro operario*, situação em que, havendo dúvida sobre a norma aplicável ou sobre a situação jurídica a ser adotada, deve-se prestigiar aquela que proteja o trabalhador; o princípio da norma mais favorável, havendo variedade de normas aplicáveis à mesma situação, deve-se prestigiar a norma que favoreça a matriz filosófica do Direito do Trabalho, que é a proteção do trabalhador; também o princípio da condição mais benéfica, diante de situações concretas em que condições de trabalho sejam disciplinadas para uma mesma situação deve se prestigiar aquela condição mais benéfica; princípio como o da irrenunciabilidade dos direitos dos trabalhadores, fruto da premissa de que os direitos legais dos trabalhadores se fundam em normas imperativas, porque o Direito do Trabalho, para se afirmar do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ponto de vista principiológico, teve também que se construir sobre normas imperativas, que substituíam a vontade das partes pela vontade da lei, exatamente para afirmar a liberdade do trabalhador, que, individualmente, não tinha condição de negociar suas condições de trabalho num patamar mínimo de dignidade; o princípio da irrenunciabilidade dos direitos, ou, como diz o Ministro Godinho, com muita percuciência, o princípio da indisponibilidade dos direitos, um princípio que impede a renúncia unilateral de direitos pelo trabalhador, coagido pela pressão econômica própria da relação de desigualdade fática no trabalho, que impede o trabalhador de promover transações, acordos que lhe sejam prejudiciais, se esses acordos estiverem contaminados por vício de manifestação de vontade.

Princípio também importantíssimo é o princípio, que decorre da proteção, da continuidade, a premissa da continuidade do vínculo, porque a proteção do trabalhador pressupõe um vínculo com o empreendedor que seja estável no tempo e também integrador desse trabalhador à vida comunitária da empresa.

Premissa que é muito, muito importante para a construção do Direito do Trabalho, do trabalho livre, o Direito que disciplina o trabalho livre e que confere dignidade ao trabalhador, é também, Senador, o princípio da inseparabilidade entre a pessoa do trabalhador e o resultado do seu trabalho, porque nesse princípio reside outro fundamento que, desde a Declaração da Filadélfia, na constituição da OIT, deve orientar toda a construção do Direito do Trabalho: o princípio de que o trabalho não é mercadoria.

Foi exatamente para retirar o trabalho do mundo do comércio, como objeto do comércio, como coisa passível de comercialização que o Direito do Trabalho se aparta do Direito Civil, para conferir liberdade a um trabalhador hipossuficiente, conferindo-lhe direitos que são de plano irrenunciáveis, porque indispensáveis à proteção de sua dignidade.

Se trabalho não é mercadoria, o trabalhador deve ser inserido na empresa, no empreendimento, não como um objeto ou como uma coisa, mas deve ser inserido como pessoa, cuja dignidade deve ser protegida pela lei, pela legislação, pelo Direito, e, para isso, deve o empreendedor acolher esse trabalhador em sua dimensão humana.

Essa presença, portanto, do trabalhador deve ser minimamente estável no tempo e deve ser integradora no sentido comunitário de que a empresa deve ser o espaço





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

também de promoção das potencialidades desse sujeito que trabalha, que contribui para o crescimento da empresa, para a produção do lucro legítimo, o lucro como resultado da livre iniciativa, mas que deve ter, portanto, a sua dignidade preservada por meio de direitos que assegurem seu patamar mínimo econômico digno, portanto como sujeito de direitos.

Então, essas são as premissas sobre as quais o Direito do Trabalho foi construído e sem as quais não se pode pensar uma disciplina jurídica voltada a proteger a figura do trabalhador.

Esses são os elementos básicos, que estão agora, neste momento, em profundo risco diante da reforma trabalhista, porque não se trata de uma reforma simplesmente redutora de direitos.

(Soa a campanha.)

O SR. HELDER AMORIM – Trata-se de uma reforma que ameaça profundamente esse sentido filosófico do Direito do Trabalho. Por quê? Ela ameaça, essa reforma? Ameaça: a imperatividade dos direitos dos trabalhadores, tornando as normas ou pelo menos tentando tornar as normas trabalhistas normas negociáveis. Ela retira o trabalhador do espaço comunitário da empresa por meio das terceirizações e dos contratos flexíveis, ultraflexíveis, tratando e dispensando ao trabalhador um tratamento que coisifica o trabalho e que, portanto, descarta a sua importância como sujeito de direitos.

Essas ameaças é que conduzem a nossa profunda preocupação com o futuro não apenas do Direito do Trabalho como disciplina jurídica, mas com o futuro das relações de trabalho pautadas em critérios mínimos de humanidade, como destacado, como garantido pela Constituição de 1988.

Então, num primeiro momento, esses princípios eram muito mais descritivos de um modo de ser do Direito do Trabalho do que mesmo normas jurídicas vinculativas do comportamento humano. O que aconteceu, a partir da Constituição de 1988, foi que esses princípios foram alçados, elevados à condição de normas jurídicas.

E como isso ocorreu? Ocorreu que a Constituição de 1988 inaugura um processo que, desde as Constituições anteriores à de 1934, já se havia iniciado. As Constituições anteriores previram direitos dos trabalhadores no capítulo da ordem econômica ou da ordem econômica e social, mas somente a Constituição de 1988





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fundamentalizou o direito dos trabalhadores, trazendo esses direitos para o capítulo das garantias individuais e coletivas, dos direitos fundamentais.

Portanto, o direito dos trabalhadores, hoje previstos nos arts. 7º a 11 da Constituição, passaram, então, a ostentar *status* de direitos fundamentais e, portanto, como fundamentais, indispensáveis ao próprio Estado democrático de direito, premissas de existência do Estado democrático.

Pois bem, com isso, a Constituição eleva esses direitos à categoria, portanto, de balizas mínimas indispensáveis à manutenção da condição digna, material, de vida do homem que vive do trabalho, destituído de riquezas e que tem apenas o trabalho como seu sustento, como fonte de sua sobrevivência e de sua família.

E, na Constituição, nós encontramos todas aquelas diretrizes que orientaram a construção do Direito do Trabalho, a que me referi, todas aquelas diretrizes agora alçadas à condição de normas jurídicas.

Bem, aí início, falando do princípio da proteção do hipossuficiente. Esse princípio está expresso no art. 7º, inciso I, da Constituição, que trata como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais o direito à relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária.

Ao tratar de relação de emprego, a norma constitucional se apropria de um conceito que é um conceito-chave, é o conceito fundamental do Direito do Trabalho, porque é a partir da concepção da relação de emprego que o Direito do Trabalho constrói todo o seu edifício normativo, partindo do princípio de que essa relação se configura no mundo dos fatos, independentemente da vontade das partes, sempre que presentes determinados requisitos. E o fundamental qual deles é? A subordinação jurídica.

A subordinação jurídica é um elemento que está presente na configuração da relação de emprego em diversos países, reconhecido pelo Direito Internacional como um critério definidor de uma específica relação de trabalho, protegida pelas normas internacionais da OIT, protegida pelas normas de direitos humanos, inclusive, da ONU e pelas legislações nacionais.

Portanto, quando a Constituição se apropria de um conceito construído num longo processo histórico, inclusive um processo histórico internacional, já confere a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

esse conceito um conteúdo de sentido. Não é, portanto, uma noção aberta à manipulação grosseira do legislador infraconstitucional.

(Soa a campanha.)

O SR. HELDER AMORIM – É um conceito que está conformado historicamente e que, portanto, deve ser tomado pelo legislador infraconstitucional como um conteúdo de sentido predeterminado.

E parte esse conceito do princípio de que é necessário preservar as condições fáticas da relação de trabalho e prestigiá-las em detrimento das declarações de vontade das partes, porque a mera celebração de um instrumento formal não é suficiente para afastar a relação de emprego e, afastando, portanto, a relação de emprego, afastar todos os direitos que estão previstos na Constituição e nas leis.

Isso é matéria elementar, que nós aprendemos nos bancos da escola do Direito do Trabalho e que infelizmente temos que rememorar aqui, numa audiência pública, num momento de profunda ameaça aos elementos essenciais, eu diria, não só ao Direito do Trabalho, já disse, mas aos direitos fundamentais.

Veja em que momento, em que encruzilhada nos encontramos.

Então, uma legislação que se preste a preservar a constituição da República, no sentido de garantir eficácia aos direitos fundamentais dos trabalhadores deve primar por esses princípios, o princípio de que a relação de trabalho é uma relação entre desiguais, porque, se não fosse uma relação entre desiguais, não haveria necessidade de um art. 7º garantir direitos aos trabalhadores. Bastaria, então, reservar esses direitos, por exemplo, à regulação do Direito Civil.

Qual a necessidade de direitos dos trabalhadores previstos numa Constituição, se não fosse essa finalidade, a de preservar a igualdade das partes numa relação de desiguais, entre um hipossuficiente e um empreendedor econômico, por meio de normas interventivas, inclusive...

(Soa a campanha.)

O SR. HELDER AMORIM – ...na sua autonomia de vontade.

Portanto, esse é um elemento que a reforma trabalhista ameaça profundamente, quando tenta instituir a prevalência das negociações, inclusive individuais, como instrumento de derrogação de direitos fundamentais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estamos diante de ameaça do legislador ordinário, que está subvertendo a ordem hierárquica das normas na reconhecida pirâmide normativa kelseniana, em que a Constituição figura no ápice como fonte de validade das normas jurídicas.

Estamos diante de um momento de uma encruzilhada, Senador, difícilíssima, porque a interpretação dessas normas, que certamente se dará pela Justiça do Trabalho, quando houver de fazê-la, pelos atores sociais e pelo Supremo Tribunal Federal, se não for feita com absoluto rigor e com absoluta fidelidade a essa matriz filosófica dos direitos fundamentais, poderá certamente subverter todos os elementos principiológicos que justificaram, iluminaram o legislador constituinte de 1988. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Mutila a própria Constituição. Muito bem.

O SR. HELDER AMORIM – Mutila a Constituição profundamente, porque não se trata, então, de uma reforma que ameaça a redução de direitos, mas de uma reforma que pode, sim, ser exterminadora dos direitos

pode, sim, ser exterminadora dos direitos fundamentais dos trabalhadores e que não são direitos que foram alçados como uma concessão do Estado, mas que são direitos que foram conquistados num longo processo histórico de afirmação dos direitos dos trabalhadores, inclusive um processo de afirmação dos direitos coletivos. É sobre isso que o Ministério Público do Trabalho tem falado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELDER AMORIM – ...em todas as oportunidades.

Fale-me do tempo, por favor, Senador, para finalizar.

Em todas as oportunidades em que podemos falar a respeito do tema, nós temos dito que basta nós olharmos para 1988; a inspiração do legislador constituinte; as normas constitucionais que garantem os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, art. 1º, inciso IV; a dignidade da pessoa humana como uma matriz axiológica, valorativa de toda a construção constitucional, art. 1º; os objetivos da República Federativa do Brasil, que instituem um princípio de justiça social, finalidades de erradicar a pobreza, a marginalização, de reduzir as desigualdades sociais; o princípio da valorização do trabalho como base da ordem econômica; a busca do pleno emprego, no inciso VIII do art. 170 da Constituição; o primado do trabalho como base





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de uma ordem social justa. São princípios que orientam, portanto, a interpretação dos direitos fundamentais dos trabalhadores e que, a partir da Constituição de 1988 e movidos por um processo de afirmação dos princípios como normas jurídicas, o que acontece também na segunda metade do século XX, como uma, digamos, guinada doutrinária hermenêutica no sentido da afirmação dos princípios jurídicos como normas, trazem-nos a certeza de que a Constituição Federal de 1988, Senador, foi, sim, concebida como uma trincheira de resistência à vontade do legislador ordinário e das maiorias que são democráticas, mas uma trincheira de resistência à superflexibilização ou desregulação dos direitos sociais.

Então, o que desejamos – e o Ministério Público do Trabalho se coloca hoje como um instrumento de afirmação desses direitos e de luta pela afirmação desses direitos – é que o novo estatuto...

(Soa a campainha.)

O SR. HELDER AMORIM – ...que aqui se sonha seja, sim, instrumento de resgate desses princípios e de afirmação da nossa Constituição cidadã.

Eu agradeço profundamente e me ponho à disposição para esse debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Procurador do Trabalho Dr. Helder Amorim, meus cumprimentos pela bela exposição.

Passamos agora para a Professora da UnB, Dr^a Gabriela Neves Delgado.

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Senador Paulo Paim pelo convite. Obrigada, Senador, pela oportunidade de dialogar neste momento. Estendo os cumprimentos aos demais presentes.

Sem mais delongas, eu já queria dar início à avaliação do que foi esse trajeto, no Direito do Trabalho, de construção de um sistema de Direito do Trabalho que protege o sujeito trabalhador a partir do vetor, do valor fonte da dignidade do ser humano. É claro que esse trajeto de institucionalização de um sistema constitucional de proteção ao trabalho humano foi permeado, na história brasileira, por fluxos e refluxos de proteção ao trabalho.

Então, nesse sentido, nós podemos aqui rememorar, para não nos alongarmos e caminharmos para uma busca de uma memória mais antiga da construção do Direito





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do Trabalho, e devemos aqui partir da Constituição Federal de 1988, que institucionaliza, inclusive sob o ponto de vista topográfico, todo um sistema de proteção ao sujeito trabalhador a partir de uma complexidade principiológica absolutamente distinta daquela que se pôs nas Constituições anteriores.

Antes de nós adentrarmos na análise específica da Constituição de 1988 e do sistema internacional de direitos humanos trabalhistas, eu queria aqui destacar os reflexos que o Brasil sofreu no pós-1988 e qual é o papel nosso, como estudiosos e juristas do Direito do Trabalho, para promover uma recuperação desse mapa cognitivo do Direito do Trabalho, que, como dito aqui pelo Procurador Helder Amorim, é um mapa cognitivo fundado na dignidade da pessoa humana.

Lembro também que a positivação da norma não finaliza o processo de afirmação da norma. Se direito é luta e organização, a partir desse refluxo intenso e jamais visto na realidade brasileira, que foi a positivação da reforma trabalhista, dada pela Lei 13.467, de 2017, nós precisamos retomar e repensar como estabelecer novamente essa referência cognitiva do Direito do Trabalho, essa retomada da matriz principiológica e filosófica do Direito do Trabalho.

É interessante observar que, nos anos de 1990, nós tivemos, no Brasil, uma absorção do pensamento neoliberal, com políticas de flexibilização de direitos e de desregulamentação dos direitos sociais. A Constituição de 1988, diga-se de passagem, quando estabeleceu hipóteses flexibilizatórias, estabeleceu hipóteses flexibilizatórias pontuais, taxativas em três situações específicas, quais sejam redução do salário por instrumento coletivo negociado, incremento da jornada de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento de seis para oito horas por instrumento coletivo negociado e a possibilidade do sistema de compensação, mas especificamente do banco de horas, por instrumento coletivo negociado.

Essa possibilidade flexibilizatória, portanto, na perspectiva constitucional brasileira, foi dada a partir da utilização dos instrumentos coletivos negociados em respeito ao princípio da adequação setorial negociada, o que significa que direitos de indisponibilidade absoluta não podem ser flexibilizados e que o parâmetro internacional de proteção aos direitos humanos, da progressividade social e da vedação do retrocesso são pilares para a instrumentalização dos instrumentos coletivos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos anos de 2013 e 2014, nós tivemos uma retomada da generalização do Direito do Trabalho na economia e na sociedade, momento de efervescência dos princípios constitucionais de proteção ao trabalho, momento de maior inclusão social protegida dos sujeitos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro, mas novamente nós tivemos um momento de refluxo nesse sistema de proteção social, sobretudo nos anos de 2015 e 2016, com a afirmação do golpe institucional parlamentar, com a PEC 55, que consolida esse padrão neoliberal no Estado brasileiro finalmente com a reforma trabalhista.

A reforma trabalhista foi construída a partir de uma figura de institucionalização dos mitos da modernização do Direito do Trabalho e do trabalho no Brasil como se a retomada de uma política de afirmação desproporcional da autonomia da vontade nos contratos individuais pudesse garantir uma posição de maior proteção ao sujeito trabalhador – grande falácia.

Na realidade, o que se estabelece com a reforma trabalhista é uma retomada da realidade jurídica dantesca da Primeira República brasileira, porque nós institucionalizamos uma servidão voluntária nos espaços dos contratos individuais de trabalho e também das negociações coletivas trabalhistas.

Eu sei que este não é o objetivo da fala, mas nós precisamos retomar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas é, sim.

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – Então, ótimo, vou seguir adiante.

Nós precisamos, de toda sorte, retomar, diagnosticar esse período de refluxo para pensar quais são os caminhos de retomada desse mapa cognitivo de proteção do Direito do Trabalho. E, se o direito e o Direito do Trabalho devem ser compreendidos como espaços de luta e de organização, esses espaços de luta e de organização foram colocados, na realidade fática, através de alguns movimentos importantes que se estabeleceram nesse contexto de adversidade. Então, nós podemos aqui lembrar, por exemplo, a carta dos ministros do TST em homenagem à Ministra Delaíde, que é subscritora da carta, que foi uma carta que se posicionou de uma forma muito veemente, um mês após a aprovação da lei da reforma, no sentido de dizer dos riscos de...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Dezesete ministros.

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – Isso, 17 dos 27 ministros se posicionaram no sentido de demonstrar os riscos de absorção dessa reforma trabalhista que estabelece uma figura novamente de um capitalismo sem peias na realidade brasileira.

Na mesma linha de mobilização social, nós podemos fazer aqui uma referência importante à posição do Senador Paulo Paim, que, desde a discussão da terceirização trabalhista e dos riscos de uma construção desregulada de um sistema de terceirização trabalhista no Brasil, vem estabelecendo audiências públicas permanentes Brasil afora, com a participação do Max, para discutir quais devem ser os controles civilizatórios à terceirização trabalhista. Na mesma linha, as associações de classe, a ANPT, a Anamatra e a academia, que também se mobilizam em torno dessa retomada de um sistema de proteção concertado em torno do Direito do Trabalho.

Então, esse é o cenário no qual nós nos incluímos hoje, um cenário de refluxo no sistema de proteção ao trabalho. E aí a pergunta vem: como retomar a matriz filosófica do Direito do Trabalho e esse mapa cognitivo do Direito do Trabalho, que tem como referência o hipossuficiente, a partir de uma compreensão de direito fundamental ao trabalho digno? Quais seriam, portanto, as telas de proteção social do Direito do Trabalho que devem ser absorvidas pelo estatuto do trabalhador, pelo Estatuto do Trabalho?

Essas telas de proteção social estão afirmadas na Constituição de 1988 e no sistema internacional de proteção aos direitos humanos trabalhistas.

A Constituição de 1988, inclusive topograficamente, como já disse o Procurador Helder, estabelece uma mudança, um giro hermenêutico no sistema de proteção à pessoa, porque estabelece, nos dois primeiros títulos, proteções fundamentais à pessoa que vive do trabalho, elegendo uma série de direitos fundamentais que anteriormente eram estabelecidos nos textos constitucionais somente depois da distribuição de competências pelos Estado, União, Distrito Federal e Municípios.

Então, na realidade, a Constituição de 1988 coloca a pessoa humana no centro convergente da sua produção normativa. Os pilares da matriz constitucional, estrutural da Constituição de 1988 vão além, porque a Constituição de 1988 arquiteta um Estado constitucional fundado no paradigma do Estado democrático de direito – lembrando





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que são características do Estado democrático de direito a consagração da matriz principiológica dessa nova Constituição; a institucionalização da natureza normativa dos princípios, que deixam de ser vistos como uma mera função programática não vinculante – então os princípios são normas postas que podem direcionar inclusive as decisões judiciais em casos concretos –; a estruturação de um rol de princípios humanísticos e sociais imperativos como reflexo após a Segunda Guerra Mundial, que vai exatamente aperfeiçoar essa figura de um Estado constitucional contemporâneo de matriz democrática de direito; e um aprofundamento e sofisticação dos mecanismos democráticos da sociedade política e civil.

Essa condensação fica muito bem visualiza com a concepção constitucional dos direitos fundamentais e com os instrumentos, os diversos instrumentos civilizatórios, que são postos pela Constituição de 1988. Nessa arquitetura principiológica da Constituição de 1988, nós podemos destacar, entre um rol extenso de princípios, alguns princípios que, sob o nosso ponto de vista, são fundamentais para a manutenção dessa carga cognitiva do Direito do Trabalho. Quais seriam eles? Primeiramente, o princípio da dignidade da pessoa humana. Quando nós falamos em princípio da dignidade da pessoa humana na perspectiva da afirmação do direito fundamental ao trabalho digno, isso significa assegurar para o sujeito trabalhador, na prática das relações de trabalho protegidas, todo o rol de direitos fundamentais elencados na Constituição – lembrando aqui, diga-se de passagem, que a Constituição de 1988, quando estabelece direitos fundamentais, se apresenta como uma Carta constitucional aberta porque ela permite, no decorrer do tempo histórico, a absorção de novos direitos fundamentais que não estão ali expressamente positivados.

Então isso significa que um trabalho será digno quando ele puder absorver, na prática do exercício da oferta da força de trabalho, a proteção aos direitos fundamentais. E esses direitos fundamentais estão previstos em três grandes eixos de sustentação: o eixo internacional, com sistema internacional dos direitos humanos – então aqui nós podemos destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que transformou os direitos humanos num tema global e universal; nós podemos destacar nesse eixo internacional a OIT em seu papel de vanguarda, que vai desde a sua constituição em 1919 até o ano presente, 2017; e aí uma série de diplomas afirmadores desta dignidade, como por exemplo a Declaração de Filadélfia, de 1944,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que vai estabelecer algumas referências importantíssimas que estão projetadas no texto da Constituição de 1988, como por exemplo: que o trabalho não é uma mercadoria. Então, todo trabalho humano deve ser protegido; a Constituição deve rejeitar mecanismos de trabalho que flexibilizem o sujeito trabalhador, que o insiram em condição análoga de escravo ou que rejeitem o outro – porque o que se estabelece no momento presente, sob o ponto de vista da psicanálise, é uma construção de um movimento de doença psíquica, porque é exatamente a rejeição do outro. Vamos lembrar que a rejeição do outro é uma das características imanentes dos psicopatas: eles desconhecem o outro sem nenhum constrangimento, rejeitam a figura do outro. Se a Constituição de 1988 colocou o sujeito no centro convergente, agora a gente rejeita outro, num sistema neoliberal de desregulamentação completa de direitos trabalhistas.

Mas, voltando aos sistemas de proteção, na perspectiva internacional nós temos a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a OIT, com a Declaração de Filadélfia, e com a Declaração sobre os Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho de 1998, que estabeleceu quatro referências de direitos humanos que, segundo corrente majoritária...

(Soa a campanha.)

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – ... não precisam ser ratificados pelos Estados-membros para serem incorporados aos Estados que são signatários da OIT.

Qual é essa referência? Proibição de trabalho infantil, proibição de trabalho escravo, proibição de políticas e dinâmicas discriminatórias, e a liberdade de expressão *lato sensu*. *(Palmas.)*

Esse eixo internacional é o eixo que vai assegurar a afirmação do direito fundamental ao trabalho digno.

Na perspectiva do eixo constitucional, nós temos a afirmação do direito fundamental ao trabalho digno pelo rol dos artigos constitucionais trabalhistas – basicamente: do art. 7º ao art. 11, lembrando aqui, o que já foi ressaltado, que essa Carta constitucional deve ser considerada um texto aberto, diferido no tempo.

E na perspectiva infraconstitucional, qualquer diploma infraconstitucional – no caso brasileiro, ainda é a CLT – que estabeleça direitos de indisponibilidade absoluta, que são direitos que vão assegurar o patamar civilizatório mínimo de proteção ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho, como, por exemplo: direito à identificação profissional, com a assinatura da Carteira de Trabalho, que vai assegurar para o trabalhador, como um efeito consequencial, a inserção no sistema previdenciário protegido; direito à utilização de equipamentos de proteção individual em...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eles querem revogar até a NR 11, por isso... (*Palmas.*)

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – Verdade.

Senador, a reforma trabalhista é tão absurda na perspectiva dos direitos à saúde e à segurança que, por instrumento coletivo negociado, é possível aferir-se o grau de insalubridade e definir-se o grau de insalubre das relações de trabalho. Vamos lembrar aqui que grau de insalubridade – seja baixo, médio, alto – depende de técnica. Isso é uma ciência, porque afronta a condição de saúde, não pode ser vista intuitivamente ou em espaços de negociação. Nós, do Direito, não temos condição técnica de aferir se a afronta à fisiologia do trabalhador ela é máxima, média ou mínima; isso depende de perícia, isso depende de formação técnica, que é exatamente o espaço da interdisciplinaridade atingindo positivamente o Direito. Por isso a importância das portarias, das perícias, que subsidiam os intérpretes do Direito nos espaços decisórios.

Voltando à questão principiológica do Direito do Trabalho, nós vimos aqui que a principal afirmação dessa arquitetura principiológica é o princípio da dignidade da pessoa humana. Outro princípio que precisa ser sempre reafirmado é o princípio dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Notem que a Constituição da República de 1988 identifica a livre iniciativa como um valor social, o que significa que o texto literal é: valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Isso significa dizer que a dinâmica do exercício da livre iniciativa deve se dar em respeito e em harmonia ao valor social do trabalho. Isso é uma referência importante para se evitar práticas flexibilizatórias e precarizadoras de direito.

Outros princípios importantes que devem estar presentes em qualquer arquitetura de principiológica de proteção ao trabalho são: princípio da inviolabilidade do direito à vida; princípio da justiça social; princípio da não discriminação; princípio da igualdade em sentido material, que foi exatamente a fala que me antecedeu; e princípio da vedação do retrocesso, que é uma inspiração que parte dos direitos humanos trabalhistas e que está presente de uma forma inequívoca no art. 7º, *caput*,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Constituição Federal quando o art. 7º, *caput*, da Constituição Federal elege como vetor o princípio da norma mais favorável sob a orientação dos princípios da vedação do retrocesso e da progressividade social, porque o art. 7º, *caput*, da Constituição da República prescreve que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais – além de outros que visem à melhoria.

(Soa a campainha.)

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – Esta palavra "melhoria" indica qual é o sentido de produção dos instrumentos coletivos negociados. Instrumentos coletivos negociados não podem estabelecer espaços permanentes de flexibilização trabalhista. E, se o fizerem, é necessário que haja cláusula compensatória.

Tudo isso foi rejeitado pela lei da reforma trabalhista...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Muito bem!

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – ... seja porque a lei da reforma trabalhista estabelece possibilidade de ruptura de direitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu disse muito bem, mas eu digo é: "Muito mal!"

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – "Muito bem" é para a exposição, que deixa claro o que acontece. Mas fizeram tudo que há mal que a gente possa imaginar.

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – É incrível o que os instrumentos coletivos negociados... É incrível a possibilidade dada pelos instrumentos coletivos negociados com a Lei 13.467, de 2017, a possibilidade de ruptura de direitos de indisponibilidade absoluta sem qualquer margem para se estabelecer um padrão civilizatório que agregue direitos num sistema de compensação, pensando na possibilidade que os instrumentos coletivos negociados têm de estabelecer cláusulas compensatórias.

Bem, eu queria me ater, neste momento...

Acho que ainda tenho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Dois minutos.

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – ... no sistema... *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bem, o desafio, a pergunta que nos é colocada ao trabalhar exatamente os princípios da OIT e da Constituição para o trabalho é: quais são as telas de proteção social ao trabalho que devem vigorar no tempo presente para que os fluxos de proteção ao trabalho humano sejam retomados? Como nós podemos, sob o ponto de vista interpretativo e político, reconstruir o sistema constitucional de proteção aos direitos humanos trabalhistas e aos direitos constitucionais trabalhistas? Como permitir que a positivação da norma jurídica siga no processo de afirmação da norma jurídica, nesse sistema de proteção aos direitos humanos?

Eu não tenho dúvida de que o único caminho, Senador, é considerar a base política do Direito do Trabalho. Qual é a base de afirmação constitutiva/política do Direito do Trabalho? O Direito do Trabalho é luta e organização social. Este é o caminho. (*Palmas.*)

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – Então, nós precisamos seguir conscientes de que o caminho é um caminho de luta, mas luta organizada, luta consciente. Por isso, a importância de espaços qualificados como esses para que nós possamos, a todo tempo, reafirmar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIELA NEVES DELGADO – ... as bases cognitivas protetivas do Direito do Trabalho que estão consolidadas no texto constitucional e é a partir das lentes do texto constitucional que nós devemos partir para pensar em qualquer produção legislativa em torno do trabalho humano.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Gabriela Neves Delgado, Professora da UnB.

Os painelistas estão dando aqui uma aula tão importante de conhecimentos sobre esse tema que o normal é dar dez minutos, mas estou dando 25 para cada um porque não tenho coragem de cortar nem um, nem outro pela importância do tema e um tema que aprovaram do dia para a noite assim sem nenhum tipo de debate qualificado como este nosso.

Entre a reunião do grupo em que estão reunidos juízes, advogados, procuradores, promotores deve ser a sexta, já? A quinta? Não. Quantas reuniões já tivemos entre o grande grupo e audiências públicas? Seis. Estamos na sexta reunião





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

semelhante a esta e, quanto a gente ouve, mais tem que ouvir ainda. É impressionante e eu me sinto contemplado com ambos porque eu fui Constituinte e essa preocupação que vocês colocaram aqui foi exatamente dos Constituintes. Eu estava até numa emissora – como estou viajando muito ao Rio Grande do Sul porque já fui a todos os Estados e, de vez em quando, temos que olhar para a base – daí uma rádio, quando eu falava, me dizia o seguinte: "não, tudo bem, Paim, você está elogiando, elogiando a Constituição, tal e tal, mas vocês não assinaram a Constituição" e foi um graduado que disse, não foi um menino, foi um senhor. Eu disse: "Grande engano. [Eu estava no debate]. Leia a Constituição lá na última página e veja se não está lá o Senador Paulo Paim. E caso se tu fores a Canoas, no meu escritório, vais encontrar, na minha sala, uma foto bem grande: eu assinando a Constituição com meu filho junto, esse filho que hoje está com quase 40 anos.

Ele, moleque, foi a única vez que veio a Brasília, para me ver assinar." Então, nós assinamos, sim, a Constituição.

Nós todos assinamos, não houve ninguém que não assinou. Todos os Constituintes assinaram, ninguém se negou a assinar. O que houve foram votos contra, numa série de pontos, porque queríamos muito mais. Votos contra houve. Agora, assinar, assinamos. Assinamos porque reconhecemos que, assim mesmo, foi um avanço para a época. Só vocês falando tanto aqui que o eixo deste debate é o da Constituição já dá uma luz de que estávamos no caminho certo lá trás e o retrocesso que foi essa votação.

Eu confesso que aquele dia eu disse da tribuna que um pedaço de mim morreu ali junto mesmo porque rasgaram a Constituição, rasgaram a CLT e eu perguntava para os Senadores e Deputados que estavam ali assistindo também: "Não, mas o Temer vai vetar, vai vetar, vai vetar uma série de artigos." Não vetou um artigozinho, sancionou na íntegra absurdos que há ali como os senhores e senhoras estão relatando aqui.

Maximiliano Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, ALAL. O Dr. Maximiliano é Advogado e viajou conosco por quase todos os Estados naquele debate – já fomos aos 27 Estados – sobre terceirização, democracia, negociado sobre o legislativo. Estávamos prevendo que ia acontecer o que eles fizeram infelizmente.

É com você e terá os mesmos 25 minutos dos outros.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador.

Cumprimento o Senador que eu já conhecia há alguns anos, mas nos últimos dois, três anos tive o prazer de conhecer mais a fundo e minha admiração só cresceu pelo seu destemor de realizar audiências públicas em todo o Brasil a custo inclusive de sua saúde. Estou contente que o senhor esteja revigorado e, em seu nome, cumprimento todos os Senadores e Senadoras da CDH, cumprimento a Ministra Delaíde em nome de quem cumprimento todas as mulheres que lutam por um Brasil mais justo e contra esses retrocessos todos, cumprimento meus queridos amigos Helder e Gabriela, por quem tenho muita admiração de várias lutas que fizemos em comum.

Na pessoa da companheira Graça, eu cumprimento todos os sindicalistas que têm resistido... (*Palmas.*)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... a todo esse grotesco estado de coisas que nós vivemos. Mas como nós vamos tratar hoje da reforma trabalhista à luz...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Eu vou te dar mais cinco.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Ótimo.
Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Para não achar que eu só dei dez para ele. Eu dei 20 e, depois, mais cinco. E, ao final, dou mais cinco.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador.

E, como nós vamos analisar a reforma trabalhista à luz das normas internacionais, eu quero fazer um comentário inicial que eu já havia feito na Câmara dos Deputados, na comissão de reforma trabalhista: essa reforma veio assinada – veio um projeto do Executivo – por alguém que ocupa ilegalmente a Presidência da República, fruto de um golpe indigno, Parlamentar, midiático, empresarial. Portanto, vou começar aqui com uma norma internacional que se aplica exatamente à reforma trabalhista que foi feita de maneira ilegítima que é o art. 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, item 3:

A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Nós não temos uma democracia no Brasil e a reforma trabalhista foi assinada por alguém que compõem um Governo ilegítimo e corrupto e que precisa ser retirado de imediato junto com a reforma trabalhista. Por isso, que acho que as normas internacionais exigem que o Brasil retome a democracia, que tenhamos eleições diretas em breve e... (*Palmas.*)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... um referendo, um plebiscito a fim de revogar as excrescências todas que foram feitas inclusive a reforma trabalhista.

Nós não podemos considerar que isso é algo que pode ser naturalizado, tanto esse regime ilegítimo que temos, quanto as normas que foram produzidas nesse período e é fundamental que a reforma trabalhista volte para onde ela nunca deveria ter saído, que é o lixo da história, fruto de uma série de Deputados e Senadores, objeto de denúncia pelo Procurador-Geral da República.

Quando eu fiz a exposição na Câmara dos Deputados, foi feito amplo levantamento cruzando as empresas cujos donos eram os Deputados da comissão de reforma trabalhista e nós conseguimos verificar uma série de violações reiteradas aos direitos trabalhistas inclusive casos de trabalho escravo. Eu pude mencionar inclusive o nome das empresas na Câmara dos Deputados e fui agredido por vários Deputados.

Agradeço à Deputada Benedita da Silva, do PT e ao Deputado Daniel Almeida, do PCdoB que entrevistaram e garantiram que eu fizesse a minha exposição de maneira íntegra, mas, ao contrário desta CDH que debate democraticamente, o que houve na Câmara dos Deputados foi só uma pantomima, só um simulacro de debate. E aí há mais uma inconveniência, já entrando para o tema específico, da reforma trabalhista que é a Convenção 144 que define que qualquer norma que um país adote que venha a violar convenções da OIT ou impactá-las devem ser objeto de amplo debate tripartite. Isso não houve, o que houve foi uma tramitação acelerada com violações inclusive do devido processo legislativo, objeto já de mandado de segurança que foi impetrado por Deputados ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Reforçando aqui: nós vamos chamar também os representantes dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

empresários para ouvi-los, o que eles não fizeram lá, porque o relatório final foi feito só pelos empregadores e, todos nós sabemos, na sede da CNI aqui em Brasília.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Sim. É outro episódio lamentável. E lembrar que falo aqui em nome da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, que já fechou posição em relação à reforma trabalhista, diante todas as suas inconstitucionalidades e violações a normas internacionais.

Na verdade, não vou mais entrar nas minúcias dos dispositivos constitucionais violados, nas normas internacionais porque eu estou completamente contemplado e concordo integralmente com a brilhante exposição que foi pelos meus colegas Helder e Gabriela. Vou tentar tratar de alguns outros pontos.

Então, pediria para o companheiro Cleriston, se puder colocar uma charge na tela que eu acho que vai ilustrar a minha exposição: o que foi feito pela reforma trabalhista e as consequências dela, que é nefasta, a meu ver, não só aos trabalhadores, obviamente, mas também a toda a sociedade e também aos empresários.

Se puder fazer a gentileza de colocar a charge. E o que faz a reforma?

Ela viola dispositivos constitucionais que têm impacto além da vida do trabalhador, que é a dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho e a própria posição do Brasil no mundo. O que a reforma trabalhista quer fazer é tornar o Brasil um país subalterno à Divisão Internacional do Trabalho. E fazer com que nós tenhamos apenas migalhas do capitalismo.

Eu não vou ler as primeiras duas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Pode ler.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – "Puxa vida, cara! O mundo acabou!". "Mas foi lindo, não? Por um breve período tivemos lucros astronômicos." – isso sintetiza a reforma trabalhista: tentar fazer uma economiazinha de curto prazo, poupar alguns centavos retirando direitos, diminuindo os salários, aumentando o adoecimento, colocando a mais-valia em padrões inimagináveis, mas ao custo de destruir a capacidade produtiva brasileira, de tentar fazer um tipo de organização do mundo do trabalho que inviabiliza a produção de alto valor agregado, que inviabiliza que o Brasil concorra na produção de bens de consumo, de alta tecnologia. Porque é impossível você conseguir gerar um parque produtivo competitivo organizando a mão de obra





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dessa maneira: com trabalhadores que ficam completamente à mercê do capitalismo, dos empresários mais retrógrados, pessoas que vão ficar três meses trabalhando numa terceirizada, depois vão ficar alguns meses desempregadas, depois vão ser pejetizadas, depois vão ser quarteirizadas, depois vão ser autônomas, sem nenhum tipo de trajetória de vida que possa ser feita com um mínimo de previsibilidade, e também destruindo a capacidade de aumento da produtividade, de capacitação dos trabalhadores brasileiros – que é uma reclamação hipócrita dos empresários: que os trabalhadores brasileiros não têm a devida qualificação, e querem organizar o sistema produtivo brasileiro dessa maneira, dessa maneira caótica.

Então, é a lógica mais mesquinha do curto prazo, e de empresários que nem para ganhar dinheiro sabem. Por quê? Porque essa reforma trabalhista reduz o Brasil a uma mera colônia de produção agrícola ou de bens que demandam baixa tecnologia. Então, é uma decisão de um governo entreguista que quer abdicar de qualquer capacidade de o Brasil ocupar um cenário relevante do ponto de vista internacional, inclusive do ponto de vista de disputa de mercados, que é o que governos anteriores conseguiram avançar em relação à participação ativa do Brasil nos BRICS, de criar um mercado de consumo que teve toda uma repercussão para tornar o tecido social mais adequado, e agora a gente está vendo isso, exatamente esse tiro no pé dos setores mais atrasados da burguesia brasileira.

E a privatização da Eletrobras, do sistema elétrico brasileiro, o entreguismo em relação à mineração, isso vem na mesma lógica: um governo que tenta impedir o Brasil de se tornar uma nação soberana, inclusive no mundo do trabalho. E a reforma trabalhista tem esse condão de trazer tragédias inimagináveis para a sociedade brasileira. Não só no mundo do trabalho – que nós teríamos, se essa reforma persistir.

E eu tenho muita admiração pelo movimento sindical, pela classe trabalhadora brasileira, pela sociedade, eu acho que em breve a gente vai conseguir colocar essa reforma nefasta no lixo da história, mas, caso ela viesse a persistir, nós teríamos um impacto enorme nos gastos do SUS, no adoecimento da população brasileira; impactos enormes no consumo – porque não é à toa que há uma série de empresários médios e pequenos que já se deram conta de que a reforma trabalhista vai ser prejudicial a eles; pequenos comerciantes que têm mercados no Nordeste estão sentindo, já, que uma legião de desempregados vai impactar diretamente no seu rendimento. O consumo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diminuindo, a economia vai sofrer percalços, a gente vai ter problemas enormes de produtividade, e é isso que é essa reforma trabalhista: é querer matar a galinha dos ovos de ouro, querer ser a expressão do caráter mais retrógrado e autoritário do empresariado brasileiro. Não é à toa que nós somos o último país das Américas a abolir a escravidão – e agora voltamos a essa neoescravidão supostamente moderna – e a incapacidade de conseguir defender até os seus próprios anseios, e felizmente parte do empresariado vem se dando conta do absurdo que é a reforma trabalhista, inclusive para os seus interesses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me só para aproveitar teu gancho: saiu uma pesquisa de que 84% do empresariado não sabe o que que é isso ainda. Só 16% é que têm noção do que que é a reforma. Está todo mundo perdido, pela complexidade e pela crueldade de algo que nem eles acreditavam que poderia acontecer.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – E aqui eu volto à charge: dois capitalistas que promoveram o golpe, que promoveram a reforma trabalhista, que destruíram o meio ambiente e que colocaram o Brasil num cenário pós-apocalíptico, que é o que a gente pode viver daqui a cinco, dez anos se não for revogada essa reforma trabalhista, se a gente continuar nessa ditadura que acossa indígenas, acossa as mulheres, acossa os LGBT, os quilombolas, setores marginalizados da sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tentam acabar com o movimento sindical, tentam.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Exatamente. E é uma reforma também que é política, porque tenta destruir a capacidade de organização da classe trabalhadora. Vou contar um episódio aqui: no final dos anos 70, início dos anos 80, havia um jovem sindicalista em Canoas que conseguiu enfrentar o patronato na metalurgia e conseguiu ter impactos enormes na organização dos trabalhadores e melhoria da condição de trabalho daqueles trabalhadores. Se nós tivéssemos a reforma trabalhista à época, que tenta inviabilizar a estrutura sindical, e a criminalização dos movimentos populares, nós não teríamos visto o que aconteceu: que aquele jovem sindicalista se tornou o Senador Paim, esse guerreiro da classe trabalhadora... (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas o que eu mais gostei foi do "jovem", porque com os cabelos brancos é bom de ouvir a palavra "jovem".

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Continua jovem, porque nas nossas viagens, aí, ao Brasil inteiro, houve vários momentos em que o Senador tinha mais energia do que eu, aí continua jovem.

Mas a reforma também tem esse objetivo político de destruir a capacidade de organização da classe trabalhadora. E aí eu entro num dispositivo vergonhoso, que é o que cria o pelego sindical, que é desvirtuando uma bandeira histórica do sindicalismo autêntico brasileiro, que é do trabalhador organizado dentro da própria empresa, o representante dos trabalhadores na empresa, e desvirtua completamente o que teve avanços importantes nas comissões de fábrica do ABC, por exemplo.

Cria alguém que fica subalterno ao empregador, sem participação do sindicato, sem representatividade, na verdade desvirtuando a Convenção 135, da OIT, da qual o Brasil é signatário. Então, mesmo aquilo que tem de suposto avanço na reforma, não é avanço, é um retrocesso enorme.

E aí eu faço uma crítica a alguns sindicalistas que apoiaram essa reforma direta ou indiretamente; um deles, inclusive, chegou a dizer que o Eduardo Cunha é a pessoa mais honesta que ele conhece – imagine o círculo de amizades que esse sindicalista tem! E uma série de outras violações: à Convenção 98, que trata da negociação coletiva – e o que a reforma trabalhista faz, na verdade, além de negociar sobre o legislado, não é tratar de negociação coletiva. Vou contar aqui um exemplo que foi dado pelo meu querido amigo Hugo Melo, que é o Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho – e aqui eu faço um desagravo à perseguição absurda e injusta que ele tem sofrido, ele, a companheira Valdete e o companheiro Jorge Souto Maior; uma perseguição inaceitável do Presidente do TST, violando as prerrogativas que todos os magistrados têm, e isso é algo que interessa não só aos trabalhadores, mas a toda a sociedade: ter um Judiciário independente.

Mas vou dar o exemplo do Hugo: Senador, imagina que o senhor está andando na rua, chega um ladrão e coloca uma arma na sua cabeça e diz: "Senador, ou o senhor me dá a carteira ou eu o mato". O que ele fez? Ele propôs um contrato. Olha, o contrato tem uma cláusula: "Se o senhor me der a carteira, eu não o mato." O senhor





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aceitou o contrato porque quis. O senhor podia dizer: "Não, eu acho que o assaltante não tem coragem de dar tiro, talvez não tenha bala na agulha, talvez a polícia vai chegar." Foi um contrato: o senhor assinou, entregou a carteira, ele cumpriu a parte dele e foi cumprido o contrato.

Foi um contrato isso? Não, não foi um contrato. Porque a sua vontade estava viciada, o senhor não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi imposição.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... capacidade de consentimento. Isso não foi um contrato.

E o que que é o negociado sobre o legislado? Chega o empregador para o sindicato e diz: "Olha, até recentemente eu ia seis vezes por ano para Miami para comprar porcaria. Agora, com essa crise toda, eu só consigo ir três vezes por ano. Então, eu preciso que você abra mão de direitos históricos, que conquistou com muita luta, muito sangue, porque senão eu vou fechar a minha empresa e vou abri-la lá numa cidade que tem um sindicato pelego – como desses sindicalistas que eu citei – que aceita retirar esses direitos. E demito todo mundo, e o pessoal fica ao léu. Ou eu fecho a empresa, crio uma outra na mesma cidade, coloco um CNAE que eu consigo terceirizar ou quarteirizar para um outro sindicato que eu mesmo criei, e acabou. Você aceita?"

É a mesma coisa: não houve um contrato, teve um assalto. Tem vício de consentimento. E é isso o negociado sobre o legislado. Isso é ilegalidade, é imoralidade, e aqui faço um gancho com a menção que a Dr^a Gabriela, com muita propriedade, fez ao art. 7º da Constituição Federal, que trata dos direitos constitucionais, que são o piso mínimo, além de outros, que vêm pela melhoria das condições de trabalho. Então, é inadmissível, é ilegal e é inconstitucional, pelo princípio do não retrocesso, qualquer norma que queira rebaixar o padrão já mínimo de civilidade que nós temos no Brasil, que é a CLT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixe-me registrar a presença da Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Regina Sousa... (*Palmas.*)

... que veio prestigiar a nossa Subcomissão. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Senadora Regina, é um prazer contar com a sua presença. Tenho admiração pela sua luta e pelo seu histórico. Quero também agradecer o espaço aqui da CDH.

E é exatamente essa a lógica do negociado sobre o legislado, ou seja, submeter os trabalhadores a esse achaque, a essa violação. E isso é algo que não pode ser aceito e naturalizado. E a gente tem viajado o Brasil inteiro para dizer, quando me pedem para falar da reforma trabalhista, para sempre ressaltar que essa reforma é ilegal, inconstitucional e não pode ser aceita. Se o empregador quiser, por exemplo, utilizar o negociado sobre o legislado, tem que ser feita a disputa não como alguém que está propondo um negócio jurídico, mas como alguém que está propondo algo ilegal, inconstitucional e que não pode ser aceito de forma alguma. A gente não naturalizar no dia a dia todo esse estado de coisas que vem acontecendo.

A reforma também viola normas internacionais e a Declaração dos Direitos Humanos ...

(Soa a campainha.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... que prevê que todo trabalhador tenha acesso ao Judiciário para postular qualquer tipo de violação. Quando você cria uma série de impedimentos ao acesso à Justiça do Trabalho, como, por exemplo, a questão de os trabalhadores terem de pagar honorários à empresa, mesmo sabendo da completa inexistência de paridade de armas no Brasil no processo de trabalho, pois o empregador detém a capacidade de trazer testemunhas que estão sob seu jugo, sob o jugo do desemprego, o medo do desemprego, e querer fazer com que sejam vistos como agentes que se equiparam, isso é completamente inadmissível. Isso é mais um exemplo de tudo que a reforma traz.

Em relação à terceirização, quero dizer que aqui eu tenho o prazer de representar também o Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. Os companheiros mandam um grande abraço ao Senador, que teve um papel fundamental no sentido de resistir à aprovação do PL 4.330. Depois houve esse golpe da Câmara dos Deputados de ter aprovado a lei da terceirização, apesar de não ter havido uma violação do devido processo legislativo, porque não foi votada a mensagem presidencial do Presidente Lula, que mandava retirar esse projeto de lei que era do Executivo, vindo do governo Fernando Henrique, que tentou destruir a CLT, mas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que, devido à luta da classe trabalhadora, não pôde, inclusive com a luta muita corajosa de um companheiro que está aqui na Mesa, o companheiro Luís Carlos Moro, que presidia a Abrat, e também com nessa luta com o Senador Paim. E agora a gente vê esse estado de coisas. Parece aqueles filmes de terror, de vampiro, em que você mata o vampiro, como nós matamos no PL que queria implementar o negociado sobre o legislado, que alterava o art. 618, e agora volta o vampiro, e nós temos agora que matá-lo com água benta e com uma cruz. A referência ao vampiro não tem a ver com alguém que trabalha no Palácio do Planalto.

E a terceirização aprovada não é a terceirização contida na reforma trabalhista e na lei. É outra coisa. Os empresários diziam que queriam implementar a terceirização para poder se dedicar à missão institucional da empresa e contratar uma outra empresa para fazer o acessório para o qual eles não tinham competência, mas não é disso que se trata a terceirização no Brasil hoje e nessa reforma.

O Dieese calcula que 98% da terceirização no Brasil hoje é outra coisa, é intermediação de mão de obra. Na verdade, o que a reforma cria é a figura do aluguel de pessoas, o que é diferente da terceirização, é tornar o trabalhador uma mercadoria descartável, que se pode jogar fora quando não servir mais, e é tornar o trabalhador coisificado, algo que pode ser descartado a qualquer momento. A reforma trabalhista não é só um ataque aos direitos sociais, mas é também praticamente a revogação da dignidade da pessoa humana. E isso tem sido o mote de coisas estarrecedoras e inimagináveis que vêm acontecendo no Brasil por conta deste Governo golpista, coisas que nós nunca imaginávamos. Nós imaginávamos que estávamos num processo civilizatório com um mínimo já garantido. E hoje pela manhã, eu tive o prazer de ter uma conversa muito agradável com o Procurador Carlos Eduardo, que presidiu a ANPT, com o Procurador Helder, sobre o nosso estarrecimento com relação a esse estado de coisas.

Mas eu quero passar para um outro eslaide, que trata, além dessa análise desse cenário lamentável, do que pode ser feito e deve ser feito. "

Aqui está uma frase do Martin Luther King:

O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos [E corruptos nós temos, infelizmente, na Presidência da República, no Senado e na Câmara], dos violentos [E hoje nós temos, infelizmente,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Polícia Militar e Civil, em vários Estados, atacando de maneira violenta e bárbara trabalhadores, cometendo massacres], dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética. O que me preocupa é o silêncio dos bons. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É isso mesmo!

Martin Luther King é uma figura inesquecível mesmo. Essa frase entrou para a história.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Exatamente. E é isso que tem estarecido quem milita no mundo do trabalho, nos movimentos populares, ou seja, é o silêncio de boa parte da população brasileira que se sente incapaz de resistir, que sabe que este Governo é ilegítimo ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... que sabe que essas reformas são ilegais, são indignas. Há ampla maioria contra a reforma trabalhista e contra a reforma da previdência, que em breve pode voltar a ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E o Senado se omitiu em 100%. Sabe o que é uma omissão de 100%? Não conseguiu mexer numa vírgula da reforma, em 117 artigos. Eu disse lá e repito, ou seja, os Senadores, parece que renunciaram ao seu direito de legislar. Eu falei com os Deputados e sabem o que um deles me disse? "Que havia um monte de bobagens ali, mas como eu achei que vocês iam limpar, eu até votei." É claro que eu xinguei o Deputado, mas não adiantou, pois já haviam votado.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – E é um Governo que ludibria, em tese, até a sua própria Base. Nós ouvimos aqui, quando vínhamos aos corredores tentar lutar contra a reforma, vários Senadores dizendo: "Eu vou votar, mas não se preocupe porque eu não concordo com boa parte do que está aí. Há o compromisso de que vai haver o veto e uma parte ainda vai ser objeto de uma medida provisória que vai corrigir tudo isso. Então, eu não estou votando para aprovar essa excrescência", quando a gente sabia que eles próprios já sabiam de antemão que esse acordo não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

seria cumprido. É lamentável o fato de alguns sindicalistas terem supostamente participado desse acordo. Felizmente, foi uma minoria do sindicalismo brasileiro.

Mas a classe trabalhadora brasileira, a sociedade brasileira tem uma série de instrumentos que não são utilizados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Dois minutos.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... e que estão nas mãos da classe trabalhadora. Primeiro, o acesso à informação.

O trabalho que nós fizemos de levantar irregularidades de Deputados que votaram a reforma trabalhista está disponível publicamente. As pessoas podem visitar o *site* do TRE e verificar a declaração de bens dos Deputados e Senadores e fiscalizar a sua atuação. Existe o instrumento da Lei de Acesso à Informação, que nós temos utilizado no meu escritório, acessando uma série de informações importantes para lutar contra as privatizações, ações populares que podem ser feitas em relação a políticos que agem de maneira inadequada e o protesto nas ruas. Apesar da criminalização dos movimentos populares, apesar de tudo isso, a classe trabalhadora e o povo em geral precisam retomar a disputa. Há muita gente de cabeça baixa, estarecida com o que vem acontecendo. Mas há muito em jogo. As coisas podem ter um retrocesso maior ainda.

(Soa a campainha.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – E é fundamental também que no ano que vem, se não tivermos direta já, que é o nosso anseio, que as pessoas não esqueçam os Deputados e Senadores que de maneira vil e violando a Constituição Federal e normas institucionais aprovaram a reforma trabalhista.

Aqui eu vou encerrando e renovando a manifestação que eu fiz na Câmara dos Deputados. Aqui vai uma mensagem aos Deputados e Senadores que votaram a favor dessa reforma indigna e inconstitucional: meus votos de que vocês nunca mais tenham votos.

Obrigada, companheirada. E vamos à luta! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Maximiliano Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Parabéns pela sua exposição...

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... qualificada como as dos outros painelistas.

Agora teremos a nossa Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Dr^a Delaíde Arantes.

Eu fui Constituinte com o Arantes, o Aldo Arantes, seu esposo, não é? Grande Constituinte!

O SR. DELAÍDE ARANTES – Bom dia a todos!

Quero pedir desculpas porque eu não pude trazer uma fala preparada para vocês nesta manhã. O Ministro Lelio Bentes, meu colega, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, é que comporia a Mesa. E eu quero me justificar dizendo que eu não estou aqui substituindo o Ministro Lelio Bentes, até porque não tenho credencial para tanto. O Ministro Lélío é um dos peritos da OIT no âmbito de 178 países do mundo. Mas o Ministro Lelio teve um problema de saúde e pediu que eu justificasse ao Senador Paim.

Eu quero primeiramente cumprimentar todos os meus queridos colegas da Mesa, a minha Prof^a Gabriela Delgado. Eu tenho a honra de ser aluna da Prof^a Gabriela no Grupo de Pesquisa da UnB, Trabalho, Constituição e Cidadania; cumprimentar o Procurador Helder Amorim, o Luis Carlos Moro, meu amigo querido, advogado trabalhista. Ele gosta de assim ser chamado, mas o currículo do Luis Carlos levaria um bom tempo para discorrermos sobre ele; cumprimentar o Maximiliano Garcez, da Alal. E parabenizar o Senador Paim por essa iniciativa. V. Ex^a não tem ideia da importância deste foro para a resistência à reforma trabalhista. E também parabenizá-lo por todo o trabalho que tem feito juntamente com outros Parlamentares, com a Senadora Regina... (*Palmas.*)

... com a Senadora Vanessa Grazziotin, com o Senador Lindbergh, enfim, com todos os Parlamentares que ombreiam conosco este momento bastante difícil. Eu quero também fazer uma homenagem. Essa resistência à reforma já tem mártires. E sempre que falo de público, eu faço uma homenagem ao Juiz do Trabalho Jorge Souto Maior, à Juíza gaúcha Valdete Severo e também ao Hugo Melo, que é o presidente da Alal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Uma salva de palmas aos três. (*Palmas.*)

A SR^a DELAÍDE ARANTES – E quero homenagear também o Luciano Frota, que foi indicado para a vaga do CNJ para representar o primeiro grau, à unanimidade, pelo Tribunal Superior do Trabalho. Ele está encontrando dificuldades no Senado Federal... (*Palmas.*)

... embora seja um juiz com todas as credenciais possíveis para representar o primeiro grau no CNJ. Minha homenagem também a Luciano Frota.

Eu pedi para deixar a imagem da charge, porque nós temos ali ao fundo a imagem da explosão das Torres Gêmeas, 11 de setembro – e hoje é 11 de setembro. Estamos aqui discutindo a tentativa de explosão da CLT e das garantias dos trabalhadores brasileiros, uma infeliz coincidência. A lei entra em vigor no dia 11 de novembro – 11 de novembro *versus* 11 de setembro não faz muita diferença.

Na condição de magistrada, eu me refiro primeiramente aos comentários que têm sido publicados na imprensa por alguns blogues, no sentido de que a magistratura trabalhista está sendo orientada a descumprir a lei. Eu digo que isso não é verdade, mas a magistratura está sendo alertada.

Está havendo uma ampla discussão sobre a importância e a necessidade de se interpretar a lei da reforma trabalhista à luz das normas internacionais. Como aqui foi bem dito pela Prof^a Gabriela, nós temos um número bastante relevante de normas internacionais de proteção do trabalho humano e de proteção da pessoa humana – de proteção do trabalho e do trabalhador, não é só do trabalho, é do trabalho e do trabalhador.

Eu li recentemente um artigo muito interessante, que foi publicado no *Jota*, fazendo um contraponto a essa tentativa de flexibilização dos direitos do trabalho no Brasil, enquanto em vários países do mundo o movimento é contrário – na Itália, na França... Na Inglaterra hoje, os próprios conservadores, a própria direita defende a proteção dos trabalhadores e defende um retorno da proteção aos trabalhadores, isto em benefício da sociedade, em benefício da economia, em benefício dos próprios empregadores. Porque não é desvalorizando o trabalhador, não é desqualificando o trabalhador, não é implodindo os seus direitos que a economia vai crescer. (*Palmas.*) Eu tenho dito, nas palestras que tenho feito – e a última que fiz foi em um grande





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

evento do Instituto dos Advogados Brasileiros, em João Pessoa, onde falamos eu, César Brito e um procurador do trabalho, o Renato Saraiva, para um público de aproximadamente 2 mil pessoas –, que o que o Brasil precisa não é de reforma trabalhista, o Brasil precisa de uma reforma ampla, que começa por reforma tributária, por reforma política, por mudança de sistemas viciados, para que o Brasil possa crescer.

Nós experimentamos, na última década, crescimento econômico, situação de pleno emprego. A Justiça do Trabalho era a mesma, o Direito do Trabalho era o mesmo, nós éramos os mesmos, não é Senador Paim? V. Ex^a, Deputado Constituinte Aldo Arantes... O Direito do Trabalho, a Justiça do Trabalho... E não foi necessária uma reforma trabalhista.

Então, o que nós estamos discutindo na magistratura é que a lei da reforma trabalhista não é a legislação trabalhista, ela é uma lei ordinária que se insere no contexto da legislação trabalhista. Desta forma ela deve ser interpretada: interpretação sistemática à luz das normas internacionais.

A Organização Internacional do Trabalho tem oito convenções, que são convenções fundamentais. Neste momento, é chamada a nossa atenção para as normas internacionais. Há as convenções e os tratados internacionais, a que a Prof^a Gabriela aqui se referiu e sobre o que o nosso Juiz Presidente da Corte Interamericana, Roberto Caldas, bem discorreu em um evento no Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região – atenção para as convenções e os tratados internacionais.

Eu quero aqui me referir a questões bem graves que nós enfrentamos no âmbito da reforma trabalhista – além de todas a que o Senador Paim já se referiu, o procurador Helder Amorim já se referiu, a Prof^a Gabriela já se referiu, o Maximiliano também já se referiu –: nós temos umas situações que são peculiares do Brasil.

Em outros países do mundo onde foram feitas reformas, o sistema jurídico-normativo contempla a garantia de emprego dos trabalhadores. E esse eu considero um dos maiores absurdos dessa reforma trabalhista, porque a reforma traz diversas hipóteses de pactuação individual e de pactuação coletiva, em que o trabalhador comparecerá numa situação de assalto, como aqui foi bem ilustrado pelo colega Maximiliano.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ele não vai poder dizer não, porque em uma situação em que existem em torno de 14 milhões de desempregados, o empregado não poderá dizer não, porque o seu emprego não está protegido.

Então, eu gosto de ilustrar com uma questão bem simples do dia a dia. Um trabalhador, por exemplo, no intervalo de duas horas para almoço que tem, leva o seu filho de 7 anos à escola. Nós temos uma situação em que estatísticas demonstram que 71,9 dos trabalhadores brasileiros, dos 100 milhões de trabalhadores brasileiros, ganham até dois salários mínimos. Então, esse trabalhador que eu ilustro também ganha nesta faixa: até dois salários mínimos. E o seu empregador vai propor a redução para meia hora, 30 minutos. Isso pode ser feito por acordo escrito, sem assistência sindical, viu Graça? Assistência sindical agora ficou figura rara, se for analisada isoladamente a lei – se for analisada isoladamente.

Ele tem duas alternativas: ou ele reduz para 30 minutos, como está sendo proposto... E para resolver a questão do seu filho de sete anos na escola, ele tem algumas alternativas: contratar uma condução, ganhando até dois salários mínimos, ou tirar o seu filho da escola. Então, eu digo isso para ilustrar.

Temos outras situações também que são bastante complexas, que dizem respeito à conscientização dos trabalhadores a respeito dos efeitos da lei da reforma. Nós temos uma pesquisa de mídia que foi feita pela Secom, do Governo Federal, e publicada no início de 2017, segundo a qual 83% dos 207 milhões de brasileiros – agora 207, pelo último levantamento – se informam apenas através da TV. E desses, 71% através da TV Globo. Nós temos contra nós que a grande mídia defende as reformas – ela defende a reforma previdenciária, ela defende a reforma trabalhista e defende através de meias verdades.

O nosso público informado pela televisão não tem como formar consciência crítica, porque a informação que é passada é a informação do quadro defendido pela grande mídia. Por essa razão, nós não temos grandes insurgências.

Eu dizia lá no congresso do IAB, eu fiz a minha exposição por volta de 19 horas: olha, estamos aqui falando – eu, César Brito, Renato Saraiva – sobre a reforma, apresentando a nossa crítica à lei da reforma trabalhista, falando para 2 mil pessoas. Daqui a pouco entram em cena um bonito rapaz chamado Bonner e a Renata Vasconcellos, falando para 60 milhões de pessoas apenas sobre os pontos superficiais,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

favoráveis à reforma trabalhista. Então, nós convivemos com essa situação bastante complexa.

Quero fazer uma abordagem rápida também, antes de entrar na questão da importância das normas internacionais e da importância dos princípios – eu vou falar apenas da importância, então não vou tomar tanto tempo. Eu quero falar de um evento bastante ilustrativo da situação que nós estamos vivendo, que é aquele congresso, o 16º Congresso Agronegócio, que aconteceu em São Paulo, no dia 7 de agosto, logo após aprovação da lei da reforma trabalhista. E vou falar naquele congresso não pelo que foi dito ali contra a Justiça do Trabalho, contra os juízes do trabalho, contra os procuradores do trabalho, contra o Ministério do Trabalho, contra... Não é sobre esse aspecto.

Em qualquer processo de resistência, nós temos que enfrentar essas questões mesmo, somos chamados de atropelos, de despreparados e tudo mais. Mas eu quero me referir às linhas daquelas discussões.

Ali tinha um ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto, tinha um jornalista da TV Globo, advogados e outros participantes naquele congresso de agronegócio. E eles, naquela discussão, diziam: "olha, a Lei da Reforma Trabalhista é muito tímida". Aí, o outro disse: "mas isso é o que conseguimos agora em Brasília". Aí, a resposta é a seguinte: "nós agora assumimos o poder, nós somos a elite e podemos conseguir o que a gente quiser".

Então, a afirmação de que a Lei da Reforma Trabalhista é apenas o começo dá uma noção da pretensão, porque a pretensão realmente é não deixar pedra sobre pedra, como dizem as escrituras sagradas, não é, Senador Paim? Mas eles falam, eles discutem ali alguns entraves que têm no caminho do desmanche que eles pretendem. Um dos entraves é o Ministério do Trabalho, que, segundo eles, é muito politizado. O outro entrave é o Ministério Público, o outro entrave é a Justiça do Trabalho e o último entrave é a Constituição Federal, classificada ali de a pior Constituição de toda a história do Brasil.

E os entraves ali são citados nominalmente, art. 7º e art. 8º principalmente. Dizia um dos participantes da mesa que, na vigência da proteção do art. 7º e do art. 8º, não tem como fazer uma reforma abrangente, como a pretendida. Então, o que foi publicado desse evento chamou muito a minha atenção, justamente para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

compreendermos que estamos na trincheira da resistência contra a reforma trabalhista.

E eu, na condição de magistrada, gosto de dizer que não é que sejamos contra qualquer reforma. Uma reforma discutida nos padrões de discussão, de alteração legislativa, de relevância, tanto a magistratura, quanto a advocacia, quanto a academia, quanto o Senado, o Congresso Nacional, os setores avançados do Congresso Nacional concordaríamos plenamente em discutir. Eu fiz um levantamento, pedi ao meu gabinete para fazer um levantamento aqui no próprio Congresso Nacional. O Código Civil de 2002 foi discutido durante 27 anos. E o Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 2015, foi discutido durante cinco anos. Por que uma lei com tantas implicações teria que ser discutida de dezembro de 2016 a julho de 2017 e, mesmo assim, sem levar em conta as questões que foram levantadas por importantes segmentos do mundo do trabalho?

E eu quero aqui fazer uma referência às notas técnicas do Ministério Público do Trabalho, às notas que foram assinadas pelo ANPT, pela CNBB, pela OAB, pela Abrat...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Pela Anamatra.

A SR^a DELAÍDE ARANTES – ... pela Anamatra

Eu até não gosto de nominar porque é um elenco bem grande. A Frente, é uma frente, pelos dezessete ministros do Tribunal Superior do Trabalho. E foram pontos muito relevantes, que, no entanto, não foram levados em conta.

E, para fechar, quero me referir aqui, Luis Carlos Moura, a um artigo que foi publicado na *Revista do Advogado*, da Associação dos Advogados de São Paulo, com um artigo muito importante de Roberto Caldas, que parece profético: "Direito Internacional do Trabalho e direitos humanos no Brasil: da internalização à aplicação". Essa revista tenho certeza de que depois, certamente estará na internet e pode ser acessada.

E Roberto Caldas fala, principalmente aqui em considerações finais, que não temos, nem a magistratura nem a advocacia, uma tradição de aplicação das normas internacionais do trabalho. E agora chamo atenção – e esse artigo muito bem traduz – para a necessidade que temos de buscar a proteção das normas internacionais e a sua aplicação. E, nesse primeiro momento, muito especialmente será a advocacia, que é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

quem vai postular perante a Justiça do Trabalho, iniciando ali pelo primeiro grau, as questões relacionadas à reforma trabalhista.

E me chamou muita atenção também um artigo recente de um advogado do Rio Grande do Sul, Antônio Escosteguy Castro, que fala sobre o direito dos princípios. E chama muito a minha atenção ele lembrar que, por um momento, o Direito Penal foi definido direito das nulidades e que, com tudo que está acontecendo, o Direito do Trabalho bem pode ser chamado de direito dos princípios.

(Soa a campanha.)

O SR. DELAÍDE ARANTES – E isso não é uma tentativa, como tem sido dito por alguns setores da imprensa, não é uma doutrinação aos juízes para que não apliquem a Lei da Reforma Trabalhista. Nós fizemos um juramento de julgar e vamos julgar e vamos aplicar a lei ordinária que aprovou a reforma trabalhista, mas vamos aplicar não isoladamente porque ela não é a legislação trabalhista. Ela é uma lei trabalhista que se insere no contexto da legislação trabalhista e será analisada, com certeza, à luz da proteção constitucional, à luz dos princípios constitucionais e à luz da legislação internacional, que integra a nossa legislação nacional por força, inclusive, da Constituição Federal.

Eu quero agradecer a oportunidade e dizer que recebi o convite muito honrosamente para participar desta Subcomissão, que veio em muito boa hora. No meu gabinete, sou muito vigiada em relação a assumir compromissos porque sempre assumo compromissos a mais do que consigo cumprir, e principalmente nesses momentos de exceção.

Mas eu respondi sim ao Senador Paim, antes de passar pelo crivo da secretaria do meu gabinete. Portanto, eu, com muita honra, estou participando. Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Arantes. Muito obrigado pela contribuição. Para nós, é muito orgulho dizer que, neste grupo de trabalho, que se reúne e que está elaborando o estatuto, construindo com audiências como esta – também se reúne para o dia a dia, não é, Leandro –, temos profissionais do mais alto nível, e a sua palestra aqui só enriquece, nos dá mais contribuição, Vamos contar com a senhora para estar aqui de segunda a sexta. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito bem. O último dessa mesa – não sei a Presidenta quer falar nesse momento – porque só vai ter uma mesa, o Dr. Luis Carlos Moro, advogado trabalhista.

Pode chegar um pouquinho mais para cá.

O SR. LUIS CARLOS MORO – Estou confortável aqui, Senador. Muito obrigado a V. Ex^a. Agradeço a oportunidade de compartilhar esse momento com todos os presentes. E gostaria de, em primeiro lugar, ao cumprimentar todos os meus ilustres colegas de mesa, assentar aqui o meu lugar de fala.

Na condição de advogado trabalhista que gosto de me apresentar. Essa é a minha profissão, a minha historicidade de vida profissional poderia se resumir nessa expressão: sou substantivamente advogado e adjetivamente advogado trabalhista. Mas aqui tomo assento na condição de um convidado do Senado por indicação de uma entidade à qual sirvo há muitos anos, com muito orgulho, que é a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, a Abrat. Além delas, tenho um longo histórico associativo e de muita conexão com entidades que aqui também se fazem representar, como a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, a Anpt, e a Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho.

V. Ex^a talvez não se lembre, mas já me salvou fisicamente de apanhar aqui da Polícia Legislativa no ano de 2001, quando lutávamos contra uma proposição de alteração do art. 618 da CLT. Nós, juízes, advogados e membros do Ministério Público, tivemos que obter da Suprema Corte um *habeas corpus* para podermos entrar e superar uma deliberação do então Presidente da Câmara dos Deputados, o então Deputado Aécio Neves.

V. Ex^a me salvou, literalmente e fisicamente, de ser agredido com instrumentos contundentes de borracha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu disse: olha, são todos advogados, nós mandamos prender vocês.

O SR. LUIS CARLOS MORO – E eu, tardiamente, aqui agradeço de público a sua intervenção salvadora da minha incolumidade física.

É muito bom ter sido precedido de maneira tão luxuosa aqui com as exposições do Dr. Helder Amorim, da Prof^a Gabriela Neves Delgado, do meu querido companheiro de lutas, o Maximiliano Nagl Garcez, que hoje representa lá o que eu já tive a honra de presidir, e da minha querida amiga, a Ministra Delaíde Arantes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por que isso facilita demasiadamente a minha intervenção? Facilita, em primeiro lugar, porque eu posso, a todas as falas precedentes, aderir, e aderir com uma condição pessoal muito confortável, de um advogado que não é apenas advogado de trabalhadores, mas é principalmente, majoritariamente, advogado para defender o capital nas lides da relação capital e trabalho, mas alguém que tem noção da ideia de separação entre aquele que estuda o objeto do Direito e aquele que se presta a defender interesses específicos, os quais defendo com muito orgulho.

Mas o que sucede? Eu quero ter um olhar prospectivo, olhar para a frente. Nós estamos aqui no âmbito de um trabalho, de uma importantíssima subcomissão que se preordena a entregar para a sociedade brasileira, em primeiro de maio do ano que vem, um texto que corresponda ao Estatuto do Trabalho, um texto que exerça uma espécie de *vis attractiva* de todos os influxos da discussão da realidade do trabalho e do capital no Brasil.

E, nessa condição, tenho a impressão de que meus colegas de Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas viram em mim uma certa convergência, a convergência de ser um militante muito ativo em inúmeras entidades. Eu hoje também sou Secretário-Geral de uma instituição que é órgão consultivo da Organização das Nações Unidas, que é a Associação Americana de Juristas, da qual eu sou Secretário-Geral Continental, e também ativo militante na defesa principiológica do Direito do Trabalho.

Nós tivemos aqui já inúmeras anotações de circunstâncias que fizeram com que nós chegássemos ao ponto em que estamos, circunstâncias de ordem política, circunstâncias muito peculiares no Brasil. O Brasil vive hoje como se tivéssemos uma conjunção de astros a determinar uma péssima quadra no âmbito da produção legislativa e uma péssima quadra no âmbito das relações institucionais entre Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive nas relações interinstituições, ou relações internas no âmbito das próprias instituições.

O Judiciário Trabalhista, não tenho receio de dizer, embora não pertença, vive hoje tensões internas de enormes proporções, que se refletem no exercício de postos-chave por determinados integrantes do Poder Judiciário que não representam a média do conjunto de profissionais das instituições que hoje, por uma circunstância de determinadas tradições institucionais, alcançaram.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu me refiro aqui, sem nenhum desrespeito, com muita tranquilidade, ao Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, que é Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, pela singela circunstância de ter alcançado a antiguidade necessária para tanto, e não porque represente o estrato médio da magistratura trabalhista. Há momentos em que nós precisamos ter coragem de dizer determinados aspectos, e dizer de uma maneira respeitosa, dizer de uma maneira sem nenhum traço de um sentimento que macule o raciocínio.

Eu quero prestar uma homenagem a um juiz de 1978, Juiz Márcio José de Moraes, que, em um período em que poderíamos dizer tranquilamente que democracia no Brasil não havia, teve a hombridade, a coragem de produzir um documento histórico, que era uma sentença que aclarava que Vladimir Herzog havia sido assassinado pelas forças do Estado de então. Ou seja, nós tínhamos, naquele momento, uma sentença judiciária de caráter extremamente democrático assentada em um momento de exceção do País. (*Palmas.*)

E hoje nós temos uma situação às avessas, inversamente proporcional. Nós temos deliberações legislativas, executivas e judiciárias de exceção sobre um extrato constitucional democrático, o que confunde demais o quadro e a possibilidade de analisarmos o quadro político no Brasil, porque, sobre uma base, um cimento democrático, nós temos inúmeros exemplos excepcionais.

Isso se dá no âmbito do Judiciário, que, por exemplo, se permite ceder magistrados para produção legislativa com o propósito de alcançar um resultado, que é anti-hermenêutico, do próprio Judiciário, ou seja, um Judiciário que se presta a ceder parcelas minoritárias da sua representação para atuar em colaboração com o Legislativo. Parece-me também juridicamente questionável essa cessão de um magistrado para atuar em atividade legislativa com o propósito de desconstrução de uma decantação hermenêutica que vinha sendo absolutamente progressiva e tranquila no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

Tudo o que ouvimos aqui, em termos de princípios, é de ser prontamente subscrito. Eu ousaria acrescentar alguns não no sentido de colmatar lacunas das falas anteriores, mas de sublinhar aspectos que me parecem de extremo relevo no momento atual.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria de que o Estatuto para o qual nós nos reunimos e em favor do qual trabalhamos viesse a considerar uma circunstância que é muito comum hoje, quando podemos fazer uma comparação com aquilo que sucede no campo da informação e da tecnologia de informação. É muito comum que tenhamos informações cujo acesso esteja absolutamente facilitado, porque elas constam das nuvens, e nós temos que simplesmente fazer o trabalho de baixar das nuvens até que os nossos aparelhos recebam essa informação.

Algo similar acontece com o Direito. Quando o Legislativo produz um texto, ele coloca nas nuvens da realidade uma plêiade de normas para que os cidadãos, a sociedade, os atores que vão trabalhar com aquelas informações que constam das nuvens, possam fazer o *download* ou fazer baixar das nuvens um substrato jurídico para alcançar a realidade.

O que estamos vendo hoje é o movimento contrário. Nós estamos vendo uma reação daquilo que já consta nas nuvens, no âmbito do Direito, e vemos uma espécie de contraprodução legislativa trabalhista, uma contrarreforma trabalhista, fazendo o *upload* de antiprincípios, fazendo com que, nas nuvens do Direito, pessoas que não se comprometam com os princípios naturais do Direito do Trabalho possam fazer o *download* da maldade específica.

E esse aspecto, parece-me, incumbe ao Estatuto do Trabalho tentar impedir. Tentar impedir de que forma? Relacionando princípios que pudéssemos fazer constar de modo explícito para que esse *download* dos princípios fosse imediato. Não, eu penso até que não. Eu penso até que não porque isso atenta contra uma natureza dos princípios que não devem ser positivados de uma maneira fechada, como um rol taxativo. Ao contrário, os princípios devem, inclusive, evoluir. Eles também têm um fluxo de evolução que o nosso Estatuto poderia e deveria assegurar, mas não há dúvida de que temos que assegurar um dos grandes princípios que hoje decorrem de um extrato mais democrático da legislação, que é o princípio da processualidade democrática na construção das normas trabalhistas.

O Max já se referiu à Convenção 144 da OIT, que não é se não expressão disso. Nós tivemos aqui exceções da exceção. Nós tivemos um projeto de lei que o Executivo nos encaminha com resumidos sete artigos. Esse projeto de lei é estendido ao máximo, segundo um estudo muito calculado daquilo em que era possível avançar ou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

recuar conforme o ponto de vista, em termos de proteção desse sujeito preferente de atenção do Direito do Trabalho, que é quem trabalha, quem provê o trabalho,

Essa regressão alcançou – e na minha opinião foi além – os limites constitucionais vigentes. Mas foi até aquilo que se considerava possível em termos de regresso.

Agora, para que isso fosse possível, foi necessário, em primeiro lugar, uma iniciativa do Executivo seguida de um *patchwork* legislativo de busca de propostas que estavam nos escaninhos aqui do Legislativo desde a década de 90 como uma espécie de colcha de retalhos de maldades dormidas no Legislativo. Essa colcha de retalhos nos foi apresentada na Câmara dos Deputados, teve uma tramitação absolutamente desrespeitadora do princípio de processualidade democrática, passou, e tivemos, depois, a exceção da exceção.

Com todo o respeito, Senador, acompanhei a resistência linda das mulheres Senadoras, acompanhei a resistência linda das Ministras e acompanhei a belíssima atuação das mulheres como grandes resistentes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me. O Dr. Helder vai ter de sair. Queria só oferecer uma salva de palmas a ele. (*Palmas.*)

Foi uma bela contribuição. Contamos com você.

O SR. LUIS CARLOS MORO – Faço o registro de que quem resistiu de maneira mais brava a esse processo foram as mulheres, tanto no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho quanto no âmbito do Legislativo. Dos homens, o que vimos foi a tentativa de levar ao extremo a negociação política, sem se darem conta de que havia aspectos que não eram negociáveis e que não poderiam ser objeto de negociação.

Precisamente porque é no campo do tema da audiência de hoje que houve uma invasão espoliativa do Direito no campo dos princípios. Foi na principiologia que se atacou em demasia o Direito do Trabalho. E de uma forma profundamente antidemocrática, em virtude de uma construção concertada entre frações do Judiciário com frações do Legislativo e com uma totalidade – e diria que essa totalidade é quase totalitária, para usar de uma expressão maldosa, mas real. O totalitarismo tomou conta do Poder Executivo do Brasil nessa circunstância, nessa conjunção astral que encontra o Tribunal Superior do Trabalho fragilizado em virtude dessa circunstancial





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidência; o Legislativo um pouco atônito. O Senado abdicou da condição de Casa revisora. Abdicou abertamente e agora, em boa hora, retoma o papel...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Senado não aceitou mexer numa vírgula, não abriu espaço para nenhum tipo de negociação. Pelo menos na Câmara, mal ou bem, fizeram o que bem entenderam. O Senado recebeu aquele pacote: "é isso aqui, não tem papo e votem".

O SR. LUIS CARLOS MORO – E há aqui uma violação clara. Nesse ponto, há uma violação clara de um princípio da construção democrática do Direito do Trabalho que me parece de consagração essencial em um estatuto do trabalho.

Um projeto de lei de qualquer natureza que mexa em direitos tão fundamentais quanto os direitos trabalhistas não pode prescindir de um debate aprofundado, amplo e que envolva todos os interesses nele envolvidos, inclusive os patronais, inclusive os dos trabalhadores. Não é admissível que tenhamos um rito legislativo como o que tivemos nesta Casa.

Parece-me também essencial que do estatuto conste um capítulo específico da principiologia do Direito do Trabalho e um capítulo que assegure a evolução hermenêutica dos princípios. Nós não podemos legislar partindo do pressuposto de que os ocupantes de um determinado poder da república não tenham qualificação ou não tenham condição de fazer precisamente aquilo que a Constituição lhes outorgou, que é a tarefa hermenêutica do Direito, o que não decorre apenas de uma lei, de uma reforma ou de uma deformidade em todo um sistema. O Direito se compõe de normas e princípios que devem ser valorados como normas, que têm um conjunto, um substrato amplo de regras. O Direito do Trabalho dialoga com inúmeros outros ramos do Direito.

Nós precisamos ali contemplar, nesse eventual capítulo da principiologia do Direito do Trabalho, não apenas princípios de Direito material ou individual do trabalho. É preciso que haja a asseguuração de determinados princípios processuais, de determinados princípios de Direito coletivo e de produção das normas de Direito do Trabalho para que não venhamos a ter, novamente, a traumática experiência que tivemos aqui em relação à Lei 13.467, que é a Lei da Reforma Trabalhista.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, parece-me que há uma lição a haurir dessa infeliz experiência legislativa que tivemos. E a lição, parece-me, é a necessidade de outorgar a proteção de uma processualidade democrática na constituição da legislação do trabalho muito mais ampla do que essa que tivemos e que formalmente nos confere a aparência de um processo legislativo lícito e democrático mas que, na essência, converteu as duas Casas do Legislativo em molas propulsoras de um determinado setor da sociedade, da sua concupiscência, do seu insaciável desejo de acumulação de riqueza mediante espoliação do trabalho humano e da classe trabalhadora.

Há aspectos que são absolutamente inadmissíveis, e tenho a segurança de que a Magistratura, com todas as suas vicissitudes, com todas as suas defecções – a advocacia também tem as delas, o Ministério Público também tem as dele, o Legislativo também tem as suas defecções e deficiências.... Mas nós precisamos aprender a confiar nas nossas instituições, confiar nas instituições desde a sua base até a sua cúpula, de modo que eventuais distorções tenham a possibilidade de ser corrigidas. Não incumbe ao Poder Legislativo, com todo o respeito que se nutre ao Poder Legislativo, atuar reativamente a uma determinada orientação hermenêutica do Judiciário. Isso, lamentavelmente, é um traço de disputa ideológica que se vê muito mais no campo das relações de trabalho.

Não se vê esse mesmo olhar policalesco no Judiciário, no campo da jurisdição penal. Não se vê esse mesmo olhar policalesco do Judiciário no campo da jurisdição civil. O que se nota é que uma grande parcela dos detentores do poder – e nesse aspecto a forma de eleição no Brasil e de representação no Parlamento é algo que merece uma discussão não apenas quanto à reforma atual, mas também quanto às suas consequências, a forma como essa Legislatura se vê representada – faz com que nós tenhamos uma profunda dificuldade em enxergar, na legislação produzida no âmbito desta Legislatura, caráter e viés democrático de representação de toda a sociedade, e não apenas daquela fração que se fez representar pelos mecanismos de financiamento das campanhas políticas, já declarados incompatíveis com a ordem constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*)

Basicamente, o que me parece, como proposta prática para a sequência de nossos trabalhos, é que nós devemos haurir as lições que tivemos aqui.

(*Soa a campanha.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIS CARLOS MORO – E, mais do que isso, condensar na proposta de um estatuto do trabalho que deveria ser inaugurado um capítulo principiológico – um capítulo não apenas de enunciação de princípios fundamentais, dos quais não se deve abrir mão, de modo algum, mas também um capítulo que proporcione a abertura, não apenas para que a lei se auto-oxigene, como que seja uma demonstração de confiança nos nossos intérpretes, nos nossos exegetas, e não uma lei de retirar a capacidade interpretativa, o poder interpretativo daqueles a quem a Constituição outorgou a missão de interpretar a legislação brasileira. É com essas considerações que eu gostaria de encerrar, fazendo um pequenino chamamento aqui aos colegas advogados que eventualmente estejam assistindo: acompanhem os trabalhos desta Comissão; acompanhem os trabalhos de desenvolvimento do Estatuto do Trabalho; acompanhem os trabalhos associativos que se desenvolvem no âmbito da Anamatra, com as suas importantes jornadas de discussão do Direito do Trabalho, do Direito Processual do Trabalho, do Direito Coletivo do Trabalho, que serão realizadas em breve; acompanhem o trabalho da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e de seu Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas, que deverá ocorrer no mês que vem em Salvador, na Bahia.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS MORO – Somente dessas discussões e com o decantar dessas ideias é que nós vamos poder ter com segurança...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS MORO – ... o desenvolvimento do Direito do Trabalho na direção correta porque é preciso rapidamente que nós façamos o retorno desse desvio que foi construído no Direito do Trabalho, que nos leva para uma retrocessão, nos leva cada vez mais distantes do objetivo de assentar um direito do trabalho que seja fonte de equilíbrio das relações entre capital e trabalho e que seja fonte de uma distribuição justa e equitativa da riqueza produzida pelo trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Dr. Luis Carlos Moro, advogado trabalhista, que, a exemplo de outros painelistas, deixou uma série de contribuições para o grupo, não é, Leandro?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Porque você é o executivo desse grupo. O Leandro é advogado, trabalha comigo. Ele está mais na parte executiva. Já está em uma lista, deve ter umas trinta pessoas que estão colaborando com esse debate.

Eu queria muito agora passar a palavra para a nossa querida Presidenta desta Comissão, Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Primeiro, eu quero mais uma vez parabenizar o Senador Paim pela ideia do Estatuto do Trabalho. É uma ideia que eu gostaria de ter tido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, mas você sempre colaborou para isso acontecer.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Acho que é muito importante isso. A gente precisa valorizar muito, meus companheiros do movimento, essa ideia e contribuir porque, já foi dito aqui, o Senado abre mão de ser Casa revisora e até fortaleceu aquela ideia de muita gente, que diz que não precisa o Senado. Acabou fortalecendo essa ideia. Tem muita gente que diz: "ara que Senado?" Então, se ele abre mão de ser Casa revisora, para que Senado?

A mais agressiva atitude nesse sentido foi essa da reforma, mas há muita coisa que chega em regime de urgência e não temos oportunidade de debater, porque é regime de urgência. Eles combinam antes, chega e não derrubamos o regime de urgência e votamos um monte de coisas que são prejudiciais ao povo brasileiro.

Eu acho que tem uma coisa, Senador, que foi falada aqui: o Brasil assina tudo que é tratado, moderno, bonito, mas não cumpre. Então, acho que tem que ser um capítulo desse Estatuto. Assinou, é signatário, tem que cumprir. Vai ter que ter um jeito de cumprir porque é um descumprimento total de tudo. A gente fica lutando. Eu fui sindicalista, sei o que é isso também. Vai para a Justiça, demora.

Então, tem que haver mais seriedade nessas assinaturas: assinar se realmente for cumprir, porque, se você pegar os tratados, em quase todos, o Brasil está lá como signatário e não cumpre nada. Então, acho que é um capítulo que tem que obrigar que se cumpra porque ele vai sempre na contramão.

Ontem, foi ontem ou foi anteontem, a *Folha de S.Paulo* publicou... E foi falado aqui a questão da mídia e do papel da mídia nessa história toda. Acho que todo mundo viu a manchete da *Folha*, que causou revolta até na própria Paula, que é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ombudsman da *Folha*, porque dizer que a terceirização não rebaixa salário é um absurdo muito grande. É o papel que a mídia está cumprindo. A mídia está cumprindo um papel, está entregando a mercadoria encomendada a ela, e isso tem preço. A publicidade que está aí, só olhar os gastos com publicidade, com esses órgãos. Então, eles estão cumprindo um papel, mas chega a ser ridículo publicar como principal manchete uma matéria dessa, baseada no estudo de duas pessoas que são militantes da reforma trabalhista. Claro que eles iam falar a favor.

Um meio de comunicação, para ser imparcial, tinha que ter publicado pelo menos duas opiniões. Assim, daria mais credibilidade ao órgão, mas acho que eles não estão preocupados com isso.

Quero dizer também que me preocupa, já foi dito aqui, o silêncio dos bons porque realmente está faltando reação. Parece que as pessoas entregaram os pontos. E aí, tem também há motivação. Há um propósito e há ações de fragilização das entidades representativas de movimento popular, entidades populares. A começar pelo imposto sindical, que também vai fragilizar muitos, mas também vai tirar muita gente do mapa, que não serve para nada. Mas vai fragilizar por conta da pressa. Se fosse uma coisa mais gradativa, todos os sindicatos que realmente representam iriam arranjar formas de sobreviver. Então, muita gente vai ter um choque também, e isso fragiliza as lutas dos sindicatos.

Eu estava pensando nisso. Anteontem, fiz uma reunião em um Município pequeno e, em todo lugar que eu chego, é a mesma coisa: o Bolsa Família. Eles inventaram aquela história de que tinha dez mil empresários recebendo o Bolsa Família porque tinham CNPJ, onde eu chego tem essa reclamação. São pessoas simples, são presidentes de sindicato, presidentes de associação, principalmente o sindicato dos trabalhadores rurais, ou dirigente. Não é só o presidente, mas algum dirigente, o CNPJ vinculado a ele. Geralmente é o presidente, mas também pode ser o secretário-geral, dependendo da forma colegiada como o sindicato funciona.

Aí, o que que eles dizem? Alguns prefeitos de boa-fé vão mandar assistente social e ver que não é nada daquilo e retorna a pessoa com o Bolsa Família, mas a maioria está mandando dizer: vá na Receita Federal resolver seu problema. Ora, o que a Receita Federal vai dizer? Desista de ser presidente, renuncie para poder voltar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, isso está acontecendo no Brasil inteiro. No Nordeste, é mais gritante porque é onde é o maior público do Bolsa Família.

Então, isso também tem um propósito, fragilizar as entidades. As pessoas estão deixando de querer ser presidente de associação de moradores, de associação comunitária, para não perder o Bolsa Família. Então, isso é muito sério. Eu já fiz essa denúncia na tribuna. Até um Senador do Governo disse que ia verificar, mas parece que não viu nada.

E agora vem a pá de cal que querem passar na reforma política, que, aliás, nem merece esse nome, mas o tal "distritão". Se passa o "distritão", nunca mais representante de trabalhador vai ter vez, vai chegar, vai alçar a representação no Parlamento. "Distritão" é capitania hereditária, vai ser um pai que vai ser eleito e ele só vai sair dali quando o filho estiver pronto para assumir aquele lugar. Representante de entidade não vai ter vez. O mesmo para as mulheres, que já têm uma representação mínima, porque as mulheres hoje são eleitas, mas não são eleitas com grande votação. Elas sempre estão indo no conjunto da legenda do partido ou da coligação e, com certeza, vão ficar fora também. Vai diminuir a representação das mulheres.

Essa coisa está aí, é a única coisa que interessa à parte da maioria aí do Governo e talvez seja a única coisa que vai ser votada nessa história toda porque a resistência realmente é mínima, é pequena.

Então, quer dizer, é uma forma de enfraquecer sempre a resistência. A gente precisa prestar muita atenção a isso. Aí, vão dizer: "não, não vai votar" É bom, é bonita a palavra de ordem, mas eu tenho verificado também que por onde ando faço essa pergunta, e ando muito e converso muito com o povo, com o sindicato principalmente. Eles não lembram em quem votaram porque ele vota no vereador ou no prefeito. É o prefeito que pede para ele votar no Deputado e é o vereador que pede ou manda ele votar no Deputado. Ele recebe a chapinha, ele nem olha o nome. Eu ouvi isto de pessoas: "ah, nem me lembro em quem eu votei, votei porque o vereador pediu." Já recebe pronta uma chapa para votar. Isso é muito sério no País, no século XXI, mas é verdade. Isso acontece.

Então, é muito difícil dizer que essas pessoas não vão ser eleitas. Apesar da campanha que a gente faz, mas é muita gente também que a gente não alcança porque é pouca gente que está fazendo essa campanha. Então, acho que a gente tem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que usar os instrumentos de que dispõe. Eu acho que o Parlamento aqui, esse espaço desta Comissão... Ainda bem que somos nós, eu e Paim aqui que dirigimos esta Comissão. O lado do Governo ainda não acordou talvez para a importância desta Comissão porque – o painel não está ali para mostrar, mas o Governo não preencheu as vagas dele no painel. Tudo vago, mas estamos funcionando porque tem maioria, tem metade mais um. Mas o Governo não se interessou sequer de indicar os membros da Comissão de Direitos Humanos.

Então, a gente precisa buscar mais espaço para agir. Eu acho que nossos movimentos estão precisando acordar um pouco mais. Eu sei há toda disposição de um grupo, mas ainda é pouco, diante do que nós estamos vivendo. Estamos fragilizados e não vamos poder... Está vendo aí, está ressurgindo tudo que achávamos que tinha acabado.

Massacre dos índios. Gente, aquilo é um absurdo muito grande. Foi há 24 anos o maior massacre lanomâmi. Nunca mais tinha sido assim essa coisa tão grande, e houve na ditadura. E ainda tem quem queira que o marco temporal da terra indígena seja a Constituição. Como, se eles foram exterminados antes da Constituição?

Mas eu estou assim muito angustiada. Eu vim a esta audiência, quero assistir para ver se conseguimos achar uma luz, um caminho em que possamos ir. É bom saber que temos com quem contar lá fora ainda, com alguns dos senhores que estão aí fora resistindo como resistimos aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Meus cumprimentos. Brilhante como sempre.

Pediram para eu não falar sobre isso, mas cada vez que lhe atacam, semelhante ao que fizeram com V. Ex^a, vou e defendo, daí eles batem em mim. Pelo menos divide um pouco, Regina, divide um pouco. Mas batem mais em você, aí eu vou e defendo. Daí, batem em mim também. A grande mídia, é uma covardia assim nunca vista. Mas mais uma salva de palmas para a nossa Presidenta.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Eles batem em quem incomoda.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exato. E eu tenho orgulho. Deixa eles soltarem aqueles materiais deles ali, que eu fico satisfeito porque eu estou do lado certo.

Por favor, Graça Costa, secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional.

A SRª GRAÇA COSTA – Bom dia a todos e todas. Eita, ninguém responde. Como sempre, Senadora Regina...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu só queria, me permita. A Ministra Delaíde vai ter que sair. E ela tem que sair, então eu queria dar uma salva de palmas para ela. A Drª Gabriela também vai ter que sair. Então, vamos dar uma salva de palmas para ambas aqui e o debate continua. (*Palmas.*)

A SRª DELAÍDE ARANTES – Eu peço desculpas à Graça, minha querida amiga...

A SRª GRAÇA COSTA – Imagina, Ministra.

A SRª DELAÍDE ARANTES – ... representante sindical da mais alta envergadura. Um abraço.

A SRª GRAÇA COSTA – Obrigada.

Senador Paim, quero iniciar parabenizando pelo trabalho, como sempre. Acho que a iniciativa que está em curso aqui é realmente uma trincheira de resistência.

Nós sabemos o que significa este momento; é um momento muito complicado, muito difícil para nós, para a classe trabalhadora, mas também para o povo brasileiro. O ataque é muito grande e o mais importante é a gente saber que ele não finalizou. Nós estamos num processo de golpe. Ele não finalizou, como já foi dito aqui, e precisamos estar atentos e atentas, porque, além dessas medidas que foram tomadas, há outras que estão em curso, como a privatização de todas as estatais. Nós tivemos um movimento de resistência significativo nos anos 90; conseguimos barrar muita coisa, mas agora existe um ataque muito feroz, muito difícil para nós, para o povo brasileiro.

Quero dizer à Senadora Regina que ela tem a nossa solidariedade. Sinta-se energizada. Acho que aqui, em alguns momentos, fica-se muito solitário, mas não significa que não estejamos sintonizados e sintonizadas com o que está acontecendo.

Nós passamos esse mês de agosto, Senador Paim, acompanhando os congressos estaduais da CUT, e, no final do mês, nós tivemos o congresso nacional. Tiramos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muitas resoluções para enfrentar essa questão da reforma trabalhista, principalmente, mas também nos preparando para, se houver essa reforma da previdência, estarmos mobilizados e mobilizadas para essa questão.

E quero dizer que realmente é uma luta muito desigual. Como a Senadora Regina falou, na matéria que saiu na *Folha de S.Paulo*, por exemplo, a manchete diz que a terceirização não derruba os salários, mas o conteúdo da matéria diz que derruba, sim. A grande questão que está colocada na matéria é a de se contrapor ao estudo que nós fizemos, que a CUT fez com o Dieese. E eles querem derrubar isso, fazem crítica, inclusive chegando a ser antiéticos, porque a metodologia que você estuda, quando você faz um estudo, uma pesquisa, ela difere de um instituto para outro, de um órgão para outro. E isto é antiético, eles jogarem isto na imprensa: que a gente não fez o trabalho correto.

Mas lá o estudo deles diz que é de 17% a diferença de salário de quem é terceirizado. No nosso, é de 27%, 26%. Aí depende da categoria; a média geral é esse valor. Mas eles são muito ruins, maldosos, porque eles põem uma manchete e levam todo mundo a achar que aquilo é verdadeiro.

E esse aspecto é uma das maiores dificuldades, um dos maiores desafios que nós temos nessa conjuntura tão complicada, porque, enquanto nós estamos fazer a discussão e conscientizar e trazer para os trabalhadores e para as trabalhadoras o que realmente é a reforma, a imprensa burguesa faz a festa. E é muito complicado.

Então, também quero dizer que nós tiramos uma decisão na CUT: nós não reconhecemos a reforma, assim como nós não reconhecemos o Governo Temer, que é ilegítimo, assim como nós nos posicionamos de não sentar para negociar com este Governo, porque nós não reconhecemos este Governo. Nós não reconhecemos essa reforma.

E, aí, vamos resistir; vamos resistir em todos os aspectos. Vamos resistir na negociação, na mesa de negociação. E o primeiro teste está sendo agora nas campanhas salariais das categorias, pois estão agora no segundo semestre e, mesmo a lei começando a valer no dia 11 de novembro, os patrões já querem implantá-la agora nos processos de negociação. É um absurdo o que está acontecendo, mas a gente vai resistir. Nós sabemos que precisamos de um processo de mobilização muito mais forte, greves muito mais fortes das categorias, para garantir o direito no negociado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

agora. E nós sabemos que é uma situação bastante delicada esse período; mas vamos resistir.

Nós temos também o processo de debate jurídico. Temos um coletivo jurídico; nós estamos discutindo, estamos trabalhando os itens que podemos trabalhar na primeira instância, para enfrentar o que é ilegal, o que fere as normas, inclusive internacionais. E vamos continuar fazendo esse trabalho.

E, no processo de mobilização, nós tiramos uma decisão de fazer um projeto de lei de iniciativa popular, que é para se somar a este movimento, que há tanto na Câmara quanto aqui, do Estatuto do Trabalho. Nós lançamos essa campanha no dia 7 agora, no feriado, no Grito dos Excluídos, em todos os cantos do Brasil. Nós vamos colher assinaturas para solicitar revogação e nos somar ao projeto de lei que V. Ex^a já apresentou – o companheiro Paulo Paim – e também às iniciativas que há na Câmara dos Deputados.

Mas nós entendemos que, além de uma proposta legislativa, a questão da nossa proposta é fazer o debate, é descer nos locais de trabalho, é discutir e fomentar o movimento de massa, de que nós necessitamos nesse momento no nosso País, porque realmente nós estamos numa situação muito delicada.

Várias centrais sindicais estão sentando com o Governo; nós não sentamos. Nós estamos passando por um momento muito delicado, porque essa unidade das centrais para nós, para a classe trabalhadora brasileira, era número um; era questão de honra nossa estarmos juntos nesse momento para poder debelar esse confronto que existe contra a população brasileira.

Das questões internacionais que foram colocadas, realmente nós temos um estudo. Nós também estamos fazendo uma denúncia internacional à OIT dessa questão da reforma trabalhista, também da terceirização e de outras questões que estão em curso. Ela fere, sim, várias convenções da OIT. O Governo brasileiro nesse momento e o Parlamento brasileiro passaram por cima de acordos internacionais firmados há várias décadas, como é o caso da Convenção 98, que trata do direito à negociação coletiva, enfim...

E o mais absurdo é que nada disso, como foi dito aqui, foi negociado ou discutido de forma bipartite ou tripartite. O povo brasileiro, o trabalhador brasileiro, homens e mulheres ficaram fora dessa discussão. Não houve... Eles ficam aí fazendo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

discurso de que houve um grande debate. Realmente, nós viemos aqui e debatemos e mostramos e apresentamos muitas propostas, mas nenhuma foi aceita. Nem uma vírgula foi mudada! Então, não houve realmente debate. Conforme o direito internacional, a Convenção 144, deveria ter sido feita uma consulta. Quando há uma transformação, uma mudança muito radical, deve haver uma consulta, e essa consulta não foi feita. E nós não fomos escutados.

Então, vamos continuar na resistência; vamos continuar nas denúncias. E fica aí a grande lição: há muita gente boba que ainda não compreendeu – inclusive do movimento sindical, do movimento popular – o que está acontecendo no nosso País. Eu chamo atenção sempre, aonde a gente vai, de que é necessário que as pessoas compreendam. Nós temos o dever de descer nos locais de trabalho e explicar para os trabalhadores e para as trabalhadoras o conteúdo da reforma; fazer com que as pessoas compreendam a necessidade da mobilização e que a gente fique indignado, todos e todas, com essas medidas. Que a gente tenha uma reação mais coletiva. Mas, infelizmente, há muita gente que está totalmente equivocada, com a leitura equivocada desse momento.

Agradeço, Senador.

E estamos à disposição, a CUT está à disposição para essa luta sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da CUT Nacional, que me deu a alegria de ter feito aquela parceria.

Nós fomos aos 27 Estados, denunciando o que iria acontecer. Muita gente também naquela época não entendeu. Fomos sempre às assembleias legislativas, chamando todos os setores para o debate. Fizemos a nossa parte, mas não é fácil.

E, depois também, a Câmara... Eu sempre digo: o mais covarde foi o Senado, porque a Câmara, mal ou bem...

A SRª GRAÇA COSTA – Mas é reconhecido, Senador Paim e Senadora Regina. O trabalho de vocês aqui – dos poucos Senadores que nós temos – é muito reconhecido. Vocês não têm ideia do quanto as pessoas os parabenizam; não têm oportunidade de vê-los diretamente para dizer isso, mas a gente sabe. A gente sabe o quanto é importante essa resistência aqui de Parlamentares comprometidos conosco.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu digo isso, porque a Câmara fez pro mal, mas fez alguma coisa. Eles pegaram sete artigos e transformaram 117. E o Senado não discutiu nada; não discutiu nem os sete, nem os 117, nada!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente: mais de 800 emendas. E havia umas 300 deles, inclusive. Eles só diziam: "O chefe mandou."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É.

Uma vez eu disse para ele o seguinte: "Você concordaria que a sua esposa grávida ou a sua filha grávida trabalhasse em área insalubre?" "Ah, não. Claro que não, não é, Paim?" "Mas como é que você está votando isso, então?" "Porque o Temer vai vetar." Não vetou uma vírgula.

Não aceitaram. Não houve uma discussão.

Eu vou entregar depois o nosso voto em separado. Ganhamos em uma comissão só. Eu fui Relator na Comissão de Assuntos Sociais, e ali nós ganhamos; ganhamos do relatório deles.

Eu dizia: "Vocês leram isso aqui?" Eu li em 5 horas. Fiquei 5 horas lendo. "Não, não lemos e não vamos ler. Vamos votar como o chefe mandou." Esse era o clima aqui no Senado, por isso eu fiquei tão indignado.

Urbano, da Contag.

O SR. FRANCISCO URBANO – Bem, Senador, eu pedi a palavra agora mais para dizer que a gente não pode vir aqui e não deixar claro o nosso reconhecimento para a sociedade do seu trabalho e do da nossa Senadora aqui, nesta Casa.

O trabalho de vocês não repercute só na previdência, na legislação trabalhista; mas repercute também nesse processo que você está fazendo agora, no debate do Estatuto do Trabalhador, que vai puxar todo o debate.

Olha, eu não sou advogado; eu sou camponês. Faz tempo que eu não escuto algo que possa trazer para a gente com tanta clareza o desmonte, a destruição do cidadão,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

porque o direito está na proteção desse cidadão. Eu tenho a impressão... Não é possível que isso não consiga repercutir em nossos dirigentes sindicais, em uma parte deles que está meio dormindo. Boa parte dos nossos advogados trabalhistas não estão acompanhando isso de forma mais atenta.

Como nesta sala não está cheio de advogado trabalhista para ouvir vocês? Como a gente não tem uma informação de que nesta hora estejam lá reunidos, em seus sindicatos, grupos de advogados e lideranças assistindo a este debate, já que não puderam vir aqui? Para democratizar esse debate, para ele chegar às grandes massas.

Eu consegui gravar... Eu já pedi e vou vir aqui amanhã para tentar gravar, porque usando o *link* eu não estou conseguindo direito. Se vocês autorizarem, porque aqui a gente... Divulguem isso em CD, DVD, para as assembleias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai ser autorizado tranquilamente.

Mas você lembra bem, Urbano, que nós estamos ao vivo para todo Brasil desde as 9h.

O SR. FRANCISCO URBANO – Pois é.

Qual é a minha angústia? É que, ao saber de uma reunião deste tipo, a gente comece a organizar lá nos nossos Estados... Há fórum sindical lá... Por que não se reúnem lá e não assistem, já que não podem vir aqui? Mas não é só para ouvir, não; pode gravar. Como é que eu transmito...

Eu me lembro de que, alguns anos atrás, a gente não tinha esse tal de DVD, nem esse negócio aqui, não; mas a gente pegava um debate desse, transformava em chamada linguagem popular e, daqui, a gente mandava para delegacia sindical lá no interior. Não ia só para o sindicato, não.

Mas a gente hoje faz uns documentos – eu vou repetir – que parecem feitos para intelectual. Daquele intelectual, eu tenho que tirar, em linguagem popular, para a grande massa que não tem tempo de ler documento desse tamanho, dessa grossura, não. Não tem tempo ou, assim como eu, se tirar o rótulo nem lê.

Então, a gente tem que voltar a fazer estratégia sindical, comunicação de massa. Gente, comunicação de massa só faz a Globo... Não; nós já fizemos isso contra eles. Não é possível. Eu não acredito que a gente não consiga mobilizar novamente a nossa população, como a gente fez contra a ditadura militar, a gente fez pelas Diretas Já, a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

gente fez na Constituinte. Esta Constituição tem isso não porque foi feito pelos advogados da elite, como foram feitas as outras constituições. Foi feito junto com a população como um todo aqui. Por isso ela tem esse perfil.

E, agora, nós assistimos... É duro para um velhinho como eu chegar e ver algo que eu nunca vi. Olha, eu acompanhei a política desde 1961; desde 1960, porque acompanhei o final. E depois acompanho este Congresso faz muitos anos. E nunca vi nada igual à desqualificação, à falta de respeito ao papel que tem estas duas Casas.

E aí nosso Judiciário... Eu sempre disse e vou repetir – se tivesse um juiz aqui eu já teria dito: nós acreditamos demais no Judiciário como um órgão... O Judiciário nosso faz parte desse bloco da elite; ele tem banda e cor; ele tem lado. A vida inteira foi isso... E a gente acredita que justiça se faz pelo Judiciário? Não; o aparelho mais repressor das chamadas democracias burguesas contra o povo é o Judiciário. Democracia não é feita pelo Judiciário; justiça se faz por políticas públicas, que são interrompidas pela terceira ou quarta vez neste País, quando se começa a avançar em políticas públicas para a sociedade. E o Judiciário chega lá e faz...

Eu, certa vez, participei de um seminário internacional com todo o Judiciário. Desculpem, mas não posso deixar de dizer. Um juiz famoso, ministro, chamou-me para vir participar – e pediu uma audiência até, para ir lá para me convidar. Eu marquei a audiência e disse: "Eu pensei que o senhor fosse me prender aqui, porque Ministro da Justiça Federal pedir audiência com o Presidente da Contag..." "Não, eu o chamei porque eu quero que você diga tudo que você falou da Justiça." Eu falei: "Ah, então vai me prender lá no Congresso? Mas eu vou e digo." E eu disse lá que o Judiciário é uma casa de marimbondo – não sei se alguém conhece: mexeu com ele, sai um monte de lá, ataca tudo rapidinho, volta e se esconde, fica apenas olhando para dar ao outro de cá. É assim que esse Judiciário nosso funciona.

E agora ele mostrou a sua cara, ficou sujo de verdade para a sociedade, pelas bandalheiras. Não estou falando das pessoas; há muita gente boa dentro do Judiciário. Mas o modelo, o sistema não serve para a sociedade democrática progressista. Ou se muda... Na Constituinte, nós não mexemos no Judiciário, na estrutura e na organização partidária,...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FRANCISCO URBANO – ... e eu costumo dizer: nem nos militares, nem no terceiro, nem no quarto, nem na Igreja. Ficou tudo do mesmo jeito, por isso nós estamos vivendo pagando muito caro por não termos uma Constituinte exclusiva.

Eu queria só dar, de novo – para um velho sindicalista –, um desabafo, mas acreditando que nós vamos mudar com figuras como você, a senhora, provocando todos os dias ambiente para alertar todos nós para acordarmos de verdade em defesa de nós mesmos, de uma sociedade mais justa.

Mas eu aposto mesmo é em vocês, gente, quando eu vejo a juventude. Nós velhinhos podemos até contribuir com alguma experiência, mas quem vai mudar é a juventude. Não há mudança em lugar nenhum sem que a juventude possa participar efetivamente. Isso o Paim sabe muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem!

O SR. FRANCISCO URBANO – Desculpe-me pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, foi bem, foi bem, Urbano, da Contag. (*Palmas.*)

Você tem toda a razão, Urbano.

Sabe quando a gente vê essas malas e malas, apartamento com R\$52 milhões ali... E quantos apartamentos não existem por aí com esses milhões e milhões de reais? Mala correndo de uma pizzeria para outra...

Aqui no Senado – não vou citar nome para não me incomodar mais aqui dentro porque eu já me incomodo – há Senador com 15 processos nas costas, denunciado em todas áreas, e são os bambambãs do Governo aqui dentro.

O SR. FRANCISCO URBANO (*Fora do microfone.*) – Toda a equipe do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E todo mundo acha mais que bonito isso.

Se olharmos para o lado de lá, o Temer e os seus principais ministros, todos envolvidos. E o que eles dizem ainda? "Não, isso não interessa."

Como não interessa? Um ex-ministro dele, o Geddel, preso. E quando Geddel abrir a boca agora, sabe-se lá o que vai acontecer. Diz-se que o Cunha vai abrir também, sabe-se lá o que vai acontecer. Eles dizem: "Não, isso é assim mesmo. E nós vamos fazer a reforma política e vamos continuar tirando direitos dos trabalhadores".





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Olhe, se fosse num outro país, para mim isso já teria dado uma convulsão, no mínimo, no mínimo, no mínimo. Mas eu também sou daqueles que estou no verbo "esperançar". Eu não canso, como eu sei que vocês também não cansam, e por isso estamos aqui.

Eu vou estar lá em São Paulo, agora na quinta-feira, dia 14, às 9h da manhã, com a CPI da Previdência. A grande imprensa não dá uma linha sobre a CPI da Previdência. Não dá por quê? Porque os grandes devedores são bancos e grandes empresários que são clientes deles.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Alguns Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quem paga as propagandas? Quem paga a divulgação?

Quero só concluir com isso que ela disse aqui. Por exemplo, há 114 Parlamentares que devem para a Previdência e mais 14 Senadores. Vai dar isso? Não vai dar. Nós demos nomes lá na CPI – o Hélio José é o Relator. E aqui o Telmário Mota é o Presidente desta Comissão – na segunda é difícil para ele –, e nós somos o Relator. Nós demos os nomes de todos os bancos, um por um, e não acontece nada. "Devo, não nego, não pago, estou esperando um outro Refis".

O SR. FRANCISCO URBANO – Desculpe-me: é só uma coisa que esqueci e...

(Interrupção do som.)

O SR. FRANCISCO URBANO – .. não posso deixar de registrar nesta oportunidade. Além da reforma trabalhista, há um projeto de lei lá Câmara do Deputado Nilson Leitão que começa assim:... *(Fora do microfone.)*

1º Revoga-se a legislação trabalhista rural.

2º Não se aplica a CLT.

3º Remuneração não significa pagamento em dinheiro, pode ser em alimento, pode ser com moradia. E esse projeto está lá parado. Ninguém está conseguindo fazer um barulho com ele. E a gente se esquece de tratar dessa questão. Isso tem que ser denunciado, e eu estou insistindo para denunciar, para panfletar o nome desse cidadão, e se possível o nome dele e de parente, de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aderente e até da quinta geração, porque se ele não for candidato, ele vai lançar como candidato a mulher ou a filha ou um sobrinho. Então, eu não posso deixar de registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não; fez bem, fez bem, fez bem.

A Senadora Regina Sousa, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Não vou falar. Quero ouvir as pessoas que querem falar.

Vou falar somente uma coisa que você falou – que vai para São Paulo, com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com a CPI, dia 14, às 9h da manhã.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Na quinta-feira, nós teremos uma diligência em São Paulo sobre população em situação de rua. Eu e Gleisi – a Gleisi é a autora. Nós vamos ter o apoio lá do Suplicy, da comissão de direitos humanos de lá também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Todo mundo junto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Então, já avisando: quem estiver em São Paulo, nosso povo lá de São Paulo – ouviu, Graça? –, a gente vai estar lá quinta e sexta-feira, numa diligência da questão da população em situação de rua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Há um local onde vocês vão estar, para eles se dirigirem?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Eu tenho o endereço lá, mas não estou com ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas se forem na assembleia, às 9h da manhã, quando se inicia a audiência pública, o pessoal pode dali se dirigir para esse outro evento, que é importantíssimo também.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Alessandra Camarano, Vice-Presidente da Abrat, presente aqui. Então, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Aquele cidadão ali, ele também foi um dos que viajou nos 27 Estados. Faça o registro aqui. Ele foi aos 27 Estados com a gente, naquele debate que fizemos.

O SR. EDIELSON SOUZA SANTOS – Primeiro, eu quero agradecer o convite.

E, ao mesmo tempo, Senador, eu gostaria de fazer um convite – não sei como está a sua agenda para outubro. Nós vamos fazer o 7º Encontro de Educadores Sociais, lá em Fortaleza. Depois eu mando o convite detalhado para a assessoria, para ver se há a possibilidade de o senhor comparecer, porque é também um tema que está na pauta também que é a questão da legalização dos educadores sociais, que não são legalizados até hoje, no País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu acho que eu sou Relator do projeto, inclusive.

O SR. EDIELSON SOUZA SANTOS – Sim, é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Telmário Mota é o autor. É aquele, não é?

O SR. EDIELSON SOUZA SANTOS – Então, eu queria registrar aqui e dialogar com o que a Graça coloca, sobre essa questão de não haver consciência: não só os trabalhadores não têm consciência, como também muitos sindicalistas, e até o próprio patrão não tem consciência do mal que isso aqui faz. Por isso é que nós da CNQ – eu sou da CNQ, das relações de trabalho da CNQ – vamos realizar um seminário, debatido com os sindicalistas, para explicar para os trabalhadores. Porque a reação só vem se você tiver conhecimento do mal que fazem. Então nós faremos isso. E estamos tentando dialogar ao máximo com os trabalhadores para que tenham essa consciência para fazer a reação, porque a luta só vem se houver conhecimento do mal que fazem.

Era isso o que eu queria deixar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem!

A CNQ é a Confederação Nacional dos Químicos. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E a confederação é que permitia que você fosse em todos os Estados acompanhar o debate. E você participava como painelistas, inclusive.

O SR. EDIELSON SOUZA SANTOS – Estarei lá, quinta-feira, dia 14, em São Paulo também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu queria terminar, se me permitem agora.... A não ser que tenham alguma coisa. O senhor tem alguma colocação a mais?

O SR. LUIS CARLOS MORO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu queria... Quem puder leia, pois é interessante: *Reforma trabalhista: prova de fogo para os trabalhadores brasileiros – voto em separado*. Eu li todo este livro aqui, fiquei cinco horas lendo, mas eu li aqui, ao vivo. E os Senadores diziam: "Ah, mas vai ler tudo isso?" Lia e ilustrava, pois em cada folha eu falava um pouco de improviso. Mas este livro que tem a participação – quero valorizar aqui – da Anamatra, do Ministério Público do Trabalho, dos advogados trabalhistas – olha lá: ele ajudou na elaboração do meu relatório –, da Abrat, que ajudou também... Todos ajudaram a escrever este relatório aqui. O Sinad também. Vocês vão ver que eu fiz de tudo aqui. Se vocês pegarem as primeiras quatro páginas, vocês irão ver que eu tentei trabalhar com a emoção. Lá no final, ainda trabalhei com a emoção, que foi a minha versão final do pronunciamento de encerramento. E dentro dele, há todo um conteúdo técnico, jurídico, social, político, dizendo que é inconstitucional. Adiantou? Adiantou de nada. Mas eu recomendo: quem puder ler, vocês vão gostar de ler, tanto as primeiras páginas como as últimas, como toda a técnica dentro, construída por aqueles que nos assessoram e nos ajudaram muito. Aonde eu vou, eu estou deixando esta cópia, que é assinada por todos os ... Representou aqui o voto do campo da oposição.

Então, eu termino dizendo que oxalá a gente possa um dia levantar, não um voto em separado que ganhamos numa comissão e foi derrotado em Plenário, mas um Estatuto do Trabalho! Porque esta é a versão que ficou: ficou o Estatuto do Empregador. E vejam: há quem dissesse que teria que fazer o do trabalhador. Não, a gente está fazendo o Estatuto do Trabalho. E aqui vão ser ouvidos também os empresários. E há muito empresário sério que discorda disso que eles fizeram aí, que vêm falar com a gente, como na CPI da Previdência também. Na CPI da Previdência, um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cara chegou e me disse: "Paim, esse pessoal que não paga a previdência nunca, não paga a parte dele, não paga a parte do trabalhador que ele desconta, isso dá R\$30 bilhões por ano de apropriação indébita. Isso é concorrência desleal: claro que o produto do cara vai chegar mais barato no mercado do que o meu" – disse ele. E o pessoal fica esperando Refis. Banco que deve quase R\$4 bi. JBS, quase R\$4 bi, por exemplo. Aí não dá, não é?

Então, vocês podem estar certos que, ainda no mês de outubro, nós vamos entregar o relatório final – já falamos com o Hélio José –, demonstrando que vão ser assustadores os dados. Se não tivessem metido a mão no dinheiro da previdência, sabe quanto nós teríamos em caixa? Eu vou dizer o meu número: R\$2 tri. O Paulo Penteado, que é procurador ou promotor lá em São Paulo, vai entregar um documento, e sabem o que ele diz? "Não é R\$2 tri, Paim: é R\$7 tri". Ele vai entregar um documento mostrando isso. Nem eu sabia, eu só trabalhava com o superávit que a Anfip falava, que em média daria uns R\$50 bi. Hoje eu já falo em R\$2 trilhões a R\$3 trilhões. E o Paulo Penteado mandou um documento por escrito para mim que ele vai entregar em São Paulo também. Ele mostra por A mais B que dá em torno de R\$7 trilhões. E agora querem fazer a reforma da previdência para tirar de quem, de novo? Do trabalhador rural, por exemplo; do urbano; do servidor. Nós vamos fazer de tudo para que eles não tirem. Podem ter a certeza absoluta.

Muito obrigado a todos. Parabéns a todos que participam deste trabalho e que estão ajudando a elaborar, construindo o Estatuto do Trabalho!

Dr. Luis, no dia 1º de maio nós vamos entregar a primeira versão, e queremos que durante maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro ele esteja pronto. Porque eu sinceramente não acredito que este Congresso aprove. Nós estamos preparando uma peça para que o Congresso, eleito em 2018, com um novo Presidente da República eleito – um Congresso decente, e não esse, que é indecente, e um Presidente decente, porque esse é indecente – possam então aprovar e sancionar o Estatuto do Trabalho.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 106/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre o tema "Princípios Basilares para um Estatuto do Trabalho e Princípios da CLT". Participantes: Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região; Francimary Oliveira Michiles, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Ministro Augusto César Leite de Carvalho, Tribunal Superior do Trabalho – TST; Paulo da Cunha Boal, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho do Central Única dos Trabalhadores – CUT; e Anjuli Tostes, Representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Ana Cláudia Bandeira, Vice-presidente da ANPT; Francisco Urbano, CONTAG; e Carlos Damarindo, Representante do Sindicato dos bancários de São Paulo. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos; e para constar eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/25>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho, aqui na Comissão Permanente de Direito Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 106, de 2017, de nossa autoria, para debater princípios basilares para um Estatuto do Trabalho e debater princípios da CLT.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Temos como convidados, no dia de hoje, Francimary Oliveira Michiles, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região – já ia convidar para a Mesa; nossas palmas. (*Palmas.*)

A Drª Francimary atrasou, mas... Já está aqui? Então, seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Convido o Ministro Augusto César Leite de Carvalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Seja bem-vindo também, Ministro. (*Palmas.*)

Convido Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho do Central Única dos Trabalhadores. Como a Graça estava de aniversário no fim de semana, a gente entende que ela pode atrasar um minuto. Ficam aqui as nossas palmas. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Paulo da Cunha Boal, Diretor da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

Então, rapidamente, vejo aqui com alegria também a presença do Urbano, representando a Contag – sempre presente –, e das assessorias de todos os nossos convidados. Sejam todos bem-vindos.

Urbano, sente aqui mais na frente, faça o favor.

O Urbano é um eterno dirigente da Contag. Tive o histórico, tive a alegria de participar na semana passada – não é, Urbano? –, por um convite, de um evento lá na Contag. Muito bom o evento. Acho que havia em torno de 300 lideranças do Brasil. Foi muito bom o evento e gostei muito. Eram em torno de 300 lideranças do Brasil todo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para discutir temas como estes – há uma preocupação enorme –: tanto a reforma trabalhista quanto a reforma previdenciária. Quanto à trabalhista, a preocupação é de que ela entra em vigor a partir de novembro, e as preocupações aumentam a cada dia que passa, por aquilo que já está sinalizando o empresariado, tanto na área pública como na área privada.

Tanto o setor ligado mais aos bancos como também ao empresariado da linha mais de ponta. Eu não diria de ponta, podemos dizer tanto setor primário e secundário como terceiro setor. A preocupação é enorme, de todos, com o que vem acontecendo. E esta nossa subcomissão é uma luz que surge, como falamos sempre, no fundo do túnel.

Com tanta desgraça, há uma expectativa muito grande na sociedade brasileira, principalmente daqueles que são empregados na área rural, na área urbana, na área pública, enfim, em todos os setores, pelo que significa a dita reforma trabalhista, que até hoje continuam vendendo a imagem de que ela é moderna. Nós achamos que é um atraso total e já começamos a sentir os efeitos. Em inúmeras áreas, estão sendo prejudicados já, com demissão, e contratando diretamente ou terceirizados, ou trabalho intermitente, ou aquele chamado contrato autônomo exclusivo, inclusive a Caixa Econômica Federal, já anunciando que não tem mais concurso tão cedo, pelo menos. E prefeituras já também dizendo que não vão fazer concurso. Tivemos aqui denúncias já gravíssimas dos professores, por exemplo.

Então, essa nossa audiência de hoje vem em uma série de audiências que estamos fazendo, e pretendemos apresentar ao País um verdadeiro Estatuto do Trabalho, e não o estatuto do empregador, como eles transformaram a nossa CLT, revogando praticamente tudo o que foi construído da Era Vargas até hoje.

Então, esse é o objetivo. Hoje, com ilustres convidados, vamos aprofundar mais uma vez o debate e aí vamos construindo. Só para situar todos, é nossa intenção, no dia 1º de maio, soltar já a primeira versão.

Quem preside esta Comissão é o Senador Telmário Mota; eu sou o Relator. Na falta dele, eu fico na Presidência. Lá na CPI da Previdência, que alguns confundem, eu sou o Presidente; o Relator é o Hélio José. Vamos também no máximo até outubro, no máximo até o fim de outubro, divulgar já o trabalho da CPI, comprovando a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

roubalheira, o desvio de dinheiro da previdência, que é algo que nem eu imaginava que era tão grave como está havendo agora.

E ainda querem fazer reforma da previdência, não mexendo, nem um minuto, na questão da gestão, da estrutura, na arrecadação, nada, é só retirando direitos. E aí continua como sempre: quem paga, paga muito, e quem não paga, não paga nada. Não paga nada, e, claro, vai chegar o momento em que a previdência vai ter déficit, porque só se retira e não se ajusta a arrecadação, não se ajusta a gestão, não se criam instrumentos para que esses 500 bilhões... Estou falando direto, mas dizem que é muito mais já, chegam quase a um trilhão os chamados devedores que dizem: "Devo, não nego, não pago." E daí tudo bem, e continua assim. Só mesmo aqui, no Brasil, para isso acontecer. E querem que o trabalhador seja mais uma vez punido.

E querem que o trabalhador seja mais uma vez punido.

Nós temos muita esperança de soltar a primeira versão da reforma trabalhista no dia 1º de maio e de concluir os trabalhos ainda no ano que vem, para que o Congresso eleito em 2018... Tenho muita esperança no Congresso que vai ser eleito e no novo Presidente, porque, na verdade, não basta o Congresso aprovar; depende da sanção. Então, espero que tenhamos um Presidente comprometido com o povo brasileiro e um Congresso também comprometido, para que eles possam analisar, votar e, oxalá, sancionar uma carta decente, ou seja, um estatuto, uma CLT decente.

Então, vamos começar pela ordem aqui, se não houver nenhum problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Não há problema. É comigo mesmo, não é?

Vamos começar com a Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Dr^a Francimary Oliveira Michiles.

A SR^a FRANCIMARY OLIVEIRA MICHILES – Bom dia. Bom dia a todos.

Quero saudar o Senador Paulo Paim, agradecer-lhe o convite para participar deste evento importante em defesa dos direitos dos trabalhadores e parabenizá-lo, porque o senhor tem sido um dos únicos homens que tem nos apoiado, apoiado a Auditoria Fiscal do Trabalho, apoiado o trabalhador. E, na pessoa do Senador, quero saudar os demais componentes da Mesa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós viemos tratar dos princípios basilares para o Estatuto do Trabalho e dos princípios da CLT.

Eu vou ter que acompanhar por aqui, porque eu tenho problema de visão.

Vai passando.

Então, dentre os vários princípios constitucionais da proteção ao trabalhador, como nós estamos vendo, eu estou me fixando no princípio da dignidade da pessoa humana.

O direito do trabalho, como direito social fundamental, pode ser compreendido sob dois aspectos. Há o direito individual subjetivo do homem de acesso ao mercado de trabalho e à capacidade de prover a si e a sua família, através de seu trabalho, que deve ser digno.

O direito do trabalho como direito social coletivo, inerente a um grupo de trabalho merecedor de proteção especial, fixa o patamar mínimo civilizatório, sem o qual não se aceita viver, derivado da igualdade substancial e que tem a dignidade da pessoa humana como essência da dignidade individual, que diz respeito à integridade física e psíquica do homem.

A dignidade social é a afirmação do homem como ser pertencente a uma sociedade e funda-se no parâmetro do mínimo existencial a ser assegurado a todas as pessoas.

Portanto, a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana só é possível pela conjugação de duas dimensões: a individual e a social.

O direito do trabalho consolida-se como principal instrumento da concretização da dignidade da pessoa humana ao possibilitar a inclusão efetiva do trabalhador na sociedade capitalista. Dessa forma a atividade estatal deve ser pautada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, por ser o homem o centro de convergência de direitos de todo o ordenamento jurídico, e a dignidade constitui o substrato mínimo a ser assegurado a todos igualmente. E essa garantia mínima, a ser assegurada pelo Estado, é o direito do trabalho. E é por meio do trabalho digno que o homem se afirma e se insere na sociedade capitalista, além de se possibilitar ao indivíduo o acesso às condições de uma vida digna para ele e sua família.

O princípio basilar da ordem social e econômica é o princípio da dignidade da pessoa humana. Diante disso, temos que o sentido maior do direito do trabalho é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

assegurar a melhoria de vida do trabalhador e a determinação do mínimo existencial. Daí o princípio da dignidade da pessoa humana constituir-se na base de qualquer Estado democrático de direito. O princípio da dignidade da pessoa humana é universal e já consta da Declaração dos Direitos do Homem, que pode ser compatível com a dignidade da pessoa humana. A Convenção Americana dos Direitos Humanos, pacto de San José da Costa Rica, já reafirma a importância do princípio da dignidade da pessoa humana, em que os direitos essenciais do homem vêm do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana.

A Convenção Americana de Direitos Humanos também afirma que ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório.

No ordenamento interno, as Constituições brasileiras de 1946 e 1967 já relacionavam a dignidade da pessoa humana ao direito do trabalho e prescreveram a todos a garantia do trabalho e a possibilidade da existência digna. Também a Constituição Federal de 1988 reafirmou o princípio da dignidade da pessoa humana, já trazendo no seu preâmbulo que cabe ao Estado instituir e assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. A Constituição cidadã trouxe como fundamentos a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Também destacou como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a educação das desigualdades sociais e regionais.

Portanto, senhores, a proteção do trabalhador do desequilíbrio jurídico e econômico na relação laboral é pautada em vastos princípios de direito do trabalho constitucionais, dentre os quais nós destacamos o princípio da proteção, o princípio da primazia da realidade sobre a norma – e, aqui, com base nesse princípio é que a auditoria fiscal do trabalho constata diariamente a dura realidade que o trabalhador enfrenta –, o princípio da norma mais favorável, o princípio da imperatividade das normas trabalhistas, o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, o princípio da condição mais benéfica, o princípio da inalterabilidade contratual lesiva, o princípio da intangibilidade salarial e o princípio da continuidade.

A Organização Internacional do Trabalho deu destaque ao significado de trabalho decente, ao aduzir que é aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança, capaz de garantir uma vida digna. A OIT apoia-se





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

em quatro pilares estratégicos: o respeito às normas internacionais do trabalho, em especial os princípios do direito fundamentais do trabalho, a liberdade sindical, o reconhecimento efetivo dos direitos de negociação coletiva, eliminação de formas de trabalho forçado, abolição efetiva do trabalho infantil, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, também a promoção do emprego e a qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social.

O trabalho digno ou decente pode-se conceituar como um conjunto mínimo de direitos do trabalhador, que corresponde à existência de trabalho, à liberdade de trabalho, à igualdade de trabalho, ao trabalho em condições justas, incluindo a remuneração e que preserve a sua saúde e segurança, a proibição do trabalho infantil, a liberdade sindical e a proteção contra os riscos sociais.

O princípio da proteção, consagrado na Constituição Federal da República do Brasil, determina que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria da sua condição social.

Não obstante todo esse arcabouço jurídico, os auditores-fiscais do trabalho têm constatado diariamente inúmeras afrontas ao direito do trabalhador, onde se apuram inúmeras irregularidades, as quais são levadas ao trabalhador. Temos aqui o combate ao trabalho escravo, em que, somente no período de 2016 até março de 2017, foram resgatados 885 trabalhadores encontrados em condições análogas à de escravo. No período de 2007 a 2016, foram resgatados 28.409 trabalhadores em situação análoga à de escravo.

Também um dos grandes direitos do trabalhador, que tem sido inclusive desviado e com alto índice de sonegação, tem sido constatado pela auditoria fiscal do trabalho, em que foram levantados 18,65 bi, só pela Auditoria Fiscal do Trabalho, e existem inúmeras empresas ainda com grande índice de sonegação fiscal.

Quanto ao combate ao trabalho infantil, das 60.860 ações fiscais, foram afastados 92.749 trabalhadores da condição de trabalho infantil. Mesmo sofrendo várias autuações, muitas empresas permanecem na irregularidade, porque preferem manter as autuações a conceder o direito dos trabalhadores. Daí a importância de um Estado firme para combater as mazelas sociais.

A inspeção do trabalho também autuou por segmento. Os maiores índices de irregularidades estão na indústria, na construção e no comércio. E é justamente na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

indústria da construção onde se tem o maior índice de acidentes de trabalho derivado das contratações, de terceirizações que ocorrem de forma muito alta.

Os acidentes do trabalho no Brasil. Foram registrados 700 mil acidentes de trabalho por ano, o que coloca o País em quarto lugar no mundo nesse aspecto, segundo a Organização Internacional do Trabalho. O Brasil fica atrás apenas da China, da Índia e da Indonésia e, com esses altos índices de acidentes do trabalho, o País gasta cerca de R\$70 bilhões por ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se diminuíssem esses acidentes de trabalho, já teriam resolvido o problema da reforma, porque ganha o empregado e ganha o empregador.

A SRª FRANCIMARY OLIVEIRA MICHILES – Exatamente.

Através das análises de acidentes de trabalho, de 19.958 análises de acidentes do trabalho foram constatados, no período de 1988 a 2014, 82.171 acidentes fatais.

(Soa a campainha.)

A SRª FRANCIMARY OLIVEIRA MICHILES – Isso significa que 2.800 trabalhadores morrem, por ano, em decorrência de acidente do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Para ajudar a Drª Francimary. E ainda aqui no Congresso – para terem uma ideia – eles querem acabar com a NR-11, que é aquela que garante a proteção das máquinas, principalmente importadas, mas tem que ser para todas, é claro, e todo aquele sistema de proteção.

Por isso, está coberta de razão a sua análise sobre esse tema, e nós temos é que evoluir no combate ao acidente de trabalho e não essa forma cruel e truculenta como veio na reforma que aprovaram, infelizmente, e ainda querem acabar com a NR-11.

A SRª FRANCIMARY OLIVEIRA MICHILES – É a 12, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É a 12.

Ainda bem, Doutora, que corrigiu. Aproveito agora que estamos falando para todo o Brasil. A senhora olha o plenário, e no plenário estão as pessoas que mais acompanham este debate aqui.

Mas, no mínimo, dois a três milhões de pessoas, na segunda-feira pela manhã, ficam na TV Senado assistindo a esses debates.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a nossa responsabilidade é muito grande. Eu já agradeço aí a correção. É a NR-12; não é a NR-11.

Acho que estou lendo o número do grupo onze aqui e que estão bravos com essa situação.

A SR^a FRANCIMARY OLIVEIRA MICHILES – E entre as causas desses acidentes do trabalho obviamente está a questão do maquinário inadequado, desprotegido. Mas chamo a atenção para o ritmo acelerado, excesso de jornada de trabalho, o assédio moral, a cobrança exagerada e o desrespeito de diversos direitos dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Assédio moral, assédio sexual, enfim...

A SR^a FRANCIMARY OLIVEIRA MICHILES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É uma vergonha.

Mas vá lá. Está indo bem.

A SR^a FRANCIMARY OLIVEIRA MICHILES – Espere. Está passando.

Além de outros acidentes, também muito atuais agora são os transtornos mentais e comportamentais, como episódios depressivos, estresse e ansiedade, e Síndrome de Burnout.

Além de todas essas mazelas aqui apontadas pela Auditoria Fiscal do Trabalho, ainda temos a imposição do Governo da desregulamentação do direito do trabalho, coisificando o trabalhador, através da dita reforma, chamada reforma trabalhista.

Vários problemas nós levantamos, já detectamos, que causará esse tipo de contratação.

Trabalho intermitente – a subordinação do trabalhador ao empregador. O empregador poderá convocá-lo ao seu bel prazer. O trabalhador não saberá o quanto a receber pela prestação do serviço, posto a carga horária certa a ser contratada podendo ser inferior ao salário mínimo;

Trabalho temporário – também os trabalhadores serão desiguais dos demais trabalhadores que laboram na mesma função;

A terceirização desenfreada, que permite a terceirização na atividade, inclusive na atividade principal. Nesse caso, os empregados poderão ser contratados por





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cooperativas, por pessoa jurídica (PJ), por microempreendedor, ou por empreendedor individual;

A flexibilização da jornada é outro problema, pois aumentará inclusive os acidentes do trabalho. A nova lei não permitirá o controle da jornada pelos empregados e amplia a compensação das horas extraordinárias, permitindo jornada de 12 horas seguidas no período de até 36 horas de descanso, elevando o risco de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

O teletrabalho também é outro grande problema, pois responsabiliza diretamente o trabalhador às condições exclusivas de insalubridade e qualquer outro dano que ele venha a ter.

E as limitações do trabalhador ao acesso à Justiça, onde o trabalhador não poderá reivindicar seus direitos, porque terá que custear as despesas judiciais e periciais, inviabilizando, dessa forma, o recurso de demandar. Outra lesão que a desregulamentação traz é o negociado sobre o legislado. Prevalecerá o constante da convenção coletiva, mesmo em conflito com a norma superior; a diminuição salarial, sem consequente redução de jornada em negociações coletivas; as negociações coletivas livres, sem participação sindical; a diminuição da remuneração e consequente arrecadação de FGTS e contribuições sociais.

Ora, se não haverá mais vínculo empregatício, consequentemente haverá uma redução drástica de arrecadação de todos os impostos incidentes sobre a folha de pagamento, inclusive o FGTS e a contribuição social.

(Soa a campanha.)

A SR^a FRANCIMARY OLIVEIRA MICHILES – A supressão de direito de segurança e saúde do trabalho também foi admitida pela nova reforma, em que se admite a negociação coletiva sobre lugares insalubres e jornadas em ambientes insalubres, com a alteração de graus máximo e mínimo, previstos na norma legal; lesão ao direito das mulheres grávidas e lactantes, que poderão laborar em ambiente insalubre; intervalos não serão considerados norma de saúde, higiene e segurança de trabalho.

Senhores, diante de todas as imposições dessa regulamentação, que será imposta a partir de novembro, nós temos que o importante Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – que determina o direito ao trabalho e à justa remuneração; o direito à forma de associar-se a sindicato; o direito a um nível de vida





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

adequado; o direito à educação; o direito das crianças de não serem exploradas e o direito à participação na vida cultural da comunidade – deve ser imposto pelo Estado.

Importante decisão nós trazemos do Tribunal Constitucional Espanhol, que, precisando justamente o significado da primazia da dignidade da pessoa humana, sublinhou que a dignidade há de permanecer inalterável, qualquer que seja a atuação, e que a pessoa se encontre constituindo, em consequência, um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar.

Nesse sentido, a dignidade da pessoa humana é um princípio absoluto, posto que, ainda que se opte, em determinada situação, pelo valor coletivo, esta opção não pode nunca sacrificar ou ferir o valor da pessoa.

E os ensinamentos de Kant, que se apresentam nessa parte, devem ser aplicados nesse caso concreto: o homem, de uma maneira, todo ser racional existe como em si mesmo, e não apenas como meio para uso arbitrário daquela vontade – desta ou daquela vontade.

Diante de todo o exposto, é forçoso concluir que o Brasil possui arcabouço legal de Constituição o bastante para se rechaçar e revogar a desregulamentação trabalhista ora imposta, por se tratar de afronta aos princípios constitucionais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, mormente o princípio da dignidade da pessoa humana, sem o qual o Estado democrático de direito não se perfaz.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Francimary Oliveira Michiles, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Parabéns pela palestra que abriu o debate no dia de hoje, demonstrando o retrocesso que pode ser essa reforma, considerando os direitos assegurados por todos nós ao longo das nossas vidas, inclusive em nível internacional.

Passamos a palavra neste momento ao Dr. Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho da 10^a Região.

Estou dando dez minutos com mais cinco, mas, se necessário, mais cinco, chegando ao limite de vinte.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos ter uma segunda Mesa. Eu sei que chegou a Graça, que está com muita graça, porque fez aniversário nesta semana. Vamos dar uma salva de palmas para a aniversariante. (*Palmas.*)

Dr. Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Bom dia, Senador Paim, em nome de quem eu cumprimento todos os integrantes da Mesa, Ministro Augusto César, Francimary, Dr. Paulo Boal.

Quero registrar, em primeiro lugar, que estou aqui não só em nome do Ministério Público do Trabalho mas também da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, que é uma participante ativa neste fórum. A nossa Vice-Presidente, Dr^a Ana Cláudia Bandeira, está presente aqui inclusive. Então, eu tenho, digamos, essa dupla representação, Ministério Público do Trabalho e também ANPT.

Eu gostaria de ser bastante objetivo, Sr. Presidente, porque temos várias falas que se sucederão aqui. Eu gostaria de apresentar duas ou três ideias que considero fundamentais.

Em primeiro lugar, quero saudar de forma expressiva essa iniciativa de se estabelecer essa discussão sobre o futuro do Estatuto do Trabalho. Nós vivemos um momento realmente crítico em relação à proteção ao trabalhador, é um momento inédito, em quase 30 anos de história constitucional, em que vivemos um ataque tão frontalmente dirigido contra o trabalhador e contra o sistema de Justiça que opera em torno da proteção do trabalho. Então, a minha ideia aqui é tentar resgatar um pouco dessa história de 30 anos, para tentar estabelecer algumas ideias.

O ponto chave da minha exposição é que qualquer estatuto do trabalhador, qualquer forma de produção legislativa que envolva o trabalhador tem que resgatar e reafirmar o projeto da Constituição da República de 1988. Ou seja, a Francimary falou sobre a dignidade da pessoa humana; esse princípio tem de ser resgatado, assim como o objetivo de criar uma sociedade livre, justa e solidária, como o objetivo de reduzir desigualdades sociais e regionais.

Se nós analisarmos o processo constituinte, estamos aqui numa Casa que hospedou o processo constituinte, o Senador Paulo Paim foi Constituinte. Foi um processo em que o mundo do trabalho, a categoria trabalho foi central em todo o processo constituinte. Foram as forças sociais ligadas ao trabalho, lideranças sindicais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que surgiam, lideranças empresariais modernas, lideranças que envolviam uma nova concepção das relações de trabalho, elas ocuparam um papel central no processo constituinte. As discussões sobre os direitos sociais, estabilidade no emprego ou proteção contra despedida imotivada, a questão do modelo de organização sindical, os turnos ininterruptos de revezamento, a questão da jornada de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O turno de seis horas. Calcule querer discutir o turno de seis horas nos dias de hoje. Eles nos matam aqui dentro. Na época, eu rebolei.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Uma discussão profunda, intensa, mobilizou a sociedade como um todo. Ou seja, o trabalho era uma categoria central no processo constituinte porque as forças que envolviam uma proteção do trabalho estavam na vanguarda de quem desencadeou o processo constituinte. Então, isso trouxe uma dimensão, digamos, nacional e social para o debate sobre o trabalho.

E isso não foi uma história que acabou em 1988. Nós temos sucessivas leis que combatem a discriminação, que protegem a questão da mulher na relação de trabalho. Nós temos, digamos, o arco final dessa história é a Emenda Constitucional 72, que protege o trabalhador doméstico. Se nós pensarmos, ela é promulgada em abril de 2013. A CLT é de maio de 1943. Então, nós temos um arco de setenta anos de inclusão e proteção do trabalhador. Inclusive, inclusão gradativa.

A Constituição de 1984, mesmo 1946, elas não abrangiam os rurais. Os rurais foram sendo incluídos. A de 1988 restringiu o direito dos domésticos. Os domésticos foram, digamos, integrados com a Emenda 72. É uma história de inclusão ligada ao trabalho.

Aí, nós nos deparamos com essas leis promulgadas em 2016, que são flagrantemente inconstitucionais, porque elas reformam a Constituição por uma via transversal, por uma via sub-reptícia, por uma via que desconsidera todo esse elemento de proteção ao trabalho, que está na essência da Constituição de 1988.

Então, para sintetizar, digamos, esse primeiro momento da minha fala, qualquer estatuto do trabalhador tem que resgatar, respeitar, reafirmar e reiterar o compromisso da Constituição de 1988 com o valor social do trabalho, com a dignidade da pessoa humana e com a redução das desigualdades sociais e regionais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E daí, eu já coloco uma segunda questão que envolve isso também. É fundamental que, em um futuro estatuto do trabalhador, estatuto do trabalho, esteja protegido e íntegro o sistema de justiça ligado ao mundo do trabalho. Porque a Constituição não apenas reafirmou a Justiça do Trabalho como órgão institucional crucial na arquitetura do Judiciário brasileiro, ela criou um sistema de Justiça. Nós temos na Constituição de 1988 Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, advocacia, advocacia pública. Existe todo um complexo de instituições que estão na Constituição para fazer reiterar e valer os princípios constitucionais.

Quando a gente fala no mundo do trabalho, são os princípios constitucionais que informam o Direito do Trabalho. Então, nós temos uma Justiça do Trabalho, um Ministério Público do Trabalho, a advocacia trabalhista, tão ativa, tão atuante no processo constituinte, como a Abrat, as associações de advogados trabalhistas foram tão atuantes nesse processo. Nós temos a Defensoria Pública, que hoje na União está se abrindo para o mundo do trabalho. Ou seja, essa estrutura precisa ser preservada, como existe na maior parte dos países democráticos do mundo, e precisa ser prestigiada.

O que nós vemos na Lei 13.467, a chamada reforma trabalhista, é uma diminuição da importância da Justiça do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – É o tratamento do trabalhador como se tivesse menos direitos do que um litigante na Justiça Comum. É a Justiça do Trabalho com as mãos amarradas para aprovar súmulas, para estabelecer indenizações por dano extrapatrimonial. Restrições essas que não se aplicam à Justiça Comum.

Então, por que a Justiça Comum, que envolve questões contratuais, cíveis importantes, comerciais, não tem os limites que a Justiça do Trabalho tem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Inclusive em relação ao seu acesso, inclusive em relação às condições de se ajuizar uma reclamação trabalhista.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu me recordo do Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, em um congresso em Porto Alegre, da Anamatra, o Conamat, em que ele dizia: “a justiça do trabalho é a justiça mais perto da população”.

Eu não ouço um trabalhador dizendo assim: “eu vou impetrar um mandado de segurança”. Eu ouço o trabalhador dizendo: “eu vou buscar os meus direitos”. E quando ele fala que vai buscar os seus direitos, normalmente ele vai ajuizar uma reclamação trabalhista.

Então, é um lugar em que há essa proximidade, essa consciência; e essa capacidade da justiça do trabalho de estar disseminada, de estar próxima da população, junto com o sistema de justiça, foi afetada pela Lei nº 13.467. Isso é um equívoco histórico que precisa ser imediatamente corrigido.

Então, estabelecido esse primeiro critério. Uma segunda questão que eu gostaria de colocar, que é uma questão muito importante para os órgãos que eu estou aqui temporariamente representando, é a universalidade da proteção a todas as formas de trabalho. Se nós vivemos em um mundo em que o mundo do trabalho está fragmentado e aquela estrutura hierárquica, hierarquizante da relação trabalhador e empregador vai encontrando várias brechas que vão, digamos, disseminando, e vão, de certo modo, fragmentando a relação do trabalhador a quem ele presta serviços, é fundamental que a proteção se estenda a todas essas novas formas de prestação de trabalho. Ou seja, que sejam protegidos os trabalhadores informais, que sejam protegidos os trabalhadores terceirizados – esses estão sempre na ponta da precarização do mundo do trabalho –, que sejam protegidos os trabalhadores estrangeiros, refugiados ou não, que encontram o seu sustento, muitas vezes explorados, no território brasileiro. Ou seja, não é possível mais pensar a proteção de apenas um tipo de trabalhador ou alguma forma ou alguma modalidade de contrato de trabalho. O mundo do trabalho exige que se proteja toda e qualquer forma de prestação do trabalho humano. A fragmentação do mundo do trabalho não pode se seguir à fragmentação da proteção do trabalho.

Então, é crucial, se nós temos hoje trabalhadores que prestam serviços por meio de aplicativos no celular, trabalhadores que se colocam como autônomos, mas efetivamente estão a serviço de algum conglomerado, algum grupo econômico, ainda





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que seja de mais de um empregador, é evidente que o trabalho subordinado continua a existir,...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTIANO PAIXÃO - ...e essa subordinação tem que ser compreendida modernamente.

A doutrina e a jurisprudência, tenho um acórdão aqui do TST, do Tribunal e da Turma, da qual sempre fez parte o Ministro Augusto César, um acórdão da 6ª Turma, que fala da subordinação estrutural. Ou seja, eu posso não ter uma subordinação subjetiva, o trabalhador não ser diretamente ligado por uma anotação nos seus registros funcionais ao empregador, mas ele pode ser estruturalmente subordinado a um determinado integrante, ator, do mundo do trabalho. Exemplo: as indústrias têxteis.

O Ministério Público do Trabalho firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com uma marca de roupas, que é uma das maiores do mundo, tem sede na Espanha, mas tem penetração global. Essa marca tinha cerca de onze mil trabalhadores ligados a sua, digamos, cadeia produtiva, pouquíssimos deles eram trabalhadores da própria marca.

Havia ali a contratação de intermediários que contratavam pequenas oficinas de costura normalmente conduzidas por trabalhadores bolivianos em situação de extrema exploração, que eram arregimentados por exploradores na própria Bolívia, chegavam ao Brasil já devendo seus custos de passagens, de moradia, ou seja, descontos ilícitos se faziam a todo momento. Um número de 2011 calcula que existiam 300 mil bolivianos nessa situação apenas em São Paulo. Devemos falar ainda que temos trabalhadores peruanos, paraguaios, nessa situação similar.

Foi feito um termo de ajuste de conduta com essa grife, que aproveitava o serviço desses trabalhadores, em que ela se compromete a assumir as consequências de toda a cadeia produtiva. Essa é uma questão muito importante para nós, porque ela envolve a ideia de que o Direito do Trabalho não pode ser um instrumento fácil de manipulação. Ou seja, eu me fixo num conceito de empregado e empregador não para incluir, mas para excluir, dizendo que não há uma ligação direta. E é evidente que o nosso mundo mudou, mas a nossa necessidade de proteção não mudou. A exploração do trabalhador não mudou. Os casos de resgate de trabalhadores em condições





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

análogas às de escravo, trazidos pelo Sinait, só nos mostram isso: têm aumentado, na verdade, os casos de trabalho escravo urbano nessas condições precárias na construção civil, na indústria têxtil. Esse caso a que eu faço referência é um caso em que foram constatadas condições de trabalho análogas às de escravo.

Então, nós precisamos ter instrumentos modernos para lidar com essa situação – essa situação de fragmentação, de disseminação, de dissipação da responsabilidade na cadeia de produção. E as respostas que o Direito sempre nos dá para isso são respostas criativas, respostas que vêm da própria Constituição. A Constituição, quando fala em dignidade da pessoa humana, quando fala em valor social do trabalho, é a dignidade de qualquer pessoa, é a valorização social de qualquer trabalho; não é apenas do trabalho assalariado, registrado, com determinadas condições, é todo e qualquer trabalhador.

Então, é crucial – eu estou já concluindo, Sr. Presidente, para que ouçamos aqui os outros –, nós deixarmos claro que o Direito do Trabalho, ao longo de todos esses anos, seja pelo Tribunal Superior do Trabalho, que vem tendo uma atuação, digamos, primorosa em construir conceitos que estabeleçam essa proteção, seja por meio dos próprios atores sociais, que procuram o Ministério Público, batem às portas da Justiça do Trabalho sempre com essas novas demandas... É crucial que nós saibamos incorporar essas experiências num futuro Estatuto do Trabalho.

Nós vemos o mundo do trabalho em constante transformação, em constante processo de adaptação, e o Direito do Trabalho deve seguir essa tendência. Ou seja, o fato de se transformar o mundo do trabalho não pode ser um fator de precarização do Direito do Trabalho. Essa decisão que eu cito é um acórdão do TST, 528100, de 2006, da lavra do Ministro Maurício Godinho Delgado; ele deixa muito claro na ementa:

"[...] o Direito do Trabalho não absorve fórmulas diversas de precarização do labor, como a parassubordinação e a informalidade". Ou seja, ele interpreta o art. 2º e o art. 3º da CLT numa perspectiva ampla: quem recebe os frutos da prestação do trabalho? Quem é o beneficiário daquela força de trabalho que é cedida, que é, digamos, concedida, e se transforma em um grande fator de obtenção de lucro para o empregador? Alguém vai ser beneficiado.

As nossas investigações mostram que os atores andam, de certo modo, cada vez mais sofisticados a encontrar formas de driblar a presença dessa subordinação. Mas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ela aparecerá em algum momento, porque nós estamos em uma sociedade capitalista, vivemos numa sociedade capitalista e essa sociedade faz com que uma parte do mundo do trabalho seja mobilizado para produzir riqueza, e essa produção de riqueza se reverte em benefício de alguém. Não há nada de ilícito nisso. Temos uma sociedade, uma Constituição que prega também a livre iniciativa, mas essa livre iniciativa deve estar, digamos, de forma harmonizada com o valor social do trabalho.

A Lei 13.467, chamada reforma trabalhista, é uma tentativa de evitar esses casos de subordinação. E devemos lutar contra esse fato consumado. O fato de uma lei dizer que essa hipótese pode terceirizar, não há vínculo ou não há responsabilidade, não permite que a gente não aplique a Constituição da República. A Constituição está acima da lei, a Constituição é quem forma a lei. Uma lei só existe porque há uma Constituição que fornece princípios estruturantes para essa lei.

Então, eu tenho certeza de que atores do mundo do trabalho saberão interpretar e usar essa lei numa perspectiva constitucional, voltada para a proteção dos direitos do trabalhador, voltada para a proteção dos princípios constitucionais associados ao mundo do trabalho. E tenho mais certeza ainda de que o Estatuto do Trabalho, o Estatuto do Trabalhador erigirá esses princípios à condição de princípios estruturantes do mundo do trabalho, daqui para frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Dr. Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho, da 10ª Região.

Vamos de imediato para o Dr. Paulo da Cunha Boal, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)

Depois teremos uma segunda Mesa. São três nesta Mesa e três numa segunda Mesa.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Bom dia.

Eu estava na reunião desta Comissão, da subcomissão que pensou essa reforma ou a criação do Estatuto do Trabalho, e me lembro de quando a Drª Magda Biavaschi fez uma observação que para mim foi uma das mais importantes, dizendo que nós deveríamos iniciar todo e qualquer trabalho relacionado a esse Estatuto do Trabalho com base nos princípios que tomariam conta, que formariam todo o conceito do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estatuto. E comecei a pensar em uma forma de mostrar quais são os princípios e em que nos baseamos durante toda a história do Direito do Trabalho fazendo uma lógica inversa, mostrando tudo que a reforma trabalhista trouxe ou abandonou em relação aos princípios.

Nós temos os princípios básicos. Eu não vou me ater a todos eles nem dar mil explicações, imaginando que boa parte da plateia tenha conhecimento – às vezes, o próprio nome dos princípios já traz em si o seu objetivo.

Os oito mais listados, são vários princípios – cada autor, às vezes, cita um ou cria outro –, mas, em base, nós temos o princípio da proteção ao trabalhador, o princípio da norma mais favorável, o princípio da irrenunciabilidade dos direitos, o princípio da intangibilidade salarial e o princípio da primazia da realidade. Esses são os que deram forma a todo o conceito que temos hoje do Direito do Trabalho e serviram como parâmetro para as interpretações da CLT.

E nós já começamos com a ideia clara do que se tentou ou do que acabou sendo feito com a reforma trabalhista no art. 8º – agora art. 8º – da lei, que diz textualmente: "No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 da Lei nº 10.406 [o Código Civil de 2002]". O Código Civil, no seu art. 104, diz:

Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:

I – agente capaz;

II – objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III – forma prescrita ou não defesa em lei.

Fica nítido o caráter civilista que se tenta ou que se implantou na reforma.

Nós tratamos direitos disponíveis, basicamente os que mantêm a nossa vida civil, quando a regra do Direito do Trabalho é o princípio da irrenunciabilidade de direitos. Compara-se a relação comercial da compra de um colchão a uma relação de trabalho. É isso que pretendeu o legislador da reforma, que é justamente esta Casa aqui.

Então, eu acho que partimos inicialmente desse contexto civilista e da desgraça que isso pode importar na vida do trabalhador.

A leitura, a mera leitura da lei nos dá a certeza dos objetivos. Um, reformar ou anular as decisões do TST que não interessam ao mercado, essa figura fictícia, que não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

enxergamos, mas existe nos pressionando – reformaram ou anularam vários enunciados do TST mediante a inclusão de uma cláusula ou de um artigo: não se considera tempo à disposição troca de roupa ou uniforme, uma decisão já implantada, uma jurisprudência fixada há pelo menos 30 anos. Simplesmente se insere um artigo e elimina toda a interpretação jurisdicional que se fez sobre a troca de uniforme. Pior: inverte a ideia do que nós conhecemos como tempo à disposição do empregador. Isso abre brecha para o contrato McDonald's, para o tempo parcial, em que a lei expressamente diz que o tempo em que o cidadão, em que o coitado do empregado ficar sentado aguardando a chegada de um cliente, não se computa como tempo de trabalho. Essa quebra da lógica, essa quebra dos princípios, aqueles que eu citei rapidamente, vai ser encontrada, de forma absurda, em todo o corpo da lei. E aí eu peço a paciência de vocês porque eu vou alterando aqui e encontrando.

De uma canetada também se anula o entendimento do TST, e depois convertido em lei, a respeito da jornada *in itinere*. Simplesmente isso. O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

Em um único ato se retira, novamente, uma interpretação consolidada, que depois se transformou em lei e que atinge basicamente a população mais carente.

Eu sou magistrado há 23 anos, basicamente só vi acontecer isso com o trabalho rural. Nós não temos mais a figura da jornada *in itinere* para trabalhador urbano, por uma série de fatores, mas atinge e fere, principalmente, aquele coitado do trabalhador rural. Eu trabalho em uma região que há muitos cortadores de cana... Na realidade de sair de sua residência às 5h da manhã para começar a trabalhar às 7h; terminar por volta das 5h e chegar em casa às 8h da noite. É esse indivíduo que está sendo aviltado em seu direito mínimo, como se a permanência no veículo não importasse em qualquer possibilidade até de sanção do empregador.

Ele está num espaço físico que é uma extensão da atividade produtiva e pode ser punido, pode ser dispensado por qualquer fato que aconteça dentro daquele veículo. Uma briga dentro do ônibus ou dentro do caminhão, onde se faça, implicará, necessariamente, uma sanção do empregador em relação ao empregado. Ele deve ser





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

visto como uma extensão da atividade, como uma extensão da sua empresa apenas como algo que possa se movimentar. Seria a figura do – até esqueci a expressão – do semovente, seria quase que uma empresa semovente que pode alterar o seu local efetivo de trabalho.

Então, afeta-se diretamente a vida aqui, novamente, da figura mais frágil de toda a relação que são os trabalhadores rurais e fere, basicamente, o princípio da proteção.

Cria figuras tão estranhas em relação – não pelo nome que se dá, mas pela interpretação que se pretende dar, ferindo, aqui, neste caso, o princípio da primazia da realidade.

O art. 62 incluiu a figura dos empregados em regime de teletrabalho, excluindo-os da obrigatoriedade de controle de jornada. Esquecem ou esqueceram que o art. 62 nunca foi óbice para reconhecimento de jornada de trabalho. Basta que o motorista comprove que detinha algum tipo de controle, a ele eram asseguradas horas extras.

Bastava o gerente bancário ou de qualquer estabelecimento comercial demonstrar que não detinha poder de gestão e também lhe eram asseguradas as horas extras.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Tenta-se, de uma forma legislativa, simplesmente ocultar a realidade. O trabalhador em regime de teletrabalho, este, sim, com os mecanismos atuais, é muito mais sujeito a controle de jornada. Qualquer computador diz: ficou logado das tantas às tantas. O indivíduo poderia até estar dormindo, mas estava logado no sistema. Há como se saber exatamente o que se produziu naquele período.

Então, a inclusão disso aqui, que foi tida como: "Ah, não; a sociedade melhorou, a sociedade evoluiu; nós temos que evoluir junto...", essa possibilidade já estava prevista desde 1943, que é o trabalho em domicílio. Não há diferença nenhuma naquela figura que se imaginou inicialmente, que era artesanania – trabalhos de artesanato –, com o teletrabalho. E, desde então, a Justiça do Trabalho diz que mesmo o trabalhador em domicílio tem direito às horas extras desde que comprovado que o volume de produção a ele destinado é muito superior à capacidade de produção nas oito horas de trabalho.

Então, cria-se figura... E aí eu acho que está o maior dilema, o maior problema dessa reforma: eles estão vendendo algo que não podem entregar. Entregaram ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

empresariado um projeto que se transformou em lei, dizendo: "Resolvemos todos os problemas que vocês tinham. A troca de roupa, a troca de uniforme não é mais problema; a jornada *in itinere* não é mais problema; o trabalhador a distância também não é mais problema..." E tudo isso é falso, porque os princípios que dão base à Justiça do Trabalho ou ao Direito do Trabalho dizem que tudo isso é uma falácia. E seguimos.

Eu tenho tempo ainda, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Tem dez minutos.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Ainda sobre o teletrabalho, aquelas incoerências da lei.

O art. 75-E diz:

Art. 75-E. O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

Parágrafo único. O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador.

Alguns artigos atrás, ele diz: eu não tenho – o legislador diz assim –, você não tem como controlar a jornada de trabalho do seu trabalhador em sistema de teletrabalho. Mas ele próprio vai autogerir não só o horário de trabalho, mas como todas as condições de saúde e segurança do trabalho.

Então, o trabalhador chega à Justiça do Trabalho apresentando – a gente imagina que sejam basicamente serviços hoje relacionados à informática – LER, síndromes de todos os tipos, e, segundo a norma, dá-se a impressão de que ele quer eximir o empregador de qualquer responsabilidade. O empregado sabia que tinha que cumprir uma carga mínima, que deveria haver intervalo a cada 15 minutos e tal.

A legislação toda me lembra uma frase que eu acho que é coisa do Rio Grande do Sul, Senador, um ditado: "... como Deus fez a mandioca". Tudo que dá errado... A sensação é essa.

Não houve qualquer preocupação com a forma, e o ditado é muito claro: a mandioca nasce toda torta, para cima, para baixo, não tem. Essa legislação, a sensação que eu tenho é que foi isso, como Deus fez a mandioca. Artigos se contrapõem a todo momento, e vou dar alguns exemplos aqui.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. PAULO DA CUNHA BOAL** – Sim.

O tabelamento do dano moral é um assassinato explícito ao princípio da dignidade humana e ao princípio da igualdade, dois princípios constitucionais. Não estamos sequer falando de princípios típicos da Justiça do Trabalho. Como bem dito, são princípios universais, e aqui está-se simplesmente os desmantelando quando, em algum momento da lei... Aqui:

Art. 11. Ao apreciar o pedido, o juiz considerará [...].

§1º Se julgar procedente o pedido, o juiz fixará a indenização a ser paga a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros:

*(Soa a campainha.)***O SR. PAULO DA CUNHA BOAL** – É o 223-G.

A natureza do bem jurídico tutelado – essa seria uma das regras, ou um dos elementos que o juiz deveria considerar. Mas desdiz completamente isso quando separa a natureza do bem tutelado, dizendo que a natureza do bem tutelado de A vale mais do que a natureza do bem tutelado de B.

Voltamos ao início. O projeto, hoje lei, não tem sequer nexos intelectuais. Ele não observa uma lógica racional de princípios, e mesmo de técnica legislativa. E aqui faço uma crítica direta ao Congresso Nacional pelas incongruências que apresenta também na prática legislativa. A proteção, a restrição ao trabalho das mulheres gestantes e lactantes em ambiente insalubre foi criada através da Lei 13.287, de 2016, e sancionada em maio de 2016! Um ano depois, a reforma simplesmente diz: tudo aquilo que nós pensamos o ano passado era besteira; a lactante e a gestante podem trabalhar em locais insalubres. Então não é só esse legislador, não foram só as pessoas que pensaram a reforma que não têm coerência: esta Casa legislativa, assim como o Senado, também não tem coerência legislativa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Foi culpa dos Senadores que assinaram, votaram sem ler. *(Fora do microfone.)*

Eles não leram. Eles não leram o que veio da Câmara.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL *(Fora do microfone.)* – É muito provável.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se leram, é má-fé.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Não se imagina... (*Fora do microfone.*)

... que a sociedade possa evoluir tão rápido que, em um ano, aquilo que era defensável deixa de ser defensável. O trabalho, o simples trabalho, a permissão de trabalho de gestantes e lactantes ofende pelo menos três ou quatro princípios: ofende o princípio de proteção ao trabalhador, ofende o princípio de proteção ao nascituro – ele também é objeto –, e nós ficamos subordinados ao interesse da mãe.

Isso, em vários momentos da história, já nos comprovou que não dá certo.

A talidomida, que gerou, na década de 70, uma série de crianças com problemas, se destinava a eliminar o enjoo da mãe e afetou diretamente as crianças. O trabalho em atividades como carvoaria, curtume, já demonstrou que as crianças nascem com problemas respiratórios ou nascem já contaminadas por algum tipo de elemento químico.

Aqui estamos atribuindo a saúde do filho à mera expectativa financeira da mãe ou do médico que atestar lá: "Olha, esse trabalho em si não traz prejuízo ao bebê."

Uma das comprovações de que a reforma atendeu àquele conceito divino da mandioca é o art. 443. Ele traz: "O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente."

Então, o art. 443 diz claramente: eu posso ter um trabalhador intermitente contratado de forma tácita. Até tenho dificuldade de saber como o trabalhador intermitente poderá saber, de forma tácita, quais os dias que ele deve ir. Não sei que tipo de bola de cristal se pode estabelecer sobre isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Brasil todo que está assistindo deve estar dizendo: "Explica melhor, porque ninguém entendeu nada." Mas, não é para entender mesmo.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Não é para entender. E aí, Senador, continua.

O art. 452-A diz: "O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor [...]"

(*Soa a campainha.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Ele desdiz o que o art. 443 antes havia pronunciado. Não é apenas um problema de equívoco de técnica legislativa. O problema aqui é de ruindade efetiva. (*Palmas.*)

Senador, em função do tempo, vou restringir um pouquinho.

Outro princípio, que é o da intangibilidade salarial, também é afetado diretamente pelo art. 457:

§2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

A intangibilidade salarial não é simplesmente efetuar descontos no salário do empregado, tanto que se discutiu: "Ah, a contribuição sindical está sujeita ou não à intangibilidade salarial?" É retirar os efeitos do salário em relação a outras parcelas. No momento em que o empregador – e todos eles, ou a grande maioria deles – vai dizer: "Olha, o teu salário é um salário mínimo, o resto é tudo prêmio ou abono." Tudo que você receber além disso vai ser prêmio. Vou fixar uma meta e cada vez que você atingir essa meta, receberá um prêmio, que é basicamente o seu salário.

Qual é a consequência direta disso com base no restante? E não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário. Não vai gerar qualquer reflexo na vida do indivíduo, não vai pesar a ele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – ... não vai acarretar a ele uma melhora na sua condição previdenciária lá no futuro, porque será atribuído a ele o valor contratual de um salário mínimo e o restante fica tudo por ora veja.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E, consequentemente, eles não estão pagando a previdência, a parte empregado/empregador, e aí, sim, é que eles vão construir o déficit.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Sim, isso inclusive foi objeto de ponderações. Esse artigo importa em renúncia fiscal e previdenciária. Isso foi trazido à baila e o Congresso simplesmente fez que não viu, aí a coisa tramitou e seguiu.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador, eu só quero fazer uma última observação aqui sobre um dos nossos princípios basilares, que é o princípio da norma mais favorável ao empregado, e que foi simplesmente chutado para fora da legislação ao dizer: "A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: [...]" E aí cita uma série de situações.

Toda lógica da Justiça do Trabalho foi construída sobre esse princípio da norma mais favorável. Toda e qualquer legislação que apresente um elemento mais favorável ao trabalhador tem prevalência sobre a outra. Uma convenção coletiva de trabalho sempre valeu mais do que a Constituição brasileira, desde que se fixasse, por exemplo, um adicional de hora extra de 60%. A Constituição fala em 50%, a convenção fala em 60%; prevalece esta norma mais favorável. E outra maldade estampada: você pode negociar inclusive o enquadramento do grau de insalubridade.

Então, eu digo: "Olha, todos os meus empregados vão receber 10% de insalubridade." Imagina-se com isso que se vai evitar que o trabalhador vá a Justiça do Trabalho e diga: "Olha, ontem eu ganhei 10, mas eu mexia com sangue, mexia com carne contaminada, mexia com... E eu quero ganhar 40!" Eu acho que há de ser assim. É ser um sonhador muito utópico imaginar que o empregado vai se satisfazer com isso e que a Justiça do Trabalho vai dizer a ele: "Olha, meu amigo, o senhor foi lá, o seu sindicato negociou, reconheceu que a insalubridade é de 10%, e o senhor não tem direito a nada." Fere o princípio da primazia da realidade, fere o princípio da norma mais favorável e fere o bom senso. É basicamente isso.

E só para, agora, sim, encerrar mesmo. O art. 620 da antiga CLT dizia: "As condições estabelecidas em Convenção [coletiva], quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em acordo." O art. 620 atual, que entra em vigor agora, diz: "As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho [...]" Isso aqui diz, basicamente: as federações não têm qualquer utilidade – as federações sindicais. O que vale é o acordo feito com o "sindicato dos trabalhadores em confecção de roupa branca", com seus dez associados. É esse que vai prevalecer sobre toda a federação de sindicatos de trabalhadores relacionados à indústria da confecção, como relacionados a qualquer outro setor da economia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Paim, peço desculpas por ter me alongado um pouquinho mais. Infelizmente, isso aqui é tão ruim que dá para a gente ficar falando horas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Infelizmente.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito obrigado. Eu agradeço o Dr. Paulo da Cunha Boal, Diretor da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Parabéns aos três convidados. Eles terão um espaço, no final, para as suas considerações, e algum questionamento que ainda surgir.

Eu convidaria esses três senhores que já usaram a palavra que voltassem ao plenário, de preferência na primeira fila.

Nós vamos agora para a segunda Mesa.

O Ministro Augusto César Leite de Carvalho já está aqui na mesa.

Chamo agora a Ministra Kátia Magalhães Arruda, também do Tribunal Superior do Trabalho. Por favor, Ministra, seja bem-vinda. (*Pausa.*)

Não chegou?

Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), seja bem-vinda.

E Anjuli Tostes, representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora.

Registro a presença da Vice-Presidente da ANPT, Dr^a Ana Cláudia Rodrigues Monteiro.

Eu teria um pequeno videozinho de dois minutos, se V. Ex^a permitir, sobre a questão do mundo do trabalho. (*Pausa.*)

O.k.? Se não, a gente passa no final das duas Mesas. Vamos deixar para o final das duas Mesas.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Ministro Augusto César Leite de Carvalho, que é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Com a palavra, por favor, doutor.

O SR. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO – Agradeço o convite.

Eu penso que nosso momento é um momento delicado, é um momento de transição, é um momento muito difícil para a atividade jurisdicional e para todos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqueles que acreditam no poder de o Direito do Trabalho transformar para melhor o mundo, pacificar as relações sociais, com base em princípios reitores que se sedimentaram não apenas na jurisprudência, mas que, tradicionalmente, puderam ser auridos, puderam ser extraídos da norma que sempre tivemos, da norma trabalhista que sempre tivemos; um exercício intelectual que passou a ser extremamente dificultoso a partir da Lei 13.467. Eu quero saudar os integrantes daqui da Mesa, Dr^a Graça, Dr. Anjuli; quero também saudar aqueles que já estiveram aqui conosco na primeira Mesa que aqui se formou.

Mas, Senador Paim, a minha preocupação foi a de tentar me conter naquilo que seria a crítica à Lei 13.467 e ser propositivo, na medida das minhas possibilidades, na indicação de princípios basilares que haveriam de ser considerados no Estatuto do Trabalho. É evidente que se torna inevitável que, ao me referir a esses princípios, aqui e ali eu me reporte à Lei 13.467 para dizer sobre terem sido eles considerados ou, simplesmente, desprezados, desconsiderados, desdenhados em certa medida. Mas o meu propósito é tentar estabelecer aquilo que é principiologia do Direito do Trabalho e que pode ser extraído das normas do Direito Internacional, da nossa Constituição, que é uma Constituição muito rica, muito densa em princípios, inclusive aqueles que têm a ver com Direito do Trabalho, e que precisam, necessariamente, estar em um Estatuto do Trabalho.

Eu penso que eu posso sistematizar esses princípios me referindo a quatro deles, porque os outros princípios, inclusive os princípios especiais do Direito do Trabalho, desses quatro seriam derivados. Esses quatro princípios, a meu ver, seriam: dignidade da pessoa humana, aqui já tão bem e tão brilhantemente referido; o princípio da igualdade material; o princípio da sustentabilidade e o princípio da operabilidade.

Eu extraio esses quatro princípios das narrativas de direitos humanos, das narrativas de direitos das normas que veiculam os direitos fundamentais nas constituições ocidentais, inclusive a nossa, e eu penso que não é possível construir um sistema jurídico, uma ordem jurídica trabalhista, que não leve em consideração esses quatro princípios.

O primeiro princípio, o princípio da dignidade da pessoa humana, aqui já foi referido, e referido com absoluta pertinência, como algo que estaria associado à impossibilidade de nós instrumentalizarmos o trabalhador, em especial, naquilo que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diz respeito à tentativa de estabelecer regras que vão nortear a relação entre o capital e o trabalho.

O princípio da dignidade da pessoa humana migrou de lá da Constituição de 67/69, migrou da ordem econômica, do capítulo que tratava da ordem econômica, para se converter em fundamento da República. É um princípio hoje referido por tratados internacionais; indiscutivelmente é um compromisso da sociedade brasileira, registrado no nosso Texto Constitucional, que não pode, evidentemente, ser esquecido, não pode ser olvidado.

Deriva, talvez, do princípio da dignidade da pessoa humana, certamente derivam do princípio da dignidade da pessoa humana todos os princípios a que eu vou me reportar aqui na sequência.

Mas é interessante a gente olhar, ver na nossa Constituição que o art. 5º dela, da Constituição, ao versar sobre o princípio da igualdade, na sua parte final, diz sobre a inviolabilidade dos direitos da personalidade. Este é um princípio muito caro e um princípio que foi observado não apenas pelas constituições nacionais, mas também pelas leis trabalhistas que surgiram nos últimos anos, inclusive leis trabalhistas que surgiram sob a influência de movimentos flexibilizadores do Direito do Trabalho. Se nós pegarmos a legislação europeia, sobretudo a legislação ibérica, tão próxima a nós, são leis... O Estatuto do Trabalhador foi reformado na Espanha na década passada. O Código do Trabalho de Portugal, de 2009, um código recente, também foi reformado recentemente. E há uma preocupação grande de tratar dos direitos da personalidade, porque isso, sim, significa tratar de algo novo na relação laboral. Quando a gente trata de teletrabalho, talvez seja, certamente, provavelmente será fantasioso em boa parte dos casos dizer, como o Dr. Paulo Boal já antecipou, que o teletrabalho está imune a qualquer controle de jornada. Mas talvez fosse interessante constar num estatuto do trabalho o que já consta, por exemplo, na legislação portuguesa no sentido de que o trabalhador e sua família não podem ter o seu domicílio, o seu lar invadido por interesses patronais que digam respeito ao controle do tempo de trabalho dele, desse teletrabalho dele, que não pode se confundir com o tempo de trabalho dedicado ao empregador, uma limitação para que esse trabalhador não tenha a sua casa invadida por meio de *webcams* ou por meio de conexão *on-line* em vista de ele ser um teletrabalhador. Isso tem a ver com as novidades que aconteceram na relação laboral.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Parece-me que, além da inviolabilidade dos direitos da personalidade, quando a gente trata da dignidade da pessoa humana, e os autores civilistas e o Direito Civil exploram bem esse aspecto, nós estamos tratando de eticidade, nós estamos tratando de um comportamento leal entre empregado e empregador. Não parece que preconiza um comportamento leal aquele dispositivo da CLT, da nova CLT, que diz que o trabalho que é contratado formalmente como autônomo, que atende às exigências legais, ainda que seja contínuo, ainda que seja exclusivo, estará fora da regência do art. 3º da CLT.

É evidente que essa matéria vai chegar à apreciação da Justiça do Trabalho porque o empregador está sendo estimulado, respeitosamente, a cometer uma fraude a partir do dia 11 de novembro de 2017. Isso é muito sério. (*Palmas.*)

Então, o que nós vamos aplicar, provavelmente, é aquilo que tradicionalmente se aplica no processo do trabalho, o princípio da primazia da realidade. E onde está o princípio da primazia da realidade? Onde está a regência do princípio da primazia da realidade? Agora, está no Direito Civil, no art. 167, que diz que, quando há simulação de contrato, o que vale é o contrato dissimulado, e não o contrato simulado. Este é nulo. Nós vamos ter que aplicar o Código Civil, porque tiraram a nossa base legal e, ao contrário disso, estimularam o empregador a cometer a fraude. É evidente que o legislador não disse ainda que seja fraudulenta essa contratação, nem poderia.

A lei também não parece deixar de ter, de ostentar, e eu digo isto a V. Exª com pureza d'alma – sei que V. Exª converge nesse sentido –, a lei não pode deixar de ser referência da ética. A nossa base é a lei. (*Palmas.*)

A lei, por exemplo, não deve consentir, textualmente, que parcelas que tenham conteúdo retributivo, que remunerem um serviço, que incrementem a remuneração do serviço, algo que tem a ver com a meta que foi alcançada, uma assiduidade que foi observada, como o prêmio, na verdade não sejam propriamente remuneratórias. A lei não pode mudar a realidade. A lei não deve consentir textualmente que a igualdade salarial, por exemplo, seja uma prerrogativa do empregador, do tomador do serviço. E a Lei 3.467, data vênica, está a fazê-lo quando diz que o tomador do serviço e a empresa contratada, a empresa terceira, podem dizer se vão ou não observar a igualdade salarial preconiza pela OJ 383, do TST, da SDI-1 do TST.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A lei, *data venia*, está a dizê-lo quando disse que as progressões a partir de agora, com o art. 461, §3º, poderão ser apenas progressões por mérito, progressões funcionais, promoções apenas por mérito. Isso significa dizer que há de se adotar a jurisprudência atual, a Justiça do Trabalho diz: "Nós não podemos nos imiscuir nessa análise de merecimento que é feita exclusivamente pelo empregador." A se adotar a jurisprudência atual com esse novo dispositivo, o que nós vamos ter é a prerrogativa de o empregador observar ou não se quiser a igualdade salarial, a igualdade entre os trabalhadores que estão exercendo a mesma função.

Se nós formos observar o que dizem as nossas normas de Direito Internacional – e aí eu me refiro especialmente ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais –, nós vamos dizer que há um dispositivo lá, o art. 7º do Pacto Internacional, que estabelece aquela alternância, aquela observância dos critérios de antiguidade e merecimento exatamente como salvaguarda a esse princípio da igualdade salarial.

Enfim, o princípio da dignidade da pessoa humana tem toda essa riqueza que permite que todos esses discursos que foram feitos até agora aqui sejam extremamente apropriados. E ele está no nosso sistema e ele não pode ser desprezado.

Mas eu quero me referir também, como disse, ao princípio da igualdade material, aí envolvida a não discriminação, a implementação de ações afirmativas, enfim. Eu penso, Senador, que o princípio da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO – ... igualdade material está bem retratado numa passagem do Boaventura de Sousa Santos, quando diz que nós temos o direito de sermos iguais naquilo que a diferença nos inferioriza, mas precisamos, temos, sim, o direito de ser diferentes naquilo que a igualdade nos descaracteriza. A igualdade, em meio à diferença, é absolutamente fundamental. E esse sistema precisa ser refinado. (*Palmas.*)

Não é uma lei que muda a realidade que vai fazer com que esse princípio passe a não ser mais observado.

Quando falamos de igualdade, estamos nos referindo a essa dimensão dos direitos humanos, dos direitos fundamentais, que têm a ver com a inserção dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

direitos sociais entre os direitos fundamentais. Isso está na nossa Constituição e está em todas as constituições que sucederam a Segunda Guerra Mundial.

Então, quando falamos de direitos sociais inseridos na pauta de direitos humanos, o que nós estamos dizendo é que a ONU tem razão quando diz que os direitos humanos são universais, indivisíveis, inter-relacionados, interdependentes. Não há como imaginar a irrenunciabilidade dos direitos, da liberdade que todos nós prezamos, por que todos nós prezamos tanto, sem entender também que são irrenunciáveis os direitos sociais, os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Isso, evidentemente, deriva também do princípio da dignidade.

A igualdade jurídica implica o princípio da proteção. A gente tem o princípio da proteção não apenas na ideia que está traduzida no art. 7º, *caput*, da Constituição, a dizer que ali estão enumerados os direitos dos trabalhadores urbanos ou rurais, além de outros que visem à melhoria da condição social. Ali é uma centelha. A partir dali, todos os direitos que podem acrescer benefícios, vantagens ao trabalhador estão assegurados. Mas isso é constitucional. Não pode haver o retrocesso.

Então, a igualdade jurídica, o princípio da proteção, com essa sua derivação que é a norma mais favorável, é constitucional. A progressividade está no art. 7º, sim, da Constituição, mas também no art. 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos. A lei não deve, a meu ver, textualizar a precarização. A lei não pode dizer, não deve sugerir que haja contrato intermitente... Se o contrato intermitente fosse regido pelo Direito Civil, por ter objeto indeterminado não seria válido. Agora é válido, no âmbito do Direito do Trabalho, em detrimento de todas essas máximas que estariam a sinalizar um patamar civilizatório condizente com o nosso estágio na defesa dos direitos humanos.

O princípio da autonomia coletiva aparece na nossa Constituição, art. 7º, XXVI, também como uma tentativa de equalizar a relação laboral, mas é direito fundamental do trabalhador urbano ou rural. Isso é textual, isso é gramatical, isso é extraído da literalidade do art. 7º, inciso XXVI, da Constituição. Então a autonomia coletiva não pode ser um artifício para que se possa reduzir ou estabelecer retrocesso em relação aos direitos dos trabalhadores.

Parece-me que um Estatuto do Trabalho deve perceber que precisamos compreender o direito de greve e a ultra-atividade como mecanismos instrumentais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a autonomia coletiva e não o inverso. Proibir a ultra-atividade significa proibir a progressividade. É grave, no sistema legal, que não se observe essa máxima do Direito Internacional e do Direito Constitucional que prevê a progressividade dos direitos sociais.

A ideia de proporcionalidade também precisa estar presente, porque o nosso mundo é multifalho, é multifacetado. A relação laboral se modifica a cada momento, não apenas porque há inventos tecnológicos, mas porque há novas formas de gerir o trabalho: o trabalho a distância, o trabalho remoto. Enfim, precisamos nos adaptar mesmo, mas evidentemente há uma ideia de proporcionalidade, daquilo que pode ser igual na relação entre trabalhadores, no trato do trabalhador. O tratamento igualitário é uma ideia de proporcionalidade que precisa ser verificada caso a caso.

Então, parece-me que pode ser observado por autodeterminação coletiva? Sim. Eu acho até que aquela ideia inicial de haver uma cláusula compensatória que estaria validando alguma redução aparente de direito e que seria interdependente pode ser explorada, tem a ver com o princípio da proporcionalidade. Mas aquilo foi retirado na parte que favorecia o trabalhador.

Também a proporcionalidade pode ser observada por discricionariedade judicial? Eu penso que sim. O que foi que a Justiça do Trabalho fez quando estabeleceu que por norma coletiva de trabalho poderia ser delimitada a hora *in itinere*?

(Soa a campainha.)

O SR. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO – Estou tentando correr aqui para atender essa demanda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode ir tranquilo porque você ainda tem no mínimo mais dez minutos.

O SR. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO – Não. Não usarei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É porque de cinco em cinco ela toca.

O SR. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO – Eu agradeço a tolerância de V. Ex^a e dos nossos interlocutores.

Veja, eu dizia que essa ideia de proporcionalidade está atrelada ao princípio da igualdade material.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É preciso que em cada caso nós verifiquemos se há ou não essa igualdade, atendida a condição de cada qual numa relação laboral. Isso exige uma certa sofisticação de raciocínio, um certo refinamento. Não dá para tabelar, como propõe o art. 611-A, tabelar, estabelecer previamente, preordenar que tudo aquilo que está na norma coletiva de trabalho necessariamente será benéfico para a relação laboral.

Então, o que a Justiça do Trabalho fez em relação à hora *in itinere*. Num primeiro momento, decidiu que empregados e empregadores deveriam livremente estabelecer qual o tempo médio de deslocamento neste país continental, país rodoviário, país em que, diferentemente de outros tantos países, o deslocamento casa-trabalho é muito significativo no cotidiano, na vida, na rotina do trabalhador.

Então, nós estabelecemos uma jurisprudência e, na sequência, uma ordem legal que contemplava esse tempo de deslocamento como tempo de jornada sempre que ele fosse absolutamente indispensável para que aquela atividade do empregador pudesse ser desenvolvida, somente nesse caso. A jurisprudência se sedimentou no sentido de que empregados e empregadores – empregados por meio do seu sindicato – poderiam estabelecer o tempo médio. Nós vimos situações absurdas de tempo confessado de 5 horas, de 6 horas nos grotões deste País que eram estabelecidos como tempo de 15 minutos, de novo, como se a norma coletiva pudesse mudar realidade. Não pode! Nós não queremos desconsiderar a força relevantíssima que os sindicatos precisam ter na regulação do trabalho, mas não dá para incompreender que todos os sindicatos tenham essa mesma força, essa mesma combatividade.

Então, o que foi que nós estabelecemos? Estabelecemos um parâmetro, um critério de proporcionalidade dizendo que aquilo que significasse até a metade do tempo efetivamente de deslocamento deveria ser considerado.

E há também a possibilidade de a própria lei predefinir alguns *discrimines*, isso é razoável, está no art. 461 da CLT, quando trata da equiparação salarial. É possível estabelecer critérios de proporcionalidade até para facilitar as decisões judiciais.

Eu falo muito superficialmente sobre esse princípio da sustentabilidade. Eu penso que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é hoje um preceito constitucional, está no art. 225 da Constituição. É uma visão diferente de mundo, em que todos nós nos sentimos solidários. É preciso perceber que aquilo que significa a expressão pecuniária do Direito – então assegurar direito à remuneração de horas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

extras, adicional noturno, adicionais vários, prestações salariais que se acrescem ao salário normal –, tudo isso é relevante, tem a ver com o dia a dia, com aquilo que é fundamental na percepção do trabalhador. Mas, muito mais importante do que isso é deixar-se ungir pelo Direito Ambiental, pelos princípios do Direito Ambiental. A prevenção, a precaução naqueles casos de incerteza científica, tudo isso precisa interferir para evitar que essa hora extra aconteça, para evitar que esse trabalho noturno aconteça abusivamente, para evitar que esse trabalhador se submeta a uma condição insalubre ou perigosa de trabalho, que, não obstante, lhe assegure os adicionais correspondentes. Na verdade, vão fazê-lo morrer precocemente, vão fazê-lo adoecer, vão fazê-lo mutilado, enfim, vão fazê-lo acometido de doença relacionada ao trabalho.

Então, me parece que essa perspectiva ambiental é absolutamente fundamental. É preciso que o legislador avance nesse sentido, porque a perspectiva ambiental não traz atração, ela não é atrativa para os nossos interlocutores processuais.

Estou me referindo a algo que... E não é uma crítica à advocacia, mas é natural que quando um advogado recebe uma causa, e essa causa corresponde a um valor que vai ser assegurado ao seu cliente, há uma atração muito maior do que naqueles outros casos em que apenas um interesse de prevenção contra o ilícito vá ocorrer. Porque essa prevenção não tem expressão com o pecuniário.

É importante que o sistema viabilize, prestigie e estimule as ações fiscais, coletivas, atuação dos sindicatos, do Ministério Público do Trabalho, com essa finalidade de evitar que o ilícito trabalhista ocorra. E o sistema não está aparelhado para isso. Nós não temos rigorosamente nada na nossa legislação, na nossa ordem jurídica que caminhe nesse sentido.

Finalmente, Senador Paim, eu gostaria de me referir à operabilidade, porque vai de encontro a toda uma crítica que se faz ao chamado ativismo judicial. Quando o Miguel Reale anunciou o Código Civil – e a sociedade aceitou o Código Civil de 2002 como algo que poderia melhorar as relações jurídicas, as relações sociais, pacificar conflitos, etc. –, ele se referiu a três características do novo Código Civil que seriam a eticidade, a socialidade e, por fim, a operabilidade. E ele dizia: "O Código Civil não pode ser uma lei que não vai pegar. O Código Civil não pode ser uma lei que cause





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tantas dúvidas, tantas incertezas, essa sensação ingente de insegurança jurídica como está causando a Lei 13.467."

E aí, o mecanismo que se construiu para que o Código Civil pegasse foi, na verdade, estabelecer cláusulas abertas, normas de textura aberta, boa-fé objetiva, função social da propriedade, função social do contrato, enfim, algo que não significa a descrição de condutas, de regras propriamente, mas significa valores, significa princípios a partir dos quais o juiz, em cada situação concreta, e a sociedade cada vez em que tem que estabelecer relações jurídicas interpessoais ou coletivas, vai verificar se estão ou não presentes.

Essa possibilidade de se decidir com base em normas abertas, normas que não descrevem condutas, evidentemente que permite ao Poder Judiciário aplicar esses princípios que têm força normativa em todos os casos, porque ele não precisa de regras descritivas de condutas.

E aí me parece que, quando se critica o Poder Judiciário porque haveria ativismo judicial, o que se quer é que o Judiciário, como está agora no art. 8º, §2º, e no §3º da CLT, por força da Lei 13.467, esqueça que existem princípios constitucionais, esqueça que existem princípios previstos, consagrados em normas de direito internacional, esqueça todo o restante do ordenamento jurídico, porque o que vale agora é a lei *stricto sensu* que o nosso legislador, por meio da Lei 13.467, estabeleceu.

Essa operabilidade que vem consagrada, vem bem retratada no conjunto normativo que nos foi oferecido em 2002, o novo Código Civil, está no caminho contrário daquilo que se diz ser a modernização da regulação do trabalho.

Eu penso que o novo Estatuto do Trabalho tem que caminhar no sentido inverso, no sentido da operabilidade, de permitir que esses princípios, essas normas abertas, essas normas que veiculam valores, veiculam princípios possam ser, sim, fundamento de decisões judiciais ou fundamento das práticas sociais, porque elas têm força normativa e não precisam de regras que minudentemente estariam a descrever a conduta certa ou errada.

Eu agradeço muito. Tentei abreviar ao máximo aquilo que me pareceu importante como princípios basilares a serem considerados no Estatuto do Trabalho, princípios que estariam, sim, afinados com uma realidade nova, uma realidade diferenciada que nós realmente estamos vivendo, que exige, que reclama um direito do trabalho em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sintonia com essa nova realidade. E isso não significa que é simplesmente a precarização das relações de trabalho.

Agradeço a possibilidade da minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, meus cumprimentos! Parabéns, Ministro Augusto César Leite de Carvalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST)!

Pelo tal WhatsApp, as pessoas estão perguntando como fazer para ter acesso a essas palestras. É só fazer contato aqui com a Comissão de Direitos Humanos. Peçam para falar com o Cleriston, e ele providenciará para que vocês possam ter um vídeo com todas as palestras desse tema. Inclusive, podem escolher de qual dia. Estou recebendo muitas no dia de hoje, pedindo acesso às falas que aqui estão acontecendo.

Passamos... O vídeo está pronto? Então, passe o videozinho agora.

(Procede-se à execução de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns aos artistas que o gravaram. Nós temos recebido inúmeros vídeos como este de artistas que, livremente – principalmente de humanos direitos, não é? Estão demonstrando que virou piada, de tanta maldade que há aqui, como já foi dito pelos nossos convidados. A coisa é tão ruim e há tanta deficiência intelectual, de técnica legislativa, que virou piada nas redes de comunicação, e eles estão remetendo isso para nós.

É lamentável a gente ter de tratar de uma questão tão importante como esta assistindo a vídeos como este, que estamos recebendo praticamente toda semana.

Vamos em frente.

Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A SR^a GRAÇA COSTA – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O aniversário já passou.

A SR^a GRAÇA COSTA – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, agora, vamos ao trabalho. *(Risos.)*

A SR^a GRAÇA COSTA – Desta vez, foi no sábado, foi tudo de bom! *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bom dia a todos e todas!

Quero cumprimentar a todos que já falaram. E eu acho que fica difícil a gente falar depois de um Ministro do TST, depois de tanta gente boa, mas é importante também, porque a gente se aproveita do que já foi dito. E vamos alinhar nossa fala mais do ponto de vista de fazer algumas reflexões, mas também de jogar quais são os desafios para nós nesse próximo período com esta crise toda que nós estamos vivendo.

Eu, Paim, fiz umas anotações aqui acerca do que nós conseguimos fazer, de como é que foi a movimentação na época da Constituição, porque nós temos uma história, a classe trabalhadora, do que nós construímos até aqui. Saímos de um processo de escravidão, e a gente, ao longo, pelo menos, desses últimos cem anos, foi evoluindo.

Através da luta, a legislação foi sendo acrescida de ganhos, de vitórias, de coisas importantes para nós. E uma das questões principais que ajudou bastante a classe trabalhadora foi a Constituição de 1988, porque, além do que a gente já tinha conquistado, em 1988 houve uma movimentação muito grande. Então, uma das questões principais para nós, neste momento agora de construir uma nova legislação, de ter energia suficiente para revogar essa que foi aprovada e construir algo melhor... Porque o que nós queremos não é só revogar aquilo que está colocado aí, que é uma realidade que vai começar a valer a partir do dia 11 de novembro, mas principalmente avançar naquilo que a gente ainda não tinha conseguido.

Mas em 1988, foram feitas 122 proposições populares, que foram apresentadas aqui na Comissão de Sistematização, com 12 milhões de assinaturas. Quer dizer, foi um movimento naquele momento muito amplo, porque 12 milhões de assinaturas de pessoas, pedindo para que fossem incluídas naquela lei questões que são cruciais para nós hoje, que fizeram evoluir bastante a relação de trabalho a partir de 1988 e naquilo que foi dito aqui pelo Ministro, a história de que a gente precisa do principal e do primeiro princípio para uma legislação, que é a dignidade da pessoa humana...

E a Constituição trouxe para nós o fato de deixamos de ser só trabalhadores e trabalhadoras comuns, para passarmos a ser considerados cidadãos. O trabalhador passou a ser considerado como um cidadão, uma cidadã, a partir de 1988. Em todo canto a que vou participar de seminários, de debates com os sindicatos, com





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

federações, eu gosto muito de lembrar isto, que nós passamos a ser considerados como cidadãos e cidadãs, que nós não temos só direito ao salário e à jornada de trabalho, mas temos direito à cultura, a ter um olhar muito especial para a saúde e segurança do trabalho, que obtivemos, e agora tudo isso está sendo não só ameaçado, mas vai ser destruído.

No ano passado e neste período todo em que nós fizemos essa jornada contra o projeto da terceirização, contra o 4.330, quantas vezes nós falamos aqui, nesta Casa, sobre a diferença que havia entre um trabalhador permanente e suas condições e um trabalhador terceirizado e suas condições? Nós trouxemos para cá uma pesquisa, um trabalho feito pelo Dieese que mostra este dado dos trabalhadores terceirizados: de cada dez mortes no trabalho, oito são terceirizados. E isso é tanto na questão das mortes quanto no adoecimento e nas condições de trabalho.

Nós estávamos falando de um número x de pessoas que hoje são terceirizadas, que é em torno de 12 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, comparado com 34 ou 35 milhões de trabalhadores com vínculo permanente. Nós já achávamos um absurdo aquilo, imagine agora, com uma legislação que vai ampliar em 100% essas condições? Esse é o caminho que vai seguir o empresariado brasileiro, porque, como sempre tem sido dito aqui pelo próprio Senador Paim, agora ele tem uma cesta de tipos de contratos que ele pode usar de acordo com sua preferência. E qual vai ser a preferência? Vai ser por esses sem essa proteção, sem esses princípios que tínhamos até agora.

Então, trouxe essa história da Constituição e da movimentação popular que foi feita porque, neste momento, Senador, nós estamos precisando, necessitando voltar para esse momento de nos mobilizarmos de forma ampla e massiva, para nos contrapormos a essa avalanche de ataques contra nós.

E quero dizer muito claramente: a lei passa a valer a partir de 11 de novembro. Já há muito empresário, inclusive prefeitos, querendo implantar a lei, que não é para o serviço público. Querem implantar tudo, transformar tudo numa feira, um negócio que não tem dimensão. Enfim, da mesma forma que o conteúdo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – A informação precisa é de que os prefeitos querem, no mínimo, terceirizar tudo. Inúmeros prefeitos, não todos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a GRAÇA COSTA – Isso. Pelo menos esse item da terceirização já é uma realidade. Então, nós temos que... Este espaço aqui é muito importante, porque não é só um espaço de informação, de conteúdo, de esclarecimento. Quem tem acesso a essas palestras, a essas falas que estão sendo feitas aqui, tem um conteúdo muito bacana, muito profundo. O que não conseguiram fazer durante o processo, nós vamos poder fazer.

Agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não fizeram porque não foram convidados, não é? A gente até tentou, mas eles não deixaram.

A SR^a GRAÇA COSTA – Eles não querem, não é? Eles não querem nada, não querem debate. Mas digo que, para a população, para o nosso povo que está nos acompanhando...

Mas isto aqui, Paim, é um instrumento de esperança para nós. O que está acontecendo aqui é, assim... É terra arrasada lá fora e aqui, neste espaço, nesta sala, neste ambiente, nós temos um grupo de palestrantes, de convidados, de pessoas de bem, de pessoas que são técnicos ou políticos, enfim, e vêm aqui e nos dizem... As pessoas precisam compreender isto: a lei não está valendo. Então, não pode ser implementada nas negociações que estão acontecendo neste momento. Não podem, ponto, acabou. Vamos para a resistência.

Agora, a partir do momento em que ela passar a valer, nós vamos também resistir. Nós vamos, no processo de negociação, na mesa de negociação, nos debates, fazer as nossas greves, vamos impor a nossa mobilização também nesse processo. É verdade que, num momento como este, em que levamos paulada na cabeça todos os dias, o mínimo que vai acontecer é ficarmos deitados sem condição de nos levantarmos. É por isto que este espaço é importante, é para nos energizarmos também.

Agora, nós vamos também resistir nesse aspecto jurídico. Estamos nos preparando para isso, estamos fazendo discussões com os advogados dos sindicatos, das federações e das confederações. Estamos nos organizando para olhar cada item da lei. O que puder ser questionado nós vamos questionar. Vai haver um processo de resistência também no âmbito judicial.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas a mais importante é essa questão da democracia, que foi rompida. Nós temos que voltar, porque ela está lá na Constituição Federal e nós precisamos recuperá-la. E um estatuto, uma lei trabalhista que está sendo gestada aqui, construída aqui... Além de derrotar aquilo que foi aprovado, o que já é um grande desafio para nós, nós precisamos avançar.

Há 20 anos, Senador, está aqui uma proposta de lei tramitando para que nós tenhamos o direito a 40 horas semanais...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a GRAÇA COSTA – Ah, caducou, não vamos nem falar disso. No meio de um processo desse, de destruição e de retirada de direitos, nós não vamos nem falar das questões positivas.

Eu digo que é o contrário, nós temos é que colocar na mesa neste momento todas as questões que temos para avançar, para alimentar esse processo e avançar. O que está sendo construído tem que estar à luz daquilo que são os compromissos internacionais que o Brasil já adotou e de alguns que ele não adotou e precisa adotar, porque nós temos algumas convenções que já foram assinadas pelo Brasil que estão sendo violadas agora. Mas nós temos algumas que sequer implementamos, como é o caso da negociação coletiva no serviço público. Tudo isso está acontecendo aqui, essa reviravolta nas relações de trabalho, nos nossos direitos. Nós que somos servidores públicos, servidoras públicas, sequer temos direito de negociação. Ainda está tramitando um processo de regulamentação da negociação coletiva no serviço público. Então, nós ainda temos muito que avançar para implementar tudo que está na Constituição e nos acordos, nas convenções internacionais de trabalho. Estamos nesse caminho.

Agora, é importante a gente entender – sempre a gente fala disso, Senador – que a elite brasileira é uma elite muito atrasada, de cabeça muito curta, de pensamento muito retrógrado, tudo muito baseado na história da escravidão. O que está acontecendo aqui é a gente voltar para 1888. Porque, com essa regulamentação dessa lei da forma como está, nós vamos colocar o trabalhador brasileiro e a trabalhadora brasileira numa situação de escravidão, de muita submissão. E isso já era passado para nós. Isso já é de mais de séculos. Não é só de uma década atrás. A gente pensava assim há mais de 100 anos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, toda essa pauta que está nessa lei, na lei da terceirização e nessa lei da reforma trabalhista já estava aqui, pessoal, já estava tramitando aqui. Sobre todos esses itens já havia projetos de lei tramitando aqui no Congresso Nacional. O grande desejo do empresariado brasileiro era fazer o que eles estão fazendo, e não tinham tido a oportunidade. E essa oportunidade para eles chegou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você tem toda a razão. Eles estavam tramitando de forma individual. Nós, com o apoio do movimento social, enfim, daqueles que compõem os trabalhos de hoje e de outros tantos, estávamos resistindo. Eles não estavam conseguindo aprovar. O que fizeram? Reuniram tudo em uma peça só e enfiaram goela abaixo, como a gente fala, do povo brasileiro.

A SRª GRAÇA COSTA – De forma bastante rápida. Não deu tempo nem de respirar, e tudo aconteceu. A gente viu aqui já o histórico de projetos de lei, de reforma que passaram 15 anos, 10 anos tramitando, com debate caloroso, até chegar a uma conclusão. Aqui não durou três meses e já estava tudo aprovado. Enfim, uma situação muito delicada. Por isso o desafio é muito maior neste momento para nós da classe trabalhadora.

E o ataque principal... Atacaram o contrato, as relações, mas eles atacaram a Justiça do Trabalho, e aí a propaganda que foi feita é igual à propaganda que é feita com o serviço público. Você vai dizendo que aquilo não presta, não presta, até ficar numa situação de privatização. Servidor e, enfim, aquilo que está colocado... A propaganda que foi feita, a campanha que foi feita contra a Justiça do Trabalho foi muito forte. Muito forte e eu estive no dia 7 de setembro, em Buenos Aires, falando da reforma trabalhista do Brasil. E, lá, está uma campanha muito forte também com as mesmas expressões, gente.

O que está acontecendo aqui é dizer que tem que fazer a reforma trabalhista para gerar emprego, dizendo que a Justiça do Trabalho tem que realmente diminuir a sua intervenção no movimento, na legislação trabalhista e tem que ter liberdade. Quer dizer, usam um discurso falso. Então, tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Liberdade de explorar livremente.

A SRª GRAÇA COSTA – É, para poder ser explorado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E do discurso que foi feito aqui até agora nada se concretizou porque não vai criar emprego. Se criar, os empregos que forem criados vão ser de submundo; empregos muito precarizantes e precarizados. Nós vamos aumentar o número de pessoas com problema de saúde, sem falar no estresse, sem falar nessas doenças da modernidade hoje que o trabalhador sofre, tem muito assédio.

O que eu acho mais grave de tudo é se começar a considerar que o trabalhador deixa de ser um cidadão para ser uma coisa, para ser um objeto. Isso a gente já dizia no momento de discutir a terceirização, mas agora piora muito essa situação porque...

(Soa a campainha.)

A SR^a GRAÇA COSTA – ... vai ser uma grande troca mesmo, já concluindo, de trabalhadores que têm esse contrato por tempo indeterminado por trabalhador com contrato parcial, com contrato intermitente, com contrato terceirizado. A luta vai ser muito árdua, vai ser muito grande nesse próximo período e nós precisamos descer às bases.

Acho, Senador, que tudo que está sendo discutido aqui nós precisamos fazer uma escuta para fora também. Nós precisamos fazer a mesma coisa que nós fizemos no momento do projeto da terceirização. Nós precisamos rodar este País...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E eles não conseguirão aprovar. Desistiram pela pressão, eles arquivaram um de – sei lá – dez, quinze anos atrás – e enfiaram goela abaixo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – De 1998.

A SR^a GRAÇA COSTA – Isso. E a resistência foi muito forte, bacana. Nós conseguimos segurar.

O projeto continua tramitando e há esperança para gente. O 4.330 continua aqui. Nós podemos reverter essa situação mais cedo ou mais tarde. Vai depender muito da nossa organização, da nossa mobilização em romper esse ciclo. É verdade que há, nesse próximo período, num curto espaço de tempo, essa resistência à implantação da lei.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos um processo eleitoral no próximo ano. E nós precisamos deixá-lo direto na nossa fala, no nosso dia a dia, no nosso cotidiano, porque tudo que está acontecendo aqui, tudo que está sendo retirado de nós, e de forma veloz, é porque o empresariado brasileiro tem uma maioria absoluta aqui. E tem uma maioria, quero dizer com muita sinceridade, desqualificada – desqualificada –, porque nós já tivemos embates muito fortes aqui no Parlamento, e nunca fomos maioria.

Nós classe trabalhadora nunca fomos maioria aqui, mas nós tínhamos um certo nível de debate, de coerência, tínhamos um certo nível de discussão e de recuo quando nos mobilizávamos. Muitas vezes só uma categoria vinha aqui, fazia uma mobilização; e os Parlamentares recuavam em algumas questões, porque era dar muito na vista, era muito imoral aquele tipo de coisa. E eles recuavam. Agora perderam a vergonha também; perderam a vergonha... Perdemos esse equilíbrio de forças, porque nunca fomos maioria, mas conquistamos muitas coisas aqui.

Esse é o momento muito difícil – muito difícil –, porque não é só uma questão de ter 30 votos a mais ou 100 votos a mais aqui dentro. É uma questão muito mais séria, e nós precisamos passar por uma transformação.

Uma delas é modificar essa composição do Parlamento brasileiro no próximo ano, na eleição de 2018. As pessoas ficam, principalmente a imprensa... A grande imprensa vai usando algumas notícias bombásticas, para esconder a realidade. E as pessoas já não falam mais sobre isso. Nós precisamos falar, sim; porque são os políticos que estão aqui, que levaram o nosso voto, que estão fazendo essa toda essa maldade com a gente. E nós precisamos continuar trabalhando nisso.

Os avanços que nós tivemos foram poucos para o que nós necessitamos; mas há muita maldade nessa proposta, como já foi dito aqui, que vai arrebentar com a vida da gente. Precisamos da construção de uma nova proposta. Nós da CUT estamos fazendo uma campanha pela anulação da reforma. Lançamos no dia 7 de setembro, no Grito dos Excluídos; estamos na fase de coletar as assinaturas.

Nós queremos movimentar cada vez mais as pessoas, os trabalhadores, a classe; não só quem é sindicalizado, mas principalmente quem é da população e que não compreendeu ainda, que não está acompanhando a dureza que vai ser nossa vida com essa nova legislação que está aí em curso.

Agradeço. Nós da CUT estamos à disposição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos fazendo essa campanha; acho que vai reforçar muito esse trabalho que o Senador Paim está fazendo aqui nesta Subcomissão, porque é de construir um novo paradigma. Nós precisamos romper com tudo isso que está sendo conosco.

Obrigada, Paim, e conte com a gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores, que fala muito da mobilização, da pressão e da expectativa de eleger um Congresso com compromisso com o povo brasileiro nas próximas eleições de 2018, e um Presidente também, não é?

Mas vamos lá. Representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, Anjuli Tostes.

A SR^a ANJULI TOSTES – Bom dia a todos e todas que estão presentes aqui. Bom dia a quem está nos ouvindo, também, nos vendo.

Eu queria agradecer, em nome da Central da Classe Trabalhadora Intersindical, ao Senador Paim pelo convite e por esta importante iniciativa, também, que é o estatuto do trabalho. Quero saudar também os membros da Mesa; o Sr. Ministro Augusto César de Carvalho; Graça Costa também, companheira de luta. Enfim, agradecer também a todos que estão aqui.

Eu começo saudando esta iniciativa do Senador Paim, de a gente pensar e construir um novo estatuto, um novo regramento para o trabalho, porque o que nós sofremos como trabalhadoras e trabalhadores brasileiros foi inaceitável. E a gente precisa lutar para desfazer isso, e desfazer os efeitos dessa traição ao povo trabalhador, da traição ao povo que representou essa reforma trabalhista que passou aqui no Congresso Nacional, uma reforma que passou à revelia de toda participação que aconteceu nessas audiências públicas – e foram várias, eu estive presente em várias, nós da Intersindical estivemos presentes em várias. E era uníssono para quem participava da assembleia a opinião de que essa reforma era um absurdo, era uma vergonha, um descalabro; mas mesmo assim a reforma passou.

Então – eu vou falar aqui desta Casa do Senado também –, os 50 que votaram a favor dessa reforma são traidores do povo brasileiro; são traidores do povo brasileiro e a conta deles vai chegar. Essa conta vai chegar, e é por isso que nós estamos aqui também preparando o caminho, abrindo caminho para um novo estatuto do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhador, que refaça aqueles direitos que foram retirados, que os reponha, e, mais ainda, que vá mais longe, porque o que a gente tinha também não estava bom, não é, Senador? O que a gente tinha também estava insuficiente em termos de proteção do trabalhador, de proteção ao trabalho. E eu digo que estava insuficiente porque a desigualdade social no Brasil é uma das maiores do mundo. Então, se a gente não tem condições para que esse produto do crescimento, que o produto do trabalho seja repartido adequadamente entre a população, então tem alguma coisa muito errada nesse pacto social que vigora hoje no Brasil. E a gente vê uma situação de piora no que a gente já tinha, que não era bom, que era ruim.

Eu começo falando... Eu vou falar sobre duas falácias, duas grandes falácias. A primeira delas, a primeira falácia que se colocou aí para aprovar essa reforma, foi a de que modernizar as leis vai gerar mais empregos porque vai melhorar as condições de proteção para as empresas. Ora, vamos melhorar as condições de proteção para as empresas? Então são as empresas que precisam de proteção no mercado de trabalho? Isso aí é uma inversão – e eu vou falar aqui porque a gente está discutindo princípios para um estatuto do trabalho –, isso é uma inversão máxima do princípio da proteção, que prevê a proteção para a parte hipossuficiente da relação de trabalho. Quer dizer, na verdade quem precisa de proteção é quem está por baixo, e se a gente tem uma relação de subordinação – e a relação de trabalho, o que a define, é uma relação de subordinação – beira o absurdo se falar, por exemplo, na hipersuficiência. Então, não existe trabalhador hipersuficiente; se há subordinação, ele é hipossuficiente. Então, ele está numa situação inferior, existe um desequilíbrio de forças aí. Por isso mesmo, o Direito do Trabalho é um ramo aparte. É um ramo aparte para que essa situação contratual de desequilíbrio seja tratada de maneira especial. Então, há vários ataques ao princípio da proteção: terceirização, agora, também, com a reforma trabalhista, pode ser inclusive na atividade fim; restrições ao acesso à Justiça do Trabalho e também à justiça gratuita; jornada intermitente; contratação por tempo parcial, piorada. Então, são diversas situações que prejudicaram o princípio da proteção, e o primeiro ponto que eu coloco é a gente reforçar a importância desse princípio, porque se há algo certo neste País é que o trabalhador e a trabalhadora estão em uma condição muito inferior. Se a gente pega os grandes conglomerados financeiros, aí é que a exploração se dá de maneira mais forte ainda. É só você olhar para os bancos,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a condição – Graça sabe disso também – de trabalho que os bancários têm, por exemplo. Então, gostaria, em primeiro lugar, de reforçar o princípio da proteção para esse novo estatuto.

Em segundo lugar, a gente tem aí também o princípio da irrenunciabilidade de direitos. Esse princípio define que é vedado ao trabalhador renunciar a qualquer direito disposto em lei. E aí vem a reforma trabalhista e estabelece o negociado sobre o legislado. Isso é uma clara afronta a um princípio histórico do Direito do Trabalho, a uma construção doutrinária e jurisprudencial do Direito do Trabalho, que foi atacada por essa reforma trabalhista – essa deforma trabalhista, na verdade. É um princípio importante, Senador Paim, – já que a gente está falando de princípios –, para a gente reforçar, porque os direitos são inegociáveis, são irrenunciáveis e nós não aceitamos nenhum passo atrás. Os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras neste País e no mundo foram conquistados com muito suor, com muita luta, e é por isso que nós, enquanto trabalhadores, não aceitamos nenhum passo atrás. Então, o princípio da irrenunciabilidade de direitos é fundamental e muito importante. É óbvio que, se você tem uma relação de emprego, uma relação contratual de trabalho e de emprego, se você pode, livremente, ou por convenção, renunciar aos direitos que estão previstos nas leis e até na Constituição, o que sobra? O que sobra? Porque o interesse do trabalhador é garantir seus direitos, mas também garantir ali a sua subsistência.

A gente viu aquele videozinho ali, que pode ser uma piada, é uma comédia que foi apresentada aqui, mas é a grande verdade. É como um leilão. Agora, o que vale é quem dá menos. Quem dá menos para o empregador topa? Então, o trabalhador que abre mão dos seus direitos é o que vai ficar. Essa condição de fragilidade para o trabalhador e para a trabalhadora brasileira nós também não podemos aceitar, e deve ser pilar desse novo estatuto, Senador, na nossa visão da Intersindical, o princípio da irrenunciabilidade de direitos.

Vou comentar aqui também sobre o princípio da intangibilidade salarial. Esse princípio, inclusive, está previsto na Convenção nº 117 da OIT, que prevê que todos os salários ganhos devem ser devidamente pagos a empregados e também a servidores públicos. Isso também está sendo fragilizado no Brasil inteiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu também vou falar sobre os servidores públicos, porque está acontecendo aqui no Distrito Federal uma ameaça de parcelamento dos salários dos servidores e das servidoras públicas.

Na verdade, é uma arma na cabeça. Olha o que está acontecendo aqui e o que está acontecendo em outros Estados também. Eu falei aqui porque já aconteceu no Rio de Janeiro, já aconteceu em muitos outros lugares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – No Rio Grande do Sul, os professores e servidores estão recebendo R\$350,00.

A SRª ANJULI TOSTES – É uma vergonha. É uma vergonha.

Então, o que está acontecendo aqui no DF, por exemplo, é que os servidores estão com uma arma na cabeça, que é assim: ou vocês aceitam esse novo regime de previdência, que põe em risco a previdência de milhares de servidores no Distrito Federal, ou vocês vão ter o salário parcelado. É, se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come. Não há nenhuma proposta boa. Então, o Governo também no DF está muito alinhado com o Governo de Michel Temer nesse sentido.

Para que servem os princípios? Os princípios existem justamente para servir de balizadores tanto para o legislador, que é esta Casa que vai fazer as leis, quanto para a jurisprudência, para os nossos juízes, enfim, para os aplicadores do Direito em geral. Mas infelizmente os princípios que já existiam – a gente está falando aqui de reforçar e de garantir de maneira mais clara ainda – não foram respeitados por esta Casa.

Como eu falei, essas pessoas que votaram, esses 50 que votaram de costas para a população brasileira... Esse tipo de democracia precisa ser repensada também porque como podem 50 pessoas definir o futuro dos direitos dos trabalhadores, de costas para mais de 90% da população que se dizia contra a reforma trabalhista? Então, esse tipo de democracia que está aí também não nos serve. Ela não nos serve. Que esses traidores também tenham a sua resposta nas ruas, nas urnas.

Eu quero dizer aqui e saudar, mais uma vez, essa iniciativa porque, de fato, nós não podemos nos conformar, nós precisamos lutar para recuperar o que perdemos e para avançar ainda mais, porque isso é o interesse do povo brasileiro. É esse o interesse real. Numa democracia real, esse é o interesse do povo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a ANJULI TOSTES – Eu queria abordar aqui a segunda falácia. Eu falei que iria falar de duas. A segunda falácia, que também foi muito ventilada na época da reforma e continua a toda, é de que precarizar os direitos trabalhistas – modernizar, flexibilizar, no fundo, na verdade, é precarizar os direitos trabalhistas – gera mais empregos. Então, são esses argumentos econômicos que não são novidades. A história mostra isto: esses argumentos econômicos são utilizados historicamente como cortina de fumaça para implementar uma determinada ideologia. Então, você usa argumentos tecnocratas e econômicos para justificar a implementação de uma ideologia no País, sendo que não há qualquer evidência empírica de que a flexibilização ou a precarização dos direitos dos trabalhadores gera efeitos positivos sobre a economia agregada. Na verdade, o que nós temos em termos de estudos – e aí temos estudos com base nos países da OCDE, no Brasil mesmo, como a minirreforma que foi feita em 1998 por FHC – mostra que o que acontece é exatamente o contrário.

Vou citar aqui o Relatório Anual da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em que consta que a desregulamentação do mercado de trabalho não favoreceu o crescimento econômico – e foi analisada uma base de dados de 20 países da OCDE.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANJULI TOSTES – Então, não favoreceu o crescimento econômico, não gerou emprego. Pelo contrário, o que aconteceu, na verdade, foi um aumento da desigualdade social e a precarização e a informalização do emprego. Então, o que está em jogo aqui, amigos, companheiros, companheiras, colegas, meus colegas de trabalho também, na verdade é uma visão de mundo. Não é uma questão meramente econômica – não é uma questão econômica. Porque o que gera emprego no País é crescimento, e crescimento econômico acontece com investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que é investimento em educação. Esse é o crescimento econômico sustentável que nós queremos, um crescimento que promova a inserção das pessoas no mercado de trabalho, um crescimento que promova a divisão do bolo também. Porque de nada adianta crescimento econômico com aumento da desigualdade social. De que nos serve isso? Crescimento para quem?

Por isso é que eu enfatizo aqui, também, essa questão, essa falácia de que geraria mais empregos. Não vai gerar e não gera, isso é demonstrado. Não gera: está no relatório do perito independente Juan Pablo Bohoslavsky, da ONU; está nos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

relatórios da OCDE. A OCDE fez agora, em março, uma recomendação para todos os países-membros da OCDE para terem muito cuidado com essas reformas trabalhistas em andamento, porque não há evidência empírica nenhuma de redução... de aumento de emprego, da empregabilidade.

Eu queria dizer também que, ainda sobre a questão dos efeitos macroeconômicos, a precarização da condição do trabalhador gera, na verdade, uma redução do consumo das famílias, o que é óbvio. A gente tem a equação do PIB (Produto Interno Bruto) com dois elementos muito importantes que são formação bruta de capital fixo e consumo das famílias – e gasto do Governo também, mas vou me ater aqui ao consumo das famílias. O consumo das famílias tem o potencial de alavancar o crescimento, de alavancar o PIB. E aí o que se faz? Na verdade, em uma situação de crise em que se deveria implementar políticas anticíclicas, faz-se justamente o contrário, o Governo faz o contrário. O que ele faz? Ele retira os direitos da classe trabalhadora, diminui o poder de compra dessas pessoas e, portanto, reduz o consumo das famílias. Então, essa é uma receita que aprofunda a crise econômica. Isso foi demonstrado na Argentina, gente, com a política neoliberal que foi implementada lá. Foi mostrado na Grécia, foi mostrado na Itália. Isso aprofunda a desigualdade econômica.

Vamos olhar aqui para a América Latina: o que aconteceu? O Governo desenvolve esse processo de uma grande mentira, uma grande campanha mentirosa para a população – rasa, mentirosa, sem base, sem respaldo, sem nenhum estudo técnico –, para vender ideologia barata. É isso que nós estamos aqui, também, desconstituindo, mais uma vez, porque é importante que nós também demonstremos que isso tudo não passa de uma grande mentira.

Além de reduzir o consumo das famílias, isso ainda provoca o quê? Uma contração da demanda – é óbvio. O proletariado sem dinheiro para comprar contrai a demanda e reduz, portanto – com a contração da demanda –, a arrecadação de impostos.

E eu vou falar do outro elemento do PIB também que são os gastos do Governo. Porque, se o trabalhador ganha menos dinheiro, ele vai pagar menos imposto. Se ele consome menos, ele vai pagar menos imposto indireto também. E aí o Governo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

também não consegue contrapor as crises investindo dinheiro na economia. Então, é um ciclo vicioso que se gera em cima de mentira.

Enfim, eu quero finalizar também, porque não quero tomar tanto tempo, mas quero dizer aqui que nós vamos lutar. Nós vamos lutar por um estatuto. Nós estamos juntos, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

A SRª ANJULI TOSTES – Nós vamos lutar para um estatuto que vai ainda mais longe nas garantias e na melhoria da condição do povo trabalhador do que havia antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SRª ANJULI TOSTES – Vamos lutar, estamos juntos, porque é preciso que o povo trabalhador esteja junto, sim. E é preciso acreditar que é possível, porque, se nós somos os detentores do poder no País – e a Constituição prevê, no art. 1º, que todo o poder emana do povo –, então temos que fazer isso valer de verdade.

E vamos usar todos os mecanismos e todas as ferramentas à disposição da classe trabalhadora, para fazer isso acontecer. Então, vamos nos engajar nesse processo e lutar.

O último ponto é para dizer que saiu um estudo recente também, que é do Instituto do Piketty, que é um grande economista. Acho que *O Capital no Século XXI* hoje é um grande marco, o livro dele. Mas o Instituto do Piketty, com base em dados...

(*Soa a campanha.*)

A SRª ANJULI TOSTES – ... brasileiros concluiu que a desigualdade social no Brasil, nos últimos anos, aumentou, quando você considera a base e o topo da pirâmide, que é ali o 1% mais rico da população. Então, essa desigualdade aumentou. Os ricos ficaram ainda mais ricos.

A nossa desigualdade, no Brasil e na América Latina, só é maior, só é menor, perdão, do que a da África subsaariana.

Agora, vejam só, a resposta para isso, numa situação... Aliás, numa ação completamente alheia a essa realidade, a resposta dada pelos nossos representantes





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

eleitos ou pela grande maioria deles, com honrosas exceções, é a de piorar a distribuição de renda entre trabalhadores e empresas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente.

A SR^a ANJULI TOSTES – ... porque o que há aí, na verdade, é uma transferência de renda. Não existe política pública neutra, não existe medida neutra. Em toda política pública, existem os que ganham e os que perdem.

E é muito interessante que, em contexto de crise, a proposta seja sempre arrebentar a corda para o lado do mais fraco. Então, há crise, e você propõe reforma da previdência, porque "Nossa, é insustentável o modelo que há". Esse é o mote.

Agora, você propõe uma reforma da previdência que só olha para o lado da despesa, só olha para cortar direitos. E o lado da receita, que eles não estão olhando, em que não mexeram? E a cobrança dos bilhões que são sonegados todos os anos?

E há aqui pessoas que sonegam, temos representantes aqui, Deputados e Senadores, que estão entre os campeões de sonegação da previdência, de contribuições previdenciárias. E a cobrança dessas verbas sonegadas como está sendo? E a cobrança da dívida ativa, que recupera um valor ridículo? Não há cobrança extrajudicial da dívida ativa.

Então, é muito interessante, porque as respostas para as crises – e muitas crises fabricadas também –, as respostas para as crises são sempre que a corda arrebente para o lado do mais fraco.

Então, agora, há uma crise, e a resposta é "Vamos tirar os direitos dos trabalhadores para gerar mais emprego", sendo que essas mesmas regras que estão vigentes hoje estavam vigentes em 2014, e se falava, inclusive, em pleno emprego, com essas mesmas regras aí.

E houve, como já comentei aqui, uma minirreforma em 1998, que criou o contrato por tempo determinado, banco de horas, jornada parcial, e qual efeito prático isso teve na geração de empregos? Nenhum. Nenhum efeito prático. Nenhum efeito prático.

Então, o que quero dizer, por fim, é que é importante, sim, que a gente não trabalhe em cima de falsas respostas...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a ANJULI TOSTES – ... que a gente trabalhe em cima de respostas verdadeiras para as crises, e essa é uma resposta verdadeira, a criação do estatuto do trabalhador é uma resposta verdadeira, porque ela responde a uma necessidade óbvia num país como o Brasil, tão desigual quanto o Brasil, de que é necessário melhorar o fruto, de que é necessário dividir melhor o fruto do trabalho, o fruto do crescimento econômico. É necessário dividir esses valores, é necessário dividir esse produto do trabalho e, nesse contexto, uma proteção maior aos trabalhadores e às trabalhadoras se faz extremamente necessária.

Vamos recuperar, sim, os direitos que esses bandidos, porque bandido para mim não é o que está na periferia não, que é esse que é mostrado na televisão em programas aí, como Cidade Alerta, enfim, bandido não é quem está na periferia. Bandidos são esses, que roubam os direitos do povo trabalhador.

Então, nós vamos, sim, cobrar e retomar os direitos que esses bandidos nos retiraram enquanto povo. Vamos fazer tudo que for necessário para retomar e para desmentir essas falácias. Eu citei duas aqui, mas são tantas que são despejadas diariamente nos nossos meios de comunicação, também todos capturados. Vamos continuar e seguir na luta, porque a luta é preciso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Anjuli Tostes, representante da Intersindical, Central da Classe Trabalhadora.

Eu recebi aqui, da assessoria, um documento que diz: nova escravidão é mais vantajosa para o patrão que na época colonial. Aqui explica detalhadamente que a escravidão hoje é pior da forma que está sendo feita a partir dessa reforma do que era no passado.

Você tem razão. Nós lá, na CPI da Previdência, mostramos que os grandes devedores são os grandes banqueiros, os grandes empresários, que devem para a Previdência. E nós também fizemos uma pergunta lá, os convocamos para que explicassem por que não pagam. A resposta, parece que há um padrão combinado entre eles: devo, não nego, não pago, estou discutindo na Justiça, estou esperando o novo Refis. Refis que esse Congresso aprova. Negocia, renegocia, não paga de novo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quer dizer, a CPI vai concluir os trabalhos em outubro e vai propor mexer na legislação penal para criar instrumentos mais fortes, inclusive, de cobrança. A Anamatra, o Ministério Público do Trabalho, enfim, diversos setores, juízes, promotores, procuradores estão nos ajudando muito na formulação total. É inexplicável.

Eu, quando cheguei lá, na CPI, eu falava de um superávit, em média – em média, porque eu não vou trabalhar só com aquele ano que deu um saldo menor –, em média eram R\$50 bi por ano. Nós vamos terminar o trabalho mostrando onde é que estão os trilhões que sumiram da Previdência, trilhões, nessa linha do que simplesmente os malandros não pagam e vira uma concorrência desleal.

Aqueles empresários sérios, eles mesmos falam: por que que eu vou pagar em dia se os picaretas, malandros – aí, são ladrões mesmo, como você fala; o teu linguajar eu uso lá também, por isso que eu tenho liberdade de usar aqui –, esses não pagam? E acabou e fica por isso mesmo.

Por isso que tem que haver uma mudança de rumo nesse País.

Bom, nesse momento, eu vou ver se há alguém no Plenário...

Doutora, por favor. Dr^a Ana Cláudia Bandeira Monteiro, Vice-Presidente da ANPT.

A SR^a ANA CLÁUDIA BANDEIRA MONTEIRO – Bom dia a todos e todas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA CLÁUDIA BANDEIRA MONTEIRO – Ah, claro, Ministro.

O senhor, então, é um parceiro constante do Ministério Público do Trabalho e que nos brindou aqui com uma verdadeira aula. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Uma palestra brilhante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A gente agradece muito ao Ministro Augusto César Leite de Carvalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, num gesto, como sempre corajoso, firme, vem aqui e coloca o que pensa sobre a maldade que veio embutida nessa reforma que traz prejuízos para todo o povo.

Uma salva de palmas para o nosso Ministro. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por favor, a Dr^a Ana.

A SR^a ANA CLÁUDIA BANDEIRA MONTEIRO – Retomando aqui, bom dia a todos e todas!

Primeiro, quero parabenizar a todos que participaram da Mesa anterior, o meu colega e amigo Cristiano Paixão, colega e amigo Paulo Boal, companheiro das atividades associativas, parabenizar o Ministro Augusto César, como já disse, grande parceiro do MPT, a Anjuli, a Graça, companheiras de lutas diárias, de resistência a todo o retrocesso que está sendo anunciando, ou melhor, que está se consolidando.

Quero dizer que fiquei muito satisfeita de ouvir em todas as falas a importância dos princípios e que esses princípios, sim, serão a salvaguarda dos direitos já consolidados na Constituição Federal e já assimilados pela classe trabalhadora, sobretudo no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, à proteção; enfim, todos os direitos que foram falados já. Eu nem vou repetir, porque todos vocês falaram com muita propriedade a respeito e eu certamente não conseguiria fazê-lo melhor.

Quero também registrar aqui a excelência da fala da Francimary, que é também do Sinaï, outro grande parceiro de luta.

Senador, quero também registrar a satisfação de estar participando da Comissão do Estatuto do Trabalho. Nós, da ANPT, de alguma forma estamos aqui tentando contribuir com esse Estatuto do Trabalho, como já se disse tantas vezes, mas é importante repetir, que é um importante marco de resistência a essa reforma trabalhista e a tudo que venha para realmente retirar direitos dos trabalhadores.

Faço também, de novo, o registro da brilhante e competente atuação dos assessores daqui, o Leandro, a Tânia, que vêm capitaneando os trabalhos com bastante efetividade.

Mas eu quero aproveitar este momento, esta fala, Senador, para trazer ao conhecimento de V. Ex^a e desta Comissão um fato que aconteceu no Rio Grande do Norte e vem acontecendo nos últimos dias. Houve o ajuizamento de uma ação civil pública contra o Grupo Guararapes – leia-se Lojas Riachuelo, que integram esse grupo –, em que uma Procuradora do Trabalho, Dr^a Ileana Neiva Mousinho, colega nossa, lotada no Rio Grande do Sul, séria, comprometida com os ideais do Ministério Público, com a defesa dos direitos sociais desde sempre, toda a sua trajetória comprova isso,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vem sendo ofendida pessoalmente por representantes desse grupo e vem sofrendo, enfim, uma situação muito constrangedora lá no seu Estado.

O Ministério Público do Trabalho interveio na semana passada lá, por intermédio do nosso Procurador-Geral, Dr. Ronaldo Fleury. O nosso Presidente da ANPT, Dr. Angelo Fabiano Costa, também esteve lá, e ambos falaram com as autoridades locais, fizeram uma entrevista coletiva em que se esclareceu que essa ação foi produzida por um grupo de procuradores – quer dizer, não só por essa Procuradora, uma pessoa e profissional de muito valor, que também estava nesse grupo – e serviu, teve como finalidade, como pedido regularizar questões trabalhistas gravíssimas lá, como a das facções, que são pequenas empresas cuja criação é fomentada pelo grupo Guararapes. Essas empresas são criadas e vivem exclusivamente para produzir para esse grupo – para alguns outros também, mas, fundamentalmente, para esse grupo. Essas empresas são pequenas e não raro não conseguem se manter, porque até o preço dos produtos, tudo o que envolve a questão remuneratória e retributiva dessas empresas passa pela empresa, é decidido pelo grupo empresarial. E essas empresas não raro quebram e deixam muitos trabalhadores lá do sertão do Rio Grande do Norte em situação precária, em que não conseguem receber, minimamente, as verbas rescisórias, enfim, salários e tudo mais que o trabalhador tem que receber.

Então, visando regularizar essa situação, foi ajuizada essa ação, mas, em razão disso, essa Procuradora e os colegas do Rio Grande do Norte vêm sofrendo uma retaliação muito forte.

Eu quero destacar ainda, porque acho que essa informação é muito importante, que essa ação já foi pensada com base na Lei 13.467. Então, nessa ação não se pede, por exemplo, que a empresa deixe de terceirizar, porque, nesse contexto, a terceirização está prevista. Mas a empresa pede, simplesmente, que esse grupo empresarial, que, como já disse, fomenta a criação de empresas para que elas contratem esses trabalhadores, se responsabilize, minimamente, por esses trabalhadores. Quantas vezes empresas menores quebram? Que se reconheça o vínculo empregatício com ele, porque, de fato, essas pessoas trabalham para esse grupo...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a ANA CLÁUDIA BANDEIRA MONTEIRO – Isso. É a subordinação estrutural, bem lembrada aqui pelo meu colega Cristiano, que foi tão bem falada aí. Ou, então, que, no mínimo, ela se responsabilize solidariamente pelos encargos trabalhistas relativos a esses trabalhadores.

Então, eu faço esse registro aqui, Senador, para mostrar que, dentro da fala de todos os que passaram por aqui – da Graça e da Júlia também –, é preciso resistir. A resistência do Ministério Público é no campo jurídico. E nós estamos fazendo dessa forma, da forma mais inteligente e criativa possível que os colegas fizeram lá no Rio Grande do Norte, mas a represália é forte. O setor empresarial está articulado para todas as fases, desde o começo aqui, desde antes do processo legislativo que resultou na Lei 13.467, durante o processo legislativo, que nem preciso repetir aqui porque todos sabemos como foi. E agora já, em vias de aplicação e de realmente fazer prevalecer o que foi falado aqui hoje,...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA CLÁUDIA BANDEIRA MONTEIRO – ... que são os princípios maiores, nós não teremos facilidades. A represália continuará.

Mas, dentro do que foi falado aqui e na linha do que nós estamos trabalhando para construir um novo estatuto do trabalho que venha, realmente, sanar essa situação precarizante, eu deixo aqui essa experiência do Ministério Público do Trabalho como um parâmetro para que a gente, a partir daí, construa soluções efetivas que tragam realmente a necessária proteção para o trabalhador.

Então, é isso.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Sr^a Ana Cláudia Rodrigues Monteiro, Vice-Presidente da ANPT.

O Urbano tinha pedido a palavra. São cinco minutos para cada um.

O SR. FRANCISCO URBANO – Espero não usar todo o tempo.

Quero só aproveitar para, de novo, reafirmar a nossa gratidão, como trabalhador, pelo trabalho que você faz neste Senado, por mais uma trincheira que você organiza aqui dentro para unir forças, combater toda essa maldade que há neste País.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas eu queria dizer mais aqui o seguinte: de tudo que foi falado aqui, imagine no meio rural o quanto vai ser muitas vezes pior. Imagine as maldades que já existiam e agora, com o reforço ainda mais articulado com a legislação que permite tudo.

Mas eu não queria só dizer isso, eu queria dizer para os nossos Procuradores do Trabalho, para o Juiz, V. Ex^{as}, com certeza, já ouviram falar no projeto Nilson Leitão. Isso tudo que está acontecendo é brincadeira. O que vem, o que está proposto é muito pior, muito pior.

Ele começa no primeiro artigo dizendo: "Revoga-se a legislação trabalhista rural". No segundo: "Não se aplica a CLT aos rurais". Num terceiro ou quarto diz: "Remuneração não significa necessariamente pagamento em dinheiro; pode ser alimento ou moradia".

O que faltou nesse projeto dele? Um desenho da corrente. Era o que acontecia no passado. O escravo tinha o lugar para dormir – amarrado – e uma cesta, uma marmita para comer. Só faltou desenhar isso. Imagine a previdência social que vai ter esse pessoal; qual o Direito Trabalhista que vai ter o setor rural com esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Urbano, permita-me fazer um aparte, mas depois eu te dou o tempo de volta. É só um aparte.

O SR. FRANCISCO URBANO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Por isso é importante que a gente tenha aqui um dia um debate somente sobre a questão do trabalhador rural. Acho que o seu alerta é importante para isso.

O SR. FRANCISCO URBANO – Era a parte final que eu queria sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E já vou te dar mais um minuto, porque eu me meti no seu tempo.

O SR. FRANCISCO URBANO – Eu vou dizer uma coisa que vocês, do Judiciário, podem não gostar muito: eu não acredito em justiça feita pelo Judiciário. O sistema judiciário brasileiro é o pessoal mais repressor do Estado contra o povo, porque ele é a máquina repressora. Decisão dele você não discute, você cumpre.

Mas o que me deixa muito alegre aqui é que o eu tenho visto e ouvido dos procuradores do Trabalho e da maioria dos juízes do Trabalho que vêm aqui e nos deixam um alento muito grande, porque são cidadãos imbuídos de tentar ajudar a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diminuir a maldade, a perversidade que esse projeto fez, dessa reforma que está sendo feita.

É como disse o nosso companheiro: não é porque são conservadores ou reacionários, e sempre foram a maioria, que sejam muito desqualificados do ponto de vista de formulação. O companheiro – e desculpe chamá-lo de companheiro, eu errei – disse que na legislação parece que não há lógica de intelectualidade. Não há mesmo.

O Presidente da Comissão... Imagine a postura do Presidente da Comissão. O Relator, infelizmente, é do Rio Grande do Norte. O avô dele, que já morreu e foi um excelente Parlamentar aqui, se estivesse vivo, estaria tremendo de ódio, pois era um homem conservador, mas um intelectual decente. A postura dele não merece nenhuma lógica de alguém que tenha alguma capacidade mental e intelectual, aquele relator. Não poderia sair nada pior do que isso aí. Só poderia sair daí...

Só queria aproveitar e fazer este registro porque a gente finda esquecendo. Até mesmo na Contag, de vez em quando, a gente esquece de falar do tal Nísio Leitão. Esse projeto é muito draconiano. A gente tem de impedir isso e está lá quietinho, parado, porque o PSDB, pensando na eleição no ano que vem, disse: "Deixem isso aí. Parem. Não joguem para frente". Mas ele está pronto para ser colocado qualquer dia em votação.

Aqui há uma nova medida provisória, a MP 793, para aumentar a dificuldade do campo. Não só está dispensando 95% de todas as dívidas dos latifundiários, que as pessoas estão chamando de empresários. Não! São latifundiários excludentes, aqueles do agronegócio. Agronegócio é uma fantasia para não se falar mais do latifundiário criminoso que temos neste País.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – Bom, eu não poderia deixar de registrar isso, porque é muito... Eu sou camponês nordestino, daquele que aprendeu a viver, não teve escola, nem dava para ir à escola, mas a vida faz a gente aprender a viver. E é isso que eu tento fazer aqui, representando a nossa confederação, que, com muitas batalhas, com muitas lutas, conseguiu trazer legislação trabalhista, direito previdenciário...

Na Constituinte, nós conseguimos transcrever para a Constituição os princípios e os direitos dos trabalhadores rurais, que não existiam. Hoje, a gente vê isso tudo indo por água abaixo. Eu acredito que o povo brasileiro, a sociedade brasileira vai reagir





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não apenas em um processo eleitoral. Essa chamada democracia formal e burguesa faz isso mesmo. Nós acreditamos numa revolta mais forte da população para fazer valer e não deixar que se destrua nesse processo a Justiça do Trabalho, que é uma aliada fundamental nessa batalha. E nós temos mostrado aqui o posicionamento de V. Ex^{as}.

Eu peço sempre que a Contag grave tudo isso para fazer debates, transmitindo o pronunciamento de V. Ex^{as} para que os nossos sindicalistas, nossos advogados, nossa juventude rural consiga ouvir como vocês têm se posicionado em favor da classe trabalhadora. E esperamos que consigamos reverter esse retrocesso o mais rápido possível.

Desculpe pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Urbano. Parabéns pela contribuição.

Agora passamos a palavra ao Carlos Damarindo, que é representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Aí, vamos às considerações finais dos nossos convidados, quando cada um terá mais cinco minutos.

O SR. CARLOS DAMARINDO – Bom dia, Senador Paim, a todos e a todas. É um prazer estar aqui novamente. O Sindicato dos Bancários é muito ativo. Nós temos uma demanda muito grande junto aos movimentos sociais, nas ruas, enfim.

Eu quero fazer duas colocações que considero importantes. A primeira é um repúdio ao Banco Santander, que vem com uma publicidade nefasta sobre a vermelhinha, que substitui a carteira de trabalho, que vem carimbada na propaganda a demissão com um novo modelo colocado, que é o próprio dono do golpe, a Fenaban, a Fiesp, as indústrias. Enfim, é um golpe premeditado, mandado, e já estão se antecipando. Uma categoria que sofreu... Infelizmente, todas as categorias aparecem com adoecimentos e tudo o mais.

Com os bancários não é diferente. O adoecimento mental é gigantesco. Fizemos uma pesquisa recente, que ainda estamos concluindo. Não é uma pesquisa científica, mas é uma pesquisa que mostra que, infelizmente, homologam-se na base de São Paulo uma média de 11 mil a 13 mil trabalhadores por ano na categoria. Boa parte desses trabalhadores se tornam terceirizados, com condições precárias, que todo mundo sabe disso, e de um número de seis mil entrevistados aproximadamente, todos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conhecem, reconhecem que há assédio moral, adoecimento, ou já trabalharam doentes e não podem se afastar pela opressão e pelo medo de perderem o emprego.

Queria registrar essas duas coisas.

Outra coisa: um outro fato que vai atingir a categoria bancária, e acho que muitas outras categorias, é a questão da atividade de *home office*, de que se fala muito. Aí eu faço a pergunta e deixo o questionamento, porque há as NRs, há uma série de regulamentações que tratam da questão, a gente até falou muito da questão da violação do lar, do domicílio.

Imagine esse trabalhador... Alguns bancos já tem um laboratório – estou falando da categoria, que é uma das maiores – em que as pessoas trabalham dentro da sua casa. E se houver um acidente ali? E é muito do cotidiano, na categoria bancária, acidente no local de trabalho e tudo o mais. Como fica essa situação? Então, a legislação, esse golpe na reforma, na verdade, é uma deformação do Direito do Trabalho. Não é uma reforma; é retirada, sucateamento da relação de trabalho e da dignidade humana, como bem já explanaram aqui os palestrantes.

Eu queria deixar esse registro e reforçar a questão da publicidade, se há ou não alguma forma, porque existe um monte de Conar de qualquer publicidade que se faça... Se o movimento sindical hoje chegar na televisão, na rua, e fizer qualquer atividade de protesto contra banco, qualquer instituição, ele é reprimido pelos órgãos que regulam. Agora, fazer uma publicidade dessas contra o Estado, contra o cidadão, contra o trabalhador, tinha de haver uma forma... E aí eu deixo esse recado aqui para a audiência para que registremos. Temos de ser firmes contra esse tipo de ataque midiático que está sendo feito contra os trabalhadores.

Mais uma vez saúdo a todos e a todas. As explicações são fantásticas, da companheira da Inter, da Graça, grande amiga. Estamos juntos e vamos juntos, nos movimentos sociais, para as ruas, que é o único caminho que há. Precisamos de que este Congresso seja mudado completamente para o próximo ano. A resposta vai ser nas urnas e vai ser nas ruas, como está sendo feito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Carlos Damarindo, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

deixa esse alerta à chamada propaganda enganosa, mentirosa para destruir a própria CLT na visão dos trabalhadores.

A reforma da previdência, então, vai na mesma linha.

(*Soa a campanha.*) **O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Todas as TVs, eu diria, ou a maioria, pelo menos, propaganda paga direto, querendo enganar o trabalhador para que ele entenda que não ter direito à aposentadoria é bom; é mais ou menos isso. Que vai pagar, vai pagar, e não vai ter direito de se aposentar. A reforma trabalhista é abrir mão de seus direitos e achar que é bom.

A assessoria da Mesa lembra que as notas taquigráficas das audiências públicas da Subcomissão, já que há muitos pedidos, ficam disponíveis na página da CDH no *site* do Senado Federal. O vídeo da audiência, na íntegra, fica disponível no YouTube e no canal do Senado, ok?

Então, vamos aqui.

Francimary Oliveira Michiles, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Sinait, para suas considerações finais. São cinco minutos para cada convidado.

A SR^a FRANCIMARY OLIVEIRA MICHILES – Senador, primeiramente, o Sinait se solidariza com os membros do Ministério Público do Trabalho nesse ataque que vêm sofrendo os procuradores. Esse ataque vem de forma imposta pelo próprio Governo Federal, porque está atacando o tripé da proteção do direito do trabalhador, que é a Justiça do Trabalho, o Ministério do Trabalho e a Auditoria Fiscal do Trabalho.

Justamente em função disso que nós, os Auditores Fiscais do Trabalho, gostaríamos de pedir o apoio de todos os trabalhadores brasileiros, para que nós possamos enfrentar essa luta tão difícil. Temos esperança de que o Estatuto, Senador, traga o resgate da implementação dos princípios constitucionais, principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Agradecemos à Francimary Oliveira Michiles, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, pela contribuição belíssima que deu a este debate.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Desliguei isso aqui, porque me atrapalha muito. Chega de receber pedido de cópia desta audiência. O mérito é dos convidados. Todo mundo pedindo cópia.

Então, Francimay Oliveira Michiles, parabéns! (*Palmas.*)

Por favor, Dr. Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Senador Paulo Paim, apenas para também reiterar o que já foi dito aqui, da grande oportunidade que é esse espaço de discussão.

O Brasil hoje enfrenta uma situação de termos poucos espaços livres para discussão, debate de pontos de vista, discussão sobre temas polêmicos. Nós temos uma mídia que tem um discurso único, e isso compromete a democracia.

A democracia é um lugar de conflito, no sentido do conflito organizado, do conflito regulado; ou seja, é um lugar em que visões conflitantes de mundo entram, digamos, em operação. O Brasil democrático se construiu assim, se construiu dessa forma. Quando temos um pensamento único, quando temos um pensamento, digamos, repetitivo, isso vai-se transformando numa espécie de verdade absoluta, de verdade que não é questionada.

E, nesse evento que a nossa Vice-Presidente lembrou, Drª Ana Cláudia, um evento que está ocorrendo no Rio Grande do Norte, uma situação gravíssima de violação inclusive de direitos dos trabalhadores profundamente precarizados, do interior do Rio Grande do Norte, o que nós vemos nesse caso? Nós vemos uma batalha midiática. O proprietário das lojas do grupo empresarial faz uma extensa entrevista na *Folha de S.Paulo*. Hoje há um enorme artigo na *Folha de S.Paulo* defendendo as suas ações.

O setor está muito organizado de uma forma muito capilarizada: nas redes sociais, nos grupos de discussão no WhatsApp. Esses dados vão circulando de forma distorcida, de forma, digamos, a criar um certo pânico numa população, e isso vai se transformando numa espécie de verdade nesse mundo virtual.

Isso é algo que nós não podemos aceitar, porque o que nós estamos fazendo, o que os procuradores estão fazendo é a defesa do trabalho digno, é a defesa do trabalho, digamos assim, em condições mínimas de saúde, segurança e autonomia. Justamente os exemplos que eu utilizei aqui da indústria têxtil, esses exemplos que aconteceram tanto em São Paulo estão se repetindo no Rio Grande do Norte, com o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apoio, com o estímulo explícito do grupo empresarial que é, digamos, o beneficiário desse trabalho.

E essa disputa não se dá apenas no mundo trabalhista; ela se dá nas redes sociais, ela se dá, digamos, nas formas, numa relação às vezes promíscua entre alguns políticos que apoiam a reforma e esses líderes empresariais. Então, esse discurso começa a dominar, de certo modo, a esfera pública. Nós temos de defender a esfera pública livre, temos de defender uma esfera pública democrática, uma esfera pública que possa repercutir todos os pontos de vista e todas as manifestações da população que constrói a sociedade brasileira.

Portanto, um estatuto do trabalho é também o estatuto da sociedade civil, é também o estatuto do Estado de direito. Então, que esse Estatuto do Trabalho reflita, na sua formulação futura, todas essas preocupações e todos esses compromissos do Brasil, inclusive internacionalmente, com os princípios da proteção do trabalho humano.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr. Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região, parabéns pela sua contribuição!

Dr. Paulo da Cunha Boal, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Agora há pouco, eu fui indagado ali fora, numa pequena entrevista, sobre o que significava quando eu disse que venderam algo que não podem entregar. Vou aproveitar esse tempinho para tentar esclarecer um pouco isso.

Boa parte da discussão se deu lastreada em aspectos práticos, e era até difícil de contradizer: "Ah, porque – sei lá – 60% dos empregos residem nas microempresas". Dava essa sensação, vendeu-se essa sensação de que a reforma ajudaria esses pequenos empregadores, quando é nítido, a leitura da legislação deixa claro que os grandes beneficiados serão os grandes conglomerados, principalmente as instituições financeiras, que, cada vez mais, se valem de trabalhos ou terceirizados, ou delegados, uma série de situações.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu tenho citado, com certa frequência, uma forma de terceirização utilizada pelos bancos de uma engenhosidade impressionante, que é a transferência de boa parte da sua atividade para as agências lotéricas. Eles fazem praticamente tudo: você paga a conta, você saca e você é assaltado – é basicamente isso. Como o ladrão, eu presumo, não é desprovido de inteligência, ele opta: "Eu posso assaltar o banco ou eu posso assaltar a agência lotérica." Ele vai e assalta a agência lotérica. Então, o banco não apenas terceiriza a atividade, ele terceiriza o risco efetivo que envolve todo o seu trabalho.

Toda essa legislação, em algum momento... Alguns amigos empresários me perguntam e acreditam que essa legislação os privará de todas as dificuldades que enfrentavam: que não terão mais ações trabalhistas, que não precisarão mais pagar horas extras para o entregador ou mototaxista. Então, para eles, isso se transformou numa panaceia, e não vai acontecer. A tal da segurança jurídica, também tão propalada, vai demorar de cinco a dez anos para que a jurisprudência tenha uma noção mínima de como dar voz a essa legislação.

Eu acho que, mais desapontados do que os trabalhadores, nós vamos encontrar um grupo, uma gama de empresários, de pequenos empresários que foram ludibriados, tratados como boi de manada, para acompanhar o movimento, lastreado em informações completamente falsificadas, em resultados falsificados.

Eu brinco que eu não acredito em Papai Noel. Torço para que ele exista, torço para que, no final do ano, ele me dê uma Ferrari, mas isso não acontece. E me parece que a mesma coisa vai acontecer com essa legislação: todo mundo vai torcer para dar certo, os pequenos empresários vão torcer para dar certo, e, ao final, ela vai se transformar no que sempre têm se transformado as legislações brasileiras, uma forma de concentração de renda na mão de um pequeno grupo de empresários.

Agradeço novamente, Senador Paim, essa possibilidade que o senhor sempre abre para a Anamatra participar das audiências e poder ter um pouco de voz aqui no Congresso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr. Paulo da Cunha Boal, Diretor da Anamatra. Meus cumprimentos pela sua contribuição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Ministro Augusto César Leite de Carvalho teve de se retirar. E a Ministra Kátia Magalhães Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho, também mandou justificar. Ela havia ligado para cá dizendo: "Olha, estou indo. Quero fazer parte, porque acho importante.", mas houve um problema na última hora, quando ela estava quase entrando no carro, e ela nos comunicou que fica para outro momento, mas que voltará. Então, vamos dar uma salva de palmas para a Ministra Kátia Magalhães Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho. (*Palmas.*)

Vamos a Anjuli Tostes, representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora.

Você foi a última da Mesa anterior. Agora inverte, e a Graça será a última.

A SRª ANJULI TOSTES – Senador Paim, queria encerrar também esse momento – pelo menos a nossa oportunidade de fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixa eu te atrapalhar agora, mas vou descontar seu tempo. Vou receber um livro aqui, só que quero receber com a foto aqui – livro de autoria dela.

A SRª ANJULI TOSTES – Agradecendo mesmo essa iniciativa, eu acho que é o momento, sim, de nós pensarmos alto, porque nós vamos retomar o poder neste País, o poder é nosso – o poder é nosso. Nós somos a maioria, e é importante, sim, que nós tenhamos um projeto de país em mente e lutemos por ele, façamos o que for necessário para que ele se concretize.

Eu quero trazer aqui uma visão, na verdade, de um jurista, doutrinador, enfim, que é o Ronald Dworkin – que aliás é um liberal –, que enxerga os direitos como trunfos que a população tem. São trunfos que não podem ser retirados meramente por argumentos econômicos.

Ele fala também da força normativa dos princípios, e os princípios aqui, os princípios do Direito do Trabalho foram extremamente desrespeitados, foram violados. Não foi reconhecida nenhuma validade desses princípios por esses que aprovaram essa reforma. Se mesmo um liberal defende que esses direitos sejam respeitados, quanto mais nós que temos um projeto mais inclusivo, voltado para a inclusão daquelas pessoas que estão hoje na marginalidade. Essa marginalidade se agrava com essa reforma trabalhista que aconteceu.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É importante recuperar a força normativa desses princípios. A gente falou de alguns aqui: do princípio da dignidade da pessoa humana, falado várias vezes; do princípio da proteção; do princípio da irrenunciabilidade de direitos; do princípio da intangibilidade salarial; todos ameaçados por essa reforma e que nós precisamos reforçar nesse novo Estatuto.

Eu queria dizer também que, se em toda crise, a resposta for retirar direitos, daqui a pouco não nos resta mais nada. Precisamos lutar contra esse processo e lutar com todas as forças que nós tivermos. Isso passa também por repensar a nossa democracia, essa democracia de que eu falei aqui, em que, nesta Casa, 50 decidiram à revelia da opinião da quase totalidade da população, da quase totalidade daqueles que vieram participar das audiências públicas, Senador Paim, que o senhor convocou – era uníssono. Então, com essa participação *fake* nós não concordamos. Com essa democracia falsa, nós não concordamos.

Nós precisamos, sim... A resposta não vai ser só nas urnas. As urnas não estão dando tanto resultado – estamos vendo aí. Essa resposta precisa ser no aprofundamento da nossa democracia, dos instrumentos de democracia direta, rumo a uma democracia real e que, de fato, passe pelo empoderamento do povo. Porque aqui, infelizmente, o que nós temos hoje são prepostos dos superpoderosos, prepostos que agem no interesse de 0,1% da população – boa parte, Senador, com louváveis exceções. Quando não estão agindo como prepostos, como representantes desses interesses, estão agindo como representantes dos próprios interesses. Vários aqui são grandes empresários que ganharam com essa reforma trabalhista e que deveriam ter se declarados impedidos; assim como esses grandes devedores da Previdência que estão aqui votando, que vão votar, e que até agora não se declararam impedidos, que devem milhões em contribuições previdenciárias, que sonegam. Então, precisamos repensar esse modelo de democracia, sim, rumo a mais instrumentos de democracia direta, rumo ao empoderamento real do povo. É disso que nós precisamos.

Por fim, queria deixar também uma reflexão de que é necessário nós pensarmos também qual é o país que nós queremos. Toda essa discussão sobre reforma trabalhista, reforma da previdência, enfim, é a respeito de qual o país que nós queremos. Nós queremos um país que aumente a desigualdade social ainda mais?

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a ANJULI TOSTES – Nós vimos que esse movimento está acontecendo. A desigualdade desse 1% está aumentando cada vez mais. Então, é esse o País que nós queremos, em que essas pessoas e o resto da população também tenham que ficar encarcerados em suas próprias casas? As populações carentes não estão tendo direito a um mínimo de dignidade. Esse é o País que nós queremos? Esse não é o País que eu quero! Esse não é o País que eu quero para mim, não é o País que eu quero para os meus filhos, não é o País que eu quero para a nova geração.

É preciso lutar. É preciso que esse povo... Ele acaba sendo separado por tantas falsas respostas que são dadas, e a reforma trabalhista foi uma delas. Não colou, porque nós fizemos um movimento também de resistência e de disputa pela opinião pública. Não colou, assim como a reforma da previdência não colou para a população.

Mas é preciso que este País se una por um projeto que seja, de fato, de um país onde caibam todos e todas. Não podemos deixar ninguém para trás; não podemos deixar nenhum trabalhador, nenhuma trabalhadora para trás.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Anjuli Tostes, representante aqui da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, que falou muito na linha de que precisamos de um projeto de Nação, mas de Nação mesmo. Há um revolucionário gaúcho que sempre dizia que Pátria somos todos, e não uma minoria, como hoje há neste País.

A SR^a ANJULI TOSTES – E eu vou acrescentar aqui uma... Há Pátria livre, mas a gente fala também Matria livre. É importante que esta Pátria também seja das mulheres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem.

Se Pátria somos todos, somos todos: homens e mulheres, sem exclusão das mulheres ou das minorias, sejam elas quais forem. As ditas minorias da Matria são maioria também.

A SR^a ANJULI TOSTES – São maioria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Passamos a palavra, agora, à Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a GRAÇA COSTA – Não vou cumprimentar ou nominar as pessoas, mas acho que todos os palestrantes aqui deram uma grande contribuição.

Eu estava cochichando com o Paim: se repetir aqui, toda segunda-feira, neste horário, de 9h às 13h, vai haver...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Uma tribuna livre dos movimentos sociais.

A SR^a GRAÇA COSTA – ... essa construção. Eu acho que isso é muito importante.

Eu achei muito bacana a metodologia que está sendo utilizada aqui, porque é uma escuta, e é uma escuta longa, porque, pelo que o Senador me disse, só no próximo ano vai se começar a pensar em escrever esse projeto, esse Estatuto. Então, até lá, toda segunda-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Começar a escrever nós já começamos...

A SR^a GRAÇA COSTA – Eu sei, mas para dar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... pelas audiências. Só para ajudar, no dia 1º de maio, a intenção é apresentar – há um grupo enorme que está trabalhando, em torno de 30 pessoas – a primeira versão, e ainda vamos deixar a sociedade debater. Para votar, só no novo Congresso eleito, em 2018, porque, com este aqui, não temos a mínima chance de aprovar nada decente – só questões indecentes. (*Risos.*)

A SR^a GRAÇA COSTA – Então, confirmo que este é um espaço de esperança, é um espaço longo e um espaço democrático. Fazer audiência pública toda segunda-feira, durante vários meses, até formular uma proposta que contemple os nossos anseios é muito bacana, muito importante.

Então, muita gente que está assistindo... Eu estava aqui dizendo para o Paim que as minhas irmãs aqui no grupo da família do WhatsApp estão dizendo: "Eu estou te vendo aqui. A gente está assistindo, a gente está participando." É tão bacana isso, gente, porque vai dando a dimensão que é necessária para esse processo, bem diferente do que aconteceu de janeiro ou de fevereiro até julho, quando foi feita a aprovação dessa lei aqui.

O ataque é muito forte. O que nós ouvimos do Carlos é que a categoria de bancários, que é uma categoria muito forte – uma das categorias mais bem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conceituadas em termos não só de conquistas, mas de tratamento, de emprego, de condição de vida, melhor do que outras categorias –, tem um ataque tão frontal agora, porque essa questão da terceirização vem com tudo nessa categoria. Então, já há uma redução, e agora abriu PDV em tudo quanto é coisa, e mais toda essa ameaça de privatização de tudo o que é estatal, tudo o que é público.

É um desastre para nós, mas é um ataque muito grande à organização sindical, porque uma das categorias mais fortes que há no nosso Brasil, que tem negociação nacional, negociação coletiva nacional, essa lei ataca no coração dessa organização. Isso é muito forte.

Agora, o alerta que faz Urbano é muito propício aqui para nós, para todo o Brasil imaginar para onde nós estamos andando. E não é uma coisa de discurso, não é, Paim? Não é porque eu sou da CUT, estou falando... Não é. Está aí, o projeto está tramitando, tem nome, tem endereço e tem apoio, que a gente sabe que essa maioria que há aqui, se botar isso em votação, um projeto desse, vai voltar para a senzala. Vai voltar para a senzala, você trocar o seu trabalho por comida. Hoje, o Ministério Público e o Ministério do Trabalho vão lá nas propriedades e resgatam as pessoas que estão sendo tratadas dessa forma...

(Soa a campainha.)

A SR^a GRAÇA COSTA – ... porque isso é trabalho escravo. É legalizar, é voltar mesmo para a escravidão. É muito sério o que nós estamos passando aqui.

Mas, Ana Cláudia, eu quero dizer que nós vamos trabalhar juntos na CUT. Os nossos sindicatos são muito fortes, a CUT é muito forte no Rio Grande do Norte. Nós vamos contribuir para fazer uma grande manifestação de apoio e de combate a essas ações que estão vindo contra nós.

E lembrar que, independentemente das coisas que nós temos de embate nosso com a Justiça, o Ministério Público etc., nessa nós estamos juntos. Nós estamos juntos, porque é necessário para nós, é necessário para o País que todas as forças positivas se juntem agora nesse período.

Por fim, Paim, quero dizer que a pobreza já voltou – aquela, das pessoas que a gente tinha tirado. É o único país do mundo que, nesse último período, saiu do mapa da fome e está de volta. E a ONU já declarou que, em cinco anos, nós, se continuarmos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da forma que está, o Brasil vai ter um estado de miséria e de pobreza maior daquele em que estávamos em 2003.

Então, é um alerta muito sério que está para nós. Precisamos de um país – rico do jeito que ele é – que produza e tenha distribuição de renda, para que o nosso povo, a nossa gente não precise passar por aquilo por que estamos passando neste momento.

Um abraço no coração. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores, uma das nossas centrais. Quantas centrais são mesmo? Você lembra?

A SRª GRAÇA COSTA – Já são nove.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – São nove centrais sindicais.

A SRª GRAÇA COSTA (*Fora do microfone.*) – São seis centralizadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Seis centralizadas.

Mas seguramente todas elas estão participando aqui de forma mais unitária possível contra a reforma da previdência e contra a reforma trabalhista.

Eu tinha recebido aqui, estava até procurando, um material, que eu achei interessante, que dizia: Presidente Temer, em um ano, o retrocesso de cem anos. Juscelino Kubitschek passou à história como o Presidente que, em cinco anos, fez o País progredir cinquenta. O atual Presidente consegue, em um ano, o retrocesso de quase cem anos. É por isso que temos de avançar na reforma trabalhista e também combater a reforma da previdência.

Eu nem vou falar de tudo que foi dito. Eu achei interessante, porque entraram temas aqui como o meio ambiente, que é o caso da Amazônia. Se não fosse um grande movimento mundial, ele não teria recuado. O caso da Amazônia foi um movimento em todo o mundo e no Brasil. Ele acabou recuando, agora parece que definitivamente.

É uma situação gravíssima pela qual estamos passando. Essa iniciativa de privatizar 57 setores – não, 54; 54, eu acho –, 57 ou 54 setores... A forma como está a saúde hoje, como está a segurança, como está a educação... É um terror.

A SRª GRAÇA COSTA (*Fora do microfone.*) – Os cortes do orçamento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Os cortes do orçamento agora nas universidades, nos IFs...

A SR^a GRAÇA COSTA (*Fora do microfone.*) – IFs.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... que são os centros de formação.

A SR^a GRAÇA COSTA (*Fora do microfone.*) – Institutos federais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Institutos federais, exatamente. Os institutos federais estiveram aqui. Estão todos apavorados com o que vai acontecer com os institutos federais neste País, tão importantes para a formação técnica da nossa gente.

Então, é um momento de muita reflexão, mas também, como aqui foi dito muito bem, de muita luta, de muita mobilização. Por isso, Graça, aquela sua ideia. A Graça trouxe como sugestão – e é claro que vamos debater – que não dá para visitar os Estados novamente, mas pelo, como ela disse, fazer encontros nas cinco regiões com palestrantes qualificados como vocês, que estão participando aqui ativamente, para debater reforma trabalhista e reforma previdenciária, pelo menos esses dois temas.

Vamos pegar as cinco regiões do País, fazer grandes eventos, debater e passar essas informações que estamos conseguindo aqui passar, mas ir ao Estado, à região, pelo menos, mobiliza. E que os Estados possam voltar daquele encontro regional para dizer o que está acontecendo, porque viram de viva voz e contato direto a opinião de pessoas preparadas, qualificadas, como foi a audiência de hoje e como estão sendo todas as audiências que aqui estamos está fazendo.

Muito obrigado.

Segunda-feira de manhã tem mais.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

A Comissão deve dizer para mim, porque eles trabalham com a gente. Na segunda é sobre esse tema, mas há audiência quase todo dia aqui.

Está encerrada a audiência pública.

Vou chamar todos para uma foto coletiva.

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2017, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº6.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 107/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Ciclo de debates sobre “Normas Gerais de Tutela do Trabalho”, em especial a iniciativa do Ministro do Trabalho de elaboração de uma nova CLT. Participantes: Alex Myller Duarte Lima, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Alessandro Santos de Miranda, Procurador do Trabalho da 10ª região e secretário de relações institucionais do MPT; Leandro Allan, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Guilherme da Hora Pereira, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; e Alessandra Camarano Martins, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT. O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Leandro Lemos, Advogado, Secretário do Grupo de Trabalho do Estatuto do Trabalho e assessor do Gabinete do Senador Paulo Paim; Cleber Virginio, Representante do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias – SINDPEN/DF. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: enviar à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) uma nota de solidariedade a Carlos Silva – Presidente do SINAIT – repudiando a ameaça constante na carta nº 113/2017 – GP/FIERN. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/29>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 107, de 2017, da CDH, de nossa autoria, para discutir, dentro do ciclo de debates, "Normas Gerais da Tutela do Trabalho", em especial – seria o caso também; em seguida vamos explicar – a iniciativa do Ministério do Trabalho de elaboração de uma nova CLT.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, por meio do número 0800-612211.

Antes de iniciarmos a montagem da Mesa, quero informá-los de que, em função da relevância e qualidade dos debates realizados nas audiências públicas desta Subcomissão, da solicitação de muitos pelo País afora e aproveitando que estamos ao vivo pelo sistema de comunicação do Senado – Rádio Senado, Agência Senado, TV Senado e todo esquema de internet –, todas as palestras serão organizadas para publicação ao final de cada semestre, com base nas notas produzidas pelo serviço de taquigrafia e de informação do Senado. Aqui não há segredo. Desde já, de todos que quiserem vídeo ou cópia das palestras nós nos colocamos inteiramente à disposição.

As nossas audiências públicas são ao vivo ou pelos canais alternativos, como internet. E todas são gravadas, para o caso de alguém ter alguma dúvida e querer alguma informação. Eu diria mais: é importante que também, se quiser colaborar com o formato da nova CLT – para mim não importa o nome –, o novo Estatuto do Trabalho, entre em contato com a Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Vamos, de imediato, montar a Mesa e iniciar os nossos debates.

Depois coloco a mudança de rumo que houve por parte do Governo em relação à CLT, ao Estatuto do Trabalho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos o Sr. Alex Myller Duarte Lima, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Seja bem-vindo, Alex, que estava aqui ontem e se comprometeu em vir hoje. Convidamos o Sr. Alessandro Santos de Miranda, Procurador do Trabalho da 10ª Região e Secretário de Relações Institucionais do MPT; o Sr. Leandro Allan, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); e o Sr. Guilherme da Hora Pereira, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

09:36

R

Deixe-me dar primeiro um informe, inclusive para o meu Rio Grande do Sul e, naturalmente, para o Brasil. Eu tinha uma agenda muito pesada, muito forte no Rio Grande do Sul, que começava com um almoço com todo movimento sindical e social, centrais, federações e confederações, quinta, ao meio-dia. Depois, despacharia durante toda a tarde; eu recebo em meu gabinete, quando estou lá, todos que quiserem. À noite, eu tinha uma palestra. Eram duas palestras: uma em Taquara e outra em Portão entre hoje e amanhã. E tinha também uma participação junto à posse do Sindicato dos Aposentados. Eu só ficaria livre mesmo no domingo. Estou aqui, de público, justificando, pedindo desculpas a todos que organizaram essas palestras. Eu sei que fizeram contato com as entidades, houve carros de som nas ruas de Taquara e Portão, na expectativa de que eu fosse lá. Haveria também outra reunião com pessoas portadoras de deficiências. Eu tive de suspender a viagem, porque, na quinta-feira pela manhã – o normal é a gente vir aqui entre 8h e 8h30, registrar a presença e haver votações simbólicas –, não houve abertura do Plenário, que só foi aberto às 10h30, e o meu voo seria às 9h30. Não é nem por causa disso que deixei de viajar; é que foi colocado – e eu não estava sabendo – na manhã de ontem, para votação do Plenário a situação do Senador Aécio Neves. Quero dizer que aqui não estou fazendo julgamento nenhum, porque não é esse o meu papel neste momento. E o Plenário aprovaria, como aprovou, o requerimento de urgência, para que a decisão do Supremo pela qual o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador ficasse afastado e à noite tivesse de ficar em casa, sem sair, fosse revogada por esta Casa.

É um tema de enorme controvérsia, inclusive entre os Ministros. Eu, por exemplo, só para ir avançando, vi ontem uma declaração do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, dando uma palestra no exterior e falando sobre o caso, disse que a última palavra é do Supremo. E vi diversos Ministros falando mais ou menos na mesma linha, inclusive o ex-Ministro Ayres Britto, de quem vi duas falas, dizendo a mesma coisa. É o mesmo entendimento que eu tenho. Então, não é uma questão de pré-julgamento.

Eu aprendi, ao longo da minha vida pública, que de decisão do Supremo a gente pode discordar, politicamente dizer que está equivocada, mas tem de cumprir.

09:40

R

Para mim doeu muito quando o Supremo decidiu pelo afastamento do Delcídio, do meu Partido. E eu votei pelo afastamento, baseado na coerência. É com essa coerência que eu quero muito que a Câmara dos Deputados atenda também o pedido do Supremo e afaste o Presidente da República, por 180 dias, para ser investigado. Então, é com essa coerência que eu declarei, de pronto... Fui um dos oito que votou contra o requerimento, porque eu entendi que a Casa não tinha que interferir em uma situação como essa. E também, se caso votarem – foi transferido para terça-feira –, votarei pelo afastamento. Não é uma questão pessoal e, muito menos, político-partidária; é de coerência com aquilo que eu tenho adotado ao longo da minha vida.

Tenho relação pessoal com todos Senadores da Casa e de muito respeito, mas eu não consigo, quando uma situação como essa, no campo da ética, favorece àqueles que estão mais próximos, votar de um jeito e, quando é adversário político, votar de outro. Eu voto igualmente para todos. Sempre digo que, se denunciado, investiguem. Culpado, culpado; inocente, inocente. A lei é para todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi devido a isso que eu suspendi. Eu poderia ter feito como muita gente fez, que disse "fui avisado de última hora" e pegou o avião e viajou, para não se posicionar. Não fiz isso, porque no caso do Delcídio também não o fiz; fiquei e votei. No caso de ontem, fiquei e votei. E tenho a mesma visão para a terça-feira.

Eu espero sinceramente que até terça haja uma construção de que essa situação seja resolvida no Supremo, porque lá é instância para resolver. Façam o recurso devido, como disse o ex-Presidente Ayres Britto. De forma muito equilibrada, ele disse para se fazer o recurso ao Supremo, construir outro caminho. Para que criar esse constrangimento enorme aqui na Casa? Desnecessário, desnecessário. Mas, se se votar, não haverá problema. Eu votarei com a coerência, como sempre votei nessas situações. E não poderei mudar o meu ponto de vista.

Feito esse esclarecimento, faço um segundo esclarecimento agora.

Ontem tivemos uma reunião do grupo de trabalho que está discutindo o Estatuto. Soubemos ontem pela manhã que o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, havia baixado um decreto para criar uma Comissão com o mesmo objetivo da nossa aqui, exatamente com o mesmo objetivo: fazer um nova CLT ou um novo Estatuto.

Fui à tribuna ontem, cerca de 11h30, meio-dia, e falei que eu não estava entendendo mais nada. E falei os fatos reais. O Governo manda para cá um projeto com sete artigos, que, no meu entendimento, de forma irresponsável a Câmara mudou para 117 artigos, e o Senado, também de forma irresponsável – é a minha avaliação –, chancelou, assinou embaixo, sem alterar uma vírgula. Disse eu na tribuna e repito aqui – e repeti na reunião da Comissão à tarde –: só se o Governo entendeu que o frankenstein criado era tão absurdo que não dava mais e que ele iria revogar em novembro e, por isso, estava se antecipando e preparando o Estatuto do Trabalho.

09:44

R

Ficou algo tão grave que todos os analistas e especialistas que passam aqui têm dito que há artigo que se contradiz com outro; o artigo diz uma coisa, e o outro diz outra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que vai valer? Vai virar uma confusão no campo jurídico e, naturalmente, político, técnico e social – há uma repercussão social enorme, já que estão mexendo no mundo do trabalho –, e o Governo chega à conclusão de que tem de jogar na lata de lixo essa bomba que eles montaram e agora vai fazer uma confusão enorme.

Fizemos um requerimento e encaminhei a convocação do Ministro ou de um responsável. Não sou daqueles que fica sempre dizendo que tem de vir Ministro; se não pode vir o Ministro, que venha pelo menos um responsável. Mas ao mesmo tempo, tive a preocupação de ligar para o Ministro. O Ronaldo Nogueira é um Ministro gaúcho, ex-Deputado, uma pessoa equilibrada, tranquila, não é sectária, não é nada. Liguei para ele, e ele me disse: "Olha, Paim, estou acompanhando o debate, o seu discurso teve repercussão..." Enfim, não só o meu, mas a repercussão do caso. Este foi o termo que ele usou, para ser bem fiel: "a repercussão do decreto que nós baixamos" foi o termo que ele usou. "Nós estamos discutindo [já estavam discutindo] e provavelmente vamos revogar esse decreto. É bem provável. Você terá notícia ainda". Ele me disse isso ontem. E, como ele não estava em Brasília, é claro que ele não poderia vir. Isso era tarde, e era muito difícil, pela abrangência e pela polêmica que se deu, mandar alguém aqui para substituí-lo. Mas hoje pela manhã nós já vimos que ele revogou.

Então, eu abri agora a sessão plenária do Senado. Não havia quórum, mas, no momento em que abri, eu cumprimentei o Ministro por ter revogado a portaria que envolvia uma série de autoridades e que iria criar um constrangimento entre o trabalho que a gente vem fazendo aqui há mais de dois meses. Já estamos aqui na sexta audiência pública, mais ou menos uma dúzia de reuniões do grupo de trabalho, estamos com seminário marcado – sempre é bom lembrar – para o dia 10 de novembro, inclusive com convidados internacionais.

E qual era a nossa intenção nos argumentos que usei ontem? O Governo pode participar. Não há problema nenhum. Nós não somos de excluir ninguém. Pode vir empregado, pode vir empregador, pode vir central, pode vir confederação, pode vir federação dos empregadores, todos são convidados, e o Governo também que mande para cá...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente quer construir um Estatuto do Trabalho ou uma nova CLT mediante um debate amplo, ouvindo todos os segmentos e não fazer o que eles fizeram, porque para esta que está aí e que transformaram em lei eles só ouviram, na verdade, para redação final... Até ouviram alguns segmentos, só que ouviram e fizeram ouvido de mercador. Fazem de conta de ouviram, mas não acataram uma emenda do mundo do trabalho, e virou uma CLT do empregador, virou um estatuto do empregador para aplicar sobre o trabalhador, quando o objetivo da CLT, desde a era Getúlio, com todas as mais de 65 alterações, sempre foi equilibrar a relação empregado-empregador, um estatuto que seja um mediador dos conflitos, inclusive, do mundo do trabalho. Então, é com esse objetivo que nós o estamos construindo.

09:48

R

Não vamos fazer nada atropelado, não vamos dizer que somos donos da verdade. Tanto o é que o grupo todo que tem conversado até o momento caminha na seguinte linha: no dia 1º de maio do ano que vem teríamos a primeira versão. Essa versão seria distribuída para a sociedade, no seu todo. Vamos ajustar aqui com o Senado um canal onde as pessoas poderão receber, ler e dar contribuições, para ver se o novo Congresso eleito em 2018 – aí sou muito franco. Eu não acredito que este Congresso possa fazer, não tem estatuta para votar o novo Estatuto do Trabalho – poderá deliberar sobre a nova CLT ou Estatuto do Trabalho a ser sancionado pelo Presidente eleito nas eleições do ano que vem.

É nesse sentido que ficamos aqui. Marcamos a reunião de ontem para hoje, porque não sabíamos ainda se seria revogado. Agradeço a todas as entidades que rapidamente conseguiram mandar representantes para que a gente conseguisse fazer este debate.

Mediante a decisão já tomada, que para nós foi positiva, pois fortalece o trabalho desta Comissão dialogando com todos, queremos manter o debate aqui, apontando para a importância desse instrumento, mas já respeitando a decisão tomada pelo Ministro, que acatou, em parte, um pedido nosso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, no grupo de trabalho, a gente falou o seguinte – você estava aqui, não é? –: uma nova CLT vai vir para piorar o que está aí; para melhorar é que não vai ser, sabemos que o time que está aí não vai deixar. Se vai piorar, então deixem-nos fazer, porque vamos tentar fazer em uma linha equilibrada.

Deu para fazer os esclarecimentos devidos.

Alessandra Camarano Martins, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat). Seja bem-vinda!

É só aproximar um pouquinho mais que há espaço para todos à mesa.

O objetivo da reunião, aproveitando a nossa estada em Brasília, mediante toda esta lambança em que está virado o País e a questão conflitante com esta Comissão que foi o anúncio de que o decreto poderia estar em vigência a partir de hoje, mas que foi revogado, nós queremos aproveitar este momento para dialogar com o Brasil sobre a importância da nova CLT e o Estatuto do Trabalho.

Eu faria um apelo, se vocês me permitirem. Não precisaria, mas eu o faria. É sobre a questão do decreto que já foi revogado. Que a gente possa falar, mas que não seja mais o assunto principal; que o assunto principal seja as ideias que os senhores vêm trazendo para a Consolidação das Leis do Trabalho em uma visão universal, de um olhar para todos.

Eu vou começar com o Alex, que já esteve aqui ontem e está entrosado com essa conversa toda.

Alex Myller Duarte Lima, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Eu sei que há um documento de crítica ao Sinait. Se você abordar, é importante, porque é um absurdo isso. Vão querer censurar um trabalho, pelo que eu soube, do Sinait. Podem fazer o que quiserem, mas mandando carta para censurar... Aí é contigo.

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia ao Senador, na pessoa de quem cumprimento todos os companheiros à mesa e a companheira.

09:52

R

Vamos estar sempre juntos em iniciativas assim. Nós estávamos aqui ontem na reunião do subgrupo que trabalha, dentro da Subcomissão, na organização dos trabalhos da elaboração do Estatuto do Trabalho, e fomos pegos de surpresa ontem com essa notícia, que nós não esperávamos. E, para falar a verdade, ficamos preocupados quando algo dessa magnitude é feito sem que ninguém saiba. Ficamos sabendo pelo Diário Oficial da União.

Acho que a primeira coisa que a gente tem de demarcar é que esse tipo de debate tem de ser feito como tem sido feito na Subcomissão Temporária. É público, é aberto, as pessoas podem vir, são convidadas pessoas de diversas visões. Então, acho que é preciso que a gente lembre que a nossa prática de instituição e de Constituição, inclusive da nossa própria legislação, tem de ser democrática também.

Fico feliz que o Senador Paim tenha aberto já lembrando disso, porque a gente não quer ser pego de surpresa, olhar no Diário Oficial da União que convocaram para amanhã uma Constituinte nova, porque a gente não vai saber. Então, a gente não pode viver num país democrático dessa forma. Mas eu fico, ao mesmo tempo, tranquilo de entender, de poder fazer a leitura de que esta Subcomissão e os trabalhos de elaboração do Estatuto do Trabalho têm sido relevantes e estão sendo vistos. Não é à toa essa movimentação, não é?

Eu também queria não colocar como central o que aconteceu, mas só lembrar alguns pontos recentes dessa situação. Quando você exclui o debate público amplo, a tendência que você tem é a de retroagir num país democrático. Essa democracia está se consolidando. Então, eu queria citar só duas situações para a gente lembrar. Assim como aconteceu agora, aconteceu no âmbito do próprio Ministério do Trabalho a instituição de um grupo para avaliar se a lista suja era ou não, se deveria ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgada... Quer dizer, esse também foi um grupo fechado. O Sinait tentou participar, não conseguiu. Mesma coisa com um grupo para avaliar se o embargo e a interdição deveriam ou não ser agora uma competência exclusiva dos auditores fiscais do trabalho, que é algo que tem sido defendido há muito tempo, e uma parte da jurisprudência também já compreende assim. O Sinait tentou participar desse grupo, e não pôde. Então, a pressão política teve de ser tão grande para participação, obviamente, do sindicato que representava os próprios auditores fiscais do trabalho e de outros atores, que esses grupos foram dissolvidos antes que a gente pudesse participar. Então, foi exatamente o que aconteceu agora. Quando a gente pretende excluir esse debate com visões divergentes, dificilmente ele vai se sustentar no âmbito de uma democracia que se consolide.

Claro que, eventualmente, o Ministro do Trabalho dizia que havia AFT nesses grupos, só que o AFT que está representando, que era o assistente desse grupo, o AFT Admilson Santos, que falou aqui várias vezes a favor da reforma, e que, portanto, não representa a categoria dos auditores fiscais do trabalho – eu queria deixar bem claro isso –, nunca falou em nome da categoria, não representa a posição política da categoria, pelo contrário, desonra a categoria. A gente considera que isso é uma traição à luta histórica da nossa categoria. Inclusive foi até condecorado, recebeu uma menção honrosa por ter ajudado nos trabalhos da reforma.

Então, eu queria dizer para vocês, deixar bem claro que nós somos contra a reforma trabalhista, o Sinait se posicionou várias vezes contra. Não é à toa que é uma das entidades que mais tem empenhado energia na elaboração do Estatuto do Trabalho, porque consideramos importante mesmo dizer que o que aconteceu, que é esta nova CLE, ou consolidação das leis do empregador – como o Paim falou aqui, o Senador colocou de forma muito lúcida – é que ela traz mais insegurança jurídica do que segurança, mais desequilíbrio do que equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu só digo que tomei nota aqui, viu? Eu sempre falava "essa CLT do empregador", não é CLT, não, é CLE. (Risos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

09:56

R

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Isso. Então, ela trará mais insegurança. Pelo menos, houve algo que nos alentou, ao pensar na comissão que tinha sido instituída: parece que também o Governo tinha notado que é impossível, da maneira como está, aplicar. Então, há contradições internas, há contradições com as normas constitucionais, com os tratados internacionais, com toda a legislação de produção e com o próprio espírito do Direito do Trabalho.

E essas reações... E esta é uma reação, a tentativa de indiretamente sabotar o trabalho da Subcomissão, porque pelo menos foi assim que a gente acabou lendo. Por isso que era importante o Ministro ter vindo falar que não, que era outra a intenção. E, se assim fosse, se a intenção era outra, se a intenção era reconstruir a proteção trabalhista que está prestes a ser varrida agora, em novembro, em grande parte, obviamente, as pessoas que estão envolvidas deviam estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Fora do microfone.) – Seriam bem-vindas aqui.

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Seriam muito bem-vindas aqui.

E até para demarcar e não me estender muito, para que todo mundo possa falar e também as pessoas que estão aqui poderem participar, eu estava colocando que essas reações não se limitam a essas reações internas. Eu falei aqui da história do grupo da lista suja, sobre o embargo e interdição, falei agora dessa comissão de juristas, de notáveis, e na verdade muitos têm posições conservadoras. E mais uma vez eu estava falando da necessidade desse debate público amplo.

Recentemente, por ocasião do 35º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, o Carlos Silva, Presidente do Sinait, que mandou aqui a sua saudação para todos nós que estamos aqui hoje, porque ele não estava mais aqui em Brasília no momento dessa confusão, numa entrevista à afiliada da TV Globo lá, foi indagado acerca disso. Ele se posicionou fortemente, explicando que a auditoria fiscal do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, a magistratura do trabalho, a Procuradoria do Trabalho, o Ministério Público, essas entidades que representam esses servidores, tanto o Sinait como a Anamatra e a ANPT, têm um diálogo muito profícuo e já consolidado sobre a reforma. Ele apenas disse que os auditores fiscais do trabalho, assim com os outros atores do mundo do trabalho no campo estatal, são aplicadores da Constituição também, dos tratados internacionais, e, obviamente, nenhuma norma infraconstitucional ou que não tenha esse status vai prevalecer diante do que está previsto nessas normas. Só que isso aí gerou uma reprimenda. Eu ia mostrar aqui a reportagem com a entrevista do Carlos, que tem três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mostre. Pode mostrar, porque conosco não há censura nenhuma. Aqui é tudo aberto.

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Isso. Sabendo dessa índole democrática, eu queria colocar, Senador, porque depois eu ia mostrar o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso, vamos lá.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

10:00

R

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Bela fala!

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – A posição dos auditores fiscais do trabalho está colocada ali de forma clara. Eu só queria reiterar, ratificar o que o Carlos está falando e dizer que não é à toa que há reações contrárias. Imediatamente, durante o evento ainda, o Carlos recebeu uma comunicação, que é essa do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte. O Rio Grande do Norte é o Estado do Relator da reforma trabalhista. Não foi de propósito que a gente fez o encontro lá, não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

foi para provocar. Já estava agendado há mais de um ano, mas é uma coincidência interessante que o Presidente da Federação das Indústrias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Fora do microfone.) – Uma boa coincidência.

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – É, uma boa coincidência.

Que ele tenha se manifestado no sentido de fazer uma reprimenda ao Carlos na sua fala, que ele reavalie o posicionamento porque, afinal de contas, foi aprovado aqui no Parlamento, apesar de a aprovação aqui ter sofrido todo aquele... Foi naquela correria, a toque de caixa, como já foi dito algumas vezes aqui por alguns palestrantes na Subcomissão. Então, vocês podem olhar que ele manifesta essa indignação serena perante a fala do Carlos e que, na verdade, vale para todos nós, que estamos aqui afirmando desde o início que essa reforma é anticonvencional, é inconstitucional. Essa reação é o tipo de reação que virá, e outras virão. Eu queria até, em nome do Sinait, pedir realmente um apoio, o apoio da CDH, que envie uma comunicação apoiando a posição que a gente tem como instituição, na verdade. Então, ali ele falou do ponto de vista do auditor fiscal do trabalho como agente estatal. E a gente até precisa mesmo dessa... Porque isso começa a pôr em xeque até a posição política que a gente pode tomar, como se fosse uma espécie de censura, uma reprimenda. E nada mais o Carlos falou que vai aplicar a legislação conforme compreendido técnica e juridicamente.

Era isso o que eu tinha para comentar neste momento. (Palmas.)

10:04

R

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Alex Myller Duarte Lima, que falou pelo Sinait e trouxe esse vídeo do Carlos, que é o Presidente, nesse encontro com cerca de 500 líderes da área dos auditores fiscais de todo o País.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que a gente endossa na íntegra o que foi falado pelo Presidente do Sinait, até porque todos que passaram aqui, inclusive Ministros do TST que vieram aqui fazer palestra já, os Ministros do TST estão na mesma linha do que o Presidente falou ali. Na mesma linha. Então, vai-se criar uma polêmica enorme, as instâncias do campo jurídico do trabalho vão, naturalmente – pelo que eu ouvi até o momento, claro que pode haver posições divergentes –, até o momento se basear no princípio maior da Constituição. Foi o que eu ouvi até o momento, que foi a linha do que ele falou. Não falou nada mais além disso.

Para resolver esse impasse... No fim, alguns dizem que eu sou incendiário. Incendiário coisa nenhuma, eu sou é um conciliador. Estou mais é de bombeiro, por isso que nós estamos presidindo, e estou como relator da construção de um grande entendimento, no mundo do trabalho, com uma CLT decente, porque essa proposta é indecente, e por isso que o Carlos assim se posicionou.

Vamos para o próximo convidado, Alessandro Santos de Miranda, Procurador do Trabalho da 10ª Região e Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho.

Por favor, Dr. Alessandro.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Bom dia a todos. Cumprimento os componentes da Mesa, os integrantes, os participantes desta audiência pública, na pessoa do Senador Paulo Paim.

Senador, permita-me uma informação. O senhor está acostumado a me ver aqui, nos debates e nas questões envolvendo trabalhadores e esta Casa, na condição de Procurador-Chefe da Procuradoria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Fora do microfone.) – Tem ajudado.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Sim, sim, tenho aqui estado na condição de Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e Tocantins. Hoje eu encerro minha chefia, meu mandato frente à Procuradoria. A partir de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

segunda-feira, assumo a Secretaria de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho para lidar justamente com esse conteúdo tão importante, legislativo, dos direitos sociais, em especial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, meus cumprimentos. (Palmas.)

Pelo trabalho feito e por aquele que tenho certeza de que fará daqui para a frente também.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Obrigado. E espero estar – é um compromisso – presente em todos os debates com os órgãos parceiros, em especial com relação à reforma trabalhista.

O motivo que nos trouxe aqui foi, inicialmente, a questão da manifestação do Ministério do Trabalho de criar um grupo. E que bom que as instituições parceiras se movimentaram tão rapidamente! Acho que é importante... O que falta no Brasil, primeiro, hoje, o que está faltando é o respeito interinstitucional. As nossas instituições não estão se entendendo. E, quando falo instituições, eu falo Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Fora do microfone.) – Supremo...

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Gerou-se uma insegurança no País. Nós precisamos consertar essa ordem para, a partir daí, poder realmente falar em reforma trabalhista, até porque nós estamos propondo aqui o debate. A reforma trabalhista, como foi posta, foi gerada de uma forma atabalhoada, se me permitem a palavra. Não houve respeito, não houve a oitiva dos diversos setores da sociedade.

A sociedade clama, sim, por diversas reformas, entre elas, a trabalhista, mas desde que elas ocorram com o devido debate, e é ao que se propõe esta Subcomissão, cujo trabalho é bastante elogiável.

10:08





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R

Com relação à intenção do Poder Executivo de criar um grupo específico para, pasmem, criar uma nova CLT, digo que isso é até um contrassenso: nós temos uma reforma trabalhista que nem entrou em vigor e já estão criando um novo grupo. Tenho certeza, Senador, de que os integrantes dessa comissão, que são de confiança, provavelmente, do Sr. Ministro do Trabalho, são muito bem-vindos para contribuir com o debate... (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Fora do microfone.) – São muito bem-vindos.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – ... desde que o debate ocorra com os diversos segmentos interessados: trabalhadores, empregadores, governo.

O Ministério Público do Trabalho tem adotado uma posição bastante firme contra a forma como foi posta a reforma. Capitaneados pelo nosso Procurador-Geral do Trabalho Ronaldo Curado Fleury e juntamente com as instituições parceiras, temos realizado reuniões e debates para promover a conscientização da população, porque, de fato, como não houve um debate, a população não entendeu – essa é uma constatação – o que é essa reforma.

Para se ter ideia, a partir da vigência da reforma... Aqui vai um exemplo – eu não faria isso, é claro –: a minha empregada doméstica, eu poderia contratá-la como autônoma e pagar a ela menos do que o salário mínimo, porque ela é autônoma; ela se submeteu àquela condição de trabalho, trabalhando, talvez, horas extras além do que ela trabalharia, dormindo no trabalho, ou seja, abrindo mão de seus direitos. Então, a reforma trabalhista trouxe esse viés precarizante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me interrompê-lo. Vocês podem comentar, se assim entenderem, também a fala de um e de outro. Se quiserem comentar, podem comentar, pois é uma reunião de debate com o objetivo de construir uma proposta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O seu exemplo é muito feliz, porque essa lei deve ter uma regulamentação definitiva. Eu fui Constituinte e posso testemunhar que foi um inferno para a gente colocar, eu diria, aquele pedaço de direito na Constituição. Não queriam deixar. Nós queríamos estender para a empregada doméstica, naquela época, os mesmos direitos que tinham outros trabalhadores. Claro, isso seria feito dentro da razoabilidade, eles não teriam ali, por exemplo, um ou outro artigo com o qual, de fato, nem eles estariam preocupados, mas, no conjunto, 90% estariam contemplados. Nós colocamos 40% em relação aos outros. Há dois anos, talvez três anos, a gente conseguiu, com uma ampla costura, aprovar – e a Presidenta sancionou – os direitos das domésticas, mas agora – o seu exemplo é muito feliz – praticamente se está revogando isso. Esse seu exemplo é claro.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Sim. Lamento que o Ministério do Trabalho tenha adotado, há muito tempo, uma postura de precarização de uma de suas mais importantes atividades, que é a fiscalização do trabalho, haja vista não só essa reprimenda que o presidente do Sinait recebeu, mas a própria falta de concurso público que tem sido observada há muito tempo, com déficit – se estiver enganado, Alex, me corrija – de 2 mil auditores fiscais.

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Somos 2,406 mil ou 2,407 mil na ativa. Mais ou menos um terço do volume total de cargos está vago. Seria necessário o dobro do número de cargos criados, Senador, de 7 mil a 8 mil. Nós temos 3,6 mil criados e há 2,4 mil na ativa.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – E isso já vem concertado, porque, na verdade, tira a possibilidade de o Ministério Público do Trabalho fiscalizar e combater essa precarização. Neste ano, o Ministério Público do Trabalho, em parceria com diversos órgãos, em especial do Sinait, nós já ajuizamos ações civis públicas contra a atuação do Governo Federal, contra a União, com relação especificamente à pasta do Trabalho, com relação à publicação da lista suja do trabalho escravo. Foi preciso interpor uma ação judicial, que chegou na instância superior, para que finalmente publicassem, respeitassem a legislação e respeitassem o trabalhador. Agora,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentemente, com o anúncio de que não havia orçamento no Ministério do Trabalho para realizar inspeções de trabalho rotineiras, tivemos que ajuizar uma ação – o Ministro do Trabalho compareceu à audiência na vara do trabalho – para garantir – uma ação do Ministério Público do Trabalho – que o Ministério do Trabalho executasse a sua função primordial.

10:12

R

Acho que o Ministério do Trabalho é muito bem-vindo e deve ser recebido por esta Comissão para que o debate seja amplo. Temos de estar juntos, todas essas instituições parceiras que se preocupam com a reforma trabalhista da forma como foi colocada. O Ministério Público do Trabalho já emitiu diversas notas técnicas questionando a constitucionalidade e a convencionalidade dessa reforma.

É interessante, Alex, o exemplo que você trouxe do Rio Grande do Norte, porque, na semana passada, no mesmo Rio Grande do Norte, aconteceu um ataque ao Ministério Público do Trabalho. Nós, agora, vamos ter de reinventar a interpretação jurídica não para descumprir a legislação, mas para fazer cumprir a nossa Constituição. O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte sofreu um ataque brutal por ter ajuizado ações que denunciaram a precarização do trabalho. Refiro-me a uma empresa de moda popular presente em todas as capitais do o País, e o poderio econômico... Essa empresa terceiriza e "quarteiriza" a produção de peças no interior do Estado pagando, por exemplo, para a elaboração de uma calça jeans, R\$0,35. É a precarização da precarização. São trabalhadores que receberam a obrigação, que era do empregador, de arcar com os prejuízos e custos da atividade econômica; eles se submetem – não digo a salários, porque não são salários – a uma terceirização das mais ilícitas, feita em facções...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Trinta e cinco centavos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Por peça! Por peça, numa empresa cujo nome não vou citar, mas que já é de conhecimento nacional, uma empresa que vende várias dessas peças em suas lojas de departamento pelo País inteiro. É a exploração da exploração, e justamente no Rio Grande do Norte, onde houve uma ação dessa magnitude para impedir o avanço nefasto da reforma trabalhista, aplicando a Constituição, não só a Procuradora do Trabalho foi atacada, mas o Ministério Público do Trabalho como um todo, o que levou diversas instituições parceiras a se manifestarem a favor do Ministério Público e a favor da Constituição – registre-se aqui.

Então, estamos atentos e temos de estar unidos – a Advocacia Trabalhista, o Ministério Público, a Auditoria Fiscal do Trabalho, a Justiça do Trabalho e, de preferência, Senador, contando com a força desta Casa Parlamentar – para conseguirmos, sim, através desta Subcomissão, se Deus quiser, elaborar um estatuto que permita o respeito à dignidade do trabalhador.

A CLT é antiga – esse é um dos principais argumentos dos defensores da reforma –, mas, durante esses vários anos de vigência, ela sofreu diversas atualizações. Então, nunca se pode dizer que ela é antiga e que não condiz com a realidade. Ela já foi bastante atualizada, inclusive com normas específicas de saúde e segurança do trabalho, por exemplo, pelo Ministério do Trabalho. Temos de estar atentos, temos de estar unidos. Parabenizo o Senador Paulo Paim e todos que puderam comparecer a toque de caixa, respeitando a importância de registrar aqui os trabalhos desta Subcomissão. Eu acho que isto aqui demonstra a força desta Subcomissão. Ganhamos em potencial de poder contribuir realmente com País.

10:16

R

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Eu é que agradeço ao Dr. Alessandro Santos de Miranda, Procurador do Trabalho da 10ª Região e Secretário de Relações Institucionais do MPT. Meus parabéns pela fala!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficamos aqui, agora, abertos ao debate, inclusive entre eles, se eles acharem necessário, no momento da própria fala.

Passamos a palavra ao representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Leandro Allan.

O SR. LEANDRO ALLAN – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar os componentes da Mesa e todos os presentes na pessoa do Senador Paulo Paim, ao qual parabenizo pela iniciativa brilhante. É, como sempre, um dos Senadores que tomam a frente quando se trata da defesa do cidadão, da defesa do trabalhador. Isso nos orgulha, Senador. Estão faltando mais Parlamentares com a sua postura e com a sua integridade.

Eu quero, primeiramente, esboçar aqui a minha a satisfação de estar ao lado do nobre Procurador Alessandro, que foi uma figura muito importante no sistema penitenciário do Distrito Federal quando fez inspeções e quando fez um texto sobre a pena do... Vou até passar para o Dr. Alessandro para ele falar o título do seu trabalho, que ganhou, inclusive, um prêmio da Associação dos Procuradores. Foi a "Pena dos encarcerados sem pena", não é, Dr. Alessandro?

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – O estudo tratava das relações de trabalho dos agentes penitenciários, as condições de trabalho dos agentes penitenciários, e o título da obra, do texto, é "O meio ambiente do trabalho nas prisões sob custódia. O olhar sobre os agentes penitenciários: encarcerados sem penas pelo Estado infrator." O artigo trata desse Estado que não cumpre a sua obrigação em diversas esferas e que submete os agentes penitenciários a esse regime tão brutal e sem nenhuma dignidade.

O SR. LEANDRO ALLAN – Parabéns, Dr. Alessandro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Fora do microfone.) – Meus cumprimentos, Dr. Alessandro. (Palmas.)

Baseado nesse trabalho, recentemente eu ajudei no encaminhamento e nós aprovamos aqui a lei que fortalece a atuação dos agentes penitenciários.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ALLAN – Isso. Por meio da PEC 14, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Isso.

O SR. LEANDRO ALLAN – Nós agradecemos o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Nós passamos a vê-los com outro olhar a partir do seu trabalho.

O SR. LEANDRO ALLAN – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– É bom dizer isto para não dizerem que somos tendenciosos: o autor foi o Senador Cássio Cunha Lima, que fez um belo trabalho. Conversamos com ele, e, no dia da votação, eu falei da tribuna. Na conversa que eu tive com ele, ele se mostrou disposto a dividir o País em cinco regiões se necessário fosse. E ele iria lá para defender e convencer a população e fazer pressão aqui no Congresso. Não foi necessário, e votamos direto o primeiro turno. Já venceram agora todos os outros prazos. Creio que na semana vá ser votada definitivamente.

10:20

R

O SR. LEANDRO ALLAN – Se Deus quiser! É uma PEC muito importante para o sistema de segurança do País, porque vai trazer o fortalecimento dos servidores perante o crime organizado, vai uniformizar o nome e as atribuições. Cada Estado hoje tem um nome, cada Estado tem uma atribuição. Então, vai trazer uniformização, valorização dessa carreira, e fortalecimento do Estado dentro das unidades penitenciárias do Brasil.

Voltando ao tema, a CSB se posicionou, em todos os momentos, contra essa reforma trabalhista, reforma essa que, na visão da Central, na verdade, vem massacrar os trabalhadores, porque está retirando direitos e nada mais. Ela está indo, inclusive, contra alguns princípios constitucionais, como o da irredutibilidade do salário. Ela está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criando mecanismos que possibilitam a contratação precária de trabalhadores, e com a possibilidade de pagar salários menores. Ela força o trabalhador, infelizmente, a aceitar condições absurdas para permanecer no trabalho. E há o momento que infelizmente estamos vivendo: vivemos uma crise econômica, uma crise política, com 14,5 milhões de desempregados. Então, o trabalhador, nessa situação, pensa: "É melhor eu aceitar que reduzam o meu salário, é melhor eu aceitar trabalhar mais do que a minha carga de trabalho normal a perder o meu trabalho, que é o ganha-pão com o qual eu pago o meu aluguel, a minha conta de água, de energia, com o qual eu compro alimentos para os meus filhos."

Infelizmente, essa reforma trabalhista, primeiramente, não foi debatida com o povo, ela não foi debatida com os representantes dos trabalhadores, com as instituições que fiscalizam a lei, com o Ministério Público, não foi debatida com o Judiciário, ela não foi debatida com ninguém. Ela veio por meio de um projeto oriundo da Presidência da República e com o apoio de alguns Parlamentares, que, infelizmente, naquele momento, fizeram várias negociatas para votar a favor do Governo e contra o povo brasileiro, contra o trabalhador.

Eu não vou me alongar na minha fala – já fui contemplado pelos nobres colegas –, mas quero dizer que este grupo que se está criando para rediscutir algo que acabou de ser aprovado é a prova concreta de que essa reforma trabalhista foi um fiasco, está sendo um fiasco e não vai dar certo.

Infelizmente, estão retirando direitos dos trabalhadores, direitos que nós começamos a conquistar cem anos atrás. Neste ano, 2017, se completam exatamente cem anos da primeira greve geral que nós tivemos no Brasil. Neste ano se completaram exatamente cem anos do momento em que começamos a conquistar os direitos para os trabalhadores, como uma garantia maior à estabilidade, a multa no FGTS, a vinculação de contratos de trabalho, o vínculo trabalhista entre empregado e empregador.

Como muito bem disse o nosso Dr. Alessandro, agora se pode contratar de forma precária por meio de pessoa jurídica individual, o que é um absurdo. Isto é um absurdo: o contratado assume todas as responsabilidades e ônus independentemente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do valor do salário, se é mínimo ou não, o que, no meu entender, vai gerar uma discussão jurídica. É mais um instituto que contraria o texto da Carta Magna. Então, ficam aqui as colocações da CSB.

10:24

R

Outro fator interessante que nós não podemos deixar de citar: retiraram também, para fragilizar mais ainda a relação de trabalho, Senador Paulo Paim, o custeio das instituições que defendem o trabalhador. Eles retiraram o custeio das instituições que defendem os trabalhadores. Se isso não for corrigido o mais rapidamente possível, centrais sindicais fecharão, federações e sindicatos.

E quem vai defender os trabalhadores? Será que vai ser o empregador que vai fazer a defesa do trabalhador? Alguns falam "Puxa, mas há vários sindicatos que não fazem da forma que nós gostaríamos." É muito simples: numa próxima eleição, retire seus representantes e os troque. O que o trabalhador não pode fazer é ficar à mercê do acaso, é ficar dependendo da boa vontade do trabalhador e não ter nenhuma instituição, salvo o Ministério Público do Trabalho e seus advogados, que terão que contratar com altos custos, que os defenda.

Então, a CSB defende uma nova reforma trabalhista, que se coloquem em discussão novos institutos jurídicos que venham a fortalecer a relação trabalhista empregado-empregador, que volte uma discussão do custeio das instituições, assim como estão fazendo agora uma discussão sobre o custeio das campanhas eleitorais, que é um assunto polêmico no qual não vou adentrar. Nós temos de achar mecanismos e caminhos para permitir a continuidade da defesa do trabalhador e para trazer também uma segurança maior para o empregado, porque, da forma como está, infelizmente, a insegurança jurídica posta à mesa é muito grande, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem! (Palmas.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns para o Leandro Allan, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), que deixa muito claro o seu ponto de vista, sempre numa visão da relação empregado-empregador. Que construamos esse grande entendimento.

Eu sabia que esse impasse iria surgir. Mais ou menos seis anos atrás, nós fizemos um grande evento lá no Petrônio Portela para discutir essa questão da contribuição assistencial. Aprovamos por unanimidade; apresentei o projeto e o aprovamos por unanimidade aqui no Senado, mas está encalhado na Câmara. É só fazer voltar aquele projetinho que fica resolvido isso aí para empregado, para empregador, para todo mundo, num alto nível, sem esse conflito que tínhamos na legislação anterior. Todas as centrais e confederações participaram, mas, quando chegou na Câmara, eles engavetaram. Aí o conflito continua igual.

O SR. LEANDRO ALLAN – E essa fala de V. Ex^a, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É nesse sentido que se resolveria todo o problema.

O SR. LEANDRO ALLAN – Essa fala de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E, se tivessem boa vontade, era só pegar o projeto que já está na Câmara, aprovar e pronto.

O SR. LEANDRO ALLAN – E votar, não é?

A fala de V. Ex^a nos remete à fala do colega sentado ao seu lado direito, que muito bem colocou as relações de trabalho, a necessidade de se contratar mais fiscais, mais auditores. O que me parece é que essa precarização é feita de propósito, para que não aconteçam fiscalizações no âmbito trabalhista...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É para que não haja fiscalização e para que não haja sindicatos atuantes.

10:28



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

R

O SR. LEANDRO ALLAN – Isso. É para que se dificulte a relação entre os sindicatos para fiscalizar também, o que me parece proposital. Olha só que absurdo o caso que já foi veiculado pelas grandes mídias na questão do trabalho: trabalhadores recebiam R\$0,35 para produzir uma calça jeans que deve ser vendida no mercado por, no mínimo, R\$400, R\$500.

Nossa população, Senador, penso que precisa ser mais instruída, precisa ser mais crítica...

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO ALLAN – ... no que tange à questão política, no que tange à mera relação trabalhista. Eu, sinceramente, a partir daquela matéria, não compro mais nenhuma peça de roupa daquela empresa em virtude de saber que quem estava produzindo aquela calça por que eu paguei um valor altíssimo estava recebendo R\$0,35, passando fome, passando dificuldade financeira, submetida, no meu entendimento, a um trabalho praticamente escravo. A partir daquele momento, eu não compro e oriento meus amigos a não comprar.

Eu penso que a população tem de começar a ser mais crítica até neste momento político que nós estamos vivendo, porque nós estamos aceitando tudo que colocam na nossa mesa calados. O trabalhador não foi para a rua, as centrais sindicais se manifestaram, se mobilizaram, mas nós sentimos falta ainda da grande massa da população, dos trabalhadores. Neste momento que nós estamos vivendo, eu vejo uma omissão por parte da sociedade.

Então, fica aqui o meu apelo aos trabalhadores, à sociedade para que seja mais ativa na nossa vida política, na nossa vida de relações trabalhistas entre empregado e empregador, porque está faltando essa participação, não é verdade, Dr. Alessandro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Eu estava aqui perguntando, mas é difícil lembrar, pela dica que eu dei, que é pequena... Esteve aqui no Brasil, há cinco anos, eu estou há tanto tempo aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro que tenho história para contar, um ator, um artista norte-americano de grandes filmes. Ele é negro, eu me lembro disso, eu estou me esquecendo do nome, mas ele já é grisalho, acho que é grisalho...

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA (Fora do microfone.) – Morgan Freeman.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso mesmo. Você é o cara. Como é o nome mesmo?

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA (Fora do microfone.) – Morgan Freeman.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Morgan Freeman.

O Morgan Freeman esteve aqui no Brasil, eu era o único Senador negro, e pediu para me visitar. Eu era Vice-Presidente do Senado naquele período. Claro que o recebi e depois o acompanhei até o Executivo. Discutíamos formas de combate ao trabalho escravo e aos preconceitos. Aí ele me disse: "Você devia pensar"... Essa tua história... Por isso eu liguei à tua fala. "Vocês deviam pensar... O que a gente fez nos Estados Unidos? Quando a gente percebia que uma ou outra grande indústria desse ou daquele produto tinha uma postura de discriminação nos seus espaços de atividade, claramente discriminatória, nós passávamos a não comprar aquele produto. Aí eles chamavam para negociar." A orientação que os artistas e atores naturalmente davam, atores e atrizes davam era: "Não comprem." Aí davam o nome da marca, da empresa. Ele me contou. E olha que eu disse o nome dele aqui. É uma forma de você reagir só para ter políticas humanitárias, de respeito ao outro.

10:32

R

É que no Brasil também se, de todo o trabalho escravo, baseado na própria lista suja, é o termo, a gente soubesse fazer a divulgação e passar para a população que não aceitasse aqueles produtos, venham de onde vierem, há diversas formas de responder, nós estaríamos respondendo e pressionando para atingir os objetivos nossos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Até diria que o Morgan Freeman estava só reafirmando uma tradição do movimento negro norte-americano. Porque desde Luther King eles faziam isso. Então, se a empresa não aceitava, eles não iam, eles não compravam os produtos. E ele dizia que não poderia, o Luther King falava, toda uma massa enorme dessa de trabalhadores, que construiu a riqueza daquele País, não ter espaço nessa divisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Martin Luther King a gente lembra todos os dias. Agora, o Morgan esteve aqui, e eu não lembrava o nome dele. Mas ele me falou exatamente isso, que vem da escola de Martin Luther King.

Vamos ouvir agora o Sr. Guilherme da Hora Pereira, que aqui falará em nome da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Bom dia a todos.

Eu cumprimento todos da Mesa, inclusive a Alessandra, aqui ao meu lado, como representante feminina.

Parabenizo o Senador Paim não só pela iniciativa rápida de resposta ao Ministro do Trabalho, de organização rápida desta reunião extraordinária, emergencial, por toda a situação, e pela coragem da instalação desta Subcomissão para discutir o Estatuto do Trabalho nessa conjuntura em que o Brasil se encontra e não apenas debater superficialmente, não apenas ouvir um lado da moeda, mas fazer um debate vertical, trazendo uma reflexão sobre a legislação do trabalho como um reflexo do sistema político, do sistema produtivo, do sistema econômico do País. Parabenizo pela coragem. Conte com a CTB, conte conosco para acompanhar este trabalho aqui.

Vamos passar para uma outra página da pauta, que é até...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se me permite, o Guiomar é um que estaria na reunião de ontem ao meio-dia na CTB – Guiomar, uma grande liderança, parceiro para todas as horas. Então minha saudação ao Guiomar aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Eu gostaria de fazer um pequeno acréscimo à fala do Alex Myller e à fala do companheiro da CSB também, porque eu tive a honra de praticamente ter iniciado a minha vida profissional dentro do quadro do Ministério do Trabalho. Testemunhei in loco a precarização da estrutura do Ministério do Trabalho ao longo desses anos, esses últimos anos, não só com relação ao quadro da auditoria fiscal, que a meu ver é o quadro mais importante do Ministério do Trabalho por sua função, mas também do restante da estrutura física, do restante dos servidores da Casa, que precisam de amparo, precisam de apoio, porque o trabalho desempenhado por aquele órgão é importante, é um trabalho tecnicamente qualificado e deve ser prestigiado dentro da Esplanada dos Ministérios.

Bom, vamos passar ao que interessa. Eu vou tentar não transformar a portaria de ontem no tema central da fala, mas eu preciso me posicionar, porque me chamou muito a atenção não só a composição de uma comissão de juristas, mas, sim, os considerandos, as justificativas que fundamentaram aquela publicação.

10:36

R

O Ministério do Trabalho, em dois ou três considerandos, traz a edição daquela portaria a partir de um grande volume de realização, à margem da CLT, de legislação trabalhista, isso é um fato, e das recentes modificações feitas no ordenamento jurídico pelo Código de Processo Civil de 2015. Ora, o Código de Processo Civil de 2015 realmente alterou muita coisa dentro do processamento das questões relativas ao trabalho. Só que há uma diferença: o Código de Processo Civil de 2015 foi debatido por muitos anos, o Código de Processo Civil foi discutido com toda a comunidade jurídica, com toda a comunidade que lida com isso, enquanto a reforma trabalhista não foi, enquanto a reforma trabalhista foi proposta, alterada, aprovada e vai entrar em vigor em seis meses. Quer dizer, isso não faz nenhum sentido. Esse é o aspecto que a gente ressalta aqui.

A reforma trabalhista, a meu ver, e eu creio que é a interpretação de quase todos os membros, de todos os membros desta mesa, é o maior processo de flexibilização de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos do trabalho da história do País. Desde a entrada em vigor da Lei Áurea, não se tem um processo de precarização, de flexibilização tão grave no Brasil. E aí, evidentemente, alguns setores progressistas, alguns setores ligados à preocupação com o trabalhador atuam.

E eu falo não só das centrais sindicais, como de várias pessoas importantes no contexto do Poder Legislativo brasileiro, é o caso do Senador Paim, eu falo do Sinait, eu falo do MPT, eu falo da Anamatra, eu falo da Abrat, eu falo de diversas instituições que estão preocupadas com a manutenção dos direitos do trabalhador. E, vendo esta organização e, com toda certeza, cientes da incongruência e da inconstitucionalidade da reforma trabalhista, alguns setores, vamos falar, mais reacionários, mais sectários começam a se organizar para esvaziar os espaços, foi o caso da portaria de ontem, ainda bem, revogada hoje, que pretendeu esvaziar esta Mesa ao invés de o Governo Federal encaminhar representantes para esta Mesa, para discutir isso aqui dentro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Fica o convite, não é?

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Claro. Fica o convite, o convite está feito. Eu vou falar até em nome do Senador Paim novamente. O convite está feito. Vamos sentar e vamos discutir. Até comentei com o Leandro em uma oportunidade, numa reunião na OAB aqui do Distrito Federal, que dias 9 e 10 de outubro vai haver um evento organizado pela Anamatra para discutir a aplicação e enunciados a partir do impacto da reforma trabalhista no processo do trabalho.

Mais de uma vez ouvi na mídia manifestações repudiando a organização dos juízes para internalizar a reforma dentro do processo. Quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Quase um Frankenstein, e não querem nem que as pessoas sentem para discutir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Exatamente. Sendo que o próprio Ministério do Trabalho, em um dos seus considerandos, fala que a reforma trabalhista provocou insegurança jurídica dentro das relações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É interessante isso. Quer ler para nós?

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Eu não tenho o texto aqui, exatamente, mas está lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas você leu, está falando com segurança?

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Está lá.

O Dr. Alessandro tem uma obra brilhante que trata de ativismo judiciário e direitos humanos em que ele fala da necessidade do papel dessas instituições organizadas, especialmente o Poder Judiciário, em atuar e esquematizar como vai ser aplicada essa legislação para privilegiar o desenvolvimento da dignidade da pessoa humana. E nada... A Anamatra se organiza nesse sentido, a Abrat se organiza nesse sentido, o Sinait se organiza nesse sentido e as centrais sindicais também. E é isso que nós estamos fazendo. Nós não estamos boicotando a reforma trabalhista, por mais que discordemos dela, mas nós estamos inserindo a reforma trabalhista dentro de um sistema jurídico, legal e internacional até, para que ela não seja simplesmente aplicada à revelia das outras legislações que incorporam todo o sistema do trabalho.

10:40

R

Enfim, eu gosto sempre de refletir, e convido todo mundo que lida com essa questão a refletir, que o debate em torno...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já que você não tem isso aí, a assessoria trouxe aqui. Só vou ler a partezinha... Diz





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui a lei número tal e: "Havendo indiscutível [indiscutível] insegurança jurídica derivada da delicada relação entre o processo do trabalho e o processo civil."

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO MARTINS – Só um aparte aqui, só para continuar, porque há um outro considerando que diz o seguinte:

Considerando que, ademais, o Congresso Nacional há pouco aprovou legislação que moderniza as relações de trabalho no Brasil [...], o que impõe a sistematização da nova lei com a atual legislação consolidada e esparsa, modo de se dar efetividade ao texto aprovado pelos congressistas e de se promover a segurança jurídica nas relações de trabalho [...].

Ou seja, precisa promover a segurança jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É porque está uma bagunça, não é?

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Exatamente, exatamente.

A questão que eu coloco, até para já encaminhar essa fala, é no sentido de que a legislação do trabalho não pode ser discutida superficialmente. Quanto à legislação do trabalho, o que me parece que está acontecendo com a reforma trabalhista é que o Direito do Trabalho está perdendo o seu objeto, que é a tutela do trabalhador, que é a tutela da preservação do patamar de dignidade inerente à atividade laboral para que passe a regular o contrato. Nós estamos nos aproximando de uma relação cível, nós estamos nos aproximando da regulação meramente contratual e a regulação contratual já aconteceu uma vez no passado, na História da humanidade, na época do liberalismo clássico, e não deu certo. Comprovadamente deu errado.

A meu ver, nós temos que encarar o processo de debate da legislação trabalhista com a profundidade necessária, por quê? O Direito do Trabalho, assim como todo sistema legislativo, é um mecanismo jurídico de controle social, ele é um mecanismo jurídico que repercute diretamente na vida das pessoas lá na ponta, envolvidas com o trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Alessandro falou aqui do caso da empregada doméstica. Nós podemos citar, por exemplo, a realidade de pessoas que trabalham em frigoríficos, que, ao trabalhar em 12/36, sem direito a parar para ir ao banheiro, após a oitava, sexta hora de trabalho contínuo, essa pessoa aumenta exponencialmente o risco de sofrer um acidente de trabalho. E um acidente de trabalho sofrido dentro de um frigorífico significa perda de um membro, amputação de dois, três dedos, o que, considerando o grau de escolaridade média das pessoas que laboram dentro do frigorífico, praticamente exclui essas pessoas da vida do trabalho.

O SR. LEANDRO ALLAN – A própria vida da pessoa está posta em risco.

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Exatamente.

Existe um pensador chamado Georges Gurvitch, que analisa o fenômeno jurídico como um meio caminho entre a experiência da moral e a experiência da lógica. E o questionamento que eu me fiz imediatamente, a partir do momento em que eu li a redação proposta para a reforma trabalhista é: que moral e que lógica nós estamos aplicando neste caso aqui? A juridicidade está sendo aplicada puramente, quer dizer, nós vamos criar um trabalhador autônomo exclusivo, esse trabalhador autônomo exclusivo vai estar amparado pela lei, e é isso.

10:44

R

A discussão da legislação do trabalho não pode se resumir a essas modalidades de contratação. A legislação do trabalho decorre de uma dialética com todos os demais sistemas, todos os demais sistemas sociais, já diria Luhmann. E dialética é diálogo. Não se faz reforma trabalhista, não se muda a estrutura da vida das pessoas, que é diretamente ligada ao seu trabalho, por meio de uma alteração legislativa feita em seis meses, às pressas, sem consultar ninguém.

A CTB crê, com todas as demais centrais sindicais que se posicionam frontalmente contrárias ao modo como se deu a discussão em torno da reforma trabalhista, que não é admissível que se modifique estruturalmente a relação de trabalho no País mediante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um processo feito a portas fechadas, feito dentro de confederações patronais. É óbvio que as confederações patronais são importantes para o diálogo, mas elas não podem fazer as coisas sozinhas. Aí a gente coloca em risco, em xeque, a legitimidade do processo democrático no País, mais do que já está.

Então, fica aqui novamente a minha congratulação ao Senador Paim pelo espaço que ele abriu, porque nós temos que pensar, refletir sobre o Estatuto do Trabalho, ou a nova CLT, o Estatuto do Trabalhador, a meu ver, por meio da seguinte questão: quais são os paradigmas que nós vamos eleger para consolidar os direitos e as garantias derivados da relação de trabalho? É um paradigma de emancipação, um paradigma de dignificação da atividade laboral ou um paradigma de domesticação daquele trabalhador e de aprisionamento dele dentro de figuras contratuais que diminuem a sua existência ao mero labor?

Infelizmente, dada a falta de transparência com que alguns setores, principalmente ligados ao Governo Federal, vêm conduzindo este tipo de discussão, eu, lamentavelmente, creio que o paradigma adotado pela reforma trabalhista e que seria o adotado por esta Comissão nomeada ontem seria um paradigma de aprisionamento, seria um paradigma de mera regulação contratual, e não de contemplação da figura do trabalhador como pessoa. Essa é a nossa preocupação como central sindical. E nós partilhamos essa preocupação com os senhores, Senador.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Guilherme da Hora Pereira, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Parabéns pela exposição brilhante, como as dos outros convidados.

Agora vamos passar a palavra à Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Dr. Alessandra Camarano Martins.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO MARTINS – Obrigada, Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e me associo a todos os integrantes da Mesa que parabenizaram V. Ex^a tanto pela iniciativa da criação desta Subcomissão como pela rapidez de atuação para que estivéssemos aqui hoje, conversando e dialogando. Anteriormente, seria sobre a criação da Comissão, mas, com a revogação, a gente continua no diálogo, avançando no nosso trabalho.

10:48

R

Antes de iniciar a minha fala, não posso deixar de parabenizar e cumprimentar o Dr. Alessandro pela passagem pela Procuradoria Regional do Trabalho da 10^a Região. Eu sou uma testemunha da dedicação, do trabalho que foi desenvolvido lá, do trabalho que foi feito na questão de meio ambiente e saúde do trabalhador. Inclusive, há um caso em que ele atuou em favor dos trabalhadores rodoviários em relação a ruído. Entrou com ações, tentou medidas liminares, para que os ônibus, no novo processo licitatório, viessem com os motores traseiros. E, por fim, encerra esse seu mandato com uma lei que foi aprovada na Câmara Legislativa, obrigando a troca dos veículos com motores traseiros. Então, foi uma atuação vibrante, uma atuação sensacional em prol da classe trabalhadora, em prol da dignidade da pessoa humana. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Fora do microfone.) – Muito bem! Merece os nossos aplausos.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO MARTINS – Tenho muito orgulho de ter participado dessa e de outras demandas. Eu o parabenizo. Agradecemos. Uma ótima estada na Diretoria de Relações Institucionais!

Entrando no nosso tema, é importante informar que a Abrat se posicionou de forma contrária, na resistência em relação à reforma trabalhista desde o início, através de um ato que foi realizado aqui em Brasília, no dia 2 de fevereiro de 2016, logo após a apresentação daqueles sete artigos, em dezembro, em relação às mudanças, porque nós entendemos que a reforma trabalhista, seja quando houve a apresentação dos sete artigos, como depois, quando houve a ampliação, representa uma ruptura com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema protetivo do Direito do Trabalho, representa uma desconstrução de princípios constitucionais e de princípios sociais que vigoram dentro do Direito do Trabalho.

Nós, a Abrat, a ANPT, a Anamatra, o Sinait, as centrais sindicais, desde o início, fizemos esse discurso de resistência, apontando inconstitucionalidades que não foram levadas em consideração na votação na CCJ do Senado. Então, não se levaram em consideração as inconstitucionalidades que foram apontadas. Mas esse discurso vem sendo batido e rebatido durante todo o processo e mesmo agora, após a aprovação. E ela já estará em vigor no dia 13 de novembro.

Aí se criou uma comissão ontem pelo Ministério do Trabalho. Acho que a criação dessa comissão mostrou que nós estamos no caminho certo – estamos no caminho certo desde o início – e que o trabalho que nós estamos desenvolvendo tem surtido efeito. Por quê? Nós lemos, durante os considerandos, várias vezes, a expressão "insegurança jurídica" ou "para que haja segurança jurídica", ou seja, o Governo está passando um atestado de que a reforma trabalhista não gera segurança jurídica. Nós estamos certos de que não devemos, nem empregados, nem empregadores, aplicar a lei imediatamente sem olhos constitucionais. Então, ela é uma legislação totalmente insegura na sua aplicabilidade.

A criação dessa comissão, de forma açodada, da forma como se deu, sem diálogo social, do mesmo jeito com que se deu a questão da reforma trabalhista, demonstra isto: que nós estamos realmente no caminho certo. Há um atropelo, porque se cria a comissão sem diálogo social, reconhecendo que há insegurança jurídica. Menos de 24 horas depois, revoga-se essa comissão.

10:52

R

Então, acho que devemos seguir na tranquilidade, na serenidade do trabalho que está sendo feito aqui, nesta Subcomissão, ouvindo as partes, com diálogo social, que é imprescindível para se trabalhar uma questão de natureza trabalhista que afeta a grande quantidade de trabalhadores que nós temos no País. Por quê? Nós estamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando visando à garantia do sistema protetivo, e não ao retrocesso. Isso tudo está ameaçado com a reforma trabalhista.

Quando fazemos uma jornada, como vai acontecer nos dias 9 e 10, da Anamatra, em que o Sinait está participando, a ANPT está participando, a Abrat está participando, apresentando emendas, apresentando enunciados, apresentando teses de defesa, não estamos querendo burlar a legislação, mas estamos querendo apontar as questões inconstitucionais e trabalhar o controle de constitucionalidade, o controle de convencionalidade, que é obrigação tanto da magistratura quanto dos fiscais do trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Advocacia. Nós não estamos fazendo favor. É obrigação zelar pela Constituição Federal, zelar pelas normas internacionais do trabalho. A legislação, da forma como foi posta, viola flagrantemente princípios caros para o Direito do Trabalho, como o princípio do não retrocesso, o princípio da proteção, fora a questão da ausência de diálogo social, da ausência de diálogo com a classe trabalhadora.

Aqui, eu queria abrir um parêntese em relação a essa ausência de diálogo e à quadra que nós estamos vivendo. Passou o vídeo da entrevista com o Carlos no congresso que aconteceu no Rio Grande do Norte. Hoje em dia, a gente está tendo de defender o óbvio, de defender a Constituição Federal. Por exemplo, o Ministério Público atua em relação ao combate à exploração e é duramente criticado. O Presidente do Sinait faz um congresso, dá uma entrevista e é reprimido, censurado pela Federação das Indústrias. Chamou-me a atenção um dado que consta do ofício que anotei aqui, que, para mim, é uma ameaça. No mínimo... O que ele fala? Ele vem dizendo que não pode, que não deve e que a atuação do Sinait, no mínimo, representa grave infração funcional. Isso é uma ameaça! Isso é uma ameaça deliberada, é uma ameaça aos auditores fiscais do trabalho vinda da Federação das Indústrias. Ou seja, a ousadia de se reprimir o trabalho coletivo não para e vem acontecendo cada vez mais. Nós temos um ataque ao Ministério Público do Trabalho – e são todas coisas recentes –, essa reprimenda que o Sinait recebeu durante o evento, por causa de uma entrevista dada, manifestando o posicionamento da entidade, a sua opinião em relação à reforma trabalhista. E aí vêm os impactos disso dentro do movimento sindical.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Alessandro tem acompanhado, no Distrito Federal, a última greve do Sindicato dos Rodoviários. A ousadia de se frear o movimento da classe trabalhadora, de se frearem os coletivos, vem da Federação das Indústrias, com a reprimenda ao Sinait, vem do outro órgão que reprime o Ministério Público do Trabalho. As Varas da Fazenda Pública, Vara Cível e Vara Federal, que não têm competência para adentrar em questões de greve, estão dando liminares, determinando circulação de 100% da frota durante o período de greve e multa, que começou com R\$1 milhão, e a última foi de R\$5 milhões/dia, em desfavor da entidade sindical. O que significa isso, senão graves violações constitucionais? E há a ousadia de se frear o movimento sindical, de se frear o coletivo.

10:56

R

Eu queria entrar na questão da reforma trabalhista justamente nessa parte, Senador, em que se freia a atuação do sindicato, em que se elimina a atuação do movimento sindical. Primeiro, falo da forma como ela foi criada, sem o necessário diálogo social, sem a necessária oitiva das partes. Foi uma tramitação absolutamente açodada dentro da Câmara Federal, sem a oitiva das partes, sem o diálogo necessário. O diálogo é o alicerce, inclusive, da Organização Internacional do Trabalho. É a questão do diálogo social, em que se valorizam os trabalhadores, as trabalhadoras e as suas organizações sindicais.

O que a reforma faz? Ela elimina a classe trabalhadora. Ela já faz isso logo na sua entrada, na sua forma de constituição. Quando adentramos a reforma, nós verificamos o quê? Que ela visa, o tempo todo, a fomentar o desequilíbrio entre o capital e o trabalho.

Fiz algumas pontuações, como a representação de empregados por empresas. Primeiro, ela elimina a participação dos sindicatos. Ali, quando se verificam os artigos que falam da representação dos empregados por empresa, quem conhece o estatuto do sindicato sabe que é uma cópia, é um Ctrl+C Ctrl+V dos estatutos dos sindicatos inclusive em relação ao escrutínio, em relação ao processo eleitoral. O que é isso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senão a interferência do Estado na organização da classe trabalhadora? Eles falam: "Ah, não! Não estou interferindo no sindicato. Estou interferindo na representação." Mas qual a diferença, quando tenho um artigo que permite que haja sete representantes para 5 mil trabalhadores? O que é isso, senão uma organização de trabalhadores, que se casa...

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA (Fora do microfone.) – E ainda proíbe a participação do sindicato na eleição.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO MARTINS – E proíbe a participação do sindicato na eleição. Então, elimina absolutamente a participação do sindicato na eleição. Então, já há esse ponto.

Aí vem o teletrabalho. O que o teletrabalho e o trabalho intermitente significam, senão minar o poder de mobilização da classe trabalhadora? O teletrabalho impede a atuação sindical, impede, inclusive, a atuação dos auditores fiscais. Como é que você vai bater à porta da casa da pessoa para poder fazer uma fiscalização do que está acontecendo? Então, já começa daí, desse impedimento da ação sindical, da diminuição do poder de fiscalização tanto dos auditores fiscais do trabalho como também da própria entidade sindical.

Ele impede a concentração de massas, porque a concentração de massas é que cria o vínculo entre os trabalhadores, que faz com que os trabalhadores se movimentem, que faz com que os trabalhadores se reconheçam como companheiros. Hoje, com o teletrabalho e com o contrato intermitente, não sou mais companheiro, sou concorrente. Então, estabeleceu-se uma concorrência entre a classe trabalhadora, sem a sensação de pertencimento à empresa, sem a sensação de ter o companheiro ao lado, de trabalhar junto, de lutar junto. Está se afastando a concentração de massas, afastando-se a formação de vínculos, afastando-se a criação de laços, que é o que movimenta a classe trabalhadora. Isso vai dificultar absurdamente a atuação sindical, se não eliminar a atuação sindical.

11:00





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R

Dentro desse impacto também da reforma trabalhista, nós temos o art. 477 da CLT, que praticamente foi todo formulado, ou seja, hoje não é preciso mais haver um sindicato para homologar rescisão contratual.

Então, o que a reforma trabalhista faz? Ela diminui...

(Soa a campanha.)

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO MARTINS – ... absolutamente a atuação do movimento sindical e, ainda mais, impede ou tenta impedir, na verdade, que o Poder Judiciário adentre questões constitucionais, quando, no art. 8º, §3º, se fala que a análise do tribunal tem de ser feita só em relação ao negócio jurídico, que ele não pode entrar nisso, que tem de prevalecer o princípio da intervenção mínima, ou seja, em detrimento da questão da melhoria da condição social, que está dentro do art. 7º da Constituição Federal.

Outra forma de eliminação e de diminuição da participação sindical é a questão da compensação de jornada. A compensação de jornada, hoje, só é permitida mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. A reforma trabalhista elimina isso. O §1º do art. 60, para mim, é surreal, diz o seguinte, que o excesso de jornada, nos casos deste artigo, pode ser exigido independentemente de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Excesso de jornada! Ele admite que pode acontecer excesso de jornada, excesso este previsto no artigo, e que pode ser exigido isso independentemente da participação do sindicato, porque isso é independente da questão da convenção coletiva de trabalho.

Então, a reforma trabalhista vem impactando diretamente a mobilização da classe trabalhadora. Ela impacta diretamente a atuação das entidades sindicais. Ela elimina a atuação das entidades sindicais. Isso foi feito propositadamente, porque, desde o início, eliminou-se a classe trabalhadora do diálogo social.

Agora, a gente começa a perceber os movimentos. Há uma reprimenda aqui da Federação das Indústrias ao Sinaít, há uma crítica à atuação do Ministério Público do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho, há varas incompetentes para atuar em questões de greve, que entram na questão do direito coletivo de greve e que proíbem a realização de manifestações, porque, quando determino que circulem 100% da frota no horário de pico, estou impedindo a realização de uma greve.

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA (Fora do microfone.) – Não pode haver sequer os piquetes.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO MARTINS – Não pode haver sequer os piquetes, porque tudo vai ter de ser olhado.

Então, é preciso haver esse olhar para a questão da atuação das entidades sindicais, à qual nós precisamos estar muito atentos, até após a reforma mesmo, para vermos como... Os sindicatos precisam estar muito alertas, porque há a questão das quitações anuais e várias outras pegadinhas que constam da reforma trabalhista e que podem prejudicar sobremaneira a classe trabalhadora.

E não se trata de burlar a legislação trabalhista, conforme foi dito na imprensa por um jornalista, de que essa jornada era uma forma... Disse que os juízes estavam sendo treinados para burlar a reforma trabalhista. Foi objeto, inclusive, de críticas e de notas de repúdio que as entidades soltaram. Não é isso! É uma questão de olhar para a reforma com um olhar constitucional, à luz da Constituição Federal e de normas internacionais do trabalho. Não dá para ler a reforma só de acordo com o que está escrito lá, até porque a forma de tramitação dela foi absolutamente inconstitucional. Ela não observou o diálogo social.

11:04

R

Então, essa é a contribuição que a Abrat traz hoje. Estamos a postos para impedir essa ruptura democrática, essa ruptura da dignidade da pessoa humana, essa ruptura do valor social do trabalho, que a reforma eliminou. Vamos trabalhar em conjunto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Volto a dizer: a criação da comissão ontem é um claro sinal de que estamos no caminho certo.

Muito obrigada pela participação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem, Dr^a Alessandra Camarano Martins, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

A assessoria lembra que é importante que, desde já, eu, como Relator e Presidente em exercício, enfatize que as notas produzidas pelo serviço de Taquigrafia do Senado ficam solicitadas, conforme encaminhamento aprovado em reunião anterior.

Eu pergunto se alguém do Plenário quer fazer alguma colocação. (Pausa.)

Dr. Leandro, por favor!

O SR. LEANDRO ALLAN – Bom dia!

Cumprimento todos da Mesa.

Quero fazer um rápido comentário sobre essas questões que envolvem o Sinait e sobre a questão da aplicação da norma. A gente tem tido essa polêmica. Alguns Ministros do Tribunal Superior do Trabalho já estiveram aqui também e comentaram isso.

A lei entra dentro de um ordenamento jurídico. Não é a lei trabalhista a única lei. Ela entra dentro de um ordenamento. A gente vai fazer um juízo de validade dessa lei. A lei tramitou, foi aprovada e atende, do ponto de vista jurídico formal, o critério de validade, mas é necessário fazer um juízo de aplicação da norma, de adequação à aplicação da norma, dentro de uma circunstância jurídica e fática.

Dentro da circunstância fática, todo mundo faz juízo de aplicação e adequação. As partes, dentro de uma relação jurídica, aplicam a norma, interpretando a norma, gerando um conflito, se judicializado. O advogado, quando prepara uma petição, está fazendo um juízo de aplicação e adequação da norma, e o juiz, em última instância, que vai decidir, também faz um juízo de aplicação e adequação da norma, tanto numa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circunstância jurídica, analisando essa norma com todo o ordenamento nacional e internacional das normas que o Brasil ratificou, às quais ele aderiu, e também quanto às questões principiológicas. Então, quando vai fazer a aplicação da norma, necessariamente, você vai olhar quais são os princípios que estão norteando essa norma, e a circunstância fática também vai ter grande influência.

Então, quanto a essa questão de reprimenda, o que se está tentando fazer é que passemos a aplicar uma norma sem qualquer trabalho intelectual de análise da própria norma e da circunstância fática. Então, é uma coisa até muito grave. É função do advogado, é função do juiz, é função do auditor e do procurador interpretar essa norma. Como se proíbe isso agora?

Quero só fazer esse adendo, porque, quando se está aqui a defender que a norma, em determinados pontos ou em muitos pontos, vai deixar de ser aplicada, não é nenhuma rebeldia contra o sistema normativo. Pelo contrário, é o juízo necessário de adequação e de aplicação da norma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem.

O Dr. Alessandro está acompanhando os trabalhos de todas as audiências dos grupos. Ele é um dos que vai nos ajudar na formulação dos trabalhos, como também...

Quem é que está no grupo de assessoria da Comissão e do gabinete?

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA (Fora do microfone.) – A Tânia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– A Tânia está aqui? (Pausa.)

Aqui, está a Tânia. A Dr^a Tânia também foi assessora, lá na Câmara dos Deputados, do campo que era contra a reforma trabalhista. Não é, Dr^a Tânia? Então, ela tem uma experiência grande acumulada também. Enfim, depois, há todo um grupo que está se reunindo de forma permanente aqui.

11:08



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

R

Eu pergunto se alguém mais do plenário tem algum tipo de consideração ou se, na mesa, alguém quer fazer algum comentário. Aí, nós vamos fazer os encaminhamentos finais.

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Eu queria comentar rapidamente, só concordar com as referências que foram feitas aqui quanto à precarização da fiscalização do trabalho. Nós fizemos uma audiência pública aqui na CDH e participamos dessa audiência pública promovida pela CDH para tratar justamente do corte orçamentário. E o Sinait se posicionou veementemente contra isso. Historicamente, já apresentou até denúncias à Organização Internacional do Trabalho, tanto no Brasil quanto no escritório em Genebra, por conta dessa questão do orçamento, dessa questão da falta de auditores fiscais do trabalho, da ausência. Senti-me contemplado pela fala dos colegas da Mesa nesse sentido.

Além do que o próprio Leandro estava comentado, que é impossível não exigir o juízo de aplicação, e essa adequação acontece em todo momento em que você vai fazer uma aplicação da norma jurídica, isso é impossível. Você achar que você pode coibir isso sob ameaça funcional, como foi colocado ali no ofício. "Você não vai interpretar, não, porque senão você pode ser punido." Isso aí não existe em nenhum sentido. Não tem nem sentido, não dá nem para se discutir teoricamente uma coisa dessas. O Leandro já fundamentou.

Eu queria lembrar que a nota da... Para além da questão do conteúdo, a nota que a Anamatra, o Sinait, a ANPT, a Abrat lançou, mais ou menos em 21 de junho de 2017, lembrando que o processo democrático que foi aqui tocado tanto pelo Guilherme quanto pela Alessandra, de que há necessidade da discussão do Estado com os empregadores e com os trabalhadores sobre toda alteração do ordenamento jurídico laboral – está em convenções da Organização Internacional do Trabalho, a 144 e a 154. Então, esse déficit democrático não é só uma escolha do País. O Brasil hoje é signatário de 80 convenções da OIT. Não é só uma escolha de um país que é signatário fazer ou não fazer. Não fazer passa a ser uma violação jurídica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para além dos conteúdos em que a gente tem que fazer adequação, de que o Leandro estava falando, o que já é posterior, ainda é possível um questionamento no campo judicial da "anticonvencionalidade" por conta disso. Não houve essa discussão. Houve discussão disso, talvez, em relação àqueles sete artigos, mas não quanto ao que foi aprovado. Então, quanto a quase toda a reforma, não houve a discussão que está prevista nas convenções, e o Brasil concordou que faria isso quando fosse mudar o seu ordenamento jurídico. Só para lembrar aqui. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem, Dr. Alex. Meus cumprimentos.

Pergunto se há alguma consideração final por parte dos convidados. (Pausa.)

Então, nós vamos para o encerramento, agradecendo a todos. O objetivo foi alcançado, desde o recuo por parte do Ministério – e eu não estou aqui com isso tendo uma posição, digamos, arrogante, mas eu diria mais de humildade, porque a gente na verdade fez da tribuna um pedido para que não houvesse, não se concretizasse a instalação da comissão. E o Governo, então, pelo menos na figura do Ministro Ronaldo Nogueira, me avisou que, provavelmente, eles atenderiam essa posição e a revogariam, como revogaram a portaria.

11:12

R

Eu queria só agradecer a todos, mas dizer que é tão grave, eu sinto que parte da população não entendeu ainda a grandeza negativa dessa reforma, o tamanho dessa reforma. E a gente gosta sempre de dar como exemplo, e claro que vocês vão aprofundar em outros dias, que eles querem destruir a Justiça do Trabalho. Um dos objetivos é esse, ficou claro, durante todos os debates em que nós participamos, é destruir a Justiça do Trabalho.

Aí, quando houver o desentendimento entre as partes, quem vai decidir? Vai decidir o empregador. Ele vai dizer: "Olha, não pago e acabou, e pronto". Você vai procurar seus direitos onde? É mais ou menos a isso que eles estão induzindo a população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É tão grave, e há um projeto lá, na Câmara dos Deputados, vocês já comentaram, mas eu quero enfatizar neste momento, a ousadia contra os interesses dos trabalhadores, que é uma posição, desculpe a expressão, mas eu vou usar, sovina, inclusive, daqueles que só pensam em lucro – lucro, lucro, lucro –, achando que, quando fizerem a viagem que um dia vão ter que fazer, vão levar junto as fazendas, os bois, os iates, os jatinhos. Mas por que não ter uma política de equilíbrio em que todos possam viver com dignidade? Quem tem mais, tem mais; quem tem menos, pelo menos, permita que as pessoas que têm menos possam viver com dignidade.

Há um princípio que eu sempre gosto de lembrar, e, naturalmente, quem disse foi o Mestre maior, fazer o bem sem olhar a quem. Só isso. Se alguém olhasse com essa lógica, não aprovaria uma reforma como essa.

E eu falava do projeto que está na Câmara e ele diz o seguinte: o trabalhador tendo uma casa de lona, chão batido e um prato de comida é o suficiente. Isso é animalesco, isso é desumano, é truculento, é selvagem – é selvagem. Mas está lá o projeto, circulando. Há um outro projeto que diz que o horário de almoço deveria ser de 15 minutos. Está circulando também. E há um outro projeto, que esse eu peguei para relatar e parou, aí, parou, estou com ele nas mãos faz dois anos já, e vocês conhecem muito bem, que é a regulamentação do trabalho escravo, em que, no primeiro dia em que o recebi, eu disse, e repito aqui: "Eu vou fazer um artiguinho só no meu relatório. 'Está proibido o trabalho escravo'". Conforme a Lei Áurea, conforme a própria PEC que foi aprovada. Lembro aqui do grande Ademir Andrade, Paulo Rocha, que foram os principais consultores. Mas vejam aonde nós chegamos – aonde nós chegamos.

E, com essa reforma que eles aprovaram, eles achavam que iriam aprovar e iria ficar tudo bonitinho. Todo mundo iria enquadrar juiz, enquadrar advogados, enquadrar procuradores, promotores, sindicatos, todo mundo enquadrado, bonitinho, como soldadinho, vou usar um termo gaúcho, como o boi quando vai para o matadouro. Botam naquele gueto, e não há saída, e ele vai mesmo.

Mas se enganaram. Os debates que as entidades estão fazendo, e foi um exemplo esse aqui, que a Anamatra está fazendo, que o Ministério Público está fazendo, que os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogados estão fazendo, Dr^a Alessandra, estão fazendo em todo o País, é reunião todos os dias.

Se eu estivesse no Sul hoje, já tinha marcado, e só fiquei por causa desse fato aqui, que também é grave, eu teria quatro palestras sobre o tema. Era Porto Alegre, era Canoas – e estou pedindo desculpas já –, era Portão e Taquara. Em Canoas, o pessoal iria para lá, para fazer uma conversa no escritório, comigo, sobre essa questão. E o outro era um evento em Porto Alegre, que iria reunir todas as centrais, todas confirmaram, confederações, federações, para ver como é que a gente, para eu dar um relato, claro, da CPI da Previdência.

11:16

R

E a CPI da Previdência, queiramos ou não, o relatório final que nós vamos apresentar, o Hélio José é o Relator, e vamos apresentar até o fim do mês de outubro, vai mostrar que os grandes devedores são os grandes empresários. E não é que a gente é contra os empresários, mas não há como não dizer isso. Os grandes devedores ali não são o trabalhador, que esqueceu ou não pôde pagar um mês ou outro a previdência.

E, pela medida provisória aprovada recentemente, eu fiz uma emenda, mas nem deram bola, rejeitaram de pronto, diz ali que o trabalhador que não pagar, tiver algum atraso, entra como devedor inscrito na dívida da União. E o grande devedor não, porque ele negocia via Refis. A punição para o trabalhador é imediata. Então, é nesse mundo que nós estamos tratando.

As pessoas que estão assistindo à TV Senado, podem ter certeza, esse grupo de pessoas que estão aqui e outros tantos que a gente reúne seguidamente são pessoas que fazem o bem naquela filosofia e ninguém é contra o empresário. Mas como é que eu vou aceitar que uma JBS da vida, que teve um lucro de mais de 100 bi, disseram que foi de 150 o ano passado, deve 3,5 bi para a previdência?

Como é que eu vou... Tenho que ficar quietinho? Porque o Itaú é um grande devedor da previdência, porque o Bradesco é um grande devedor, porque a Caixa Econômica





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, porque o Banco do Brasil, e por aí vai. Há montadoras de automóveis... A isenção dos grandes devedores. Na verdade, de tributos para a União, mas não importa. Eles dizem: "Ah, mas não é, é só para a previdência". Mas não importa. Não é só para a previdência, mas é para a União.

Ali, direto, é mais de um tri, e como a gente vai mostrar, só na previdência, se respeitassem e pagassem direitinho, nós tínhamos um acúmulo, eu chego a dizer, 2,5 trilhões, mas Dr. Paulo Penteado, que é um Procurador de São Paulo, diz que pode dobrar isso aí por dois se somarem Refis, as contribuições não pagas, a tributação sobre lucro e faturamento, PIS/Pasep, jogos lotéricos – eles não pagaram. Mas isso não pense que é toda vida não. Só pega aí como referência, diz ele: "Pega os últimos 15 ou 20 anos, que tu vais ver que são trilhões". E, aí, querem fazer reforma da previdência, querem fazer reforma trabalhista. Mas vai ver quem é que não paga, quem é que é malandro? São os grandes.

E aqui ninguém tem nada contra empresário. Nós queremos tão bem, é lógico do ser humano, seja empresário, seja trabalhador, mas tem que haver equilíbrio, tem que haver respeito. Como é que os grandes devedores não pagam, são bilionários, e passam a conta para o trabalhador pagar? Aí, não é mais 60 anos o homem, têm que ser 65. Não é mais 35 de contribuição, têm que ser 49. E a mulher não é mais 30, com 55 de idade – 55 de idade e 30 de contribuição –, e passa tudo para 65, com 49 de contribuição. Ninguém vai se aposentar. Só vai pagar para os bancos, eternamente. Vai virar um fundo de pensão privado, porque o banco é que vai ficar num fundo, porque ele pega e não passa e não paga, e nós vamos ficar todos quietinhos? Não há como ficarmos quietos.

O SR. LEANDRO ALLAN – Meu pensamento, o cidadão não está alheio à situação. Ele sabe o que está acontecendo. O ponto é: o descrédito das nossas instituições chegou a tal ponto que o povo perdeu a esperança. Então, é por isso que é importante a iniciativa de pessoas que ainda têm o respeito na sociedade, como o senhor, nós ainda temos pessoas nessas instituições que têm respeito, por quem a população tem respeito. Então, é preciso que essas pessoas se levantem e façam a voz da população





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser ouvida, porque, no atual cenário, a população não enxerga que existe condição de se fazer esse tipo de reforma, uma reforma dessa grandeza.

11:20

R

Então, eu acho que é importantíssimo iniciativas como a do senhor e de todas as instituições que possam vir a defender o trabalhador, que está sem esperança na atual conjuntura que vivemos, de crises institucionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem! Muito bem! Muito bem!

De fato, a lambança que está no País hoje cria uma situação de descrédito e de desesperança. Eu tenho insistido muito na questão para a qual eu uso o termo "esperançar", ter esperança e fazer acontecer. Por isso, nós temos que olhar com muito carinho... Olha, eu estou olhando aqui e falando para todo o Brasil, nós estamos falando, também para 2018. Mas aí não é nem uma questão... Não estou aqui no viés partidário, não. Estou olhando no aspecto de valorizar o voto do senhor e da senhora que está me vendo neste momento. E não estou falando de partido nenhum aqui. De nenhum. Mas olhe a postura de cada homem e de cada mulher que está na vida pública.

Olhe com carinho e valorize seu voto. Eu tenho insistido muito em um poema que é de um... E eu o elogio porque tenho muito carinho por ele, que está com mais de 80 anos. Falo do ex-governador do Rio Grande do Sul, que foi Deputado Federal, Alceu Collares. Ele tem um poema lindo que diz que tua arma é teu voto, ponha teu voto ao alcance da mão. Eu estou resumindo aqui. É um poema longo. E ele declama aquele poema todo sem olhar no papel. Acho que dá uns 15 minutos, não é, Governador Collares? Eu vou te visitar aí. Eu soube que você esteve com um probleminha de doença, mas tenho certeza de que você vai se recuperar. Agora, nessa semana do dia 12 de outubro, eu vou visitá-lo, e quero que você me dê uma cópia do poema autografado. Sei que vou receber.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ele diz, de forma poética, que temos que valorizar mais o voto. Nós temos que pensar neste Congresso que está aí, que deixa todos nós preocupados, claro que deixa... Temos que pensar no Executivo que está aí, que deixa todos nós preocupados... E, às vezes, falam: "Mas e o Judiciário?" Sim, quem é que tu achas que indica os membros do Supremo? O Executivo e o Congresso. Passam pelo Executivo e pelo Congresso os membros também do Supremo.

Então, se você, pela via democrática, construir uma proposta que eu chamo sempre de uma grande frente ampla do Brasil suprapartidária, intersindical, inter-religiosa, enfim, humanista, você vai eleger um Presidente e um Vice e vai eleger um Congresso que terá compromisso com o povo brasileiro.

Encerramos a nossa audiência pública de hoje.

Segunda-feira, pela manhã, às 9h, estaremos aqui de novo com outra audiência pública ao vivo para todo o Brasil.

Bom fim de semana a todos! (Palmas.)

Ah, pessoal, só um complemento.

11:24

R

Nós vamos, já, aqui, ajustar a redação de um documento de solidariedade ao Carlos, contrapondo-nos àquele ato de discriminação e de preconceito, eu diria, de um líder sindical por ter se posicionado contra a reforma. Ele estava num evento da categoria. Isto foi, na verdade, uma censura. Então, nós vamos redigir em conjunto e vamos remeter para, inclusive, a entidade que mandou a carta para ele.

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje.

(Iniciada às 09 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 137/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: “Formas inaceitáveis de trabalho (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente e outras)”. Participantes: Lélío Bentes Corrêa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Renato Bignami, Auditor Fiscal do Trabalho; Membro do GT sobre Reforma Trabalhista do SINAIT; Mestre em Direito do Trabalho na USP e Doutor em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela Universidade de Madrid; Ronaldo José de Lira, Procurador do Trabalho e Vice Coordenador Nacional da Coordenadoria de Combate a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho – COORDINFANCIA; Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Marinalva Cardoso Dantas, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho; Katileem Marla Pires de Lima, Auditora Fiscal do Trabalho – Coordenadoria do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás e Membro do GT sobre Reforma Trabalhista do SINAIT; e Deuzinéia Nogueira da Silva, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos; e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/16>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 137, de 2017 – CDH, de nossa autoria, para debater o tema "Formas inaceitáveis de trabalho (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente e outras)".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *linking* www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado, pelo número 0800 61 22 11.

Antes de iniciarmos, quero informá-los de que, em função da relevância e qualidade dos debates realizados nas audiências públicas desta subcomissão, as palestras serão organizadas para publicação ao final de cada semestre, com base nas notas produzidas pelo serviço de taquigrafia do Senado, que desde já ficam solicitadas, conforme encaminhamento aprovado em reunião anterior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teremos duas Mesas.

Vamos à primeira Mesa:

Ministro Lélío Bentes Corrêa

O Ministro Lélío Bentes Corrêa é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

(Palmas.)

É uma satisfação recebê-lo aqui, Ministro. Convidamos também Ronaldo José de Lira, Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho. *(Palmas.)*

Convidamos Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). *(Palmas.)*

Convidamos Renato Bignami, Auditor Fiscal do Trabalho, membro do GT sobre Reforma Trabalhista do Sinait, Mestre em Direito do Trabalho na USP e Doutor em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela Universidade de Madri. *(Palmas.)*

Essa é a primeira Mesa.

Teremos, depois, uma segunda Mesa com Katleen Marla Pires de Lima, Auditora Fiscal do Trabalho e Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás e membro do GT sobre Reforma Trabalhista do Sinait; Marinalva Cardoso Dantas, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho; e Jorge Luiz Souto Maior, Juiz do Trabalho.

Eu tinha aqui toda uma introdução, mas, como atrasei, eu é que vou perder. Então, a minha introdução fica fora.

O pessoal sempre faz uma pequena introdução, porque nós estamos ao vivo para todo o Brasil pela Agência Senado, pela TV Senado, pela Rádio Senado, enfim, por todo o sistema de comunicação da Casa. E eu faço uma abertura, preparada pela assessoria da Mesa, para situar todos sobre os temas que vamos debater.

Enfim, esta audiência pública de hoje é das mais relevantes desta Comissão, que tem por objetivo construir a proposta do Estatuto do Trabalho ou, como alguns dizem, uma verdadeira consolidação das leis trabalhistas, as leis do mundo do trabalho, já que, na verdade, o que surgiu aqui no Congresso e que foi aprovado e sancionado eu considero o estatuto do empregador, ficando muito longe daquilo que sonhavam e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sonham empregados e empregadores. Sendo assim, temos a obrigação de discutir esse tema tão delicado como o trabalho escravo – estou simplificando aqui.

Com relação ao trabalho escravo, por exemplo, segundo dados do Ministério do Trabalho, nos últimos 20 anos, cerca de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras em situação análoga à da escravidão foram resgatados, o que significa, na verdade, que um número muito maior de pessoas permanece ainda nessas condições desumanas. De fato, de acordo com estimativa divulgada por organizações não governamentais neste País, há mais de 150 mil trabalhadores em situação análoga à de escravo.

Já no que se fala sobre trabalho infantil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apura que o número de trabalhadores precoce equivale a 5% da população que tem idade entre 5 e 17 anos no Brasil. Trata-se de um exército de crianças e adolescentes de quase 3 milhões de pessoas – quase 3 milhões de pessoas – que são exploradas em jornadas exaustivas diante de semáforos, por exemplo, nos lixões, em feiras, no campo, em indústrias ou dentro de casa e para as quais o direito à educação e à infância é negado.

O mais alarmante é que desde 2013, ainda conforme dados do IBGE, temos registrado o aumento nos casos de trabalho infantil entre crianças de 5 a 9 anos.

Em 2015, ano no qual foi publicada a última pesquisa do instituto, quase 80 mil crianças, nessa faixa etária, estavam trabalhando. Quase 80 mil crianças trabalhando no regime de semiescravidão, a maioria dos quais vivendo em áreas rurais, nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Faço questão de repetir esse dado, falando de criança, de 5 a 9 anos, gravíssimo.

É bom lembrar que o Brasil não cumpriu o compromisso que assumiu com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016. Na minha avaliação, piorou com essa reforma. Ao invés de erradicar, com essa reforma teremos situações gravíssimas.

Do ponto de vista da rentabilidade econômica, lidamos com uma situação de exploração laboral pior do que aquela que conhecemos na nossa triste história da escravidão. Hoje nós chamamos a escravidão moderna.

Segundo o economista e professor da Universidade de Harvard, Sr. Siddharth Kara, há 30 vezes mais lucratividade do que a escravidão praticada no século XVIII e XIX. Segundo esse economista e professor, o lucro total auferido pelo mercado infame





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atinge a cifra anual de US\$150 bilhões, dos quais cerca de 50% provêm da exploração sexual e exploração de trabalho escravo, inclusive de mulheres e crianças.

Nenhum de nós, por evidente, jamais defenderá essa forma degradante de trabalho e, por isso, condenamos aqui veementemente. Entretanto, na medida em que flexibilizarmos ainda mais normas protetivas nas relações de trabalho, corremos o risco de anuir com as novas formas de escravidão moderna. Não podemos, portanto, cair nessa armadilha que nos avizinha.

Essa subcomissão não teria sentido de ser se, ao final, produzisse um texto que não preservasse a dignidade do trabalhador, ou seja, que combatesse todas as formas de trabalho escravo.

Portanto, tenho a convicção de que o Senado Federal, aqui representado pelos membros dessa subcomissão, e os nossos nobres convidados e convidadas não permitirão nenhum retrocesso normativo na afirmação da dignidade do trabalhador brasileiro.

Pronto, com a tolerância dos senhores, fizemos a introdução. Até quero cumprimentar o trabalho da equipe, com os dados que foram aqui colocados.

Então, de imediato, para tratar desse tema, eu passo a palavra para o Ministro Lélvio Bentes Corrêa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O normal aqui, só para situar, é dez minutos com mais cinco; mas eu sempre... Quando os convidados entendem, nós damos vinte minutos para cada um, em resumo.

O SR. LÉLIO BENTES CORRÊA – O.k., Senador.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, a quem cumprimento pela importante iniciativa de constituir esta Comissão, que põe a discussão do direito do trabalho no Poder Legislativo, no rumo certo.

Cumprimento também os ilustres companheiros de Mesa, na pessoa da Dr^a Noêmia Aparecida, Dr. Ronaldo Lira, Dr. Renato Bignami; é uma honra compartilhar esse espaço com V. Ex^{as}.

Cumprimento também todos e todas aqui presentes.

Sobre a formação da Comissão, Presidente, eu me recordo de uma passagem muito interessante da história da Índia: quando Nehru foi escolhido o primeiro líder da Índia independente e, imediatamente, procurou o seu mentor, Mahatma Gandhi, para pedir orientação sobre o que deveria fazer para se tornar um líder amado pelo povo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democrático. E a resposta de Gandhi foi *lapidary*, entrou para os anais da história como a fábula, o ensinamento do talismã Gandhi. Gandhi disse a Nehru: "Eu vou lhe dar um talismã. Todas as vezes que você tiver que tomar uma decisão importante, pare, pense na figura do homem mais desvalido que você tenha conhecido na vida e se pergunte: essa decisão que vou tomar vai afetar a vida dessa pessoa? (*Palmas*.)

O SR. LÉLIO BENTES CORRÊA – Vai, de alguma forma, melhorar a sua condição, resgatar a sua dignidade?" E concluiu Gandhi: "Aí, ao se fazer essa pergunta, você perceberá que as suas dúvidas e o seu ego vão se desfazer por completo."

Então, Presidente, esta Comissão atinge justamente essa finalidade de superar qualquer questão de ego, qualquer questão político-partidária para se preocupar com quem realmente interessa, que são esses trabalhadores e essas trabalhadoras a que V. Ex^a acabou de se referir, que se encontram trabalhando abaixo do limite da dignidade humana, trabalhadores para quem não existe limitação de jornada, não existe intervalo intrajornada, não existe descanso, não existe moradia nem condições de vida adequadas, pessoas que compartilham seu espaço de vivência com animais, que bebem daquela água pútrida utilizada para irrigar as plantações ou até para alimentação dos animais, que se banham na mesma água que consomem.

Então, esse, me parece, é o rumo correto e o tratamento adequado a se emprestar a uma legislação que diz respeito a tema tão sensível para a sociedade brasileira, uma discussão ampla, aberta, franca, acompanhada pela sociedade brasileira pela TV Senado, para que possamos, enfim, pensar em soluções que realmente consultem os interesses de um país que se quer desenvolvido.

Como V. Ex^a bem ressaltou, o trabalho escravo, Presidente, é uma chaga que, em pleno século XXI, segundo estimativas da OIT, atinge 40 milhões de pessoas no mundo, gerando lucros – também já foi referido – da ordem de US\$150 bilhões por ano, o que faz dessa atividade a segunda atividade ilícita mais rentável do Planeta, apenas atrás do tráfico de drogas. Então, são US\$150 bilhões de lucro ilícito à custa do sangue, à custa da vida de trabalhadores desprotegidos.

O Brasil ainda é lembrado, de um modo geral, Presidente, na esfera internacional, como um país que desenvolve ações exemplares, e até provendo outros países com boas práticas que se recomenda venham a ser seguidas. De fato, a evolução do combate ao trabalho infantil do início da década de 1990 até o começo do século XXI





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi celebrada em vários relatórios internacionais da OIT, da Organização das Nações Unidas, como a demonstração de um compromisso efetivo com a promoção dos direitos humanos.

Nós vimos, nesse período a que me referi, o surgimento dos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que resolviam um problema – aqui me permita, Senador, já fazer uma sugestão de tema para debate na Comissão – resolviam o problema da natureza política da indicação dos cargos, dos então delegados regionais do trabalho, hoje superintendentes. Havia uma dificuldade muito grande de contornar a intervenção, que, muitas vezes, comprometia, frustrava o objetivo da fiscalização. A partir daí, então, a Secretaria Nacional de Inspeção do Trabalho constituiu grupos especializados. Nós temos aqui a presença da Dr^a Marinalva, uma das célebres e corajosas integrantes desses grupos móveis, que passaram a atuar sob a coordenação de Brasília. Então, não havia o risco até de um vazamento de informação ou a necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Permita que eu diga só...

O SR. LÉLIO BENTES CORRÊA – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me comunicar a presença da Marinalva.

Posso, Marinalva, chamar direto assim de Marinalva? (*Risos.*)

Mas de forma muito elogiosa.

Fizemos uma entrevista juntos, e eu fiquei sabendo, ali, que ela teve a sua história contada no livro *A dama da liberdade*. (*Palmas.*)

O SR. LÉLIO BENTES CORRÊA – A Dr^a Marinalva merece, Senador, o nosso aplauso e o nosso reconhecimento pelo seu compromisso com a luta pela promoção dos direitos humanos, tanto contra o trabalho escravo como também contra o trabalho infantil.

Então, Senador, o grupo móvel veio como uma grande novidade e com um impacto excelente no combate ao trabalho escravo, e foi multiplicado e fortalecido. É interessante notar que o Brasil, quando celebra o acordo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no caso Zé Pereira, compromete-se expressamente a fortalecer o Ministério Público do Trabalho e os grupos móveis de fiscalização, diante do que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

causa perplexidade a situação que hoje nós vivemos de redução do número de grupos móveis e esvaziamento orçamentário da fiscalização do trabalho.

Há aqui uma situação preocupante, inclusive sob a ótica do compromisso judicial assumido perante a Comissão Interamericana. É necessário que se tenha muito clara a gravidade desse compromisso, a seriedade desse compromisso assumido perante a Organização dos Estados Americanos. *(Palmas.)*

Eu dizia que o grupo móvel foi efetivamente uma novidade importante, elogiada pelos organismos internacionais, assim como as ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho a partir dos relatórios produzidos pelo grupo móvel de fiscalização, que trouxeram consequências econômicas gravosas para aquelas pessoas que exploravam o trabalho escravo. As multas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, o valor é efetivamente muito reduzido diante da gravidade do impacto social da infração cometida por esses supostos empresários, mas que na verdade estão muito mais na cena do crime do que da atividade empresarial. Então essas ações civis públicas cobrando dos infratores a sua responsabilidade por danos morais coletivos trouxe ao Judiciário do Trabalho a oportunidade de impor sanções efetivamente dissuasivas, desencorajadoras e cumpriram assim, vêm cumprindo assim um papel pedagógico no sentido de demonstrar que o trabalho escravo não pode ficar impune, não é?

De fato, a impunidade é o alimento de que se nutre a recalcitrância. Então nós vimos essas medidas caminhando e trazendo consequências bastante importantes no combate ao trabalho escravo.

Mais recentemente foram desenvolvidas ações de apoio às vítimas de trabalho escravo. A experiência inicial...

(Soa a campainha.)

O SR. LÉLIO BENTES CORRÊA – ...se deu no...

Desculpe, já excedi meu tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bem no tempo ainda. É que a campainha é automática. Quando dá dez, ela toca, depois dou mais cinco e depois mais cinco.

O SR. LÉLIO BENTES CORRÊA – Então está bem, está bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tem mais dez minutos ainda.

O SR. LÉLIO BENTES CORRÊA – Está bem, Senador. Está bem, Senador, obrigado.

Então, no Mato Grosso se iniciou uma experiência piloto, que agora se busca expandir para todo o Brasil, de assistência às vítimas do trabalho escravo. Primeiro, assegurando a elas o seguro-desemprego, para que tenham condições de uma manutenção inicial própria e de suas famílias.

Segundo, com a expedição de documentos. Muitos desses trabalhadores, Senadores, ou não têm documentos, ou têm seus documentos apreendidos pelo empregador. E sem isso fica difícil até ter acesso às políticas sociais colocadas à disposição daqueles que necessitam.

A terceira linha de atuação de assistência às vítimas: educação para jovens e adultos. Ou seja, busca-se dar a esses trabalhadores, que, muitos deles, foram vítimas de trabalho infantil e não tiveram uma formação educacional adequada, busca-se garantir a eles a condição necessária para ter acesso ao mercado de trabalho formal. E aí, à educação de jovens e adultos, seguem-se os cursos de formação profissional.

Então, com essas medidas se busca dar ao trabalhador, assegurar ao trabalhador acesso a uma condição digna de existência, melhorando suas chances de acesso ao mercado de trabalho formal, e sobretudo, prevenindo que se tornem vítimas novamente de outros escravagistas que venham a explorar, a oferecer falsas oportunidades de trabalho. Ora, Presidente, tudo isso somado às iniciativas legislativas deste Congresso Nacional que, de um lado, aperfeiçoam o art. 149 do Código Penal para inserir as condições degradantes de trabalho e a jornada exaustiva, permitindo assim, com o tipo penal mais aberto, a efetiva repressão ao trabalho escravo e também com a aprovação da emenda constitucional que autorizou a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se encontrar trabalho escravo, tudo isso deu grande visibilidade, vamos dizer assim, ao nosso País no cenário internacional, que se encontrava, então, no rumo certo, muito bem aparelhado para dar combate ao trabalho escravo.

E aí, Presidente, começam eu não diria as decepções, mas as preocupações, porque nós sabemos de iniciativas no sentido de, a pretexto de regulamentar o dispositivo constitucional, propor a revisão do conceito de trabalho escravo. Isso seria,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, deletério, trágico para o combate ao trabalho escravo, inclusive na esfera judicial.

Nós temos visto, Senador, contrariamente ao que vem sendo disseminado em algumas conversas aqui no Poder Legislativo, fiz um levantamento com o valioso apoio do Juiz Ronald Krüger, Juiz Federal do Espírito Santo, nós levantamos todas as decisões do TRF da 2ª Região sobre trabalho escravo, todas as condenações. Em nenhuma delas, Senador, em nenhuma delas havia apenas um elemento do tipo penal presente. Sempre se fazem presentes dois, três, quatro elementos conjugados. É a retenção de documentos com vigilância armada, com trabalho degradante; é a jornada exaustiva com o trabalho degradante, com o aliciamento de forma enganosa. Ou seja, sempre há uma conjugação de elementos conduzindo àquela situação. Então, a história que já ouvimos algumas vezes dizerem: "Ah, mas o auditor fiscal chegou e o empregador foi punido porque a espessura do colchão não era aquela prevista na norma regulamentar" é mentira, Senador, é mentira. Esses fatos não ocorrem – não ocorrem. Pelo menos na esfera judicial, o que nós temos são situações que vão muito, muito além da mera inobservância formal da legislação trabalhista.

E o mais importante, Senador, é que essa experiência bem-sucedida a que me referi, ela teve, me parece, a culminância da sua repercussão internacional exatamente na aprovação pela OIT do Protocolo 29, que teve a participação efetiva e determinada do nosso convidado Renato Bignami. Quando se lê o Protocolo 29, percebe-se claramente que a sua inspiração é o modelo do combate ao trabalho escravo brasileiro.

E o que a comunidade internacional esperava era, primeiro, que esse modelo fosse mantido e aperfeiçoado; e, segundo, que o Brasil ratificasse o Protocolo 29. A OIT lançou a iniciativa 50 *plus*, esperando que até 2018 pelo menos 50 países ratifiquem o Protocolo, a Convenção 29, que atualiza aquela convenção, que é da década de 30, e insere elementos importantíssimos para o combate ao trabalho escravo nos dias de hoje, como, por exemplo, o combate ao tráfico de pessoas; a fixação, a condenação em danos morais; a assistência às vítimas; o acesso à Justiça, ou seja, tudo aquilo que nós vivenciamos aqui está consagrado no Protocolo, na Convenção 29.

E, na verdade, eu devo dizer, a expectativa era que o Brasil tivesse sido o primeiro país a ratificar esse protocolo. Não foi. Honestamente, isso gera perplexidade na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade internacional, pergunta-se por que o Brasil até o momento ainda não ratificou. E temos por enquanto 20 países que efetivamente já ratificaram o protocolo. O primeiro deles, se não me engano, foi o Níger, mas temos também Reino Unido, Suécia, países de todos os níveis de desenvolvimento econômico, de todos os continentes do mundo. O Brasil, nesse sentido, Presidente, fica devendo à comunidade internacional.

Mas é importante que, ao se pensar no combate ao trabalho escravo, tenha-se em mente a fidelidade aos compromissos assumidos internacionalmente pelo País, aquela imagem de um país de vanguarda no combate ao trabalho escravo. Eu devo dizer, Senador: ainda é a imagem que predomina no cenário internacional, mas os órgãos de monitoramento já começam a fazer questionamentos, já começam a perguntar por que a emenda constitucional ainda não está sendo efetivamente implementada, começam a perguntar por que um projeto de lei pretende rever o conceito de trabalho escravo. Ou seja, há que se avançar de forma mais comprometida no sentido do efetivo combate ao trabalho escravo, e, nesse sentido, Presidente, quer me parecer que para combater, para assegurar o combate tanto ao trabalho escravo quanto ao trabalho infantil, é necessário pensar, *de lege ferenda*, numa posição mais autônoma para a inspeção do trabalho. (*Palmas.*)

A inspeção não pode ficar à mercê de elementos de natureza política, de conjuntura, a inspeção tem que ser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – De orçamento.

O SR. LÉLIO BENTES CORRÊA – Tem que ser um compromisso permanente, determinado e irreversível com a promoção da cidadania no ambiente de trabalho.

Eu comentava com Renato Bignami... Estive recentemente no Peru, justamente no contexto de um projeto da OIT em que o Brasil ajuda a transferir *know-how* para aquele país no combate ao trabalho escravo, e lá a fiscalização do trabalho tem um instituto.

É verdade, não basta ter a pessoa jurídica autônoma; é necessário, como V. Ex^a acaba de ressaltar, que se assegure o devido orçamento, para que se tenha verdadeira autonomia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, já encerrando a minha participação, agradeço imensamente essa oportunidade de estar aqui contribuindo para o debate. Quer me parecer que refletir sobre a necessidade desse compromisso permanente, devidamente executado por intermédio de instituições independentes autônomas e devidamente aparelhadas, mediante um orçamento que atenda às suas necessidades, é essencial para que tenhamos ao final a situação com que o Brasil efetivamente se comprometeu, inclusive no contexto dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

O Brasil expressamente advogou, na aprovação dos objetivos do desenvolvimento sustentável, a efetiva implementação do trabalho decente no País. Ora, se vamos falar em trabalho decente, vamos começar falando em um País livre do trabalho escravo, livre trabalho infantil e efetivamente comprometido com os direitos humanos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Cumprimento o Ministro Lélvio Bentes Côrrea, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que faz uma exposição brilhante. Estamos muito contentes aqui com as nossas audiências da Comissão pela qualidade dos painelistas. E a sua fala aqui nos deixou muito felizes.

E eu posso adiantar sobre a questão da regulamentação da PEC do trabalho escravo... Você iniciou falando da Índia, não é? Às vezes é até uma coincidência, porque eu vou terminar falando da Índia. Esteve aqui no Brasil, por uma promoção inclusive do Judiciário, o Prêmio Nobel da Índia, o Kailash. Para eu dizer o nome dele... Kailash eu ainda consigo. E foi uma promoção dos senhores e das senhoras, praticamente a maioria está aqui representada. E ele veio aqui e deu um depoimento emocionante, emocionante, emocionante. E depois ele foi até o Presidente do Senado; e depois ele foi aos Líderes. E ele conseguiu que eu pegasse a relatoria desse projeto que quer regulamentar o trabalho escravo.

Ele fez o pedido, e eu me lembro de que eu estava em Alagoas, casa, mãe terra de Zumbi dos Palmares, líder do povo negro, quilombola. Eu estava lá presidindo uma sessão de debate exatamente de reforma trabalhista e previdenciária na Assembleia de Alagoas quando o Presidente aqui me liga e diz: "Olha, Paim, você foi indicado Relator do projeto de combate ao trabalho escravo." Estava com outro, mas, pela pressão, naturalmente, da sociedade, ele abriu mão e foi indicado para mim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu, lá na terra de Zumbi, já anunciei que o meu relatório estava pronto; só ia haver um artigo: o trabalho escravo a gente não regulamenta; a gente proíbe. Então, não votam porque não querem, mas o relatório está pronto para ser votado. E é nessa linha o relatório. É claro que a moçada toda ajudou a construir o relatório, mas, no fundo, o relatório só diz isto: é a garantia de que se cumpra a PEC e de que não se regulamente trabalho escravo.

Muito obrigado, Ministro.

Agora vamos para o Sr. Ronaldo José de Lira, Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho (Coordinfância). É isso?

O SR. RONALDO JOSÉ DE LIRA – É isso, Senador.

Bom dia, Senador. Cumprimento o Senador Paulo Paim, o Ministro Lélío, a Dr^a Noemia Porto, o Auditor Renato Bignami, todos os presentes, todos os telespectadores desta TV Senado.

Quero dizer que falar de trabalho infantil é uma coisa muita curiosa porque o trabalho infantil remonta à história da humanidade, assim como o trabalho escravo, e é uma questão cultural. Todos nós sabemos que historicamente os ofícios eram passados de pai para filho, desde a tenra idade. E isso aconteceu durante toda a história que nós conhecemos, mas, em especial – e aí que surge o grande problema do trabalho infantil –, foi a exploração do trabalho infantil na Revolução Industrial, quando as crianças foram levadas para as fábricas, a trabalhar com máquinas perigosas, com longas jornadas, ou seja, uma exploração muito desumana. E estamos nós aqui em pleno século XXI debatendo esse mesmo tema.

É importante dizer que ainda existe uma grande parcela da sociedade que se recusa a acreditar e se recusa a debater esse tema por conta da sua invisibilidade. Há hoje, por exemplo, milhares de crianças sendo exploradas no ambiente doméstico que ninguém vê e ninguém denuncia, e é um problema muito grave.

Eu costumo dizer que as prefeituras têm um papel muito importante em relação a isso, Senador, porque nós sabemos que há um déficit do número de vagas em creches muito grande no Brasil e isso proporciona a exploração do trabalho infantil. Nós vemos as crianças umas cuidando das outras, às vezes na própria casa, às vezes na casa dos vizinhos, mas infelizmente uma parcela da sociedade encara isso como um a questão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normal. E nós temos debatido, há muitos anos, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, com a Justiça, com o Ministério Público, os males do trabalho infantil.

O trabalho infantil ainda é aceito culturalmente por conta daquela máxima de que é melhor trabalhar do que roubar, o que é uma grande mentira. Nós sabemos que o lugar da criança é na escola, o lugar da criança... (*Palmas.*)

O lugar da criança seria inserida num processo educacional, com metodologia para que ela desenvolva atividades artísticas, atividades culturais, como música, como pintura, como balé, como esportes, e não sendo explorada precocemente. Nós vamos ter a vida inteira para trabalhar. Nós não precisamos explorar a mão de obra de uma criança com cinco anos de idade.

Recentemente, nós tivemos estatísticas do aumento do número de crianças que são exploradas de cinco a nove anos, que são crianças que precisam de toda a assistência humana, psicológica, educacional. E ainda há crianças sendo exploradas dessa forma. Eu mesmo já encontrei crianças em lavouras, com diversas categorias de produção. Mas infelizmente ainda há uma certa convivência de alguns segmentos da sociedade – primeiramente, de quem emprega, de quem contrata, de quem permite uma criança ser explorada dessa forma. E a criança está inserida também no trabalho escravo, no narcotráfico. Infelizmente ela tem sido explorada na exploração sexual, nos setores mais perversos da nossa sociedade.

E falando em tudo isso, a grande pergunta que nós devemos nos fazer, quando olhamos para a Constituição da República, é: que sociedade nós queremos? Qual é a sociedade que está cunhada na nossa Carta Magna e qual a sociedade que nós temos praticado? Se nós queremos uma sociedade de verdadeiros cidadãos ou uma sociedade, como diz lá o italiano Domenico De Masi, de gado humano, em que as pessoas são exploradas de uma forma desumana e não podem exercer a sua cidadania em nenhum momento. E onde fica o princípio da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho?

Ou seja, a Constituição da República elegeu o capitalismo, mas o capitalismo socioambiental. Então, para que as pessoas desenvolvam qualquer atividade, nós temos que voltar os olhos para um desenvolvimento sustentável do ponto de vista de meio ambiente, mas também do ponto de vista dos seres humanos. E é o que nós não temos visto no nosso dia a dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos visto exploração do trabalho escravo e do trabalho infantil, de uma forma muito despercebida, nos nossos jornais; de uma forma muito despercebida, nos nossos periódicos. Eu tenho visto que os noticiários ultimamente só falam de dois assuntos, basicamente: a corrupção e a violência. Como se o Brasil sobrevivesse unicamente desses dois temas.

E nós sabemos que, para que nós possamos enfrentar a violência, que nós possamos enfrentar a corrupção, nós temos que investir nas nossas crianças, em especial na educação. (*Palmas.*)

Eu digo aqui – e é o nosso sonho no Ministério Público do Trabalho – que educação em período integral é fundamental para combater o trabalho infantil. Nós não vamos encontrar criança trabalhando se ela estiver na escola em período integral. E esse é um grande problema.

O trabalho infantil causa evasão escolar. Isso é um problema grave, que nós já pontuamos em diversas oportunidades, assim como essa questão do período parcial. A criança fica de manhã na escola, e à tarde vai para o trabalho. Isso ocasiona um desconcertamento social de uma forma absurda, haja vista os temas de que eu já falei: as crianças vulgarmente conhecidas como aviõezinhos do narcotráfico ou as crianças que vão trabalhar no farol e que posteriormente são aliciadas para outros segmentos, como a exploração sexual, ou então ficam nas suas casas cuidando dos seus irmãos ou filhos de vizinho.

Há pouco tempo, no Pará, não sei se todo mundo conhece essa publicação, foi feito um anúncio no jornal para adoção de uma babá, adoção de uma criança para ser babá. Ou seja, veja o estágio de civilidade em que nós estamos: um jornal permitir que uma pessoa publique que está adotando uma criança para cuidar de outra criança.

Então, é uma coisa que nos mostra que o Brasil precisa evoluir muito, se nós efetivamente quisermos construir uma sociedade humanizada, se nós quisermos construir uma sociedade com pessoas que possam exercer a cidadania na sua plenitude. Ou seja, que possam ter o direito livre de pensar e ter a liberdade de votar em quem realmente elas querem, e não que sejam usadas, manipuladas por poderosos da nossa sociedade. Isso nós temos em diversos segmentos do poder econômico, infelizmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos investir na educação. Hoje, infelizmente, ainda é um sonho distante a educação em período integral. Então, o que nós do Ministério Público temos feito, além do combate direto da exploração da criança e do adolescente?

Nós temos investido no projeto de aprendizagem, que é uma resposta importante para que consigamos inserir a criança num programa de educação, com metodologia e educação para o trabalho. Não é uma exploração de trabalho, é uma formação para o trabalho; é uma coisa completamente diferente.

E nós temos a oportunidade de inserir as crianças a partir dos 14 anos. Os adolescentes, melhor dizendo. Isso tem acontecido de uma forma sistematizada no Brasil. Nós temos, em parceria com o Ministério do Trabalho, cobrado isso das empresas, porque é uma exigência legal que ainda não tem sido efetivamente cumprida por conta de algumas resistências, alguns embates jurídicos, mas que nós temos exercido de forma a eliminar, a erradicar o trabalho infantil.

Nós temos experiências importantes nesse sentido. Temos até promovido debates em que participam as entidades que promovem aprendizagem, as empresas que contratam os aprendizes e os próprios aprendizes, para ouvi-los e saber que experiência nós temos colhido com essa prática.

Eu posso afirmar, porque tenho participado de alguns fóruns de discussão, que as experiências são brilhantes. Nós temos experiências de adolescentes que foram contratados...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO JOSÉ DE LIRA – ...como aprendizes, galgaram postos importantes em empresas, em multinacionais, e hoje exercem cargos de direção, por exemplo. É óbvio que isso não vai acontecer com todo mundo, mas é uma forma cidadã de inserir o adolescente no mercado de trabalho, para que ele não fique aí desassistido de nenhuma forma.

Nós temos também investido e cobrado muito da administração pública com as políticas públicas. Tentamos aparelhar e apoiar os conselhos tutelares, os conselhos de assistência social, para que encontremos formas de eliminar o trabalho infantil, porque no passado a gente falava muito disso: "Nós vamos tirar uma criança do farol e amanhã ela vai voltar, porque na casa dela não tem uma assistência mínima de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subsistência". E, diga-se de passagem, o Brasil voltou para o mapa da fome recentemente.

Então, para que possamos construir alguns mecanismos de dignidade para as famílias, nós precisamos ter assistência social. Isso é fundamental.

Ou seja, é uma engrenagem de que o Estado deve participar, com a sociedade civil, em conjunto com os organismos de Estado, como o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, e os ministérios públicos estaduais, para que todos nós possamos mirar... Ou seja, nós temos uma missão constitucional, nós temos uma missão importante que é a de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Mas nós não temos nos desincumbido dessa missão.

Então, isso é importante para que todo cidadão, para que todo pai de família tenha noção dos males que causa o trabalho infantil. Essa é uma forma perversa de exploração humana e se nós almejarmos um futuro melhor para o nosso País, nós devemos investir na erradicação disso. Se almejarmos o combate à corrupção, precisamos investir em educação. Isso é fundamental! Devemos estruturar os órgãos de fiscalização. Essa é uma premissa básica.

Se não tiver orçamento, não haverá uma fiscalização efetiva, não terá contratação de membros, não haverá aparelhamento estatal para fazer enfrentamento. Mas de uma forma geral nós devemos contar com a sensibilização da sociedade civil. É fundamental que a sociedade enxergue o mal que é o trabalho escravo e o trabalho infantil.

Então, como diz lá o Filósofo Norberto Bobbio, no seu livro *A Era dos Direitos*, nós precisamos encontrar mecanismos para efetivar os direitos. Direitos nós já temos, nós vivemos num país que tem uma legislação muito grande, uma legislação muito densa em todos os segmentos. O que nós não temos é a garantia e a efetivação desses direitos. Então, para que isso aconteça, é importante que nós tenhamos, além de uma legislação importante que efetivamente crie em um sistema de garantias, também como contar com o poder de fiscalização e de vigilância para que esse direito seja cumprido.

Mas eu acho, Senador, que nós estamos vivendo um momento muito importante do Brasil, em que se diz, em que se fala muito em modernização da legislação trabalhista. E nós sabemos que isso é uma falácia muito grande. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento V. Ex^a, que nós sabemos que é um defensor da categoria dos trabalhadores, que tem combatido essa legislação que está para entrar em vigor. Eu digo que nós temos muito que melhorar. A nossa tão atacada CLT, bem ou mal, garantiu a cidadania de muitos brasileiros. Nós ainda temos muito que melhorar. Eu digo, eu vejo isso pelo o nosso dia a dia. Quando uma criança sofre um acidente de trabalho, é mutilada, por exemplo, ou um adolescente, as garantias que nós temos, que oferecemos, são basicamente indenizatórias, não há uma política de inclusão social, de assistência social para ela e para sua família, o que seria fundamental.

Nós vivemos hoje uma sociedade tecnológica e se nós não tivermos um adolescente com uma boa formação escolar, ele vai continuar sendo marginalizado, ele vai continuar sendo explorado num subemprego ou sendo alvo fácil do trabalho escravo. Então, nós, que muitas vezes aqui já resgatamos a mesma pessoa mais de uma vez na mesma situação, sabemos que isso aí é um vício em círculo. As pessoas saem de uma propriedade rural e meses depois são encontradas num outro estado de uma forma de exploração semelhante. Nós temos muita coisa para melhorar no Brasil.

Só para resumir e tentar encerrar fala aqui, eu quero contar uma experiência que recentemente aconteceu no interior do Estado de São Paulo que uma colega me noticiou, um caso muito triste, Senador, mas, ao mesmo tempo, é um caso que nos traz uma motivação muito grande no nosso trabalho. É um caso em que de uma família o pai e a mãe estavam presos – estão presos – e o filho estava na Fundação Casa. Ou seja, isso acontece em diversos cantos do País, mas tem uma questão diferente esse caso e aí que é o importante da experiência.

Nós temos um projeto da aprendizagem socioeducativa, em que nós temos trabalhado com esses adolescentes. Esse adolescente, em especial, que está na Fundação Casa, que está sendo inserido num projeto de aprendizagem, narrou para a nossa colega: "Eu quero provar para o meu pai e para a minha mãe que existe um outro caminho." Ou seja, vejam a perspectiva de um adolescente que tem um lar destruído, em que o pai e a mãe estão presos e ele estava na Fundação Casa, de poder vislumbrar um futuro melhor através da aprendizagem, ou seja, da educação e do trabalho. (*Palmas.*)

Então, nós sabemos que o Brasil tem saída, nós temos instrumentos importantes para isso, mas efetivamente nós precisamos nos movimentar, nós precisamos sair às





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ruas e cobrar de todo mundo, das autoridades, de todos os poderes, que nós tenhamos uma Constituição Federal que seja plenamente respeitada, que não se resuma a um livro guardado em alguma prateleira de uma estante. Nós precisamos exigir que o Brasil trate os seus brasileiros com respeito e dignidade. Essa é uma questão básica.

E não é só uma questão nacional interna, é uma questão que remonta desde o Tratado de Versalhes, de 1919, em que todos os países naquele momento convergiram para uma legislação básica, uma legislação mínima que seja garantidora dos direitos sociais mínimos de subsistência.

Era essa, Senador, a minha contribuição.

Agradeço a todos os senhores a paciência de me ouvir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Sr. Ronaldo José de Lira, Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho.

Parabéns pela sua fala.

E permita-me um minutinho só. Você falou muito do ensino profissional, do ensino técnico. Eu sempre dou o meu exemplo como um dos milhares e milhares de meninos, digamos, pobres que conseguiram sair daquela situação graças ao ensino técnico. Eu, até os 12, 13 anos, vendia produtos na feira livre em Porto Alegre, e meus pais moravam em Caxias, éramos 10 irmãos, mas eu tinha que fazer aquilo, era questão de sobrevivência. E calculem o dia em que o meu pai chegou – já faleceu, a mãe também já faleceu – a casa e disse: "Olha, Renato – meu nome é Paulo Renato –, você vai poder voltar para casa porque você passou para o curso técnico." Calculem a minha alegria. Eu o abracei e voltei para casa. Aí fui para o curso técnico, de manhã eram as oficinas, em Caxias do Sul, e à tarde era sala de aula, em tempo integral. E saí de uma situação, digamos, de pobreza absoluta, como vocês todos relataram, e cheguei aqui. Quer dizer, mal ou bem é um espaço.

Mas parabéns a todos. Vamos em frente.

Por favor, a Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Dr^a Noemia Aparecida Garcia Porto.

A SR^a NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Bom dia a todos e a todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador Pai; integrantes da Mesa, amigo Ministro Lélío Bentes.

Eu gostaria de cumprimentar os integrantes da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que tem feito, sem dúvida nenhuma, um trabalho de peso, um trabalho técnico, um estudo muito profundo sobre aquelas que seriam as necessidades para o mundo do trabalho efetivamente protegido.

Quando se refere ao trabalho infantil, mais especificamente para um dos temas que nos cabe nessa Mesa, surgem questões relevantíssimas que foram levantadas aqui. Uma delas as estatísticas que continuam revelando essa dificuldade do combate desse tipo de exploração. E também são referidas, porque são extremamente pertinentes, aquelas que são as questões das maiores formas de exploração do trabalho infantil, combinado, por exemplo, com o trabalho infantil doméstico. Eu acho que a gente poderia inclusive avançar para pensar na perversidade que está contida na combinação entre trabalho escravo e trabalho infantil.

Mas, aí, Senador, membros da Mesa, integrantes aqui da plateia e os ouvintes que estão acompanhando a TV Senado, a Anamatra gostaria de utilizar essa oportunidade da audiência pública para conferir visibilidade a um tema que está sempre conectado com esse desafio de proteger integralmente e efetivamente crianças e adolescentes.

Aqui eu me refiro ao trabalho infantil artístico. Falo desse tipo de trabalho porque, em algumas audiências públicas que aconteceram e acontecem no Senado Federal, nem sempre a Anamatra tem tido a oportunidade de trazer o acúmulo de debate que já há sobre a questão do trabalho infantil artístico. Aqui se trata da possibilidade – eu acho que sem prejuízo de a Anamatra aderir completamente às falas anteriores, mas de fazer referência ao Projeto de Lei do Senado 231, de 2015, em relação ao qual inclusive a Anamatra já apresentou nota técnica, porque esse projeto pretende estabelecer um marco regulatório para o trabalho infantil artístico no Brasil, e o trabalho infantil artístico faz parte da exceção à regra de proibição do trabalho infantil. Daí surge a grande questão de como essa exceção se constrói para não se transformar, dentro de um ambiente pretensamente glamouroso, numa possibilidade, sim, de exploração das crianças e dos adolescentes no Brasil.

O trabalho infantil artístico, de certa maneira, é admitido na Convenção nº 138 da OIT, mas que permite essa atividade desde que devidamente autorizada pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridade que seja competente. No Brasil, essa autoridade tem sido, até aqui, os magistrados, a autorização judicial via alvará, em que se procura fixar as garantias para o desenvolvimento de um trabalho protegido, um trabalho consentâneo com o princípio da proteção integral.

Essa é uma questão interessante, na medida em que, fora os alvarás judiciais, até o momento, o Brasil não conta com o marco regulatório legislativo, salvo evidentemente essas autorizações, para que, ao mesmo tempo, se permita a atividade como manifestação artística relevante, mas, ainda assim, que o seu desenvolvimento ocorra em condições de segurança e de proteção.

Isso é importante nesse momento em que se pretende discutir um Código de Trabalho. Fica a sugestão da Anamatra para que esse tema se incorpore ao Código do Trabalho como marco regulatório importante com o primado da proteção às crianças e aos adolescentes. (*Palmas.*)

O trabalho infantil artístico, ainda que não seja emprego propriamente dito, é trabalho. E uma das grandes confusões que se percebe hoje em dia é a tentativa de fazer do trabalho infantil artístico um não trabalho, e, na ideia do não trabalho, ele não seria protegido. É como se pais e responsáveis passassem a ser os donos exclusivamente das crianças. E, na verdade, crianças e adolescentes não pertencem aos seus pais ou responsáveis; eles são sujeitos de direito e sujeitos cidadãos de direito.

O trabalho infantil artístico, aliás, para que seja desenvolvido, exige treinamento, dedicação, disciplina e sacrifícios, que, muitas vezes, passam totalmente despercebidos pela maioria das pessoas que apreciam a arte, mas já como resultado desse esforço. E, no trabalho artístico de crianças, também ocorre, em maior grau, a sujeição, a suscetibilidade desses seres que são frágeis e estão em estágio de desenvolvimento ao cansaço, à irritabilidade com maior facilidade.

Esse convívio com o mundo adulto e a sujeição às regras próprias do ambiente trazem várias influências àquela infância, e uma dessas influências e consequência é justamente o amadurecimento precoce de crianças e adolescentes no meio artístico.

Na realidade, diferentemente das manifestações artísticas livres – vale dizer nos centros culturais, nas escolas, dentro do processo de aprendizagem ou de outros ambientes similares –, o trabalho infantil artístico é trabalho e tem impacto na vida das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças e dos adolescentes, impactos esses que não podem ser considerados apenas sob o ponto de vista positivo.

Uma das grandes questões que dificulta uma melhor proteção desses jovens é a tese que se procura desenvolver de se desconsiderar o trabalho infantil artístico como trabalho, ainda que ele não seja trabalho empregado. Na realidade, as autorizações judiciais somente são providenciadas – e esse é um dado importante quando se observa a experiência atual do Poder Judiciário – nas grandes produções e para crianças e adolescentes que têm um papel fixo, como personagens de novela, filmes ou peças de teatro e musicais. Na atuação de figurantes em qualquer produção – cinema, televisão, teatro – ou em participação no mercado publicitário – fotos e vídeos com exposição dessas crianças –, normalmente essas autorizações sequer são pedidas e, portanto, elas sequer são concedidas. Há, nesse sentido, uma invisibilidade para o trabalho infantil artístico, o que é pior em se considerando as famílias mais pobres.

Na prática, crianças e adolescentes são extensamente arregimentados para essa modalidade de trabalho. A questão se entrelaça, portanto, com a omissão estrutural do Poder Público do Estado brasileiro, o que conduz à problemática da ausência de Estado com um elemento que é indutor de violência. De fato, é difícil atestar a eficiência do Estado para situações que podem ser chamadas de exploração, mas elas são uma exploração que a gente chama de socialmente diluída e que muitas vezes conta com o deslumbramento e com a cumplicidade dos próprios pais e responsáveis, notadamente os pais ou responsáveis por crianças mais pobres que veem na situação do trabalho infantil artístico quase que uma saída extraordinária para a pobreza, quando isso nem sempre acontece.

Os pais ou responsáveis não possuem acúmulo de conhecimento necessário a fim de analisarem se o ambiente de trabalho é propício à criança e ao adolescente. Isso pode deixar a família vulnerável, permitindo quaisquer condições de trabalho que sejam impostas naquele momento por aquele mecanismo, por aquele veículo de comunicação, aquele veículo de mídia, ainda mais, volto a dizer e repito, no caso das famílias mais pobres. São, aliás, conhecidos os casos dos gêmeos que são alternados para que aquela carga horária imensa de treinamento e de filmagens possa ser cumprida a contento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse dado é relevante porque, voltando ao projeto de lei, ao PLS 231, a proposta legislativa que tramita nesta Casa praticamente atribui aos pais ou responsáveis o poder absoluto de autorizar, com maior ou menor abrangência e com grande ausência estatal, a situação de exploração. Como o Brasil não tem marco regulatório nesse tema, o PLS é, sem dúvida, salutar como uma possibilidade de marco regulatório, mas extremamente preocupante quando esse marco regulatório pretende uma ausência estatal e uma presença de autorização apenas de pais e de responsáveis, numa consideração de que o trabalho infantil artístico não seria trabalho; seria uma mera manifestação artística ou cultural. Seria, nesse cenário, interessante nós lançarmos olhares para a experiência estrangeira, para a experiência que vem de fora, não porque sejam as melhores experiências, mas apenas para que possamos notar que em outros países a experiência acumulada já demonstrou que o trabalho infantil artístico é efetivamente trabalho.

Um desses casos, por exemplo, vem de Portugal, onde o trabalho infantil é regido por um código de trabalho, o de nº 7, de 12 de fevereiro de 2009, que, aliás, prevê expressamente, no seu art. 3º, que só será permitido o trabalho infantil a partir dos 16 anos completos, exceto se a criança ou o adolescente tiver finalizado os estudos ou estiver matriculado e frequentando o nível secundário e se o trabalho que vai desenvolver seja considerado um trabalho leve.

No Brasil, no caso do trabalho infantil artístico, não há uma idade limite, basta a autorização do juiz, por ser uma atividade que se considera excepcional, e que a criança ou o adolescente esteja matriculado na escola e que o trabalho não lhe seja prejudicial.

A legislação portuguesa estabelece faixas etárias e tem uma preocupação com o sistema de proteção contra perigos morais e físicos para crianças e adolescentes. Lá se admite no emprego somente as crianças e os adolescentes que se encontrem física e psiquicamente preparados para essa finalidade. Já o empregador tem a obrigação de proporcionar condições adequadas de trabalho à idade do adolescente, tendo o cuidado de prevenir danos resultantes da falta de experiência ou da inconsciência que o trabalhador criança ou o trabalhador adolescente, mesmo no meio artístico, tenha em relação a riscos existentes ou potenciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho infantil por lá, a propósito, independentemente de ser artístico ou não, que for exercido por adolescentes abaixo de 16 anos é punido pela lei penal. Esse rigor, que representa a compreensão quanto à gravidade do trabalho infantil no impacto de uma sociedade, ainda está longe de ser considerado no Brasil e, talvez, uma grande oportunidade seja um futuro código do trabalho.

Ainda em comparação com o sistema português, nota-se que, no Brasil, não necessariamente se contempla nos alvarás judiciais a limitação de jornada, não se contempla o horário de descanso no caso do trabalho infantil artístico. Em Portugal, essas atividades, aliás, estão sujeitas a autorização da Comissão de Proteção de Crianças e Adolescentes na área de residência usual daquela criança ou daquele adolescente.

Essa autorização, aliás, por lá caduca, tem termo final, não existe uma autorização indefinida ou por prazo indeterminado. No Brasil, essa caducidade não está prevista ou contemplada no possível marco regulatório do PLS 231, o qual ainda não apresenta nenhuma preocupação quanto à instituição de órgão responsável pela fiscalização de eventuais excessos que se cometam no caso do trabalho infantil e artístico.

Na Califórnia, um outro exemplo, onde está situada Hollywood, há uma lei específica para o trabalho infantil artístico, conhecida como Coogan Act ou Coogan. A lei resultou da experiência do ator conhecido como Jackie Coogan, que foi descoberto em 1919 por Charles Chaplin, e logo depois ele lançou um filme famoso.

Quando esse ator já chegava aos 21 anos de idade, portanto no auge, ainda na juventude, mas com uma queda na produção artística, notou que a ele, pessoa física, quase nada tinha sobrado dos rendimentos do seu longo período de trabalho, que começou em tenra idade. Coogan teve que processar a mãe e o seu ex-gerente por seus ganhos.

É certo que talvez aqui, na lei da Califórnia que trata sobre os ganhos da criança, exija-se uma excessiva concentração de esforços centrada na preservação dos ganhos da criança e do adolescente, mas certamente concentrar em ganhos da criança e do adolescente não é um aspecto desprezível. No Brasil, como contraponto, nenhuma preocupação como essa permeia nem a atual realidade nem o marco regulatório do PLS 231, que caminha nesta Casa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1º de janeiro de 2000, mudanças na lei da Califórnia atuaram no sentido de que os ganhos na indústria de entretenimento são de propriedade das crianças e dos adolescentes e não dos seus pais. Na Califórnia, também na atual lei de 2000, Child Labour Laws, que disciplina o trabalho de crianças e adolescentes na indústria do entretenimento e em outros setores da economia, definiu...

(Soa a campainha.)

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – ... dentre outros aspectos, os limites de jornada e os limites de exposição dessas crianças.

Assim, eu poderia seguir talvez com um elenco imenso de exemplos estrangeiros que consideram o trabalho infantil artístico como trabalho; que crianças e adolescentes devem ser destinatários da proteção estatal em temas como jornada, suporte e análise psicológica e física, resguardo dos seus ganhos, existência e prestígio aos órgãos de fiscalização. Essa é a experiência estrangeira. Essa ainda não é a experiência brasileira.

Assim, nem de longe se imagina que apenas a análise de pais ou de responsáveis e a presença escolar possam definir suficientemente patamares de proteção no caso do TIA (Trabalho Infantil Artístico). Embora ainda uma parte da sociedade brasileira visualize essas atividades como mero divertimento da criança e do adolescente, como se fosse apenas mais uma brincadeira para eles, em outros países a prática e a experiência já demonstraram que a questão vai para muito além do mero divertimento.

Nessa futura regulamentação no Brasil, que a Anamatra espera seja incorporada no debate do futuro novo Código do Trabalho, é importante que se dê atenção à jornada máxima de trabalho da criança e do adolescente em atividade artística. A autorização judicial não pode ser simplesmente retirada e deve contemplar questões mínimas que merecem regulação, como duração da jornada, as condições ambientais, horário em que o trabalho pode ser exercido pela criança ou adolescente e outras questões relacionadas ao trabalho que estejam presentes no caso concreto, sempre com a manifestação do Ministério Público do Trabalho, que deve atuar como fiscal da lei para evitar eventuais irregularidades e eventuais excessos na exploração da criança ou do adolescente.

Deve-se analisar também – é esta a proposta da Anamatra –, em uma futura regulamentação, a imprescindibilidade de que exista um contrato formal entre crianças





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e adolescentes para evitar essa forma de contratação informal para algumas hipóteses, e não apenas em postos fixos. Há necessidade de prévia autorização de representantes legais e concessão de alvará para cada novo trabalho que a criança desenvolver, com caducidade para todas as autorizações anteriores. A criança não pode se tornar uma propriedade do meio jornalístico, da TV, do jornal ou da publicidade.

Impossibilidade de trabalho em caso de prejuízo ao desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente, devidamente aferido em laudo médico-psicológico; indicação e comprovação de matrícula, frequência e bom aproveitamento escolar; compatibilidade entre horário escolar e atividade de trabalho, resguardados os direitos de repouso, lazer, alimentação, dentre outros; assistência médica, odontológica e psicológica; proibição de labor a menores de 18 anos em lugares e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade, em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a presença na escola; o depósito em caderneta de poupança ou outro meio similar de percentual mínimo incidente sobre a remuneração devida em favor da criança e do adolescente; jornada e carga horária semanal máxima e intervalos de descanso e alimentação; acompanhamento pelo responsável ou pelo tutor do artista a quem o apresente durante a prestação de serviços.

A presença dos pais, eu não tenho dúvida, é importante, pois traz conforto e segurança às crianças e aos adolescentes. Nem todos os pais têm condições de acompanhamento. Aquele que pretende explorar esse trabalho infantil artístico tem de propiciar condições de permanência dos pais ou responsáveis durante essa manifestação artística. Além disso, é uma oportunidade para que se avalie criteriosamente se a criança está em risco.

Por todas essas razões, a inspeção do trabalho infantil deve ser reforçada e alargada pelo Brasil, ao contrário do atual desprestígio de que os auditores-fiscais do trabalho sofrem reiteradamente na política brasileira. (*Palmas.*)

É por isso que, conclusivamente, se considera que, mesmo em atividades supostamente glamourosas de divertimento, há risco para crianças e adolescentes.

(*Soa a campainha.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SR^a NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – O marco regulatório legislativo brasileiro é importante e urgente, mas não no modo como têm sido levadas essas discussões.

A proposta legislativa atual em curso está longe de alcançar esses patamares mínimos de proteção. Um futuro Código do Trabalho precisa incorporar esse debate de se conferir visibilidade à situação do trabalho infantil artístico no Brasil como também sendo uma forma de trabalho infantil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Sr^a Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), que aprofundou o debate sobre o trabalho considerado artístico da criança e as suas implicações num trabalho que pode deixar, inclusive, sequelas para a criança. E o grande beneficiado, como a sua exposição diz, não é a criança. Em 90%, no mínimo, dos casos, ou 99% – e os percentuais são meus, você não limitou –, os beneficiados são somente os pais. Tudo isso tem de ser visto com o maior carinho, e assim nós o faremos.

Passo a palavra agora para o Sr. Renato Bignami, Auditor-Fiscal do Trabalho, membro do GT sobre a Reforma Trabalhista do Sinait, mestre em Direito do Trabalho na USP e doutor em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela Universidade de Madri.

O SR. RENATO BIGNAMI – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela sempre tão tranquila e equilibrada condução de temas que interessam à Nação acima de tudo, cumprimentá-lo pela oportunidade do debate sobre o Estatuto do Trabalho, sobre as formas inaceitáveis de trabalho.

Eu gostaria também de cumprimentar meus colegas de Mesa, S. Ex^a o Dr. Ronaldo José de Lira, Procurador no Ministério do Trabalho, cumprimentar S. Ex^a Dr^a Noemia Garcia Porto também, Vice-Presidente da Anamatra, pela oportunidade também de trazer à tona o debate sobre a reforma trabalhista tão importante nos dias de hoje. O nosso País merece e precisa desse debate. É essencial que consigamos fornecer subsídios para a sociedade brasileira para que essa era de pós-verdade seja superada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que consigamos efetivamente mostrar para todos os setores quão deletérias podem ser algumas das medidas que estão propostas na reforma trabalhista.

Por fim, cumprimentar S. Ex^a o Ministro Lelio Bentes por todo o engajamento em prol dos direitos sociais, em prol do direito dos trabalhadores. S. Ex^a também é o perito brasileiro na Comissão de Peritos da Organização Internacional do Trabalho, uma comissão formada por 20 juristas de renome e expressão no mundo todo, e S. Ex^a é o nosso representante nessa Comissão, sempre demonstrando um conhecimento profundo, técnico, isento e neutro sobre todos os temas de Direito do Trabalho e, em particular, sobre os temas relacionados com inspeção do trabalho, como foi muito bem mostrado aqui.

Já puxando a oportunidade da fala de S. Ex^a o Ministro Lelio Bentes sobre os ataques que a inspeção do trabalho vem sofrendo no contexto atual, eu gostaria, Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, deixar registrado aqui que hoje, hoje mesmo, saiu publicada no *Diário Oficial* uma nova portaria que nos pegou a todos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho de surpresa. É a Portaria nº 129, Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, que, a julgar pela interpretação dos termos que estão nesta portaria, ela praticamente inviabiliza o combate do trabalho escravo no nosso País. Ela parte de uma acepção extremamente ultrapassada de que o combate ao trabalho escravo, ou seja, a definição das condições análogas ao trabalho escravo parte apenas e tão somente do cerceamento de liberdade, o que já não é verdade há muito tempo.

Eu gostaria de registrar aqui... Não sei se há alguma possibilidade de a Subcomissão fazer um requerimento ao Sr. Ministro do Trabalho ou pedir alguma explicação, alguma moção, mas, se possível, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho gostaria de deixar isso registrado nesta Subcomissão por praticamente inviabilizar... É uma portaria que foi forjada totalmente no âmbito do gabinete do Sr. Ministro – imagino que por pessoas que não conheçam a realidade do enfrentamento ao trabalho escravo no nosso País –, e que certamente não contribuirá nem para o enfrentamento e muito menos para reduzir a tensão e a polarização existentes no nosso País. Na verdade, ela só provoca mais conflito, justamente por partir de uma acepção ultrapassada.

Veja, Ex^{mo} Sr. Senador, o Brasil está na contramão da história, na contramão dos movimentos internacionais. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, deixo aqui registrado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns a V. Ex^a.

Já adianto que ajustamos depois o tipo de redação para fazermos um questionamento junto ao Sr. Ministro sobre essa questão.

O SR. RENATO BIGNAMI – Muito obrigado.

Agradeço, em nome do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a quem também agradeço pela oportunidade e confiança da representação aqui nesta Subcomissão.

Bem, diante dessa questão, esse foi o prólogo da minha apresentação, já gostaria de partir para ela, o mandato que o sindicato me confiou diz aí sobre as formas inaceitáveis de trabalho.

Eu gostaria de começar, bastante brevemente, lembrando que esse tema é um tema estratégico, altamente estratégico no âmbito do sistema ONU de proteção dos direitos humanos, especificamente no âmbito da Organização Internacional do Trabalho.

Em junho de 2013, a Organização Internacional Trabalho compreendeu as formas inaceitáveis de trabalho como uma das Áreas de Crítica Importância e definiu as formas inaceitáveis de trabalho como aquelas que negam direitos fundamentais no trabalho e que põem a vida, a saúde, a segurança, a liberdade e a dignidade da pessoa do trabalhador em risco. Enfim, segundo as conclusões desse grupo de trabalho, constituído no âmbito da Organização Internacional Trabalho, as formas inaceitáveis de trabalho não contribuem para a erradicação da pobreza no âmbito mundial e são as principais responsáveis pela persistência da pobreza nos lares do mundo.

Então, vejam, só daí já compreendemos o porquê de as formas inaceitáveis do trabalho constituírem uma das Áreas de Crítica Importância para a Organização Internacional do Trabalho. E aí eu já faço menção ao modelo multidimensional criado, elaborado por estudiosos. Na verdade, ele foi elaborado pelas Prof^{as} Deirdre McCann e Judy Fudge, respectivamente das Universidades de Durham e Kent, na Inglaterra. Criou-se aí um modelo multidimensional – peço desculpas por estar em inglês, eu preparei ontem à noite ainda essa apresentação e o diagrama só existe naquele idioma, mas eu peço vênica aqui rapidamente para fazer a tradução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No centro do modelo estão aí as *unacceptable forms of work*, formas inaceitáveis de trabalho, das quais o modelo conta então com doze dimensões. A primeira dimensão é o trabalho forçado, nos termos atuais contemporâneos, muito bem lembrado por S. Ex^a o Ministro Lelio Bentes, atualizado pelo Protocolo Adicional à Convenção 29, incluindo as formas contemporâneas de escravidão, incluindo tráfico humano, incluindo todas as formas – e esse é o texto que inclusive consta do protocolo adicional – e manifestações do trabalho forçado, não apenas aquela definição que já, enfim, merecia uma atualização, aquela definição de 1930, que consta inicialmente do texto da Convenção 29.

E essa atualização veio por meio do Protocolo Adicional à Convenção 29, que deve ser interpretado e compreendido à luz dos demais instrumentos de Direito Internacional em vigor, notadamente a Convenção da ONU, os tratados da ONU sobre escravidão; o Pacto de São José da Costa Rica; os tratados do sistema OEA, lembrando também o compromisso, que já foi mencionado por S. Ex^a o Ministro Lelio Bentes, no conhecido caso José Pereira, em que o Brasil, para evitar um julgamento, se comprometeu a combater efetivamente as formas contemporâneas de escravidão, e esse compromisso já anteriormente vinha sendo mitigado diante das inúmeras dificuldades que os auditores fiscais do trabalho encontram no enfrentamento cotidiano, e esse compromisso veio a ser uma vez mais questionado no mais recente caso em que a Corte Interamericana de Direitos Humanos teve a oportunidade de, novamente, julgar as políticas públicas do Estado brasileiro, condenando-o por não fazer frente, de forma efetiva, ao trabalho escravo no famoso caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde.

Continuando com as outras dimensões: Dimensão nº 2: Segurança e Saúde no Trabalho; Dimensão nº 3: Geração de Renda; Dimensão nº 4: Segurança para o Trabalhador; Dimensão nº 5: Jornada de Trabalho. Vejam que são diversas dimensões que devem ser adequadamente endereçadas pelas políticas com vista a garantir o que os estudiosos de trabalho vêm compreendendo como uma permanente melhoria social por meio do trabalho e não o regresso do social por meio do trabalho, a que estamos assistindo nos dias de hoje.

Continuando. Representação e voz, mecanismos de representação da pessoa do trabalhador; combate ao trabalho infantil; proteção social; igualdade, direitos humanos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e dignidade para a pessoa do trabalhador; proteção legal à pessoa do trabalhador, enfim, às relações de trabalho; proteção à vida comunitária e à vida familiar; e, enfim, mecanismos que facilitem a organização do trabalho, de modo a propiciar essa melhoria constante

Esse é o modelo multidimensional criado pelas Prof^{as} Deirdre McCann e Judy Fudge, que vêm inspirando os debates na Organização Internacional do Trabalho.

Continuando. Ainda gostaria de mencionar os estudos de Kallenberg, que é um sociólogo bastante conhecido da Universidade da Carolina do Norte, que, ao estudar o mercado de trabalho norte-americano, nos últimos 20, 30 anos, chegou à conclusão de que os Estados Unidos estão fabricando mais postos de trabalho ruins do que bons. Está lá o nome de sua obra que já é um clássico – é uma obra de 2011, mas já é um clássico: *Good Jobs, Bad Jobs, The rise of Polarized and Precarious Employment Systems in the United States, 1970s–2000s*. Essa obra diz que empregos de boa qualidade devem proporcionar um salário suficientemente elevado para satisfazer as necessidades básicas de uma pessoa, benefícios adicionais para acomodar essas necessidades, uma renda relativamente alta e oportunidades para a sua elevação permanente, oportunidades para gozo e usufruto de autonomia e controle sobre as atividades relacionadas com o trabalho por parte da pessoa do trabalhador, obviamente, um certo grau de flexibilidade e controle sobre a sua própria jornada de trabalho e as demais condições de trabalho sob a ótica do trabalhador, e algum nível de controle sobre a rescisão do seu próprio contrato de trabalho. Essas foram as conclusões às quais chegou o sociólogo Arne Kallenberg em 2011.

Também lembrando a célebre Teoria *Insider–Outsider* dos economistas sueco e alemão, respectivamente, Lindbeck e Snower, que, já nos anos 80, chamavam a atenção para a intensa fragmentação, segmentação dos mercados de trabalho consubstanciados nos contratos de trabalho atípicos, ou seja, aqueles que não contam com segurança no posto de trabalho. São os contratos temporário, *part-time*, intermitentes, no caso do Brasil, o contrato zero hora britânico. Enfim, todas essas modalidades contratuais que pendem muito mais para o atendimento às necessidades econômicas de determinados setores produtivos, desbalanceando a relação de trabalho em desfavor da pessoa do trabalhador, vêm, na verdade, não apenas desmobilizando completamente os mercados trabalho como não contribuem em nada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente para que a economia mundial e as economias nacionais superem com tranquilidade esses momentos de crise, e venham novamente a crescer, gerando renda e condições positivas de trabalho para todos e para todas.

A colaboração que a inspeção do trabalho traz como olhar oficial do Estado – vejam, inspeção do trabalho é uma política de Estado e não de governo; é uma política permanente a serviço da sociedade nacional. A colaboração que a inspeção traz para esta Subcomissão é justamente como testemunha ocular das reais condições de trabalho que se encontram nos ambientes em que os auditores e as auditoras fiscais do trabalho entram diariamente, com vistas a garantir a efetividade do ordenamento jurídico trabalhista.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO BIGNAMI – Diante disso, eu gostaria de já mencionar que o trabalho forçado, a servidão por dívida, a jornada exaustiva e as condições degradantes – que são aquelas condições análogas à de escravo – afetam não apenas a dignidade, a saúde, a segurança e a estabilidade econômica do trabalhador e de sua família, mas de toda a sociedade, justamente por exaurirem o trabalho humano para abaixo de um limite considerado razoável.

Essas condições devem ser extirpadas, sob pena de continuarmos a provocar desequilíbrios, inclusive de natureza econômica no mercado de trabalho brasileiro, o que também deve ser dito sobre o trabalho intermitente, que afeta a segurança econômica e social não apenas dos trabalhadores e de sua família, mas de toda a sociedade, por não proporcionar uma renda suficientemente elevada para satisfazer as necessidades mais básicas e elementares da pessoa do trabalhador. É a legalização do bico, senhores. É isso que nós estamos fazendo com o contrato intermitente. Não podemos legalizá-lo; precisamos combatê-lo e buscar formas de garantir aquela renda que o Kallenberg trouxe nos seus estudos do mercado de trabalho norte-americano e que estão inspirando, inclusive, estudos para a compreensão de movimentos extremos, movimentos que não vêm colaborando para a democracia nem mesmo nos Estados Unidos da América, que dirá a nossa brasileira, a nossa sociedade tão carente de direitos, tão carente de conhecimento e tão carente de pacificação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam V. Ex^{as} que o que a inspeção trabalho traz aqui, o que o Sindicato Nacional dos Auditores de Fiscais do Trabalho traz aqui é a nítida impressão, a nítida sensação de que o ordenamento jurídico, da forma como ele está proposto após as reformas que foram publicadas no curso deste ano, servirá muito mais para a ampliação do conflito do que para a realização e a concretização de direitos. E, nesse sentido, ele não contribui para a economia de maneira alguma; ele apenas estimula mais e mais conflitos entre brasileiros, entre irmãos. (*Palmas.*)

Então, já dito isso, eu gostaria, já indo para o encerramento de minha fala, apenas de fazer aquilo que os auditores melhor fazem, que é, enfim, justamente traçar aquela ponte entre a realidade dos fatos, constatada diariamente nos ambientes de trabalho, no chão de fábrica, e a letra fria da lei, no sentido de aproximar uma da outra, e mostrar algumas fotografias do que nós vimos encontrando diariamente nas auditorias de condições análogas às de escravo e, enfim, de trabalho infantil Brasil afora. Essa é uma comunidade para onde tem sido deslocada grande parte da produção têxtil nacional ultimamente. Não contribui para a formação de riqueza, não contribui para sacar essas pessoas da mais absoluta pobreza e não contribui para gerar cidadãos. Na verdade, contribui apenas para gerar mais e mais violência no ambiente de trabalho.

Aí podemos ver, enfim, crianças no ambiente de trabalho. Essas fotos são fotos de auditorias de condições análogas às de escravo. Observem: o trabalhador não parou nem diante da presença do auditor fiscal do trabalho. Com seu filho no colo, ele continua costurando. O mesmo acontecendo para essa trabalhadora, enfim, que segura a sua criança e costura, amamenta e trabalha. Observem um berço ao lado do posto de trabalho desse trabalhador. Ele não tem condições nem de cuidar de sua criança, de sua cria, de seu bebê; tem que trabalhar e continuar mostrando. Aí, batata podre sendo fornecida para o trabalhador. Aí vemos – isso já são condições da construção civil – o trabalhador improvisando uma fogueira para comer, pois nem comida vinha sendo fornecida a esse trabalhador. Vejam aí o que foi feito, não é: cadeados, o cerceamento da liberdade.

E aí, mais uma vez, Ex^{mo} Sr. Senador, a Portaria nº 1.129 não pode reduzir o cerceamento de liberdade, porque o cerceamento de liberdade ocorre até com a comida. Vejam, a comida não está livre, não é, a comida está presa no armário e não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era fornecida a esse trabalhador. O trabalhador passando fome, comendo comida podre.

Aí trabalhadores da construção civil nas obras de ampliação do Aeroporto Internacional de São Paulo, preparando-o para receber visitas na Copa do Mundo, trabalhadores dormindo no chão, ao relento. Essa auditoria foi feita no inverno de São Paulo, fazia 8 graus na ocasião. Os trabalhadores tinham frio, estavam aí, enfim, ao relento e abandonados pela empresa. Esse é um banheiro também improvisado na construção civil, mais fogão improvisado. Então, são essas as condições análogas à de escravo, às quais os auditores e auditoras fiscais do trabalho se remetem diariamente.

Aí, enfim, auditorias no meio rural, carne podre, alojamento improvisado, grilagem, ou seja, há toda uma criminalidade, uma rede de criminalidade que, seguramente, não contribui para que a Nação saia deste momento de crise, pacifique a sua sociedade e venha a voltar a crescer, como desejamos todos nós. Mais carne podre; mais trabalhadores resgatados de condições análogas à de escravo.

Enfim, essa foi a colaboração do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Agradeço uma vez mais a oportunidade e coloco-me à disposição da Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Sr. Renato Bignami, Auditor Fiscal do Trabalho, membro do GT sobre Reforma Trabalhista do Sinait, Mestre em Direito do Trabalho pela USP e Doutor em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela Universidad de Madrid. Meus cumprimentos.

Saiba que me fez lembrar toda a sua exposição que há um projeto lá na Câmara de um Deputado que as suas fotos aqui no final mostram bem: desde que haja uma lona dessas – eu já digo lona preta –, armação de madeira de eucalipto, enfim, de qualquer árvore, chão batido e um prato de comida, que é aquela comida que você mostrou aí, não é preciso pagar salário. A que ponto nós chegamos!

Meus cumprimentos a todos os painelistas que falaram até o momento. Brilhantes exposições! Tudo isso vai entrar para um livro, em um primeiro momento, e depois vai ser feito o estatuto. As palestras que temos recebido aqui são de primeira qualidade, as contribuições dos nossos convidados, que vão ilustrar consequentemente, claro, a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

redação final do Estatuto do Trabalho. Em um primeiro momento vai sair uma versão do primeiro semestre, como é a nossa intenção, para que todos conheçam.

Uma salva de palmas para os quatro painelistas, e vamos para a segunda Mesa. *(Palmas.)*

Muito obrigado a todos. Parabéns!

Vamos para a segunda Mesa.

De imediato, eu vou chamando Katleem Marla Pires de Lima, Auditora Fiscal do Trabalho – Coordenadoria do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás e Membro do GT sobre Reforma Trabalhista do Sinait. Seja bem-vinda.

Marinalva Cardoso Dantas, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho. Seja bem-vinda.

Deuzinéia Nogueira da Silva, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Eu queria pedir que passassem agora, por favor, neste intervalo de uma Mesa para outra, dois vídeos, de um minuto cada, sobre a reforma trabalhista. É possível? *(Pausa.)*

Vamos lá, então. São dois videozinhos que ilustram a situação da reforma trabalhista aprovada no Congresso.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vejam a que nível chegou essa reforma trabalhista. Mas há um segundo, bem rápido aí... É um minuto também

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Valeu, pessoal. *(Palmas.)*

Depois há aquela entrevista que a gente viu, nesta semana, e que não há como não comentar.

Aqui ele falou 65, mas o Presidente da República disse que nós vamos viver até os 140 anos, não é? Se houver algum país no mundo em que ocorra esse milagre, irei



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para lá. Viver até os 140 anos deve ser no paraíso, um paraíso... Bom, eu já estarei lá em cima mesmo há muito tempo.

Eu fazia uma palestra neste fim de semana para idosos a 500km de Porto Alegre e perguntei se havia alguém que tinha 140 anos, e não sei por que todos começaram a dar gargalhada. Ninguém falou nada, só começaram a dar gargalhada.

Vamos lá, foi só para descontrair. Agora vamos de novo ao nosso tema.

De imediato, passo a palavra à Auditora Fiscal do Trabalho, Coordenadoria do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás e membro do GT sobre reforma trabalhista do Sinait, Sr^a Katleem Marla Pires de Lima.

Falaram-me que o Sinait tinha uma nota pública que seria colocada aqui. Ou é para ler no plenário?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bom. Então, é com vocês.

A SR^a KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – Bom dia a todos. Quero agradecer em nome do Sinait o convite feito pelo Senador Paulo Paim para compormos esta Mesa, este debate, e dizer da minha alegria de estar aqui desde o princípio, porque as autoridades que me antecederam falaram com muita propriedade da questão do trabalho escravo, bem como da questão do trabalho infantil, e é sempre um momento em que a gente aprende muito, apesar de estarmos na lida há anos. No meu caso, sou auditora há 22 anos, então nos confrontamos com o trabalho escravo e com o trabalho infantil no cotidiano das nossas atribuições.

Toda vez que esses temas vêm à tona, nós aprendemos alguma coisa e sentimos que há muito o que construir em termos de sociedade e País a respeito dessas temáticas.

A mim coube a tarefa de trazer pontos relativos à questão do trabalho infantil. E vou pedir licença aqui ao Senador Paulo Paim e às demais autoridades para trazer a perspectiva do contexto real em que se realiza o trabalho infantil e o que a experiência da auditoria tem encontrado com o trabalho infantil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A par dos conceitos doutrinários e jurisprudenciais, judiciais, construídos ao longo da nossa história sobre o que vem a ser trabalho infantil, o que a auditoria vê? Qual é a percepção da auditoria? Primeiro, que o trabalho infantil é um trabalho residual. O que é o trabalho infantil? É aquele que o adulto não quer. Então, quando se abre a porta de um estabelecimento a uma criança ou adolescente é para facultar a ela a oportunidade de realizar aquele trabalho que, naquele espaço de produção, nenhum adulto quer fazer.

Por que a nenhum adulto interessa fazer aquele trabalho? Porque é penoso, porque é degradante, porque é mal remunerado e porque possui um conteúdo de exploração bem evidente. Então, como o adulto não quer se submeter àquela forma perversa de trabalho, essa oportunidade é dada à criança e ao adolescente. Isso a gente precisa esclarecer, que quando falamos em trabalho infantil estamos falando e um trabalho que ninguém quer. O trabalho infantil não é ofertado à criança e ao adolescente como uma estratégia benevolente de promoção, apoio e acolhimento. A criança vai para o espaço do trabalho fazer o que adulto não quer por um preço que o adulto não aceitaria receber e isso a gente tem que deixar muito claro.

A segunda questão relativa ao trabalho infantil que o cotidiano da fiscalização também nos tem ensinado é que a remuneração da criança e do adolescente, quando acontece, ela não diz respeito ao valor do trabalho que é efetivamente realizado por esse indivíduo, seja criança ou adolescente. Os dados estatísticos nos mostram que quanto menor a criança, menor a remuneração ou inexistência da remuneração. Por quê? Porque não se paga o trabalho. Há um termo, Senador, que a gente ouve muito nesse cotidiano que é "ajuda". O explorador do trabalho infantil ele sequer chama o trabalho da criança de trabalho e tampouco chama de salário o que a criança recebe. Ele fala assim: "eu dou uma ajuda". A gente escuta muito essa terminologia de Norte a Sul do País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Para disfarçar.

A SRª KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – Não é só de disfarçar. Na realidade, ele não entende aquele sujeito como trabalhador, ele acredita que a miséria daquele sujeito é justificativa suficiente para explorá-lo e que o que se remunera ali é um *plus*, é um benefício porque se aquela criança não está sendo explorada no trabalho ela vai



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

representar um risco em potencial para a sociedade, porque criança carente é criança delinquente, num pensamento que antecedeu a nossa Carta Magna de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E dizer que ele pensa que está enganando alguém ou está disfarçando, mas não está enganando ninguém e disfarçando nada.

A SRª KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está cometendo um crime contra a humanidade.

A SRª KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – Exatamente.

O que a gente observa eu posso ilustrar aqui com um caso concreto. Eu fui fiscalizar uma feira, num domingo, encontrei um vendedor de hortifruti que tinha três crianças trabalhando: uma de 13, uma de 14 e uma de 15, três adolescentes trabalhando.

Esses adolescentes iniciaram a jornada às 4h porque eles foram pegos pelo empregador na sua Kombi, daí eles foram ao Ceasa, essas crianças fizeram movimentação de mercadorias porque elas carregaram a Kombi de produtos do hortifruti e, de lá, elas se deslocaram junto a esse feirante para a feira em que elas iriam trabalhar no domingo e a feira se iniciava às 6h. Então, as crianças iniciaram a jornada às 4h. Eles trabalharam até 14h e eles tiveram que trabalhar vendendo, fazendo troco, fazendo frete, acomodando as verduras, descarregando a Kombi, depois carregando a Kombi, fazendo todo o trabalho de movimentação de mercadoria.

Quando eu interpelei esses três adolescentes que iniciaram a jornada às 4h e iam findar, iam chegar em casa por volta das 16h aí nós temos uma jornada de 12 horas, o de 13 recebia R\$15,00, o de 14 recebia R\$25,00 e o de 15 recebia R\$35,00 para a mesma jornada de trabalho, para o mesmo esforço físico desempenhado igualmente pelos três.

Aí eu perguntei ao feirante por que ele pagava de forma tão distinta àqueles que exerciam a mesma jornada e o mesmo trabalho. Ele me falou: "Esse aqui é mais novinho, então ele não merece ganhar os R\$35,00." Isso traduz a forma como a sociedade brasileira remunera o seu trabalhador mirim, não pelo valor intrínseco do trabalho, mas pela estima que a nossa sociedade tem à criança e ao adolescente pobres, que é muito baixa, muito pequena. Então, na realidade, essa ajuda que se dá à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança que trabalha traduz o pouco apreço que a sociedade brasileira, a família e o Estado têm de verdade em relação às nossas crianças, aos nossos adolescentes. Ela é bem reveladora do sentimento que paira em relação a essa população. No trabalho infantil isso é muito claro, é muito perceptivo nessas jornadas que a gente tem ao fazer essas investigações e essa auditorias.

Nós temos uma dificuldade muito grande, Senador Paulo Paim, que é a gente combater o trabalho infantil com um discurso que seja para promover a infância e a juventude pobres. Nós temos, em nosso País, políticas que eu chamo de "não deixar morrer", que são muito boas, como a vacinação em massa, as orientações relacionadas à alimentação básica, como o ferro no trigo, que são destinadas a não deixarem os nossos meninos e meninas morrerem. No entanto, nós somos muito ruins nas políticas relacionadas à promoção humana. Quais políticas, em âmbito nacional, de fato são promotoras do bem-estar e do desenvolvimento dos nosso meninos, meninas e adolescentes, no âmbito nacional ou em âmbitos locais? Há um completo vácuo dessas políticas, um completo vazio que dá às famílias brasileiras um completo desespero.

Nós acolhemos falas de mães, de avós, de trabalhadores, de mães trabalhadoras, da avó trabalhadora que é chefe do lar ou do pai que nos chegam ao Ministério do Trabalho no afã de requererem de nós alvarás para trabalharem, em que pese nós não tenhamos essa atribuição. Essa população não distingue os Poderes, não sabe o que são os Poderes Executivo, Legislativo. Isso é de difícil compreensão para o brasileiro médio, especialmente para o pobre. Então, quando eles nos procuram...O discurso da mãe que trabalha é o seguinte: "Quero que a senhora ou o Ministério do Trabalho autorize o meu filho a trabalhar com 10 anos." Ou com 11 anos, com 12 anos, com 13 anos. Aí eu pergunto a essa mãe desesperada – desesperada, Senador: "Por que é que a senhora quer que o seu filho, com 12 anos, trabalhe?" "Porque não tenho onde deixá-lo. Vou trabalhar, de manhã, saio às 5h de casa e vou chegar às 8h. Meu filho sai da escola e fica nas ruas." E as famílias, por não terem políticas públicas de atenção à infância e à juventude na demanda necessária, ofertadas de maneira necessária, acabam buscando no trabalho uma resposta para essa ausência do Estado que é, realmente, perniciosa, que é danosa para a nossa criança e para o nosso adolescente.

Esquecem-se as famílias de que o espaço do trabalho é um espaço do meio de produção, ele não foi pensado, não foi dimensionado, para proteger, abrigar ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promover a criança e o adolescente. Um espaço de produção é um espaço de produção, ele não tem como dar conta daquilo que é do direito da infância e do adolescente, que é um espaço em que as potencialidades humanas inerentes à criança e ao adolescente podem ser desenvolvidas de forma adequada. Não há nada que seja lúdico, não há nada que seja educativo, nada que seja instrutivo num espaço de produção. Então, o desespero dessas famílias, a angústia dessas famílias nos chegam através desses pedidos. E a gente observa que essa mãe trabalhadora, essa avó, esse pai, quando nos solicitam, é porque, diante da omissão do Estado em relação à assistência social e à educação de qualidade, vão ao trabalho buscar uma guarda adequada ao seu menino, à sua menina, numa total inversão de papéis aí, porque não compete ao trabalho abrigar, educar e promover criança e adolescente. Esse é papel de outros segmentos da sociedade e do Estado, é da educação, é da assistência social, é da cultura, é do esporte, mas não compete ao trabalho.

O trabalho pode apoiar a profissionalização de uma forma subjacente a uma educação profissional, com um ambiente que facilite a prática dentro de um contrato de aprendizagem, que é a única política pública de atenção ao adolescente, jovem trabalhador que nós temos no Brasil e que está aí, sofrendo ataques em função desse movimento da desconstrução...

(Soa a campanha.)

A SRª KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – ... do conteúdo mínimo de proteção dos trabalhadores, que está sendo implementado hoje no País infelizmente.

E nós temos que acolher com seriedade o desespero dessas famílias que vêm até nós, como agentes públicos, no sentido de não só provocar as ações fiscais que nos competem para erradicação do trabalho infantil, mas também como agentes de articular, para articularmos essas políticas, para podermos provocar a implementação numa escala que seja real para atender as demandas reais dessa população, que precisa de que os seus meninos e suas meninas tenham a educação que merecem, a proteção que merecem e a condição para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Eu vejo no Brasil hoje um retrocesso muito triste em relação à própria história do trabalho, Senador. Antes de 1988, o Brasil trabalhava na perspectiva da teoria da defesa social, em que os nossos meninos e meninas pobres representavam apenas um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

risco às pessoas de bem e à sociedade. Era a teoria da defesa social – não é, Senador Paulo Paim? – em que a sociedade tinha que se defender dos riscos em potencial que uma criança pobre significava, como se a dimensão humana de uma criança se resumisse a sua capacidade de provocar violência presente ou futura.

Com a Constituição de 1988 e o art. 227, houve uma revisão pelo Estado brasileiro de direito dessa percepção relacionada aos nossos meninos e meninas, de sorte que nós adotamos a teoria da proteção integral, e foi um salto histórico de significativa dimensão. Nós fomos capazes, naquele momento, de reconhecer que todo menino e menina, todo adolescente jovem, independentemente do seu *status* social, é sujeito de direitos humanos e fundamentais, como a educação, como a profissionalização, como estar em família, como estar em comunidade, como ter acesso a esporte, a lazer.

Mas o art. 227, quando chamou o Estado, a família e a sociedade a construírem esta realidade, a partir do momento em que ele reconhece como direitos fundamentais aos nossos meninos e meninas esses direitos humanos, ele também nos chamou outra missão, Senador, que é a de colocarmos nossas crianças, adolescentes e jovens a salvo de toda forma de negligência, crueldade e opressão.

E, quando nós falamos sobre trabalho infantil, nós estamos falando de uma forma de violência que é véu para muitas outras formas de violência. O trabalho infantil não é uma violência que se realiza só. Quando eu tenho um trabalho infantil, eu tenho um não brincar; quando eu tenho um trabalho infantil, eu tenho um não estudar; quando eu tenho um trabalho infantil, eu tenho uma exposição dessa criança à situação da exploração sexual, sim, também, porque é capa para isso tudo que acontece aí.

É exemplo do trabalho infantil doméstico que grande parte das meninas trabalhadoras que estão na invisibilidade sofrem recorrentes abusos sexuais. Eu gostaria de ilustrar essa realidade com outro exemplo de fato também, a gente tem que analisar o trabalho infantil da forma como ele ocorre.

Eu realizei fiscalização num Município que é turístico em Goiás, por suas águas, por sua temporada de águas, e, durante o dia, eu encontrei crianças e adolescentes trabalhando em oficinas, em bares, lanchonetes, vendendo espetinhos, trabalhando em segmentos de alimentação fora do lar e em outros serviços também que eram realizados pelos habitantes do Município para os seus turistas, porque era época de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turismo, de temporada, essa coisa linda. E as crianças estavam todas envolvidas nesses trabalhos, mas havia uma divisão de gênero, ou seja, durante o dia, meninos e meninas trabalhando ali, eu diria, em igual proporção. Quando chegou a noite, nós permanecemos em auditoria realizando ações fiscais e observamos um fato muito curioso: nos estabelecimentos de alimentação fora do lar, as bancas de espetinho, de pastéis, de bebidas, os botecos de jantinhas, de churrascos, os restaurantes, todos eles empregavam meninas com menos de 15 anos para fazerem o serviço de garçonetes. Agora, por que de noite só podem trabalhar meninas até 15 anos de idade para entregar bebidas aos clientes, Senador?

Então, veja que aí o trabalho infantil é uma evidente porta à exploração sexual de meninas e meninos.

Há uma fala aqui que o Procurador do trabalho trouxe, ou seja: "É melhor trabalhar do que roubar." Há 22 anos que eu sou Auditora Fiscal do Trabalho. Eu já fiz fiscalizações em diversas atividades econômicas e eu diria que é muito difícil alguma que eu não tenha feito, inclusive fora do Brasil, em ações de cooperação técnica com outros governos. Em todas as ações fiscais que eu fiz, em todas, sem exceção, escutei esta famigerada frase: "É melhor trabalhar do que roubar."

(Soa a campainha.)

A SR^a KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – E eu pergunto: por que com relação à criança pobre, o Brasil, a família, o Estado e a sociedade só enxergam nela o potencial para o crime? E isso é uma crença tão arraigada que quando a gente contrapõe a educação ou a educação de qualidade, as pessoas têm dificuldade de ouvir. Quando eu falo para o empregador, para a mãe, para a própria criança, para o adolescente que eu gostaria que tivessem um curso técnico profissionalizante de qualidade, que eu gostaria de ver uma escola de periferia de excelência em tempo integral para meninos e meninas pobres, a famílias não ouvem, a criança não ouve, os empregadores não ouvem, e eles insistem: "É melhor essa criança trabalhar do que roubar." Então, é um sentimento muito forte que nós nutrimos de descaso, de despreço e de não percepção do potencial humano dos nossos meninos e meninas pobres, a ponto de sequer conseguirmos conversar com o público que é vítima do trabalho infantil sobre a educação e a educação de qualidade. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – Exatamente. É a tradução de um sentimento. E isso é muito triste, Senador Paulo Paim, ou seja, a tradução de um sentimento que impera em nosso País em relação às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

E eu preciso trazer um elemento novo que é também causador do trabalho infantil, que sustenta o trabalho infantil. Nós temos aí as causas culturais e históricas a ponto de nós termos esta fala "é melhor trabalhar do que roubar", do norte ao sul do País consolidada nos corações e mentes das famílias de todos os estratos sociais. E aí eu falo da família pobre, da família de classe média e da família de classe alta. Há um consenso de que se a criança pobre não estiver trabalhando vai estar necessariamente nos afligindo. Há a questão da educação sem nenhuma qualidade que é ofertada pelo Brasil aos nossos meninos e meninas. Nós fizemos uma reunião com todos os auditores fiscais do trabalho que coordenam as pastas de fiscalização do trabalho infantil. E nos nossos colóquios nós ouvimos, de norte a sul do País, dos 27 auditores de todas as entidades da Federação que a criança que está no trabalho infantil é em regra um analfabeto funcional, em que pese, Sr. Senador, estejam regularmente matriculadas no ensino fundamental ou ensino regular. Elas estão com oito, nove, dez, onze anos de escola e elas não conseguem, quando entrevistadas, fazer a leitura de símbolos, de brasões, de marcas até, que são logomarcas.

E isso nos tem preocupado muito porque nós sempre trouxemos a educação como um contraponto ao trabalho infantil, porque lá no 227, quando a Constituição, nos chama a criar uma realidade dos direitos humanos fundamentais dos nossos meninos e meninas e a protegê-los de toda forma de opressão, nós, auditores fiscais do Trabalho, entendemos que não basta eliminar o trabalho infantil. Isso é apenas fazer com que se cesse uma violência e que vem com ela outra série de violência. Cessar uma violência não é levar as nossas crianças à situação de dignidade que elas merecem. Cessar uma violência é um princípio mínimo de onde nós partimos para garantir aquilo que elas merecem, que é o bem-estar social e individual.

E o que acontece? Nós sempre trazemos nesse confronto com os espaços onde se realiza o trabalho infantil o discurso da educação. Nós precisamos levar esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescente para aprendizagem, nós precisamos levar esse adolescente para uma escola de qualidade, essa criança tem que voltar para a escola. E nós temos colhido uma fala que nos tem perturbado profundamente, Senador Paim. No nosso Estado, eles falam assim: "Não adianta colocá-lo na escola de novo porque ele não dá conta de aprender." O não dar conta de aprender tem se tornado uma percepção do aluno do ensino público em relação ao fato de que ele fica dez anos na escola e sai sem ler e sem aprender, ele assume a impotência da educação brasileira para si.

E isso é uma crueldade sem precedentes, a gente ouvir de um adolescente que ele não se reconhece capaz de aprender, ouvir de uma mãe do adolescente que ela quer que seu filho esteja trabalhando em situação insalubre nas piores formas porque ela também acredita que seu filho seja incapaz de aprender.

Porque, se uma criança sai depois de oito anos na escola, nove, dez, onze, doze anos de escola sem ler e aprender, é culpa de todos nós, menos dela. É culpa do Estado... (*Palmas.*)

... é culpa da família e é culpa da sociedade, só não é dessa criança ou desse adolescente, que é vítima das nossas omissões recorrentes porque se trata de uma omissão recorrente.

Em 2015, nós tivemos um número...

(*Soa a campainha.*)

A SRª KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – ... que foi avassalador no meu ponto de vista de que 526 mil estudantes brasileiros entre 15 e 17 anos que se submeteram ao Enem tiraram zero na redação. Isso traduz a falência da educação brasileira com números, assim, garrafais. E é um escândalo de âmbito mundial, você ter meio milhão de adolescentes que passaram doze anos dentro do ensino público regular e saíram de lá incapazes de escrever, de traduzir seu próprio pensamento a respeito de qualquer tema.

Eu penso que, de todos os problemas relacionados à corrupção que nosso País hoje vive, esse é o mais danoso que nós poderíamos perceber. Dentro das mazelas da corrupção, essa forma de educação a mais perversa de todas justamente porque ela inviabiliza o sujeito que é destinatário dessa educação para a sua vida inteira. Porque, se o indivíduo começa a se sentir incapaz de aprender, como é que ele se sente dentro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do trabalho? Que contribuição esse sujeito vai se perceber capaz de realizar no trabalho se ele pensa, ele tem a crença de que ele é incapaz de aprender? Então, ele fica alvo fácil de toda forma de exploração, que são recorrentes no mundo do trabalho. Que essa criança que tem 9 anos, 10 anos, 11 anos, 12 anos, até os 16 anos, que nós encontramos em situação de trabalho infantil, elas não vão ficar crianças e adolescentes para sempre e elas vão ter que ser o adulto que o trabalho vai ter que acolher.

Qual a condição de empregabilidade, de promoção e de produzir riquezas que o indivíduo que não conseguiu aprender a ler e escrever tem? Como nós podemos pensar em desenvolvimento social, em justiça social, em dignidade para todos, se nós temos a perversa educação que é toda *fake*, é toda fantasiosa, a ponto de os meninos entrarem e saírem sem ler e aprender das nossas escolas? E convivemos com isso já na perspectiva do normal, nós já estamos acolhendo falas de meninos e meninas de famílias que acham normal a criança sair da escola, depois desse tempo todo, sem ler e escrever, Senador. Está virando normal aqui no Brasil isso. Isso nos tem preocupado muito, muito, muito, muito, por conta de que a criança que é iletrada é o trabalhador iletrado.

Aí nós pensamos assim: em um canteiro de obra em que eu tenho uma criança ou adolescente que está trabalhando lá, eu também tenho um adulto iletrado, e os comandos de saúde e segurança, para que eles não se acidentem, são escritos. Qual a condição até de autodefesa que essa gente tem no mundo do trabalho? Qual a condição de autopreservação? Não é a preservação que o ambiente de trabalho vai promover a ela ou o Estado. A condição de autopreservação fica maculada com a condição da educação sem qualidade que nós ofertamos hoje aos nossos meninos e meninas e que, na perspectiva da auditoria fiscal do trabalho, é um elemento novo que promove, sim, o trabalho infantil, no sentido de fazer com que mais meninos e meninas descreditem na educação como processo de produção humana, uma chance de futuro e vão buscar no trabalho a resposta para as suas demandas individuais, para as suas demandas sociais.

E isso é muito triste porque isso é um estágio de pensamento anterior à própria revolução industrial. Então, é um retrocesso que é inédito nos tempos contemporâneos, ver um Brasil, ver um país construir uma crença de que é melhor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas crianças trabalharem porque elas não dão conta de aprender. E essa crença está se alastrando, assim, em uma velocidade devastadora. E por isso que nós não conseguimos ter ressonância na questão do clamor pela educação de qualidade, especialmente as classes mais vitimadas pelo trabalho infantil, porque se a escola é disfuncional, para que apostar nela? Por que demandar escola?

Então, cabe aqui aos agentes públicos responsáveis pela eliminação do trabalho infantil e pela criação das condições de vida e dignidade que são inerentes à pessoa humana, à criança e ao adolescente do nosso País garantir que essa educação ocorra, para que essas famílias voltem a ter clareza do que é um sistema de promoção humana que realmente é efetivo, no caso apoiado sobre a educação de qualidade.

Então, eu tomei a liberdade de trazer aqui, para a nossa discussão, a realidade do trabalho infantil, como se dá em nosso País, as perversidades do trabalho infantil, as inúmeras violências que estão ali contidas na violência do trabalho infantil, fazer um chamado para que nós possamos nos envolver com as coisas que são afetadas à infância e à juventude...

(Soa a campainha.)

A SR^a KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – ... como espaços de acolhimento, espaços de promoção humana, as políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente. Faço um clamor, Senador, para que esta Casa deixe incólume a Lei da Aprendizagem, porque temos discussões aqui, uma encabeçada recentemente pelo Deputado Izalci, do DF, em que ele quer modificar a Lei da Aprendizagem.

É a única política pública que nós temos no País para adolescentes e jovens de baixa renda. Se retirarmos a Lei da Aprendizagem, esse vácuo imenso de omissão do Estado vai ficar ainda mais profundo, e isso é muito perturbador, porque não temos respostas e alternativas para aquele jovem, para aquela criança que nós afastamos do trabalho infantil.

Nós vamos ao Município pedir uma retaguarda da Assistência Social, ela é inexistente; nós vamos ao Estado pedir uma retaguarda da Assistência Social para a criança afastada pelo trabalho infantil, ela é igualmente inexistente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós vamos poder dar tratamento à criança e ao adolescente que nós afastamos do trabalho infantil se não há investimentos feitos pelos entes da Federação, do Estado e do Município para esse público que é do trabalho infantil?

Há uma angústia muito grande por parte dos operadores do Direito, que fazem esse enfrentamento direto em razão justamente de não encontrar uma forma de essa retirada ser efetiva.

É muito ruim para mim, que sou Auditora Fiscal do Trabalho, que vou ao ambiente de trabalho e digo: "Você não pode trabalhar aqui" e essa família me conhece, eu aperto a mão do pai e da mãe, eu conheço esse menino. Ele, então, olha para mim e pergunta: "O que a gente faz com o meu filho agora? Vou deixar meu filho na rua?" A gente vai procurar na Assistência Social, não há nada; vai procurar na Educação e encontramos menos ainda.

É muito perturbador fazermos o enfrentamento do trabalho infantil quando o Brasil não assume políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente, porque é um afastamento fictício, ele existe ali, no ato da ação fiscal. A criança sai daquele espaço de trabalho e vai para outro, porque não há espaço de acolhida; não há espaço de atenção à criança e ao adolescente.

Então, mais do que se discutir a eliminação do trabalho infantil, é a construção de mundo melhor para os nossos meninos e meninas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Katleem Marla Pires de Lima, Auditora Fiscal do Trabalho – Coordenadoria do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás e Membro do GT sobre Reforma Trabalhista do Sinait, que valorizou muito a Lei de Aprendizagem e a importância de valorizar a educação para nossas crianças.

Por favor, Dr^a Marinalva Cardoso Dantas, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho.

A SR^a MARINALVA CARDOSO DANTAS – Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Senador esta oportunidade de colocar uma Mesa inteira de pessoas que têm na sua história o combate ao trabalho infantil, que veio muito antes da luta contra o trabalho escravo, Dr. Lelio Bentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto: Qual é o sinônimo de "indigno"? Eu diria "perverso". Tudo que foi tratado na outra Mesa e nesta é tudo perverso em relação ao trabalhador. Imagine em relação à criança. Não é à toa que o símbolo da conferência global que vai haver na Argentina, com todos os países, para discutir o fim do trabalho infantil, o símbolo dos trabalhadores é a mão de um adulto e uma mãozinha bem pequenina aqui embaixo, para mostrar a discrepância de isso ser chamado "mão de obra" infantil. Mas é chamado de mão de obra.

Antes de entrar em mais detalhes – senão esqueço –, quanto a essa questão de que Katleem falou da educação, que nos deixa totalmente abatidos, quando a gente conversa com uma criança como conversei na semana passada, em Boa Vista, com crianças no lixo, do lixão, vivendo no lixão misturadas, confundidas com lixo ali.

E eu perguntei: "Quem sabe ler aqui?" E a menininha só levantou a mão e disse: "Eu sei só escrever, mas não sei direito, não." E as pessoas, meus colegas, perguntaram: "Como ela sabe escrever se ela não sabe ler?" É simples, é simples porque já vi. Elas simplesmente desenharam o que elas vêm no quadro. Para elas é um desenho, não sabem o que é aquilo. É como quem desenha um coelhinho, uma bola. Ela desenha o que está no quadro. Por isso que ela disse que sabe escrever. Ela não tem a mínima noção. Então, ela mostra... Você vê os cadernos das crianças escritos, você jura que elas sabem ler. Não sabem nada.

E por não saber ler, encontrei um adolescente que perdeu os dedos porque todas as instruções da forrageira do avô estavam na máquina, mas ele não sabia e perdeu os dedos.

Nós começamos essa questão do trabalho infantil desde 1992 junto com o Ministério Público do Trabalho, quando o Procurador-Geral do Trabalho praticamente fez com que o Ministério do Trabalho fizesse alguma coisa a respeito disso.

E nós tínhamos, então, oito milhões de crianças trabalhando no pior do pior. E, nesses anos todos, conseguimos tirar mais de cinco milhões de crianças. Nós, que eu digo, é o Brasil, porque se precisa de muita gente para lidar com o trabalho infantil, não só os auditores fiscais do Trabalho.

Agora que o Brasil ficou modelo de retirada de crianças pelo expressivo número, deu uma estagnada no mundo todo nessa questão do trabalho infantil, porque, claro, depois de tanto terror, uma semana antes de haver uma conferência em Nova York





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para decidir os rumos da infância para o ano 2000, quando iria haver essa conferência para saber os resultados do que aconteceu na década de 90 para isso, houve um atentado uma semana antes. Então, prorrogaram-se para um ano essas discussões. E aí, tudo o que havia de avanço com relação ao trabalho infantil quase que foi por água abaixo, porque quem é que ia se importar com trabalho infantil vendo crianças explodindo na televisão, na nossa frente, com as guerras que vieram depois disso.

Mas, felizmente, a humanidade voltou a colocar o trabalho infantil como uma das grandes violências contra a infância. E agora como estagnamos... Não estagnamos, tivemos um retrocesso e voltamos a avançar, o que compensou o retrocesso de 2014.

O Brasil agora tem várias alianças. Há iniciativa regional, América Latina e Caribe, onde 27 países estão alinhados para que essa seja a região no mundo onde primeiro vai se dizer que uma geração nasceu e morreu sem ter precisado trabalhar. Então, é a primeira área livre de trabalho infantil no mundo em que se pensa e se aposta.

Nessa iniciativa regional, América Latina e Caribe, está a Venezuela. E a Venezuela está nos trazendo muitas crianças principalmente para Roraima, para o Brasil.

Estou falando porque em outros países elas também têm ido. Em Trinidad e Tobago, as pessoas têm fugido para a Colômbia até em número maior, mas Roraima já estava precisando que fôssemos olhar o que está acontecendo com a infância, porque ali também estão as haitianas. Estive com crianças que fugiram do Haiti por conta de todos os desastres que aconteceram lá, todas as desgraças, fugiram para a Venezuela, e agora estão fugindo da Venezuela para vir para o Brasil. São crianças que falam três idiomas fluentemente e são miseráveis. Isso me doeu muito na alma, porque sabem ler, sabem escrever, falam três línguas e estão sempre fugindo. Eu espero que elas encontrem o abrigo definitivo delas aqui no nosso País. (*Palmas.*)

Encontramos muitas crianças trabalhando no lixo. O Conselho Tutelar antes já tinha feito um levantamento: 72 crianças e adolescentes vivendo com o lixo, no lixo e para o lixo. Então, essa foi uma nova estratégia que a nossa Secretaria de Inspeção pensou em avançar. Já fizemos um operativo em 2015, estamos fazendo um agora, porque achamos que lá era propício, estava precisando de uma ação de governo, como o grupo móvel do trabalho escravo, que vê chegar o Estado numa situação privada para resolver questão de direitos humanos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós tivemos todos os indicativos para ir a Boa Vista. Lá chegando, interditamos o lixão, porque foi uma coisa tão horrenda, em que você via famílias fugidas da sociedade, igualmente como os venezuelanos fugiam do seu país, tínhamos essas famílias fugidas da sociedade, que não lhe dava oportunidade, com suas crianças. Um senhor me mostrou o quarto, onde ele fez um mosquitoireiro em uma cama grande, onde dormiam a mulher com os três filhos, e ele dormia como cão de guarda do lado de fora, e ele disse: "Eu trago eles para cá, porque tenho medo, já que não tenho outro emprego, de que, quando eu voltar a cidade, tenham abusado desses meus filhos". Então, são coisas que a gente não está acostumada a ver. As pessoas só viam venezuelanos nas ruas e não viam que dentro do coração da cidade havia uma situação tão horrorosa. Esse senhor com quem eu conversei, eu perguntei: "Qual a idade do senhor?". Ele disse que tinha 28 anos. Eu quase morro, porque era um jovem com aparência de mais de 50.

O que aconteceu lá foi um tumulto, porque se interditou o único lixão da cidade. Houve uma pressão grande, mas, graças a Deus, nós tivemos uma reunião com todas as autoridades, eles acharam que foi a posição acertada. O juiz do trabalho, para mim, foi a figura exemplar. Ele recebeu o pedido de liminar e concedeu a liminar apenas para prorrogar, para não ser hoje, por exemplo, deu 15 dias para resolverem todos os itens que nós colocamos para levantar a interdição mais a imediata retirada das crianças. E ele foi pessoalmente fazer a inspeção judicial dentro do lixão. Então, já não há mais crianças, já não há mais pessoas morando. As máquinas andaram limpando, já há vigilância, como nós pedimos, para impedir que entrem.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARINALVA CARDOSO DANTAS – Já colocaram uma placa do modelo que nós demos, alegando o Decreto 6.481, das Piores Formas de Trabalho Infantil. Hoje mesmo está havendo uma reunião com a Procuradora do Trabalho. Espero que ela peça danos morais para essas famílias, essas crianças. Enfim, há outros desdobramentos.

O mundo todo está preocupado com aquela cidade. Nós vimos pessoas da ONU, da fraternidade planetária, todo mundo está trabalhando ali. Encontramos pessoas do Ministério da Saúde, que estão fazendo um levantamento das possíveis doenças





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transmissíveis que eles trouxeram para a cidade. Então, tem muito mais gente envolvida do que a gente pensa. E conseguimos juntar essas pessoas num auditório para dizer: "Bom, a campanha universal da Organização Internacional do Trabalho deste ano foi para que nas crises, calamidades e desastres, se salvassem primeiro as crianças do trabalho infantil. E foi isto que nós fomos fazer: cumprir essa máxima de salvar primeiro as crianças. Ainda, a Prefeitura foi autuada; o Governo, pelas feiras, pelo lixo e pelas vias públicas, também; e o Governo do Estado pela sua feira própria. Então, trouxemos responsabilização para essas pessoas.

Vai haver muita discussão ainda, judicial e tudo o mais, mas nós acreditamos que o impacto foi dado para que as pessoas digam assim: "Meu Deus! Nada aqui está normal." Então, a criança é a febre do doente. Se existe uma febre, a pessoa está com alguma doença e tem que se descobrir o que é. E a criança é a febre da sociedade.

Nós esperamos conseguir que Boa Vista vença esse seu problema, que nos alertou para um fato para o qual ainda não estávamos totalmente alertados aqui no Brasil, o da migração, apesar de Renato Bignami ter mostrado ali a escravidão de peruanos e bolivianos.

Nós estamos finalizando agora o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – o terceiro, não é? – e eu vou propor que tenha um eixo novo, que é crianças migrantes; crianças e adolescentes migrantes. Aí tem muito problema. Já foi detectado por estudiosos que, nessas migrações, muitas crianças vêm sozinhas, como vocês viram lá na Síria e em todo canto. Elas são abusadas, exploradas, entram para tráfico de órgãos, para empregos domésticos, sofrem exploração sexual, enfim, é uma calamidade. E nós temos de ficar atentos e entender que entrou no solo brasileiro, é brasileiro, para esse fim de dignidade. Já encontrei crianças com 15 dias, com uma semana, no canteiro, porque nasceu em solo brasileiro, e já estava com sua mãe venezuelana com uma placa pedindo alimento para sua mãe, para ela poder dar leite para o bebê, do seu seio. Então, essa foi uma realidade triste; espero que a gente consiga equilibrar.

E os brasileiros precisam conhecer e entender que está havendo uma nova vinda de migrantes, como bem disse o meu colega. Já recebemos italianos, alemães, espanhóis, judeus – por que não os venezuelanos? É uma nova cultura que está sendo trazida para miscigenar com a nossa. Em tudo isso, quando a gente olha para uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

criança que trabalha, a gente olha para todo o resto, porque não adianta resolver a situação da criança: é a família, é a comunidade como um todo. Então, é um problema que interessa a todos nós e à humanidade inteira.

A respeito ainda da história de dizer que o menino só ajuda, porque nós estamos cansadas de ouvir isso, existe uma coisa, uma outra denominação para a criança que trabalha, que se chama complemento. Você tem um pai, como nós vimos em Alagoas, em 1995, quando encontramos 23 mil pessoas que, se a lei fosse como é hoje, seriam 23 mil resgatados da escravidão contemporânea. Mas só se falava em restrição de liberdade, porque parece que agora estão querendo puxar para isso, mas, se fosse análogo...

(Soa a campainha.)

A SR^a MARINALVA CARDOSO DANTAS - ... a trabalho degradante, seriam 23 mil resgates.

Então, o que é que essas crianças faziam?

Vou finalizar.

As crianças... Eram oito bracinhos para ajudar dois braços de adulto, para fazer aquela cota desumana.

Quando o Brasil emprestou seus esforços todos para carvoarias e cana-de-açúcar, não era por menos. Era uma coisa altamente degradante e havia muita criança.

Então, quando se tiraram as crianças da cana-de-açúcar, o que aconteceu? Nós começamos a ver notícias de trabalhadores morrendo por exaustão, porque tiraram os oito bracinhos, e ele continuava com a mesma cota.

Então, isso não é uma coisa simples. É uma coisa, como eu disse, perversa.

Obrigada por me dar esse espaço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Marinalva Cardoso Dantas, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho, que relatou aqui histórias marcantes, que nós não haveremos de esquecer nunca mais – e quem está nos assistindo também.

Essa é a realidade, ainda, do nosso País.

Vamos agora para Deuzinéia Nogueira da Silva, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

A SR^a DEUZINÉIA NOGUEIRA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Aqui quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, agradecer também o convite que nós recebemos – o Conanda –, nesse espaço, para tratar do trabalho infantil.

O Conanda tem uma agenda muito intensa, com várias violações de direitos, e temos uma pauta do trabalho infantil dentro do Conselho.

Depois quero cumprimentar também aqui o Ministro Lelio Bentes – sempre muito atento ao tema do trabalho infantil –, do Ministério do Trabalho. Também vou registrar aqui que eu sou do Ministério do Trabalho. Sou auditora, como as minhas colegas aqui.

Cumprimento outros demais colegas também, que estão na plateia.

Quero dizer que o Ministro Lelio Bentes está sempre, realmente, nos prestigiando, e há muitos anos. Eu acho que eu fiquei sete anos fora da agenda do trabalho infantil e, quando era coordenadora do trabalho infantil, o Ministro Lelio Bentes já nos prestigiava, estava sempre atento a esse tema.

Eu queria registrar também aqui o papel do Conanda, falar um pouquinho do que é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, porque algumas pessoas nem conhecem talvez. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) é um órgão colegiado, permanente, de caráter deliberativo, com oposição paritária – isso quer dizer que ele é composto por conselheiros governamentais e sociedade civil –, a fim de elaborar e acompanhar as políticas públicas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, previsto no art. 88 da Lei 8.069, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Integra hoje uma nova estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério de Direitos Humanos, que, hoje, é chamado de Direitos Humanos.

O Conanda atua na área das políticas para criança e adolescente e é o controlador da política de promoção e proteção de defesa dos direitos da criança no âmbito nacional e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Algumas das pautas do Conanda, hoje, são, além da violação de vários direitos, exploração sexual, trabalho infantil, entre outras, mais importantes. Eu não vou aqui me estender muito, porque eu quero falar de algumas pautas importantes para o Conselho e para a causa do trabalho infantil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós temos hoje? Políticas públicas integradas de inclusão social; educação pública de qualidade é o que nós pautamos; saúde pública universal; políticas de inclusão social, garantias de direitos de acesso à política; política de acesso ao trabalhador protegido, e qualificação profissional de adolescente e jovem.

Hoje, eu observo em todos os discursos de alguns que se manifestam e vejo que, hoje em dia, não se fala mais que a criança e o adolescente estão nesta condição porque os pais não têm trabalho. Não. Hoje alguns defendem que o trabalho infantil aumentou por conta do consumismo. E eu fico muito preocupada com esse olhar torto da sociedade em achar ou justificar que a culpa do aumento do trabalho infantil está pautada no consumismo; que essas crianças, muitas vezes, vão para o trabalho porque querem comprar um tênis, querem comprar uma camiseta porque está na moda, ou então culpar a mídia, ou as telenovelas, seja lá o que for, que incentivam esse tipo de prática. Na realidade, não é isso.

Na minha concepção, com todos esses anos de experiência também – tenho já 22 anos de trabalho na auditoria fiscal e devo ter, mais ou menos, uns 12 anos nessa área de trabalho infantil ou trabalhando com criança e adolescente. Fui sete anos Conselheira do Conanda e voltei há um ano e pouco, agora, e continua o mesmo discurso: o trabalho infantil vem aumentando por conta disso ou daquilo, e voltando a essa questão do consumismo hoje, que algumas pessoas bem renomadas, muitas vezes com doutorados e com mestrados, acreditam; tentam passar nessa pauta. Não precisa ir longe, basta assistir aos vídeos na internet para você observar esse tipo de discurso, quando, na realidade, nós estamos fugindo da nossa responsabilidade de cobrar as autoridades que, realmente, tenham políticas públicas de qualidade. Na Capital Federal hoje, se você olhar para um lado e para o outro, nos bares à noite, ou em estacionamentos, você vai encontrar crianças trabalhando. É visível as nossas crianças no trabalho. Então, fechar os olhos para essas mazelas é desesperador. A cada dia piora.

Já estive preocupada em falar da questão de redução de recursos para a infância, mas hoje estou falando pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e é visível a redução, a cada ano, dos recursos para as políticas públicas da infância.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o Brasil ratificou a Convenção nº 138, a Convenção nº 182, fez as listas das piores formas – eu participei como coordenadora dessa subcomissão que criou a lista das piores formas – e avançamos pouco no combate a esse tipo de mazela que é um dos focos principais desta audiência pública. São esses tipos de trabalho, que afetam tanto a saúde e o estado não só psicológico, mas físico de nossas crianças e das suas famílias. Nós pensamos em que sentido e como as autoridades podem nos ajudar a olhar para essas nossas crianças.

A proteção integral existe. Está lá na nossa Constituição o art. 227. Vamos para o ECA. Nós temos uma legislação rica, que serve de exemplo para vários países. Mas, quando se trata de política interna, a gente está deixando muito a desejar. A visível a nossa falta, a falta das autoridades, dos governos, nos Estados de um modo geral. Dizer que realmente nós estamos combatendo o trabalho infantil da maneira correta é um equívoco.

Aqui eu falo da fiscalização, que é um pouquinho. Ela faz uma parte, mas nós temos uma rede imensa de combate ao trabalho infantil. É uma rede considerada uma das maiores. Quando você vai a uma palestra fora do País, quando você vai levar nossas experiências brasileiras a uma conferência, ou a qualquer espaço, eles querem saber como é que o Brasil fez, o que o Brasil faz – "como realmente vocês integram essas redes?". E nós temos essa larga experiência para compartilhar com as pessoas. Só que quando você olha para o nosso Brasil, para as nossas crianças, nós vemos realmente que fizemos bastante, mas paramos.

(Soa a campainha.)

A SR^a DEUZINÉIA NOGUEIRA DA SILVA – Estagnamos e estamos caminhando a cada passinho todos os dias. Há 23 anos, se eu saí de um patamar de quase 8 milhões de crianças, e chegamos a 2,7 milhões de crianças hoje, e 3 milhões no ano anterior, e por aí afora, a nossa redução tem sido mínima. Então, precisamos olhar e verificar onde nós estamos errando e o que podemos fazer para combater o trabalho infantil.

Aproveito esta audiência com o Senador Paulo Paim e os demais ouvintes para pedir que nos ajudem realmente nessa questão de combater o trabalho infantil. Eu sempre fico muito incomodada com qualquer espaço onde você não consegue fazer



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

um encaminhamento ou, então, você faz o encaminhamento e, depois, não acompanha.

Eu ainda conversava com a colega Katleen, que é também uma defensora na área do trabalho infantil há muitos anos, com muita experiência, e ficamos incomodadas, pois retiramos crianças de determinado espaço e há continuidade para acompanhar se houve redução nesse setor? Foi o caso agora da Marinalva, que fez esse belíssimo trabalho em Roraima, com outros colegas. Qual a continuidade disso tudo? Hoje, nós gritamos, alardeamos, foi para a mídia, mas e amanhã? Qual vai ser o desdobramento?

Dentro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, existem uma inquietação e uma preocupação muito grande. A nossa agenda é...

(Interrupção do som.)

A SR^a DEUZINÉIA NOGUEIRA DA SILVA – Não conseguimos dar conta de tanta violação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O trabalho infantil, nas suas piores formas, é um tema que foi sempre pautado dentro do Conselho. Nessa questão, agora, com tantas violações, foram criados uma resolução e um grupo que trata da letalidade do trabalho infantil e de outras violações que as crianças e os adolescentes vêm sofrendo. A questão do trabalho infantil não é pautada só no grupo de trabalho infantil de até 14, 15 anos, mas há a proteção do adolescente de 16 a 18 anos, em que o trabalho é permitido. Esses adolescentes nos preocupam, porque eles precisam realmente estar inseridos no mercado de trabalho, mas precisam de uma proteção.

Hoje, não sabemos em que rumo realmente o País está caminhando. É ameaça todas as horas. Por exemplo, a Katleen acabou de falar da questão da aprendizagem. Na reforma, também resolveram fazer modificações na aprendizagem. Aí nós estamos o tempo inteiro atrás: "Não, não façam isso, nos ajudem, não é assim, vai prejudicar nossas crianças." Será realmente que ainda precisamos, depois de 23 anos, ficar desesperados buscando os caminhos para ajudar nossas crianças? Por que, toda hora, os nossos Parlamentares, as nossas autoridades ficam querendo fazer alterações na nossa legislação não como uma forma de avanço, mas de retrocesso? Então, hoje, o nosso grande medo é realmente retroceder em todas as nossas conquistas até hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso traz uma inquietação muito grande não só para o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas para todos os parceiros da rede.

A Marinalva, Coordenadora da Conaete, está conosco na elaboração do Plano Nacional de Prevenção Erradicação do Trabalho Infantil, em que estão pautadas as piores formas do trabalho infantil como uma violação. Dentro do planejamento da fiscalização também está pautada essa questão da violação e é como uma meta de erradicação do trabalho infantil as suas piores formas. Mas nós temos uma estatística que nos diga hoje que avançamos, onde estamos e para onde podemos caminhar?

(Soa a campanha.)

A SR^a DEUZINÉIA NOGUEIRA DA SILVA – Realmente essa é a grande preocupação e nossas crianças clamam por respeito aos direitos e à proteção da integração da criança e do adolescente não só nas suas piores formas, mas que seja respeitada a questão da proteção integral.

Hoje, os pais vivem no subemprego, o número de desemprego aumentou muito e aí as nossas crianças vão a campo, mas é só por causa disso ou é por que nós não combatemos como deveríamos combater? Será que a nossa legislação realmente é deficitária ou são os compromissos de fazê-los cumprir com esse arcabouço jurídico tão imenso que nós temos e serve de exemplo para tantos países?

Quero dizer, Senador, sempre atento a esses temas em uma hora em que estamos discutindo tantos temas que alguns consideram de extrema relevância, que sobrou um pouquinho para falarmos de nossas crianças aqui. E eu quero realmente cumprimentar e agradecer por essa preocupação do Senador e que todos tivessem esse olhar para nossas crianças. E dizer que o Conselho realmente não vai fechar os olhos para essa questão. É uma pauta que vai entrar agora no GT, foi criada uma resolução e as piores formas do trabalho infantil estão pautadas nesse GT.

Peço para toda a rede que nos ajude a combater de fato, denuncie, faça alguma coisa para que a gente possa combater, de fato, essas piores formas de trabalho infantil bem como qualquer tipo de trabalho infantil que viole os direitos da criança e do adolescente. Dentro da exploração sexual também, porque poucas pessoas tem um olhar para isso, fala-se muito na mídia, mas nós, de fato, não temos estatística. Quem conhece a estatística das violações? São pouquíssimas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do próprio Conselho mesmo nós temos uma estatística muito pequena com relação a isso. E, se há, não são divulgadas, assim como também a nossa estatística clara não só de orçamento, mas de quantas crianças realmente foram retiradas do trabalho. Nós não temos uma transparência para que a gente possa pensar em políticas públicas de qualidade para retirar nossas crianças dessas condições...

(Soa a campainha.)

A SRª DEUZINÉIA NOGUEIRA DA SILVA – ... em que vivem hoje.

Então, se é pobre, pode trabalhar. Mas o meu filho rico – só para concluir – eu não posso dizer que essa criança realmente...

Eu sempre me perco quando a campainha toca.

Vamos lutar por tudo isso e vamos cuidar das nossas crianças de fato, ao invés de ficarmos pensando que o Brasil está no caminho certo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Deuzinéia Nogueira da Silva, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que aprofundou a situação do trabalho infantil, do adolescente, nesse leito do trabalho escravo, adulto. E, como dizia antes, nós temos que nos preocupar até com o trabalho escravo para os idosos, já que vamos viver 140 anos. São palavras do Presidente da República, não fui eu que disse. Em uma palestra em São Paulo, ele disse que nós vamos viver até 140 anos.

Eu disse outro dia e repito: quero que me digam qual o país do mundo ou lá em cima, talvez... Lá em cima, talvez, chegue-se aos 140 anos.

Quer passar aquele último vídeo, que pega a previdência e a CLT, também dos artistas que liberaram para que a gente pudesse usar, porque virou piada essa dita reforma trabalhista, previdenciária.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eles são muito criativos. De fato, eu tenho usado inclusive nas palestras, independente de quem produziu, porque desmoraliza mesmo, e é para desmoralizar essa dita reforma que eles fizeram. E em todo lugar onde vou, vejo como o povo vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percebendo. É incrível como com uma mensagem como essa o povo percebe, às vezes mais do que as nossas falas, que são de um conteúdo profundo, tudo o que foi dito aqui hoje.

A mensagem que eles pegam... É isso mesmo. Pior que isso é verdade, parece piada, mas não é, é verdadeiro o que está acontecendo aí tanto na trabalhista como também na previdenciária.

Eu queria agradecer a todos as contribuições que deram aqui, repito, vão ser fundamentais. As notas taquigráficas nós estamos pedindo para que possamos elaborar tanto o livro, porque saiu um no primeiro semestre e depois sairá outro, com a fala de todos os nossos convidados. Acho que nós estamos fazendo aquilo que eles deveriam ter feito. Querem mexer na lei trabalhista, vamos aprofundar o debate, vamos ver onde está o problema, como aqui vocês estão mostrando com muito conhecimento.

Eu queria encerrar a nossa audiência, já são 12h15, agradecendo a todos, a todos mesmo.

Oxalá que a gente eleja, eu uso um termo mais pesado, um Congresso decente em 2018 – ou seja, eu estou dizendo que neste a maioria é indecente – e tenhamos um Presidente decente também a partir das próximas eleições. E quem sabe, aí, sancionar o estatuto que os senhores estão construindo aqui, dando a sua parte na história do País, olhando com esse olhar – e vocês aqui foram muito felizes hoje – das crianças, dos adolescentes, dos adultos e dos próprios idosos.

Uma salva de palmas a vocês! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(Iniciada às 09 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2017, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença do Senador Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 136/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: debater o tema: "Tutela Necessária do Meio Ambiente do Trabalho (saúde e segurança)". Participantes: Raymundo Lima Ribeiro Júnior, Procurador do Trabalho da 20ª Região e Coordenador do GT da CODEMAT sobre Políticas Públicas em saúde e Segurança do Trabalho; Francisco Luis Lima, Auditor Fiscal do Trabalho; e Mário Caron, Desembargador da 10ª região – Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Alex Myller – Auditor Fiscal (SINAIT); Aida Becker – Auditora Fiscal (SINAIT); Guilherme da Hora – Advogado; Ana Luisa Caldas – Auditora Fiscal (SINAIT); Leandro Brito – Advogado e Assessor Parlamentar; e Tânia Andrade – Servidora do Senado Federal. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/27>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José e Dário Berger. Deixa de comparecer o Senador Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 110/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: “O Estatuto do Trabalho: Uma lei para todos”. Participantes: Kátia Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS; Silvana Abramo, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA; Magda Barros Biavaschi, Representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP; Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho; Valdete Souto Severo, Juíza do Trabalho do TRT da 4ª Região; Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal – APRESEFE; Alex Miller, Auditor Fiscal do Trabalho – Representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho – SINAIT; Miguel Salaberry Filho, Secretário Adjunto de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Noêmia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da ANAMATRA; Alexandre Caso, Representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Ana Cláudia Bandeira, Vice-Presidente da ANPT; Rosilene Corrêa Lima, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Gibran Jordão, Representante da CSP-Conlutas; Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS; Luiz Azevedo, Assessor da Direção Nacional da CUT; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF e Diretor da CONTRATUH; Ernesto Luiz Pereira Filho, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Eurídice Ferreira de Almeida, Representante da FASUBRA Sindical; e Francisco Urbano, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/11/06>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado.

Esta audiência pública é realizada nos termos do Requerimento nº 110, de nossa autoria, para debater o tema "O Estatuto do Trabalho: Uma lei para todos". O formato será de seminário, mas é uma audiência pública.

A audiência pública de hoje é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós atrasamos um pouquinho, mas, assim mesmo, está em tempo ainda de colocarmos o aviso aqui, pois me lembram sempre que eu tenho que informar. Antes de iniciar a reunião, quero informá-los que, em função da relevância e qualidade dos debates realizados nestas audiências públicas, as palestras serão organizadas para publicação ao final de cada semestre, com base nas notas produzidas pelo serviço de taquigrafia da Casa, que, desde já, ficam solicitadas, conforme encaminhamento aprovado em reunião anterior.

Vamos chamar para a primeira Mesa.

Convidamos a Ministra Kátia Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Seja bem-vinda, Ministra. (*Palmas.*)

Cumprimentamos V. Exª que representa a ampla maioria do TST, que tem a visão que eu tenho certeza de que o povo brasileiro defende, não só nós aqui.

Alci Matos Araujo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs). Bem-vindo, Alci. (*Palmas.*)

Silvana Abramo, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. (*Palmas.*)

Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins e também coordenador do fórum sindical que reúne 18 confederações e quatro centrais. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Magda Barros Biavaschi, representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp). (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos.

Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho. (*Palmas.*)

Todos sabem da importância deste seminário, que é uma das etapas combinadas com toda a equipe que tem trabalhado – estamos na 10ª reunião ou na 12ª reunião já – discutindo um verdadeiro Estatuto do Trabalho e não essa reforma que eles fizeram que virou o estatuto do empregador. Esse não é nem do empregador nem do empregado; é o estatuto do mundo do trabalho.

Eu quero dar, de imediato, a palavra aos nossos convidados, até porque alguns estão com problema de agenda. É claro que a primeira a usar a palavra nesta Mesa seria a Ministra Kátia Arruda, mas há um pedido da Drª Magda Barros Biavaschi, porque ela tem um compromisso em seguida. É possível, Ministra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Para ganhar tempo, de imediato, vamos iniciar o nosso seminário.

Os próprios palestrantes mostrarão àqueles que estão nos assistindo em todo o Brasil a importância deste seminário em formato de audiência pública.

Eu poderia fazer um seminário qualquer, num lugar fechado qualquer, fora daqui, ou mesmo aqui no Interlegis, ou numa sala. Mas fizemos questão, pela importância do tema, que fosse em formato de audiência pública, nesta segunda-feira pela manhã, porque esse é um tema que interessa todo o povo brasileiro. É só ver o que está surgindo aí. Tentaram até criar uma comissão igual a esta. Então, é porque nem eles estão entendendo o que fizeram. Era para discutir a reforma que eles fizeram, porque não a estavam entendendo.

Depois, veio aquela loucura de uma portaria querendo legalizar o trabalho escravo. Legalizar! Quer dizer que trabalho escravo é normal mesmo, tanto que houve uma rebeldia, eu diria, uma rebelião até em âmbito internacional, com diversas entidades, diversos países, a própria OIT se posicionou, o próprio Supremo Tribunal se posicionou; enfim, as entidades todas aqui poderão tocar no tema da maior gravidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este seminário é de suma importância, para que tenhamos, de repente, ao longo do ano que vem, já pronta para ser discutida e votada pelo Congresso, oxalá, eleita uma nova visão moderna, atual, respeitando o direito de todos os trabalhadores do campo, da cidade, da área pública e da área privada.

Então, de imediato, Dr^a Magda Barros Biavaschi, representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), com a palavra.

Nós vamos dar dez minutos com mais cinco, se necessário, para cada convidado.

A SR^a MAGDA BARROS BIAVASCHI – Bom dia. É uma satisfação. Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Senador Paim.

É uma satisfação estar aqui representando o pensamento dos economistas do Cesit, que é um pensamento que reflete a partir da necessidade da regulação social do trabalho, pública, e da regulação pública do capital.

Então, O Cesit é um centro de estudos econômicos que estuda economia do trabalho e que reflete a partir da importância de se poder constituir uma regulação pública que limite, que freie, que crie obstáculos à ação predatória de um capitalismo sem peias, de um capitalismo regulado, que já se mostrou e já se comprovou nefasto e deletério em várias partes do mundo, tanto que a humanidade, dando-se conta dessa ação nefasta, respondeu à crise da ordem liberal do século XIX antiliberalmente, quer de forma democrática, quer de forma autoritária, construindo os seus Estados de bem-estar social.

E é disto que se trata, ou seja, o Cesit pensa as estruturas sociais brasileiras, pensa essa avalanche liberal, neoliberal, hegemonizada por um capitalismo globalizado e financeirizado, e pensa espaços de resistência para se construir um Estado social que dê conta das demandas da sociedade, que dê conta das demandas da soberania nacional, que dê conta das demandas dos empresários brasileiros e que dê conta das demandas dos trabalhadores.

Então, é nessa reflexão que estamos inseridos, agradecendo a presença de todos que estão aqui e cumprimentando a Mesa na pessoa do Senador Paim.

Não posso deixar de sublinhar que esta Mesa conta com uma representação fundamental e importante no campo das mulheres. Então um abraço às mulheres que estão nesta Mesa. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, mulheres que tiveram um papel fundamental no processo de construção dessa regulação social pública, que busca integrar todos e todas numa ágora em que nós possamos construir uma sociedade mais justa e menos desigual.

Então, é nesse sentido que eu trago ao Senador Paim um presente, que é o nosso livro. O Cesit fez, talvez vocês já saibam, um dossiê da reforma – não é o Cesit, é o seu GT da reforma trabalhista –, analisando os aspectos, sobretudo econômicos, da reforma trabalhista. E este dossiê está sendo publicado agora nesse livro prefaciado pelo Senador Paim, que ainda não foi lançado. Então, eu trago, em primeira mão, este livro, como um mimo e como um reconhecimento ao trabalho incansável do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai ser lançado que dia, só para...

A SR^a MAGDA BARROS BIAVASCHI – Ainda estamos vendo datas, porque o Senador tem uma agenda muito complicada. Então, ainda estamos vendo datas para podermos fazer esse lançamento lá no Cesit e talvez aqui também.

E certamente todos os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, que têm como missão concretizar essa tela social igualadora, receberão um exemplar do nosso livro; e dirigiremos também ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que tem um espaço de muita relevância no cenário brasileiro, para que ele possa compreender que não é reduzindo direitos sociais que vamos construir sociedades mais bem desenvolvidas economicamente. Aliás, os exemplos estão aí para mostrar que todas as reformas que foram implementadas análogas à brasileira destruíram não só as relações de trabalho, mas destruíram as possibilidades econômicas de esses países se desenvolverem, e hoje eles estão aqui sofrendo para tentar recuperar essa caminhada.

Um grande presente, um grande abraço e muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Obrigado, pessoal do Cesit.

A SR^a MAGDA BARROS BIAVASCHI – Espero que o Senador consiga uma agenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Na verdade, eu só quero dar este depoimento: uma contribuição como essa aqui – eu sei que outras entidades também estão formulando – vai ser instrumento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental para o formato que nós daremos para a verdadeira Consolidação das Leis do Trabalho.

Uma salva de palmas ao Cesit por essa enorme contribuição.

A SR^a MAGDA BARROS BIAVASCHI – E, assim, se me permite, eu me despeço, porque vamos a uma reunião no TST, para tentar preservar a memória, porque um povo sem memória é um povo que não constrói a sua história.

Muito obrigada.

Agradeço muito a possibilidade que a Ministra Kátia me ofereceu no sentido de falar em primeiro lugar e me despeço desejando um êxito nesta audiência.

Eu volto aqui depois. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com certeza.

A Dr^a Magda participa de todas as reuniões aqui. Ela teve que sair e voltará em seguida.

Eu queria, mais uma vez, agradecer à Ministra Kátia Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho, que gentilmente está cedendo ainda para a Desembargadora Silvana Abramo, do Tribunal Regional do Trabalho da 2^a Região, por motivos de agenda.

Com a palavra a Desembargadora Silvana Abramo.

A SR^a SILVANA ABRAMO – Bom dia a todos.

Agradeço o convite feito pelo Senador Paim para esta importante audiência pública.

Cumprimento os demais membros da Mesa, especialmente a Ministra Kátia.

E hoje estou aqui na qualidade de convidada, apesar de ser parte da Diretoria da Anamatra, com muito orgulho e com muita honra, mas estarei na condição de associada da Anamatra, representada pela nossa querida Noêmia Porto, que falará em nome da entidade. De maneira, Senador Paim, que o que vou colocar aqui são reflexões, claro que vinculadas à construção coletiva, mas que não passou pelo crivo do coletivo da Anamatra.

Então assumo aqui a responsabilidade por todos os meus erros e os meus enganos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E a Anamatra fez uma jornada de debates sobre o tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SILVANA ABRAMO – Fizemos, fizemos uma jornada importantíssima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Que, com certeza, no final, queremos que vocês entreguem aqui para nós.

A SRª SILVANA ABRAMO – Com certeza.

Assim que estiver publicado traremos ao Senador.

A audiência pública de hoje é especialmente desafiadora, porque o seu tema é um tema aberto, a Justiça para todos, de maneira que quanto às contribuições que tento trazer aqui, posso em muitos pontos ser repetitiva, Senador, e também provavelmente algumas questões já foram tocadas nas audiências anteriores; mas tentei fazer uma proposta de concretização ou um esqueleto de uma das possibilidades do que poderia vir a ser o nosso Estatuto do Trabalho.

De início eu ressalto o meu total alinhamento com a proposta do estatuto e entendo que ela é fundamental. Cada dia, ou melhor, cada hora desta nossa caminhada aqui é mais fundamental, porque a cada momento recebemos novos ataques, novas tentativas, tentativas não, ações de desconstrução dos direitos sociais, do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho. Então essa forma coletiva de reflexão profunda desse estatuto é acho que uma das principais formas de reação e de garantia de que um trabalho da vida toda e de toda essa construção de gerações e gerações não seja perdido.

A proposta que eu trouxe é no campo do direito material e eu penso que é fundamental, neste momento, trazermos para essa proposta do estatuto as garantias que sejam constitucionais e convencionais porque, ainda que seja uma forma talvez da boa técnica, repetitiva, entendo que é muito importante que neste momento se tenha no Estatuto do Trabalho uma reafirmação dos direitos e principalmente uma INTELECÇÃO de que o trabalhador é um sujeito de direitos e é um sujeito completo, esteja ele dentro ou fora do seu horário de trabalho, da sua jornada de trabalho.

Acho que esse entendimento mais completo e, como diz o nosso Presidente Guilherme, mais holístico do que é o trabalho, desloca de certa maneira o foco da atual CLT. Ou seja, a CLT anterior ao texto da reforma, que trata... Na maior parte das vezes tem o seu foco no objeto do trabalho, no objeto da produção, e vê o trabalhador ali como um produtor de mão de obra, mas se deve deslocar esse objeto para a pessoa do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador, de acordo com o que temos hoje de mais avançado em termos de direitos humanos, da Constituição e das normas internacionais.

Então inclusive, Senador, tive uma experiência pessoal muito rica quando participei do Conselho Nacional de Direitos Humanos, representando naquela ocasião, naqueles dois anos, o CNJ. E lá eu percebi o quanto muitos, nós mesmos os movimentos sociais tratam de uma forma fragmentada temas de direitos humanos.

Então quem trata de um tema não trata do outro, quem trata de inclusão de deficientes não trata de discriminação racial, enfim... E muitas vezes ficamos num choque, tentando ganhar espaços, quando na verdade deveríamos ser complementares e realmente unirmos essas questões todas. E eu acho que esse Estatuto tem essa possibilidade de avançar nesse sentido.

Inclusive vejo a importância da inclusão dos direitos civis, dos direitos humanos de primeira geração sendo reconhecidos como direitos dos trabalhadores expressamente.

Dessa maneira eu penso que o Estatuto deveria começar pelos princípios. Entendo que os princípios devem integrar a letra da lei. E aqui já tivemos audiência sobre os princípios, mas também entendo que não deveriam ser princípios estritamente do ramo trabalhista.

Então trago aqui uma redação, Senador, uma redação que seria aproximadamente...Desculpem-me aqui até uma certa pretensão, porque não sou legisladora, legisladores são os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O importante é vir, falar e trazer sugestões.

E o coletivo, enfim, no desenrolar dos trabalhos, vai construindo a redação final.

É importantíssimo!

A SRª SILVANA ABRAMO – Está certo.

Então eu iniciaria um Título 1 do Estatuto. Dos Direitos fundamentais do trabalho. São direitos da pessoa humana, no âmbito do trabalho, além de outros que visem a melhoria da sua condição social, e aí eu traria a vida, a incolumidade física e mental, a dignidade e o respeito às diferenças individuais e à cultura do trabalhador — porque às vezes, pelo menos lá em São Paulo, temos um prefeito que fala que o trabalhador não tem cultura, que os pobres não têm cultura, então é importante o reconhecimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da cultura —, um trabalho decente, assim entendido, realizado em condições de liberdade, mediante retribuição justa, livre de discriminação, exercido em condições de segurança, capaz de garantir a vida digna.

É o conceito da OIT. O direito à livre associação, manifestação e todas as formas de participação social nos termos da Constituição, vedada apenas as de caráter paramilitar. A liberdade de consciência de culto e a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da correspondência, da honra e da imagem.

É um tema que se faz presente em razão da Internet e das novas tecnologias. E temos visto, no dia a dia, como a privacidade dos trabalhadores é invadida com inúmeras pesquisas em Facebook, em *sites* de redes sociais, contra o próprio trabalhador.

(Soa a campainha.)

A SRª SILVANA ABRAMO – Já?

Os princípios. Eu traria um Capítulo II: Dos Princípios. O princípio da proteção, da norma mais favorável, *in dubio pro misero*, primazia da realidade, irredutibilidade salarial, irrenunciabilidade dos direitos...

A vedação do retrocesso social. Acho que aqui seria importante normatizar a impossibilidade de retrocesso, o princípio da prevenção e da restituição integral, porque são princípios de outros campos, mas de fato cada vez mais importantes na nossa...

Faria uma interpretação, um capítulo de interpretação de hermenêutica, ressaltando que no ramo do Direito do Trabalho se aplica a interpretação sistemática, a constitucional e convencional e a teleológica, dizendo que na aplicação da lei o intérprete buscará a máxima efetividade dos direitos e princípios do Direito do Trabalho.

E no preenchimento das lacunas, aplicadas às normas dos demais ramos, desde que compatíveis, que foram temas que a reforma tratou de forma a dificultar muito as relações.

Bem, no título da inclusão, Senador, eu vou fazer duas rápidas pinceladas porque nosso tempo é muito curto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Cinco minutos.

A SRª SILVANA ABRAMO – Está bem.

Eu acho importante que algumas proibições estejam expressamente inseridas no Estatuto e eu sugeriria três questões. A proibição do trabalho infantil; e aqui a minha sugestão é incorporar uma tese muito antiga de um colega nosso, o Doutor José Dantas Oliva, que trata da elevação da idade mínima para o trabalho.

A Constituição trata da questão, mas como ela possibilita a melhoria das condições, a sugestão é de que, nos termos da Convenção, a Ministra me ajude, 138, a idade mínima seja 18 anos para todas as formas de trabalho e a partir de 16 para o estágio e o aprendizado especialmente. Isso porque já temos uma previsão na LDB, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de que o ensino básico é obrigatório vai até os 17 anos.

E a Convenção 138 garante que o trabalho seja iniciado após a formação básica obrigatória, prevista pelo Estado.

Então nesse entendimento a idade mínima de fato seria 18 anos. Então é uma questão que poderia avançar em muito e a qualidade... Especialmente pensando na reforma da Previdência em que os prazos propostos, se não tomarmos uma iniciativa muito firme de defesa da idade mínima, o trabalho infantil vai passar a ser regra.

E a questão do trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É porque se quiser se aposentar, só, como alguém já disse, tem uma charge que me mandaram, uma criança que está no colo, está com dois, três anos:

– Mãe eu vou me aposentar um dia?

E a mãe diz:

– Só se eu te botar para trabalhar agora.

A SRª SILVANA ABRAMO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tem que levar na descontração até.

Então você está coberta de razão.

A reforma da Previdência visa a cada vez mais obrigar as crianças a trabalharem.

A SRª SILVANA ABRAMO – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E na questão do trabalho escravo e do trabalho degradante, acho importantíssimo que o novo estatuto incorpore, como regra própria, as previsões, as hipóteses do art.149 do Código Penal, porque o conceito de trabalho escravo está sendo cada vez mais relaxado e atacado por todos os lados, agora com a MP e tudo mais. E aqui apenas dois acréscimos, o primeiro é que nesta questão do trabalho escravo seria importantíssimo tratar da proibição do *dumping* social, porque é uma proteção para as próprias empresas terem uma concorrência saudável, uma concorrência limpa; e incorporar no texto a lista suja e todas as consequências econômicas, porque aí teríamos uma normatização civil, na verdade, do combate do crime do trabalho escravo. (*Palmas.*)

E só para finalizar, apenas uma referência rápida. Tivemos agora, poucos dias atrás, a sentença no caso da Fazenda Brasil Verde. É a primeira sentença condenatória do Estado brasileiro por trabalho escravo e o primeiro caso admitido e sentenciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o tema.

A sentença é riquíssima, extensa, trata profundamente das questões, do conceito do trabalho escravo, mas a importância dela é que reconhece expressamente a vulnerabilidade por situação econômica e faz essa relação com o trabalho escravo. E ainda por cima ela estabelece...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SILVANA ABRAMO – ...que o Estado até hoje não deu uma resposta. Ele teve um déficit de atendimento jurídico, de proteção judicial.

Então nesse sentido, até para dar uma resposta de reparação à comunidade internacional, seria importantíssimo ter esse tema no Estatuto do Trabalho. São as minhas considerações, Senador.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Doutora Silvana Abramo, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que além da sua palestra deixou uma série de contribuições bem objetivas para a formulação final, porque nós teremos, no final de tudo, uma equipe de redação que vai receber todo o material acumulado para que a gente, oxalá, possa... Essa pelo menos á a boa vontade para que, no dia primeiro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de maio do ano que vem, a gente esteja com, eu chamo assim, o primeiro boneco, o primeiro rascunho, para a gente fazer tudo o contrário do que eles fizeram e ainda entregar para a sociedade já começar a debater e oxalá aprovar ali, quem sabe, antes de 20 de novembro, lembrando o tempo da escravidão.

Estar com ele então pronto, na visão da sociedade, para o Congresso eleito, em outubro, não é, Wilmar? O Wilmar que está aqui é suplente do Senador Cristovam e é um militante permanente das causas populares. Uma salva de palmas para o Wilmar. *(Palmas.)*

Então, essa é a intenção e oxalá a gente possa até entregar uma cópia para todos os candidatos a Presidente da República, antes da votação, para ver qual é a visão deles, independente da versão final ser votada no fim do ano, com um Congresso novo, o Congresso eleito, porque com este Congresso eu não tenho esperança não, eu tenho que ser muito franco! Com o novo Congresso eleito.

Então agora passamos... Agradecendo a ela, com muito carinho, Ministra, porque ela era a primeira a falar e já abriu mão para dois depoimentos que tinham problema de agenda. E ela vai falar neste momento.

Eu agradeço a todos os que estão aqui presentes e queria lembrar que teremos mais duas mesas que em seguida vamos chamar logo após esta mesa, sem prejuízo ainda de o Plenário interagir, porque é um seminário. Todo o Plenário poderá interagir no momento em que a gente abrir o espaço para que seja dada a voz a vocês que estão na Casa.

Por favor, Ministra Kátia Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. KÁTIA ARRUDA – Bom dia a todos. É um prazer e uma honra estar aqui, Senador Paulo Paim. É muito bom saber que o tema do trabalho continua vivo entre nós. Então eu queria saudar, em primeiro lugar, V. Ex^a e todos os integrantes da Mesa, que compõem esta Mesa; as senhoras e os senhores que estão neste auditório e sobretudo a sociedade brasileira que nos escuta neste momento.

E queria fazer uma abordagem um pouco diferente, mas que tem toda uma pertinência com as que foram feitas anteriormente. O que eu quero dizer com isso? Eu gostaria de dizer que, ao falar no tema trabalho, nós não estamos falando em algo abstrato, superficial, nós estamos falando em ética, nós estamos falando em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia. Então quando falamos em trabalho, estamos falando na construção de um País e de qual País nós queremos para nós e para os nossos filhos.

E isso é uma coisa que acho importante por quê? Todas as vezes que viajamos, e alguns de nós já deve ter feito uma viagem para o exterior, o que nós admiramos no exterior? Nós admiramos a infraestrutura dos países desenvolvidos, nós admiramos que os trabalhadores nos países desenvolvidos têm vez, têm voz, têm participação! No entanto, quando chegamos ao nosso País, a gente faz tudo ao contrário, a gente desvaloriza o trabalho, nós aceitamos que crianças estejam sendo exploradas pelo trabalho...

Então eu pensei em fazer uma abordagem que fale um pouco disso, dessa formação da nação brasileira, dessa cultura escravocrata que parece que ainda permanece muito viva entre nós.

Então eu tinha feito uma pesquisa, mas realmente não vai dar para falar, mas eu procurei pesquisar autores que falam desses temas, como Gilberto Freyre, no *Casa-Grande & Senzala*; o Sérgio Buarque de Holanda, quando fala, no *Raízes do Brasil*, da inversão do público e do privado; o Gilberto Freyre fala muito dessa sociedade patriarcal, dessa cultura escravocrata na nossa técnica de exploração; e tem um autor que eu acho muito importante revivermos, que é o Caio Prado Júnior, quando ele fala da formação do Brasil contemporâneo e diz que no Brasil parece ainda persistir uma cristalização da desvalorização do trabalho.

Então, veja que coisa estranha: prevalece a desvalorização do trabalho ao invés daquilo que a nossa Constituição Federal sacramentou, que é a valorização do trabalho humano. E talvez essa cristalização explique muito do que tem sido feito nos últimos meses em relação ao tema do trabalho.

Caio Prado Júnior diz que a nossa colonização, que foi escravocrata, acabou moldando um tipo de visão que não reconhece no trabalhador alguém que mereça respeito, que mereça ser valorizado. Eu até peguei umas frases que costumam citar e que vêm da época do Império. Por exemplo: "Quem não tem padrinho morre pagão". Ou seja, no Brasil, prevalece o protecionismo, o apadrinhamento ou então o próprio jeitinho brasileiro. Há outra frase que achei interessante que é da época do Império, mas persiste ainda: "Quem rouba pouco é ladrão. Quem rouba muito é barão", ou "lei para inglês ver". O que é lei para inglês ver? A lei para inglês ver foi uma lei feita ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no período dos escravos para proibir o tráfico negreiro. A Inglaterra exigiu do Brasil isso, porque não era moderno ter escravos. Então, como não era moderno ter escravos, a Inglaterra exigiu do Brasil que o Brasil não trouxesse mais navios negreiros e, então, o Brasil fez uma lei, mas foi uma lei para inglês ver, porque não era cumprida. Os navios continuavam a chegar cada vez mais. Então, era uma lei só para mostrar para o mundo civilizado – lei para inglês ver – que nós não aceitávamos mais a escravidão.

Por que eu estou dizendo isso se o nosso tema é trabalho? Porque a relação é íntima. Nós tivemos 388 anos de escravidão. E nós temos na história do Brasil 130 anos de trabalho livre. E coloco trabalho livre entre aspas porque nós sabemos que todos os dias os valorosos auditores do trabalho, junto com o Ministério Público, participam de autuações de trabalho análogo à condição de escravo. (*Palmas.*)

A SR^a KÁTIA ARRUDA – Então, isso é para perceber como às vezes a nossa cultura está sendo moldada dessa forma e acabamos repetindo essas considerações, uma delas é em relação ao trabalho infantil, Senador.

Eu sou Presidente da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho e todos os dias nós ouvimos: "Não é melhor a criança trabalhar do que roubar?" Todos os dias, nós ouvimos essa frase, quando, na verdade, o lugar da criança não é no trabalho, nem é na rua, na exploração, e sim, na escola, na educação, no leito familiar. Então, para o quê eu estou querendo chamar a atenção? É que a gente tem que mudar as vezes até a nossa reflexão, a nossa cultura, a nossa visão de mundo. A gente quer um país. Então quais os princípios que nós queremos para este País? O que nós acreditamos que vai mudar no País com esses princípios?

Será que realmente nós acreditamos que a precarização do trabalho vai melhorar o nosso Brasil? Será que nós acreditamos que ter uma mão de obra espoliada vai melhorar o nosso Brasil, embora todas as pesquisas mostrem que é o contrário? Reduzir direitos não aumenta emprego. Peguei até uma matéria interessante que saiu de um colega juiz do trabalho. Ele diz que a história recente revela que a desregulamentação leva os mercados à euforia porque é pensar: "Ah, estamos livres para fazer o que queremos!" Só que não funciona dessa maneira. Eu tenho a impressão de que os empregadores também foram enganados, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que os empregadores também foram enganados? Porque, se nós pagamos pouco ou nada para os nossos trabalhadores, também vai diminuir o consumo. Os trabalhadores são consumidores. Nós somos consumidores. Então, quando diminui o consumo, também cai a produção. Então, essa geração de novos postos de trabalho vai ficar comprometida. E qual é o resultado que nós vamos ter? Sem renda, sem consumo, sem produção. Que tipo de resultado bom nós poderemos ter para a nossa economia? Teremos baixos salários, elevada instabilidade. E essa instabilidade é ruim tanto para trabalhadores como para empregadores.

Então, eu acho que essa visão precisa ser redimensionada. Infelizmente, nós estamos tendo poucos foros de discussão. Por isso eu acho que este momento é muito importante para a nossa reflexão. Além de tudo, essa instabilidade causa um impacto imenso nos conflitos sociais. Daqui a pouco nós estaremos num barril de pólvora neste País, porque nós temos que reconhecer que, para encontrar equilíbrio, não pode haver predomínio nem de um lado, nem do outro.

Eu fiz uma pesquisa em dados do IBGE, que são dados oficiais, sobre quem é o nosso trabalhador brasileiro. Então, o que eu analisei na pesquisa? O nível de escolaridade do nosso trabalhador é muito baixo. Só 16% têm ensino superior completo e em torno de 40% só têm até o ensino fundamental. Aqui nós nem estamos falando de quem tem o ensino fundamental, mas de quem tem até. Então, ele pode ter ficado no 1º ano do ensino fundamental. Esses dados no Norte e Nordeste ainda são maiores. Boa parte desses trabalhadores está na situação análoga à condição de escravo, portanto, extremamente explorados.

O nosso nível salarial também é baixo. Ao contrário do que foi apregoado, os dados do próprio IBGE de 2010, que, pelo que eu pude pesquisar junto com o pessoal do IBGE, estão praticamente mantidos, se não tiverem sido agravados... Foi essa a resposta que eles me deram. Então, em 2010, 70% dos trabalhadores recebiam menos do que dois salários mínimos. Se nós estendermos isso e formos para cinco salários mínimos, nós teremos 90% da população brasileira ganhando menos ou até cinco salários mínimos. Então veja que, se nós baixarmos mais... Os primeiros ganham menos do que dois salários mínimos: 70%. E ganhando até cinco 90%...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixe-me dar um destaque: ganham menos que dois salários mínimos 70% do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assalariado brasileiro. Eles ainda dizem que nós, trabalhadores, claro, somos culpados pelo custo de vida, pela inflação subir e principalmente pelo custo da folha de pagamento. 70%! Eu diria então que 70 para 90? Até cinco. Então, a maioria fica entre 3 e 2,5...

A SRª KÁTIA ARRUDA – Isso. Então, por que eu trouxe esse dado, que é um dado do IBGE, um dado oficial do Governo brasileiro? Para mostrar que os nossos trabalhadores ganham pouco, ainda não foram inseridos devidamente na sociedade, muitos ainda são analfabetos ou com baixa escolaridade e eles têm jornada de trabalho alta. Então, veja como às vezes nós não temos oportunidade de falar sobre isso e o que passa para a sociedade é um dado completamente fora do contexto do Brasil. Esse dado da jornada de trabalho não é um dado do IBGE, porque eu não consegui coletar esse dado, mas é um dado da OIT, Organização Internacional do Trabalho. Eu peguei vários países que têm uma jornada de trabalho e o Brasil só perdeu para a Coreia do Norte.

A nossa jornada de trabalho, segundo os dados da OIT, é uma jornada alta ou igual, com parâmetro semelhante à dos outros países. E há uma tendência interessante na França, na Alemanha, no Canadá, na Dinamarca a reduzir a jornada de trabalho. A nossa tendência é de aumentar a jornada de trabalho. Quer dizer, os trabalhadores, por anos e anos, 100 anos, 200 anos, fazem uma luta para uma jornada de oito horas. Há até uma charge que corre na internet que diz assim: "12 horas e não se fala mais nisso". Então, o que eu estou trazendo de elementos, parabenizando por esta discussão que é essencial, é que o tema central da nossa Constituição, quando fala no trabalho, é valorização do trabalho e da livre iniciativa. O que nós queremos construir é algo que venha a refletir esses dois fatores. Salários melhores vão aumentar a produção, porque vão aumentar o nível de consumo de todos nós, da sociedade inteira.

Outro tema que eu sempre acho interessante é a questão do negociado do legislado. Por quê? Porque, em 90, Senador – V. Ex^a lembra disso muito melhor do que eu –, havia uma grande discussão do negociado sobre o legislado. Mas ali o que estava sendo discutido era o negociado verdadeiro, aquele negociado feito por acordos e convenções coletivas. Hoje a nossa situação está muito pior do que em 90, porque o negociado que está prevalecendo é o individual. Ao invés de valorizar a negociação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coletiva, vários temas estão sendo colocados para acordos individuais e retiram a participação dos sindicatos dessa negociação. Então, veja bem, como a gente vai valorizar o trabalho se nós não valorizamos a própria noção de melhoria de condições sociais, que está previsto no art. 7º *caput* da Constituição Federal, se nós não valorizamos ou respeitamos critérios efetivos de negociação, que significa fortalecimento dos sindicatos? Então, eu acho que, para trabalhar um tema de um novo código de trabalho, nós precisamos trazer a realidade brasileira, chamar as pessoas para conhecer mesmo qual é a nossa realidade e fazer uma chamada para o que a gente entende como modernidade. O que é mesmo modernidade.

Eu peguei um trecho do jornal *The Wall Street* segundo o qual salários baixos não estão deixando europeu sentir a recuperação da economia. Então, vejam: alguns países da Europa flexibilizaram muito os direitos trabalhistas. O que aconteceu? Quando a economia melhorou, ele não está conseguindo ver reflexo disso, porque os salários são tão baixos que a recuperação da economia não é mostrada. Isso o próprio jornal deles divulgou. A BBC de Londres, numa das manchetes sobre a Reforma Trabalhista, diz assim: "Mais empregos ou precarização?" A OIT tem dito: "Reforma viola convenções internacionais". Então, para mim, modernidade é trazer a valorização do trabalho, mostrar aos empregadores que desvalorizar o trabalho não vai aumentar a produtividade deles, muito pelo contrário, pode baixar, pode aumentar o conflito social. Então, ao final, podemos estar todos juntos na busca de um código do trabalho que melhor reflita o que nós queremos de modernidade, o que nós queremos para a sociedade brasileira.

Eu queria finalizar porque eu sei que o meu tempo realmente já se esgotou. Agradeço a paciência de todos os que estão me ouvindo. Eu gosto muito de citar um economista que ganhou o Prêmio Nobel de Economia, o Amartya Sen, segundo o qual o crescimento econômico só é válido quando leva benefícios sociais a toda a população. Então, é essa a noção que nós precisamos ter. Toda a população somos todos nós.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KÁTIA ARRUDA – Daí porque o tema é até isso, construir algo que seja bom para todos. Nós não podemos simplesmente voltar a lutas de 100, de 150 anos atrás. Muitos trabalhadores já morreram por causa disso.

Eu até peguei uma frase do Jean Jacques Rousseau, ou seja, 200 anos atrás, e ele disse: “Uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém.”

A reflexão que eu deixo é: O que é modernidade? Qual é o país que nós queremos construir? E esse país poderá ser construído se o trabalhador for efetivamente valorizado, como, aliás, diz a nossa Constituição Federal.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Nossos cumprimentos à bela contribuição da Ministra Kátia Arruda, representando, em nossa visão aqui, a maioria do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

A Ministra deixou dados, números, apontou caminhos e nessa linha, inclusive, da distribuição de renda. Sempre uso uma frase muito antiga até, que é do Henry Ford, que ele teria dito em uma oportunidade. O Presidente dos Estados Unidos o chama e ele diz o seguinte, que o empresário inteligente é aquele que paga bem aos seus trabalhadores, porque ele bem remunerado é um consumidor em potencial, em resumo. É exatamente, veste a camisa.

O exemplo contrário a tudo isso, desculpe, Ministra, mas eu vou dar a palavra ao representante dessa moçada que está aqui atrás, lá no fundo, se a TV puder mostrar, eu agradeço muito, muito. Essa moçada, são 132 trabalhadores, que conforme o vento eles demitem todos eles. E essa moçada, eu te garanto, está naquela faixa de até dois salários mínimos, é ou não é? Está naquela faixa toda de até dois salários mínimos.

Até perguntei para o Peixe, que vai falar depois, o motivo dessa demissão. É porque eles moram no Goiás. Eles queriam o quê? Que eles morassem aqui no Plano Piloto? Ganhando dois salários mínimos?

Então, o vale transporte é um dos motivos que eles estão demitindo essa moçada. Não é porque são incompetentes, não é porque são preguiçosos, não é porque não produzem, não fazem um trabalho decente. E estão aqui, estão a nos olhar aqui, quer dizer, esse é o símbolo da fala de todos vocês que nos antecederam, essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstração do que eu estou dando aqui. Eu não os convidei para vir aqui não, eu não convidei, mas eles sabiam que podiam vir, que aqui é a Comissão do trabalhador, do povo brasileiro, e eles simplesmente vieram, sentaram e vou dar a palavra para o líder deles.

Estou sabendo agora que foram todos demitidos porque ganham até dois salários mínimos. Acho que uns ganham um salário mínimo, um pouquinho mais e a alegação foi porque eles moram em Goiás. Foi o que você me disse. Isso mostra a insensibilidade.

Nesta Casa já tem uma lista, Peixe, de mais de dez empresas que simplesmente fecham as portas, demitem e não pagam ninguém, aqui dentro do Congresso, dentro do Senado aqui. E nós corremos atrás, corremos, corremos, corremos, encontro alguns na rua: "Mas, Senador, até hoje não recebi o meu dinheiro". Isso é trabalho escravo, isso é o fim do mundo.

Mas vamos ver os depoimentos, depois vamos tirar os encaminhamentos, vamos, mais uma vez, nos dirigir à direção da Casa. O Congresso tinha que dar o exemplo mínimo, meu Deus do céu.

Como é que eu falo em trabalho escravo lá no campo, na área rural, falo em São Paulo, principalmente na indústria do vestuário, vocês todos são testemunha disso, e falo em outras áreas, mas isso, na verdade, acontece dentro do Congresso? Se acontece aqui dentro, calcule lá fora o que não acontece.

Eu queria, neste momento, dizer para vocês que estamos solidários, eu sei que só solidariedade não adianta, mas nós vamos também interagir junto à direção porque isso tem que acabar, essa história, muda a empresa, é tudo terceirizado, desculpa a expressão. As empresas terceirizadas também são brincadeira, por isso fomos tão contra e eles liberaram tudo, terceirização até da atividade fim neste Governo que está aí, e a situação que se encontra é esta.

A nossa solidariedade, uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

E correto terem vindo para cá, terem vindo para cá para a gente, a partir daqui, tirar um mínimo de encaminhamentos. E o Peixe falará em um momento adequado.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), o líder Alci Matos Araújo.

Está aqui o Alci? Está aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquei olhando para todos os lados.

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – Senador, mais uma vez, parabéns pela audiência, pelo seminário, pelo gesto de mostrar a democracia, porque acho que é nessa voz que nós, os trabalhadores, estamos conseguindo chegar a ter uma mesa bastante evoluída para discutir um tema, que é o tema do trabalho.

E esse tema do trabalho que nos últimos dias, nos últimos anos e momentos foi bastante desconectado, porque a palavra foi de precarização, como dito agora, e flexibilização é o que tem permeado.

Então, nós estamos trazendo aqui, Senador, parabenizando junto todos os colegas que estão na mesa, e que abordaram conceitos importantes, técnicos e aí, de repente, a gente fale um pouco de conceitos mais políticos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixa eu interromper aqui.

Existem inúmeras pessoas lá fora, é o fim da picada eu ter que falar na televisão isso.

Segunda-feira, pela manhã, as salas todas vazias e eles não querem liberar uma sala aqui ao lado para os depoentes – até para juízes, procuradores e promotores – entrarem.

Para vocês verem a situação que a gente está vivendo hoje neste País.

Então, eu faço daqui um apelo ao meu gabinete, à Secretaria-Geral da Casa, porque isso é um absurdo. Como é que você explica, um seminário desse porte, painelistas estão trancados do lado de fora e o Congresso vazio. Se estivesse lotado, até entenderia. Há sala vazia aqui, do lado de cá, mais duas, três salas para lá e mais dez salas daqui para lá e dizem que não têm espaço para receber os nossos convidados.

Por isso que a democracia está sendo tão atingida, tão atacada. Quem ouve um depoimento desse que está lá fora vai dizer: "Mas olha só. Que Casa do povo é esta?"

A verdade é essa.

E pior que com este discurso, que eu tenho que falar, porque não tem como esconder, eu dou um depoimento em que as pessoas dizem: "Poxa, mas o que é isso, então?" Que adianta ter esse Congresso se as pessoas não podem nem ir lá ouvir, nem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar, em uma segunda-feira pela manhã? Não tem uma sala ocupada aqui, são mais de 30 salas, não tem uma ocupada e eu tenho que dizer isso.

Eu faço um apelo, porque se não liberarem eu vou lá fora, paro aqui e vou botar na marra, eles que me prendam então. *(Palmas.)*

Faço um apelo, eu vou parar aqui, alguém vai estar coordenando, eu vou lá buscar o pessoal e eles vão entrar na marra.

Não quero fazer isso, não quero fazer isso, porque os seguranças, o pessoal que trabalha na Casa, são empregados também, eles estão fazendo o seu papel, então a ordem vem, irresponsável e inconsequente, da cúpula.

Por isso que eu sempre digo, o trabalhador não é culpado, não, é a cúpula que dá ordens inconsequentes, irresponsáveis como essa.

Veja aí quem é que vai atrás disso, ou o pessoal entra ou eu vou para lá, o debate continua, porque eu passo a palavra, alguém vai estar falando, e eu vou até lá buscar o pessoal que está do lado de fora.

E o pessoal aqui não tem que sair, a orientação que eu recebi foi essa: “Ah, se o pessoal do Peixe sair dá para eles virem.” Não vão sair, só vão sair quando vocês quiserem sair daqui de dentro. *(Palmas.)*

Só vão sair se vocês optarem porque está havendo uma outra reunião em outro lugar.

Onde é que nós estamos? Que falta de seriedade.

Desculpe-me, desculpe-me, Alci, a palavra volta para você, vou retomar o seu tempo.

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – Muito justo, Senador, muito justo.

Inclusive há espaço aqui, podemos sentar até, sair da mesa e sentar no chão para dar ocupação de cadeira para quem quiser, porque para nós, trabalhadores, o que importa, o que é importante, é que a gente consiga ter o diálogo, o diálogo social que o Brasil está descumprindo neste momento e que é importante.

Continuando, Senador, cumprimentando todos da Mesa.

Nós entendemos, na Contracs, que o trabalho é importante. O trabalhador, a mão de obra é a parte importante da riqueza deste País, como dados mostrados agorinha há pouco nas falas anteriores, declarando o número importante da classe trabalhadora para esse desenvolvimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, Senadores, da Contracs temos a seguinte compreensão e um depoimento, uma declaração um pouco nesse sentido. Essa legislação trabalhista, a chamada reforma para nós trabalhadores, foi uma destruição, então, ela visa atender exclusivamente a uma classe de patrões, não de trabalhadores.

Nós estamos indignados com esses últimos informes e, portanto, nós, da Contracs, temos um setor serviço, como bem colocado aqui dentro do Congresso, asseio e conservação, copeiro, limpeza, limpeza interna, vigilância, tudo isso está também dentro da Contracs no cenário nacional e a gente quer, neste momento, relatar um pouco do que essa lógica da exclusão provocou.

A exclusão do direito social provocou na classe trabalhadora indignação. Então, isso não incluiu nada, só foi excludente e nós entendemos que o trabalho é um direito humano do cidadão, como é a moradia e a saúde, porque muitas mães de família, através do seu emprego, da sua qualidade, da sua produção, qualquer que seja, imagine até os camelôs, daqui a algum dia, como é que vão conseguir sobreviver. Então, a gente tem que entender isso como um direito humano.

Nesta lei, a ser aplicada agora, nós entendemos que a única alternativa mesmo é ter o Estatuto do Trabalho e pensar em uma legislação, em uma orientação que seja para todos.

Fizemos, desde 2012, 2013, 2014 e 2015, vários ordenamentos e seminários sobre os conceitos do trabalho decente, ordenamentos que fossem saídas para o Brasil, do Congresso, da Presidência da República, as próprias normas autenticadas na OIT, algumas conseguimos.

Uma luta nossa antiga foi avançar o benefício da trabalhadora doméstica, relembro isso agora, e avançamos um pouquinho. Tivemos um Senador que foi o maior prejudicador da trabalhadora doméstica. Então, isso aconteceu aqui dentro, já estava escrito isso.

O que nós queremos, Senador, como trabalhadores, é ter as nossas garantias asseguradas.

Então, estamos apostando muito, Senador, na rua, na discussão, no debate, deste sinônimo que é o Estatuto do Trabalho e que ele possa, de fato, cumprir.

Agora, acho também, Senador, nós já temos várias condições legais, normas, como foi falado nas primeira, segunda e terceira falas, que acoplam esse estatuto, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda é a nossa referência como trabalhador para demonstrar o nosso sofrimento, o nosso problema. Por exemplo, no setor de comércio e serviços, o contrato intermitente já está, mesmo nem chegando o dia 11, hoje é dia 6, vigorando.

Em Vitória, no restaurante, no bar, na McDonald's, já estão anunciando que R\$4,45 será a hora e o trabalhador deve receber em torno de R\$220, R\$260 por mês.

Nós estamos falando aqui, agora mesmo, do informe de salário mínimo, salário mínimo mais 10% a cinco salários mínimos. Nós estamos nessa faixa como trabalhador do comércio e serviços trabalhadores que estão nos escutando. Então, a gente tem que perceber...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E com esse trabalho intermitente poderá entrar em outra faixa, menos do que o salário mínimo, R\$250, R\$300 por mês.

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – E já estão tentando aplicar antes do dia 11 porque parte da lei passa a vigorar nesse período. Então, nós estamos em uma situação muito preocupante nos contratos de trabalho, o negociado sobre o legislado, muito bem lembrado pela então querida Ministra Kátia, ele era para avançar; através da lei, avançar e o capital, mais uma vez, mostra para regredir, para prejudicar. Então, é a nossa angústia, de quem está aqui dando esse depoimento dos prejuízos que estão acontecendo com esses trabalhadores que nós temos representado e também de um trabalhador lá de Cachoeiro do Itapemirim com 33 anos e oito meses de contribuição para a Previdência, Senador, e trabalhando como comerciário em um único contrato. Isso a gente precisa perceber e, agora, nem começou ainda o dia 11 e já estão discutindo em várias câmaras a essencialidade do domingo e feriado para se trabalhar. Aquilo que a gente defendia: o domingo, o feriado para ficar com a família, imaginem esse prejuízo que vai acontecer agora desagregando família.

Outra preocupação da exigência da mulher, se ela está em gestação, lactação, pagou um valor por insalubridade. Resolve? A vida não está tendo mais valor. Então, é um clamor que a gente faz. Para os Deputados não adianta mais porque eles já fizeram todo o prejuízo com o direito mais sagrado que é o trabalho. Agora, os Senadores precisam dar algumas demonstrações. Então, Senador Paulo Paim, eu acho que é importante esse cuidado. Sinceridade, estão tentando. E passou na Câmara de Vereadores agora essa obrigatoriedade novamente em Fortaleza. Nós estivemos lá e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa flexibilização pode ser geral. Então, nós estamos apelando, Senador, e contando com esse apoio para que esse instrumento, estatuto possa ser algo que assegure algumas garantias desde os princípios, as condições. Nós não queremos deixar que os patrões ou o capital não discutam, não dialoguem, porque a gente sempre defendeu a comissão tripartite para o debate do trabalho em todas as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, no Ministério Público, nas determinadas relações que tivemos que assinar como acordos de ajustes de conduta. Acho que isso é importante e nós orientamos a nossa base de sindicatos de trabalhadores nesse sentido.

Outro tema, Senador, o banco de horas. Pense em algo tão ruim que era isso. Antes era permitido na nossa colocação estando dentro da convenção coletiva. Agora, não tem convenção coletiva e como é que isso vai ser tratado e isso ficou jogado para um acordo verbal individual. A Ministra também, mas a Desembargadora mencionou sobre isso. Então, quero reforçar. Imagine um trabalhador sozinho como será a vida dele no local de trabalho sem o sindicato, sem uma ferramenta, sem um instrumento. Acho que é um mecânico que passou a usar um aparelhinho no carro que agora é eletrônico, mas ele nunca deixou de usar a chave de fenda, o alicate, o alicate de pressão, o macaco para levantar o carro e querem tirar de nós as ferramentas importantes de uma classe social deste País que é a de trabalhadores de ter o direito de negociar, de conversar. Então, acho que isso é importante.

Como a gente percebe, as pessoas vão viver somente para o trabalho por uma renda e não terão mais tempo para família, para o lazer. A saúde? Como é que a gente pensa? Penso que é uma sociedade doente. Já dizia Karl Marx, também parafraseando alguns grandes escritores: "Trabalhador, uni-vos." Parece-me, Senador, o que nos resta é isto: a unidade da classe trabalhadora para dar um gesto. Então, estamos juntos em qualquer luta, mobilização, abaixo-assinado, manifestação para, de fato, dar o grito porque o que está colocado é algo muito aniquilador do trabalhador e da nossa sociedade que contribuiu para nossa economia.

Qual é o papel do sindicato? Parece-me que aí há uma filosofia bastante política. Quiseram e estão tentando eliminar as organizações sociais deste nosso País. A gente precisa... Além das práticas das multinacionais que tanto debatemos aqui – antissindicais –, agora afetam diretamente a organização local de trabalho, dizendo do trabalhador que é melhor que ele tenha um contrato direto com o patrão e não ter algo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que ampare em papel escrito. Toda essa flexibilização está demonstrando isso e isso, lá na frente, fragilizando inclusive a Justiça do Trabalho, o Ministério Público e outros organismos.

Nós estamos juntos para poder buscar uma nova lei, um novo regramento que inclui o papel do sindicato, um negociador importante. Não é maior, é no nível de negociador podendo inclusive ter melhorias ou ter...

(Soa a campainha.)

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – ... condições da área dentro desse tema do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só para interromper de novo, mas o pessoal que está lá fora está entrando, foi liberado. Prevaleceu o bom senso. *(Palmas.)*

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – Parabéns, Senador! Parabéns porque acolhe a voz de uma sociedade. Isso é importante na democracia.

Senador, me parece que agora não vai mais, por esse regramento, precisar homologar no sindicato. Então, acho que justamente o instrumento de que estamos tratando, que é um contrato, que é um estatuto, que é um documento, precisa permear alguns quesitos que regem sobre a organização local de trabalho, sobre os compromissos de atendimento, sobre a vida jurídica, sobre o valor dado ao direito de informação, ao direito de ter a informação porque antes os dirigentes, os militantes, às vezes, não podiam adentrar a empresa.

Imagine agora. Nem o Ministério Público pode entrar numa casa para fiscalizar o contrato de uma trabalhadora doméstica porque é inviolável essa moradia. Então, essas relações, parece que nesse novo regramento, não foram visualizadas, não foram detectadas. Assim, Senador, é o nosso apelo. É necessário ter um olhar para a sociedade que vive do trabalho porque os trabalhadores do comércio e serviços ganham baixos salários, e com incerteza laboral, com incerteza de que ele não tem amanhã, porque com essa terceirização... Nós temos trabalhadores terceirizados e os representamos para terem um salário igual, não é rebaixar salário e tem que ser algo que dignifique o homem, a mulher com o seu benefício e receber para moradia, para saúde, para sua qualidade de vida, lazer, religiosidade, para todos os itens





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionais. Eu não sei por que descumprem tanto a Constituição. Então, vamos ter que ir à Justiça, Senador, para fazer de fato acontecer.

É preciso uma forte organização de todos nós aqui desta mesa, de todos nós aqui de dentro deste salão, do seminário contra uma nova legislação que está aí para o dia 11. É nesse sentido que a gente quer atingir todos os ouvintes para fazer com que, de fato, a gente possa ter unidade e defender o direito dos trabalhadores. Não é exclusivista dos trabalhadores, mas são homens que contribuíram para a produção do nosso País e precisam ser ouvidos em alguns espaços, em alguns ambientes, quais são os requisitos, como a própria pesquisa da Ministra quanto da nossa Desembargadora tem demonstrado e acho que é importante também. O nosso organismo, o Dieese, a CUT, as nossas entidades sindicais, os nossos institutos, o Observatório Social também, Senador, estão à inteira disposição com os instrumentos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Alci Matos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços.

Só uma frase, pelo menos, Alci. Quando começaram esse debate do negociado e legislado, eu sempre achei que era para fortalecer a negociação em cima da lei, porque a lei eu já tenho, a lei é o mínimo, é como se fosse o salário mínimo. Só que agora inventaram o intermitente que vai ganhar menos do que o salário mínimo. Não! A lei não vai valer mais para o trabalhador, para todo os segmentos a lei vale. Não se pode ferir a lei. Para todos os segmentos! Agora, para o assalariado como esses que estão aqui, só como exemplo, porque estão todos demitidos agora, a lei para eles não vale. Então, é um absurdo e por isso que o tal de negociado acima do legislado eu esperava que fosse acima mesmo, mas não que passasse por cima do legislado. Até aqui é a lei, daqui para cima a negociação.

Mas, felizmente, quero cumprimentar neste momento, se me permite também, antes de passar, de imediato, a palavra ao Artur, o movimento sindical. No dia 10 agora, o dia que antecede o dia 11, que passará a ser aplicada a lei, vai fazer um grande movimento, é um dia de protesto, de mobilização. Vão entregar aqui – estaremos juntos, com certeza – milhões de assinaturas contra essa lei.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA) que representa também aqui, neste seminário, o Fórum dos Trabalhadores, que vai ter um grande evento, se não me engano no dia 8, 9...

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Amanhã.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Dia 7.

Contamos com sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu me comprometi a estar lá.

Depois veremos uma comissão aqui no Congresso. Já está marcada a audiência.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Perfeito. Obrigado, Senador.

Bom dia a todos e a todas, quero cumprimentar aqui a Mesa, o Senador, as demais autoridades, o companheiro Alci.

Companheiros e companheiras, nós estamos aí às vésperas de começarem a colocar em práticas as maldades construídas por esse Presidente da República e por parte deste Congresso Nacional. E aí é importante dizer, Senador, que nós, através do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que compõem 22 confederações de trabalhadores em nosso País e trabalhadores do setor público e privado, estamos percorrendo todos os Estados do País, estamos levando ao conhecimento da classe trabalhadora e da sociedade de uma forma geral que nós não vamos – e aqui quero deixar claro – aceitar a aplicação dessa lei. (*Palmas.*)

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Não podemos aceitar, como foi dito aqui nesta Mesa, na Inglaterra houve uma lei que era para fazer de conta e ela não foi aplicada. Aqui no Brasil, essa Lei 13.467/2017 não pode ser cumprida. Não pode ser cumprida primeiro porque não foi discutida com a representação da sociedade brasileira. Não é possível uma lei com mais de cem itens, na maioria absoluta, prejudiciais não só à classe trabalhadora, prejudiciais ao desenvolvimento do País. Não é possível aprovar em 26 dias na Câmara dos Deputados um monstro deste; não é possível, mais de 800 emendas apresentadas entre a Câmara e o Senado, e sequer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudaram uma vírgula. Não é possível aprovar uma lei com compra de votos de Deputados. Não podemos aceitar isso.

Eu acho que é o fim realmente até do movimento sindical se este não reagir. E digo mais, Senador, nós, que estamos hoje à frente da representação da classe trabalhadora, temos o dever de resistir, temos de resistir à aplicação dessa lei. Não seria justo com aqueles que conquistaram através de muita luta, muitas vezes até perdendo a sua vida, os direitos dos trabalhadores, e nós estarmos hoje na representação permitirmos que realmente seja aplicado, que sejam jogadas no lixo todas essas conquistas.

Acredito, e vou dizer uma coisa com muita convicção, pois já percorremos mais de 18 Estados no nosso País, que, em todos os locais onde estivemos, existe realmente uma revolta muito grande. E é importante que se diga aqui que nós não só estamos levando um trabalho de conscientização, no sentido de podermos resistir à aplicação dessa dita reforma trabalhista, como também estamos levando os nomes dos Parlamentares que apoiaram e votaram a favor dessa reforma trabalhista. E estamos fazendo mais: também levando nomes dos Deputados e Senadores que votaram contra essa reforma trabalhista, porque não basta você só dizer quem votou a favor, porque nós sabemos que este Presidente da República está liberando emendas para esses Parlamentares que o estão apoiando e está dificultando liberar emendas para aqueles que não estão apoiando essas iniciativas monstruosas deste Presidente da República.

E por isso é importante reelegermos aqueles que estão do lado da classe trabalhadora e é importante renovarmos este Congresso, o Senador disse muito bem.

Nós estamos colhendo assinaturas, Senador, para um projeto de lei de iniciativa popular, já estamos com mais de 500 mil assinaturas, esperamos atingir o necessário, que é de 1,3 milhão, se não me falha a memória.

Quanto a esse projeto de lei, não temos nenhuma ilusão de vamos viabilizá-lo com a composição deste Congresso, mas temos certeza de que podemos eleger uma composição pelo menos digna de representar a classe trabalhadora e a sociedade brasileira. E é nesse caminho que o Fórum Sindical dos Trabalhadores vem trabalhando com muita persistência e com muita luta, Senador Paulo Paim.

E quero dizer mais: eu não tenho nenhuma dúvida de que, com esse massacre em cima da classe trabalhadora na tentativa de destruir o movimento sindical, eles vão cair





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do cavalo, porque o movimento sindical vai sair de tudo isso muito mais autêntico e muito mais unido.

Por onde temos andado, o Fórum tem como objetivo unificar a luta das categorias, para que nós possamos fazer a grande luta da classe trabalhadora, porque isso que estão fazendo você não consegue enfrentar isoladamente com uma categoria. Tem que se fazer uma luta de classe para você poder enfrentar tudo isso. E é isso que o Fórum tem buscado nos quatro cantos do País, Senador.

Nós estaremos, como disse o Senador, no dia 7, amanhã, às 19h, reunidos com as 22 confederações e com centenas de sindicatos e federações no Hotel Nacional. Quem tiver realmente oportunidade de estar lá, será um prazer recebê-los.

Nós tiraremos um posicionamento que encaminharemos – e aqui aproveito este momento para dizer à classe empresarial, aos representantes da classe empresarial, CNTI, CNC e outras confederações patronais – um documento alertando as representações empresariais para que elas não tentem aplicar nenhum dos itens dessa reforma trabalhista, porque nós vamos à base e vamos paralisar as bases... (*Palmas.*)

... e vamos também utilizar todos os meios possíveis que nós temos: político e jurídico.

E aqui eu quero aproveitar a presença das Excelências que aqui disseram muito com relação à questão da Justiça. Nós decidimos, pelas confederações, que não vamos entrar com nenhuma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal porque temos dúvida. E estou dizendo com sinceridade, essa é realmente uma análise feita pelas confederações. Mas nós não temos nenhuma dúvida de que, na primeira instância e na segunda instância e no TST, vamos ter apoio para podermos realmente rejeitar esses itens da reforma trabalhista. (*Palmas.*)

Por isso, a orientação jurídica que nós tiramos é de que em cada item que for aplicado lá na base, não importa em qual região seja, faremos as ações políticas. E, entrando na primeira instância, nós vamos entupir essa Justiça do Trabalho de processos. Quem se iludiu que, com essa reforma trabalhista, vai-se reduzir o número de processos está totalmente equivocado.

Essa é uma decisão do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Queria aproveitar, Senador, e acho que não poderia deixar aqui de dar umas pinceladas em cima de algumas questões da previdência. Saiu no final desta última





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana algumas notícias referentes à questão do gasto, uma estatística feita, assustadora: o Brasil gasta mais de R\$19 bilhões com acidente no transporte. Isso é dinheiro da previdência. São pessoas que morrem nesse trânsito louco que nós vivemos. E são políticas na contramão, políticas na contramão que, ao invés de desenvolver transporte público realmente seguro, desenvolve as rodovias...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – ... que estão se tornando rodovias da morte.

Por outro lado, eu queria dar... Vejo bastantes representações do setor público. O Presidente da República acabou de mandar para o Congresso acho que uma medida provisória, se não me falha a memória, elevando de 11% para 14% o recolhimento da Previdência Social para quem ganha, parece, acima de R\$5 mil. E eu não estou vendo nenhum movimento. Eu queria dar um alerta aqui: funcionários públicos que ganham abaixo de R\$5 mil façam a luta agora, porque essa é uma forma que eles estão utilizando para fazer com quem ganha mais depois venha em cima de vocês que ganham menos. É importante nós não permitirmos que isso seja realmente aprovado. Na década de 80, já foi feito isso. O Senador Paulo Paim deve se lembrar disso. Na década de 80, todos nós trabalhadores, empregados, pagávamos apenas 8% de previdência. Aí disseram que a previdência era deficitária já naquela época. Na década de 80 já diziam isso, não é, Senador? E aí passaram para 8,5%, 9%, 9,5%, 10% até 11%. E agora vem novamente dizendo que precisa de mais grana para a previdência. E está mais que comprovado, o Senador sabe muito bem disso, pois a CPI já comprovou que o problema da previdência não é a aposentadoria dos trabalhadores. O problema da previdência é outro, são os devedores. E digo mais uma vez aqui que o segundo grupo mais devedor da previdência social é a JBS. Eu estou dizendo porque realmente os trabalhadores são representados pela nossa Confederação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O número um são os bancos.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – O número um são os bancos, o Senador afirmando aqui. E por que não se cobra isso? Realmente é mais fácil buscar de quem já tem uma aposentadoria miserável.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, quero aqui encerrar a minha fala dizendo a todos que estão assistindo a nós, nos ouvindo e aos que estão aqui presentes: não vamos desistir, vamos levar essa luta da resistência juntos. A classe trabalhadora unida é capaz, sim, de resistir a esse monstro que construíram para atacar o movimento sindical e a classe trabalhadora. E nós somos capazes de construir um País melhor para toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e também Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Haverá esse evento amanhã, no qual me comprometi a estar na abertura. Depois vou recebê-los aqui e levá-los ao Presidente da Casa para a entrega desse documento no outro dia.

Isso para mim está muito claro, e todos nós sabemos, não é? Essa gente que está aí quer acabar inclusive com a Justiça do Trabalho. Se deixar, eles acabam, para não ter para onde correr, e eu não digo socorrer, e sim ter para onde correr. É para botar mesmo uma situação desesperadora para todos nós.

Esse movimento que as centrais e confederações fazem é mais do que correto, recolhendo milhões de assinaturas para revogar essa lei que está aí, anular essa lei que está aí, e, ao mesmo tempo, claro, esse movimento vai torcer para que a construção que nós todos estamos fazendo seja apresentada no ano que vem e aprovada no próximo Congresso, porque eu concordo com a sua fala: com este Congresso que está aí, não tenho esperança alguma de que se aprovará uma lei decente, e ainda será mandada para um Presidente, desculpem-me a expressão, que é indecente.

Passamos a palavra ao último convidado desta Mesa, Procurador Regional do Trabalho, Dr. Cristiano Paixão.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Ex^{mo} Senador Paulo Paim, na presença de quem posso saudar todos os integrantes dessa ilustre Mesa, todos os participantes, trabalhadoras, trabalhadores, e demais autoridades presentes

Senador, nós estivemos aqui pelo Ministério Público do Trabalho, no dia 25 de setembro último, discutindo aqui numa Mesa, numa segunda-feira pela manhã, a questão do Estatuto do Trabalho. Naquele momento, nós já colocamos, nós já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixamos claro, que essa Lei 13.467 é uma parte, digamos, grande, de um movimento de destruição da estrutura dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988. E, infelizmente, de lá para cá, alguns eventos e alguns atos que sucederam só comprovam e corroboram essa assertiva.

Como disse a Desembargadora Silvana, foi editada, no dia 13 de outubro, uma portaria do Ministro do Trabalho que praticamente faz voltar no tempo a legislação sobre o trabalho escravo até o início do século XX. A portaria do Ministro do Trabalho, que tentou classificar, qualificar e renomear o conceito de escravidão, é uma portaria que remete às primeiras convenções da OIT e da antiga Liga das Nações dos anos 20 sobre o que era escravidão. Era um conceito da época, de um mundo ainda colonial, de um mundo ainda em que ainda havia grandes potências que, digamos, dominavam grandes extensões territoriais e sufocavam milhões de pessoas. São esses conceitos arcaicos que envolvem a ideia de propriedade exclusiva sobre o trabalhador, que envolvem a necessidade de o trabalhador estar sendo privado de sua liberdade, é que tentaram ser inseridos – foram inseridos – nessa portaria, que está, felizmente, suspensa.

O que isso quer dizer no nosso entendimento? Que existe um processo histórico, que é começado em 2016 e acelerado nesse ano de 2017, de destruição do que foi conquistado em 1987, em 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte, que teve lugar nesta Casa. V. Ex^a foi Constituinte, Senador Paulo Paim, e se recorda – talvez o Sr. Artur, que foi, também, líder sindical na época se recorde – de como essa Casa foi tomada pelo povo, por lideranças sindicais, por trabalhadores, por membros da sociedade civil, e como o trabalho foi um elemento central na elaboração da nossa Constituição: todos os incisos do art. 7º, a questão do salário mínimo, jornada de trabalho, turnos ininterruptos de revezamento, indenização compensatória com a despedida imotivada e tantos outros, aumento da competência da Justiça do Trabalho – uma questão muito importante –, aumento das atribuições do Ministério Público do Trabalho, ou seja, houve ali uma centralidade do trabalho, e é contra essa centralidade que os autores dessa reforma se colocam. Não aceitam que o trabalhador seja titular de direitos, não aceitam que existam direitos, que são mínimos, como disse V. Ex^a, ou seja, que são o patamar civilizatório básico, abaixo do qual não se pode permitir a vida em sociedade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E nós, então, somos jogados num processo histórico em que o Brasil fica num constrangimento no âmbito internacional. Eu estive, junto com a Juíza Noêmia Porto, da Anamatra, numa audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em Montevidéu. Foi evidente o constrangimento pelo qual passou o Estado brasileiro, sendo questionado por integrantes da Comissão Interamericana exatamente sobre essa portaria, de uma forma expressa, em que os integrantes da comissão não entendiam como seria possível um país como o Brasil, com uma história de combate ao trabalho escravo, poder editar um ato normativo daquele tipo, daquela qualidade, com aquele conteúdo. O Estado brasileiro não tinha respostas por sua representação oficial, mas havia integrantes da magistratura, do Ministério Público do Trabalho, das entidades sindicais – de três centrais sindicais –, e todas elas refutaram de forma muito expressa aquele movimento.

Portanto, Senador, o que está em jogo é ainda mais do que uma reforma trabalhista. Na verdade, a reforma trabalhista é parte de um movimento mais amplo, que é um movimento de destruição da centralidade do trabalho na vida da sociedade brasileira. Tanto é assim que a portaria está suspensa, mas não foi revogada: o Governo deixou muito claro que essa portaria está suspensa liminarmente por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, mas o Governo não vai revogá-la.

A única coisa sensata a se fazer seria revogar essa portaria. Mas o Governo insiste, e aí eu acho: por que razão? Possivelmente, porque aposta que pode ter alguma repercussão favorável a ele no Supremo Tribunal Federal no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Dr. Cristiano, permita-me.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esta Comissão convocou, ou convidou – eu vou mudar de convocou para convidou – o Ministro do Trabalho para vir falar sobre isso aqui na próxima quarta-feira. Ele confirmou, toda a sua equipe confirmou. Eu espero, como se diz lá no Rio Grande, que não puxem o estrado, que não nos tirem a escada, porque ele confirmou que ia estar aqui na próxima quarta-feira às 9h da manhã, sem prejuízo de ir também a outras comissões: foi convidado na Comissão de Assuntos Sociais e, se eu não me engano, na CCJ também, mas a primeira Comissão é esta aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Viu, Ministro? Ministro Nogueira, eu acertei, votei o primeiro requerimento, depois votei nas outras, mas o primeiro foi aqui. Acertei com a sua assessoria, e eles confirmaram: dia 8, quarta-feira, às 9h, estamos esperando V. Ex^a aqui, vamos sentar na cadeira, aqui, na certeza de que V. Ex^a virá.

Só esse recado para lembrar a importância desse debate que V. Ex^a frisou aqui, e eu vou comentar no dia, que está nos deixando de cabeça baixa, envergonhados. Não pela sua postura, pela nossa postura ou das centrais, mas vergonha pelo Brasil, que é o nosso país.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – É uma vergonha para o Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como é que o nosso País, o Estado brasileiro, faz uma portaria hedionda como essa, que o mundo todo condena? Aqui, o Supremo Tribunal indiretamente já condenou, esperando que o Ministro revogue essa portaria.

A palavra volta a você, eu reponho o seu tempo.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Seria excelente, Senador, se V. Ex^a pudesse indagar ao Ministro e talvez observar e, talvez, chamar a atenção, que o Brasil está em mora com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O Brasil, além da condenação no caso Fazenda Brasil Verde, que a Desembargadora Silvana lembrou, firmou um acordo amigável com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso José Pereira, um trabalhador que fugiu – conseguiu fugir – de uma fazenda e seu companheiro foi assassinado pelos capangas da fazenda. Esse trabalhador conseguiu fugir da fazenda, o caso dele chegou à Comissão Interamericana, e ali o Brasil se comprometeu a cumprir e elaborar políticas públicas de erradicação do trabalho escravo. Então, foi criada a Conatrae, foram desenvolvidos melhor os grupos móveis de fiscalização, foram criadas as coordenações no Ministério Público e na Justiça do Trabalho, houve todo um esforço, uma política pública, uma política de Estado. E é essa política de Estado que o Brasil está violando, suas obrigações internacionais contraídas perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Então, é muito importante que essa questão não seja debatida apenas como uma questão de política de governo ou de uma discussão conceitual. É uma questão de uma mora do Estado brasileiro com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos do qual ele faz parte. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante frisar isso e frisar também que a questão do trabalho escravo não para na portaria: nós temos um projeto de lei na Câmara, o Projeto de Lei 6.442, do Deputado Nilson Leitão, que estabelece que o trabalhador possa receber toda a sua remuneração por utilidade, sem que seja em dinheiro; substitui o repouso semanal por um período contínuo de até 18 dias de trabalho seguidos; podem-se vender as férias integrais dos seus trabalhadores. O defensor desse projeto diz num órgão de imprensa que as leis brasileiras, principalmente os regulamentos do Ministério do Trabalho, são elaborados com fundamento em conhecimentos adquiridos no meio urbano, desprezando usos, costumes e a cultura do campo.

Eu tenho certeza de que a cultura do campo no Brasil não é uma cultura de escravidão. (*Palmas.*)

Eu tenho certeza que os usos e costumes que os trabalhadores defendem são os de respeito, dignidade, liberdade, isso é que faz parte da cultura brasileira do campo. (*Palmas.*)

Não é a escravidão, Senador.

Então, essas forças continuam organizadas: nós temos um requerimento apresentado no dia 25 de outubro passado por um Líder de Partido. O Líder do PTB na Câmara apresentou um requerimento requerendo que se crie uma comissão especial para se discutir na Câmara o conceito de trabalho escravo. Ou seja, o que está em jogo é uma tentativa, já elaborada em outros momentos, de mudar o conceito brasileiro que também é referência no direito internacional, no direito comparado, que é o art. 149 do Código Penal, que estabelece um conceito moderno de escravidão, exatamente o mesmo conceito que a Corte Interamericana de Direitos Humanos consagra no caso Fazenda Brasil Verde.

Então, Senador, a nossa preocupação é que a reforma trabalhista já é nociva em si. Ela representa uma destruição enorme de gerações de lutas por direitos, de direitos consagrados. Ela representa uma ameaça à institucionalidade, porque ela diminui a Justiça do Trabalho, ela intimida o Ministério Público do Trabalho, ela sufoca o Ministério do Trabalho. Ou seja, ela é uma reforma anti-institucional. É uma reforma que tira do trabalhador aquelas únicas instituições que podem estar prontas para ouvir os seus reclamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, a parte do Estado mais próxima do trabalhador vai se distanciando dele. Isso, se nós associarmos com essas tentativas recentes de alterar o conceito de trabalho escravo com a entrevista concedida hoje pelo Ministro Presidente do TST, em que ele diz que as indenizações têm que ser calculadas com base no salário, sim. Ou seja, se um trabalhador sofre um acidente, a sua indenização, se ele ganhar pouco, vai ser pequena; se ele ganhar muito, ela vai ser maior. Ou seja, um tipo de parâmetro que não existe em nenhum outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quer dizer, se aquele que ganha pouco perder um braço e o outro do lado dele perder um braço também, o braço dele vale menos que o braço do outro.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É o fim do mundo isso!

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristiano Paixão) – Além disso, os braços dos dois valem menos do que o de um consumidor que eventualmente sofra um acidente sem ser empregado. Ou seja, esse é o quadro a que chegamos, é um quadro de monetização do trabalho humano: o trabalho humano passa a ser o sujeito de um cálculo, digamos, atuarial do preço do trabalho. Quando temos isso, Senador, nós temos a desumanização da própria ideia da valorização do trabalho humano. E aí se destrói toda essa arquitetura, que é a arquitetura do Estado de direito, do princípio da dignidade da pessoa humana, e isso está consagrado na nossa Constituição de 1988.

É por isso que nós insistimos aqui, Senador, em que esse Estatuto do Trabalho precisa muito retornar a esse espírito de 1988. É o espírito de inclusão pelo trabalho. É o espírito, digamos, de uma vida em sociedade mediada pelo trabalho. Então, não se trata de uma proteção, não se trata de um paternalismo. Trata-se da única forma digna em que o homem encontra dignidade, liberdade e autonomia.

Era isso, Senador.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Se V. Ex^a me permite, eu gostaria de trazer às suas mãos um exemplar desse livro. É um livro sobre o combate ao trabalho escravo. São quinze anos da nossa coordenação de erradicação do trabalho escravo. Inclusive, há um capítulo sobre esta questão da Corte Interamericana. É um livro que acabou de ser publicado e que eu gostaria de trazer às suas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu lhe agradeço. Já vou me levantar para recebê-lo.

Sou Relator aqui da PEC do Trabalho Escravo. Consequentemente, instrumentos como esse já vão ajudar os meus argumentos. Já sei qual é que tem que ser o meu relatório: "Art. 1º. O trabalho escravo é proibido no Brasil."

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Exatamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas os argumentos serão esses.

Ao mesmo tempo em que recebemos aqui este belo livro de Cristiano Paixão e de Tiago Muniz Cavalcanti: *Combate ao Trabalho Escravo: Conquistas, Estratégias e Desafios*. Homenagem aos 15 Anos da Conaete. Texto Introdutório de Wagner Moura.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Sim. Ele é um grande militante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agradecemos a todos.

Agradecemos a esta Mesa.

Agora, passaremos à outra Mesa. (*Palmas.*)

Vamos para a segunda Mesa, de imediato.

Valdete Souto Severo. Ela já esteve aqui. Mais uma vez, nós a recebemos com muita alegria. Juíza do Trabalho do TRT da 4ª Região. (*Palmas.*)

Já estivemos, inclusive, num programa de debates, na Rádio Bandeirantes, se não me engano. Você deu um *show* lá. Ainda bem que ela disse que me apoiava. Se ela dissesse: "Vou ser candidata ao Senado", estaria ferrado. Ela disse: "Não. Fique tranquilo, pois a gente te apoia."

Obrigado, Valdete, por ter vindo.

Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal (Apresefe). (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Waldemiro é conhecido como Peixe.

Alex Miller, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sinait). (*Palmas.*)

Miguel Salaberry Filho, Secretário Adjunto de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT). (*Palmas.*)

Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Anamatra. (*Palmas.*)

Alexandre Caso, representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. (*Palmas.*)

Depois nós teremos uma terceira Mesa, pessoal.

Se todos concordarem, eu daria a palavra, em primeiro lugar, ao Peixe, que é desse povo todo que está aí, para que ele faça a fala dele, sem prejuízo de todos – e de você – continuarem na mesa para, depois, entrar, em seguida, com a Dr^a Valdete.

Sabem o que estou olhando aqui? Eu só o conheço por Peixe, e, quando eu vejo aqui "Waldemiro", isso é nome de candidato a Presidente da República. Ele é ligeiro. Viram como ele é ligeiro? Ele disse: "Eu sou seu vice."

Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal (Apresefe).

Ele tem feito – Peixe, vou dar a palavra, de imediato, para você – um belíssimo trabalho. Ele trabalha tanto que me incomoda, porque, se estou no corredor, ele pega no meu pé. Eu vou para a tribuna, e ele: "Fala isso lá para mim, faça o favor." Ou: "Paim, liga lá para a direção" ou "Paim, vê lá com o pessoal do Ministério Público."

Mas é isso mesmo, Peixe. Parabéns pelo seu trabalho! Você merece uma salva de palmas, porque sei que você é um guerreiro aí. (*Palmas.*)

Você terá o mesmo tempo ao de todos os outros convidados – dez minutos mais cinco.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Em primeiro lugar, cumprimento a Mesa e todos que estão presentes aqui.

Neste dia eu não gostaria, Senador, de estar aqui para falar nesse assunto, porque, na quarta-feira, realmente, já começou o trabalho escravo. O senhor pode comprar as correntes e prender os trabalhadores aqui. Há os que estão dizendo: "Compre as correntes e prenda cada um deles aqui", porque nem começou ainda, e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eles já estão empregando a lei. Como o Brasil é rápido para as coisas que não prestam. Como eles aceleram o processo... *(Palmas.)*

... de uma forma que eu fico parado sem entender.

Liguei para o Senador Paulo Paim e falei para ele o que estava acontecendo: foram 130 pessoas demitidas porque moram no Goiás. Se é assim, também eu gostaria de começar aqui dizendo que os três Senadores de Brasília renunciem porque não nasceram aqui em Brasília.

(Manifestação da plateia.)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Têm de se começar por aí, se querem dar exemplo para uma nação. E o art. 5º da Constituição e incisos? Será que eles estão pensando que nós somos burros, que não percebemos o que está acontecendo?! Dentro da Casa das leis, como deixam aplicar uma lei... Vem o empresário que tem... No contrato, existe uma regra que tem que ser cumprida, e muda o jogo na metade. Aí vem e prejudica os trabalhadores. Sempre quem está pagando a conta é o trabalhador.

Gente, nós temos que estar totalmente atentos a isso, os movimentos, e temos que partir para o ataque. A melhor defesa é o ataque. E vamos atacar esse Governo! Vamos atacar esses Senadores e os Deputados que votaram...

(Manifestação da plateia.)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – ... jogando vocês numa sarjeta; jogando nós na sarjeta e tudo.

Aí fico pensando: meu avô foi criado lá, junto com Juscelino. Juscelino criou esta capital, que está também dentro do Goiás. Será que Juscelino falou assim: "Esta capital é só dos mineiros"? Senador Paulo Paim, a partir de hoje, com este projeto que eles estão colocando aqui, o senhor, que é do Rio Grande do Sul, volta para o Estado do senhor e legisla de lá, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não pode entrar.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – ... não pode entrar aqui, no Senado; não pode entrar em lugar nenhum. Só podem entrar os que forem do Estado, as nacionalidades....





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já que você me citou, pegue os três Senadores de Goiás, para pegar o exemplo.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Vou pegar. E os três Senadores do Goiás, entendeu, também se a gente for olhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não podem trabalhar aqui.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – ... não podem trabalhar aqui.

Como estiveram, no passado, vários outros também aqui estiveram. Posso citar o exemplo aqui de Francelino Pereira, do Norte, Senador por Minas Gerais, que fez um belíssimo trabalho, entendeu? Então, em qual país nós estamos? Como vamos entender esse monte de confusão que fizeram, Paim, e só vêm pegando a questão dos trabalhadores?

Para esse meu pessoal aqui, isso é o de menos. Então, o que vou ter que propor para o Senado? Que deveria ser o contrário: o Senado que deveria propor uma coisa melhor para eles: um salário digno, direito de ir e vir, que está no artigo da Constituição, e não está dando isso aí, que é o mínimo.

Outra coisa: não respeitam. Na quarta-feira, sobrou desrespeito porque vieram de supetão e falaram: "Estão todos demitidos.". E não tem conversa. Aí a gente tem que articular. Eles sabem...Primeiro, eles procuram saber: "O Peixe está por aí?" Porque "quando o Peixe está por aí", eu vou articular. É lógico que eu vou articular. Eu tenho, graças a Deus, berço; tenho a criação. Agradeço a Deus pela família que eu tenho, senão ficava muito fácil chegar e mudar a regra. Então, todo concurso público agora, se nós pegarmos o levantamento e analisar, então: todos os servidores que estão aqui são de Brasília? Então, eles não podem trabalhar aqui também não, gente! Eles não são daqui! Brasília é uma capital nova que está dentro do Goiás.

Outra coisa Senador: cadê a fiscalização deles, que tanto fiscalizam os empresários? Hoje mesmo eu desci da minha casa. Eu moro no Valparaíso e desci para cá: seis ônibus quebrados. É o que mais a gente encontra aí. Os ônibus precários, um transporte caro. O transporte mais caro do mundo se paga na capital federal. É o transporte mais caro e o mais ruim. Quando está chovendo é preferível ficar lá fora do que dentro do ônibus. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Assalto todo dia. Virou uma coisa. Nós temos, gente, que ver realmente que, nessa nova eleição, nós temos que buscar pessoas que lutem, que briguem por vocês. Se tivesse 1% do que eu tenho brigado por vocês aqui dentro...Sou tachado com o chato, como ruim e tudo, mas é porque, às vezes, Deus dá a missão igual deu para esse guerreiro aqui. Este é guerreiro. Falei para ele: "Vem Presidente do Brasil, porque o senhor está numa posição..." Não temos outros. Os outros simplesmente estão com a máscara. E o senhor não tem máscara, Senador.

Desde a Constituição, eu conversei com o Mozart. Nós conversamos muito tempo lá sobre os incisos. E o senhor chegava e dizia e falava: "Muda isso. Não pode. Vamos ali. Vamos fazer isso." Eu tenho com ele: "Senador, isso não pode. Fala para mim. Eu não tenho voz ativa lá, não, mas o senhor me representa e representa esse povo sofrido." Desses que estão aqui dentro. E os que estão lá fora? Esses terceirizados que estão lá fora? O que será deles? Do boia-fria? Como está a nossa Nação? Essa é uma coisa muito triste.

Esse dia deveria entrar para a história. Como podemos falar? Realmente, Senador, a negociação não foi para melhorar; foi para piorar. Eu quero ver se o empresário, se nós não vestirmos a camisa da empresa dele, se ele vai a algum lugar? Eu duvido o empresário vir aqui limpar ou vir fazer qualquer outro tipo de serviço. Ele tem que respeitar o povo. E nós vamos cobrar isso aí é do Congresso, Senador. O Congresso tem que dar a resposta, porque eles aplicaram o golpe, lá na Câmara...

(Manifestação da plateia.)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Eu estava lá na Câmara para defender também o pessoal do Goiás.

Tanto que, de antemão, vou adiantar, que vamos pedir uma audiência...Uma audiência, não; uma reunião com os três Senadores de Brasília: Reguffe, Hélio José e Cristovam; e, do outro lado, o Senador Wilder, o Senador Caiado – eu o chamo de meu "centroavanti", e a Senadora Lúcia Vânia, porque nós temos que resolver esse problema.

Eles não têm sossego, gente! Eles não têm sossego! Esse final de semana para eles... Foi Dia de Finados e realmente estavam todos apreensivos. No meu telefone,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

recebi várias ligações. Eu disse: "Calma, gente! Vamos negociar. Vamos tentar ver o que pode ser feito e tudo.", porque o Presidente, o diretor da Câmara foi automaticamente... Ele falou assim: "Suspendo a empresa e tiro-a daqui de dentro, se fizerem isso com os meus trabalhadores." Ele foi enfático e tudo. E aqui eu não vi um posicionamento sobre a questão; vi meu povo desesperado. Muitos passaram mal, sem falar que eles ainda não receberam o dinheiro das outras duas que a antecederam. Nós estamos nessa briga, que também não vai parar, e nós estamos pedindo o Ministério Público que nos ajude...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você se lembra do nome das empresas que não pagaram a eles?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Lembro: a Fiança, a Patrimonial, a Qualitécnica, a Conserva e outras mais. Se a gente for falar, a gente vai ficar falando um tempão, Senador. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É só para identificá-las.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – É para os senhores verem a questão. A Ministra que estava aqui – olhem o absurdo – estava tratando do quê? Dentro do Senado Federal, onde há 81 Senadores – eu falo com todos.

Eu quero também... Nós vamos até o Presidente Eunício para saber de onde vem isso, porque chegar e atirar no pessoal é muito fácil; é muito fácil chegar e atirar; falar assim: "Demite e acabou".

Mas eu quero ver agora que nós estamos chegando a 2018. Vocês têm título. Eu quero saber qual deles vai bater na porta de vocês e falar assim: "Vote em mim". Analise, faça! É a hora a que nós chegamos. É preciso levantar, pesquisar, saber, porque há muito pescador de barranco, muito pescador de barranco que vem para afundar o povo brasileiro. Esses que se vendem são pescadores de barranco, porque eles se vendem. Como eu posso acreditar num cara que se vende, que se vende à Nação? Mas ele vê que ele tem seguimento. Ele não tem filho, ele não tem filha, não vai dar casamento, não vai ter neto. Em que ele está pensando para o Brasil de amanhã? Ele está num patamar... Pode ter todos agora. E os antecessores deles? Como eles estão pensando? Eles não pensam. Não há lógica. Não é possível que eles não estejam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhando para o próprio umbigo – é preciso olhar para o umbigo. "Sr. Senador, o senhor tem filho; o senhor tem pessoas que dependem disso tudo."

As fiscalizações a gente tem cobrado, pedido. Não é possível haver um transporte ruim e caro e eu ter que fazer um processo da associação pedindo para que eles não optem mais pelo vale-transporte para não serem demitidos. A que ponto chegou o Brasil? Como é que pode isso? Onde nós vamos estar nessas questões? Isso é uma coisa mínima. É o direito de ir e vir, e mal, porque, se fosse bem, a gente até calava a boca; se fosse um ônibus confortável, Senador... Um ônibus sai da rodoviária e, quando chega ao eixo, já está quebrado. Vem para cá e tudo... E ainda somos penalizados por conta do ponto: se não chegar na hora, ou você paga, ou você é demitido.

Greve não se pode fazer mais. Isso, então, o que é? Estão tirando os nossos direitos devagarzinho. Agora eles estão tirando os da Constituição. Daqui a pouco, vai chegar um à tribuna e falar assim: "Gente, sabe isso aqui? Vamos pegar o primeiro triturador e vamos triturar; vamos triturar!" Por quê? Será que eles não viram que houve lutas e mais lutas de pessoas que estavam ali por dias, horas e meses para que saísse isso aqui? Para fazer valer? Agora, nós temos que fazer valer; isso aqui tem que valer. Não é possível que o guardião dela, como está...

Nós estamos vendo aí as coisas que estão acontecendo no Brasil, tantas coisas bárbaras, absurdas. Nós não podemos aceitar! Eu mesmo não aceito; eu repudio mesmo essa questão. É por isso que nós estamos falando.

Graças a Deus, eu tenho este Senador aqui. Desde lá, da Câmara, eu o acompanho e vejo que ele nunca mudou. Ele tem berço, tanto é que eu o chamo de meu diamante negro, porque o diamante...

(Manifestação da plateia.)

Se fosse um diamante branco, eles iam falar de toda a beleza; mas é um diamante negro de guerra, de luta. Ele vem lutando, e eu pego o exemplo dele, eu olho. Eu o acompanho e vou vendo até onde o Senador Paulo Paim vai chegar com essa questão – e ele sempre vem batendo duro. E, quando ele pega duro mesmo, tiram o Senador do ar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Vão tirar daqui a um pouco.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Pois é.

Então, essas são as coisas que a gente passa a analisar e observar.

Como é que vamos acreditar nessa questão? Só podemos acreditar, gente, se nós pegarmos agora um segmento de pensar, refletir a vida. Eu estou orientando o meu povo: "Pensem bem em quem vocês vão votar e vão para o ataque agora." Não tem disso, não. Se mexerem com vocês, me chamem que a gente para – não é assim? Vamos parar, vamos chamar alguém, vamos gritar: "Oh, estou morrendo. Estão enfiando a faca aqui. O Peixe tirou a água, tirou o oxigênio, tirou tudo; não há como nadar. Faça alguma coisa. Estou aqui. Senador, me escute; olhe aqui. É seu povo; são seus eleitores."

Senador Hélio José, que está aí; Seu Cristovam; Seu Reguffe, são seus eleitores. Cuidem do povo! Eu não posso cuidar sozinho. Vocês têm o título de Senador porque foram votados por eles. Caiado, Lúcia Vânia, Senador Wilder estão aqui porque alguém votou neles – eles não chegaram até aqui sem o voto. Então, façam valer o seu mandato igual a este aqui, que faz valer. Eu quero uma salva de palmas para este aqui, porque ele faz. (*Palmas.*)

Queria que o senhor fosse um Senador mineiro de guerra, de briga, que olha para o povo. Ele sempre está aqui. Quantas reuniões nós temos feito aqui para mostrar o quê? Comissão de Direitos Humanos. Quando o senhor nasceu, a sua mãe falou: "Você vai para os direitos humanos, porque é onde você..."

É doído. Ele tem chorado. Às vezes, eu chego ao cafezinho, e ele fala assim: "Peixe, isso é um inferno". Eu respondo: "Senador, se é inferno, eu não sei, não, mas que o bicho está pegando está pegando." Isso não é lógico. Eu não acredito, eu não acredito, numa circunstância dessas e tudo. E, quando a gente vai pôr a verdade, eles vêm dizer: "Vou demitir você, porque isso não é verdade e tudo." A gente vai e prova. Aí eles já mudam a conversa. Quando os gestores públicos que administram pagam, primeiro, o empresário e deixam o meu povo sem pagar, eles ainda querem dizer para nós que estão certos, que usaram de boa-fé. Como se pode usar de boa-fé com dinheiro dos outros? Mas, quando o serviço é executado, quando o serviço é feito, nem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sequer se elogia. No lugar em que eles trabalham, eles não estão olhando para o lado de quem limpa, de quem faz as coisas todas.

(Soa a campanha.)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Então, são coisas que nós não podemos aceitar.

Meu povo, meu povo de Goiás, meu povo de Brasília e povo do Brasil, nós não vamos aceitar mais esse tipo de coisa, senão vai pegar mesmo. O Senador Paulo Paim, daqui a uns dias, vai ligar para mim, e vou dizer: "Senador, já compraram as correntes. Vamos trancar vocês aqui dentro, e vocês não vão ter direito nem de ir para casa." Já estou vendo que não vão trabalhar no sábado, no domingo, na segunda. Então, fica aqui eternamente; nós vamos ficar eternamente aqui, só trabalhando, com monitoramento. Vamos guiar vocês para trabalhar. Não vão poder ir ao banheiro, não vão poder nada.

Do jeito que nós estamos vendo essas questões, essas reformas que estão vindo são totalmente para destruir tudo que foi construído. E nós não podemos deixar essa construção... É preciso saber que aqueles guerreiros que foram lá tiveram coragem e puseram a cara.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF. *Fora do microfone.*) – Peixinho! Viva o Peixe! *(Palmas.)*

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Querem ver? Só para tirar uma dúvida: Senador, o senhor nasceu em qual Estado?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF. *Fora do microfone.*) – Corumbá de Goiás.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Então, o senhor não pode ser Senador por Brasília, não, pois o meu povo não pode trabalhar porque é de outro lugar. O senhor tem que renunciar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF. *Fora do microfone.*) – Mas eu já sou um brasileiro de longas datas.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Mas isso não vale para dar o título ao senhor de cidadão brasileiro, não, porque para o meu povo não está valendo – para o meu povo não está valendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi bom o Senador chegar aqui – o senhor veja essa questão. Nós já estamos pedindo – é uma luta que temos – e contamos com o Senador Hélio José, com Reguffe e com Cristovam – os três de Brasília – para que sanem esse problema.

Eu quero estar aqui para falar assim: "O Brasil está andando, o Brasil está diferente." Eu tenho uma filha e preciso dizer para ela: "Minha filha, realmente compensa morar no Brasil." E eu acredito no Brasil; sou um que acredita e vou brigar por isso. Enquanto eu tiver vida, vou brigar, vou lutar para ver um Brasil melhor. Quero saber que meus sobrinhos, que hoje são novos, vão reconhecer: "Poxa, meu tio teve uma luta lá. Realmente, não passou no Senado despercebido."

Então, isso é o que eu tenho para dizer.

Peço ao Senador Hélio José, que está aí, que cuide do nosso povo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Waldemiro Livingston de Souza, o Peixe, Presidente da Associação de Prestadores de Serviço do Senado Federal, que fez aqui seu depoimento num linguajar simples, mas direto.

Eu gosto do Peixe, porque, com o Peixe, não há meio-termo. Quando ele vai falar comigo, ele fala diretamente no Senado e já me cobra para ir à tribuna: "Vou ficar aqui sentado, ouvindo. O senhor vai falar mesmo." É claro que é uma cobrança indireta, porque ele sabe que, quando me comprometo, eu vou lá e falo. Mas, pessoal, o Peixe...

Eu vou ter que dar a palavra agora à Dr^a Valdete, porque ela vai ter que pegar um voo em seguida para...

A SR^a VALDETE SOUTO SEVERO (*Fora do microfone.*) – Belém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... Belém. Ela é do Rio Grande do Sul e tem um trabalho belíssimo lá. Eu tive a alegria, de fato, de estar em alguns eventos com ela. Ela é muito querida pelo povo gaúcho pelas posições firmes que defende. Por isso, a turma toda aqui fez um esforço para a senhora estar presente, e a senhora disse: "Não, eu vou lá, sim."

Então, uma salva de palmas a você. O seu trabalho eu acompanho de perto lá. (*Palmas.*)

E, é claro, o Senador Hélio José... Permita-me, Senador Hélio José, antes de passar a palavra a V. Ex^a, deixar com a nossa juíza. Mas quero dizer que o Senador Hélio José fez um brilhante trabalho como Relator da CPI. Alguns duvidavam de que ia sair de lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um trabalho bom. Eu fui Presidente, e ele foi Relator – eram sete Senadores. Foi um trabalho excelente, que está sendo elogiado em todo o Brasil. Mesmo aqueles que são contra o bom senso e a CPI da verdade – como V. Ex^a sempre fala, e eu também falo – e fazem alguns artigos, muito pálidos, querendo desmontar os nossos argumentos, depois recuam. É um artigozinho bobo aqui, outro ali, de quem não tem resposta para dar.

Quero só dar uma salva de palmas a V. Ex^a. (*Palmas.*)

Senadora... Eu a chamei de Senadora no programa e agora de novo.

Dr^a Valdete.

A SR^a VALDETE SOUTO SEVERO – Bom dia. Obrigada. (*Fora do microfone.*)

Obrigada, Senador Paim. Eu agradeço sinceramente a oportunidade de estar aqui hoje, porque é muito importante esse espaço de fala.

Achei muito interessante que o Peixe tenha falado antes de mim, porque ele, na verdade, evidencia o que talvez seja a pior das chagas da relação de trabalho no Brasil: a terceirização, que, vejam só, não é resultado da reforma trabalhista; é um desmanche da própria função do Estado, da própria profissão do servidor público que vem acontecendo no País desde a década de 60, em que nós permitimos de algum modo que se enraizasse no serviço público. Quando eu fazia o doutorado na USP, nós fizemos um trabalho de campo aqui em Brasília, e o resultado disso é um vídeo que está disponível no YouTube. Constatamos que pelo menos a metade das pessoas que trabalham nos três Poderes de Estado aqui em Brasília são terceirizados.

O que esses trabalhadores e essas trabalhadoras que estão aqui hoje estão vivendo é simplesmente a realidade do que nós, que lidamos com o Direito do Trabalho, de alguma maneira deixamos que acontecesse. Assim como a reforma trabalhista é resultado de algo que nós deixamos que acontecesse, porque muito do que entrou nessa Lei 13.467, de 2017, é resultado de entendimentos que já estavam de algum modo presentes na jurisprudência trabalhista infelizmente.

Então me parece fundamental que nós possamos, num momento de crise e de exceção como este que nós estamos vivendo, ter um espaço de discussão sobre um estatuto do trabalho, como propõe o Senador Paim, porque, mais do que resistir, me parece que o momento agora é de avançar, sim. Nós precisamos resistir, mas precisamos também avançar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Manifestação da galeria.)

...e reconhecer algumas perdas que tivemos, talvez por nossa própria omissão. E compreender, me parece, que a nossa arma de luta, daqueles que lidam com o Direito, é justamente a linguagem, porque Direito é isso. Direito é discurso.

Então o que nós estamos fazendo aqui nesta Comissão é tentar construir um discurso de resistência e de resgate de conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros que foram perdidas ao longo das últimas décadas. E para isso me parece importante, já que o tema aqui é discutir o Estatuto do Trabalhador, que nós tenhamos em vista a necessidade de superar essa ideia de colocar tudo num texto de lei. Que façamos então um estatuto que seja enxuto, com poucos artigos, que digam o necessário, e que, sobretudo, esteja baseado na Constituição de 1988.

Foi dito aqui, não é, o Peixe chegou a erguer a Constituição e disse: "Olha, nós precisamos é cumprir esta Constituição." Nós temos uma Constituição, desde 1988, que não vem sendo cumprida. Se nós conseguirmos construir um estatuto que garanta que os trabalhadores e as trabalhadoras no Brasil não possam ser contratados mediante terceirização, porque o inciso I do art. 7º garante a todos eles relação de emprego...

(Manifestação da plateia.)

...que é relação direta, que não possam trabalhar mais do que oito horas, que não possam trabalhar em ambientes que sejam nocivos à saúde e à segurança, se nós conseguirmos efetivar o que diz a Constituição de 1988, certamente já teremos avançado muito. E sem dúvida um estatuto do trabalho que vá nessa direção pressupõe a completa revogação dessa excrescência que é a tal da Lei da Reforma Trabalhista.

(Manifestação da plateia.)

Bem, então o que eu trago aqui para vocês, já que o convite foi para discutir o Estatuto do Trabalho, para além do que já foi dito nas falas anteriores sobre esse desmanche que nós estamos vivendo, a verdade é essa, não é? A classe trabalhadora sofreu um duro golpe com a aprovação da reforma trabalhista e da própria Lei da Terceirização. Mas nós precisamos agora olhar para a frente e descobrir caminhos e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativas para tentar resgatar um pouco do que é o Direito do Trabalho, porque o que está em jogo, e isso já foi dito aqui também, Paim, o que está em jogo é a própria existência da Justiça do Trabalho.

E a Justiça do Trabalho não é nada mais do que o espaço de fala do trabalhador e da trabalhadora. E portanto, um ambiente de contenção da luta de classes. É isso que a gente precisa se dar conta, porque o Direito do Trabalho, por mais que seja um espaço de reivindicação de direitos trabalhistas, ele também é um fator de manutenção do próprio sistema.

Então o que nós estamos arriscando com essas propostas, com a aprovação dessa alteração na legislação trabalhista é justamente acirrar a luta de classes pela retirada de um espaço de mediação entre capital e trabalho. E isso é gravíssimo. Então o que eu trago para vocês são propostas, na verdade, Senador, para que a gente possa discutir ao longo das próximas reuniões para esse estatuto.

E a primeira proposta que eu faço é que o estatuto não seja o Estatuto do Trabalho; que seja o Estatuto dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. E eu explico por quê. Existe um argumento muito forte, utilizado inclusive por aqueles que pretendem o completo desmanche do Direito do Trabalho, no sentido de que todos nós somos trabalhadores e de que preservar o trabalho é, em última análise, preservar a empresa. Isso, em determinado contexto, é um argumento que até é válido. Não no contexto das relações trabalhistas, porque o Direito do Trabalho não cuida de qualquer trabalho. O Direito do Trabalho cuida do trabalho que está inserido numa relação social de trabalho. Ou seja, o Direito do Trabalho cuida de uma escolha social que nós fizemos, que pressupõe a possibilidade de que seres humanos vendam tempo de vida por remuneração, numa lógica em que só fazendo essa venda do tempo de vida, esses seres humanos conseguem sobreviver. E mais: a lógica social que nós admitimos e adotamos é de que essa troca pode ser feita inclusive com prejuízo da própria saúde, e o trabalhador ou trabalhadora que vende o tempo de vida e a saúde receberão por isso um adicional de salário, que segundo a jurisprudência majoritária, é calculado sobre o valor do salário mínimo.

Quer dizer, nós já temos um pressuposto de exploração do capital pelo trabalho, em relação ao qual o Direito do Trabalho nem toca. O Direito do Trabalho já pressupõe que essa exploração possa ser feita. O que faz então o Direito do Trabalho? Impõe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limites a essa exploração. Estabelece pontos a partir dos quais essa exploração não é possível, exatamente para que o trabalhador e a trabalhadora não sejam transformados em coisa no ambiente de trabalho, continuem tendo, em alguma medida, a sua dignidade preservada.

Então me parece que é muito importante, Senador Paim, que em nosso estatuto fique muito claro que nós estamos tratando desse trabalho assalariado, desse trabalho que é vendido como mercadoria e que nós continuamos aceitando que seja vendido como mercadoria. E por isso a proposta então de que o chamemos de Estatuto dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.

E mais: me parece que esse estatuto tem que ter, além de um número pequeno de artigos, exatamente porque nós já experimentamos, ao longo dos últimos dois séculos, a realidade de que não adianta uma inflação legislativa, não adianta um número excessivo de leis, súmulas, orientações, se nós não cumprimos as leis que nós temos. Então basta que nós tenhamos poucas normas nesse estatuto, normas que evidenciem, expressem aquilo que a Constituição Federal já diz e que a partir da Constituição, agreguem direitos aos trabalhadores e trabalhadoras, para que elas sejam efetivamente cumpridas.

E aí me parece que algumas coisas precisam ser preservadas. Em outras nós precisamos avançar. Uma questão na qual me parece fundamental avançarmos, e tem tudo a ver com a reclamação desses trabalhadores e dessas trabalhadoras que estão aqui hoje, é a questão da garantia contra a despedida. Nós temos uma Constituição Federal que garante aos trabalhadores e às trabalhadoras brasileiros uma relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa. Não é possível que em 2017 nós ainda não tenhamos criado uma racionalidade que efetivamente garanta a esses trabalhadores que no mínimo, no mínimo, haja um motivo lícito para que a dispensa seja feita. Não é possível que no Brasil as dispensas continuem ocorrendo sem qualquer motivação do empregador, ou como vocês sabem, em razão de motivação ilícita, como o fato de o trabalhador ou a trabalhadora morarem fora do local onde eles trabalham. Então me parece que esse é um ponto fundamental que precisa ser abordado nesse estatuto, garantias contra a despedida.

E o avanço seria no sentido de resgatarmos a questão da estabilidade, que está lá perdida na CLT e que nós não aplicamos, mas desde a Constituição de 1988, por uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretação que me parece equivocada do texto da Constituição Federal, e a garantia de motivação contra a dispensa, sem dúvida nenhuma. E mais: o fim da justa causa, porque a justa causa é um absurdo. Que nós tenhamos ainda, a partir da Constituição de 1988, uma regra que diz que o trabalhador pode ser mandado embora e não receber nada além do saldo de salário. E numa realidade que, se nós percebermos o que disciplina a CLT, que é apontada como protetiva demais, numa realidade em que o trabalhador que comete falta grave é despedido sem receber nada além do saldo de salário. Ou seja, é punido no mínimo umas sete vezes, porque perde sete ou mais direitos que decorrem da extinção do vínculo.

Enquanto isso, gente, o empregador que comete falta grave não perde absolutamente nada pela lógica atual. Isso também não é resultado da reforma.

(Soa a campainha.)

A SR^a VALDETE SOUTO SEVERO – Isso é uma realidade que já existe na CLT. O empregador ganha tempo para pagar a rescisão se ele assedia o trabalhador ou se ele deixa de pagar salário. Nós precisamos avançar em relação a isso.

Nós precisamos avançar, reconhecendo uma carga semanal máxima de quarenta horas, tal como a proposta, o projeto de lei que o próprio Senador Paim apresentou já há algum tempo. Nós precisamos avançar para proibir horas extras no Brasil. Nós temos uma Constituição que diz que o máximo de jornada que um trabalhador e uma trabalhadora podem realizar é de oito horas. Como é possível uma jurisprudência e agora um texto de lei que se refere a uma jornada de doze horas normais de trabalho? Quer dizer, o trabalhador recebe como se estivesse sendo contratado para oito, mas tem que trabalhar doze, e as horas extras são normalizadas, como se fossem horas ordinárias, e não extraordinárias. Nós precisamos avançar em relação a isso.

Nós precisamos avançar para reconhecer que tudo o que o trabalhador recebe pelo trabalho que ele realiza é remuneração. Não é possível admitir uma lei que diga que aquilo que o trabalhador recebe em troca do trabalho que ele faz tem natureza indenizatória, e com isso se retira inclusive base de arrecadação previdenciária.

Nós precisamos, em resumo, eu não quero passar do meu tempo, preservar aquilo que nós temos de bom na CLT, e temos muitas coisas boas na CLT. O fato de a CLT, por exemplo, unir regras de direito material e processual é algo muito avançado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive o Direito comum não consegue chegar até aí até hoje, não é? E o próprio estabelecimento de deveres de prova para o empregador, a ideia de que o empregador tem que documentar a relação de trabalho são questões importantes, que me parece que precisam ser preservadas, mas nós precisamos avançar em pontos que são cruciais.

Não há como dizer que existem direitos trabalhistas no Brasil numa lógica em que não existe garantia, por exemplo, contra despedida, porque nós estamos aqui discutindo um estatuto de trabalhadores e trabalhadoras e estamos vendo na nossa frente a realidade de trabalhadores e trabalhadoras que simplesmente perderam o emprego sem qualquer motivação lícita, e nada na lei hoje garante a esses trabalhadores e a essas trabalhadoras o imediato retorno ao emprego. E isso precisa mudar.

Então, Senador Paim, sem querer passar do meu tempo, essas são as contribuições que eu queria trazer, para que nós continuemos a falar desse Estatuto dos Trabalhadores, porque me parece que essa iniciativa é fundamental no momento em que a gente está vivendo, que é um momento, como já foi dito aqui, de resistência, sem dúvida, essa me parece que é a palavra de ordem hoje, mas também de avanço. Eu espero que a gente consiga avançar cada vez mais numa proteção efetiva, para que não só os trabalhadores e as trabalhadoras tenham a sua dignidade preservada no ambiente de trabalho, mas tenham inclusive condições de pensar, de estudar, de lutar, de se organizar, para quem sabe pensar uma sociedade para além do capital.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Valdete Souto Severo, Juíza do Trabalho do TRT da 4^a Região.

Essa sua preocupação com a proibição da demissão imotivada, como eu fui Constituinte, eu tenho um projeto de 1989. Trinta anos se passaram, e eles não deixam aprovar o projeto.

Lembro-me do Deputado Vivaldo Barbosa, que era do PDT e hoje está no Pátria Livre, que fez um movimento enorme, para tentar viabilizar, mas não teve jeito.

Por isso, o momento é de um bom debate desse tema.

Parabéns!

Sei que a senhora tem que sair.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, mais uma salva de palmas para a doutora, que vai precisar de sair. *(Palmas.)*

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – Queria, Dr^a Valdete, se a senhora tiver um tempinho, se a senhora pudesse acompanhar a minha fala rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É que ela vai ter de pegar o avião.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – A senhora está atrasada? A senhora já está atrasada? A senhora já está atrasada mesmo? Dá para ouvir uma fala?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – Está bem. Só para que o Senador Paulo Paim passe a palavra para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não. A palavra é sua já. O único problema é o de ela perder o seu voo. Nós a estamos segurando aqui.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – Não há problema? Dois minutos, dá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – Quero cumprimentar V. Ex^a, somar-me ao seu entusiasmo como Juíza do Trabalho da 4^a Região e dizer que, realmente, é necessário que o povo brasileiro fique atento, faça algo para conter essa sanha de corrupção e essa sanha destrutiva que está aí.

Então, as propostas que a senhora traz são relevantes, sérias e de conhecimento de causa. Eu, nesta Casa, tenho meus quadrantes, e um deles é ser defensor do setor produtivo, porque ele é que gera emprego, mas sou defensor do setor produtivo – a indústria, o comércio, a micro e pequena empresa, o micro produtor individual – cidadão e não do setor produtivo selvagem. Está certo?

O que a senhora coloca são formas e ponderações, para que possamos abrir um diálogo, no sentido de que o setor produtivo continue com a sua inclinação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante e fundamental para o País, de gerar emprego e oportunidade, sem escravizar o trabalhador.

Não podemos permitir isso nem na área pública, nem na área privada, nem na área rural, nem com as mulheres, que, na verdade, é o ponto mais frágil de toda a situação.

Então, meus cumprimentos a V. Ex^a. A senhora já está meio atrasada. Desculpe, inclusive, ter cortado a minha fala, para poder saudá-la.

Muito obrigado, Dr^a Valdete. Meus parabéns!

A senhora está com o meu telefone, e o meu gabinete está a sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me que eu aproveite, já que a doutora teve de sair, para chamar à mesa a Vice-Presidente da ANPT, Dr^a Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – Muito bem. A Dr^a Ana Cláudia é a Vice-Presidente. O Dr. Alessandro ainda continua na Presidência do Ministério Público?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – Isso. O Dr. Alessandro, que esteve aqui e já saiu, é uma pessoa extraordinária. A Cláudia também é dez.

Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Paulo Paim, mais uma vez, pela meritosa reunião que V. Ex^a organiza. Não me canso de dizer: V. Ex^a é um exemplo para este País. É um exemplo a ser seguido pelos Parlamentares, tanto pelos Deputados quanto pelos Senadores, porque V. Ex^a teve uma experiência de quatro mandatos, como Deputado Federal, dois mandatos, como Senador da República.

Então, V. Ex^a é uma pessoa demonstra que é possível essa longevidade de seis mandatos, sendo dois de Senador. Ou seja, podemos contar assim: seis, sete, oito mandatos de quatro anos seguidos. Oito vezes quatro dá trinta e dois. Então, são trinta e dois anos de vida pública no Parlamento, como Deputado e Senador, sendo rente, probo, não sendo corrupto, não desviando dinheiro público e mostrando que um político pode adentrar o Parlamento e fazer diferente, representando realmente a sociedade.

V. Ex^a realmente é um exemplo a ser seguido. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente só sente orgulho de ser membro desta Subcomissão, ser membro da Comissão de Recursos Humanos e ser amigo de V. Ex^a, que, como Presidente da CPI da Previdência foi *show*, foi completo, conseguiu nos ajudar muito.

Eu, como Relator da CPI, consegui fazer esse relatório importante, como V. Ex^a destaca, graças muito a V. Ex^a ser o Presidente. V. Ex^a, como cabeça, que pediu as assinaturas. Juntamente com V. Ex^a, obtivemos 62 assinaturas de Senadores. Como Relator da CPI, junto com V. Ex^a, como Presidente, aprovamos, por unanimidade, o relatório. (*Palmas.*)

E um relatório que comprova que as contas do Governo estão erradas, que o Governo quer forçar um déficit da previdência que não existe. Para nós, foi fundamental a aprovação, por unanimidade, porque, agora, não há como o Governo dizer que existe déficit da previdência.

Aqui, nós comprovamos que a seguridade social é superavitária, porque todo mundo sabe: seguridade social é um tripé, que tem previdência, assistência social (LOAS) e saúde. Há uma série de fontes de contribuição de receitas que precisa ser somada, e o Governo não está somando, para tentar forçar um déficit inexistente no conjunto da seguridade social.

Então, V. Ex^a foi fundamental nessa questão. Quero cumprimentá-lo por esse trabalho, em que eu e V. Ex^a fomos um dos votos contrários à reforma trabalhista nesta Casa, com muita honra, com muita satisfação, mesmo sendo fragorosamente perseguido pelo Governo.

Eu, que era Vice-Líder do Governo, deixei a Vice-Liderança do Governo, e votei contra a reforma trabalhista, porque não ia votar favoravelmente ao amassar aqui os trabalhadores. (*Palmas.*)

Também peguei essa relatoria da Previdência, e nós trabalhamos sem pressão e comprometidos com uma única questão: a verdade.

O Peixe fez uma pergunta logo que cheguei aqui: a naturalidade é o Estado onde as pessoas nasceram. A naturalidade é o de menos, porque o Senador Paulo Paim é um gaúcho de nascimento; sou goiano, de Corumbá de Goiás, a cidade mais antiga dessa região, com muita honra e muita satisfação.

Para quem não sabe, Corumbá é o pai de Anápolis, a segundo maior cidade do Estado de Goiás. Corumbá é o pai de Abadiânia, de Alexânia, de Cocalzinho, de parte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Santo Antônio do Descoberto e de Pirenópolis, onde, ontem, inclusive estive lá à tarde. Pirenópolis é dezoito anos mais nova do que Corumbá, embora seja uma cidade mais conhecida pelo folclore.

Então, Corumbá, a cidade onde nasci, é a mãezona de grande parte da região de Brasília inclusive. Existe Águas Lindas também, que vem da região de Corumbá.

Então, quero dizer, é com muita satisfação que estou aqui. Sei que é um absurdo o que querem fazer com os terceirizados que moram no entorno do Distrito Federal, querendo exonerá-los ou demiti-los, só porque moram no entorno do Distrito Federal.

Isso é inaceitável! Nós, inclusive, vamos conversar com o Presidente da Casa, Eunício Oliveira, com a Diretora do Senado, Dr^a Ilana Trombka, porque isso é inaceitável. A empresa que ganhou a questão para trabalhar no Senado não pode fazer esse tipo de pressão por causa de vale-transporte ou por causa de outra situação.

O entorno, no Distrito Federal, está integrado com o DF. Nós não podemos admitir que se demitam pessoas terceirizadas aqui porque são do entorno. Isso é inadmissível.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Só para pegar o gancho da palavra do senhor aí, o que os empresários estão obrigando? Estão obrigando o pessoal a mentir, arrumar endereço do DF para não ser demitido...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – Para não pagar o vale-transporte.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – ... e para não pagar o vale-transporte. Isso é mais um absurdo que não pode acontecer e passamos a ser mentirosos. Eu perdi um emprego, justamente fui desclassificado. Tirei nota máxima em tudo. Quando foi na questão lá, no aeroporto: "Você é de onde?" "Sou de Valparaíso." "Então, você está eliminado por conta disso."

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – É um absurdo isso.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Aí, o que aconteceu? A menina falou: "Não, Peixe, mas você poderia arrumar um endereço falso." Mas, como minha mãe me deu uma criação: "Fala a verdade porque a verdade sempre prevalece", eu desisti.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – Perfeito.

Peixe, ontem, inclusive, quando eu vinha de Corumbá e de Pirenópolis, eu passei até pela fazenda do Eunício. Eunício é o nosso Presidente. Todo mundo sabe que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriedade do Eunício está entre Corumbá e Alexânia, é praticamente uma grande parte do Município todo. É uma propriedade muito bonita.

O Senador Eunício é uma pessoa de bem, é uma pessoa que vem, inclusive, como empreiteiro, ou seja, como contratante de terceirizado: ele tinha a Empal, agora é a Confederal. Ele sabe da acessibilidade e sabe que isso é inadmissível. Com certeza, ele não concordará com esse tipo de atitude que a empresa hoje está fazendo de querer forçar as pessoas a mentirem. O Senador Eunício não compactua com mentira, e a empresa que foi contratada sabia que tinha pessoas do Goiás e que tinha que permanecer com elas. Então, não tem essa conversa. Então, vamos conversar, vamos dialogar e vamos resolver isso.

Eu, Reguffe e Cristovam: Reguffe é um carioca; eu, um goiano; Cristovam é um pernambucano. Então, os três Senadores do Distrito Federal são de origem de Estados distintos porque Brasília é formada por pessoas dos vários Estados brasileiros. Então, com muita honra, eu, como nascido em Corumbá de Goiás, sou Senador da República por Brasília e represento da melhor forma possível o cidadão brasiliense.

Como servidor público concursado que sou, não admito corrupção, inclusive já pedi para as pessoas que o ano que vem não votem em ficha-suja, lugar de ficha-suja é fora da Câmara e fora do Senado Federal, que escolham pessoas íntegras, pessoas que têm história – como eu tenho, como Paulo Paim e como vários outros amigos do Senado e da Câmara têm – em defesa dos trabalhadores, sem se envolver com corrupção.

Por isso, meu Partido, que é o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), convidou o Senador Paulo Paim para ser candidato a Presidente do Brasil pelo nosso Partido. O Senador Paulo Paim é convidado a se filiar ao nosso Partido. Ele esteve em uma longa conversa comigo e com o Presidente nacional do meu Partido, que é o PROS, onde nós externamos para ele o nosso desejo de apresentar para o Brasil um candidato suprapartidário, um candidato que tem uma ficha corrida ética, limpa, íntegra, sem ser ficha-suja, um candidato que tem um trabalho, como o Senador Paulo Paim tem, na discussão do Estatuto do Trabalhador, na discussão do Estatuto do Idoso, da pessoa com deficiência, das pessoas vulneráveis, em defesa das centrais sindicais, em defesa da OAB, em defesa da CNBB, em defesa das associações de classe brasileiras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senador Paulo Paim, caso venha a ser candidato a Presidente, receberia apoio do centro, da direita e da esquerda porque é uma pessoa que está acima das picuinhas de centro, direita e esquerda e acima das picuinhas partidárias.

Então, o nosso Partido, o PROS, vendo que o Brasil precisa de alternativa e não de pessoas que vêm mentindo, nem de um extremo nem do outro, e que tenham processo, nós estamos convidando o Senador Paulo Paim para apresentar para o Brasil uma proposta. Se essa proposta pegar o rumo que nós desejamos, eu tenho certeza de que Barack Obama virá ao Brasil fazer campanha para o Paim, eu tenho certeza de que os países africanos todos virão fazer campanha para o Paim, eu tenho certeza de que as pessoas de bem do mundo virão fazer campanha para o Paim, porque nós teremos uma proposta de uma pessoa digna para apresentar para o Brasil e que não esteja com conversa fiada de distribuir arma para a população. (*Palmas.*)

Vocês viram o que acabou de acontecer na igreja nos Estados Unidos? Um membro da igreja foi lá e assassinou mais de 20 pessoas. Sabe o que é isso? Propostas indecentes e indecorosas daqueles que não têm o que fazer, que não defendem nada e que querem distribuir arma para a população; é isso que vai acontecer no Brasil com esse bando de desempregados que nós temos, quase 14 milhões de desempregados. Então, isso é inadmissível.

Então, há gente brasileira ainda achando que pessoas que vêm com proposta e conversa fiada, tipo o cidadão que defende ditadura militar e defende distribuir arma para a população, que isso é solução. Solução onde? Em lugar nenhum. Solução de pôr mais gente na cadeia e de fazer mais crime em nosso País – isso que é solução – porque não tem uma proposta de tirar o Brasil da crise, não tem uma proposta de geração de emprego, não tem uma proposta de novidade para que os nossos jovens possam ter uma universidade digna e possam ter condição de trabalhar e desenvolver.

Então, é contra tudo isso que nós estamos querendo construir a candidatura de Paulo Paim porque o povo está sem alternativa. Há gente migrando para esse tipo de proposta porque não tem alternativa. É o Lula, candidato de um lado, que é uma pessoa muito boa – eu tenho o maior respeito e a maior admiração por ele –, mas com milhares de acusações, processos e isso e aquilo por causa de todas as questões e, do outro lado, essa inconha, de que eu já acabei de falar aqui e me nego, inclusive, a falar o nome porque eu não defendo ditadura militar e não defendo que a repressão e a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

falta de democracia retornem para este País. Lutei sempre por democracia e tenho certeza de que o Senador Paulo Paim é um democrata e defensor dessa instituição, por isso nós estamos aqui neste debate.

Para concluir, eu quero dizer, Paulo Paim, meu nobre Senador, que, se V. Ex^a vier para o PROS, nós vamos ao Brasil inteiro levar suprapartidariamente com todas as instituições sérias. O senhor já vem sendo lançado a candidato a Presidente por várias entidades, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em vários outros Estados. Espontaneamente, na hora que o senhor tiver um partido que está lhe franqueando todas as condições, com tempo de TV, com imprensa, com jornal, com meios de comunicação, para que o senhor coloque na mão de todo o Brasil uma proposta diferenciada, eu tenho certeza de que aparecerá um vice-candidato a Presidente da República de sua chapa do Nordeste, uma pessoa ética e íntegra como o senhor, para a gente unir Sul e Nordeste em prol de todo o Brasil e demonstrar que nós podemos ter uma chapa de pessoas coerentes, pessoas íntegras, pessoas que defendem o desenvolvimento, a geração de emprego, o respeito às instituições, o respeito aos trabalhadores, o respeito à dona de casa, o respeito, principalmente, à vida, à família e ao meio ambiente, e é o que V. Ex^a representa. Então, estou convencido disso, Senador Paulo Paim.

Eu quero cumprimentar toda a Mesa, só rapidamente: Valdete, que já saiu, uma juíza do trabalho excepcional; Waldemiro, que é nosso Peixe. Peixinho, você sabe que nós queremos você, inclusive, Deputado Distrital, pré-candidato a Deputado Distrital. Eu quero ver você na Câmara para defender todos os terceirizados de Brasília. Você sabe disso, trabalhando para isso. Você é um camarada que a gente admira muito, você e todo mundo aqui. Parabéns. Cumprimento Alex Miller. O Alex é do Sinait, um sindicato muito sério, que tem Carlos Silva como Presidente e Alex como diretor. O Alex é do Piauí e tem feito um trabalho extraordinário. Parabéns, Alex. Cumprimento Miguel Salaberry. Você é parente da Zilka Salaberry, Miguel?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF) – Miguel é parente da Zilka Salaberry. Olha, que legal! Zilka Salaberry – todo mundo sabe – era a Dona Cajazeira, da novela do Odorico, uma atriz brasileira excepcional, que Deus já levou, mas deixou muita história no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso País. Parabéns, Miguel Salaberry, Secretário da UGP. Meu abraço ao Patah e ao trabalho que vocês têm feito na UGT. A Noêmia é essa pessoa maravilhosa da Anamatra, que tem nos ajudado muito, inclusive nos ajudou na CPI da Previdência, nos ajuda aqui. Obrigado, Noêmia. Alexandre Caso, representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. Meus cumprimentos. Meus parabéns, Alexandre.

A outra mesa teve Kátia Arruda do TST; teve Alci Matos Araújo, do Contracs; Silvana Abramo, Desembargadora do TRT; e Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA); e Magda Barros Biavaschi, representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp); e Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho.

Então, meus cumprimentos, Senador Paulo Paim, por este trabalho. O que o senhor está fazendo aqui é de uma contribuição fenomenal com relação a pôr ordem na anarquia feita com relação à CLT, como a nossa Noêmia colocou.

O Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa, falou que, dia 11, vai sair a medida provisória. Nós esperamos que a medida provisória cumpra o combinado, que eram vetos de uma série de questões que o Governo iria alterar. Esperamos que essa medida venha cumprindo o acertado nesta Casa, mas isso é pouco perante os danos que a reforma trabalhista fez para todos nós, mas é um caminho para a gente pelo menos discutir e consertar algumas coisas, que a Dr^a Valdete tinha nos colocado, que a Dr^a Noêmia também coloca e outros colocam.

Então, quero, Senador Paulo Paim, rogar para que V. Ex^a possa vir disponibilizar esse nome para o Brasil porque o Obama dizia que um sonho é possível, e é possível ter esse sonho aqui. Eu acho que nós podemos ter esse sonho aqui. É possível, a gente pode mudar. E V. Ex^a pode representar a possibilidade do negro, a possibilidade do excluído, a possibilidade da pessoa que é honesta poder assumir o Governo do País.

Parabéns a V. Ex^a, a todos que aqui compõem essa mesa e aos ouvintes nossos.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senador Hélio José, pelas considerações que faz. Eu agradeço muito o carinho de V. Ex^a em relação a meu trabalho e realmente tanto o Partido de V. Ex^a como outros partidos me procuraram com essa ideia. Eu sou como aquele gaúcho que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz o seguinte: o momento e a hora podem fazer a oportunidade. Se o cavalo passar encilhado, não tem como você não tocar para frente, mas, se é o momento e a hora, a história vai dizer. Todo mundo sabe que, no momento, eu sou candidato ao Senado da República. Eu falei inclusive com V. Ex^a.

Alex Miller é auditor fiscal trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. ALEX MILLER – Bom dia a todos. Bom dia as damas que estão nesta mesa, em primeiro lugar. Saúdo o Paim como o Senador que está sempre à frente dessas iniciativas. Nós temos sido muito parceiros, especialmente neste momento de tanto ataque à proteção social.

Eu estou falando aqui pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e, obviamente, também tenho que saudar a todos que estão aqui na mesa.

E saúdo primeiro as damas, porque vocês sabem dessa minha história de escrever sobre isso, de estudar a questão da desigualdade de gênero no Brasil; os amigos auditores fiscais do trabalho, que estão também aqui nos assistindo, muitos presentes aqui hoje. Nós somos eu acho que dez ou mais aqui. (*Palmas.*)

E não podíamos deixar de estar presentes em um momento que é realmente uma demarcação de uma posição acerca do que tem acontecido no Brasil.

O Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho) tem se empenhado sempre, estamos sempre juntos aqui. São dezenas de audiências públicas e reuniões, fóruns, seminários. Frequentemente e constantemente temos feito a denúncia dessas atrocidades que têm sido feitas no Brasil.

Isso não é de agora – a Valdete esclareceu que é algo histórico –, mas se intensificou muito nos últimos anos, especialmente com essas duas reformas, que são meio que o carro chefe: a trabalhista, que vai entrar em vigor agora no dia 11 de novembro, e a previdenciária, que logo continuará. Parece que deram uma pausa. Vamos ver o que vai acontecer agora com o relatório da CPI da Previdência, que vai mostrar que, assim como a trabalhista é montada em falácias, a da previdência também é montada em falácias.

E não só o Sinait, porque o Sinait tem contado sempre com a parceria da Anamatra, da ANPT, da Abrat, das entidades que são representativas dos agentes estatais no mundo do trabalho também. Então, desde o início da reforma trabalhista,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem se manifestado contra, veementemente contra, porque mais do que teorizar, na verdade, sobre o trabalho humano, o auditor fiscal do trabalho vê o trabalho humano. Ele conversa com a pessoa que trabalha, ele sente, como disse o colega uma vez, o cheiro do lugar em que a pessoa trabalha, ele pisa a lama em que o trabalhador pisa.

Então, essa vivência muito próxima nos autoriza a falar daquela realidade não só de longe, porque às vezes a gente fala muito... Às vezes, principalmente, quando o discurso é sobre retirar o pouco que se tem de direito, não se vê aquela situação ali, não se conhece aquela situação, não se percebe aquela situação de perto, como a gente vivencia.

Então, não é à toa que tem o Sinait empenhado tanta energia na elaboração do Estatuto do Trabalho, tem participado, constituiu um grupo de trabalho lá no próprio sindicato para ajudar nosso trabalho aqui.

Eu queria pontuar algumas coisas que eu tenho falado nessas falas aqui, porque não é a primeira vez que a gente tem conversado aqui. Eu queria lembrar que a reforma trabalhista, assim como a previdenciária, assim como toda essa onda de reformas, tem alguns condicionantes estruturais, que têm a ver com o contexto global também, com como o mundo se organizou e tem se organizado nas últimas décadas.

Eu sempre tenho conversado. Inclusive falei com duas juízas da Anamatra, lá na jornada da Anamatra, que nós vivemos em uma sociedade, em um mundo globalizado, em que 600 empresas detêm 85% do comércio mundial. E uma pesquisa recente de uns pesquisadores suíços conseguiu identificar que 143 dessas 600 empresas são donas umas das outras. São 20 mil famílias, mais ou menos.

Se a gente para para pensar a repercussão disso, por exemplo, na concentração da riqueza e também das decisões, na governança global, em quem decide biopolítica do clima, quem vive e quem morre, significa que são muito poucas pessoas que decidem o destino de quase toda a humanidade.

A Oxfam, que é uma instituição respeitadíssima na Inglaterra, recentemente publicou o *Report* mais recente, um relatório sobre essa desigualdade e esclarecia que as oito pessoas mais ricas detêm uma riqueza pessoal equivalente a 50% da riqueza das mais pobres da humanidade, as outras 3,5 bilhões de pessoas. Ou seja, 1,8 mil bilionários detêm a mesma riqueza dos 70% mais pobres da humanidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2015, pela primeira vez, desde que a Oxfam faz esses relatórios – já está com mais de 20 anos, porque são várias instituições –, 1% da humanidade mais rica ultrapassou a riqueza dos outros 99%.

Então, assim como a Valdete estava comentando... Eu me sinto plenamente contemplado na fala dela, não tenho mais o que falar do ponto de vista técnico. Quanto a todos os equívocos, eu acho que agentes estatais trabalhistas, estudiosos do direito do trabalho e até nós, na prática do mundo do trabalho, acabamos permitindo que o projeto constitucional que está lá, ou seja, de trabalhar 8 horas, de ter um trabalho com dignidade, de não ser submetido a tratamento degradante no trabalho. Então, a gente acabou deixando isso se esvaír, com certas permissividades, que muitas vezes estavam na nossa própria compreensão que foi se construindo nas últimas décadas – equivocada, certamente.

Então, eu coloco essas questões de condicionantes estruturais muito maiores do que só a decisão de uma Nação, porque não é só uma Nação que passa por isso. Eu falo isso, porque... O que aconteceu? Por que reforma trabalhista no Brasil especificamente, a nossa? A nossa é uma dentre várias. E a nossa é uma tentativa da elite nacional de sobrar algo para ela. Mais de 50% do PIB já está sendo entregue para fora do Brasil. Está lá a auditoria da dívida pública, a gente sabe como é que está.

Então, se sobra só 50% da riqueza de um país para dividir com toda aquela sociedade, o que acontece é que só tem uma forma de fazer isso: bota para trabalhar sem pagar hora extras, até morrer, sem se aposentar e recebendo menos salário. Foi isso que aconteceu em todas as reformas trabalhistas do mundo: uma redução dos padrões salariais, um aumento – no caso das reformas trabalhistas acompanhadas das previdenciárias – do tempo necessário para se aposentar, uma exigência de mais tempo para poder se retirar do mercado de trabalho. E é isso que está se pretendendo fazer no Brasil hoje.

Na verdade, já conseguiram uma parte, que é essa parte da reforma do trabalho que vai entrar em vigor em novembro. Nós continuamos com uma voz a dizer: vai ser uma atrocidade, vai acontecer o que aconteceu nos outros países que fizeram essas reformas últimos anos. Aconteceu o que na Espanha? Trinta e quatro por cento da população economicamente ativa recebendo menos de um salário mínimo. No México: 66% da população na informalidade. Então, são essas consequências que vão acontecer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil. A gente vai enxergar isso no tecido social brasileiro em breve, nos próximos anos.

E eu disse que a do Brasil é uma entre várias, porque a pesquisa que a OIT realizou – foi publicado um artigo resumindo tudo isso – mostra que a retórica de 110 nações que fizeram reformas entre 2008 e 2014, das quais 55% eram para reduzir a proteção, foi a mesma retórica da nossa reforma: é para aumentar o emprego, para permitir oportunidade.

E no fim das contas, o que aconteceu nessas nações foi: curto prazo, desemprego; longo prazo, uma troca dos postos de trabalho de melhor qualidade por postos de trabalho precários. E é exatamente o que a reforma pretende: oferecer um cardápio de formas de trabalho precárias ou precarizantes.

Eu faço essa introdução aqui para falar sobre a esperança que a gente tem no estatuto. A Valdete estava colocando já: não só resistir, mas também avançar. Minha fala é rápida justamente no sentido de que a nossa reforma visa, portanto, como todas essas, a uma translação dos custos das atividades econômicas para o próprio trabalhador. É você, na verdade, reduzir isso, transferindo... Aquele custo não vai deixar de existir para a produção de um bem, de um objeto, de um serviço.

Você pode transferir aquilo para o trabalhador, por exemplo, para o trabalhador autônomo – como é a história da reforma lá do art. 442-B da CLT já reformada, em que há uma pretensão de afastar até a relação de emprego, embora ela seja um direito fundamental, como também foi dito aqui hoje sobre o art. 7º da Constituição. E não é novidade aquele tipo de previsão.

Por um lado, eu queria destacar um outro ponto aqui que, numa reunião do Fides, lá no Sinait – e vou fazer essa referência, porque o Mauro merece a referência –, o Mauro Menezes comentou que os nossos países irmãos, aqui próximos, da América do Sul... Ele tinha percebido, ao fazer um estudo sobre reformas trabalhistas há muito tempo, que existia uma diferença crucial entre esses países e nós. Nesses países poderiam até existir normas de proteção ao trabalho e tudo, mas não existiam instituições fortes, instituições de proteção forte. Então, não existia uma justiça do trabalho, na maior parte, ou era muito tímida, ou não existia um ministério público voltado a essas questões e, fundamentalmente também, não existia uma inspeção do trabalho forte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maior parte das inspeções do trabalho aqui da América do Sul a gente sabe como é. Às vezes, o inspetor é contratado temporariamente e com salários baixíssimos; e, quando ele entra na empresa de alguém que, às vezes, é um Parlamentar, ele ou é demitido, ou é retirado da empresa. Então, essa é a realidade da inspeção do trabalho na América do Sul – na América Latina, na verdade.

Então, o Brasil é uma exceção: tem uma inspeção do trabalho forte; tem uma história de combate ao trabalho escravo, de combate ao trabalho infantil, que foi realmente o ator que movimentou isso no Brasil; tem uma Justiça do Trabalho e um Ministério Público do Trabalho voltados para essas questões que têm uma compreensão forte disso.

Então, o Mauro Menezes antevia: essa questão da portaria do trabalho escravo – e a gente se referindo àquilo na reunião – não é só... Não basta destruir a norma trabalhista. Quem quer destruir a norma trabalhista e o direito sabe...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEX MILLER – ... que tem que destruir também as instituições, porque, se elas forem fortes, elas não permitirão que a violência com que essas mudanças chegam cheguem ao trabalhador de imediato. Vai haver um barramento.

E daí as críticas à Anamatra... Noêmia, a gente conversou naquele dia. Por que atacar tanto o juiz, dizendo que o juiz não quer cumprir a lei? Como se o Direito do Trabalho fosse como qualquer outro ramo do Direito. Ele tem uma particularidade muito especial, que o diferença de todos e que, inclusive, tem que nos modificar como agentes jurídicos.

Primeiro, ele leva em conta o que é mais benéfico, porque ele é para proteger mesmo. Primeiro, ele avalia isso; depois ele avalia de onde é a fonte. Se a portaria é mais benéfica, é a portaria. Se ela for melhor do que a Constituição, é ela que vai valer. Então, ela nem retira essa fundamentação do conteúdo puramente técnico-jurídico, ela ainda tem que avaliar o sentido social da norma.

Por isso que é aberrante a lei nova, essa nova lei da reforma trabalhista, porque ela quer justamente fazer o contrário do que é o espírito do Direito Trabalho, que é: a gente tem uma proteção e a gente não volta mais. A gente só vai para frente aqui. Ela quer justamente fazer retroceder.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A portaria, por exemplo, do Ministério, no espírito disso, faz retroceder o conceito de trabalho escravo, como eu dizia, para uma época que nem existiu no Brasil, porque nunca um escravo no Brasil foi acorrentado. Todos... Muitos escravos no Brasil viviam na casa grande, livres. Alguns até caçavam os outros. Então, nunca no Brasil um escravo foi só quem era acorrentado. Portanto, até a designação da portaria é um erro histórico, sociológico, jurídico e técnico também.

Assim, podemos enxergar e vamos esperar que vai acontecer esse ataque direto, que tem acontecido na imprensa. Estão aí as propostas de, supostamente, acabar com a Justiça do Trabalho. Com a inspeção do trabalho tem se tentado sistematicamente acabar, porque, se não se faz concurso, se você corta orçamento – como este ano, que foi cortado 70% –, é lógico que você mata a instituição. É como você ter uma instituição forte cujas mãos você cortou. Então, ela não vai conseguir operar. Então, podemos nos preparar para isso.

E aí, claro, é preciso que as instituições também estejam protegidas no Estatuto do Trabalho. Por isso, eu falo aqui que a esperança do Sinait no Estatuto é que, ao contrário da reforma trabalhista, que cria um cardápio de subempregos, de relações de qualidade inferior de trabalho, ao mesmo tempo, com a joia da coroa dela que é negociado sobre o legislado... É até estranho, porque, para privilegiar o negociado, retira totalmente a força das entidades sindicais... É muito esquisita uma reforma que pretende privilegiar o negociado e retira a força de quem vai negociar, pelo menos a força dos trabalhadores – não é, Peixe? Então, há todo esse cardápio de subempregos e, ao mesmo tempo, a prevalência do negociado sobre o legislado que geraria uma lei para cada empresa, como o Carlos, o Presidente do Sinait, tem dito tantas vezes na fala dele.

Com o Estatuto do Trabalho, esperamos que cuide de ser uma lei para todos e para todas, não apenas para uma empresa, para um tipo de empregado, e, portanto, que realmente avancemos na proteção, que ampliemos a tutela, assim como disse a Noêmia, justamente para escapar daquilo que a OIT, lá no início, declarou, que é que o trabalho não seja uma mera mercadoria, que a pessoa que trabalha não seja só uma coisa, não seja apenas um objeto num cálculo de como obter um produto ou um serviço, mas que ele possa ter esperança de vida e dignidade e que possa sonhar, assim como nós, pois também desejamos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É só isso que esperamos. E é por isso que estamos aqui participando disto, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Alex Miller, auditor fiscal do trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Parabéns pelo trabalho belíssimo que vocês vêm fazendo, inclusive enfrentando essa portaria. O trabalho que vocês estão fazendo é exemplar. Todo o Brasil está a par da movimentação que vêm fazendo. E parabéns pela colaboração que estão dando aqui, participando de todas as reuniões, para elaborarmos o estatuto do mundo do trabalho. Meus cumprimentos.

Miguel Salaberry Filho, Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Companheiros e companheiros, Senador Paulo Paim, demais componentes desta Mesa, eu estou como representante da União Geral dos Trabalhadores – aqui, represento o Presidente Ricardo Patah. E estou como presidente de sindicato dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, companheiro Paim, que muito nos orgulha. E orgulha-nos muito mais ainda o que disse a nossa Juíza Valdete, do Rio Grande do Sul, que fez umas considerações e uns comentários que...

Estando eu sentado a esta mesa de debates, Senador, o celular não para, com as redes sociais pedindo para denunciar, denunciar, denunciar o que está acontecendo no Brasil inteiro. O companheiro Presidente do Sindicato Padeiros de São Paulo, companheiro Chiquinho, disse que está em vias de negociação e que os empresários, com o sindicato patronal, já querem aplicar uma lei que nem está em vigor ainda. Nós no Rio Grande do Sul temos vários sindicatos com as mesmas situações. Então, eu quero aproveitar, Senador Paim... A UGT vai encaminhar ao Senador a nossa proposta desse Estatuto. Como disse a Juíza, que não seja um Estatuto do Trabalho e, sim, um estatuto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Quando a Juíza Valdete fala nas demissões imotivadas, nas demissões por justa causa etc., eu gostaria de aqui mencionar, pois eu não poderia deixar de fazer isso. Estão todos os trabalhadores do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, há três anos, sofrendo uma pressão de um Presidente chamado Romildo Bolzan Júnior, que não paga salário, que não reajusta salário há três anos. Nós estamos com processo na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça de Trabalho, já houve sentença, mas há os recursos. Infelizmente, a Justiça é morosa. Eu acho que a Juíza Valdete já apreciou algum processo lá do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense, do Romildo Bolzan Júnior, que diz que não tem condições financeiras de dar reajuste nem inflação e renova o contrato de um jogador recentemente – não vou declinar o nome, porque é um trabalhador e não é culpado – pagando R\$1,2 milhão por mês, isento do Imposto de Renda. Esse é um cidadão que, infelizmente... Existe o Profut, que transitou aqui, que diz que todos os clubes de futebol poderão se beneficiar desse Refis e pagar previdência atrasado, pagar Fundo de Garantia parcelado, com juros baixíssimos. E aí vem a Presidente da República e revoga, dizendo que o clube que deixar de cumprir por um ou dois meses não perde o Refis, esse Profut.

O que falta neste País, Senador Paim, é político que nem V. Ex^a, que muito orgulha o Rio Grande do Sul e o Brasil. (*Palmas.*)

Entendo que a proposta, com o convite feito pelo Senador aqui, do Distrito Federal, Hélio José, muito orgulharia todos os trabalhadores e os empresários sérios deste País. O que nós precisamos é de um Congresso Nacional, Câmara e Senado, com pessoas que estejam comprometidas com o Brasil e não como estamos vendo hoje, com Senadores e Deputados sendo comprados pelo Presidente da República. O que mais fico indignado, Senador Paim e todos que me ouvem e me veem neste instante, é que, na segunda-feira, agora, passada, eu vi o Ministro Henrique Meirelles, em rede social, em canal do Governo, dizendo que, na CPI da Previdência Social, que foi presidida por V. Ex^a, em que fizeram um belo trabalho e que apontou os devedores, usaram números falsos, que esta comissão que foi aprovada por unanimidade faltou com a verdade. Como ele estava ao vivo, eu entrei ao vivo também e perguntei a ele por que ele entendia que JBS, Banco do Brasil, Itaú, Santander – e fui enumerando todos os bancos e a empresa JBS, que comprou todo o País e que é quem mandava no País – não eram cobrados no que deviam para a previdência. Se cobrassem, a previdência seria saudável e, ao contrário, poderia até estar emprestando dinheiro para os ministérios. Então, eu vejo que este País não tem seriedade. E mais ainda: ele disse que será candidato, que o nome dele está como candidato à Presidência da República. A que ponto nós chegamos em que este País, em vez de estar preocupado com o que estamos passando neste momento, está preocupado com as candidaturas que virão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futuramente? Eu tenho certeza absoluta – nós da UGT, todos os trabalhadores que nós representamos com as demais centrais, pela unidade que as centrais têm hoje – de que nós saberemos que este País está prestes a ser corrigido por todos nós trabalhadores e trabalhadoras. Está chegando outubro, que vai ser quando vamos reparar ou, então, vamos eleger quem não merece nos representar.

Eu gostaria, Senador, de dizer mais ainda. Quando eu estive aqui, no Senado, quando o Senado estava apreciando a reforma trabalhista, veio o Senador Romero Jucá, que envergonha os trabalhadores, que envergonha este País, e disse que estava aqui representando o Presidente da República. Ele entregou um documento pedindo para que todos os Senadores que estavam aqui, oposição e situação, deixassem de pensar em si próprios. Ele entregou o documento. O Senador Paim estava aqui, e eu estava aqui, porque o Senador permitiu e me trouxe para dentro da Comissão para que eu pudesse participar como representante da UGT. Foram poucas as centrais que estavam. Além de nós, estavam também a CUT e a CGTB. A mais nenhuma central foi permitido participar – e não participar, mas ficar apreciando o que estavam deliberando. E o Senador Romero Jucá disse a todos que era compromisso da Presidente da República mandar uma medida provisória ou um projeto de lei com urgência constitucional corrigindo aquelas distorções todas que estavam ali. Ele apontou 12 pontos, exatamente essa reforma que está aqui prevista nesse estatuto dos trabalhadores e das trabalhadoras, como disse a Juíza Valdete. Ele disse que o Presidente da República ouviria as centrais sindicais e mandaria, então, a medida provisória corrigindo todas essas irregularidades constantes do projeto, que ele dizia que não era dele, Presidente da República, e que esse projeto foi modificado pelos próprios Deputados. Ele pedia que os Senadores aprovassem, comprometendo-se dando a palavra do Presidente da República. Nós reunimos, Senador Paim, todas as centrais sindicais com o Presidente da República e apontamos o que nós entendíamos que deveria ser, como ele se comprometeu a mandar essa medida provisória. Várias reuniões aconteceram no Palácio, várias reuniões aconteceram com o Ministro Ronaldo Nogueira, que muito nos envergonha no Rio Grande do Sul, porque é um Deputado do Rio Grande do Sul que está sendo manipulado, que é um fantoche do Presidente da República, que faz aquilo que o Presidente da República quer. É uma vergonha! Ele é o oposto do Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro ficou incumbido de ouvir as centrais, de encaminhar uma sugestão, e a sugestão que está vindo aí não corrige absolutamente nada. Eles ficaram de encaminhar agora... Só se mudarem, depois desta denúncia que aqui estou fazendo, mas a intenção do Governo é deixar como está, Senador. Então, eu fico envergonhado de ter um Ministro do Rio Grande do Sul que nós temos, mas fico envaidecido em ter um Senador como V. Ex^a, assim como ter Anamatra, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados, as centrais sindicais, todas as associações, que estão discutindo, que estão sugerindo. E o Governo não está ouvindo, se faz de mudo, surdo e cego. O País está passando por uma situação difícil e estão pensando só nas eleições.

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Eu dei um exemplo, Senador, para encerrar, do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, porque faz três anos... O sindicato faz agora, no dia 13 de novembro, 38 anos de luta contra... Para quem não sabe, os senhores, as senhoras, os Senadores, toda a Mesa aqui, ser dirigente de entidade sindical não é fácil e principalmente no meu caso, que represento os trabalhadores de clubes e federações esportivas do Rio Grande do Sul. E esses clubes só têm benesses; não têm nenhuma obrigação. Demitiram quatro trabalhadores sindicalistas do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Conseguimos reverter através da Justiça. Não satisfeito com isso, ele instaurou uma justa causa de um dirigente de 23 anos, que não tem absolutamente nada. Mas, infelizmente, a Justiça do Trabalho colocou esse processo para 2018. E, até 2018, esse trabalhador de 23 anos vai ficar sem receber salário nenhum.

Então, veja como temos que fazer uma mudança drástica na legislação trabalhista. Temos que ter um código do trabalho, para que esse código tenha agilidade e a necessidade que nós necessitamos. E sabemos que o Senador Paim tem projetos, projetos e projetos, e não consegue aprová-los, porque o Governo não deixa o Senador aprovar esses projetos.

Mas eu tenho absoluta certeza, Senador, de que nós todos estamos incumbidos nessa luta, todas as centrais sindicais, com o apoio da Anamatra, da OAB, de todos os órgãos constituídos, e de que, nesse Fórum Interinstitucional, que está discutindo e sugerindo, vamos conseguir pelo menos pressionar esse Governo, que não está nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvindo, que não está nos enxergando e que só fala aquilo que os empresários querem.

Então, Senador, está de parabéns.

Nós da União Geral dos Trabalhadores, através do nosso Instituto de Altos Estudos, vamos apresentar, nos próximos dias, ao Senador Paulo Paim, quiçá seja o nosso Presidente da República em 2018, um projeto, uma sugestão de tudo que foi aqui colhido. Foi levar as sugestões para enriquecer o trabalho que vamos apresentar ao nosso Senador e futuro Presidente do Brasil.

Um abraço e obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse foi o Miguel Salaberry Filho, Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Só quero mandar um pequeno recadinho ao Ministro, que disse que foram números que não foram verdadeiros, só quero dizer ao Ministro, que deve estar assistindo agora a este debate, ou sua assessoria: sua base toda votou por unanimidade, não houve um voto contra, inclusive do próprio Líder do Governo, no reconhecimento ao trabalho dessa CPI.

Nem estamos aprofundando, Ministro, mas só para ficar para a história: se tivesse cumprido o que manda – e aqui foi falado pelo Peixe – a Constituição em matéria de previdência, e foram cálculos dos procuradores, teríamos hoje, mais ou menos, um fundo de R\$6 trilhões – fundo de R\$6 trilhões. É sinal de que desviaram o dinheiro. E olhem, não estou nem falando antes da Constituinte, só da Constituinte para cá. Se pegarmos da Constituinte para trás, então, aí, sim, vira um fundo que daria para as futuras gerações todas; não haveria problema.

Como o dinheiro só entrava e não saía, porque as pessoas só iam se aposentar depois de 30, 35 anos de contribuição, foram usando o dinheiro para outros fins. E a CPI mostra todo esse histórico.

Leia, Ministro, o relatório e V. Ex^a vai se convencer. Eu nem vou olhar o passado. Se, daqui para frente, respeitarem o que manda a Constituição, não teremos problema nenhum com a previdência. Só daqui para frente, parar de fazer Refis, parar de dar anistia, parar de não cobrar multa, não cobrar juro e parar de dar anistia para os grandes devedores, que é o mais grave. Só de dívida pronta para ser executada, para a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

União, dá R\$1 trilhão, pronta para ser executada, 1 tri. Querem uma reforma para dizer que vão arrecadar R\$250 bilhões, dá 1 tri. Digamos que R\$600 bilhões sejam da previdência e os outros R\$400 bilhões de outras receitas, resolveu-se o problema. Não cobram os grandes devedores e querem que o povo pague a conta, como agora o servidor público, foi falado aqui muito bem.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – De um momento para o outro, por medida provisória, sai de 11% para 14% a contribuição do servidor. Isso, sim, que é faltar com a verdade.

Por favor, Dr^a Noêmia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Anamatra, que tem muito nos ajudado nos debates também.

A SR^a NOÊMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Será que está ligado? Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se quiser trocar de lugar com ele, fica mais prático, com o nosso Miguel.

A SR^a NOÊMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

Um agradecimento ao Senador Paim, mais uma vez, pela oportunidade de a Anamatra participar deste seminário, que é um seminário no formato de audiência pública.

A Anamatra tem se disponibilizado, o tempo inteiro, a trabalhar em torno dessa ideia de um Estatuto do Trabalho, que seria um Estatuto do Trabalho para todos e para todas, na convicção de que apenas uma discussão plural, técnica e abrangente pode talvez legar para o presente e para as futuras gerações uma legislação que seja uma legislação capaz de incorporar os problemas reais do mundo do trabalho, sem nenhuma dessas falácias sobre modernidades, sobre geração de empregos a partir da redução de direitos ou a partir da ideia, que é uma ideia também jamais comprovada, de que a produtividade do setor econômico tem relação direta com a degradação da pessoa do trabalhador.

É exatamente com essa convicção que a Anamatra tem participado de todos os fóruns, de todas as oportunidades e de todas as reuniões, na ideia de contribuir tecnicamente para esse debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é nesse sentido e é verdadeiro que os juízes do Trabalho, notadamente a Anamatra mas também a Justiça do Trabalho, têm sido alvo nas últimas semanas, mais notadamente nos últimos 20 dias, sistematicamente de ataques na grande mídia brasileira. Isso normalmente tem uma razão, não se atacam estas instituições gratuitamente: a magistratura, a Anamatra e o Poder Judiciário do Trabalho. Na verdade, se tem a ideia de que, se diminuir a instituição, se amedrontar os juízes ou se diminuir neles a capacidade do exercício da sua independência, talvez a reforma seja o que ela não é, isto é, talvez a reforma possa ser aplicada na sua literalidade, o que, na verdade, é absolutamente impossível.

A Lei nº 13.467 é o que ela é: apenas um texto. E todo texto exige o contexto da interpretação jurídica. Daí por que os ataques à instituição têm essa finalidade.

Mas a Anamatra hoje, inclusive, percebeu em dois jornais diferentes: um no Espírito Santo atacando diretamente a Anamatra, falando em rebelião da Anamatra; e hoje mais na *Folha de S.Paulo* uma entrevista de S. Ex^a o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Essas duas reportagens trazem questões muito interessantes. Quando se fala na rebelião da Anamatra, na verdade, se quer constranger a magistratura para que ela não exerça o seu papel de uma intérprete da Constituição, uma intérprete compromissada com as convenções internacionais do trabalho e com o primado da democracia no Brasil. A outra, a entrevista do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho tem que ser vista com muito respeito, na medida em que é a expressão daquilo que interpreta exclusivamente S. Ex^a o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Mas aquela entrevista, em nenhuma medida, representa o que pensa a magistratura do Trabalho do Brasil, formada por quase 4 mil magistrados espalhados em todos os Estados da Federação e do Distrito Federal. Portanto, o Ministro do TST fala em seu próprio nome, ele não fala em nome dos juízes do Trabalho.

Dito dessa forma e com enfoque no fortalecimento do Poder Judiciário do Trabalho, da magistratura do Trabalho e do Processo do Trabalho como mecanismo de tradução das demandas dos trabalhadores, a Anamatra contribuiu no Estatuto do Trabalho, esse que nós estamos discutindo neste seminário, com a parte que chamamos da parte processual trabalhista. E aqui concordando com a colega Juíza Valdete, uma das forças da CLT é justamente conseguir colocar no mesmo texto tanto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normas de direito material quanto normas de direito processual. Isso, na verdade, é uma força da CLT, não é a sua fraqueza, ao contrário do que parece.

Eu sei que muitos apregoam que era importante haver um Processo do Trabalho, como existe um Processo Civil, como existe um Processo Penal, como existe uma lei do Processo Administrativo. Nós pensamos o contrário, nós pensamos que, no mesmo texto compilado, conseguimos trabalhar muito bem normas de proteção no campo do trabalho para além do emprego, para todos os trabalhadores, como também trabalhar normas processuais de fortalecimento do Poder Judiciário e do Processo do Trabalho como uma forma de instrumento desse direito material do trabalho protetivo não só aos empregados, mas protetivo também do conjunto dos trabalhadores.

E pensando nessa lógica, vale dizer, nessa contribuição para um Processo do Trabalho que seja um Processo do Trabalho do seu tempo, um processo moderno, um processo de uma duração razoável justa, é que, daí, a Anamatra apresentou algumas propostas, porque a Lei nº 13.467 não faz isso. Ao invés de avançar onde era necessário avançar em termos processuais, a Lei nº 13.467 marca muitos retrocessos, dificultando o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, dificultando a gratuidade de Justiça, encarecendo o processo do trabalho, retirando dos juízes a capacidade de uma execução trabalhista de ofício, limitando a atuação do magistrado no negociado *versus* legislado, ou negociando, ou limitando a atuação dos juízes, por exemplo, na história do dano extrapatrimonial, que está na entrevista hoje da *Folha de S. Paulo* na ideia de que, se o trabalhador ganha pouco, a sua indenização tem que ser ínfima, algo com que não temos como concordar, na medida em que a Constituição do Brasil garante, para todos os cidadãos, não apenas o cidadão trabalhador, o direito a uma reparação integral em caso de dano que seja ocasionado por ato ilícito. Dito dessa forma e já que o nosso seminário é para colaborar com um estatuto que avance em temas específicos, eu trouxe alguns assuntos que estão no texto da Anamatra – é um texto que nós produzimos, um texto notadamente no campo do Poder Judiciário. Nesse texto, nós ressaltamos que é importante, no novo Estatuto do Trabalho, ter um título específico, endereçado a falar sobre a Justiça do Trabalho, especificamente sobre a Justiça do Trabalho, e há um artigo inteiro para falar sobre a competência da Justiça do Trabalho, uma competência para processar e julgar todos os feitos que envolvam os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores que demandam, na Justiça, reparações a direitos que esses mesmos trabalhadores consideram que tenham sido violados no mundo do trabalho.

Também achamos importante algo que a atual CLT não tem e a Lei nº 13.467 não avança: um estatuto que cuide dos princípios e disposições fundamentais para um processo do trabalho que seja um processo do trabalho justo.

E é justamente nesse elenco de princípios que é importante definir o que é reclamante, o que é reclamado, o que é empresa para fins, por exemplo, do processo do trabalho. E nós não achamos que os nossos litigantes têm de ser chamados de autor e réu. A nomenclatura específica do trabalho precisa ser mantida; é o reclamante, é o reclamado, é a empresa, é a ideia de litígio, o que é dissídio individual para nós, o que é dissídio coletivo. Essa linguagem especializada do mundo do trabalho precisa ser mantida. Nós não temos de ter vergonha de ter o nosso processo do trabalho e gostar da linguagem do processo civil, autor e réu por exemplo.

Pensamos também numa definição, que aí eu chamo a atenção para a gente avançar, sobre uma ideia de uma ação promocional trabalhista, algo que nunca tivemos na história do Direito do Trabalho recente. E a nossa proposta não é uma proposta tão difícil assim de ser incorporada. Essa ação promocional trabalhista seria uma possibilidade de qualquer empregado, em seu próprio nome e interesse, ou sindicato profissional, no interesse da categoria que representar no todo ou em parte, poder promover, por intermédio da presente ação, uma ação promocional trabalhista, a tutela judicial de direitos e interesses individuais, individuais homogêneos, coletivos e difusos, sob lesão ou ameaça de lesão, quando a pretensão versar sobre direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, não possuir conteúdo diretamente patrimonial e constituir...

(Soa a campanha.)

A SR^a NOÊMIA APARECIDA GARCIA PORTO - ... matéria de competência da Justiça do Trabalho.

Qual é a nossa intenção com uma proposta como essa que avança para uma ação promocional trabalhista? Importando - agora, sim - experiências estrangeiras bem-sucedida, termos, nas ações trabalhistas, a possibilidade de coibir lesões futuras a direitos individuais e direitos individuais homogêneos, na ideia de que, eventualmente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a discussão num único processo pode abarcar 3 mil trabalhadores, 4 mil trabalhadores, 5 mil trabalhadores, evitando a atomização do processo e possibilitando que a Justiça do Trabalho possa ser mesmo uma Justiça para todos e não apenas uma Justiça para os desempregados.

Além disso, nos princípios que nós elencamos, a gente retoma a ideia de que a oficialidade é um princípio; se é princípio, é norma jurídica; se é norma jurídica, obriga todos os juízes. E esse princípio da oficialidade devolve aos juízes do Trabalho a capacidade de, nos processos, atuarem com impulso oficial. Isso a magistratura do Trabalho sempre teve desde a década de 40 do século passado, e é esse seu poder de atuar de ofício que eventualmente se quer retirar em uma ou outra proposta legislativa.

Além disso, nessa nossa proposta para contribuir com que o Estatuto do Trabalho que avance, que seja, ao contrário do que nós temos visto, uma legislação de retrocesso, queremos deixar explícito que os juízes podem empregar sempre os seus bons ofícios e a persuasão no sentido de uma solução conciliatória de conflitos. Nós precisamos reconhecer que a magistratura do Trabalho tem acúmulo de debate suficiente para se tornar mais forte ainda no campo da conciliação, no âmbito do Trabalho.

E aí nós pensamos em algo mais: não só valorizar a conciliação dentro da Justiça do Trabalho, valorizar a conciliação vista por um juiz do Trabalho, enxergada por um juiz do Trabalho; nós pensamos mais: pensamos em uma proposta em que nenhum tipo de procedimento extrajudicial vai ser previsto em nenhuma lei como etapa necessária para que se proponha uma ação na Justiça. A ideia é de que o trabalhador pode livremente acessar o Poder Judiciário trabalhista e que etapas conciliatórias prévias jamais podem constituir um embaraço de acesso universal à jurisdição do Trabalho.

Além disso, nós também apresentamos como proposta uma ideia de que as nulidades no processo do Trabalho só podem ser reconhecidas quando causarem prejuízo às partes. Na ideia de que o processo do Trabalho não retrocede, ele é sempre um processo que olha para o futuro, é sempre um processo que olha adiante.

Além disso, como novidade, nós também reforçamos a ideia de que se pode utilizar, na interpretação no campo do Trabalho, explícita e subsidiariamente não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas o Direito Civil, mas também o Processo Civil e o Direito Penal. Eu sei que essa minha fala pode parecer a da obviedade. Lógico, se há a legislação do Trabalho, que é uma legislação especializada, os outros campos só podem ser utilizados e devem ser utilizados quando necessários para uma situação específica, em que o campo do Trabalho não seja suficiente para dirimir aquele conflito. Então, o juiz do Trabalho usa o Direito Civil subsidiariamente, usa o Processo Civil subsidiariamente, usa o Direito Penal subsidiariamente.

Mas essa minha fala deixou de ser óbvia com a Lei nº 13.467, que se gosta de chamar de reforma trabalhista; ela deixou de ser óbvia, porque justamente na Lei nº 13.467 se tenta retirar essa possibilidade de o juiz do Trabalho utilizar outros campos eventualmente mais avançados para solução de conflitos do campo do Trabalho. Então, o novo Estatuto do Trabalho é importante que reforce esse *standard*, vale dizer o juiz do Trabalho pode, subsidiariamente, utilizar-se de outros campos por uma melhor solução dos conflitos trabalhistas.

Além disso, nessa nossa proposta fica reforçado que a reclamação trabalhista, a ação trabalhista tanto pode ser escrita como pode ser verbal. Vale dizer: o trabalhador dos rincões do País, o trabalhador que não tem eventualmente acesso a uma advocacia profissional, o trabalhador que não tem acesso à Defensoria Pública, nem por isso, pode ficar...

(Soa a campanha.)

A SR^a NOÊMIA APARECIDA GARCIA PORTO - ... obstado de acessar o Poder Judiciário, porque ele pode fazer uma reclamação verbal em qualquer Vara do Trabalho do País. Isso é importante, porque, do jeito que as coisas andam, daqui a pouco vão retirar da Justiça do Trabalho essa reclamação verbal, essa possibilidade de o próprio trabalhador comparecer a uma Vara do Trabalho e contar lá com um funcionário à disposição para fazer a tradução dessa sua ação trabalhista.

O nosso Brasil não é o Distrito Federal, não é São Paulo, não é Curitiba, não é Belo Horizonte. O Brasil é absolutamente diverso. Nós temos Araguatins, Tocantinópolis, nós temos o interior do Nordeste, nós temos um Brasil muito diverso, e o papel das leis do Brasil tem de ser o de dar maior acesso ao trabalhador mais pobre e mais distante a todas as instituições públicas que sejam capazes de traduzir e de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentalizar a sua demanda de forma mais justa, mais célere e mais correta, empoderando – digo a palavra do momento – as instituições especializadas do campo do trabalho, para que elas possam dar as melhores respostas a essas demandas.

Finalizo dizendo que também estive na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a que se referiu o Procurador Cristiano Paixão. Posso dizer que algo que impressionou naquela reunião, naquela comissão, não foi exatamente o fato de haver uma legislação laboral que marca tantos retrocessos. É lógico que isso impressionou, mas impressionou muito mais os comissários o fato de perceberem que é possível que ataquem as instituições. Nós podemos produzir qualquer coisa como texto de lei, mas, enquanto as nossas instituições forem fortes, a Auditoria Fiscal do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a Magistratura do Trabalho, a Advocacia Trabalhista Especializada, sempre é possível pensar qual é o contexto de interpretação jurídica dos textos que são produzidos pelo Parlamento.

É lógico que nós respeitamos o Parlamento e que respeitamos a legislação, mas a jurisdição, numa democracia, nunca pode ser subserviente à legislação. Ela é um campo independente...

(Soa a campainha.)

A SR^a NOÊMIA APARECIDA GARCIA PORTO – ... da legislação. Tomara que ela permaneça dessa forma!

Este texto, que é um texto longo sobre avanços possíveis no campo do processo do trabalho como um campo especializado, estará à disposição da Comissão, dos que trabalham para o Estatuto do Trabalho. A Anamatra estará aqui para continuar discutindo este texto.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Noêmia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Anamatra, que, de fato, tem contribuído muito com este debate sobre o Estatuto do Trabalho!

A esta cópia, com certeza, nós teremos acesso pela internet, para contribuir com a redação final.

Alexandre Caso, que aqui fala pela Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, é sempre bem-vindo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CASO – Bom dia, Senador Paim, na pessoa de quem cumprimento todos os convidados que estão à mesa!

Bom dia a todos e todas aqui presentes!

Bom dia àqueles que nos assistem pela TV Senado!

Quero parabenizá-lo, Senador Paim, pelo trabalho na CPI da Previdência, pela iniciativa do debate em torno do Estatuto do Trabalho. O senhor está sempre à frente, na luta pela preservação dos direitos dos trabalhadores, na luta pelos trabalhadores.

Senador Paim, eu fico me perguntando: em que País estamos vivendo hoje? O que está acontecendo no Brasil? Parece que é uma tragédia anunciada desde 2014. Em 2014 – e eu me refiro ao Parlamento, especificamente –, quando se elegeu esse perfil de Parlamento que, como todos nós falávamos, é o Parlamento mais conservador eleito desde 1964, já imaginávamos o que poderia haver a partir desse perfil. E aí veio o quê? Veio o *impeachment*, veio a Emenda 95, congelando despesas por 20 anos, acabando com saúde, ou seja, reduzindo, praticamente, o tamanho do Estado; a reforma trabalhista; a reforma da Previdência; e, agora, a portaria do Ministério do Trabalho, que a gente tanto discutiu.

Muito do que está acontecendo aqui é moeda de troca, não é? A portaria do Ministério do Trabalho claramente é moeda de troca com os ruralistas. E a gente precisa falar com quem se estão negociando essas coisas, porque essas coisas acontecem aqui dentro do Senado e também na Câmara.

Eu vou ser rápido, Senador, mas não há como não resgatar, até para aqueles que nos assistem de casa, porque todos aqui conhecem bem o processo como foi. A reforma trabalhista, apresentada lá em 23 de dezembro de 2016, com sete artigos, foi discutida lá na Comissão Especial, que foi um verdadeiro pelotão de fuzilamento daqueles que se colocavam contrários à tese desse texto apresentado no final pelo Rogério Marinho. Mas, na verdade, não houve discussão de reforma trabalhista, porque foram discutidos sete artigos na subcomissão, na Comissão Especial da Reforma Trabalhista, e os 117 artigos que fazem parte do relatório final do deputado do PSDB, Rogério Marinho, do Rio Grande do Norte, e os mais de 200 dispositivos que estão no relatório não foram discutidos em seis sessões em três comissões diferentes.

Alguém lembrava aqui na Mesa agora que o Senador Romero Jucá... Eu não gosto de me referir a nomes, Senador, porque eu sei do respeito que o senhor tem por todos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os seus pares, nós conhecemos a sua prática. Mas é preciso lembrar a farsa do debate da reforma trabalhista, as mentiras apresentadas durante o debate da reforma, as promessas e o papel que o Senador Romero Jucá teve na Comissão, convencendo as pessoas: "Olha, vai ser editada uma medida provisória..." Isso é fato; não é juízo de valor. Ele foi lá e articulou para que votassem favoravelmente ao texto da reforma trabalhista, sem qualquer alteração.

E aí eu tenho que lembrar também que o Relator – não vou nem falar o nome, porque não vou ficar aqui citando nomes, Senador –, aqui, em duas Comissões do Senado, ele mesmo, no gabinete dele, disse para a gente que tinha problemas o relatório vindo da Câmara, mas não se pronunciou, não propôs qualquer alteração, não aceitou qualquer alteração no relatório da reforma trabalhista.

Então, eu estou falando um pouco sobre o histórico de como as coisas aconteceram no debate para aprovar esse monstro que vai entrar em vigor a partir do dia 11, infelizmente, para dizer como as coisas funcionaram dentro tanto da Câmara Federal, quanto do Senado.

A gente precisa prestar muita atenção em quais foram os Partidos que fizeram o debate para resistir à reforma trabalhista, quem foram os Parlamentares que resistiram na reforma trabalhista e lembrar disso em 2018.

Eu me lembro de que estava lendo no "Dossiê Reforma Trabalhista", elaborado por alunos da Unicamp em conjunto com os pesquisadores, um conceito que diz que a relação de emprego é um direito fundamental, amparado constitucionalmente no reconhecimento da desigualdade material.

A concepção da reforma trabalhista inverteu completamente esse conceito. Não é a primeira vez que eu falo isso, porque eu achei muito bom e, a todo lugar que eu vou, eu repito isso. Infelizmente, estamos do jeito que estamos. E chegamos a uma situação bastante grave – a Dr^a Noêmia tocou nesse assunto, e vimos acompanhando de perto. Primeiro, dizer da seriedade da Anamatra, que todos conhecemos e respeitamos pelo seu trabalho não de hoje, porque a Anamatra tem história. Eu vou falar das entidades ligadas à Justiça do Trabalho que estão na luta da inspeção do trabalho. O Sinait, a ANPT, a Anamatra, a Abrat, que é ligada à advocacia, a Alal, a ALJT, ou seja, todas essas entidades são muito sérias. Nós não temos o menor motivo para achar que essas entidades não sejam sérias, porque o que eles estão fazendo é simples: tentaram



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

acabar com a organização sindical para podermos resistir. Atacaram as centrais sindicais. Hoje, o sindicalista é bandido. Quando você se apresenta como sindicalista, já te veem como bandido, por quê? Porque a mídia estigmatizou que os sindicalistas todos são bandidos.

Agora os juízes estão sendo atacados. E o que eles fizeram foi só se reunir num evento científico, não político, para discutir, para interpretar essa nova legislação. Não há nenhum caso concreto. Estão dizendo que os juízes estão se rebelando. Ou seja, eles fizeram a lei da pior forma possível, sem debate, atropelando a sociedade, atropelando a classe trabalhadora, estigmatizaram que todo mundo que é contrário à reforma trabalhista não presta – ou é bandido, ou está fazendo associação para se colocar... Ou seja, quem se encontra a portas fechadas são aqueles que negociam emendas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me?

O SR. ALEXANDRE CASO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só para ajudar.

Inventaram até um *ranking* dos melhores políticos. Então, tudo aquilo que é contra o povo, que é contra o trabalhador, eles botaram lá. Inventaram, construíram isso. E aqueles que votaram contra a reforma, votaram contra a Emenda 55 são ruins. Inventaram e estão divulgando: "Vejam quem são os melhores políticos." Só o time do lado deles. E aqueles que defendem o trabalhador, que defendem o trabalho, que defendem o princípio básico dos direitos humanos são aqueles... Vejam a que ponto nós chegamos! Aqueles que negociam a alma com o diabo para poderem ficar bem com o Governo são considerados os melhores.

O SR. ALEXANDRE CASO – Eles têm, infelizmente, a grande mídia, que faz esse papel de ecoar as vozes do golpe, porque são as vozes do golpe que são ecoadas na grande mídia, como se fosse um ambiente normal, como se tudo isso fosse normal.

Tiraram uma Presidenta da República por causa de uma chamada pedalada. Esse Presidente que aí está, esse golpista que aí está, Michel Temer, se sustenta gastando bilhões em emendas, e a gente fica assistindo a isso, mas não assistindo sem fazer absolutamente nada, porque, no dia 10 – já foi lembrado aqui –, nós estaremos nas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ruas, unindo o povo e parando o Brasil, em nome da defesa dos direitos trabalhistas, do combate ao desmonte da Previdência, do fim do trabalho escravo, da defesa do serviço público, da defesa das empresas públicas, ou seja, contra essas privatizações todas.

Agora, para concluir, Senador, eu acho que 2018 está aí, e é muito importante todos ficarem atentos a como se deu todo esse processo não só da reforma trabalhista, mas dessa mentira da reforma da Previdência. E ficou provado pela CPI, no seu relatório final, que não é nada disso, ou seja, que a Previdência está quebrada etc. O que existe são muitos grupos econômicos poderosos devendo à Previdência, usando de artifícios que não são corretos. Isso ficou muito, muito claro.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CASO – Agora, para concluir, Senador, eu acho que duas coisas são muito importantes: prestar muita atenção no que está acontecendo, principalmente dentro do Parlamento, porque foi dentro do Parlamento que fizeram todas essas lambanças: a Emenda nº 95, o *impeachment*, a reforma trabalhista, e vão tentar fazer a reforma da Previdência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE CASO – ... e a terceirização – também sendo lembrada aqui pelo Peixe.

Então, o que eu quero dizer é o básico do básico – e, aí, estou falando mais para as pessoas que estão nos assistindo pela TV Senado, porque eu tenho certeza de que todo mundo sabe disso aqui. Existe uma diferença bastante clara entre aqueles que sobrevivem da venda da sua força de trabalho. Nós temos um interesse: para sobreviver, nós vendemos a nossa força de trabalho. Precisamos vender o trabalho e ter dignidade, manter a nossa dignidade, e a dignidade nós tínhamos naquela CLT, temos na Constituição Federal, que coloca lá patamares mínimos para que possamos cumprir a nossa missão com total dignidade. Do outro lado, estão aqueles que exploram a força de trabalho e que detêm os meios de produção. Tem de ficar muito clara essa divisão, porque a confusão sobre isso é que, se as pessoas não entendem, ficam defendendo e votando em gente que está aí, hoje, no Parlamento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que se explica? Se a maioria no País é da classe trabalhadora, como é que se explica que o Parlamento tenha essa composição? Falta de politização. Então, é importante prestarmos muita atenção no que está acontecendo dentro do Parlamento.

Concluindo, Senador, a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora agradece, mais uma vez, o convite e se sente honrada em participar, parabeniza por este trabalho, parabeniza pela conclusão dos trabalhos da CPI da Previdência e apresenta a todos os presentes aqui uma saudação especial. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem!

O SR. ALEXANDRE CASO – Gostaria de saudar, só para finalizar, Senador, o companheiro Luizinho, aqui, companheiro de lutas, bancário de tantos anos, que hoje já está em outras missões. Ele, hoje, está aqui nos assistindo desde o começo.

Um abraço, Luizinho!

Um abraço, Senador, e parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Luizinho vai estar na outra mesa.

Parabéns, Alexandre Caso, que fala em nome da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. O Alexandre tem dado inúmeras contribuições. Ou é ele, ou é o Índio; um dos dois sempre está aqui em todos os debates que a gente promove.

Meus parabéns!

Ana Cláudia Bandeira, Vice-Presidente da ANPT.

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento os amigos da mesa – digo amigos, porque temos sido companheiros constantes nas lutas que têm se apresentado nos últimos tempos.

Cumprimento a todos na pessoa do Senador Paulo Paim, cuja iniciativa, mais uma vez, é preciso louvar, pois está sempre na vanguarda de propiciar espaços de discussão verdadeiramente democráticos, onde se pode, realmente discutir sobre esses últimos acontecimentos aí, sobretudo esse que falamos aqui hoje especificamente, a Lei 13.467, a chamada reforma trabalhista, mas, de uma maneira geral, sobre tudo que vem acontecendo no Brasil e que já foi muito falado também – eu estou aqui deste o começo – e que vem para atingir direitos sociais, acima de tudo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizá-lo também pelo trabalho, Senador, na CPI da Previdência, assim como o Senador Hélio José, a quem tive oportunidade de parabenizar pessoalmente, quando ele esteve aqui, mas agora o faço de público, pela excelência do trabalho, que trouxe em suas conclusões o que todos de alguma forma intuíamos: que a culpa não é do trabalhador, que contribui. A culpa de eventuais dificuldades da previdência, não vou nem dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Isso, vamos colocar assim. E eles pegaram só o último ano, o Governo, nós pegamos os últimos 30 anos.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Sim. A culpa das eventuais dificuldades do sistema previdenciário não é do trabalhador. Certamente não é daquele que, desde 14 anos, como aprendiz, ou a partir dos 16, contribui com a legítima expectativa de um dia se aposentar e viver dignamente, ter dinheiro para comprar seus remédios, viver um tempo ainda com a sua família.

Então, eu os parabenizo porque esse documento vem trazer à luz, de uma forma muito técnica e bem trabalhada, os fatos necessários a esclarecer todas essas falácias que vêm sendo propaladas...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – ... pela imprensa e por quem tem interesse em promover a reforma da previdência nos termos em que foi proposta.

Falando especificamente agora sobre a questão da chamada reforma trabalhista, nós, da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) e Ministério Público do Trabalho atuamos sempre juntos, até porque não temos qualquer divergência de entendimento; ao contrário, nós nos unimos, convergindo no sentido de resistir – e aí repito aqui o verbo que a Juíza Valdete trouxe com absoluta propriedade, tantas vezes repetido, que é avançar –, mais do que resistir, agora é avançar. Então, nós estamos nessa mesma sintonia, nós, da ANPT e do Ministério Público do Trabalho, e temos trabalhado nesse sentido.

Com muita honra, temos participado das discussões aqui promovidas nesta Subcomissão. Temos buscado contribuir também trazendo nossa experiência de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público do Trabalho nas lides e nas discussões sobre o que se espera de uma legislação que realmente consolide e concretize aquilo que a Constituição de 1988 tão bem colocou.

A propósito disso, é importante colocar – e aí meu colega Cristiano Paixão, professor; a Juíza Valdete, a Juíza Noêmia, também professoras, com muita propriedade o disseram – que a Constituição... E mais alguém falou, acho que Alex, Alexandre, porque ao final a gente acaba se repetindo, mas me parece que o que é fundamental é preciso ser dito muitas vezes: a Constituição e a CLT, mais do que tratarem de compra e venda de mão de obra, conceberam o trabalhador como sujeito de direitos. Isso é que não se pode perder, isso é que não pode ser desprezado numa eventual legislação que, falaciosamente, foi dito que veio para modernizar a legislação trabalhista que aí já estava posta, que, se não é perfeita, é uma base, é um patamar mínimo interessante e que pode, sim, ser aperfeiçoado. E me parece que essa é a nossa tarefa.

Nesse momento de tantos retrocessos anunciados, seja com essa proposta indecente da reforma da previdência, com a própria Emenda 95, que quis realmente enxugar – enxugar, não –, quis encolher o Estado brasileiro naquilo que o Estado tem de promover saúde e educação, de promover o básico para as pessoas, enxugar o serviço público, encolher o serviço público, que realmente presta um serviço para a sociedade, que promove os direitos sociais. Aí, cito também a Justiça do Trabalho, os próprios Ministérios Públicos todos, o Poder Judiciário em geral. E esse enxugamento orçamentário até já vinha acontecendo antes da Emenda 95, mas acabou se consolidando e, nessa linha de retrocessos, veio também a Lei da Terceirização, veio a Lei 13.467. E estamos todos aí a resistir e avançar.

Mas o que eu quero dizer nesse sentido de combater aquilo que é de mais retrocesso nessas investidas legislativas que aconteceram e que por fim se consolidaram na Lei 13.467 é que, mais do que manter aquilo que nós tínhamos na CLT, nós temos agora – eu acho é que é tão definitivo que daqui a alguns dias ela vai entrar em vigor – de aproveitar essa "oportunidade", e vou dizer entre aspas, porque eu jamais esperaria que nós utilizássemos isso como uma oportunidade. Mas, ao fim e ao cabo, eu acho que é assim que teremos que tratar. Daqui para frente, vamos ter de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer esse esforço para que nessa brecha nós consigamos produzir alguma coisa de positiva.

Essa iniciativa do Estatuto do Trabalho traz essa perspectiva muito boa de que aqui nós possamos realmente construir um texto que vá até muito além do que a CLT. Quanto à CLT – tanto foi dito que ela era velha, que era imprestável, porque era de 1943, mas foi tão atualizada ao longo dos anos, já tinha 85% do seu texto atualizado –, ela cumpriu o seu papel por muito tempo. E, se agora nós somos obrigados a rever o que está na CLT, que nós o façamos de uma forma até mais vigorosa e mais agressiva, no bom sentido, uma forma mais efetiva de realmente avançar nisso.

Destaco que, entre muitos assuntos que foram colocados – e a gente não vai repetir toda aquela questão. Eu não vou repetir tudo o que foi já colocado muito bem aqui, ao longo desses últimos meses, e hoje também por alguns componentes desta Mesa e da anterior – sobre o tanto de retrocesso que houve sobre o cardápio – esse termo cardápio tem sido muito utilizado, e eu acho interessante – de contratos precários, a redução, a limitação do acesso à Justiça, tão bem colocada pela Juíza Noêmia, a retirada de direitos, a fragilização do sistema sindical, a própria tentativa de enfraquecimento da Justiça do Trabalho... Não vamos entrar nisso, mas eu acho que daí para frente temos de buscar que neste Estatuto nós tenhamos efetivos mecanismos que nos possibilitem, por exemplo, promover a igualdade nas relações de trabalho de que nós tanto precisamos. Na nossa atuação de Ministério Público, nós fazemos essa promoção, essa defesa mediante o ajuizamento de ações civis públicas, que nem sempre é efetivo, porque muitas vezes falta mesmo um substrato que não seja exatamente legal. E vai toda a necessidade de nós fazermos isto: a construção a partir da doutrina que existe, a partir dos princípios constitucionais, a partir das normas internacionais. Mas, se nós tivermos uma norma que ainda seja marcada em relação a isso, com certeza, teremos mais êxito, mais facilidades. Da mesma forma, promover a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Essa é uma luta nossa árdua, do Ministério Público do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixe-me só acrescentar que, nessa questão, você lembra bem a questão da pessoa com deficiência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Há um movimento para acabar com a política de cotas, aquela política de cotas que está garantida inclusive no Estatuto de Pessoa com Deficiência, uma lei assegurada há anos! Já tentaram agora no Estatuto da Segurança. Em qualquer parte do mundo, há pessoas com algum tipo de deficiência, que são colocadas também no sistema de segurança, normal. Pois queriam, na marra, botar um artigo específico nesse Estatuto, dizendo que pessoas com deficiências estavam proibidas de atuar nessa área, em qualquer área... Eu tive de brigar – uma briga histórica – para conseguir assegurar, mas eles não estão dormindo de touca. Eles disseram que vão tentar fazer um destaque no plenário para retirar. Exatamente na mesma linha do que você fala aí sobre a política de cotas estão as pessoas com deficiência.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Senador, na linha do que o senhor colocou agora, essa também é uma luta histórica do Ministério Público, porque, em várias atividades, há esta tendência, este enrijecimento para que se atribua às pessoas com deficiência uma incapacidade que não é delas. Por que não é delas? Porque todo ambiente de trabalho, em tese – e aí vou dizer em tese, porque acredito que, em algumas situações, haja alguma impossibilidade, mas tudo pode ser arranjado –, pode ser adaptado. A questão é que adaptar ambiente de trabalho gera custo, e tudo que gera custo, nós sabemos, é repellido pelo setor econômico, empresarial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse mesmo setor queria tirar as pessoas com deficiência até da sala de aula – veja bem!

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Pois é, que absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas não conseguiram.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Pois é, mas a que ponto estamos chegando. Se já tiveram essa ideia, é porque a coisa é muito mais do que eu pensava.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tentaram aplicar, dizendo o seguinte: quem tiver filho deficiente vai ter de pagar em dobro.

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Aí se questiona até o sentido de humanidade de certas pessoas, que eu acho que não têm nenhuma.

Mas, enfim, que, a partir deste Estatuto do Trabalho, também, junto com todo o arcabouço normativo que nós já temos, que já nos possibilita promover esses direitos e buscar esses direitos, mas que nós possamos também promover mais inserção de aprendizes, lembrando que a aprendizagem é um grande instrumento também para o combate ao trabalho infantil, que é outra chaga tão presente ainda na nossa vida e que merece sempre a nossa atenção. Como a Ministra Kátia disse aqui, tem como um dos maiores empecilhos realmente a cultura nossa que ainda é muito de... E isso eu já ouvi aqui. Vou fazer esse parêntese de que, sobretudo lá na Câmara, onde tramita a PEC 18, que altera a maioria para o trabalho de 16 para 14 anos, eu já ouvi de vários Parlamentares lá que trabalharam com 12 anos e hoje estão aqui, no Parlamento.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Eles queriam sugerir certamente que isso não foi empecilho ao seu sucesso e que, por consequência, não seria para o de outras pessoas. Lembro que a realidade da vida é muito maior, é muito diferente, e a gente não pode contar com a exceção para ter uma regulamentação para a sociedade que se pretende justa, igual e solidária.

Mas, enfim, continuando no que podemos promover ainda de direitos. Podemos ter mecanismos também previstos para a prevenção e o combate ao assédio moral, que é outra chaga tão presente na nossa sociedade, que já foi tão admitida como "é o jeito, porque eu preciso trabalhar". Felizmente, de um tempo para cá, tem havido uma conscientização muito grande de trabalhadores e também de empresas no sentido de que é preciso combater o assédio moral como medida de segurança, de saúde dos trabalhadores.

Ainda na Constituição, temos a proteção do trabalho contra a automação, outra questão que podemos abordar para que avancemos; a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, que já está lá desde 1988, mas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pouco teve... E aí o meu amigo Alex, que é tão estudioso dessa área, tenho certeza de que pode dar um subsídio maior, mas a proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos está lá desde 1988 e é uma coisa que precisa sair do papel, precisa virar, realmente, uma diretriz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Existe um projeto de lei que veio da Câmara para o Senado, e eu fui Relator. Sabe o que diz o projeto? Eu conto aqui seguidamente, porque tem de servir de exemplo. A mulher na mesma função, com a mesma produção – até o número de anos na empresa é igual, o homem cinco anos e ela também cinco anos –, na mesma atividade, produzindo a mesma coisa, tem direito a ganhar o mesmo salário. Eles não deixam aprovar. Eu fiz o parecer favorável, foi ao Plenário, e eles jogaram para quem? Para a Comissão de Infraestrutura, se não me engano. Está lá, enterrado. Quer dizer, é um desrespeito à mulher. É uma discriminação hedionda, não é?

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Não há interesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não há interesse.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Não há interesse. Como também de igualdade racial, há iniciativas várias que não vão em frente porque não há esse interesse, realmente, de avançar nessas áreas.

Eu coloco ainda a questão das políticas públicas de combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. Nós nos debatemos tanto com isso na prática! Quando atuamos como Ministério Público, seja investigando, propondo termo de ajuste de conduta, ajuizando ações civis públicas perante a Justiça do Trabalho, nós deparamos com a seguinte situação: afasta-se aquelas pessoas do trabalho infantil, do trabalho escravo. E depois? O que fazemos com essas pessoas, que normalmente não foram para aquela situação conscientemente, de forma espontânea? Porque, se tivessem oportunidade de ter um trabalho digno, ou de colocar seu filho na escola – o pai que permite que seu filho trabalhe – certamente optariam...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A criança estudando mais cedo, com certeza, a criança tendo mais anos de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola, vai ser um dirigente do País qualificado, no futuro. Eles botam na cabeça que não, que com oito, dez, doze anos tem de trabalhar; normalmente não vai estudar; e vai ser o quê? Está fadado a ter problemas no futuro, não é? É natural.

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Vai reproduzir o ciclo de miséria, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai reproduzir o ciclo.

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Vai reproduzir o ciclo dos pais, infelizmente. E a gente vê isso aí na prática, muito, nas nossas atuações de Ministério Público.

Então, eu coloquei algumas aqui só para exemplificar como essa oportunidade do Estatuto do Trabalho pode ser valiosa para que nós avancemos...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – ... nas mais diversas áreas e, realmente, fazamos diferença não somente nos contrapontos da Lei 3.477, mas para mudarmos o paradigma da proteção trabalhista no Brasil e, muito além da relação de emprego que é prevista na CLT, protegermos todo tipo de trabalhador, seja que nome essa relação essa tenha, desde que envolva trabalho, envolva a venda da mão de obra, para que outrem usufrua disso.

Eu quero, só para finalizar, Senador, dizer o seguinte: tanto foi dito que direitos trabalhistas ou a proteção social trabalhista, da mesma forma que a proteção social previdenciária, são responsáveis pela crise econômica. Não se apresentou nada concreto que comprovasse isso. Da mesma forma se disse muito: "Ah, não, essa reforma é necessária, porque as empresas precisam de segurança jurídica. O Brasil precisa de investimento, e os investidores não vêm para cá se não tiverem essa segurança jurídica." Segurança jurídica para quem? A segurança jurídica que eles buscavam é, na verdade, o descumprimento da legislação mínima de proteção que já estava posta. Esse ficou claro, não é? E é preciso dizer isso, para que se entenda o espírito da coisa, o espírito de tudo que foi feito, desde a ausência absoluta de debate efetivo sobre essa legislação até esse desfecho em que se aprovou muito mais do que se propôs.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, há também a questão da modernização trabalhista, que nós vemos que é justamente o oposto. A respeito disso, eu quero dizer, na esteira até do que o amigo Alex falou, sobre a subversão absoluta do direito do trabalho que existe e foi criado para compensar a desigualdade na relação de trabalho e se subverteu completamente nessa legislação nova.

Eu lembro uma lição valiosa do Ministro Prof. Maurício Godinho, que já esteve aqui falando também, nesta Comissão, que, entre outras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Acho que o Ministro merece até uma salva de palmas. Ele foi brilhante. (*Palmas.*)

Se eu não me engano, a filha dele também, não é?

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Sim, também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A filha dele foi brilhante também.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Eu lembro uma lição do Ministro Maurício Godinho sobre o direito do trabalho: uma das funções do direito do trabalho é justamente promover o equilíbrio econômico e promover a pacificação e a justiça social. Então, subverteu-se completamente isso, e hoje nós vamos ter de encontrar os meios para continuar promovendo justiça social. Nós temos esses meios já no que existe aí, mas, com a expectativa que nós temos do Estatuto do Trabalho, certamente nós venceremos essa batalha e continuaremos, sim, cumprindo, todos nós, aqui, o nosso papel: o Parlamento, a Justiça do Trabalho, os advogados, as entidades sindicais, as entidades civis de toda ordem que tenham esse propósito. Venceremos essa luta e continuaremos, sim, promovendo a justiça social.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Ana Cláudia Bandeira, Vice-Presidente da ANPT.

Como ela disse, a insegurança jurídica eles vão ver agora. Eles criaram uma situação de total insegurança jurídica, e, por isso, nós estamos tentando "salvar a lavoura", eu diria. Com o Estatuto do Trabalho, nós é que estamos tentando resolver a lambança que eles fizeram neste País. Recentemente eu vi uma matéria que dizia que grandes empresários se reuniram, parece-me que em Washington, e falaram que agora



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

é que não vão investir no Brasil devido à lambança. Eles queriam uma legislação mais perversa, que desse tranquilidade para eles virem aqui fazer trabalho escravo, praticamente. Mas ficou tão esculhambado, que nós é que podemos salvar ainda a possibilidade de investimento sério.

O SR. ALEXANDRE CASO (*Fora do microfone.*) – Eu posso dar uma chamada da reunião do FIDS? A Dr^a Ana Cláudia também pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode chamar a reunião, porque eu vou chamar já a terceira Mesa. Mas faça o chamamento.

O SR. ALEXANDRE CASO – É só para lembrar que hoje, às 18h, na Sede da ANPT, nós teremos a reunião do FIDS. Então, todos os membros do FIDS aí: é muito importante; nós temos uma pauta muito importante para discutir hoje. É na sede da ANPT, não é, Dr^a Ana?

A SR^a ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Isso. É na sede da ANPT, no Setor Bancário Sul, Ed. Empire Center – onde era o antigo Calaf –, no 11º andar. Estaremos lá às 18h, e todos que queiram participar estão convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agradeço a esta Mesa e convido já a terceira Mesa. (*Palmas.*)

Parabéns a todos. Show de bola, muito bom, muito bom!

Por favor, Rosilene Corrêa Lima, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – fala-se tanto em formação em educação. Vamos lá. (*Palmas.*)

Gibran Jordão, representante da CSP–Conlutas – seja bem-vindo, Jordão. O seu pessoal deu uma bela contribuição na última reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social; (*Palmas.*)

Ernesto Luiz Pereira Filho, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); (*Palmas.*)

Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). Está aí. Seja bem-vinda; (*Palmas.*)

Luiz Azevedo, assessor da Direção Nacional da CUT, que falará aqui pela CUT; (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh). Seja bem-vindo, Geraldo; (*Palmas.*)

Eurídice Ferreira de Almeida, representante da Fasubra Sindical; (*Palmas.*) e Francisco Urbano, representante da Contag. Seja bem-vindo, Francisco. (*Palmas.*)

Nós nos acomodamos aqui. Vamos nos apertar um pouquinho aqui.

Vamos, de imediato, chamando Rosilene Corrêa Lima, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). E ainda nesta....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bem. Você pode falar primeiro.

Estava previsto, ainda, o Moacir, que falaria pela Cobap, mas o Moacir, acho, teve que sair. O Moacir falaria pela Cobap.

A SR^a ROSILENE CORRÊA LIMA – Acho que está todo mundo na correria, agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas faz parte.

A SR^a ROSILENE CORRÊA LIMA – Mas é isso mesmo, e o debate é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se cada um ficar nos dez minutos, dá tempo para todo mundo falar tranquilamente.

A SR^a ROSILENE CORRÊA LIMA – Então, cumprimento o Senador Paim, cumprimento toda a Mesa. Boa tarde a todas e todos que ainda estão aqui resistindo para este debate.

Quero agradecer, em nome dos trabalhadores em educação do Brasil, pelo convite, dada a relevância deste tema.

Na verdade, algo que nós precisamos insistentemente falar com as pessoas é que país querem nos impor, que modelo de país nós temos hoje, tivemos e temos, e o que a gente pretende com isso. Quando a gente vê uma reforma como essa sendo aprovada nesta Casa, neste Congresso, é extremamente preocupante. Também há de se lembrar sempre a quem interessa esse modelo e quem foram os financiadores. É disso que não podemos deixar de falar. Quando o Senador fala insistentemente que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo depende de quem estará aqui futuramente para as mudanças, para o Estatuto do Trabalhador e da Trabalhadora – porque acho que vai acabar sendo assim – ser aprovado, vai depender de quem o povo brasileiro eleger. Esse tem de ser o ponto inicial de qualquer discussão nossa.

Vejo aqui contribuições técnicas extremamente ricas, necessárias, tendo em vista que a Constituição não é respeitada não só do ponto de vista da legislação trabalhista, mas de quase tudo, tanto é que nós sofremos ataques, porque a comunicação no Brasil também não cumpre com aquilo que está determinado. Por isso nós somos atacados. Foi dito aqui muito bem que há hoje um processo de tentativa de descredenciar todos aqueles que defendem outros interesses. Isso vale para nós sindicalistas, que somos atacados diariamente, somos tratados como... No Brasil, está uma moda agora de que somos todos iguais e iguais naquilo em que ninguém presta. Então, a política está desacreditada. Portanto, no ano que vem, não vale a pena levar a sério e escolher bem o seu candidato, a sua candidata, porque é todo mundo igual mesmo. Então, a gente não precisa ter esse cuidado, o eleitor está sendo induzido a isso. Isso vale para o Judiciário trabalhista e assim por diante.

Nós vivemos hoje, Senador, uma crise ética neste País, e isso é muito preocupante. O mal que estão fazendo à Nação brasileira é algo de doer na alma. Estão convencendo principalmente a nossa juventude, e eu me preocupo muito com isso. Eu sou professora, portanto, convivo com a meninada. Vemos o mal que está sendo feito, e eles não percebem isso. A reforma do ensino médio enganou essa meninada, está enganando. E essas reformas todas? O que é muito preocupante é que parece que nós trabalhadores e trabalhadoras ainda não nos convencemos da gravidade disso e nós é que temos de reagir a isso. A gente organiza, tivemos momentos de grandes mobilizações, de resistência. Para nós da educação, o dia 15 de março foi marcante, o início daquela greve contra a reforma da previdência, mas isso não tem sido o bastante, porque, no dia a dia, na política pequena, o efeito não se tem dado da forma como se faz necessário.

Esses ataques todos são muito bem articulados pela imprensa. Nós não conseguimos chegar a todos os locais de trabalho, e a televisão chega todos os dias, insistentemente, a todo trabalhador e trabalhadora, dentro das suas casas, convencendo de que essas reformas são necessárias, até iludindo que trarão benefícios





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que haverá maior oferta de trabalho. É isto que foi passado para as pessoas: que agora haverá mais possibilidades de trabalho. E é uma verdadeira enganação. Quando a gente pensa que isso interessa a alguns, e esses alguns estão aqui dentro principalmente, pelo menos representando interesses desses... Por isso que eu digo: o enfrentamento é ideológico.

E nós, sindicalistas, temos de ter essa coragem de ir ao local de trabalho e fazer o debate ideológico. Mais do que nunca, o nosso País está em guerra, e cabe a nós, que temos lado, que é o lado do trabalhador, porque somos trabalhadores, enfrentarmos isso. Ou mudamos radicalmente o perfil deste Congresso ou nós continuaremos aqui, entre nós, debatendo, e não sairemos do lugar, não vamos reverter esse quadro. (*Palmas.*)

O nosso desafio é 2018. Não estou nem falando de projeto de reeleger o Lula, porque o Lula sozinho não vai fazer milagre. O golpe continuará. Ele será eleito, e esta Casa aqui vai fazer algo para que ele não governe ou para que ele sofra o mesmo *impeachment* ou pior do que o da Dilma. Então, ou mudamos este quadro aqui... E é urgente, porque, a continuar como está, nós teremos um Congresso talvez ainda mais conservador, mais poderoso, porque essa é a tendência e é a isso que nós estamos assistindo, volto a insistir, principalmente com a nossa juventude. O que nós temos de jovens – ainda que de brincadeira, mas depois isso acaba se revertendo no voto – falando em votar em Bolsonaro... Isso é muito grave! Que país é esse, em que você tem uma juventude brasileira, o País do otimismo, você pensar em eleger para ser Presidente deste País uma pessoa como aquela?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você colocou muito bem, porque muitos colocam como se fosse uma piada.

A SR^a ROSILENE CORRÊA LIMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas piada, piada, piada... De repente...

A SR^a ROSILENE CORRÊA LIMA – Mas é por isso. Eles estão fazendo um trabalho muito bem feito de que a política é brincadeira, de que a política não é séria. Então, eu posso votar em qualquer um. É isso que está ficando. É isso que está sendo plantado na mente das pessoas. Ou então que eu não vou votar: "Não vale a pena mesmo. É um monte de bandidos. Para que eu vou votar?" É isso que vem acontecendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à educação, porque o tempo já está terminando, nós certamente sofreremos fortemente com toda essa reforma ou com a terceirização. Começa ali, porque foi ali que se abriu todo o canal. Essa reforma, na verdade, vem muito mais para dar legalidade àquilo que já se praticava.

E nós, da educação, temos o professor substituto, que deveria só para situações específicas de substituição temporária, mas que está se tornando uma prática. Com essa mudança toda, isso fica dentro da legalidade, mais do que nunca. Assim, você vai reduzindo concursos e, daqui a pouco, nós teremos, sim, a privatização da educação pública. Minas e São Paulo já sofrem fortemente com isso. No resto do Brasil hoje, nós temos, a partir da lei do piso, uma garantia de um percentual de tempo de jornada fora de sala de aula, que é para preparar. Todo mundo sabe que o trabalho do professor não é só dentro de sala de aula. E, você pensando no professor horista, ele não vai mais ter esse período. Isso vai comprometer a qualidade do trabalho e o resultado. Portanto, uma educação cada vez mais precarizada e de menor qualidade, que é isso que eles querem, uma educação pública que não atenda bem, que não tenham um bom resultado, porque os nossos meninos e meninas não precisam aprender tanto. Deixe que a escola privada vai fazer isso para aqueles que eles entendem como sendo os merecedores.

Nesse caso, ainda há o projeto que está tramitando aqui que é o da avaliação: avaliar para demitir. É esse o único objetivo. Na medida em que você pode e passa a ter facilidade para demitir o servidor público, você está abrindo mais vagas para a precarização, mais vagas para a terceirização ou privatização. É isso que está em jogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse projeto eu consegui jogar para mais duas Comissões e, pelo menos, falei com os Presidentes, de forma tal que eu seja o Relator. Se eu for o Relator, garanto que esse projeto não passa.

A SRª ROSILENE CORRÊA LIMA – Muito bem. (*Palmas.*)

É disso que a gente precisa, porque os governadores já estão se adiantando. Aqui no Distrito Federal, já há um projeto na Câmara Distrital imitando esse que é também para essa avaliação, esse modelo de avaliação. E há a famosa Lei de Responsabilidade Fiscal, que vai justificar, portanto, essas contratações nas escolas. Você não pode ter um concurso público, mas você pode terceirizar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Terceiriza.

A SRª ROSILENE CORRÊA LIMA – Porque há a manobra dos gastos públicos, que sabemos que prefeitos e governadores vão fazer muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com aquela leizinha maldita que eles aprovaram pode terceirizar tudo, tanto na área pública quanto na área privada.

A SRª ROSILENE CORRÊA LIMA – Exatamente. Por isso, nós precisamos da Lei de Responsabilidade Educacional urgentemente, que ninguém quer levar adiante. É importantíssimo para nós da educação.

Portanto, eu insisto muito que, com esse modelo, vocês... Acaba que o que se quer mesmo é distanciar...

(Soa a campanha.)

A SRª ROSILENE CORRÊA LIMA – ... e desorganizar a classe trabalhadora. Na medida em que eu não tenho direitos, que você ataca o serviço público, você vai distanciando esse vínculo, diminuindo esse vínculo do servidor. Isso fragiliza a luta e enfraquece as entidades que representam a classe trabalhadora. Na medida em que você coloca uma situação muito mista no ambiente de trabalho, você fragiliza tragicamente...

Em uma escola em que você tem terceirizados e servidores públicos, todos sob ameaça, isso com certeza vai deixando-os em uma situação de fragilidade. Portanto, o mais importante mesmo é que consigamos anular essa reforma. Por isso que a CUT está com uma campanha nacional – estamos concluindo, já é para entregar, você deve falar disso – no Brasil todo.

Espero que outras entidades tenham também se empenhado nisso, porque é interesse de todos, embora seja uma campanha da CUT. E nós precisamos é disto: barrar.

E eu quero parabenizar aqui pelo estatuto, porque ele vai cumprir essa tarefa. Se não conseguimos fazer com que a voz do povo seja ouvida, vamos procurar outros mecanismos e daremos também a nossa contribuição com questões mais técnicas.

Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Rosilene Corrêa Lima, que ficou nos dez minutos, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Só para não perder tempo, nem falamos – você ou eu – sobre a questão da tal escola sem partido. Ou seja, não querem disputa política nas escolas.

A SR^a ROSILENE CORRÊA LIMA – É porque é uma pauta longa. Estão exatamente querendo fechar a boca das escolas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Gibran Jordão, Representante da CSP–Conlutas. A Conlutas tem feito um bom debate e participado conosco tanto daqui como lá na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Bom dia a todas as presentes e a todos os presentes. Queria cumprimentar toda a Mesa, o Senador Paulo Paim e parabenizá-lo por mais esta iniciativa. Nós já somos parceiros há muito tempo, temos participado de todas as audiências para que somos convidados.

Em primeiro lugar, eu queria fazer um chamado a todos aqueles que estão nos vendo – trabalhadoras, trabalhadores –, porque, no dia 10 agora, nós teremos uma grande manifestação em todo o País. É um dia nacional de lutas, que está sendo construído por várias centrais sindicais. Ele começou com uma iniciativa do movimento Brasil Metalúrgico e agora tem a adesão de várias outras categorias, como o funcionalismo público, movimentos sociais, movimento estudantil, que vão participar dessa manifestação no dia 10. Ela tem como eixo central protestar contra a reforma trabalhista e os vários outros ataques que tem o Governo proferido contra a classe trabalhadora, que não são poucos.

Eu queria aproveitar também esta oportunidade, como eu sou membro da Secretaria Executiva da CSP–Conlutas, mas também da Coordenação Geral da Fasubra, para anunciar que, no dia 10, quando haverá esses atos no Brasil inteiro, também começará uma greve por tempo indeterminado dos técnicos administrativos das universidades. Por que essa greve? Essa greve, assim como várias outras movimentações que começam a acontecer por parte do funcionalismo, tem como centro a defesa da nossa carreira e a luta em defesa dos serviços públicos, já que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Temer e o Congresso Nacional estão dispostos a girar sua metralhadora, para aplicar o ajuste fiscal, contra direitos democráticos e direitos sociais e, agora, giraram para cima do funcionalismo. Ele editou as medidas provisórias que têm a ver com o PDV, que já estão em aplicação, a redução da jornada com redução de salários; e agora edita uma medida provisória que aumenta a contribuição previdenciária de 11% para 14% e, ao mesmo tempo, adia reajustes que tinham sido acordados com o Estado brasileiro por conta de greves, de lutas, de manifestações. Assim, ele confisca parte do salário, adia reajustes e, na mesma semana, dá aquela tolerância a mais para o empresariado com o adiamento do Refis. Então, este é o caráter deste Governo: governa para os ricos, para os poderosos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E abriu os prazos para que aqueles que perderam possam se inscrever de novo.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Exatamente. Há uma condescendência, um carinho, uma tolerância com os grandes empresários e muitos ataques contra a classe trabalhadora, seja da iniciativa privada, seja do funcionalismo público.

Eu queria aproveitar aqui, Senador, para dizer que seria muito importante – já protocolamos o pedido no seu gabinete, com a sua assessoria – que nós fizéssemos uma audiência pública para discutir com todas as entidades do funcionalismo, da Fonasefe, do Fonacate, sobre esse tema, esses ataques...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos aprovar na quarta-feira.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Ótimo.

Sobre o tema em si, o Estatuto do Trabalho e os problemas que nós estamos aqui destacando, que foram muito bem discutidos até agora por todas as palestrantes e todos os palestrantes que vieram antes da minha fala – e os outros vão poder falar aqui também, inclusive a companheira Eurídice, que é minha companheira da direção da Fasubra, que também vai usar a palavra para reforçar o tema da nossa greve –, nós estamos percebendo que, depois da crise econômica mundial de 2008, existe uma ofensiva da burguesia de fazer uma grande reestruturação produtiva no mundo do trabalho, seja aqui no Brasil, seja em vários países da Europa e da América Latina. Isso não é um acontecimento só no nosso País. Se você pegar hoje o que vem acontecendo na França, os servidores públicos estão em mobilização contra medidas que são muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecidas com o que este Governo está fazendo aqui: aumento de contribuição, que eles chamam de contribuição social na França, redução da jornada com redução de salários, ataques a reajustes salariais, congelamento de reajustes salariais. São as mesmas medidas. A ideia da burguesia é atacar direitos democráticos e direitos sociais para ganhar um fôlego para que se saia bem desta crise econômica, para que os poderosos, aqueles que já ganham muito, aquelas poucas famílias que já concentram muito da riqueza do mundo e do que se produz também em nosso País sigam com seus privilégios e sigam ganhando em cima de mais sacrifício da classe trabalhadora.

Nós não temos nenhuma dúvida de que é muito importante a unidade entre as centrais sindicais e os movimentos sociais para lutar contra essas medidas, porque é muito desesperador ver um Governo tão impopular conseguir aprovar a PEC do fim do mundo, a reforma do ensino, a reforma trabalhista, a ampliação da terceirização, uma ampla lista de terceirização e agora uma série de medidas contra o funcionalismo público.

Por mais que tenhamos lutado no primeiro semestre, feito greve geral, feito uma Marcha a Brasília, nós agora estamos retomando, recompondo essa unidade entre as centrais com o dia 10, mas não podemos ficar só no dia 10 e fazer essas manifestações. É preciso recompor um calendário de lutas entre todas as centrais e movimentos sociais e colocar no horizonte do movimento social brasileiro a construção de uma nova greve geral no País. Além disso, obviamente é preciso construir e ter iniciativas dentro dos espaços institucionais, como estamos fazendo aqui hoje, este debate nesta audiência pública, e audiências públicas que possam construir também este debate em defesa dos direitos do funcionalismo e da classe trabalhadora em geral na Câmara dos Deputados também. Esse é o nosso objetivo.

Então, daqui para a frente, depois do dia 10 em especial, que queremos que seja um grande dia de lutas no País, é absolutamente fundamental que as centrais sindicais e os movimentos sociais deem continuidade a esse calendário de lutas e que possam derrotar esses ataques do Governo Temer a toda a classe trabalhadora, exigindo que não se tenha nenhum direito a menos, que os ricos paguem pela crise, que as grandes fortunas paguem pela crise e que possamos colocar, ainda neste ano... A esperança é a última que morre. Embora o Governo esteja cambaleando, há um grande acordo da burguesia nacional em bancar esse Governo e bancar todos os ataques que este



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Governo está fazendo contra a classe trabalhadora. É por isso que este Governo e o Congresso Nacional seguem votando essas medidas. Mas nós temos de seguir unificados porque o Fora, Temer e a derrubada desse Governo também têm de estar no horizonte de todo o movimento sindical, movimento social e de todo mundo que quer ir à rua neste momento.

Eu fico por aqui. Agradeço mais uma vez e espero...

(Interrupção do som.)

O SR. GIBRAN JORDÃO – ... sair desse processo de forma fortalecida. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Gibran Jordão, representante da CSP–Conlutas. Parabéns pela fala.

De imediato, eu vou passar, primeiro, para o Luiz, porque o Luiz tem um problema voo. Em seguida, passo a você, porque você não tem problema de voo. Pode ser? Se você não quiser, vem para você também.

Como está seu tempo, Luiz?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, eu vou passar para ele, porque está com problema de saúde.

Então, Ernesto Luiz Pereira Filho – e depois vai para o Luiz –, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O SR. ERNESTO LUIZ PEREIRA FILHO – É porque já avançou a hora da minha refeição, e a diabete começa a me debilitar, mas estamos firmes.

Eu queria constatar uma coisa que não é nenhuma ironia, mas é surreal. Hoje você vê o quanto os setores do mundo do trabalho e os setores progressistas defendem a CLT.

A CLT é tão propalada como a *Carta del Lavoro*. A CLT nunca teve nenhuma relação com a *Carta del Lavoro*, mas havia setores próximos a nós que faziam questão de fazer um discurso de desconstruí-la, ou seja, fazer o discurso do inimigo. Isso é para ver como, às vezes, ideologicamente, fazemos o jogo do inimigo. E eu acho que continuarmos chamando a isso de reforma, ideologicamente, é fazer o jogo do inimigo, porque o discurso oficial diz que a reforma, que, na realidade, não é uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma, mas uma demolição, uma desconstrução do direito do trabalho. Ou seja, uma reforma você tem como coisa positiva. Se você vai reformar sua casa, você vai pintá-la, você vai trocar os móveis, você vai melhorá-la. O discurso do Governo e da elite é de que a reforma é para criar emprego, para desenvolver o País, ou seja, que é para o País ir para frente; pelo contrário, o País está vindo para trás.

Então, isso é uma demolição de direitos muito descarada e sem vergonha em nosso País. Nós precisamos passar a falar aquilo que ela realmente é: ela não é uma reforma; ela é uma demolição de direitos. Já há juízes chamando de deforma trabalhista. Podemos chamar do que quisermos, deforma, destruição, mas nunca reforma trabalhista. Isso não é uma reforma; isso é uma demolição de direitos. E essa luta ideológica nós precisamos colocar para a sociedade, para os trabalhadores, para podermos combater o discurso oficial, porque o discurso oficial é exatamente este: que isso é uma reforma para melhorar. E, como reforma é para melhorar, isso ideologicamente não nos ajuda a ganhar os trabalhadores e as trabalhadoras para essa luta.

Essa questão da destruição dos direitos trabalhistas no nosso País vem no momento de um Governo que assumiu o País oriundo de uma elite escravagista e entreguista. Ou seja, a nossa elite tem uma definição ideológica clara: ela é escravagista. Nosso País, depois de 400 anos de escravidão, nos deixou essa malfadada elite, que tem ideologicamente, na sua mente, questão ainda do tempo da escravidão em nosso País. Ela é totalmente escravagista, entreguista e está disposta a destruir o Estado nacional, destruir o País, destruir a Nação. Por isso, a entrega das nossas riquezas ao capital estrangeiro; por isso, a entrega da Base de Alcântara. Ou seja, nós não estamos vivendo qualquer momento em nosso País.

E o nosso povo não está dormindo, evidentemente, porque, na hora em que começar a ser aplicada a destruição dos direitos, o nosso povo vai reagir. E aí a luta vai se dar no campo jurídico evidentemente. Eu acho que as centrais estão se preparando bem para isso, do ponto de vista de interlocução com as várias entidades do direito do trabalho, com a Justiça do Trabalho.

Infelizmente, dizem que essa destruição saiu dos computadores do TST, do Presidente do tribunal. Mas ele fala por ele, porque a maioria lá é contra – é contra! Ou seja, a nossa luta vai se dar muito no dia a dia, vai se dar nessa área da inteligência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurídica, quer dizer, dessa perspicácia das centrais sindicais e dessas entidades. E vai dar na luta. Não há outro jeito. Nós precisamos nos mobilizar e vai ser muita mobilização fábrica a fábrica, porta de empresa por porta de empresa, organismos de servidores públicos. Nós vamos precisar nos mobilizar, porque o que vai fortalecer o campo jurídico é a mobilização. Evidentemente, as manifestações das centrais são bem-vindas – essa do dia 10 também –, mas vai se dar muito ali, acordo por acordo, greve por greve, ou seja, nós vamos ter que jogar muita greve em cima do patronato que quiser realmente aplicar essa destruição de direitos.

Já tem havido alguns exemplos positivos, outros negativos, mas essa questão da luta para destruir e tornar letra morta a Lei 13.467 é o nosso papel, é o papel dos trabalhadores, do movimento sindical, ou seja, da Nação, para derrotar a lei. É possível derrotá-la, porque a Constituição não foi destruída ainda, a CLT não foi destruída.

Acho que o estatuto vem num momento importante que nos permite tomar uma dianteira política e ideológica de luta na sociedade e dentro do Congresso. Acho que ela tem esse papel. Nós não temos nenhuma ilusão com este Congresso que está aí, que está podre. Não está todo podre, mas a maior parte dele está podre, apodreceu, está apodrecida.

Como é que a gente faz? Porque, se as eleições estiverem sob a égide do poder econômico, também não vai ser lá essa maravilha não, gente. O artigo que limitava os gastos por candidato foi vetado pelo Presidente e está liberado a pessoa física gastar quanto puder. Este Congresso que está aí de presente é fruto de quê? É fruto de o poder econômico botar aqui quem ele quer.

Eu participei – o Paim sabe disso – do governo Lula. Tivemos oportunidade de construir junto a constituição da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e já víamos, naquele período, a resistência das corporações aqui dentro do Congresso, ou seja, dos ruralistas, dos empresários. Nós já víamos. Quem vive aqui e convive... O Senador sabe disto, ele está aqui há muitos anos: é onde se dá a resistência em regulamentar o trabalho escravo. Depois vem a portaria. Então, não vamos nos iludir, estamos diante de um Governo que pretende instalar uma escravidão moderna no nosso País. E agora não é só mais escravidão com os negros. A escravidão moderna vem para negros e brancos, ou seja, nós vamos precisar acordar para isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mês da consciência negra – e o grande herói nacional que nós temos é Zumbi dos Palmares –, nós vamos ter que acordar a consciência do nosso povo, mostrar para ela quem é seu inimigo principal, seu inimigo claro, ter muita unidade do movimento e, provavelmente, eleitoralmente para poder vencer o inimigo, que é poderoso. Ele tem raízes e tentáculos fora do Brasil. Ou alguém se ilude com isso? E sabemos claramente que essa é a nossa condição.

E sabemos claramente que essa é nossa condição. Mas nós confiamos que nosso povo não está dormindo, como alguns dizem, está só passando o movimento de transição para entender o que vai se dar aí. E a hora em que entrar em luta, virá feroz do ponto de vista de defesa dos seus direitos, para derrotar o nosso inimigo. Essa é a questão que devemos colocar como principal nesse momento, como estratégia do movimento sindical. E vamos tornar letra morta e destruir, picar... fazer picadinho dessa Lei 13.467, que foi aprovada.

Muita confiança no nosso povo, no nosso Brasil, no nosso País.

Muito obrigado.

(Soa a campainha.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Muito bem, Ernesto Luiz Pereira Filho, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), que ficou exatamente nove minutos e trinta segundos. Não chegou aos dez.

Como combinado, Luiz Azevedo, Assessor da Direção Nacional da CUT, que falará pela Central Única dos Trabalhadores.

O SR. LUIZ AZEVEDO – Meu amigo Paim, meus companheiros e quem nos assiste pela TV Senado, eu serei muito objetivo na minha exposição, mesmo porque as contribuições até agora realizadas são enormes e já estamos com o horário bem adiantado. Então, seremos muito diretos.

Em primeiro, o confronto com essa legislação trabalhista começa na prática, em peso mesmo, no dia 11. Os sindicatos e todos os trabalhadores, no País inteiro, precisam estar preparados para fazer esse enfrentamento, porque ou nós conseguimos resistir de fato, na hora em que ela começar a ser aplicada – e os sindicatos estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizados para isso –, ou então o que veremos nesse final de ano? Vai ser o Governo dizendo que fez uma mudança na legislação que gerou emprego.

O que vai ocorrer em decorrência desse processo? Você terá muita substituição de pessoas que estão com contrato por tempo indeterminado por pessoas com contrato precário. Todo pessoal contratado no final de ano, em função das festas, que normalmente é contratado informalmente, será contratado pelo intermitente, com contratos precários, e isso vai passar uma ideia, com estatística, de que nós reduzimos o desemprego.

Todo mundo viu isso acontecer na Espanha e em todos os lugares onde trabalhadores por tempo indeterminado foram substituídos por contrato precário. Então, nós precisamos enfrentar já no dia 11. Por isso a CUT apontou duas coisas imediatas agora. Primeiro, vocês já assinaram o projeto de lei com que nós estamos entrando, de iniciativa popular, para simplesmente revogar essa legislação trabalhista que foi aprovada? Se não assinaram, ainda há tempo. Procurem o seu sindicato, procurem a CUT, procurem as outras centrais sindicais! O abaixo-assinado está lá para ser assinado e nós coletarmos mais de um milhão e trezentas mil assinaturas.

Segundo, dia 10 há luta no País inteiro. Procure o seu sindicato, veja o que está programado e participe desse processo!

Terceiro, articule-se e denuncie ao sindicato qualquer ameaça e pressão para você abrir mão do seu contrato em troca de um contrato precário!

O que está acontecendo aqui com os nossos colegas, aqui no Senado, é uma pressão imensa para a pessoa trocar um contrato por outro. Qual é? Abrir mão do direito que tem do auxílio-transporte. O que está colocado é isso! Então, nós precisamos nos organizar para isso.

No que se refere ao estatuto diretamente, Paim, quero parabenizá-lo e quero fazer sugestões, não quanto ao que se refere ao conteúdo do contrato, mas quanto ao que se refere ao processo dele, que eu acho que está muito bom. Eu acho o seguinte: a mudança que nós tivemos na legislação trabalhista foi produto de uma mudança de poder. Foi necessário derrubar um governo para criar as condições para promover essa reforma. Sessenta e dois por cento dos Deputados eleitos em 2014 fizeram campanha para Aécio Neves. Então, no final 2014, nós já tínhamos uma Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que com mais 5% já aprovaria qualquer mudança, porque 62% dos Deputados eleitos já tinham feito campanha.

Isso coloca para nós o quê? Nós só vamos conseguir reverter esse processo se nós mudarmos a correlação de força na sociedade, porque, com a elite que seja – seja ela histórica ou não –, em 1977, 1978, 1979, 1980, 1981 e 1982, em todo período, quando esse moço que está aqui como Senador era Presidente do sindicato de Canoas, eu era dos bancários, de São Paulo, Lula era dos metalúrgicos, nós já tínhamos conquistas e fizemos avançar. O pico disso foi o quê? Foi a nossa Constituição, que consolidou muita coisa em 1988 e em 1989. Em 1990, nós começamos o golpe. O golpe começou com a implantação, primeiro com a eleição do Collor de Mello e depois houve sequência. Bloqueamos isso com as eleições de Lula e Dilma e voltou agora, voltou com tudo. Nós precisamos dar a resposta a isso.

Sugestão que eu queria fazer: eu acho que o código – e eu estou no grupo do trabalho junto com a CUT – tem que ser redigido para que nós possamos colocá-lo, em entendimento com todas as centrais sindicais, reunidos com os movimentos que participam, todos eles, colocá-lo como condição para apoio a qualquer Parlamentar que for candidato. (*Palmas.*)

Ou ele apoia aquele código ou não terá apoio. Vamos fazer campanha de massa para isso. Mas não vamos apresentar para nenhum Deputado que votou a favor da reforma, porque nós já temos a posição a respeito dele, é fora do Parlamento, é campanha contra ele. Quem votou contra está fora, porque esse indivíduo entregou a alma para o diabo, não há recuperação. Ele votou uma reforma inaceitável. Agora, nós podemos dialogar e renovar o Congresso, renovar com um monte de gente a favor da continuidade da reforma ou com um monte de gente a favor do código que nós vamos elaborar, que garanta decência no trabalho e dignidade do trabalhador. Esse acho que é um eixo central.

O que vamos submeter a quem for candidato nas próximas eleições? Acho que temos que apresentar duas coisas: primeiro, votar para aniquilar essa legislação trabalhista, que é votar a favor do projeto de lei de iniciativa popular que nós vamos apresentar. "Vai votar a favor?" Pode ter o nosso apoio. "Mas, espera aí, vai votar a favor do código?" Aí, nós começamos a discutir o apoio a uma nova bancada, com compromisso formal, assinado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a minha proposta para as centrais. Que todas as centrais pensem para a gente poder ter um processo. Aí, nós não estamos só discutindo o conteúdo. Nós temos um código, temos um projeto de lei e nós queremos garantir que no ano que vem, na disputa eleitoral, haja compromisso. Senão, não adianta nada, a gente aprova o negócio, elege um Congresso como este que nós temos, já sabemos qual é o resultado.

Então, eu queria sugerir isso. Vou levar essa proposta amanhã à CUT, vou deixar uma pessoa aqui que historicamente vem representando a CUT, que é o nosso companheiro dirigente da Contag, da CUT, nesse ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Grande Urbano.

O SR. LUIZ AZEVEDO – ... período aqui. E eu me retiro agradecendo por essa oportunidade.

Paim, como sempre, estamos juntos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Luizinho, boa proposta que tenho certeza vamos encaminhar juntos.

De imediato, Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

A SRª LUCIMARY SANTOS PINTO – Boa tarde a todos e a todas que resistem até este momento aqui nesta audiência!

Quero saudar, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, o ilustre Senador Paulo Paim, agradecendo pelo convite de a Confederação se fazer presente hoje nesta urgência, e dizer, Senador, da importância desse Estatuto do Trabalho, da reestruturação, na verdade, desse Estatuto do Trabalho, num momento crucial para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Lembro, companheiros e companheiras, que a CLT, quando criada, visava exatamente minimizar essa desigualdade nessa correlação de forças entre o capital e o trabalho. E agora este Congresso, de forma inacreditável, veio destruir toda uma proteção que essa parte hipossuficiente dessa relação, que são os trabalhadores, tinha até então. Contudo, nós não nos daremos por vencidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como falaram as pessoas que me antecederam, acho que este é o momento de reinvenção. A gente vem dizendo que o movimento sindical vai se reinventar a partir de agora, enfrentando toda essa situação a partir da aprovação do Estatuto do Trabalho e fazendo também, a partir agora do início da vigência dessa nova lei, o enfrentamento a essas questões, não aceitando a implementação dessas questões que estão aí postas por um governo que tem a única intenção de atender aos interesses do capital.

Quero dizer também que hoje fiquei um tanto quanto assustada, Senador e companheiros do movimento sindical, com o que a gente viu aqui: os trabalhadores terceirizados desta Casa sendo demitidos em razão do auxílio-transporte, por morarem num Município próximo do Distrito Federal. Isso é muito triste de se ver, num país moderno, num Estado moderno, que fere de morte na verdade a Constituição deste País quando promove a indignidade de trabalhadores, enquanto a Constituição fala, preconiza a dignidade da pessoa humana, e de saber ainda mais que esses trabalhadores já vêm sofrendo em razão de outras empresas que por aqui estiveram e que até hoje não receberam as verbas rescisórias decorrentes desses contratos. E o mais triste, companheiros, é pensar que esse ataque à classe trabalhadora do País tem a chancela, com as devidas exceções, de todos os Poderes deste País. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário, com as devidas exceções, se juntaram para ferir de morte o direito da classe trabalhadora.

Lembro que muito recentemente o Supremo Tribunal Federal por repercussão geral julgou, decidiu que o Estado, ou seja, a Administração Pública não responde pelas verbas rescisórias não pagas por empresas terceirizadas, e o Judiciário Trabalhista, no meu Estado, o Estado do Maranhão, já está aplicando isso em algumas situações. Ou seja, o Estado terceiriza, contrata, não vigia o contrato. É o que chamamos culpa *in elegendo* e *in vigilando*, e o trabalhador fica aí, sem ter direito à percepção das verbas rescisórias e, aí, vem o Supremo Tribunal Federal e diz que o Estado não tem que pagar, não deve pagar, porque ele não é responsável, a não ser que se comprove a culpa do Estado *in elegendo* ou *in vigilando*, o que é uma questão extremamente subjetiva e muito difícil de se comprovar e de se ver. Aí, nós nos deparamos com situações recorrentes de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados que são demitidos e que ficam sem a percepção das verbas rescisórias ao final do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

contrato. E hoje, pasmem, a gente toma conhecimento de que essa questão está acontecendo aqui, dentro desta Casa, o que é muito triste saber.

Enfim, nós queremos, neste momento e nesta oportunidade, conclamar toda a classe trabalhadora do nosso País a reagir, porque o que temos percebido, Senador, é que o trabalhador brasileiro parece ainda achar que não sentirá os efeitos dessa nova legislação, ele está um pouco cético com relação à aplicabilidade disso. E isso nós percebemos quando o convocamos para as mobilizações. O trabalhador tem o hábito de acreditar que aquilo não vai acontecer com ele, que aquilo que está no papel não vai se configurar na prática. E ele precisa compreender isso neste momento, não só no momento em que essa legislação efetivamente começar a ter seus efeitos.

Então, eu quero aproveitar, sendo breve, até porque os que me antecederam já colaboraram muito com este debate de hoje, para chamar a classe trabalhadora para a luta, para ir às ruas, para seguir as entidades sindicais, as centrais, os sindicatos, sobretudo as entidades sindicais da minha região, que é o Nordeste do nosso País, uma região muito sofrida onde os trabalhadores são extremamente explorados. O meu Estado, o Estado do Maranhão, lamentavelmente, hoje é o maior exportador de mão de obra escrava. Então, chamo a atenção dos trabalhadores do meu Estado para que acordem, acordem agora, antes que essa lei nefasta se aplique na prática.

E eu quero deixar uma frase da pensadora Rosa Luxemburgo, que diz que quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem. Então, trabalhadores, vamos à luta, vamos às ruas lutar por nenhum direito a menos!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). Parabéns pela bela fala que fez aqui, lembrando, inclusive, a situação dos trabalhadores do Nordeste.

A SR^a LUCIMARY SANTOS PINTO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Luiz Azevedo já foi.

Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO – Boa tarde a todos!

Quero aqui cumprimentar V. Ex^a, Senador Paulo Paim, em nome do meu Presidente Moacyr Roberto, que também é o Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Penso eu, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É o Moacyr, que está representando a Central e a Contratuh em um congresso na Espanha?

O SR. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO – Exatamente. Está na Espanha. Não está aqui, não porque não quis. V. Ex^a sabe que ele é fiel companheiro aqui, sempre escudeiro de V. Ex^a nesse mandato tão nobre que faz e que se deveria irradiar para todos os outros Senadores que nos entristecem hoje nesta Casa.

Eu gostaria de deixar registrado, Senador – V. Ex^a sabe, porque participou e acompanhou os nossos movimentos –, que nós fizemos um encontro internacional aqui, em que estavam todos os sindicalistas da América Latina. Nós os trouxemos a esta Casa, quando fizemos aquela vigília até de madrugada. E ali trocamos, pudemos compartilhar. Para quê? Para saberem desse ataque que o Brasil sofreu por esses supostos Parlamentares – na verdade politiqueiros, porque, em vez de fazer política, fazem politicagem – que se vendem, se tornam subservientes dentro da Casa, dentro do Congresso, e se esquecem de que foram eleitos pelo povo, para representar o povo. Representam os seus interesses individuais, os seus interesses próprios e ficam atendendo os mandos de um mordomo, que hoje assume o papel dentro da Casa grande.

Eu diria que o nosso País foi tomado de assalto. E esse compartilhamento nós levamos para todos os nossos companheiros da América Latina no sentido de mostrar que essa reforma trabalhista não é uma reforma.... Não foi socializada, não foi democratizada, não foi debatida com quem deveria. Ela foi debatida entre os pares, aqueles que, de fato, não prestam nenhum serviço à sociedade brasileira; aqueles que, de fato, fazem parte de um complexo ou aceitam o mando desse complexo industrial, empresarial, esse complexo de mídia que está aqui tão somente para acumular cada vez mais as riquezas e levar o nosso País, que hoje, com tão pouco tempo, já tem mais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de 50 milhões de pobres, miseráveis que vivem em alto grau de vulnerabilidade social e abaixo da linha da miséria. Então, que país é este?

E nós estamos aceitando, eu penso, de uma forma muito inerte, porque se fala dessa união das centrais, mas seria preciso ela acontecer de fato, e não de fala. O que está faltando é isso, Senador. Eu penso, quando a minha companheira faz essa colocação dos trabalhadores, que os trabalhadores não sabem. Eles ainda não conseguiram enxergar e ler, fazer a leitura dessa retirada de direitos, que são direitos constitucionais.

Nós estamos falando de algo que vem desde o Tratado de Versalhes, de 1919 do século passado, quando veio a OIT. E veio a nossa Constituição Federal, trazendo no seu DNA os direitos humanos e, dentro dos direitos humanos, intrínsecos, os direitos sociais. Faz parte da corrente sanguínea da Constituição Federal.

A gente viveu uma situação de mudança significativa deste País, quando em 1961, com o Estatuto da Mulher, as mulheres partiram para o mundo do trabalho, para além de serem tão somente – sem nenhum demérito – do corpo de educadoras, da educação deste País. Começaram a estar em todos os espaços. Mas não conseguimos atingir, ainda, a saúde deste País, porque não temos igualdade de direitos, no mundo do trabalho, entre mulheres e homens. Ainda se desrespeita... Ainda que haja isonomia na função que desempenham, não existe o respeito a um salário igual.

E aí, Senador, eu penso que um país que não respeita essa igualdade não avança; retrocede, como vemos agora na reforma trabalhista, não tirando o direito das mulheres, mas atacando os trabalhadores, retirando aqueles direitos que fazem parte da dignidade humana, que é ganhar o seu sustento através do labutar, através do suor do próprio rosto. Isso tem fundamentação bíblica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E atacam as mulheres covardemente, tanto na reforma da previdência quanto na trabalhista. Na trabalhista, na história de achar que mulher gestante pode ficar em área insalubre, trabalhando normalmente, e amamentar.

O SR. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO – Exatamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você está coberto de razão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO – E aí, Senador, o senhor sabe também que a gente tem um programa de combate à violência contra a mulher pelo Brasil afora. O senhor já participou de vários deles, junto com a Maria da Penha e com a gente, porque a gente conhece e tem esse entendimento. Não é possível mais essa exploração! No trabalho doméstico, a exploração, a violência é contra a mulher, porque, no trabalho doméstico, 80% são mulheres.

Como é que nós vamos permitir um ataque desses, a retirada de direitos? Agora, estão simplesmente querendo trocar os trabalhos mais bem qualificados para um trabalho degradante, mas forçado, com horário extraordinário, sem remuneração, para ir para um banco de horas, e aproximando todo salário a um piso que se diz que é de um salário mínimo.

Então, ora, se nós raciocinarmos sobre de que forma vamos combater essa situação, eu diria que todos nós, como sindicalistas, precisávamos reinventar, sim, o movimento sindical. Nós precisamos mudar, sim, a nossa tática de como convencer e conscientizar os nossos representados, o trabalhador brasileiro, de como nós vamos fazer para parar de aceitar essa mídia comprada com dinheiro público e que vende aquilo que o complexo empresarial quer. Nós precisamos valorizar mais as redes sociais e entender que é difícil hoje o trabalhador estar conosco quando se sindicaliza ou se associa ao sindicato porque ele sempre quer alguma coisa em troca. E aí, Paulo Paim, meu Senador, nós geramos benefícios que são sempre ligados à saúde, primordialmente à saúde e à educação, através de desconto.

E, quando fazemos isso, estamos assumindo um papel de incompetência desse Estado de direito, que não cumpre aquilo que faz parte das políticas sociais básicas. Nós estamos simplesmente dando uma parte daquilo que é a saúde, ainda que preventiva, através de consultas médicas, para o trabalhador, porque o País se omite. O País nega o direito dele. Por quê? Porque, dizem, o fundo da seguridade social, que é o tripé de sustentação inclusive da saúde, está minguando. Ora, está, uai! Mas com uma DRU de 20%, que nasce com 20% e hoje está com 30%, com o desvio que se tem lá dentro... E aí da DRU vai para cartão corporativo, que ninguém consegue ver quanto é que está dentro do cartão corporativo, porque não existe transparência. E aí você pega o cumprimento da real preconização da Constituição Federal e da CLT e vê um Supremo Tribunal Federal que não tem mais credibilidade, um Supremo Tribunal em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não podemos mais confiar, um Supremo Tribunal onde um Ministro acusa o outro publicamente, e as acusações simplesmente são engavetadas, onde ADINs são engavetadas, porque não conseguimos fazer valer. Vocês se lembram de como foi a 186?

Então, nós vivemos uma situação onde já não existe mais isonomia entre os Poderes, onde o Poder Judiciário legisla em causa própria quando aumenta seus salários, quando aumenta seus benefícios, e isso faz parte do Judiciário... Então, se é permissivo, se o Legislativo permite, com toda a certeza, algum compartilhamento tem, com esse complexo empresarial que se utiliza da subserviência do Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim, eu diria que esse estatuto, tão bem pensado, como tantos outros, o Estatuto da Mulher, da Igualdade, as cotas, tudo está ligado a V. Ex^a. E eu me lembro muito bem de que, há um ano e meio, quando vários partidos o assediaram para estar, na eleição passada ainda, e V. Ex^a disse que precisava pensar, porque o senhor sabe que o seu princípio de retidão moral e ética, implementado através de ações, e não de fala, dentro deste Senado da República é coisa que dignifica a sociedade brasileira. Seu nome é muito bem-vindo.

Pode ter certeza de que a nossa confederação, a nossa central estará apoiando as pessoas do bem, mas aqueles que votaram contra o trabalhador brasileiro, aqueles que votaram contra uma investigação de um Presidente da República, aqueles que votaram a favor dessas reformas que mais trouxeram a destruição da sociedade brasileira, esses já estão com os nomes estampados nos nossos *banners* e estarão nos *outdoors* em toda a nossa sociedade para dizermos: "Esse não volta, porque votou contra o trabalhador brasileiro!"

Deus ilumine o seu caminho, Senador, e que o senhor possa trilhar por esses caminhos e que possa trazer dignidade ao povo brasileiro, quiçá fazer do nosso Estado uma Nação e não este País comprado pelo capital!

Muito obrigado pela oportunidade de estar mais uma vez aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh),





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fez uma bela fala e justificou inclusive a não presença do Presidente Moacyr, que está em missão na Espanha.

De imediato, passamos a palavra para Eurídice Ferreira de Almeida, representante da Fasubra Sindical.

O SR. EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Bem, boa tarde a todas e todos!

Em seu nome, Senador Paulo Paim, eu agradeço o convite e saúdo a todas e todos, não só os presentes a esta Comissão, mas todos os brasileiros e brasileiras, porque o senhor, na sua praxe democrática, é a cara do povo brasileiro. O povo brasileiro não arrefece na luta. Ele vai estar sempre presente em todos os instantes em que forem chamados.

Falar por último nos dá uma boa vantagem, primeiro, server todas as informações, as belas informações e as lições que nos foram dadas. E, segundo, me dá condição de olhar um pouquinho mais para dentro da nossa condição como servidores técnicos das universidades brasileiras. As universidades são o ponto crucial dessa política desse desgoverno, que é o desmonte da sociedade brasileira, porque um povo sem educação é um povo cordato, e um povo cordato é um povo fácil de manipular.

Por que tanta briga, tanta luta, tanto desmando desse Governo que está colocado hoje em nosso País? Só tem um objetivo: fazer o desmonte de todas as políticas sociais, as políticas inclusivas que foram feitas desde que o governo do PT entrou, o governo Lula e o governo Dilma. Se formos observar mais proximamente, todas as políticas implementadas nesse projeto de governo estão sendo atacadas, em especial a educação, como eu frisei há pouco, e, por consequência, a saúde. As universidades brasileiras hoje estão mais do que sucateadas. Elas estão sendo destruídas literalmente. O que nós vimos aqui dos trabalhadores e trabalhadoras do Senado, terceirizados, sendo demitidos sem justa causa, isso é uma constante nas nossas universidades, infelizmente.

Eu gostaria de ter tido até um tempo anterior a esta Mesa para chamar o Ministério Público, chamar os edis que aqui estavam e a Justiça do Trabalho, que aqui estava, com belas falas, com falas consistentes, com falas reais, para que nos dessem um apoio dentro das universidades públicas. Na sua grande maioria, eles não estão fazendo isso. Ao contrário, estão dificultando a luta, dificultando o crescimento,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificultando a nossa tarefa como sindicalistas de mobilizar, conscientizando a categoria para o que está acontecendo.

Nós temos o exemplo hoje do Enem. Acabou de acontecer a primeira etapa do Enem. Para onde vão essas criaturas que vão passar nesse Enem? Nas políticas de cotas está disseminada a erradicação, direta erradicação. Não há financiamento dentro das universidades para sustentar a expansão feita sabiamente pelo governo anterior, o governo de Lula e o governo de Dilma. Não há contratação de professores, não há contratação de técnicos. Os que se aposentam ficam sem ser repostos. O que nós estamos vendo é um trabalho intermitente dentro das universidades, tanto na categoria dos docentes quanto na categoria dos discentes.

Falar de pesquisa? Não existe mais verba para pesquisa. É um primeiro reflexo que a sociedade brasileira pode ver é o fim da Farmácia Popular. Só findou a Farmácia Popular depois que foram cortadas literalmente as verbas para a Fiocruz, para a comunidade científica que fazia a pesquisa em cima desses medicamentos.

Os hospitais universitários. Não existe mais, na sua grande maioria. A tentativa de se fazer uma sociedade de economia mista, vendendo o espaço da universidade, o espaço público para uma entidade privada só acabou com o espaço do ser humano, do cidadão e da cidadã, independentemente de sua condição financeira, de ter uma saúde de qualidade, porque o Sistema Único de Saúde, em especial os hospitais universitários e seus profissionais é que sempre fizeram um atendimento de média e alta complexidade nesse País. Os planos de saúde e a saúde privada nunca fizeram isso.

Todo esse embargo da saúde privada em acabar com o Sistema Único de Saúde, em acabar com os hospitais universitários é porque eles estão tendo que repor todos os atendimentos que o Sistema Único de Saúde fazia e que eles recebiam em dobro, através do cartão do SUS, o que também foi prontamente debatido e construído aqui nesta Casa, com o protagonismo também do Senador Paulo Paim, que nós agradecemos sempre, sempre, sempre.

A universidade brasileira está tendo o seu espaço cerceado, infelizmente como esta Casa, Senador. Deixe eu fazer uma janela aqui de que, mais uma vez, nós só conseguimos adentrar esta Casa, que é a Casa do Povo, por conta da disponibilidade da assessoria aqui da CDH de ir nos buscar na portaria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E eu denunciei aqui ao vivo.

O SR. EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Eu fiquei mais de 40 minutos lá na porta, cerceada a minha entrada, como se eu fosse, acho que um ET, porque hoje marginal ninguém sabe mais qual é o sentido de marginal, quem é, quem está dentro e quem está fora. Ninguém sabe isso. Mas infelizmente é isso.

Mas, nas nossas universidades, nós temos as entidades sindicais, e elas estão no guarda-chuva da Fasubra Sindical, que, dentro do seu compromisso, de sua lealdade e de sua responsabilidade com os trabalhadores técnicos administrativos das universidades, em sua última plenária no Rio de Janeiro, devido aos muitos desmandos que foram colocados, o desmonte da nossa carreira como servidor público, a falta de concurso público para repor e a nossa responsabilidade com os cidadãos e cidadãs brasileiros em manter um serviço de qualidade, um serviço de atendimento laico, público, de qualidade, nós, a assembleia, na plenária do Rio de Janeiro, com representação de todas as universidades federais, municipais e estaduais deste País, deflagramos greve a partir do dia 10, agora, de novembro.

A Fasubra sempre foi protagonista nesse espaço. E nós, mais uma vez, vamos nos colocar como – podemos até usar – testa de ferro, para fazer o levante desse movimento, para chamar todos os servidores públicos, em especial, como foi falado aqui, na segunda Mesa, porque o ataque está todo sobre nós, todo sobre nós. Porque todo esse desmando que está aí só tem esta angústia de acabar com o serviço público, de se adequar a um projeto maior mundial chamado TiSA, que é tratado internacional do livre comércio, de que muitos não falam. Mas todas essas medidas que estão sendo tomadas são para adequar o Brasil para ingressar nesse TiSA, que nos deixa acéfalos por mais de 20 anos.

É muito ruim ver isso. É chamar os servidores públicos, para que venham, venham para a luta, porque nossos direitos estão sendo cerceados. Cercear para mim é pouco: eles estão sendo tomados à mão grande. Nós não somos respeitados como cidadãos nem como cidadãs, independentemente de gênero. Hoje não há mais, independentemente do gênero, embora, se nós fizemos um recorte, a mulher sempre... Se estava aqui, a cozinha já está na senzala. Mas nós vamos continuar lutando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer o seguinte: o tempo urge, mas juntos nós somos fortes. Não há algo mais proeminente do que Geraldo Vandré ter dito, há anos e anos e anos: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer."

Fasubra livre, Brasil livre e o povo na rua!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Parabéns. *(Palmas.)*

Eurídice Ferreira de Almeida, representante da Fasubra Sindical, meus cumprimentos pela fala.

Por fim, Francisco Urbano, representante da Contag.

O SR. FRANCISCO URBANO – Boa tarde a todos e a todas!

Companheiro Paulo Paim, começo chamando o companheiro, porque nós fomos sindicalistas durante muitos anos e sei como você continua sendo, apesar de Senador, um trabalhador.

Quero parabenizá-lo, de novo, mais uma vez, por ter passado aqui, por essa trincheira que você tem montada neste Congresso, há quantos anos, nesta Casa.

Eu não vou me alongar, aqui, muito, para falar em todas as maldades, porque é difícil falar de todas elas, mas queria só enumerar o primeiro elemento. O primeiro grande sinal disso que estamos vivendo foi a campanha eleitoral em 2014 ou, antes, em 2013, quando escolheram como Líder do PMDB o Cunha, Eduardo Cunha. Ali começou toda uma estratégia de desmonte do governo, como se o PMDB não pudesse ter botado um outro líder, um cara que trabalhou todo dia pauta contra o governo, para destruição do governo. E, em seguida, elegeram-no Presidente da Casa, já em 2014.

Não estava muito claro. O discurso no Congresso, em 2013, 2014, eu dizia lá em casa para minha mulher, que é uns 12 anos mais jovem que eu: "Minha filha, eu me vejo assistindo a um filme dos discursos do pré-1964, 1963, 1964, o tom de ódio, de reacionarismo contra o governo, com o mesmo tema – acusado de comunista, perigoso e corrupto –, o mesmo tom." É o mesmo tom que foi feito, em 1955, com o Dr. Getúlio Vargas. Eu disse: "Preste atenção no tom, na forma de campanha eleitoral!"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando terminou a campanha, eu disse, em uma reunião aqui, na avaliação que foi feita com os companheiros do Brasil inteiro, eu repeti para eles, fazendo uma análise desse processo todo e chamando o tom para a conversa da campanha eleitoral. E eu disse: "A Dilma não termina o governo se não trazer gente para seu gabinete na Casa Civil do porte de [havia outros também] Wagner, lá da Bahia." Ela trouxe outras pessoas que não tinham nenhuma condição de ajudar naquele confronto, posto que... O golpe começou montado lá na campanha eleitoral.

Mas eu quero voltar... Concluído o golpe... Porque veja: em 2014, já houve um problema sério contra ela com o Judiciário, com o Supremo Tribunal Federal, um reajuste salarial, porque ela não deu o mesmo valor que ele tinha... Esse Supremo já trabalhava contra o governo desde quando inventaram o tal do mensalão, como se tivesse sido feita uma coisa inventada por Lula ou por Dilma, e não a história deste País no processo eleitoral.

Mas eu vou rapidinho para chegar a 2015, na verdade, 2016, com o golpe. Qual foi a primeira medida desse... Olha, eu vou citar de uma pessoa – não gosto nada dele, já morreu –, que é Antonio Carlos Magalhães, mas era um homem inteligente. Ele disse que esse sujeito que está na Casa, ele o chamava de Mordomo do Planalto, porque ele anda todo durinho como aquele mordomo de reinado. Mas o que ele estava dizendo não era que ele apenas uma figura na forma de andar. É que ele era uma peça vendida e compromissada com o que tem de pior da elite brasileira, com o sistema golpista. Ele estava dizendo isso, que é o que esse cara é. Esse cara foi candidato alguma vez a Senador no Estado dele? Tentou a candidatura mais ampla no País? Não. Ele é vendido num esqueminha. Nunca foi o Deputado Federal mais votado de São Paulo. Como chega à Presidência da República se não fosse por trama dessa maneira? Incomoda-me, às vezes, que a gente ainda esteja falando, em cada reunião dessa... Hoje até que foram bem mais amplas as questões, mas a gente chega e fala da reforma trabalhista, e deixa todo um conjunto de maldade pronto do primeiro dia de mandato, de posse. Primeiro ato: acabar com o Ministério da Cultura.

Segundo ato – por conta de um, dois, três, mas tudo no mesmo dia –, Ministério da Reforma Agrária, Ministério da Previdência Social, Ministério da Igualdade Social e Secretaria do Direito das Mulheres; tudo isso foi numa canetada só, no primeiro momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro ato: a PEC do fim do mundo. E nós engolimos isso tudo, a PEC do fim do mundo, parecia que não iria haver nada contra nós. A reação foi quase zero. Quem teve uma reação mais estruturada foi a garotada, a juventude. Mas muita gente não foi lá dar apoio àqueles companheiros, nem com advogado, nem com presença.

Em seguida, todos os atos montados, cada um deles a partir desse primeiro, que é o da maldade, que a destruição dos Ministérios já estava pronto para diminuir recursos por causa dessa emenda.

Em seguida, vem a destruição dentro no Ministério da Educação, todo o processo da educação. Ora, eu tenho alguns anos mais jovem que vocês, mas nunca vi nada igual, parecido, mesmo no regime militar. É uma cadeia, uma fábrica de cadeia de ação permanente, todas elas na direção de destruir a nossa Nação, destruir, eu chamo de Estado, mas estou falando da Nação em si.

E a última pá de cal agora é a privatização, que se reuniram ontem, com toda a cambada, com a corja deles, ontem, para pensar na Eletronorte, Eletrobras. Privatizar a energia, nós estamos privatizando o bem mais importante da vida humana, a água. Nós estamos privatizando os rios, gente, porque, para garantir a energia, eles vão ter que cortar a água de qualquer outro lugar para os manter. Nós não podemos aceitar isso calados, pacificamente deixar para depois que acontecer a gente reagir.

Ou a gente começa a provocar – eu sei que é custo alto –, ou a gente começa a provocar na sociedade a desobediência civil, ou não haverá mudança, porque nós estamos falando muito no resultado das eleições no ano que vem. Nós cometemos um erro gravíssimo – estamos chamando nós o movimento social. O debate da reforma política parece que não era coisa nossa. O que ficou? Ficou a mesma coisa ou pior. Porque o único objetivo deles na reforma política era a cláusula de barreira e a proibição de coligações. E foi o que passou de fato.

O fundo partidário é porque não tiveram mais jeito de não criar, porque interessava a volta do financiamento empresarial. Mas eles criaram uma regra, a proposta, companheiro, eu acompanhei todas as sessões de lá, a proposta do fundo partidário, do fundo público não era o "fundão". O "fundão" quem criou foi a Globo e começou a chamar de "fundão", inclusive nós da esquerda.

O que eles fizeram? Lá era transparente, era 0,25%, eles aumentaram, de última hora, para 1,25%, o que dá aqueles 3 bilhões...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – Eu vou encurtando para incluir isso. Mas eu não posso deixar de falar nessa soma de coisas. A gente precisa dizer isso nas campanhas eleitorais no ano que vem.

O que eles fizeram? Na forma com que ficou agora, o financiamento, o recurso para o ano que vem é com base nas emendas de bancada do ano anterior. O que está acontecendo agora? O maior volume de liberação de dinheiro é das bancadas; não é das individuais. Quem vai ser mais beneficiado? Os grandes partidos, exatamente esses que deram o golpe.

A gente não está dizendo isso para ninguém. Como nós vamos fazer campanha eleitoral para eleger bancada favorável se a gente não consegue discutir o instrumento de fazer Deputado? O instrumento para fazer Deputado é a campanha eleitoral.

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – Ou a gente organiza, nós das centrais sindicais todas, das confederações, um pequeno panfleto, tipo um livreto, daquele que é frente e verso... Sim, chega de fazer aquele documento que parece coisa da Petrobras, do Banco do Brasil, caro que só o diabo; grande desse tamanho.

Não, o cara pega aqui e, em quatro ou cinco palavras, ele vai entender o que se está falando. Nós fizemos muito isso nos anos anteriores: algo em que a gente enumere todas essas maldades e junto, do outro lado, o nome de toda essa cambada que votou contra a gente. Mas que se ponha uma letrinha lá embaixo: "Além deles, cuidado com os parentes, porque quando eles estão fracos, colocam a mulher, o filho, o primo." Se não se fizer isso, vêm os mesmos cafajestes...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – ... com uma coleira diferente. Ou a gente está atento ao processo eleitoral... A estrutura partidária permanece a mesma. Estou dizendo isso, porque, de vez em quando, a gente fala de política e trata da política como se o povo fosse o responsável por eleger essa cambada.

É claro que o povo elegeu, mas a estrutura de organização partidária não permite uma participação maior da sociedade. Só no meio de uns poucos é que aparece uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

figura dessa que consegue se eleger. São pouquíssimos que conseguem, porque a estrutura não permite.

Agora, a gente estava avançando para garantir que a cada três candidatos, por exemplo, um tinha de ser de sexo diferente. Se começasse uma lista com uma mulher, seriam duas mulheres e um homem. Se começasse com dois homens, um candidato teria que ser mulher. Eles tiraram de última hora. Mais do que isso: todos no partido que apoiassem...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – ... medidas das chamadas áreas de diversidade, todas as outras diversidades, teriam um recurso a mais para fazer esse processo democrático, para lançar a diversidade na campanha. Eles tiraram de última hora.

Mas quem sabe disso? Quando as nossas centrais, quando as nossas entidades sindicais fizeram o debate da reforma política como estratégia de ação de poder? Só temos duas maneiras de tomar o poder: pela revolução, que nós já abandonamos há muito tempo, e por essa outra que é a chamada democracia formal e burguesa no processo alternativo eleitoral. Mas só essa: se a gente for para dentro dos partidos; se a gente for estudar na legislação eleitoral.

Como interferir na campanha eleitoral? Olhando o bonde passar, só vai entrar só vão entrar os que já têm o poder e vamos notar que, no último carro, entram três ou quatro Deputados ou Senadores como esse.

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – Desculpe-me o tempo e o tom, mas não quis ficar entrando nos detalhes das perdas que os senhores falaram de forma brilhante aqui. Eu queria fazer uma referência em especial à Justiça... Não! A gente acha que justiça faz justiça; não faz, na minha opinião. Mas há algumas pessoas da Justiça do Trabalho que têm demonstrado uma ação como cidadãos e muitos de vocês na área da Ministério do Trabalho, os fiscais do trabalho e uma área importante no setor da Receita Federal.

Está faltando – eu sei que é difícil –, uma mobilização maior no campo da juventude, das universidades, da academia. Gente, lembram 68? Quatro anos depois do golpe militar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – Havia cem mil pessoas na rua contestando aquilo. Hoje a gente não consegue botar 40 mil contra um Governo da qualidade... Eu ia dizer o nome, mas devo respeitar a Casa.

Mas eu queria aproveitar, encerrando mesmo aqui: temos uma oportunidade agora no dia 10. Não vamos fazer greve ficando dentro de casa; vamos para a rua, mas não vamos pegar o ônibus, porque senão não tem greve. Vamos arranjar um carrinho, a pé ou vamos fazer caminhada em nossos bairros de forma que a gente esteja lá com um protesto, com papéis na mão. Se não tem dinheiro, muita gente sabe desenhar; desenha o nome do bandido lá, o nome dele e bota num – fez-se isso nos anos 60 – pedacinho de pau daqueles que tem no chão aqui, com a cara desenhada do Deputado que a gente não quer ver nunca mais no Congresso ou do Senador. Ele e os seus familiares.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – A gente já fez isso a vida inteira. Como é que a gente não sabe fazer mais? Mas isso aqui a gente faz, acha lindo: falo com ela, ela fala comigo, fala com outro, mas ninguém – o resto da sociedade – nem sabe com quem vocês estão falando aí agora. Não é verdade? Vocês começam a falar um com o outro aí, e ninguém sabe se é com você ou com quem está lá no Rio Grande do Sul. Mas esse papelzinho na mão fica, é curto com vazante rápida; o cara olha, bota no bolso e lê sentado no ônibus. Ele não é desse tamanho que não tem onde guardar. Tem que ser... Nós já fizemos muito isso.

Encerrando, eu queria só convocar aqui – se eu puder convocar – para que não fique ninguém no dia 10 em casa, mas não é para ir trabalhar. Que vá para a rua, leva a mulher, os filhos para fazer caminhada na rua como protesto, mas provocando uma reação na sociedade contra esse desmando.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – Gente, eles vão privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica. Vão privatizar todo o nosso sistema elétrico e, aí, nós vamos fazer o quê? Vamos voltar, de fato, ao século XVIII não tendo nada e olhando como perdemos. Isso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é possível. Eu já estou no final daquele período que é só descendo, não está mais subindo, no meu final de vida, mas quero ver, antes de ir embora – antes de desaparecer, porque não se vai para canto nenhum depois; morreu, morreu –, antes de morrer, este País com o povo na rua para mudar de fato essa sociedade perversa.

Deixo só um recado aqui. Vamos lembrar do homem mais poderoso militarmente, Reza Pahlavi, que tinha todo apoio dos Estados Unidos, tudo o que havia de máquina de guerra. E o povo sozinho na rua, sem nenhuma arma, colocou Pahlavi para fora, todo aquele povo, toda aquela cambada, e o soldados não tiveram coragem de atirar, porque eram milhões na rua e não iria sobrar ninguém, a não ser eles. Eles, os próprios soldados desceram das máquinas e seguiram com o povo.

Povo, mesmo sem arma, é possível mudar.

O companheiro já falou de Geraldo Vandré. Tem-se que repetir isso aí, cantando Geraldo Vandré todo o dia, para que a gente possa acordar de fato o nosso povo contra essa tirania.

Um abraço para cada um de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Francisco Urbano, representando a Contag.

Quando ele encerrou, falou um pouco mais, uns 25 minutos, deu um recado importantíssimo.

Os encaminhamentos que percebi, mais diretos, foram no sentido de fortalecer o dia 10, essa grande mobilização; valorizar o voto para a gente renovar o Congresso. Quem é bom que volte, mas os critérios são ditos aqui. Os que defendem as grandes causas com certeza voltarão. Nós temos que ter muito cuidado com quem vamos eleger a Presidente da República; que vá na mesma linha e que não vá na linha daqueles que dizem "eu prendo, mato e arrebento" e achar que, com isso, pode ser Presidente.

Sobre o Estatuto do Trabalho nós continuaremos a fazer o debate, não termina hoje. A intenção, no dia 1º de maio, é publicar a primeira versão construída pela sociedade brasileira e entregar, a partir dali, uma cópia. Depois do retorno que receberemos, até no máximo, diria, agosto, nós teremos a redação final para entregar a cada candidato para ver se vai se comprometer com essa proposta.

Agradeço a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerramos aqui.

Eu queria encerrar no máximo às 14h30. Ficamos no limite: são 14h38.

Vamos lá, a luta continua.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 38 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença da Senadora Regina Sousa. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 145/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Tutela Necessária dos Segmentos Constitucionalmente Protegidos: Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Idosos, Negros e Índios". Participantes: Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (Autor da tese de que todas as políticas de ações afirmativas têm matriz no direito do trabalho); Katleem Marla Pires de Lima, Auditora Fiscal do Trabalho e Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás; Waldemiro Livingston de Sousa, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal – APRESEFE; Braulina Aurora Baniwa, Estudante da Universidade de Brasília – UnB; Ivania Ferronato, Pedagoga, especialista na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Deise Benedito, Professora; Juvenal Araújo, Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; e Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA. O Senhor Vice-Presidente concede a palavra para o Senhor Marcondes Alves, Presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do DF – SindBombeiros/DF. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/20>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 145, de 2017, da CDH, de minha autoria, para debater o tema: “Tutela Necessária dos Segmentos Constitucionalmente Protegidos: Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Idosos, Negros e Índios”. Eu colocaria aqui ciganos e terceirizados, porque eles estão nos vulneráveis. O Peixe a que estou me referindo aqui é o sindicalista aqui, que vive dentro Congresso e defende as pessoas que trabalham em empresas terceirizadas. Só para situar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de iniciarmos os trabalhos, informamos a todos que, em função da relevância e qualidade dos debates realizados nas audiências públicas desta Comissão, as palestras serão organizadas para publicação, ao final de cada semestre, com base nas notas produzidas pelo serviço de taquigrafia da Casa, que, desde já, ficam solicitadas, conforme encaminhamento aprovado em sessão anterior.

Vamos à composição da Mesa. Já está conosco aqui o Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, autor da tese de que todas as políticas de ações afirmativas têm matriz no Direito do Trabalho. Permitam também que eu diga que o Dr. Ricardo nos ajudou muito, muito, muito na construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Se existe hoje o Estatuto da Pessoa com Deficiência – tivemos, claro, quatro Relatores, que eu sempre destaco, Flávio Arns, Celso Russomanno, Mara Gabrilli, Romário, e eu fui o autor –, mas se não fossem pessoas como o Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, o estatuto não teria avançado. Ele discutiu aqui, discutiu lá, quando foi convidado – no tempo, acho que foi a Maria do Rosário ainda –, em uma comissão especial, num amplo debate. Enfim, o estatuto hoje é uma realidade. Eu queria dar uma grande salva de palmas ao Dr. Ricardo. (*Palmas.*)

Um vencedor, mas que está sempre à procura de ajudar outros que precisam vencer. E, com certeza, nós queremos que todos vençam – não é, Dr. Ricardo? –, que todos tenham um lugar ao sol.

Convidamos agora a estudante da Universidade de Brasília (UnB), a líder Braulina Aurora Baniwa. Está certo? Então, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Ela também vai fazer um depoimento – pode sentar aqui, do meu lado – nesta situação dos mais vulneráveis.

Convidamos também Katleem Marla Pires de Lima, Auditora Fiscal do Trabalho e Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já estive conosco aqui, em algumas oportunidades, dando belas contribuições. Ela, como é mais jovem, agora vai ficar em cadeira cativa também. Quem vem aqui e gosta, sempre é convidado e volta.

E, nesta Mesa, convidamos Waldemiro Livingston de Sousa, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal. Esse é o Peixe. (*Palmas.*)

O Peixe já é cadeira cativa aqui também.

Deixe-me aqui fazer uma pequena introdução.

Conforme requerimento de nossa autoria, foi criada esta Comissão Especial para discutir o Estatuto do Mundo do Trabalho. Estamos realizando esta que hoje deve ser já a 10ª ou a 11ª Reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A 10ª Reunião.

O tema de hoje é “Tutela Necessária dos Segmentos Constitucionalmente Protegidos: Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Idosos, Negros e Índios”. Enfim, todos aqueles que mais precisam.

Como de hábito, esta audiência está aberta à participação da sociedade. As pessoas podem enviar seus comentários ou perguntas pelo Portal e-Cidadania, através do *link* www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo Alô Senado, número 0800-612211.

Esta é mais uma audiência pública do ciclo de debates que iniciamos em agosto e pretendemos finalizar, de acordo com o plano de trabalho da Subcomissão, em abril de 2018, para podermos, então, ter a primeira versão do Estatuto do Mundo do Trabalho ou da Consolidação das Leis do Trabalho, porque essa que foi aprovada é o que a gente chama da Consolidação do Empregador ou Estatuto do Empregador. Em vez de CLT virou CLE. Está uma lambança geral no País. Ninguém sabe o que fazer. Nem o Governo sabe.

Para se ter uma ideia, ontem mesmo – nesta semana, houve aquele feriado na quarta –, visitei umas 15 cidades no Rio Grande do Sul. Inúmeros empregadores me procuraram para eu dizer o que fazer. Inúmeros estão fechando acordo baseados na legislação correta, digamos. Não vou dizer antiga. Vou dizer que é baseada na própria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CLT, e não estão se debruçando sobre essa esculhambação que eles fizeram. Nem eles se entendem mais.

Até pensaram eles em criar esta mesma comissão que nós criamos aqui. Mas nós já estávamos na 7ª ou na 8ª Reunião, quando eles disseram que iriam criar uma comissão, porque nem o Governo estava entendendo o que foi feito aqui no Congresso. Ela veio da Câmara, e o Senado se negou a discutir. Só carimbou em cima, com o que eu fiquei muito bravo. Eu li o relatório por cinco horas e meia, e não aceitaram nem uma emenda.

Eu agradeço muito, porque o relatório que nós apresentamos, para o qual a Anamatra ajudou; o Ministério Público do Trabalho ajudou; o Sinait, o MPT. O Leandro está falando, porque ele, que é advogado também, ajudou junto com esse grupo todo. As entidades sindicais e até patronais sérias vieram aqui e deram o depoimento contra aquilo que estava sendo feito.

Então, está uma bagunça generalizada. Por isso, a importância do nosso trabalho. Acho importantíssima a reunião de hoje. Por exemplo, aqui há dados de um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que abrangeu 18 nações latino-americanas, e identificou que, apesar das políticas destinadas a reduzir a desigualdades, as mulheres e minorias étnicas ainda estão em clara desvantagem.

Eu li, se não me engano, naquele jornal de São Paulo, *Valor Econômico* uma matéria que diz que a população negra ganha 55% do que ganham os que não são negros – eu li agora; numa palestra que eu estava dando, eu usei os números –, e o desemprego é gritante em relação a negros e não negros. Nós queremos espaço para todo mundo: queremos que negros, brancos, índios, ciganos, todos, tenham direitos iguais; e mulheres – os dados são assustadores com as mulheres também; a mulher ganha bem menos que o homem na mesma atividade.

Esse dado trabalha nessa linha. Segundo esse mesmo estudo, a diferença salarial entre homens e mulheres é de 17% em média por região, ou seja, a mulher, na mesma função, na mesma atividade, em média ganha 17% a menos. E os outros dados são esses que eu, mais ou menos, falei aqui.

É importante essa audiência no dia de hoje, porque hoje é 20 de novembro, e é claro que eu vou fazer um pronunciamento no plenário contra todo tipo de preconceito: contra negro, contra branco, contra índio, contra mulher, contra criança,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra deficiente, contra idoso, aproveitando alguns dados, inclusive, que nos foram passados, como, por exemplo, um dado curioso nesse mesmo estudo, que é o fato de que, especificamente no Brasil, os homens ganham – aqui arredondam – 30% a mais do que as mulheres quando ambos têm a mesma idade, o mesmo nível de instrução e trabalham, digamos, na mesma função. Enquanto isso, na Bolívia, por exemplo, essa diferença é insignificante; na Bolívia o homem e a mulher praticamente ganham na mesma função o mesmo salário.

O BID fez uma análise detalhada das causas das diferenças salariais entre a minoria e outras populações no Brasil. Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Peru e Paraguai, uma média simples dos salários nos sete países mostra que uma minoria ganha 38% mais que as chamadas minorias, no fundo, para mim são maioria; são classificadas como minorias, mas, se somarmos tudo, são maioria, e chegam a ganhar em média nesses países todos, começando pelo Brasil – Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Peru e Paraguai –, quase 40% a menos. Quanto ao estudo, levando em conta idade, gênero e nível de instrução, a defasagem fica quase em 30% em relação àqueles que não estão no chamado setor vulnerável.

O Brasil é o país com a mais alta defasagem salarial por etnia, enquanto o Equador, que apresenta defasagem mais baixa entre os sete países da amostra, é o mais equilibrado. Outra coisa muito interessante que esse estudo constatou, o uso de método estatístico, foi o seguinte: os pesquisadores conseguiram explicar dois terços das diferenças salariais. Por exemplo, 25% da diferença salarial entre negros e não negros passa muito pela instrução. Aqui mostra aquele... Se compararmos os quadros... A instrução, quer dizer, o acesso à universidade, quando aqui, nós do Brasil, aplicamos a política de cotas, ainda com muito equilíbrio, 50% para negros, brancos e índios pobres. Esse governo que está aí está questionando a própria lei. Eu falava da história da formação do povo brasileiro, entre negros, brancos e índios, eles também agora disseram que não é mais obrigatório nas escolas. É retrocesso para todo lado. É só contar a verdade. É proibido contar a verdade.

Enfim, vou encerrar por aqui. São muitos os dados que vou usar no plenário, à tarde. Mas eu queria só e não posso deixar de registrar dois fatos que aconteceram praticamente nesta semana, em relação ao povo negro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um foi um artista, um ator, um jovem negro que foi assaltado. Ele sai correndo e encontra os seguranças da própria Prefeitura de São Paulo. Aí ele pede socorro. Os que vinham atrás e que não eram negros e o estavam perseguindo disseram que ele tinha roubado alguma coisa deles. Resultado: os seguranças o entregaram para os bandidos. Ele era negro e os caras estavam com cachorro, inclusive. Eu li uma matéria. Então, fica o registro aqui. Vou ao plenário depois fazer um voto de solidariedade a ele e, claro, de indignação pelo que aconteceu. Esse foi um fato.

O outro fato, queiramos ou não, e não vou entrar em detalhe, é o de um apresentador – tenho que dizer. Não há como não dizer. Eu não sou daqueles que fica: "A Rede Globo, o SBT, a Bandeirantes e tal..." – da Rede Globo. Ele fazia uma transmissão dos Estados Unidos para cá. Ele ouviu um barulho na rua de buzina e disse para o colega dele: "Só pode ser coisa de negro." É lamentável. É claro que o pessoal que estava no estúdio ficou muito indignado e acabou passando o vídeo, que está andando em todo o mundo. Parede que ele foi afastado da emissora, pelas informações que a gente recebeu. Mas é lamentável isso.

Os negros, que neste País ficaram quase 400 anos sob escravidão, então, é coisa de negro manter um povo sob escravidão por 388 anos? É coisa de negro? É coisa de negro trabalhar e ganhar a metade praticamente do salário? É coisa de negro, quando houve a liberdade, não deram aos negros o direito de estudar nem de terem as ferramentas, muito menos as do trabalho? Isso é coisa de negro? É coisa de negro querer ter acesso à universidade? Pela forma pejorativa como que ele colocou...

Então, é coisa de negro eu estar aqui, no Parlamento. Acho que na história da República, pelo voto direto, eu sou o único Senador que chegou aqui e chegou uma Deputada, a Benedita. Houve outros que chegaram como suplentes pelo voto direto. Isso é coisa de negro? É coisa de negro, então, o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O autor do Estatuto do Idoso é coisa de negro. O autor do Estatuto da Igualdade Racial é coisa de negro; da Política do Salário Mínimo é coisa de negro; da Lei dos Autistas é coisa de negro; de estar travando esse combate contra a reforma trabalhista e a reforma previdenciária é coisa de negro, então, tanto que provamos, na CPI, que a previdência não é deficitária. O que existe é desvio do dinheiro da previdência para outros fins. Então, é coisa de negro fazer essa investigação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, se ser negro, na visão dele, é ser rebelde e defender, por exemplo, Peixe, os terceirizados; defender os trabalhadores e aposentados; defender os discriminados; defender aquele que tem a sua orientação sexual; defender a religião de cada um com toda a liberdade, se isso é coisa de negro, eu digo, com muito orgulho, que eu, Paulo Paim, sou negro, gaúcho, eleito pelo Rio Grande do Sul e estou aqui há 32 anos. (*Palmas.*)

E olha que sou daqueles que dizem sempre que haverá uma verdadeira sociedade, baseado numa frase de Martin Luther King que guardo sempre para mim, quando brancos, negros, índios, ciganos, sentarem-se à mesma mesa, comerem do mesmo pão e desfrutarem da sombra da mesma árvore. Há uma frase de Mandela que digo a todos para que guardem e que fala como é bonito, como é gostoso, como é prazeroso, como faz bem a gente ensinar uma criança a amar outra. Calculem os senhores como é ignorante, como é truculento, como é desonesto, ensinar uma criança a odiar a outra pela cor da pele. Frase do Nelson Mandela. Uma salva de palmas a Nelson Mandela, uma salva de palmas a Zumbi, a Gandhi. Gandhi não era negro, mas estou falando aqui para mostrar todos aqueles homens que deram as suas vidas por políticas humanitárias, que é o que vamos discutir hoje aqui: os direitos humanos.

Feita a introdução que queria fazer, lembrando o 20 de novembro, de imediato passo a palavra ao nosso convidado. Todos são nossos convidados, claro, mas falo do Dr. Ricardo. Para quem chegou depois, ele nos ajudou muito na construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, autor da tese de que todas as políticas de ações afirmativas têm matriz no Direito do Trabalho. Com o senhor, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Bom dia a todos!

É uma honra, Senador, uma alegria acima de tudo, estar aqui ao seu lado, voltar ao Senado para defender os direitos humanos. O Senador Paulo Paim é um emérito defensor e aprimorador do sistema de direitos humanos. Aliás, aprimorá-lo é o nosso dever. Qualquer retrocesso em relação aos direitos humanos é uma chaga, é uma chaga que gera consequências terríveis.

Quando o Senador mencionou que podia elaborar uma tese de doutorado acerca desse assunto, de fato, assim o fiz. Em 2002, comecei o doutorado na Universidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal do Paraná. Por isso mesmo moro lá. Sou paulista, mas decidi viver em Curitiba, porque fui fazer o doutorado lá. A minha ideia era demonstrar que o Direito do Trabalho inaugurou a matriz jurídica e humanística que deu espaço à implantação de políticas de ação afirmativa.

Na verdade, o Direito do Trabalho foi o primeiro sistema jurídico, Senador, que rompeu um mito: o mito de que todos são iguais perante a lei. Isso, num primeiro momento, foi muito importante, essa consagração da igualdade de todos perante a lei. Foi uma conquista, no século XVIII, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quer dizer, essa matriz de igualar governantes e governados sob o império de uma lei que fosse o resultado da vontade da maioria do povo, de fato, foi uma conquista. Foi uma conquista inestimável e ela está na Constituição do Brasil. É o *caput* do art. 5º: "Todos são iguais perante a lei".

A questão é que isso não é suficiente. Não basta afirmar que todos são iguais perante a lei se a realidade da vida nos desigual. Quer dizer, é importante submeter governantes e governados ao império da lei, é importante tratar ricos e pobres da mesma forma, sob o império da lei. Mas é verdade também que outras pessoas, as que não são tão bem aquinhoadas pelas riquezas da vida, precisam de leis que as protejam, precisam de suporte jurídico que as equipare aos poderosos.

Então, o Direito do Trabalho foi o primeiro sistema legal, que, aliás, foi conquistado pela classe trabalhadora, que trabalhou essa ideia da igualdade real das pessoas perante a sociedade. Afirmar que todos somos iguais perante a lei é importante, mas não basta. Essa igualdade meramente formal não é suficiente para que as injustiças sociais sejam devidamente resolvidas.

Em razão dos embates históricos que se travaram na Europa, na Revolução Industrial, entre trabalhadores e empregadores, ficou clara a necessidade de criar um sistema jurídico que, como eu dizia, municiasse os economicamente desamparados de poder jurídico e, assim, os equiparasse aos economicamente mais fortes. Então, o Direito do Trabalho inaugura a ideia de direitos sociais. Se a igualdade formal do século XVIII foi importante, porque criou os direitos civis, a ideia de que todo cidadão deve ser tratado igualmente perante a lei, a lei deve submeter todos, foi importante, mas foi complementada pela ideia de que o Estado deve prover bens da vida que equiparem as pessoas efetivamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi nesse momento da História, por exemplo, que se iniciou a ideia de saúde pública. Quer dizer, o Estado deve ter um trabalho que propicie condições dignas de vida para as pessoas, também educação pública. Então, o Direito do Trabalho introduz essa ideia de que você deve ter um sistema jurídico que equipare efetivamente as pessoas, dando-lhes bens da vida inerentes à dignidade mínima das pessoas. Então, estamos a falar disto aqui.

Quando a Constituição do Brasil estabelece que devemos construir uma sociedade livre, justa e solidária, como diz o art. 3º, está, Senadora, a repetir o lema da Revolução Francesa: "*Liberté, Égalité, Fraternité!*" Quando falamos de liberdade, estamos a tratar da igualdade formal. Quando falamos de igualdade, estamos a tratar da igualdade material. E, quando estamos a falar de fraternidade, Senadora, é aqui que o Direito se aprimora. A fraternidade diz respeito justamente à tutela dos mais fracos entre os mais fracos ou, como se dizia antigamente, das minorias, expressão que foi aprimorada pela ideia de defesa de grupos vulneráveis. Ou seja, entre os mais fracos existem aqueles que, por circunstâncias históricas, culturais, sociológicas, são mais fracos.

A Senadora acabou de dispor aqui a questão da mulher. Na Revolução Francesa, quando se fez a Declaração Universal dos Direitos do Homem, houve uma mulher, Constance, que reclamou que aquela declaração deveria chamar-se Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Mulher Cidadãos. Ela foi guilhotinada por ousar querer equiparar a mulher ao homem, foi morta. Então, a luta das mulheres começou ali.

Então, no século XX, as mulheres quiseram o direito de votar, porque sequer votar podiam. Quiseram o direito de concorrer nas eleições, porque também não podiam. E o Código Civil do Brasil que vigorou até 2002 estabelecia que o homem era o chefe do casal, era o cabeça do casal, a mulher deveria se submeter à vontade do homem, do marido. Isso, vejam, vigorou no Brasil formalmente até 2002. É claro que a Constituição do Brasil já não recepcionou essa norma quando, no mesmo art. 5º e no art. 226, equiparou homens e mulheres.

E vejam que foi um grande avanço essa ideia, essa construção, então, primeiro, de conseguir a igualdade real entre as pessoas. E por que o Direito do Trabalho foi isso? Porque o Direito do Trabalho justamente nasceu num momento em que se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prometiam liberdades e conquistas, rompendo com o antigo regime dos reis autoritários. Então, construíram-se direitos inerentes à condição civil dos cidadãos, mas isso não foi suficiente, como eu disse, porque, justamente em relação ao mercado, o Estado não queria intervir. Quer dizer, naquele momento, se concebia um Estado mínimo. E se acreditava que o mercado poderia ser justamente a força que equilibraria as relações entre capital e trabalho, mas isso não foi possível.

O que se viu foi algo aterrador: crianças da mais tenra idade trabalhando em jornadas de 16 horas. Tenra idade que eu digo é dois, três anos, porque não havia limite. Então, a força de trabalho era uma mercadoria que se comprava e se vendia no mercado como qualquer outra coisa, como energia elétrica no século XIX, como energia animal, enfim. Se você tem bastantes trabalhadores, e nós temos no Brasil, infelizmente, um exército de desempregados de 13 milhões de pessoas... Então, você vai falar de negociado sobre legislado nessas condições? Qual é a força de barganha que os sindicatos têm agora? Estamos a regredir ao século XVIII. (*Palmas.*)

Estamos a regredir a um momento histórico em que se pensava que o mercado resolvia as coisas, mas no mundo civilizado – e o Direito do Trabalho é parte do processo civilizatório – isso já está superado. Eu quero ver se a direita alemã, por exemplo, pensaria em fazer um Direito do Trabalho como é esse que está sendo pensado pela reforma. Isso nem passa pela cabeça deles, porque eles sabem que o Direito do Trabalho equilibra o capitalismo. (*Palmas.*)

O Direito do Trabalho distribui dignidade e, acima de tudo, do ponto de vista capitalista, renda. Quando você faz o direito a décimo terceiro, a férias, você está distribuindo renda que viabiliza o consumo e, portanto, o próprio capitalismo. O Direito do Trabalho é um fenômeno capitalista. Você aniquilar o Direito do Trabalho é aniquilar o próprio capitalismo, é aniquilar a liberdade de mercado. Então, veja: quando se pensa na ideia de um direito que equilibra juridicamente as forças, se está a pensar justamente na viabilidade econômica e social do sistema de mercado livre.

E qual foi o avanço que se teve aqui? O Direito do Trabalho começou em 1802. Vejam que interessante: a primeira lei de Direito do Trabalho chamava-se *Moral and Health Act*. Essa lei de 1802, pasmem, estabelecia uma jornada de 12 horas para todo mundo, o que foi um avanço para os trabalhadores ingleses naquele momento, 12 horas de jornada, mas, gente, fixava uma idade mínima para o trabalho – é assustador,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas foi o avanço daquela época – de nove anos. Eles achavam moral que uma criança de nove anos trabalhasse. Então, vocês imaginem o que havia antes. Então, o Direito do Trabalho, a partir do *Moral and Health Act*, inaugura a ideia de que o Estado deve intervir nas relações de capital e trabalho para equilibrá-las e viabilizá-las, porque se não, aquele economicamente forte subjugava de tal forma o economicamente fraco que o próprio sistema econômico e social fica inviável, a sociedade se desestabiliza. Essa foi uma conquista da civilização.

No Brasil, nós tivemos a CLT, do Getúlio Vargas, que não foi uma criação dele. É importante que se diga isso. Primeiro, ela foi criação da Organização Internacional do Trabalho, que, aliás, foi a primeira organização internacional, Senador, que foi fundada em 1919, justamente ao cabo da Primeira Guerra, por quê? Porque, quando se concluiu que era necessária uma intervenção do Estado para evitar iniquidades, como se via no século XIX, o primeiro ponto de conflito social que foi observado pela civilização humana foi justamente do capital e do trabalho. Então, a Organização Internacional do Trabalho, que é de 1919, começou a estabelecer referências justamente para evitar a exploração daqueles mais vulneráveis.

Foi a própria OIT, Senador, que desenvolveu tratados internacionais de proteção à criança, como a Convenção nº 138, de 1972. Foi a OIT que desenvolveu a Convenção nº 100, dos anos 50 do século XX, de equiparação do salário da mulher e do homem, porque desde sempre os salários da mulher e do homem foram diferentes. Foi a própria Organização do Trabalho que, também nos anos 50 do século XX, estabeleceu a Convenção nº 105, que combate o trabalho escravo, Senador. Foi a OIT que deu essa referência. Também nos anos 50, a Organização Internacional do Trabalho criou a Convenção nº 111, que combate qualquer forma de discriminação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Então, a Convenção nº 111 foi criada justamente para evitar a discriminação como essa que se vê contra as mulheres, contra as pessoas com deficiência, contra os negros no trabalho.

Então, o Direito do Trabalho pôde voltar inicialmente sua atenção a grupos vulneráveis porque ele tem na sua matriz essa ideia de que devemos – e aqui é uma ideia do Aristóteles, que a humanidade já conhece desde a Grécia – tratar igualmente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os iguais e desigualmente os desiguais, e aqui o nosso grande jurista Rui Barbosa acrescenta a essa parêmia a ideia de que isso deve ser feito de forma justa. Então, a frase com que a humanidade trabalha e que o Direito do Trabalho contempla é: a verdadeira igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais – e Rui Barbosa ensina – na justa medida da desigualdade, ou seja, o Direito deve propiciar mecanismos justos para equiparar as pessoas efetivamente, para lhes proporcionar uma condição socialmente justa, com bens da vida, bens jurídicos que as equiparem, que protejam a dignidade humana.

Esse processo ficou francamente aprimorado a partir da Segunda Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vejam que aqui já não se fala mais em direitos dos homens, por causa justamente do trabalho das mulheres, na primeira metade do século XX. Então, em 1948, depois da Segunda Guerra, porque Hitler e Mussolini foram eleitos por leis majoritárias, implementaram políticas sociais prometendo justiça social, ou seja, eles utilizaram todas as conquistas da humanidade justamente para oprimir. Então, eles votaram leis que colocaram não só os judeus nos campos de concentração, mas também os homoafetivos, os ciganos e os alemães que não os interessavam, os inimigos políticos. O que se quis, a partir da segunda metade do século XX, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi a ideia de que todo ser humano nasce livre e igual em dignidade e direitos. (*Palmas.*)

Esse é o art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vejam que aqui ele está colocando, no mesmo nível, a igualdade e a liberdade, porque os americanos e os russos queriam fazer o mundo achar... "O importante é a liberdade", diziam os americanos; e os russos: "Não, o importante é a igualdade". E ambos sacrificavam esses valores, ou seja, os americanos sacrificavam a igualdade, e os russos, a liberdade. Isso é balela. Liberdade e igualdade são valores intrinsecamente complementares, formam uma unidade indissolúvel. Todo ser humano nasce livre e igual. E vejam que essa Declaração é a primeira que afirma que a dignidade é um bem jurídico que deve ser basicamente tutelado. Não basta afirmar direitos, mas os direitos devem, efetivamente, assegurar a dignidade humana. E a Constituição do Brasil inclui a dignidade como estrutura fundante do Estado brasileiro. A pluralidade, a cidadania, o valor social do trabalho e da livre iniciativa e a dignidade humana são os valores fundantes da República do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O direito do trabalho foi justamente a matriz de toda essa ideia de que, na verdade, o direito deve assegurar a igualdade efetiva entre as pessoas, a igualdade material, real entre as pessoas. E foi o próprio direito do trabalho que abriu, portanto, o espaço para que a defesa de grupos vulneráveis, como mulheres, crianças, minorias raciais ou maiorias raciais que politicamente são oprimidas, como acontece no Brasil... Aliás, Senador, o Brasil é coisa de negro, a maior parte da nossa população é negra! *(Palmas.)*

Nós somos uma Nação negra na matriz, ou seja, nós temos no gene de cada um de nós o sangue negro. Isso nos orgulha. É por isso que o povo brasileiro é carinhoso; é por isso que o povo brasileiro é afetivo, ele se toca, se abraça; é por isso que a culinária do Brasil é uma das melhores do mundo; é por isso que a música do Brasil é uma das melhores do mundo. É a influência negra, da qual nós temos que nos orgulhar muito mesmo.

Nós vamos agora imaginar um instrumento de reação aos desvarios – me permita e me desculpe o Congresso brasileiro, mas a reforma é, de fato, um desvario. E é um desvario por quê? Porque ela foi feita a poucas mãos, não foi debatida com a sociedade... Houve audiências, é verdade, mas, ao que me consta, todas as sugestões que foram feitas nas audiências públicas foram absolutamente ignoradas, ou seja, houve audiências formais. Então, foi um projeto que tramitou rapidamente e que, infelizmente, contempla equívocos técnicos lamentáveis, Senador. A medida provisória diz lá: "A Lei 13.467 se aplica integralmente aos contratos vigentes..." O que é contrato vigente? Contrato que está vigendo quando entrou em vigor a Lei 13.467. Só que a Lei 13.467 se submete ao art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição, ou seja, a lei deve respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. *(Palmas.)*

Não adianta nada a lei afirmar que a gravidade está invertida: daqui para a frente, a maçã vai cair para cima. Ela não vai cair para cima. Então, por mais que a lei afirme que ela se aplica integralmente aos contratos vigentes, aos contratos em vigor, esses contratos que implementaram direitos que se tornaram adquiridos pela repetição no tempo não vão ser afetados. O direito adquirido é um instituto constitucional.

Também quando a reforma afirma que, adotadas as formalidades para a contratação de autônomos, isso impedirá a relação de emprego, eles tentaram corrigir agora, colocando lá "se houver subordinação". Quer dizer, choveram no molhado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, se você contrata alguém formalmente como autônomo, mas, na prática, se ele é um empregado subordinado, presta serviço pessoal, remunerado e continuado, ele vai ser empregado. Então, a verdade é que esses institutos que o Direito do Trabalho já consagrou são institutos que são constitucionalmente tutelados, porque o art. 7º da Constituição diz que são esses os direitos dos trabalhadores brasileiros, entre outros que visem à melhoria da sua condição social. Portanto, o princípio da vedação do retrocesso está no *caput* do art. 7º da Constituição em relação aos direitos sociais.

Enfim, é claro que os direitos adquiridos não de ser preservados, é claro que muitos desses dispositivos que removem direitos são altamente questionáveis do ponto de vista constitucional, mas quem tem a palavra final sobre isso é a Suprema Corte do Brasil. É claro que nós, juízes do Trabalho, vamos defender os direitos trabalhistas. E é uma bobagem achar que a CLT é direito dos trabalhadores. CLT é direito dos trabalhadores e dos bons empresários, porque os bons empresários precisam da CLT. (*Palmas.*)

Quem não precisa da CLT, com todo o respeito, que não me merecem, são os maus empresários. Quem tem raiva da CLT é porque não sabe trabalhar bem com direitos trabalhistas e não entende que os direitos do trabalho garantem a paz social, o equilíbrio social e viabilizam a economia, senhores. Do que adianta você precarizar salários, do que adianta você contratar uma pessoa para o trabalho intermitente, ganhando por horas de trabalho? O que essa pessoa vai poder consumir? Como ela vai viabilizar o próprio capitalismo? Então, essa é uma visão equivocada das coisas, com todo o respeito, porque isso se trata de lei. Eu estou fazendo uma crítica aqui não como juiz, mas como cidadão. Vou aplicar a lei. Evidentemente eu vou aplicar a lei.

Nós tivemos uma jornada, Senador, que foi patrocinada pela Anamatra, e infelizmente houve divulgação de matérias: "Os juízes do Trabalho e ministros do Trabalho se reuniram para não aplicar a reforma." Ora bolas, nós nos reunimos exatamente para cumprir o nosso dever, que é aplicar a reforma, claro, em respeito à Constituição do Brasil. (*Palmas.*)

Porque a Constituição do Brasil foi a carta de libertação do povo brasileiro. A nossa Constituição é uma das mais lindas do mundo. Foi construída com suor, com dor, com sangue, com lágrimas do nosso povo. Portanto, ela é sagrada. E não é uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penada de alguém que está tecnicamente equivocado que vai derrubar a Constituição do Brasil.

Senador, no que diz respeito a grupos vulneráveis, V. Ex^a disse bem, eu trabalhei bastante no Estatuto da Pessoa com Deficiência, até porque essa é uma condição minha. Eu sou cego e sou deficiente físico. Então, eu, quando comecei a vida, Senador, tive muito problema. Ninguém me dava emprego, porque, embora eu estudasse no Largo de São Francisco, embora eu já estivesse fazendo pós-graduação logo que me formei, era comum eu enviar o meu currículo... Então, eu vou dar esse depoimento aqui, porque é importante que isto fique registrado nos *Anais do Senado Federal*, o que é a vida de uma pessoa com deficiência.

Então, nos anos 80, eu me formei. Aliás, eu perdi a visão no terceiro ano da faculdade e devo a minha formatura, Senador, ao trabalho solidário dos meus colegas maravilhosos, que gravavam, Senador, em fita cassete os livros para eu poder estudar, pois não havia computadores naquela época. (*Palmas.*) Então, eu sou resultado do esforço coletivo da turma de 1984 do Largo de São Francisco, a quem eu sempre rendo sinceras e profundas homenagens.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Sim. Eu sou fruto do esforço coletivo da turma de Direito do Largo de São Francisco de 1984. (*Palmas.*)

Meus colegas gravaram em fita cassete, Senador, os livros e os cadernos para eu poder estudar, e eu fazia, então, as provas oralmente, porque eu não sabia braille – eu não sei braille. Hoje já trabalhamos com programas de computador que falam o que está na tela, mas, naquela época, não havia isso.

Então, Senador, eu me formei lá no Largo de São Francisco, que lá em São Paulo é a melhor faculdade de Direito – tenho muito orgulho disso, não vou ser falso em negar esse orgulho. Estava fazendo já especialização, depois mestrado e tal, e, mesmo assim, ninguém me empregava. Era comum eu enviar o currículo, o pessoal ligava para mim e dizia: "Olhe, você já está contratado, o seu currículo é o melhor." Aí, eu chegava na empresa e ficava – e não foi uma vez só, Senador – uma hora, duas horas na sala de espera e o pessoal vinha com uma desculpa esfarrapada. Uma delas chegou a dizer assim: "Olhe, infelizmente, na última hora, a vaga ficou para o filho do dono da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa, não vamos poder contratá-lo." Quer dizer, eles inventavam histórias estapafúrdias para não me contratar.

Até que eu comecei a trabalhar como assessor de um juiz do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas, Dr. Oswaldo Preuss, que já faleceu e foi meu grande mestre. Com isso, continuei os estudos e fiquei trabalhando com ele por cinco anos. E ele me estimulou a fazer concurso para ser juiz, Senador. E eu fiz o concurso. Estava fazendo a primeira prova, fiz a segunda prova, estava com uma das melhores notas do concurso, daí o Presidente do Tribunal de São Paulo, à época, Sr. Nicolau dos Santos, o conhecido Lalau, antecipou o meu exame médico – vejam só: antecipou, porque todo mundo faria o exame médico depois da conclusão das provas, mas meu exame foi antecipado – e, com base num laudo médico altamente questionável, eu fui afastado do concurso. Então, eu fui impedido de ser juiz, eu fui impedido de ser juiz. Eles precisavam desse laudo médico. Eu falei para os médicos: "Vocês não entendem de magistratura, vocês não entendem de processo. Vocês entendem de Medicina, vocês sabem que eu sou cego, mas, até aí, todo mundo sabe." Mesmo assim, eles precisavam dum pretexto para me tirar do concurso e tiraram.

A minha sorte é que existe uma certa rixa institucional, Senador, entre o Ministério Público e a magistratura, um quer ser melhor que o outro. E, nesse jogo, eu ganhei, porque, quando eu me inscrevi para fazer o concurso do Ministério Público do Trabalho, em 1991, o Ministério Público falou: "Não. Lá eles o discriminaram. Aqui ninguém vai discriminá-lo não. (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – E tive a honra de ser aprovado em sexto lugar num concurso em que havia 4,5 mil candidatos.

Eu permaneci no Ministério Público, Senador, por 18 anos e lá eu pude trabalhar também, Senador, numa lei que me orgulha muito, que é a Lei dos Aprendizizes, a Lei 10.097, porque, naquela época, Senador, tínhamos as Guardas Mirins, que eram entidades meritórias, mas que colocavam os meninos pobres nas empresas sem direitos. Eles tiravam os moleques da rua e colocavam nas empresas trabalhando. Então, isso era uma beleza, só que fazia sem direito trabalhista. Então, o que a Lei nº 10.097 viabilizou, Senador, é que a aprendizagem seja feita não só pelo Sistema S –



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senai, Senac etc. –, mas também por organizações não governamentais devidamente habilitadas e por escolas técnicas. Com isso, nós temos hoje 450 mil aprendizes, e ainda há espaço para crescer. Então, veja que os adolescentes no trabalho também precisam de proteção. Por isso, eu senti na carne o que é você ser discriminado por uma condição peculiar que você tem.

O que é a Convenção da ONU que o Brasil ratificou? Eu vou começar falando, então, das pessoas com deficiência, e depois eu vou tratar um pouquinho de cada...

Qual é o meu tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A sua fala é apaixonante. A fala dele é apaixonante! O seu tempo era dez minutos. Eu lhe dei 20, mas se todos concordarem, eu vou dar mais 20, porque não é todo dia que a gente tem uma fala com essa, contando a sua história. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu não tenho pressa. Eu não tenho nem horário para almoçar. Então, o senhor tem mais o tempo necessário para aprofundar os outros temas.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Muito obrigado!

Então, vejam só. Vou começar a tratar do primeiro grupo vulnerável, que são as pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência tiveram os seus direitos assegurados mundialmente pela Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, de cujos trabalhos, Senador, eu tive a honra de participar, lá na ONU. Eu auxiliei a delegação brasileira nisso. Eu estava lá quando finalizamos o texto da convenção.

Eu vou sintetizar, porque as pessoas com deficiência, sejam pobres, sejam ricas, sejam homens ou mulheres, sejam brancas ou negras ou amarelas, em razão da deficiência, não usufruem dos direitos humanos básicos. Se você tem uma calçada ruim, Senador, uma calçada com degraus, buracos, etc., uma pessoa com muletas ou cadeira de rodas não exerce o direito básico de ir e vir. Uma pessoa que não enxerga, se não tiver os instrumentos adequados, não pode trabalhar, não pode estudar, não pode nada. Normalmente, as sociedades humanas viam as pessoas com deficiência como pessoas problemáticas. Principalmente a industrialização viabilizou isso: "vamos fazer uma sociedade que atenda a maioria; quem não se adequar fica em casa". Essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era a ideia. E as pessoas com deficiência, justamente porque têm impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais não usufruem de direitos humanos básicos.

Então, quando nós nos reunimos lá na ONU em 2006 para finalizar o texto... Essa foi uma convenção que tramitou rapidamente: o México pediu essa convenção em 2004, e a tramitou na ONU em dois anos. Ela foi uma das convenções mais legítimas de todas, porque nós, as pessoas com deficiência do mundo inteiro, fomos os interlocutores diretos com os diplomatas, que nada falaram. O texto da Convenção das Pessoas com Deficiência da ONU foi integralmente ditado por pessoas com deficiência, todo ele. São 30 artigos normativos construídos de forma consensual – foi lindo! –, no mundo todo, e foi efetivamente ditado por pessoas com deficiência.

Eu não vou entrar em muitos detalhes, mas só vou tratar do art. 1, para vocês entenderem como ela é importante.

O art. 1 define pessoa com deficiência assim: "pessoa com deficiência é aquela que tem um impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem impedir a participação plena da pessoa em sociedade". Isso quer dizer o seguinte: a deficiência não está na pessoa. A pessoa tem impedimentos, que são, na verdade, atributos seus. É atributo meu torcer para o São Paulo Futebol Clube, por exemplo. É um atributo meu. É um grande time. Eu sou homem, sou branco, sou cego, e sou deficiente físico. Agora, eu vou ser uma pessoa deficiente efetivamente ou não se houver ou não barreiras.

Então, a partir da convenção da ONU, que o Brasil, aliás, incorporou formalmente, Senador, à Constituição... Foi o primeiro tratado – e único por enquanto – incorporado formalmente à Constituição. Então, isso é norma constitucional. E ela estabelece claramente que a deficiência não está em mim; a deficiência está nas barreiras que forem colocadas em face dos meus impedimentos, no meu caso, sensoriais e físicos. Então, a deficiência não está na pessoa, está na sociedade.

E isso não é jogo de palavras, isso é o que é, é o que está lá, tanto que o art. 2º estabelece como discriminatória a recusa de adaptação razoável do meio. E o que é a adaptação razoável, segundo a própria convenção? É a adequação proporcional do meio. Significa: você não precisa derrubar o prédio, mas você tem que fazer uma rampa ou um elevador, você tem que propiciar a remoção da barreira de forma eficaz para que a pessoa possa exercer seus direitos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo Tribunal já julgou, com base nessa convenção, uma ação de inconstitucionalidade que foi ajuizada pela Confenem, a confederação das instituições de ensino, contra um artigo que dizia que as pessoas com deficiência não podem ser oneradas com custos adicionais, que esses custos adicionais para tratar da pessoa com deficiência nas escolas devem ser suportadas por todas as pessoas, todos os alunos, todos os pais, nas escolas privadas.

O argumento era o seguinte: não, o cuidado de pessoa com deficiência deve ser do Estado; as empresas não têm que se envolver com isso. Segundo argumento: se tiver que partilhar os custos, não é justo, porque você vai onerar as famílias todas, e não é justo que se faça isso. E terceiro argumento – pasmem, um advogado escreveu isto: a presença de crianças com deficiência nas escolas fere a dignidade das outras. (*Palmas.*)

Vejam o que o advogado disse! Como se conviver com uma criança cega pudesse ferir a dignidade de outra criança que não é cega. Isso está escrito lá. É um absurdo! Disse isso porque a presença dessas crianças causará sofrimento psicológico às outras crianças. Vejam como o preconceito se verbaliza claramente; vejam como se tratam as pessoas com deficiência.

É claro que o Ministro Fachin rechaçou essa ação, negou essa liminar, dizendo o seguinte: "Não, as empresas também devem implementar o art. 1º da Constituição, porque o trabalho e a livre iniciativa devem ser pautados pelo valor social". Vejam a influência do Direito do Trabalho aqui. (*Palmas.*)

O trabalho e a livre iniciativa devem ser pautados pelo valor social. Portanto, a empresa tem um papel social. Também o art. 170 da Constituição estabelece a função social da propriedade. Então, esse argumento foi rechaçado.

O segundo argumento é de que a presença das crianças... Quer dizer, partilhar os custos da criança com deficiência é natural, porque a escola já custeia, por exemplo, folha de pagamento, custos de imposto etc. Todo mundo partilha esses custos. Então, como nós devemos, segundo o Ministro Fachin, construir uma sociedade livre, justa e solidária, é solidário esse custo.

E o terceiro argumento, de que a presença de crianças com deficiência fere a dignidade, foi rechaçado pelo argumento contrário, dizendo: ao contrário, essas crianças vão aprender a respeitar os outros, vão aprender a ser crianças mais justas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vejam: a tutela de pessoas com deficiência nas relações de trabalho se faz pela lei de cotas, e já há um movimento aqui, no Senado, e na Câmara também, para que a lei de cotas seja também objeto de negociação. Isso é um absurdo! Não se deve aceitar esse tipo de argumento.

Quer dizer, as empresas com mais de 100 e até 200 empregados têm que contratar 2%; de 200 a 500, 3%; de 500 a mil, 4%; mais de mil, 5%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me, Dr. Ricardo, só para aproveitar esse momento.

Na discussão aqui do Estatuto da Segurança, eles queriam botar uma cláusula, na marra e no grito, dizendo que na segurança não se precisa preencher a cota das pessoas com deficiência. Mas, claro, eu fui para cima e não deixei.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – O senhor sabe que o senhor fez bem. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Veio da Câmara desse jeito, para cá.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Sabe V. Ex^a que, quando eu estava no MP, nós fizemos um termo de ajuste de conduta, dizendo que essas empresas deveriam colocar pessoas com deficiência na parte administrativa e na vigilância monitorada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso!

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – O cara fica lá, na cadeira de rodas, olhando o monitor. Qual é o problema? Ele não precisa estar com arma, mas vai ter... Não há vigilância monitorada?

Então, é só uma questão de querer fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só querer fazer, exatamente. (*Palmas.*)

Mas ficou!

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi para o Plenário.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Parabéns!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Retiramos o que a Câmara colocou.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Bom; então, vejamos: não dá para negociar, porque essa lei de cotas está propiciando hoje cerca de 400 mil empregos para pessoas com deficiência. Se não fosse a lei de cotas, essas pessoas não estariam trabalhando!

E, vejamos, nós estamos usando uma ideia bastante interessante, Senador, que a Mara Gabrilli, a Deputada Mara Gabrilli inclusive protegeu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – No relatório dela.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – ... no relatório dela, que é o seguinte: é utilizar o contrato de aprendizagem para pessoas com deficiência, porque as empresas alegam que: "Ah, não dá para contratar pessoas com deficiência porque elas não estão habilitadas para trabalhar, e também não sabemos lidar com elas". Então, está legal; então contrata primeiro como aprendiz e, depois que ele concluir o contrato de aprendizagem, passa a ser componente da cota de pessoas com deficiência.

Em um primeiro momento, eles queriam que fosse a mesma cota. Então, a lei brasileira de inclusão, a Lei nº 13.146, disse que não se misturam as cotas. O deficiente contratado como aprendiz vale para a cota de aprendiz e, depois de formado, vai valer para a cota de pessoa com deficiência. Isso está na Lei nº 13.146.

Bom; então, o que estamos vendo na prática? Esse número de pessoas com deficiência pode chegar, segundo as estatísticas, pelas leis de cotas hoje, a mais de 1 milhão de pessoas. Não avança por causa de um problema sério, Senador, que é o seguinte: as pessoas com deficiência hoje que são mais carentes economicamente recebem o BPC, o Benefício de Prestação Continuada da LOAS, a Lei Orgânica da Assistência Social. As famílias normalmente não querem que essas pessoas vão trabalhar, porque, senão, eles vão perder o benefício.

Tentamos fazer, na Lei nº 11.180, uma regra de que a pessoa que vier a trabalhar vai só suspender o benefício, e, se ela perder o emprego, ela retoma o benefício. Isso para estimular que as pessoas viessem ao mercado, mas não adiantou; as famílias



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

realmente não querem correr o risco de perder essa renda, que é um salário mínimo. Então, isso tem inviabilizado o ingresso dessas pessoas.

Aí, a Deputada Mara Gabrilli aceitou uma sugestão que eu fiz, Senador, e que este Congresso aprovou, só que fez, se me permite dizer, uma barbearagem, ao que me parece. Nós criamos o auxílio-inclusão. O que é o auxílio-inclusão? O auxílio-inclusão é uma renda que a pessoa que ganhava o BPC, se vier a trabalhar, vai ter uma renda suplementar ao salário. Não para pela assistência social agora...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – ... mas paga pela Previdência.

Qual que é o argumento que convenceu a Deputada e o pessoal que estudou o Estatuto da Pessoa com Deficiência? Ora, hoje, nós gastamos 13 bilhões, ou 12 bilhões e qualquer coisa com a LOAS. Só que as pessoas ganham LOAS sem contrapartida contributiva. Se você estimular que ela ingresse no mercado de trabalho e continuar pagando, ela vai passar a contribuir. Assim, pelo menos, você vai ter um aporte de renda para o sistema da seguridade. Só que aí, quando se votou a lei, o Senador colocou assim: "Fica criado o auxílio-inclusão, que vai ser regulamentado por lei". Ou seja, é uma lei que depende de outra lei para valer. Eu nunca havia visto isso, Senador. Normalmente, quem regula uma lei é um decreto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Às vezes, não é bem uma barbearagem. Eu acho que foi intencional a maldade – a maldade!

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Enfim, de qualquer forma, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Para protelar a sua sugestão.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Fica aqui um pedido encarecido, Senador, de que se faça essa lei, que se regule o auxílio-inclusão, porque todo mundo vai ganhar com isso. O próprio sistema de seguridade vai ganhar, porque, se o cara ganha hoje sem contribuir, ele vai passar a contribuir. E ele vem para o mercado. Então, fica aqui uma sugestão: a regulamentação urgente.

Bom, de pessoas com deficiência era isso que eu queria dizer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a crianças, como eu disse para vocês, a *Moral and Health Act*, foi a lei que gerou o Direito do Trabalho, por causa do trabalho infantil, porque você tinha crianças de dois e três anos.

Uma vez eu li um relatório – a minha dissertação de mestrado foi sobre o trabalho infantil – de um médico que dizia assim: é melhor que as crianças trabalhem nas minas, porque elas, sendo pequenininhas, podem chegar aos mais recônditos locais das minas e os seus corpos vão crescer conformados a essa situação. Ou seja, vai deformar a criança. Então, a visão do cara era esta: bota a criança lá que é bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – É mais fácil de entrar no burquinho...

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – É mais fácil entrar...

É melhor que as mãozinhas das crianças sejam utilizadas para tirar o algodão dos pés, porque assim não vai perder... Vejam só. Então, isso fez nascer o Direito do Trabalho. A questão da criança foi o que mais despertou a indignação da humanidade, ver crianças sendo exploradas dessa forma, tendo a sua infância roubada.

Bom, o Brasil tem um dos artigos mais lindos da Constituição, que é o 227, que diz que é dever da família, do Estado e da sociedade garantir com prioridade absoluta, e absoluta é um adjetivo que não admite tergiversação – absoluta é absoluta, é prioritário mesmo e ponto. Então, este artigo – proteger com prioridade absoluta os direitos das crianças e dos adolescentes, inclusive livrá-los de qualquer forma de exploração, opressão, tem que garantir a infância, a educação, enfim... Então, esse art. 227, Senador, é lindíssimo, porque ele foi subscrito por uma emenda popular com 1,3 milhão de brasileiros, foi um artigo colocado pelo povo do Brasil na Constituição, e ele espelha o que há de mais avançado na ONU, que é a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, e também na OIT, a Convenção 138. Eu falei 132, e é 138, a Convenção 138, de 72.

Bem, então, nós precisamos cuidar de crianças, porque nós ainda temos índices alarmantes de crianças sendo exploradas no Brasil. Segundo as últimas estatísticas, nós temos crianças de cinco a quinze anos, cerca de... Gente, é aterrador: 3,4 milhões de crianças de cinco a quinze anos trabalhando ainda. Nós tivemos um grande avanço, porque, nos anos 90, logo que veio a vigorar a Constituição de 88, nós tínhamos 8% da população economicamente ativa composta por crianças de cinco a quinze anos. Hoje,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos cerca de... Perdão, nós tínhamos 20% das crianças nos anos 90. Agora, nós temos cerca de 7%. Então, houve um grande avanço, mas esse número ainda não nos permite sossegar. Nós temos que garantir as normas que mantêm as crianças na escola. E os adolescentes que trabalharem devem trabalhar em condições que os livressem de prejuízos morais, físicos, pessoais. Portanto, essas regras que estão na CLT devem ser mantidas.

E o estímulo ao contrato de aprendizagem tem sido muito importante, porque, se os meninos... O ideal, aliás, Senador, seria que nós tivéssemos o ensino integral para todo mundo, de qualidade, que os adolescentes não fossem para o trabalho, fossem trabalhar só quando entrassem na faculdade, como acontece nos países mais desenvolvidos. Acontece que, no Brasil, as famílias, que normalmente são tocadas pelas mulheres – os homens as abandonam com as crianças e tal –, os meninos precisam trabalhar. Então, se forem trabalhar, é melhor que estejam com o trabalho que lhes garanta formação, não só os livressem das formas de exploração, mas garanta a eles formação profissional...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – ...e também os mantenha na escola. Esse é o grande mérito...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA *(Fora do microfone.)* – ...obriga que os adolescentes fiquem na escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me que eu diga que foi o meu ciclo da minha adolescência. Eu tive ensino integral: de manhã era oficina e de tarde o chamado ensino normal. E, para mim, foi fundamental aquilo.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – E o senhor sabe que eu tenho visto manifestações da OIT utilizando o nosso contrato de aprendizagem como referência, porque obriga que adolescentes que são pobres e precisam trabalhar fiquem na escola, não saiam da escola. O que essa lei conseguiu garantir, Senador, foi a redução drástica da evasão escolar, a aprendizagem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este ano eu fui falar, inclusive, Senador, na Itália e na Espanha sobre a Lei da Aprendizagem do Brasil. Não é que eles estejam preocupados com os italianos e os espanhóis, porque eles têm escola em tempo integral, mas eles estão preocupados com os filhos dos imigrantes. Então, eles estão querendo uma forma de que esses meninos trabalhem e tenham escolaridade, porque eles sabem muito bem que, se os meninos deixam a escola, vão eternizar a espiral de miséria. Não pode parar de estudar. Então, o grande mérito da Lei da Aprendizagem é justamente isso.

Então, se formos fazer o estatuto, quando formos fazer o estatuto, temos que manter a ideia da aprendizagem, incorporar a Lei 10.097, e eu até faria mais, eu estimularia as pequenas e microempresas, porque hoje nós só obrigamos as empresas que tenham funções passíveis de aprendizagem, que são as médias e grandes empresas. Então, o que eu faria, Senador, no estatuto, se eu o fizesse? Eu faria normas de estímulo às pequenas e microempresas a contratar pessoas com deficiência e aprendizes, não obrigar, mas dar isenções.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Boa ideia! (*Palmas.*)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Para que as pequenas e microempresas contratem pessoas com deficiência e aprendizes também. E, se quiser, a gente pode falar em todos os outros grupos vulneráveis. Quer dizer, nas grandes a gente poderia pensar em leis de ações afirmativas e tal. Com relação às pequenas e micro, sempre o estímulo, com isenções e renúncias fiscais etc.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agora, o senhor tem dois minutos.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Eu já vou concluir.

Então, seu eu for sugerir... Eu fiz todo esse trabalho, tudo isso que eu quis dizer aqui foi o seguinte: primeiro, cuidado, vamos preservar o Direito do Trabalho. Essa história de dizer que todo mundo é igual e que pode negociar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Você acredita mesmo que a mulher grávida vai apresentar um atestado para trabalhar porque ela quer trabalhar em local insalubre? Você acha que a mãe que preza pelo neném que ela tem vai querer



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar em local insalubre como o fez agora a medida provisória? Tem que proibir como era antes! (*Palmas.*)

A menos que você não tenha carinho pelo povo do Brasil, porque o neném que está na barriga dela, que vai estar respirando com ela gases nocivos etc. vai estar comprometido. Então, isso é um absurdo. E a mulher, normalmente, se o patrão falar "Ah, você não quer continuar? Apresenta um atestado", é claro que ela vai apresentar atestado. Ela não quer perder o emprego!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente. Ela sabe que quando ela voltar, vai ser demitida.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – É lógico! É lógico. Quer dizer, qual é a condição real de uma pessoa negociar? Mesmo o tal do hipersuficiente, o cara que ganha dez paus, você acha que ele é hipersuficiente porque ele pode negociar? Depende do salário mais do que qualquer um, como qualquer outro, é subordinado como qualquer outro. Tudo isso é inconstitucional, é chocante. É chocante!

Senador, muito obrigado. Parabéns pela iniciativa. Viva o povo do Brasil! Viva o Senado! Viva o Direito do Trabalho! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Sr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, que falou também pela Anamatra, é desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, autor de uma bela tese de que todas as políticas de ações afirmativas têm matriz no Direito do Trabalho. Uma bela contribuição. Ele abriu o debate no dia de hoje. Ele falou em torno de 40 minutos.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (*Fora do microfone.*) – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, foi porque nós fizemos questão de ouvi-lo. E vai poder participar, inclusive, dos debates no momento adequado.

Então, vamos de imediato à estudante da Universidade de Brasília (UnB) Braulina Aurora Baniwa.

Só lembrar a todos que estão chegando que teremos também uma segunda mesa, que será composta pela Ivania Ferronato, pedagoga especialista na defesa do direito da criança e do adolescente; André Gambier, representante do Ipea; Deise Benedito, professora; e o Juvenal Araújo, que nós convidamos num momento em que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ele veio aqui fazer uma visita a nós. Juvenal Araújo é Secretário Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Social (Seppir).

Antigamente, eu gostava de chamá-lo de ministro, ouviu? Quem sabe um dia vou chamá-lo ainda de ministro. Ele vem aqui representando a Seppir a convite nosso. Será da segunda mesa.

Agora, está com você, Braulina.

A SR^a BRAULINA AURORA BANIWA – Bom dia a todos.

Eu quero agradecer em nome do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Só lembrar que são dez minutos para cada um.

A SR^a BRAULINA AURORA BANIWA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Foi uma exceção aqui para o nosso mestre.

A SR^a BRAULINA AURORA BANIWA – Agradecer o convite em nome do nosso Coletivo de Estudantes Indígenas da Universidade de Brasília. É uma satisfação estar nesta mesa com os senhores. Eu sou estudante indígena, sou do povo Baniwa, lá do Alto Rio Negro, no Estado do Amazonas. Sou estudante de Antropologia na Universidade de Brasília.

Eu vou começar, Senador, pela questão da dificuldade e da invisibilidade dos povos indígenas, voltada mais para a questão da formação e pós-formação dos acadêmicos indígenas no contexto que a gente vem vivenciando como acadêmicos.

Então, estar na universidade é um desafio. A permanência e a qualidade de formação ainda são nossa luta cotidiana enquanto acadêmicos indígenas. E, quando se fala do mercado de trabalho, a gente está começando ainda a passos lentos, pelo reconhecimento, pela visibilidade. É só entrar no *site* do MEC, do Inep e do IBGE, você não vai encontrar estatísticas de quantos somos os acadêmicos indígenas no Brasil. Aí, eu estou falando da invisibilidade das instituições que não nos reconhecem enquanto estudantes indígenas.

Somos 305 povos indígenas, estamos em várias universidades no Brasil, mas estamos na formação ainda que não reconhece as culturas brasileiras, que não nos permite estudar sobre o nosso povo, porque o Estado brasileiro não reconhece essa diversidade que existe no nosso País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se fala do trabalho, você não tem uma legislação que reconheça você enquanto profissional indígena. Eu estou falando de mercado de trabalho. Então, há necessidade de uma legislação que nos reconheça para que a gente possa dar retorno às comunidades indígenas. (*Palmas.*) Essa qualificação de jovens que estão entrando na academia com 18, 19 anos, os mais velhos que entram, porque as ações afirmativas agora nos dão a oportunidade de acessar as universidades públicas, mas também a gente precisa desse reconhecimento para que as instituições públicas que trabalham seja na educação, seja na saúde, deem essa possibilidade de esse profissional retornar à sua comunidade, de forma que ele tenha formação qualificada dentro dessas universidades, e que também ele dê retorno de forma qualificada às suas comunidades indígenas; e trabalhar esse conhecimento, tanto não indígena quanto indígena, porque as instituições não reconhecem as nossas medicinas, as nossas culturas. A nossa formação ainda é muito voltada a não usar os conhecimentos específicos dos povos indígenas.

Também, Senador, gostaria de lembrá-lo que, mesmo há três décadas termos professores indígenas, a nossa categoria não é reconhecida no Estado brasileiro. Então, por mais que a gente tenha professores indígenas nas comunidades indígenas, essa categoria não é reconhecida enquanto professor indígena. Por mais que a gente tenha mestres indígenas nas comunidades, se for falar em direito do trabalhador, não há nenhum artigo que nos reconhece enquanto professores indígenas nas comunidades.

A outra questão é que, por mais que a gente já tenha educação escolar indígena reconhecida para ensino infantil, o Estado não reconhece educação indígena para profissionalizante e para ensino médio, infelizmente. Eu sempre falo dessa questão da invisibilidade, porque a nossa luta ainda é pela demarcação, porque a gente acredita que, a partir do momento em que a gente tiver o nosso território demarcado, a gente também consegue ter a nossa educação indígena. Eu falo da educação indígena porque é a educação que a gente tem dentro de casa, para que a gente possa chegar às universidades, e fazer valer que há, sim, diversidade neste País, mas que o País também precisa reconhecer que essa diversidade seja igual para todos. A gente é igual perante a lei, mas quando a gente vê na prática, não é isso que acontece. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa ainda dessas vagas específicas. Quando a gente for tratar da questão de cotas para indígenas, a gente é muito pouco ainda. A gente não é nem visto na estatística, então como é que eu vou lutar por uma cota se eu ainda estou caminhando para que a gente seja reconhecido nessas estatísticas das instituições que trabalham nesse sistema? Então, a gente necessita dessas vagas específicas nessas instituições que trabalham com os povos indígenas. O ser indígena, que a gente tem trabalhado muito... Agora tem presença indígena nas universidades, que é um desafio. É essa questão de você, ao mesmo tempo, dizer que estou aqui para uma melhoria de qualidade do bem viver das comunidades indígenas, mas ao mesmo tempo eu estou me distanciando, porque os que não gostam de indígenas dizem que a partir do momento em que eu acesso a tecnologia, eu deixo de ser. É racismo e discriminação que a gente enfrenta todo dia! Então, imagine como é que eu vou lidar, em uma empresa de 400 pessoas, sendo uma indígena e sendo mulher, porque na discriminação há também a questão das mulheres, dos jovens e outras coisas. Então, como é que eu preparo esse profissional? Ele vai lidar com essas questões nesses espaços. Então, se uma legislação reconhece esse profissional, eu vou estar amparada na questão do direito do trabalhador, que nós ainda não temos. Não é reconhecida nenhuma categoria de profissional indígena.

Amanhã, nós, enquanto estudantes de antropologia, vamos nos reunir com a Presidente da ABA, porque mesmo na profissão que estuda os povos indígenas e a sociedade, quando a gente foi ver no sistema de cadastro de associado, não tinha *link* lá que dizia para eu me identificar enquanto indígena. Então, é dessa invisibilidade que eu falo. Eu não sei aqui no Senado, se quando eu venho como visitante, há uma categoria indígena. Então, também aqui eu sou invisibilizada neste espaço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Olha aí, Leandro, vamos lá. Vamos aceitar a reclamação dela. Palmas para ela! (*Palmas.*)

A SRª BRAULINA AURORA BANIWA – Eu estou falando dessas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tem toda razão! Tem toda razão!

A SRª BRAULINA AURORA BANIWA – A questão das ações afirmativas nos tem possibilitado acesso às universidades. A gente já tem alguns parentes formados em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

várias áreas, mas ainda há a necessidade de formação profissionalizante que reconheça a categoria das culturas e saberes dos povos indígenas no Brasil. No caso, eu estou falando dos institutos federais, que possam fazer essa formação intercultural em cada região do Brasil onde houver indígena. Eu acho que, a partir do momento em que você dá o espaço, você está construindo uma igualdade que reconhece a diversidade, mas também que respeita essa diferença.

A gente tem sempre lutado, quando a gente fala da questão de ser indígena, desse desafio de ir para o mercado de trabalho. Mesmo para as nossas comunidades indígenas, a partir do momento em que você se forma, quando você é da área de saúde, você tem mais facilidade de atuar nas comunidades indígenas. Mas quando você não é, e a comunidade quer a sua presença, como é que a gente vai tratar isso na questão dessa vaga específica? Porque, em algumas comunidades indígenas, em instituições que trabalham com os povos indígenas, ainda há pessoas não indígenas nesse espaço de trabalho. Aí é a questão da política, é politicagem, é quem indica.

(Soa a campainha.)

A SR^a BRAULINA AURORA BANIWA – Então, se a gente tem essa legislação que reconhece essa diversidade, acredito que a gente dará mais retorno de qualidade para as nossas comunidades indígenas, Senador.

Obrigada por este espaço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se quiser, tem mais cinco.

Eu alertei a ela que, na verdade, são dez, com tolerância de mais cinco. Ela tem mais cinco, se precisar.

A SR^a BRAULINA AURORA BANIWA – Eu não poderia deixar de finalizar a minha fala dizendo que hoje é um dia de responsabilidade para falar, é o Dia da Consciência Negra. Eu acredito que a justiça é para todos, mas infelizmente a gente é injustiçado todos os dias. Mas estamos em busca desse reconhecimento da nossa diferença nesse espaço da diversidade, seja negro, indígena ou quilombola. Acho que, a partir do momento em que a gente tem esse reconhecimento por parte das instituições, sejam elas que formam essas pessoas profissionais, ou nos espaços de trabalho, aí sim, nós nos sentiremos também parte dessas instituições, porque, enquanto estamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invisibilizados, estamos apenas batendo na porta e, então, não estamos dentro. Acredito que não vamos desistir dessa construção de política de igualdade, porque estamos aqui para falar por nós.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Brulina Aurora Baniwa, estudante da Universidade de Brasília. Como falamos sempre, Dr. Ricardo, Katleem e Waldemiro, é preciso só dar oportunidade. Ela aqui teve só a oportunidade de nos dar uma aula. Parabéns! Deu-nos uma aula que, com certeza, sensibilizou todos, inclusive quem está em casa. Ela perguntou: "Onde estão as estatísticas? Onde está o nosso pessoal que se formou, que é professor, que é técnico? Onde estão? Pode me dizer, Senador?" Não sei. Tem razão. Onde estão as estatísticas? Por isso, nós temos que aprofundar muito nesse Estatuto, inclusive com esse viés.

Podem dar mais uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Parabéns, parabéns!

Waldemiro, o seu tema vai ter que aguardar um pouquinho, porque há três temas, e o seu fecha, então – aqui, é destaque.

Agora, passo a palavra para a Dr^a Katleem Marla Pires de Lima, que é auditora fiscal do trabalho e Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás.

A SR^a KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – Bom dia, Senador.

Bom demais estar com o senhor aqui de novo para discutir tão relevante tema.

Agradeço o convite feito ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Agradeço pessoalmente por esta oportunidade, porque eu fui muito contemplada de estar aqui ao lado do Dr. Ricardo Tadeu e ouvir a Brulina.

Braulina, você encheu o meu coração de saudade. Eu morei no Rio Negro por três anos na minha adolescência com o etnia dos Macuxi. Eu sou muito grata à vivência com aqueles povos. Fui aluna de professores indígenas. (*Palmas.*)

E a riqueza da nossa culinária se deve muito às nossas tradições indígenas, à manipulação das farinhas, do peixe, dos sabores. O exotismo da nossa culinária vem do Norte. É uma culinária belíssima. E as vozes mais belas do nosso País também vêm dos povos indígenas. Eu ouvia aquele povo cantar e nunca me esqueci da doçura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquelas vozes. Eu quero render essa homenagem, porque foram os anos mais belos da minha vida, no Amazonas.

Enfim, deixa eu voltar para cá. Eu estou tão impactada por aqueles que falaram antes de mim, que eu preciso me centralizar um pouco.

Eu vim aqui para fazer o diálogo a respeito da questão da tutela constitucional dos direitos da criança e do adolescente e, como o Dr. Ricardo Tadeu já historiou, contextualizar como ela foi criada dentro do espaço constitucional.

Antes do advento da nossa Constituição, que é uma das mais belas do mundo mesmo, Dr. Ricardo Tadeu... E é muito prazeroso estudá-la. Ficamos um tanto magoados quando as pessoas falam que é uma Constituição esdrúxula, complexa e tal. Eu vejo belezas inimagináveis dentro do espírito que a moveu, da sua origem, da história dela. E me emociona, me comove, como brasileira, sermos capazes de ter criado um instrumento normativo tão belo como a nossa Constituição, especialmente no que diz respeito à tutela da criança e do adolescente. Nós tivemos um salto qualitativo e histórico que eu reputo do mais significativo da história republicana, com a edição do art. 227.

Antes do advento da Constituição, o Estado brasileiro de direito se pautava em suas políticas públicas de atenção à infância e à juventude pelos princípios da teoria da defesa social, que eram princípios absolutamente do direito penal. Então, se olhava para a criança e o adolescente na ótica do ato irregular, da situação irregular. Como é que o Estado percebia a criança e o adolescente? O Estado e a sociedade, pois o que é o Estado se não uma representação micro daquilo que é macro, que é a sociedade? Então, prestava-se atenção à criança e ao adolescente quando havia uma situação de irregularidade: ou ela estava em conflito com a lei, ou era vítima de alguma forma de violência. Outro aspecto pelo qual o Estado atendia as nossas crianças e adolescente era de natureza patrimonial, no Código Civil, na parte da família, que tratava da tutela, da curatela e da transferência patrimonial no caso de herança. Então, havia um direito para a criança que era rica, que era de natureza civilista, patrimonial, que estava no Código Civil, e havia um direito que era para a criança pobre, que era o do Código Penal.

Era assim que o Brasil cuidava de nossas crianças, de nossos adolescentes, antes do advento Constituição de 1988. Era a primazia do princípio da defesa social. Esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípio também trazia em si uma concepção ideológica. Qual era essa concepção ideológica? Que toda criança carente era, a princípio, uma criança delinquente. E havia uma urgência de que o Estado defendesse as demais pessoas da sociedade dos riscos em potencial que a infância carente representava para a sociedade. Havia a construção de um olhar que era segregacionista, separatista, excludente. E era institucionalizado esse olhar para dentro do sistema de direito. De sorte que a Dr^a Martha Machado coloca, em um livro seu, que 80% das internações da Febem, anteriores à Constituição Federal, se realizavam sem que as crianças e adolescentes estivessem de fato em situação de conflito com a lei. O abrigo compulsório da criança pobre se realizava em função de sua vulnerabilidade. E a violência do Estado se perpetrava da seguinte forma: "Antes que essa criança venha a produzir um dano em potencial à sociedade, nós vamos institucionalizá-la, vamos retirá-la do convívio familiar, vamos retirá-la do convívio comunitário e abrigá-la num espaço como a Febem, como a Fenabem". E se dava à criança vulnerável, a criança de baixa renda, o mesmo tratamento normativo, jurídico e institucionalizante que se dava à criança e ao adolescente em conflito com a lei. Não se fazia distinção das duas condições. E não havia, em hipótese nenhuma, medidas de proteção a esse público que era economicamente vulnerável e socialmente excluído.

Hoje é o aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 20 de novembro. Faz 58 anos essa Declaração. Foi em 20 de novembro de 1959. (*Palmas.*)

Eu fico preocupada de eu estar falando sobre isso no aniversário dela.

Pois bem. O direito universal das crianças e dos adolescentes é de 1959. Somente em 1988, com o advento da Constituição, é que o Brasil ousou, por uma pressão popular... Não foi, Dr. Ricardo Tadeu? Não foi um avanço orgânico, natural do Estado para com o seu público infantojuvenil. Ele foi provocado por uma pressão popular para que o Brasil revisse a forma com que ele olhava e percebia a sua infância e a sua adolescência. Então, observamos que, na história dos direitos sociais, dos direitos do trabalho, os avanços em todos os territórios se deram por provocações organizadas da sociedade. Eles não foram naturais. As nações, os Estados, as sociedades não permitiram igualdade, não permitiram progresso social de forma natural. Ele teve que ser provocado por meio de lutas, por organização daquelas comunidades, daqueles





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentos que eram prejudicados pelas formas com que a percepção social se organizava dentro do Estado para atender às... Não podemos chamar de minorias, Dr. Ricardo Tadeu. Como é que chamamos de minoria as mulheres, que são 50% da população? Como é que chamamos de minoria os negros ou crianças e adolescentes, que são populações prevalentes? Então, temos que entender que são segmentos excluídos e não minorias, de forma alguma.

Com a Constituição Federal, nós tivemos essa ascendência da percepção do Estado. Houve uma forma em que o Estado evoluiu no que ele reconhece em termos de direitos das nossas crianças e adolescentes. A partir de 1988, o Estado brasileiro de direito foi capaz de reconhecer para as nossas crianças e os nossos adolescentes direitos humanos fundamentais.

Quais são esses direitos humanos fundamentais? Estão lá todos descritos no art. 227. Ele começa com o direito à vida, o que é incontestável. Há o direito à saúde, que é subjacente ao direito à vida. Há o direito à convivência familiar. E perguntamos: por que a Constituição desceu a esse detalhe, se propondo a elaborar um artigo com o preciosismo de dizer que à criança é dado o direito de conviver com a sua comunidade ou é dado o direito de conviver com a sua família? Quando começamos a examinar a profundidade do artigo, procuramos entender por que foi escrito isso lá. Até 1988, essas crianças não tinham esse direito reconhecido e eram abrigadas em função de sua pobreza. Aí há o direito à profissionalização, consubstanciado na Lei da Aprendizagem – e é indispensável que a tornemos universal. Há o direito ao lazer, ao esporte, à educação. E lá, no art. 206, fala-se que essa educação tem que ser de qualidade para todas as crianças e adolescentes.

Enfim, o art. 227 da Constituição, que encampou a teoria da proteção integral, ali traduzida na Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescentes, traz dois comandos à família, à sociedade e ao Estado. O primeiro é o de tornar real que as crianças de qualquer estrato social do Brasil possam viver aqueles direitos que estão lá enunciados, mas também há outro enunciado que é o de colocá-las a salvo de toda forma de opressão, violência, crueldade, enfim, daquilo que impede a vivência plena desses direitos que são humanos e fundamentais. Então, são dois mandamentos que são universalmente dados a cada um de nós, mulheres, homens, gestores públicos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detentores da liderança da iniciativa privada, trabalhadores, empregadores. A cada um de nós compete realizar aqueles comandos que estão lá inseridos.

Pois bem. Nesse espírito, dentro dos direitos sociais que estão relacionados no art. 7º da Constituição Federal, que trata do conteúdo mais propriamente dito do direito do trabalho, o art. 7º reitera o direito à igualdade. E, quando se fala igualdade, não é só igualdade entre homens e mulheres maiores de 18 anos, ou homens e mulheres com capital, ou homens e mulheres alfabetizado ou não, ou homens e mulheres brancos ou não ou negros ou não: ele fala homens e mulheres de forma indistinta. E, quando começamos a...

(Soa a campainha.)

A SRª KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – ... observar como é o comportamento do mundo do trabalho em relação às nossas crianças e nossos adolescentes, podemos enxergar qualquer coisa menos essa questão da igualdade. Por quê? O que há no mundo do trabalho que temos que tutelar? A forma do ingresso qualificado do adolescente no mundo do trabalho e provocar a erradicação do trabalho infantil. São dois comandos que estão ali. Quanto à erradicação do trabalho infantil, o art. 7º, XXXIII, traz textualmente o limite etário para o trabalho, a idade mínima para o trabalho a partir dos 14 anos exclusivamente como aprendiz, a maioria relativa após os 16 e absoluta após os 18.

E nesse comando constitucional do art. 7º, XXXIII, quando olhamos a realidade da presença da criança no trabalho, vemos um emaranhado de violações de direitos em relação à desproteção da criança e do adolescente no trabalho. Primeiro, porque o trabalho infantil é aquele trabalho residual. O que é o trabalho residual? Assim como todas as coisas que acontecem dentro da gestão pública relacionada à infância e juventude, o trabalho que a criança realiza é aquele que o adulto não quer fazer, porque é um trabalho penoso por sua natureza. Então, você vai a uma borracharia, você vai a um lava-jato, você vai a uma facção, você vai a uma lavoura, você vai à pecuária, você vai a qualquer espaço de trabalho em que há a presença da criança e do adolescente e você vai observar que a natureza daquela ocupação é a mais chata de fazer, a mais difícil de fazer, a mais penosa, a que está mais exposta e a que menos remunera.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando o mercado de trabalho dá uma oportunidade da presença da criança e do adolescente é porque o adulto não quer aquele espaço, então é residual. E vemos esse olhar do residual se multiplicar no orçamento para a educação, no orçamento para a assistência social, no orçamento para a saúde, o que é relacionado à criança tem esta qualidade de não respeitar a prioridade absoluta, porque está lá no art. 227. Nós fomos capazes de reconhecer que nós temos que lidar com as questões da infância e da juventude no âmbito de prioridade, na perspectiva da prioridade, mas, na prática, há uma inversão absoluta dessa condição.

Observamos que houve um movimento no meu Estado, em Goiás, para que houvesse uma retirada da frota de ônibus que atendia os canavieiros, porque aqueles automóveis estavam inadequados para o transporte daqueles trabalhadores. Esses transportes que estavam colocando em risco a vida dos trabalhadores canavieiros foram todos absorvidos para o transporte escolar da rede pública. Então, isso é um retrato de como acontece a gestão pública das coisas relacionadas à infância e juventude em diversos aspectos: de saúde, da educação, do trabalho.

O trabalho do adolescente qual é no mundo do trabalho? É também residual. Aquelas ocupações que são chatas, repetitivas, penosas são dadas ao adolescente com remuneração inferior ao seu paradigma adulto. E conseguimos trazer alguma dignidade, alguma qualificação e alguma estrutura de proteção através do contrato de aprendizagem, que é a única política pública de atenção ao adolescente trabalhador que promove ingresso dele de forma decente e qualificada no mundo de trabalho e que corre o risco de ser extinta aqui dentro do Parlamento, porque há movimentos dos setores interessados a torná-la facultativa.

Imagine: uma política de acesso ao mundo de trabalho qualificado, que promove a profissionalização, que é um direito que está lá garantido também como fundamental no art. 227, pode ser relativizada por uma faculdade concedida ao empregador de contratar ou não aprendizes. E temos que estar muito atentos a esse movimento, porque ele vai implicar a extinção dessa única política pública afirmativa que temos destinada aos nossos adolescentes e jovens carentes, porque é para eles que essa política existe. (*Palmas.*) E a Constituição Federal traz, nos seus fundamentos, como o Dr. Ricardo Tadeu pontuou com muita propriedade, a questão da dignidade da pessoa humana. E só sobre isso poderíamos conversar aqui o dia inteiro, Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim, porque onde é que nós enxergamos a dignidade no meio ambiente do trabalho para recepcionar aquele que vai produzir, gerar riqueza do País, porque é o ser humano que está ali. Antes de estarmos na condição de trabalhadores...

(Soa a campanha.)

A SR^a KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – ... nós estamos na condição de seres humanos.

E o Legislador constituinte foi muito feliz quando falou que é um princípio basilar do Estado de direito a dignidade da pessoa humana. Eu gosto de trazer isso para os nossos diálogos, por quê? Porque ouvimos muito falar assim: "O trabalho dignifica o homem", e eu tenho dificuldade de ouvir isso. E eu vou lhe dizer por quê, Senador Paim. Porque, com 22 anos de auditoria do trabalho, eu vi muita dignidade naquele que faz o trabalho, eu vejo dignidade no ser humano, porque é um atributo intrínseco do sujeito a dignidade, e nunca o fazer de um ser humano vai ultrapassar a sua dimensão.

E temos que estar muito atentos a isso, porque se usa essa frase bonita, esse clichê, para sustentar formas terríveis de exploração. Quando vamos fazer uma operação do grupo móvel do trabalho escravo em que há criança e adolescente trabalhando, escutamos que é melhor essa criança trabalhar do que roubar, porque o trabalho dá dignidade à pessoa. E eu, como testemunha do mundo do trabalho, porque sou uma testemunha atenta, sei que a dignidade pertence ao sujeito que realiza o trabalho e nada que ele fizer vai ser maior do que ele.

E temos que ter isso muito claro, porque esse discurso é utilizado largamente para justificar o trabalho infantil. Enquanto se diz que é melhor a criança trabalhar do que roubar, porque o trabalho dignifica o homem, as pessoas não se mobilizam por uma educação de qualidade, que é um preceito constitucional, que está lá no art. 206 da Constituição. É muito cômodo utilizarmos uma frase bonita, para não nos mobilizarmos e perpetuarmos uma indiferença em relação às populações socialmente vulneráveis. Sustentamos, com esse clichê, a nossa omissão, que é criminosa em relação a essa gente, porque, se está na Constituição que nós temos que nos movimentar – e ela nos pede ação em relação à promoção da igualdade daqueles direitos humanos e a perseguir as formas terríveis de crueldade, opressão –, não há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa mais opressora do que uma criança pobre não ter acesso a uma escola, uma coisa mais violenta do que um adolescente não ter acesso à profissionalização. Por quê? Porque estamos retirando desses indivíduos a condição de sobrevivência dentro do mundo do trabalho com dignidade, porque a eles vai... (*Palmas.*)

Uma criança sem acesso a uma educação de qualidade e um adolescente sem acesso à profissionalização estão condenados a serem trabalhadores da informalidade, em que não há forma nenhuma do Estado protegê-las das condições de exploração, que são frequentes e permanentes nessas formas de trabalho, nessas dinâmicas de trabalho.

E nós vemos com muito pesar a involução que o Brasil realizou em relação a essas políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente, a começar pela questão da educação. Hoje o nível de proficiência de nossas crianças e adolescentes da rede pública brasileira é inferior ao das crianças e dos adolescentes de 20 anos atrás, Senador Paulo Paim.

E eu fico muito preocupada com esse retrocesso na qualidade da educação, na restrição da profissionalização, por quê? Porque hoje as formas de produção estão cada dia mais complexas. Você vê até no campo que um simples arar se tornou complexo. A máquina é computadorizada que realiza isso. O colher também é feito por uma máquina computadorizada. Você não vai a uma agência física para fazer uma operação bancária. E nós tínhamos aí a situação dos bancários, que era uma ocupação desejada pelos filhos da classe média há 10, 15 anos, e que hoje está extinta pelo fato de os processos de trabalho se tornarem cada dia mais tecnológicos e mais complexos.

Se hoje o Brasil não se preocupa em ofertar às nossas crianças e aos nossos adolescentes uma educação capaz de torná-los aptos a essas formas modernas de produção, com essas dinâmicas mais aceleradas pautadas em constante inovação, nós vamos ter uma população totalmente condenada a formas vis de trabalho dentro da informalidade.

Isso se dá pelo fato de que a sociedade brasileira não internalizou os princípios constitucionais que surgiram a partir de 1988. Nós somos capazes de reconhecer, mas não de perceber que a criança e o adolescente em situação vulnerável são sim sujeitos de direito, porque nós nos calamos quando as violações acontecem em escalas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

epidêmicas, porque, se toda a população brasileira jovem está sujeita a uma educação de qualidade aquém...

(Soa a campanha.)

A SRª KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – de 20 anos atrás, nós temos um atraso geracional...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ainda temos dois minutos.

A SRª KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – ... constante e progressivo. Se há um silêncio da sociedade para isso, há uma permissão consciente para essa violação de direito pela qual nós somos todos responsáveis.

Então, há uma proteção bela, bem estruturada dentro da nossa Constituição, que não foi internalizada pela sociedade. E aí o chamamento que nós fazemos é que nós possamos mudar a nossa percepção para esse público e que, ao mudar essa percepção no momento de finalmente compreendê-lo como sujeito de direito, e que nós sejamos capazes de nos mobilizar pela garantia desses direitos, com compaixão, com benevolência e com respeito que eles merecem.

Quando o senhor trouxe a questão do Moral and Health Act, Dr. Ricardo Tadeu, a Drª Marta Machado de Medeiros, em sua tese de doutorado, a respeito da tutela constitucional...

(Soa a campanha.)

A SRª KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA – ... Ela trouxe uma coisa que o senhor pontuou muito bem, Senador, que o retrocesso que hoje temos com a reforma trabalhista vai nos colocar numa situação de desorganização social de dois, três séculos atrás, porque, quando em 1802 se publicou o primeiro ato de limitação da jornada infantil, não se fez em função da criança e do adolescente, não foi para isso, não foi por um momento de compaixão, de reconhecimento, da delicadeza do público que era objeto daquela lei. Era porque a mulher miserável, mulher pobre, de baixa renda, junto com suas crianças estavam sendo assumidas pela indústria a vapor, que era incipiente na época. E os homens ficaram ansiosos e começaram a fazer bagunça



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

na cidade, a provocar caos. Então, para que as pessoas ficassem mais tranquilas, elas precisavam que os homens voltassem a trabalhar.

Então, a limitação da jornada da mulher e da criança em 1802 não foi para favorecer esse público, foi para garantir a justiça social e a paz social que havia se perdido pelo desequilíbrio da ausência do Estado nas relações de trabalho.

E nós hoje, com a reforma trabalhista, voltamos a uma relação de desequilíbrio.

E é lamentável que tenhamos feito esses passos para trás.

Então, eu acredito que a organização social, que foi propulsora da mudança, dos princípios que regem a tutela constitucional da criança e do adolescente, fazendo vigorar no Brasil a teoria da proteção integral, que essa mesma sociedade seja valente suficiente, corajosa, compassiva, benevolente para tornar isso tudo que é muito belo real.

Agradeço e peço desculpas por ter extrapolado o tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Katleem Marla Pires de Lima, Auditora Fiscal do Trabalho e Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás.

Meus cumprimentos pela brilhante palestra.

Terminando esta mesa, Waldemiro Livingston de Sousa, o Peixe, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Em primeiro lugar, eu agradeço a Deus e ao Senador por isso tudo.

Senador, nós temos uma notícia que não é muito boa, mas gostaria que o senhor desse notícia sobre o que aconteceu com nossos companheiros da TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vou ler aqui, com tristeza é claro.

Carro com equipe da TV Senado colide com caminhonete na BR-304.

Uma equipe da TV Senado sofreu um acidente na noite de quinta-feira na BR-304, entre Angicos e Assu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com informação, a equipe havia saído de Pau de Ferros em direção a Natal, em uma SW4 quando colidiu com uma caminhonete D20, que estava atravessada na rodovia.

Ocupantes do veículo foram encaminhados ao hospital em Mossoró. Os ocupantes da SW4 e o motorista da D20 foram feridos e encaminhados ao Hospital Tarcísio Maia, em Mossoró.

Após o acidente, o motorista da caminhonete dava sinais de que estava alcoolizado, mas se recusou a fazer o teste de bafômetro.

O SW4 estava sendo conduzido pelo motorista da Senadora Fátima Bezerra, que cedeu o veículo para a equipe produzir uma reportagem sobre a transposição do Rio São Francisco. Os passageiros que estavam no banco de trás do carro estavam sem cinto de segurança e ficaram gravemente feridos.

Em nota, a Senadora Fátima Bezerra informou que a equipe médica enviada pelo Senado Federal está a caminho de Mossoró para atender os profissionais. Ninguém foi a óbito. E o quadro dos profissionais está estável.

Então, a nossa solidariedade aos profissionais da nossa TV Senado, que nos acompanham sempre aqui na Casa e, muitas vezes, têm que se deslocar a uma missão como essa a pedido da Senadora Fátima Bezerra. Vamos torcer para que todos se recuperem.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Agora, vamos desvendar os mistérios, Senador.

Vou desvendar para o senhor o mistério do Peixe e, falando da consciência negra, vou pedir para colocar foto.

Essa foto é porque eu tomei o apelido de Peixe, é por conta daquele peixe ali o meu apelido.

Aproveito essa questão para falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você está ali na foto?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Estou, olha eu lá, estou do lado do peixe.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Qual é você?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – O que está segurado ao peixe, o outro do meio.

Esse aí. E o peixe tinha 1,88 metro. Estão Mistério, meu irmão, meu pai, meu irmão Gerson, e meu pai, Waldemiro, de quem herdei o nome.

Mas eu quero falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas onde é? Eu fiquei curioso, porque eu gosto de pescar também para descontrair um pouquinho.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – É lá em Minas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O tamanho do peixe. Para se ter uma ideia, o peixe deve ter uns dois metros.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Pois é. Nós vamos marcar uma pescaria no nosso rancho lá em Corinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Qual o nome desse peixe?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Esse é o surubim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nossa Senhora.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Aí está a história para ficar registrada. O peixe é importante, mas eu quero falar realmente também da consciência negra, que tenho muito orgulho de falar do meu pai.

Ele se chama Waldemiro.

Esse homem aí, sendo negro, e eu tenho me espelhado, como também tenho me espelhado no Senador Paulo Paim, para mim foi um dos maiores mecânicos que o Brasil conheceu na área da locomotiva, da Rede Ferroviária. Ele tem vários títulos, tudo. Ele, então, por ser um negro, o último serviço que ele fez foi em uma locomotiva. Ele saiu do Rio Grande do Norte em cima de um caminhão, foi até a minha cidade, Corinto, para ele consertar, Maria Fumaça. Então, esses negros que a gente está vendo assim e outros mais, que fazem a importância e a diferença, eu também com o pigmento negro estou aqui para fazer essa diferença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando aqui, Senador, muito triste o que eu tenho para dizer nessa questão aqui e agora, porque vou ter que dividir a minha palavra para o senhor entender o que está acontecendo dentro do Senado Federal, na Administração.

Eu trouxe até o Marcondes, que é o Presidente do Sindicato, se der um aparte a ele, para o senhor entender o que está acontecendo dentro do Senado Federal.

Marconi, a palavra está contigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O Peixe toma conta. Quem passa a palavra sou eu.

Mas o Peixe já pegou, já falou, já trouxe o pai dele, trouxe os peixes, e agora já assumiu a presidência e passou para você.

E eu como obedeço bem, está com você a palavra.

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – Bom dia a todos. Obrigado, Senador Paulo Paim. Obrigado, Peixe.

Hoje eu vim participar da Comissão mas a convite do Peixe, também para comentarmos diante de tudo o que nós já escutamos dessa luta da conscientização do trabalho e toda essa situação, eu há alguns dias, Senador, por isso quero tornar público aqui, recebi uma denúncia muito séria, porque fico a imaginar o seguinte: quando existe uma perseguição ao trabalhador num Estado isolado, nas divisas do Brasil, a gente nem fica tomando conhecimento, mas aqui, na Capital Federal, está muito no centro do poder, e a gente ainda vive isso que acontece lá tanto nas aldeias indígenas, quanto com as crianças, quanto com o trabalhador de modo geral, como foi citado pelo Desembargador Ricardo, pelos quilombolas e tantos outros, hoje nós temos aqui no Senado alguns profissionais que são os bombeiros civis, que trabalham com a prevenção e combate ao incêndio, inclusive o senhor coordena uma pasta importante nesse processo da conscientização da prevenção de combate ao incêndio no País.

Há cinco anos, foi criada uma brigada de bombeiros civis aqui no Senado, com aproximadamente 60 homens, pessoas essas que trabalharam durante muitos anos aqui no Senado, durante cinco anos, prestando um bom serviço, sem problema nenhum, dando o melhor de si para preservar vidas e o patrimônio aqui do Senado. Recentemente, essas pessoas estão sendo perseguidas aqui dentro, e está acontecendo o que é ruim. Sabe por quê, Senador? Porque as pessoas, quando não têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um apadrinhamento à altura, perdem o seu serviço, as suas famílias ficam desabrigadas, e é o que está acontecendo aqui.

Recentemente, foi trocada uma parte da liderança que coordena essa equipe de bombeiros civis aqui, e de lá para cá, nos últimos dois meses, tem acontecido a troca desses profissionais. Isso está se viralizando em Brasília, chegando a soltar notícias: "Ah, estão trocando todos os profissionais do Senado para colocar outras pessoas". Então, eu recebi... Não estou aqui para acusar; eu vim justamente para começar a tomar conhecimento dessas informações. E já fiz a denúncia no Ministério Público do Trabalho, na qual se cita inclusive a venda de vagas de bombeiro civil aqui dentro do Senado. Ou seja, os pais de família, de uma hora para outra – sempre foram bons profissionais –, chegam para trabalhar e recebem a notícia de que eles não se enquadram mais ao perfil dos prestadores de serviço do Senado, e, daí, outra pessoa ocupa o seu lugar.

As últimas notícias que eu tenho... Inclusive, protocolizei aqui no Senado uma denúncia junto à Diretora – só um segundo, Senador... Eu protocolizei junto à Diretora Ilana, aqui do Senado, essa denúncia. Diz ela que não sabia. Mas isso no dia 13. Eu também não... O SindBombeiros/DF ainda não recebeu uma resposta desse ofício que foi protocolizado no Senado no dia 13. Já faz sete dias, e eu não recebi nenhum pronunciamento desta Casa quanto a esse fato. Mas a verdade é que, de lá para cá, houve uma próxima troca, outra troca, em que um profissional saiu e ocupou a vaga outra pessoa que era apadrinhada. Então, hoje, quando a pessoa ocupa nessa categoria de bombeiro civil uma liderança ou de chefe de brigada, ou de coordenador, ou um cargo de renome, ele consegue simplesmente tirar profissionais bombeiros civis que trabalham na Casa há anos e colocar seus parentes, seus filhos, seus conhecidos, e vão fazendo isso. É o que está acontecendo aqui no Senado.

O SindBombeiros/DF queria aproveitar esta Comissão de Direitos Humanos para falar que está havendo perseguição a trabalhadores aqui dentro desta Casa. E aí, Senador, esta é a minha... Já fiz a denúncia ao Ministério Público, e nós estamos vindo para investigar, para ver o que está acontecendo, porque já soma um total de mais de 15 profissionais de prevenção e combate a incêndios, que já saíram, e já estavam com mais 15 nomes numa lista para sair. Depois da nossa denúncia, barrou-se os que iam sair, e estão aí. Mas as denúncias são sérias, são de – como é que se diz? – colocar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

parentes ali para ocupar essas vagas, e ainda vendendo vagas de serviço. Então, essa é a minha denúncia.

Eu quis fazer – o Peixe me deu oportunidade – essa fala, esse gancho porque nós estamos com uma situação séria. Então, nós precisamos, sim, ter um diálogo sério tanto com o fiscal dos contratos quanto com o gestor dos contratos, porque, Senador, se isso estiver acontecendo aqui no Senado, eu garanto que, lá nas aldeias indígenas, lá nas divisas do País, a coisa é muito pior. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Marcondes Alves, Presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do DF, o SindBombeiros/DF.

Nós recebemos a tua denúncia e vamos fazer contato com a direção da Casa para que haja essa reunião o mais rápido possível. O.k?

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Volto para o Peixe para concluir. V. S^a tem mais dois minutos.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Está bem.

Senador, também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Dois com mais cinco.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Está certo.

O senhor está vendo aí esse pessoal de alaranjado; é o pessoal da hidráulica aqui do Senado Federal. No andar do contrato mudaram as cláusulas. Praticamente estão pedindo para eles, na proporção, curso superior. Então, vão ser todos demitidos. Como nós vamos ficar nessa questão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pediram curso superior?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Praticamente. Pediram o primeiro grau completo deles, sendo que eles já estão aqui há muito tempo, conhecem isso aqui como a palma da mão deles. No momento, eles me procuraram para eu tomar algum posicionamento, e eu me posiciono nessa questão à Comissão de Direitos Humanos, porque não vamos deixar essas questões. Já tivemos o problema – o senhor



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

viu que nós interferimos – da questão dos ascensoristas, em que o senhor viu que nós trabalhamos, e, agora, com mais esses aqui também.

Tragam aqui para mim os cálculos para o pessoal entender.

Senador, fica registrado que nós vamos ver também o problema desse pessoal, que são trabalhadores que merecem ter pelo menos a dignidade de estar dentro da Casa. Estão aqui em minhas mãos os cálculos da Patrimonial. Nós finalizamos os cálculos da Patrimonial. Eu agradeço ao Ministério Público, agradeço à Anamatra e ao senhor, principalmente, porque chegou aqui para que seja feito esse pagamento.

Nós temos que convocar o 1º Secretário e o senhor, como Senador. Convidar o Senador Pimentel, que é o 1º Secretário da Casa...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – ... responsável pelas despesas da Casa – é ao 1º Secretário que compete tudo isso –, para que saneie o pagamento da Patrimonial, da Fiança, da Zarcone e das outras empresas, porque o Senado tem que ser exemplo.

A minha filha me liga: "Pai, o Senado não dá..."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só para atualizar quem está assistindo – nós estamos ao vivo para o Brasil todo –, se não me engano, há uma lista de dez empresas que fecham as portas e não pagam o trabalhador. E a responsabilidade é solidária; se não pagou, o Senado tem que pagar.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUSA – Então, o Senado tem que pagar, porque não é possível que vamos continuar com isso aí. Ainda mais com a mudança da lei agora, como é que nós vamos ficar sabendo e como vamos dar exemplo? Por isso que, lá na cartilha, Senador, eu peço – nós trabalhamos na cartilha dos trabalhadores, que estamos fazendo – eu peço o respeito ao trabalhador. O trabalhador tem que ter o respeito. O Brasil tem que pôr um basta nisso. Nós somos desrespeitados de todos os ângulos, de todas as formas, os que estão aqui dentro. Lá fora, pior ainda, como se tratou de todos os segmentos. Então, sou um Peixe que tem que nadar, tem que brigar, mas juntamente às pessoas que me sirvam de exemplo, como esse guerreiro, o Senador Paulo Paim. Ele tem sido brilhante, e eu o acompanhamento não é de agora. Eu acompanho o Senador Paulo Paim desde a Câmara, quando ele era Deputado, porque



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ele me chamou a atenção em um pronunciamento lá – ele nem lembra mais –, quando era Constituinte e fez esta Constituição tão bela, tão cheia de leis. Mas essas leis não estão sendo, na prática, cumpridas. Se cumprirem a metade das leis que estão na Constituição, nós teremos um País mais feliz e tudo.

Quanto ao pessoal do Senado, eu tenho certeza de que o Senador Paulo Paim, com a Primeira Secretária, vai cuidar deles.

Era o que eu tinha para falar.

Agradeço a oportunidade. E que Deus abençoe todos vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Esse é o Peixe! O Peixe diz que com ele não há nada de travas na língua; ele diz o que está pensando – não é, Peixe?

Como você denunciou... Houve esse relato, que você pediu que eu lesse, do acidente. E chegou aqui para nós que a Sr^a Diretora acaba de informar ao Secretário desta Comissão, ao Secretário Adjunto da CDH, que está cuidando pessoalmente do assunto. O Sr. André e o Sr. Rogério já estão em Brasília; foram transferidos pela UTI aérea. O Sr. André está no Hospital Brasília, e o Sr. Rogério está no Hospital de Brasília, em Brasília.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sim, mas eu só posso... Permita-me. Ele já está em Brasília, no hospital que leva o nome de Brasília. Mas já está aqui na capital, certo?

Então, vou repetir: o Sr. André já está aqui na capital, já está em Brasília, no Hospital Brasília; e o Sr. Rogério está no Hospital Home – e esse Home é aqui em Brasília também, ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está aqui no Hospital Home, em Brasília também.

O Sr. Vanderlei foi transferido, na sexta-feira, para Fortaleza e deverá passar por cirurgia de estabilização da coluna hoje ou amanhã.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Seria importante também se nós, ao mesmo tempo... Secretário Adjunto, pergunte lá para a nossa Diretora se ela pode dar alguma informação da situação dos profissionais aqui, dos bombeiros, o.k.? O Marcondes Alves está aqui presente na reunião e já falou como Presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do DF.

Encerramos esta Mesa e vamos para a Segunda Mesa.

Muito obrigado a todos.

Retornem, de preferência, à primeira fila – peço que alguém conduza o nosso mestre aqui. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, vamos lá!

Ivania Ferronato, pedagoga Especialista na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – seja bem-vinda! *(Palmas.)*

Deise Benedito, perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – seja bem-vinda, Deise. *(Palmas.)*

Juvenal Araújo, Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – seja bem-vindo, Dr. Juvenal Araújo. *(Palmas.)*

André Gambier – estava vindo, não sei se chegou –, representante do Ipea.

Eu vou convidar ainda o Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Dr. Paulo da Cunha Boal, para que ele comente um vídeo da TV CNN que flagra leilão de pessoas escravizadas na Líbia, ano 2017.

Então, vamos ao vídeo. *(Pausa.)*

Vou pedir que o vídeo passe para que o Dr. Paulo possa, na verdade, traduzi-lo, porque o vídeo é em inglês. É isso?

Está com a palavra o Dr. Paulo da Cunha Boal, que é Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – É um prazer participar aqui destas audiências públicas.

Chamou-me muito a atenção esse vídeo. Ele foi apresentado ontem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – A Senadora Regina é a Presidente da Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Nós, num período em que comentamos tanto os modos modernos de escravidão, presenciamos, também, o modo antigo de escravidão, que é a venda típica de um ser humano por outro ser humano. Esse fato aconteceu na Líbia e envolve refugiados que estão naquele País. O preço médio ofertado por cada um deles era de R\$2,5 mil. Aparece o leiloeiro – se esse é o nome...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Que ano mesmo? Só para situar quem está assistindo.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Em 2017. Isso é recentíssimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em 2017!

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – O que prova que toda forma de usurpação, toda forma de opressão decorre basicamente da miséria. E a história nos demonstra que os mais suscetíveis a esse tipo de exploração são os negros, historicamente. Já tivemos os índios passando por situação semelhante. E hoje, aqui no Brasil, encontramos uma espécie muito próxima à escravidão antiga, ao modelo antigo de escravidão, envolvendo bolivianos, haitianos e pessoas de outros países, também do Oriente Médio.

Agora, essa cena é impactante pela forma como os escravizados se comportam. É típico. Nós encontramos o mesmo tipo de expressão nas pessoas que estavam vitimadas pelo holocausto nazista, e encontramos esse mesmo tipo de expressão em outras ocupações, mesmo em presidiários, quando os presos ficam alinhados aguardando algum tipo de sanção.

O que acontece na escravidão típica ou na escravidão moderna é a ausência de consciência do próprio escravizado ou flagelado da sua condição humana, o que nós, normalmente, chamamos de desumanização. A pessoa não se reconhece mais como sujeito de direitos e deveres; ele mantém o instinto de sobrevivência, que prevalece sobre qualquer outro princípio, e ele esquece completamente a sua condição de dignatário de parcela da dignidade humana.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quis trazer esse vídeo, inclusive, para ilustrar ainda mais a importância do trabalho desta Comissão hora conduzida pelo senhor. Esse é um retrato, é uma sinopse bem curta do que vai acontecer aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Acho que é importantíssimo o que o Dr. Paulo da Cunha Boal nos traz, porque essa é a tendência. Depois do que fizeram aqui no Brasil, daqui a pouco vão estar vendendo pessoas para o trabalho vil, braçal, naqueles setores mais penosos que a gente possa imaginar. É isso o que estão fazendo lá.

Muito bem. Meus cumprimentos!

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Peço que deem continuidade ao vídeo, que nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não sei por que parou.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É um leilão, né?

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – É um leilão típico.

Uma equipe da CNN conseguiu gravar.

O leiloeiro ou o senhor dos escravos anuncia as habilidades de cada uma das pessoas que estão sendo vendidas. Um é carpinteiro, outro é mecânico, outro é trabalhador braçal de agricultura. Aí são colocados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Qual é o país mesmo?

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Isso está acontecendo na Líbia. E deve estar acontecendo em vários outros países do mundo.

Em São Paulo, há cerca de um ano, dois bolivianos estavam sendo vendidos na Praça da Sé.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Na Praça da Sé?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Isso. Foi um intermediário de mão de obra que trouxe trabalhadores bolivianos a São Paulo para trabalhar na indústria da confecção e não conseguiu alocar esses dois trabalhadores. E foi até a Praça da Sé ofertá-los para outras empresas que quisessem comprar mediante o ressarcimento das despesas de condução.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Na agricultura, temos muito essa condição.

A internet apresenta uma série de vídeos, alguns mais duradouros, na parte efetivamente da venda, em que aparece o leiloeiro narrando as qualidades daquela pessoa que está sendo vendida e os preços, que vão sendo aumentados. Na conversão dos valores, a média foi de R\$2,5 mil.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. O.k. Uma salva de palmas pela iniciativa. *(Palmas.)*

Isso que o Dr. Paulo trouxe é um alerta ao povo brasileiro. O que eles fizeram, com a reforma trabalhista e com a reforma da previdência – estão tentando ainda, mas creio eu que não vão conseguir –, depois das eleições podem vir os passos seguintes. Retiram-se todos os direitos, as pessoas vão se acostumando, e daqui a pouco estão sendo vendidas. Com o compromisso de dar alimentação, de dar moradia, começam a vender seres humanos, como era na época da escravidão. Nós temos que travar esse retrocesso.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Senador Paim, já existe um projeto aqui, no Congresso Nacional, em que se propõe que a alimentação e a moradia sejam incluídas como parcela salarial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós passamos aqui.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – ... e abatida do resultado final do salário ao final do mês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós já passamos essa história, demos até o nome do Deputado. Ele é casa de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

chão a pique – aquele chão batido –, casa de lona e um prato de comida. Esse é o salário dele.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Isso; o que antigamente chamávamos de senzala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exatamente. A que ponto chegamos! Mas vamos avançar agora.

Respondendo já ao Marcondes, a Diretora fez contato. Ela disse que o estava esperando, inclusive, na quinta, e você parece que não pôde ir.

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É.

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Não; na quinta-feira eu estive e deixei a documentação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas ela o estava esperando, para recebê-lo pessoalmente. Ela está disposta a recebê-lo. Então, eu peço a você, como nós ligamos para lá pedindo, que leve lá e vá falar com ela, fale todo o problema; leve lá hoje à tarde, ali pelas duas horas – se quiser, agora, ela está lá ainda.

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O.k.?

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – O.k., Senador. Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O importante é ir lá, pessoal, porque a gente faz a denúncia aqui, e aqui a tribuna é livre...

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – Correto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas, quando dão o retorno, o importante é vocês irem lá e verem o que está acontecendo e o que dá para ajustar, para consertar, para evitar que haja os afastamentos.

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – Está certo, Senador. Eu fico grato. Eu vou lá.

Inclusive, a denúncia que eu tinha feito para ela foi protocolizada, e a mesma denúncia eu fiz ao Ministério Público.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bem.

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – Está aqui a cópia, e eu vou levar lá.

E só, pontuando ainda dentro dessa denúncia, o que eu achei também muito bizarro, muito sério, Senador, foi o seguinte: quando nós fizemos a denúncia, o que eu recebi dos trabalhadores é que eles eram ameaçados pelas lideranças de que, se não ajudassem a fazer as vaquinhas para a compra de geladeira, de micro-ondas, seriam demitidos do posto de trabalho. Então, compraram diversas geladeiras e micro-ondas, televisão, tudo aqui para dentro do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso é importante que você...

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – Não sei se isso se integra ao patrimônio da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não sei. Não sei nem... Como é uma denúncia, e ela está disposta a recebê-lo, eu peço a você que vá lá, então, e leve tudo isso para ela.

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O.k.?

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Valeu! Obrigado.

De imediato, por favor, pedagoga Especialista em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr^a Ivania Ferronato – eu já chamo todo mundo de doutor, então já vira doutora também, Dr^a Ivania Ferronato.

A SR^a IVANIA FERRONATTO – Bom dia. É um prazer estar aqui. Eu quero agradecer o convite, me sinto honrada. Gostaria de dizer que eu sou filha, mãe e pedagoga de profissão, mas hoje aqui também estou como trabalhadora.

Eu acredito que nós fomos agraciados com uma aula sobre direito e sua história pelo Dr. Ricardo; por um chamado da Braulina sobre a cultura mais excluída, que na verdade acaba não sendo nem vista, aparece em poucas literaturas, agora se começa a falar mais; e também pela Dr^a Katleem, que nos situou sobre a trajetória dos direitos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da criança e do adolescente. Na verdade, todos nos colocaram formas diferentes de conquistas legais que a Nação foi adquirindo, mas também elas nos trazem as dificuldades das maiorias minorias – que nós chamamos de minorias, mas que são as maiorias.

Quando eu ouvi os trabalhadores que estavam aqui, eu fiquei pensando na importância da lei dos direitos humanos, que diz que todo ser humano nasce livre e igual em direito. Na verdade, deveria ser assim, porque, quando se nasce, a diferença ao nascer já é enorme: desde o pré-natal de uma mãe – desde a mãe indígena, a mãe negra, mas eu digo a mãe pobre –, do preparo dessa gestação, do desejo dela, do que ela pode adquirir, até o nascimento da criança, que já nasce em desigualdade, já nasce com deficiências alimentares, já nasce com deficiências de saúde, de acesso. A diferença entre uma criança que nasce em condições bem bacanas, que é num hospital, com um marido acompanhando, com a família toda, e aquela que nasce sem direito a ter acompanhante – às vezes a violência já começa aí, que é a violência do genitor... Então, aí a gente já tem um problema que está na raiz.

O art. 227 diz que é dever da família, da sociedade e do Estado cuidar da criança, amparar em todos os sentidos. E aí a gente entra nesse caminho dessa lei e se dá conta de que é o seguinte: a lei existe, elas sempre existiram, só que não são cumpridas, porque por trás da lei existem pessoas, e são pessoas diferentes. Pessoas que adquiriram direitos muitas vezes não conseguem ajudar a abrir a porta para que outros acessem esses direitos. Então, a lei é muito bonita no papel. Talvez nós não precisássemos dessa lei, do art. 227, que diz que é dever da família, da sociedade e do Estado amparar e cuidar da criança, se aquele pai de família que estava sentado aqui tivesse condições de dar ao seu filho o direito de estudar numa escola com todos os acessos que a maioria dos filhos de quem tem um excelente salário pode dar.

Faz três meses que eu cheguei a Brasília. Eu venho de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu é uma cidade de fronteira, que traz muitos problemas no tema do tráfico, exploração sexual, e eu trabalhei muito tempo na área da infância e da adolescência nessa região. Lá a gente sempre falava nos direitos, sempre tentava – um grupo de pessoas que ficam na base – fazer com que as pessoas que não acessavam o direito o acessassem, que são os trabalhadores que estão diretamente na base. E nós tínhamos uma dificuldade muito grande, porque a lei existe, mas nós não conseguíamos fazer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa lei ser exercida, fazer essa lei ser cumprida, e por n pessoas: desde empresários, legisladores, políticos, prefeitos, juízes, promotores. No final, por trás de tudo isso, existem pessoas. Se nós, como pessoas, não melhorarmos, a sociedade não vai melhorar.

E o que eu trago hoje, o questionamento que eu faço hoje é de trazer essa luta para dentro desses locais, onde as pessoas comecem a se melhorar e se ver no outro, a empatia. Nós não podemos continuar a achar que, porque é negro, porque é índio, porque é pobre, não tem direito. E o que me preocupa hoje é que esses pais de família que estavam sentados aqui hoje, como o Sr. Peixe estava comentando, muitas dessas pessoas não conseguem fazer com que as crianças tenham os seus direitos. E, infelizmente, o fato de o pai trabalhador não poder dar condições para que a criança e o adolescente tenham uma educação digna, que acessem o trabalho... Não adianta haver lei de aprendizagem se antes faltou o básico. Infelizmente, hoje nós ouvimos – eu ouvi a Dr^a Katleem falando – que muitas dessas crianças e adolescentes acabam ficando com os piores trabalhos. Na verdade, os pais já estão nos piores trabalhos. Então, a falta de cultura e de educação acaba fazendo com que isso aconteça.

Hoje nós vemos isso na entrada da universidade: a criança e o adolescente que tiveram um preparo que não foi de igualdade, embora se diga que todos têm direito a ser livres e iguais. Isso já começa lá na ponta. Ele nasce desigual, ele nasce com menos liberdade do que o que tem condições. Depois, para entrar na universidade, aquele estudante que é preparado e que teve uma educação de qualidade tem mais acesso; o outro não tem. Chega o Enem. O Enem virou uma carnificina, porque é uma... A dificuldade de acesso é enorme. Aí, as pessoas ficam brigando por cota, mas, se não houvesse a lei das cotas e outras coisas, essas pessoas jamais chegariam a entrar numa universidade pública.

Então, a lei do trabalho... Se, antes, com a nossa lei, que a gente achava que era uma lei...

(Soa a campanha.)

A SR^a IVANIA FERRONATTO – ... boa, já era difícil e existia uma desigualdade fora do normal, imaginem agora com essas mudanças!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu trago aqui que precisamos melhorar o que já tínhamos, e não mudar e piorar; dar condições a que pais e mães trabalhadores tenham dignidade para dar a seus filhos uma vida digna; e garantir que todas as pessoas tenham acesso, desde seu nascimento, às leis que falam em igualdade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

A SRª IVANIA FERRONATTO – Eu acho que era só isso que eu queria dizer. A gente já tem muitas leis, e as leis são maravilhosas. O que nós precisamos é executar essas leis e que as pessoas que fazem as leis comecem a se ver no lugar de outras. Por isso, eu tenho uma admiração muito grande pelo Senador Paulo Paim, porque ele nunca se esqueceu de onde ele veio. É preciso haver empatia; olhar para o outro e dizer: "Olha, eu também passei por isso."

Eu acho que... Eu até vou contar, rapidamente, uma anedota, mas é um caso. Existiam três pescadores – já vamos fazendo uma homenagem ao Peixe – que estavam pescando no final de uma cachoeira. De repente, eles viram uma criança caindo na cachoeira e se afogando. Eles se jogaram e salvaram a criança. Continuaram pescando, e, daí a pouco, duas crianças estavam se afogando novamente. Eles se jogaram e as salvaram. Quando eles olham para cima, há cinco crianças descendo. Um dos pescadores começou a subir rio acima para verificar o que estava acontecendo, e os outros dois, quando viram que eram cinco crianças, disseram: "Cara, são cinco. Nós ficamos só em dois." E ele disse: "Tentem salvar as que vocês podem. Eu vou subir para ver o que está acontecendo para tanta criança descer."

Então, o Senado, o Senador Paulo Paim e as pessoas que estão nas Casas das Leis têm que ver o que está acontecendo aqui em cima para poder evitar que essas crianças cheguem lá embaixo e se afoguem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem!

A SRª IVANIA FERRONATTO – E nós, na base – pedagogos, trabalhadores, advogados da área social, professores –, vamos tentar salvar o que chega e que já está quase se afogando.

Então, era isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Ivania Ferronato, pedagoga Especialista na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Dr^a Deise Benedito, perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

A SR^a DEISE BENEDITO – Bom dia. Parabéns a todos e todas!

Obrigada, mais uma vez, pelo convite, Senador Paulo Paim. V. Ex^a é uma das pessoas, um dos Senadores mais brilhantes, mais atuantes que já passaram por esta Casa neste País. Eu tenho um profundo orgulho de tê-lo como Senador da República pelo seu compromisso com a comunidade negra, pelo seu compromisso com todas as populações historicamente vulneráveis. Muito obrigada, Paulo Paim.

Hoje, neste 20 de novembro, além de falar sobre a questão da classe trabalhadora, é importante também lembrar que 20 de novembro não é só o Dia da Consciência Negra, mas também o dia do reconhecimento das populações negras e indígenas neste País.

Fiquei muito orgulhosa de ouvi-la, Braulina, falando como estudante da UnB, uma antropóloga indígena. Agradeço a oportunidade de poder ouvi-la.

E também agradeço aos povos indígenas, que, de forma solidária e coerente, durante todo o período da escravização no Brasil, acolheram inúmeros africanos que foram encontrados, nas matas, semivivos. (*Palmas*.) Graças à solidariedade dos povos indígenas deste País, muitos deles foram resgatados com vida para continuar a luta em prol de liberdade, até lembrando que o grande projeto político de Palmares era um quilombo com brancos, pobres, indígenas e africanos, homens e mulheres. Então, essa é a grande história de um projeto político que durou cem anos. Então, foi um projeto político que deu certo – isso ocorreu em 1600.

Neste 20 de novembro, Senador, a gente também não pode deixar de falar sobre o grande índice de morte de jovens negros neste País. Isso é uma das coisas mais alarmantes. Nunca mataram tantos jovens negros neste País como ultimamente. E lembro que os quilombos surgiram dessa juventude. Os primeiros escravizados foram os jovens negros, jovens negros que vieram para o Brasil para o desenvolvimento desta Nação. Eram jovens na faixa de 12, 13, 14, 15, 16 anos, que trabalhavam, que eram vendidos, trocados, leiloados, alugados. Essa juventude, hoje, é solenemente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exterminada por várias formas de extermínio – não é só a bala que mata. Esse jovem passa a ser exterminado... Como a própria pedagoga falou, quando um jovem, uma criança negra entra na escola, ela já passa a ser exterminada pelo tratamento que recebe – muitas vezes, inconscientemente – dos professores, que não sabem ainda acolher uma criança negra, não sabem ainda acolher uma criança que tem uma religião diferenciada – as crianças que são criadas em religiões de matrizes africanas. E também a própria questão da forma de racismo no ambiente escolar: o que é permissivo ser dito às crianças, a forma com que essas crianças são tratadas. Então, essa forma de extermínio vem lenta, gradual, mas ela vem com um efeito terrível, que é o efeito da discriminação, do não pertencimento e não reconhecimento do que se é como pessoa humana. Outra coisa muito terrível é o extermínio que se dá também na forma institucional. E, quando a gente fala de racismo institucional, a gente tem que falar também da saúde: médicos que não colocam as mãos em mulheres negras, que não acolhem crianças negras dentro dos hospitais; o número de mulheres negras que morrem durante o parto nos hospitais; o tempo que essas mulheres levam para dar à luz, porque elas têm que sofrer a dor dentro desses hospitais; ou seja, há um tratamento diferenciado.

Outra questão também que faz parte desse cenário de dor e sofrimento é a perda desses filhos. Muitas vezes, esses jovens são mortos pelos agentes de Estado, e, infelizmente, não podemos deixar de falar também que muitos desses jovens são recapturados pelo narcotráfico. Muitos desses jovens estão no tráfico, muitos desses jovens estão trabalhando no narcotráfico e muitos desses jovens estão morrendo no narcotráfico. Então, as drogas são uma guerra para negros, pobres e mulheres.

A população prisional, hoje, é de mais de 600 mil. Desses 600 mil, mais de 70% são negros e estão na faixa de 18 a 30 anos. Nessa faixa, houve um crescimento de 567% de mulheres que hoje estão encarceradas; dessas mulheres, 60% são negras e estão na faixa de 18 a 25, e parte dessas mulheres negras, ou seja, mais de 30% são mães.

Então, a grande questão hoje é a guerra às drogas ser a guerra contra os negros, contra as mulheres, contra as mulheres negras. E essa guerra é cruel, desumana, degradante, porque, quando a gente fala disso, a gente fala de pessoas que estão nesse mercado do tráfico para sobrevivência, e não para enriquecimento, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enriquecimento de milhões de fazendas... Não! São pessoas que estão no que a gente chama de correr para defender um arroz, um feijão, uma coisa muito pequena. E o pior de tudo é que a gente vê o crescimento dessa população. Essa guerra às drogas escolhe quem vai morrer, escolhe quem é o alvo, e esse alvo são pobres e negros. Então, quando a gente vê a guerra às drogas, a gente tem que se lembrar da guerra do governo Nixon, em 1971.

Quando eu falo de guerra às drogas, essa guerra é bem direcionada. Na Região Norte, a maioria daqueles que estão nas prisões, infelizmente, são descendentes de povos indígenas; e, nas outras regiões, Sul e Sudeste, a maioria da população que está na prisão, hoje, por essa guerra às drogas é a população negra.

E aí, quando a gente vê essa grande questão, essa discussão hoje de guerra às drogas, não é só a guerra ao traficante. Eu me lembro muito bem de uma questão que eu sempre gosto de colocar: esses jovens negros que chegaram ao Brasil vieram na condição de traficados, vieram como mercadoria e, hoje, estão presos como traficantes. Então, volto àquela questão trágica e cruel deste País: de traficados a traficantes. Essa é a grande questão.

E, quando a gente fala da questão do extermínio dessa população, a gente também tem que falar do número elevado de mulheres negras que têm morrido nos últimos dez anos. Mesmo com a Lei Maria da Penha, entre mulheres brancas e mulheres negras, o número de mulheres negras que estão sendo assassinadas é muito maior, é muito elevado – chega a 60% o número de mulheres negras que estão sendo mortas, que estão sendo assassinadas.

E, quando a gente vai falar do mercado de trabalho, é muito mais cruel: 67% das pessoas que hoje são vendedores ambulantes são da população negra: são mulheres negras, são homens negros, são jovens negros. Então, o que acontece? A gente está vivenciando hoje uma questão seríssima, que é o recrudescimento de inúmeras conquistas que a gente teve.

E aí, quando a gente fala destas questões, a gente tem hoje mais de 13 milhões de desempregados neste País que são negros e jovens. Quando a gente fala nesse mercado de trabalho, a gente vê o salário que um negro ganha, que está em torno de R\$1.150, enquanto o de um branco está R\$2.550. São dados que saíram este final de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana na PNAD. A PNAD apontou tudo isso, esses dados que estou colocando para vocês.

Então, eu acredito que a grande questão da nossa luta, como negros, como mulheres, é não só o valor da existência, mas dessa resistência que nós temos. São mais de 500 anos neste País resistindo. E, quando a gente fala de resistência, a gente fala também de conquistas, quer dizer, a cota nas universidades é só um pedaço, uma parte de uma reparação. É uma parte da reparação. Quem é cotista na universidade sabe o que passa na universidade: um universo branco, um universo racista, um universo conservador, um universo totalmente segregador, no qual os jovens negros e indígenas são olhados como diferentes e incapazes. É necessário haver cotas para que haja a igualdade e acesso a oportunidades. Só que, infelizmente, no universo...

(Soa a campanha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – ... das universidades o preconceito e a discriminação são cruéis, desumanos e degradantes.

Quando eu falo da desumanização, eu falo de uma questão de você não se tornar uma pessoa com direitos, mas você passa a ser uma pessoa com defeitos. A própria mídia que a gente tem, quando a gente vê o que é a Rede Globo... E não falo só da Rede Globo; falo da Record, falo do SBT, falo dessa grande indústria midiática que a gente tem, que é uma indústria que produz o tempo todo a beleza branca, a beleza eugênica, um *modus* de vida no qual negros e indígenas são totalmente segregados. As agências de publicidade não produzem produtos para negros, não incentivam, não disponibilizam, não favorecem, não visualizam o grande potencial que a população negra tem no comércio, na aquisição de bens de consumo. Da mesma forma, não se veem indígenas. A invisibilidade dos povos indígenas é total, principalmente nos comerciais de televisão; é folclorizado.

E aí a gente está em uma situação que é muito terrível. Quando a gente vê que o William Waack fala "coisa de preto"... Ele esqueceu, talvez, de colocar que as pirâmides do Egito são coisas de preto, a Medicina é coisa de preto, a engenharia é coisa de preto, a matemática é coisa de preto. (*Palmas.*) Ele esqueceu de colocar essas coisas, que são coisas de preto. A mineração no Brasil é coisa de preto; o desenvolvimento das Minas Gerais, no que se refere à mineração, é coisa de preto; o descobrimento da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bateia foi coisa de preto; as ferrovias e uma série de coisas são coisas de preto; o patrimônio cultural brasileiro, principalmente na arquitetura deste País, é coisa de preto. Para quem está hoje trabalhando de terceirizado na construção civil, os prédios erguidos são coisas de preto. Esta Brasília é coisa de preto; os prédios de Brasília são coisa de preto. Então, essa é a grande questão dessa mão de obra que é desqualificada o tempo todo pelo racismo.

E aí, quando a gente fala da discriminação, a gente também tem que falar de qual o impacto disso na sociedade brasileira, o impacto do crescimento da sociedade brasileira. Quando você não tem um investimento maior nessa população, você também não tem crescimento. Então, quando ainda se é discriminado pelo seu cabelo, pela cor da sua pele, isso é uma coisa muito séria.

E aí, Paim, é a mesma questão das cotas no serviço público. A gente vê que, quando a gente tem qualquer reformulação no serviço público, ou qualquer outro serviço, quem são os mais atingidos? É a população negra. Então, na hora de um arrastão, de uma reformulação, de uma reestruturação, quem vai direto é a negada. Esse povo vai; são os primeiros a serem demitidos. Quando a gente fala da própria questão do acesso aos concursos públicos, hoje a gente pode ter cotas no serviço público, mas a gente tem também, para além dessa cota, as condições de você poder concorrer a esse serviço público. Nem todos têm condições de pagar cursinhos particulares para ficar o dia todo estudando para entrar em um concurso público. Você tem as cotas, mas as condições não são reais. Quantos concursos públicos estão abertos nos quais você tem que pagar R\$800, R\$700 por mês, para poder se preparar, quando a população negra, a maioria, está desempregada, para poder concorrer a isso?

Então, quando a gente fala nessa questão da economia é onde pega para a população negra. Mas, hoje, a gente também está tendo avanços significativos, e é a questão do empreendedorismo negro. As mulheres negras sempre foram empreendedoras para a compra da carta de alforria dos seus filhos e maridos, sempre foram para as ruas para vender seus quitutes para conseguir comprar a carta de alforria. Está aí a Irmandade da Boa Morte, na Bahia, que é a primeira organização negra, inaugurada em 1830. Está viva até hoje essa Irmandade da Boa Morte, que tinha como objetivo a compra da carta de alforria, com as primeiras mulheres negras



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

abolicionistas deste País e as detentoras das religiões de matriz africana, que hoje são, cotidianamente, vilipendiadas.

Nós estamos em um processo gravíssimo, Senador, com o recrudescimento dos direitos que nós conquistamos a duras penas, aqui dentro deste Senado também, na questão das religiões de matriz africana, de como estão sendo perseguidas pelos neopentecostais. As religiões estão determinando a política deste País. E o Estado é laico! São coisas, assim, inadmissíveis. Onde está a laicidade do Estado?

(Soa a campanha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – Quando a gente vê a perseguição, quando a gente vê as destruições dos terreiros de umbanda e candomblé, quando a gente vê as perseguições... As pessoas que se vestem, saindo do seu culto ou respeitando o seu culto, são apedrejadas nas ruas! Isso é um fato que está acontecendo.

Que religião é essa que me permite apedrejar o outro, que não me fez nada, só porque não é da mesma religião que eu sou? Que Deus maldito é esse que destrói? Que Deus é esse que apedreja porque é *gay*, porque é lésbica, porque é negro, porque é da umbanda, porque é do candomblé ou porque é indígena? Nós estamos vivendo um problema seríssimo de direitos humanos, não só por sermos negros, mas por sermos de religiões de matriz africana ou por termos orientação sexual diferente.

(Soa a campanha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – Ou por gostar, amar o outro que é igual a mim.

Então, nós estamos vivendo hoje problemas seríssimos, uma crise ética, uma crise moral, uma crise de despossuir valores que são importantes na sociedade. Ver o outro como eu, a minha extensão de existência, como vida. Essa é a grande questão.

Então, a gente está em um 20 de novembro muito mais reflexivo e que exige de nós, como defensores dos direitos humanos, ativistas, posições mais duras.

Não foi fácil chegar aonde a gente chegou, mas respeite quem pôde chegar aonde a gente chegou. Eu acho que isso é de fundamental importância para nós, como negros, como homens, como mulheres, como idosos. E qualquer reforma trabalhista vai nos conduzir...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª DEISE BENEDITO – ... à revogação da Lei Áurea. Eu temo que isso aconteça, porque qualquer revogação de reforma trabalhista vai prejudicar, em potencial, homens e mulheres negros.

Nós temos mais de 66% de mulheres negras no trabalho doméstico, e foi uma luta conseguir o reconhecimento das trabalhadoras e os direitos das trabalhadoras domésticas, que durante o período pós-abolição sempre foram tratadas ainda na condição de criadas, na condição de escravas. E até hoje elas têm hora para entrar, elas não têm hora para sair. E a reforma do trabalho doméstico funcionou como foi o processo da abolição, todas as senhoras que tinham as suas empregadas se rebelaram, da mesma forma que todos aqueles que tinham seus escravos se rebelaram, e ainda se rebelam.

Nós temos ainda, lamentavelmente, vestígios...

(Soa a campainha.)

A SRª DEISE BENEDITO – ... fortíssimos da escravidão em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Um minuto.

A SRª DEISE BENEDITO – E, aí, eu acredito que a gente também tem que apontar que, sob a ótica da segurança pública, quando a gente fala em homicídios, 56% dos policiais que tombaram neste País – segundo os anais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2017 – eram negros.

Então, eu acredito, Senador Paulo Paim, que algo tem que ser feito. Talvez tenhamos que tomar as ruas ou, melhor, não sairmos mais delas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Drª Deise Benedito, perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Parabéns!

Juvenal Araújo.

O Dr. Juvenal Araújo é Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

A palavra está com você.

O SR. JUVENAL ARAÚJO – Quero aqui desejar um bom dia a todos e a todas e cumprimentar a Senadora Regina Sousa, Presidente desta Comissão de Direitos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos; o Senador Paulo Paim, Vice-Presidente desta Comissão; a Dr^a Ivania Ferronato; e também a Dr^a Deise Benedito, uma grande atuante não só da questão racial, mas, também, do combate à tortura.

Quero dizer, Senador, que o seu trabalho, não só aqui nesta Comissão, mas de longa data, para mim, sempre foi como uma referência. Eu pude compartilhar, porque também a minha base é sindical. Fui presidente de sindicato, Diretor da Federação dos Trabalhadores da Saúde no Estado de Minas Gerais, e a minha base foi realmente essa base sindical, na qual a discussão está ligada aos trabalhadores, principalmente à questão da precariedade do trabalho e à questão do negro. Essa sempre foi a nossa orientação e os nossos debates, tanto no chão de fábrica quanto, também, nas universidades.

Falando da questão do mundo do trabalho e o negro, não há como nós primeiro não falarmos do racismo no Brasil, porque é por um reflexo desse racismo existente que nós vivemos a precariedade, que atinge mais os trabalhadores negros aqui no Brasil. Vivemos em um País em que houve mais de 300 anos de escravidão, e somente há 129 anos acabou essa escravidão.

Somos uma maioria populacional, mas somos ainda uma minoria política no Brasil. E essa minoria política faz com que sejamos não vítimas, mas sim vitimizados, principalmente por grande parte ainda das pessoas que obtêm o poder que o negro ainda não tem na sociedade. E essa vitimização na qual os negros hoje estão colocados faz com que nós tenhamos a exclusão da igualdade de fato e de direito.

Essa exclusão faz com que nós tenhamos uma invisibilização principalmente nos três Poderes. Nós temos hoje um Judiciário no qual a pauta racial não é sequer discutida, sequer sensibilizada. Temos casos como agora, no STF, por exemplo, a questão do sacrifício de animais em rituais religiosos, sem conhecer as religiões de matriz africana, nas quais não há o sacrifício de animais; pelo contrário, há a sacralização. Esses animais sequer são jogados fora; pelo contrário, servem de alimento para as comunidades que esses terreiros atendem e também para aqueles adeptos da religião.

Temos um Judiciário onde sequer há a discussão do conhecimento da história do negro no Brasil. Tivemos uma época áurea no Judiciário, em que nós tínhamos, no mesmo momento, Joaquim Barbosa, que era Presidente do Superior Tribunal Federal;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós tínhamos Luislinda Valois, que era Desembargadora do TJ da Bahia; e nós tínhamos Reis de Paula, que era Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Eram três negros que nós tínhamos na pirâmide. E hoje nós não temos nenhum negro em cargos de poder no Judiciário.

No Legislativo a dificuldade que nós temos... E hoje temos tão poucos vereadores negros, tão poucos Deputados negros, tão poucos Senadores negros e capacitados, como a referência que é o nosso Senador Paim, que está aqui.

E temos o Executivo, em que, quando nós temos vários negros e negras capacitados e competentes, geralmente os colocamos na área de igualdade racial. Por que ainda temos dificuldade de ter um negro Ministro da Saúde, Ministro da Educação, Secretário de Administração, Secretário da Casa Civil, Secretário de Educação? Por que não? Porque ainda nos medem, porque a cor da pele ainda é motivo de exclusão nos canais de poder. Esse racismo – que eu costumo dizer que é o racismo e seus tentáculos – faz com que nós tenhamos essa invisibilização nos canais de poder. E isso afeta muito essa questão de não identificarmos o racismo. Para que possamos enfrentar o racismo, primeiro temos que reconhecer que o racismo existe, é fato.

Um exemplo que eu gosto de citar é a questão das nossas crianças. Geralmente, quando a pessoa tem um poder aquisitivo maior – e na maioria não são negros –, o seu filho quer ser o quê? O filho quer ser engenheiro, a filha quer ser médica, eles querem ser engenheiros, cirurgiões-dentistas. Geralmente para as crianças da periferia a perspectiva é diferente. O menino pensa em alguém negro, igual a ele, e que faz sucesso no País. Então – é a referência do menino –, ele quer ser jogador de futebol, porque é o único negro que ele vê que tem ascensão no País. A menina da periferia – porque ainda a cor da pele dela faz sucesso na comunidade – ou é a rainha da bateria daquela comunidade, ou é aquela cantora ou dançarina de *funk*, que é uma referência para ela, da cor da pele dela, que fez sucesso. Esse é o racismo que nós vivemos no Brasil. É um racismo latente, é um racismo que antigamente era velado e hoje é explícito.

Esse caso de William Waack, de que a Deise falou, é um deles, mas vou citar outro: em São Paulo, um comandante da Rota disse para sua tropa que teria que abordar diferentemente as famílias da periferia e as famílias da Zona Sul; que não poderia tratá-las igualmente. Isso mostra realmente o racismo e a ideia de que todos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que moram na periferia são bandidos, estão no crime. E, pelo contrário, a sua maioria são trabalhadores e trabalhadoras, na sua maioria negros e negras que lutam todos os dias para construir este País.

O racismo é latente no Brasil, de forma que... Vou voltar a citar o caso do nosso ex-Presidente do Supremo, Joaquim Barbosa. Joaquim Barbosa trabalhou, estudou, com sua competência se tornou advogado, juiz e se tornou Ministro do Supremo e se tornou Presidente do STF. Ele ficou famoso por toda a sua trajetória de vida ou ficou famoso porque era um Presidente do Supremo negro? Porque era negro! Era para ser normal, como vários outros Presidentes do STF. Mas não é normal no Brasil nós vemos um negro no poder como ele, Presidente do STF.

Essa discussão faz com que nós tenhamos várias vertentes – aqui a Deise citou algumas esplendidamente. Assassinato de jovens negros: a cada quatro jovens assassinados no Brasil, três são negros. O feminicídio, o assassinato de mulheres no Brasil: 70% das suas vítimas são mulheres jovens, negras, pobres e que moram na periferia. A violência hoje às mulheres tem na sua maioria de vítimas as mulheres negras. A questão econômica: o negro ainda recebe cerca de 36% a menos que o não negro no Brasil. E, quando vamos discutir a questão de igualdade racial, somos atacados, principalmente nas redes sociais: como isso é vitimismo, como é mi-mi-mi. Mas é porque nós tocamos na ferida.

A situação hoje de negros, quilombolas, indígenas e ciganos no Brasil é uma situação em que a discriminação os afeta todos os dias. Todos os dias somos discriminadas ou por nossa cor da pele ou por nossa origem. E esse enfrentamento ao racismo, principalmente ligado à questão do jovem negro, afeta os jovens quilombolas, afeta os jovens negros LGBT, afeta todos os tipos de jovens negros no Brasil e faz com que possamos também imaginar como conviver em um País em que a cada 23 minutos morre assassinado um jovem negro. E às vezes perdemos a capacidade de nos indignar com essa situação realmente de um genocídio da população negra no Brasil.

Também sobre intolerância religiosa. Estive agora há quase dois meses no Rio de Janeiro. Não é uma peculiaridade do Rio de Janeiro, mas em todo o País a intolerância religiosa está se seguindo e fazendo com que os adeptos dessas religiões tenham que quebrar o seu sagrado, romper o seu sagrado por causa dessa intolerância. Temos no Brasil uma lei, a Lei 10.639, que obriga a lecionar sobre história da África e história





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afro-brasileira, que sequer é cumprida. Por quê? Por causa da demonização das religiões de matriz africana. Alguns professores se negam a cumprir a lei porque professam uma outra fé.

O racismo religioso, o racismo institucional, o racismo estrutural fazem com que nós tenhamos uma dificuldade realmente de mostrar que a cor da pele não difere o intelecto, não difere a capacidade ou a inteligência.

Saúde da população negra. Hoje nós temos, quando há algum gestor público, prefeito ou governador, que trata da pauta de saúde da população negra, ele acha que, só de tratar – quando trata – da anemia falciforme, ele já tem uma política implantada de saúde da população negra. Enfim, nós precisamos discutir a questão do racismo como políticas públicas.

E no mundo do trabalho, Senador, uma dificuldade que nós sempre enfrentamos... A minha área sindical sempre foi a área da saúde. Eu falei que fui diretor da Federação dos Trabalhadores da Saúde no meu Estado. A dificuldade que nós temos é que a maioria dos negros trabalhadores estão no chão de fábrica. E a maioria dos acidentes de trabalho no Brasil é com trabalhadores negros.

Essas vítimas hoje, por estarem sempre nesses...

(Soa a campanha.)

O SR. JUVENAL ARAÚJO – ... meios de trabalho que a gente chama de chão de fábrica, isso faz com que nós tenhamos dados, tanto na questão do emprego, quanto do desemprego, alarmantes. A pesquisa de emprego e desemprego... A taxa de desemprego total dos trabalhadores negros se mantinha superior à dos não negros, em 13,8%, contra 10%, mas a taxa de precariedade ocupacional fez com que as mulheres negras sejam o dobro da taxa de precariedade ocupacional para homens não negros, de 16,8% contra 8,1%, segundo o Dieese. E também a proporção de ocupados em situações de trabalhos vulneráveis – é o assalariado sem a carteira assinada, o autônomo, que trabalha para o público, o trabalhador familiar não remunerado e o trabalhador doméstico – é bem maior entre os negros do que entre os não negros, sendo particularmente elevada entre as mulheres negras. Em 2009, 39,6% das residentes em Belo Horizonte, 40,5% em Porto Alegre, 40,9% no Distrito Federal, 44% em São Paulo, 45% em Salvador, 50% em Recife e 54% em Fortaleza. Então, a mulher





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negra tem a menor renda em comparativo com a mulher não negra e com o homem não negro. Essa é a realidade que nós vemos hoje no Brasil: o racismo tratado no mundo do trabalho faz com que eles sejam as vítimas principalmente das questões ligadas à precariedade ocupacional e as vítimas na questão dos acidentes de trabalho; e a inexistência desses negros nos campos, nos canais de poder.

Falando um pouco sobre a importância das cotas raciais, principalmente as cotas raciais... Tanto as cotas raciais no ensino público quanto também no serviço público são importantes, porque nós precisamos, sim. Temos vários negros competentes e capacitados para ocupar os espaços, mas nós precisamos, sim, preparar esses espaços para que a igualdade seja de fato reconhecida. Infelizmente, até hoje no Brasil nós temos que provar para todos que a minha cor da pele me capacita do mesmo jeito que quem tem a pele mais clara que a minha.

Nós só venceremos o racismo através de políticas públicas. Políticas públicas efetivas e políticas públicas permanentes. Não há outro modo de vencermos o racismo sem realmente o comprometimento dos gestores públicos para que nós possamos avançar no enfrentamento ao racismo contra as desigualdades sociais e raciais e mostrar também que, se só tratarmos das questões sociais e não das raciais, nós jamais avançaremos no campo da dignidade.

Uma outra questão que nós também não aceitamos mais é falar sobre tolerância, tolerância religiosa. Nós não queremos que nos tolerem; nós queremos que nos respeitem.

Esperamos que através de políticas públicas nós possamos, sim, lutar, implantar e ampliar a política necessária para que nós tenhamos uma Brasília, para que nós tenhamos um Pernambuco, para que nós tenhamos uma Minas Gerais, para que nós tenhamos um País ainda mais igual.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Juvenal Araújo, Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a nossa SEPIR, que foi construída com muito esforço, durante anos e anos, pela comunidade negra e por brancos comprometidos com essa causa. Ela foi um Ministério, mas, infelizmente, agora é uma Secretaria.

Meus cumprimentos, Juvenal! Você deu o tom. Foi muito boa a sua explanação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu passo a palavra à Presidenta desta Comissão de Direitos Humanos, que é a nossa querida Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero parabenizar o Senador Paim. Na criação desta Comissão, ele está possibilitando um debate acontecer, um debate muito sério, muito necessário, com temas muito pertinentes e com situações gravíssimas que nós estamos vivendo no nosso País.

Esta Subcomissão do Estatuto do Trabalho, eu acho que – não sei quando ainda – vai resultar em alguma coisa muito boa, em termos de legislação. O que não basta, é claro. A gente sabe que só a legislação não basta, mas ela é um apoio que a gente tem para agir também. Ela é mais um elemento, uma ferramenta.

Já foi dito quase tudo aqui.

A fala da Prof^a Deise me contemplou bastante no que eu ia falar. Eu acho que ela vive na pele essas coisas também, como eu vivo. Muita gente aqui diz, bem naturalmente: "Senadora? Nem parece! Não tem cara de Senadora!" Como se houvesse um modelo de Senadora, um modelozinho ali, uma forma. E eu não caibo nessa forma. A Regina Sousa não cabe na forma de Senadora. "Ela não parece Senadora." Isso também é um preconceito, que tem a ver com o meu cabelo, com o meu jeito de ser.

Mas eu acho que temos que tocar em alguns pontos.

Por exemplo, a questão do racismo está introjetada na gente, porque existe uma memória escravagista no País, e o que a gente vê é que sempre se encaram com muita naturalidade as piadas. De vez em quando, encontramos pessoas muito boas contando piadas de negros, como contam de loiras. Quer dizer, isso está lá... Então, quando aquele jornalista soltou a história de que "é coisa de preto", estava nele, e ele não teve tempo de pensar, porque estava no ar. Às vezes a gente se polícia, porque a gente incorporou que isso não é correto. Então, a gente vai se policiando e não conta mais piada. Ele disse aquilo, e, por infelicidade, estava no ar, mas muita gente diz ainda. Um dia eu ouvi em um aeroporto duas senhoras conversando, e uma dizendo: "A gente não encontra mais uma neguinha para lavar prato depois desse Bolsa Família". Desse jeito! Ela disse isso com a maior naturalidade. Não encontra mais, porque, antes, o destino das meninas era a cozinha das madames, lavando os pratos. Então, era





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natural. Era encarado como uma coisa natural as meninas irem lavar os pratos para ganharem, às vezes, só o prato de comida. Às vezes, complementando o trabalho da mãe, que já era da cozinha, ela ia ajudar. Então, isso era natural, era encarado com naturalidade. E aí a gente se depara com algumas falas de pessoas de quem a gente não esperava, mas que o fazem com muita naturalidade.

Eu me lembro de que o Frei Beto, uma vez, em uma fala, disse que o que nos igualava é que a gente nasce com defeito de fábrica e com prazo de validade – o prazo de validade é a morte. Eu estava dizendo um dia desses que, depois da fala do Presidente do TST, nem a morte nos iguala mais, porque a fala da maior autoridade do mundo do trabalho, a quem a gente vai recorrer quando se sentir ofendido, diz que a vida de um trabalhador que ganha um salário mínimo não pode ter o mesmo valor da de quem ganha R\$50 mil. Gente, aquilo foi muito grave! E, infelizmente, as reações foram muito poucas. Era para terem caído em cima daquilo ali. Ele disse textualmente que seria como se o cara tivesse ganhado na loteria. Vamos dizer que morrem em uma queda de um elevador um juiz e o zelador do prédio. Os dois morrem. Aí a vida do juiz vale R\$2,5 milhões de indenização, e a vida do trabalhador vale menos de R\$50 mil de indenização – o trabalhador de salário mínimo. Isso foi dito pelo Presidente da maior Corte do Trabalho que a gente tem, a quem cabe o maior recurso. A gente vai recorrer para quem?

E houve a fala da Ministra do Supremo sobre a questão do Enem, dos direitos humanos, dizendo que é livre, que o menino pode dizer o que quiser na redação em relação a direitos humanos. Do jeito que esse povo fundamentalista já tem raiva de quem cuida de direitos humanos... Foi uma liberação; liberou geral para esculhambiar, dizer que direitos humanos é coisa de bandido, é coisa de vagabundo. Eu teria curiosidade de ver como saíram essas redações. Embora o tema tenha sido mais ameno, não tenha propiciado a agressão, deve ter saído muita coisa ruim. A gente, ao ouvir isso das altas autoridades, vai quase esmorecendo.

E ver sair uma portaria de um governo... Uma portaria que reforça o trabalho escravo. De um governo! O Governo dizendo que pode escravizar, sim! Ora, a gente já tem... E faz muito tempo que eu conheço isso! Desde menina, vejo as pessoas que botam os trabalhadores no caminhão – agora já vão em um ônibus velho, caindo aos pedaços; antes, era em um caminhão, no pau de arara – e levam para as fazendas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O famoso pau de arara.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Aquela pessoa que levava era recompensada. Então, ele estava vendendo mão de obra. Isso existe até hoje. Lá no Piauí, chama gato. Leva as pessoas para trabalhar e vende a mão de obra, em situação degradante também.

E a gente percebe isso toda hora, todo dia, porque está introjetado. Então, acho que a saída mesmo é a educação. Há que se educar as crianças desde pequenas, ensinando que a cor da pele não faz diferença; há que se educar a criança para não sentir vontade de agredir, porque, quando a criança aprende, ela incorpora para o resto da vida. Ela se liberta daquela coisa toda.

Mas não se pode tratar disso na escola?! Há aí o Escola sem Partido proibindo que se trate de qualquer tema que se relacione a direitos humanos, que se relacione a questões de gênero... O pessoal está tão fissurado com a palavra gênero que está chegando ao ridículo. Um dia desses, falaram para tirar a palavra gênero da expressão "gênero alimentício". Tirar a palavra gênero?! Temos que tirar a palavra gênero de tudo?! A palavra gênero, hoje, está igual ao que era o comunismo na época da ditadura, ou seja, virou uma assombração. Então, não se pode debater nas escolas. E o pior é que há professores que admitem isso.

O professor, na sala de aula, está no seu espaço, no seu universo; não há ninguém que mande ali. Eu me lembro que, na minha primeira experiência como professora de crianças, havia um texto racista, e eu me rebelei – foi a minha primeira rebeldia como profissional. Eu estava começando na escola e disse: "Esse texto eu não dou. Eu não vou levar esse texto para as minhas crianças!" Era um texto que falava do vovô que levava o Paulinho para passar as férias na fazenda. O Paulinho, um menino lourinho de olhos azuis, brincava na fazenda com o filho do caseiro, que era o Joãozinho, que "era pretinho, mas muito bonzinho". Vejam só! O defeito do menino era ser preto. Em compensação, a qualidade é que ele era um menino bonzinho. Então, eu disse: "Eu não dou um texto como esse, minha gente! Vocês estão ficando malucos!" E isso lá nos anos 70. Então, era difícil ser rebelde naquela época. Recebi a minha primeira punição: eles me tiraram da sala de aula e me transferiram de escola.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é preciso que haja reação. O problema da gente é que a gente se acomoda muito com as ordens estabelecidas, temos medo de ser taxados... Naquele tempo, eu era taxada de subversiva e eu ficava... Às vezes, eu não ia fundo no significado, mas, depois, eu disse: "Eu sou mesmo subversiva. Eu quero subverter essa ordem que está aí. Então, eu sou subversiva, sim". Mas, no começo, eu fiquei meio ofendida também, porque eu não tinha muita clareza do que era. Então, a gente precisa se rebelar contra essas coisas; só há esse jeito.

Temos de educar os meninos desde casa, já em casa: "A sua pele não o diferencia do outro menino. Ele também tem dois olhinhos, como você; tem nariz, tem boca, tem ouvido, tem pernas, tem braços... Vocês são iguais! Apenas a cor da pele é diferente". Assim, ele vai assimilar isso e nós vamos ter uma geração melhor daqui a algum tempo. Do contrário, nós sempre estaremos aqui discutindo – não eu, mas outros – a mesma temática, porque não passa, permanece.

E, agora, com o advento das redes sociais, o racismo está se manifestando no Brasil sem nenhuma vergonha, desavergonhadamente, sem nenhum pudor. Antes ainda havia aquilo de se esconder, mas não, agora se expressa assim... O negro já é suspeito. O menino negro já é suspeito.

Eu ouvi um depoimento da Taís Araújo, aquela atriz, dizendo: "a cor do meu filho faz a pessoa mudar de calçada". Talvez o filho dela com ela, não, porque todo mundo conhece a Taís. Agora, se ele andar sozinho na rua, é possível. Como aconteceu com aquele menino agora, esta semana, em São Paulo, no metrô. Um ator negro, vestido simplesmente, andando na rua, e, aí, quando vai pedir socorro, o que ele encontra? Mais racismo ainda. Ninguém o socorreu, ninguém o ajudou. É terrível isso, mas é verdade. Então, o negro já é suspeito pela cor.

Quando eu comecei a minha militância – acho até que já contei essa história aqui –, havia um filminho, que eu acho que era coisa caseira, em que vestiam um menino branco com camiseta, tênis, boné... E, aí, ele andava por um lugar bem movimentado, um viaduto, e ninguém se importou. Todo mundo passou por ele assim. Então, pegaram a mesma roupa, o mesmo tênis, o mesmo boné e botaram em um menino negro. Aí, as pessoas mudavam de calçada, seguravam a bolsa com mais cuidado... Depois, quem estava filmando abordou as pessoas: "Por que você mudou de calçada quando era aquele menino, se ele estava com a mesma roupa que o outro, que tinha



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

passado há meia hora?" "É preto, então é suspeito." Isso é muito grave, é muito sério, é muito triste, em pleno século XXI neste País.

A nós só resta resistir; trabalhar e resistir, discutir e tentar educar os mais novinhos para não expressarem isso, não quererem ser violentos, ser diferentes do outro. Mas a gente vai encontrar isso ainda, muito. Todas as estatísticas mostram que, entre as mulheres, a mulher negra morre mais no parto do que a mulher branca. Da mulher branca, está diminuindo a mortalidade no parto. Da mulher negra, aumenta. Por quê? Tem que haver uma razão. A gente foi ver uma pesquisa que foi feita nas maternidades, e uma observação: a partir do atendimento, quando ela chega para ter o neném, o atendimento é diferente já na recepção, já é diferente.

Então, é muito sério isso. E há muito trabalho para nós.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Presidenta da Comissão, Senadora Regina Sousa.

Eu queria concluir exatamente passando um videozinho da Taís Araújo. Achei muito interessante, porque ela fez para hoje. Ela soltou hoje esse vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Antes de terminar, Paim, quero só fazer um comentário rapidinho sobre isso. Acho que a melhor punição que poderia ser dada à Rede Globo, além de demitir o jornalista, seria obrigá-la a passar esse vídeo várias vezes, pelo menos uma semana. Poderia ser uma coisa boa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas acho que vai passar, porque está muito bom.

Para concluir, como essa luta contra o racismo é internacional – e hoje foi aprofundado aqui que o leito do direito do trabalho tem também que combater o racismo –, eu queria que tu passasses só aquele do Bob Marley, que é de um minuto. Eu tenho feito muita palestra pelo Brasil, e esse vídeo do Bob Marley eu tenho passado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Grande Bob Marley!

A frase é esta: "As pessoas que tentam tornar este mundo pior não tiram um dia de folga. Como é que nós vamos tirar?" Por isso, estamos aqui, às 12h30. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

Um abraço a todos!

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 155/2017 e RDH 165/2017, ambos de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: “Formas de Trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário”. Participantes: Luciana Conforti, Juíza do Trabalho – Diretora de Direitos Humanos da ANAMATRA; Paulo Joarês Vieira, Procurador do Trabalho; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal; Ludmilla Abílio, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT UNICAMP; Saulo Arcangeli, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas; Mônica Duailibe, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho – SINAIT; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; e Alex Canuto, Representante da Central Pública do Servidor. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/11/27>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós temos que iniciar aqui pela importância do tema, então, já vamos iniciar, aquela lá fica para depois.

Declaro aberta a 11ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência de hoje será realizada, como todas as outras, nos termos do Requerimento nº 145, de 2017, de minha autoria, para debater o tema: “Formas de Trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário.”

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – *link*: www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado, através do nº 0800-612211.

Vamos, de imediato, formatar já a nossa primeira mesa – teremos duas mesas: Luciana Conforti, Juíza do Trabalho e Diretora de Direitos Humanos da Anamatra; Paulo Joarês Vieira, Procurador do Trabalho; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal, conhecido nosso de algumas décadas. Desde quando eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era Deputado, ele trabalhava na assessoria da Bancada; Ludmila Abílio, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp). Sejam bem-vindos.

Eu queria, já que agora nós estamos ao vivo – terminou o programa e a TV voltou para cá –, lembrar todos e todas que estão nos assistindo neste momento de que nós teremos, daqui a oito dias... Esse cartaz eu vou mostrar no plenário também e vou marcar todos os dias. Faltam oito dias para a greve nacional de 5 de dezembro. Todos contra a reforma da previdência. Eu vou mostrar hoje aqui e mostrarei à tarde no plenário; vou mostrar amanhã, depois de amanhã, e todos os dias, porque a propaganda deles na mídia com o dinheiro público... Aprovaram recentemente quase R\$90 milhões só para a propaganda na grande mídia e mentindo em relação à reforma. Em uma das propagandas que eu acho até engraçada sobre a reforma da previdência, eles dizem: "Olha, se fizerem a reforma, não é que vai sobrar mais dinheiro para se pagar em dia o aposentado e o pensionista, mas vai se pegar esse dinheiro para usar na saúde, na educação..." Porque agora a Previdência virou a casa da mãe Joana. Vai sair da Previdência o dinheiro da segurança, o dinheiro da habitação, o dinheiro da saúde, o dinheiro para todos os setores. Então, não há que se ter mais Orçamento da União; é só ter orçamento da Previdência, e com este eles fazem o que bem entendem. Isso comprova que nós estamos com a razão no sentido de que não é necessária essa reforma da previdência.

O Luiz Alberto foi um dos que nos assessorou lá. Como as entidades todas trabalharam na CPI da Previdência, nós demonstramos que se respeitassem o que está na Constituição, a previdência não teria problema nenhum. Se cobrassem dos grandes devedores, principalmente isso... É só executar!

Quando nós começamos, há seis meses, falavam em 500 bilhões. Bom, mas se colocar juros e correção monetária em tudo, hoje deve estar em 700 bi, já, só ali. E se pegaram uma dívida histórica de quinze ou vinte anos, conforme o Paulo Penteado dará oito tri, embora na CPI trabalhem com quatro. Mas podem dobrar isso aí que eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garanto que irei mostrar onde foi parar o dinheiro, nesses anos todos. É o fim do mundo!

Precisa uma reforma? Precisa! Claro que precisa. Querem pegar a minha frase? Peguem aí. Mas é só de gestão! É métodos de cobrança, execução, e colocar na cadeia, por exemplo, aqueles que ficam com bilhões e bilhões, todo mês – na realidade dará todo ano –, daquilo que é descontado do trabalhador, a chamada apropriação indébita, e não é repassado para a Previdência.

Eu sei que o tema não é esse, mas como o Governo está nessa investida, desesperado porque os banqueiros estão em cima dele, querem que ele respeite o acordo que fizeram. Na hora de afastar a Presidenta houve dois acordos: um para o grande empresariado, a reforma trabalhista. Eu falarei só de dois, mas pode ter um monte aí. Desses dois eu tenho certeza. E o segundo é esse.

Um, eles tinham de entregar a reforma trabalhista para a cúpula do empresariado nacional. E dois, entregar a Previdência para os banqueiros. Só que não será bem assim. Esse trabalho nosso está mostrando e a população está acompanhando. Eles já querem saber o dia em que vai sair a primeira versão do estatuto. Eu estou dizendo aqui que a preferência é em 1º de maio, para que a população tenha acesso. E vamos fazer de tudo para que eles não aprovelem essa reforma da previdência.

Quero cumprimentar aqui a CNBB, que na reforma do trabalho tem se posicionado muito bem. A CNBB distribuiu um artigo que lerei no plenário, hoje à tarde, dizendo o seguinte, que a CNBB fará santinho! Oh, vocês que estão me ouvindo aí! Eles assistem à gente, na segunda-feira de manhã, tanto o Executivo quanto os Deputados e os Senadores.

A CNBB – vejam, está no artigo. Eu lerei o artigo agora à tarde – fará santinho com o nome de todos os Deputados e Senadores e entregará nas igrejas. Nesses você não pode votar, porque são os que acabaram com a sua previdência pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à CNBB! Eu estou elogiando aqui a CNBB, mas sei que há diversos setores: evangélico, espírita. Enfim, eu quero mais um ato, uma missão – eu diria – ecumênica de todos nas igrejas, nos cultos, no centro de religião de matriz africana, espírita; nas escolas. Os professores e as professoras estão agredidos; os servidores públicos estão agredidos. Agora, virou moda, neste País, a ideia de que acabar com o servidor é a salvação do Brasil. Mas onde é que nós estamos? Diziam isso da Dilma. Acabando com a Dilma o Brasil só piorou! Só piorou!

Alguém tem dúvidas de que só piorou depois que ela saiu? Como está a educação? Como estão os institutos das escolas técnicas, que nós defendemos tanto? Você ajudou lá. Estava lá como assessor.

Como está o Minha Casa Minha Vida? Como está o Farmácia Popular? Digam-me? Como está? Cadê eles? As bolsas de estudo diminuíram ou aumentaram? Todas diminuíram. Podíamos falar desses programas uma centena.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sim; o Ciência sem Fronteiras! Estão acabando com tudo! Agora a moda – o que quero falar é isto – é: o servidor serve ao público. Eles têm que ter... O que eles dizem, os próprios Procuradores da Fazenda? "Deem-nos estrutura que a gente executa todos esses caras! Mas não dão estrutura..." O Governo está esvaziando cada vez mais a estrutura que lhes permite executar os grandes devedores.

Tinha que fazer esta introdução. Eles não pensem que só dando dinheiro para a grande mídia, com propagandas mentirosas... Tu vê as pessoas que estão falando ali... O cara chega a dizer numa hora – eu tenho que rir quando estou em casa vendo televisão – "Ah, se vai aumentar idade e tempo de contribuição, eu estou fora!" Aí, o repórter, ou o cara ali, o artista, diz: "Não, não vai aumentar." Como não? Como não vai aumentar? Vai aumentar tempo de contribuição sim, e vai aumentar idade. Quero que me provem que é mentira o que estou dizendo aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês mexem lá embaixo, no benefício mínimo... Lá pode até ser que não mexam, que fiquem os 15 anos, mas não vai lá para... Vocês tinham proposto 49 e 65. Agora deram uma recuadinha, mas ainda está em 40... Hoje, para a mulher, por exemplo, são 30 para se aposentar com salário integral, pela fórmula 85/95. São 10 anos a mais! Dez anos a mais! E o homem? É 35, então são 5 a mais. E é de contribuição, vejam bem. Já estão falando em 40 agora, antes era pior. Onde é que nós estamos? Então, vamos parar de mentir.

Se o Governo Temer tivesse um mínimo de juízo... Eu sei que ele está hospitalizado, não vou falar aqui da doença, esta semana ele deve receber alta. Pô... Tu vais voltar, não é? Volta e faz uma coisa boa para o País, isso vai fazer bem até para a tua saúde. Retira essa reforma da previdência definitivamente e deixa que o novo governo discuta em cima da gestão. Vai te fazer bem fazer uma coisa boa, porque quem só faz o mal... Eu sempre digo que o mal... Claro, lá em cima vai ter de pagar também, mas vai pagar aqui na terra também. Para de fazer o mal, retira isso. Diz para os banqueiros se acalmarem um pouco. Eu sei que é uma forma... Eles faturam sempre. Quem é que lucra mais neste País do que os banqueiros?

Vamos lá. Vou para frente, senão...

O tema de hoje, eu já li aqui, não é? Nós vamos discutir a formação do estatuto do trabalho, como estamos fazendo... Esta já é a 11ª audiência pública.

Com a palavra Luciana Conforti, Juíza do Trabalho, representando a Anamatra.

Fica aqui a nossa solidariedade à Anamatra, que está sendo atacada por alguns picaretas que dizem que ela não quer cumprir a lei. A Anamatra diz que vai cumprir a lei, mas principalmente a Constituição, que é maior.

A SRª LUCIANA CONFORTI – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos e a todas. Em nome da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, a Anamatra, mais uma vez gostaria de agradecer o convite ao Senador Paulo Paim, cumprimentar os meus colegas de Mesa e os demais que se seguirão.

Eu me associo às suas palavras, Senador, com relação à previdência, a essa reforma da previdência, inclusive ressaltando a questão da desoneração dos grandes devedores, que nós temos visto aí, são milhões e milhões de reais.

Com relação ao serviço público, houve o aumento da alíquota, recentemente divulgado. Ou seja, quer-se uma redução salarial indireta para quem já contribui bastante para a Previdência. Então, isso é realmente uma preocupação muito grande.

O senhor disse tudo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Via medida provisória, estão aumentando a contribuição...

A SR^a LUCIANA CONFORTI – Exatamente. Então, é uma redução indireta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ...e o servidor paga durante toda a vida. Ele é o único que paga durante toda a vida, os outros não pagam.

A SR^a LUCIANA CONFORTI – Sobre o bruto, não é? Não é sobre o teto da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sobre o bruto, durante toda a vida. Parlamentar não paga. Aqui, o fundo do Parlamentar não paga, porque está aposentado. E principalmente o regime geral ninguém paga. Que bom! Em vez de ampliar para o servidor, eles querem apertar mais os servidores, aumentando a contribuição.

A SR^a LUCIANA CONFORTI – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com relação aos ataques de que o senhor tem falado da Anamatra aos juízes do trabalho brasileiros, continuam, inclusive as pós-verdades, no sentido de que, com a entrada em vigor da reforma trabalhista, o número de ações reduziu. Lógico que reduziu, porque, antes da entrada da vigência da reforma trabalhista, todas as ações foram ajuizadas. Nós recebemos um aumento imenso de ajuizamento de ações antes da vigência da reforma. Então, logo após a vigência da reforma, a tendência é de que houvesse uma redução, mas isso não tem nada a ver com a lei em si. Não teria como uma lei, com um dia, dois, ou uma semana de vigência, fazer com que caísse o número de ações.

Então, são divulgações que são feitas que, na verdade, não correspondem à realidade. Quanto a esses ataques, nós estamos tomando providências, inclusive judiciais, contra determinada confederação de empregadores que tem ameaçados os juízes de reclamações no CNJ. Então, realmente nós estamos vivendo um momento difícil, mas os juízes do trabalho brasileiros se manterão firmes e coesos em função da sua autonomia e independência para a aplicação da Constituição e das leis como devem ser aplicadas.

Então, para não me delongar mais, eu trouxe aqui uma pequena apresentação. Nós combinamos que falaríamos um pouco de cada tipo de trabalho, mas nos atendo a determinado tema. Então, eu vou passar rapidamente sobre essas formas de trabalho para depois chegar mais à frente, em que o meu foco será a questão do trabalho em aplicativo e o contrato zero hora, que são os que eu selecionei para falar mais aprofundadamente. O tema da audiência, então, são tipos de prestação de serviço, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, trabalho voluntário e autônomos.

No tocante à terceirização, o empregado presta serviços a terceiros. E eu trouxe aqui a questão da preocupação com essa terceirização sem limites, por conta do risco social. O que a gente fala sobre aumento do risco social? Essas empresas, inclusive com capital bastante pequeno que foi aprovado na última alteração legislativa, não têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suporte econômico suficiente para poder prover dessa atividade econômica. E, como já foi amplamente divulgado, há um maior risco de acidente de trabalho com esses terceirizados. Então, certamente haverá inclusive um agravamento da situação da previdência com relação a esses acidentes do trabalho.

Teletrabalho é aquele em que o trabalhador presta serviço no seu domicílio, o que tem sido divulgado como uma boa medida. Só que o problema aí é a questão da jornada de trabalho, porque o dispositivo legal exclui direito às horas extras. E nós sabemos que, na verdade, hoje em dia, esse controle pode ser perfeitamente obtido pelos meios telemáticos. E há essa preocupação também com relação ao agravamento do risco social em função das doenças ocupacionais decorrentes desse trabalho em domicílio, com as tecnologias, LER, Dort, etc.

O trabalho avulso é aquele que pode ser portuário ou não. O não portuário pode ser urbano ou rural, que é o chamado chapa. Ele foi incluído recentemente na legislação. Esse trabalho avulso é intermediado, quando é portuário, pelo órgão gestor de mão de obra e, quando não portuário, pelo sindicato da categoria. Funciona da seguinte forma: a pessoa convocada para o trabalho consta de uma lista, os que estão aptos a serem convocados, e ele ganha de acordo com aquelas convocações. Não há vínculo de emprego com os tomadores do serviço, mas eles têm direitos garantidos pela Constituição, nesse tipo de trabalho, distinto do que é o trabalho eventual.

O trabalho eventual não se confunde com o avulso. O trabalho eventual é aquele que é prestado realmente excepcionalmente, uma manutenção que é feita em determinado bem, um serviço de pintura. Então, são essas as distinções básicas.

O serviço voluntário, previsto em legislação, é aquele em que o indivíduo se propõe espontaneamente a contribuir com determinada atividade também sem vínculo empregatício. A lei diz que são entidades públicas ou privadas que têm um objetivo específico com relação a determinado bem social, como creches, hospitais, objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência a pessoas. E, por vezes, esse trabalho voluntário tem sido utilizado também como fraude, porque as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas, as entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos tentam colocar essa situação de que tudo é trabalho voluntário. Então, uma coisa é aquele trabalho realmente voluntário; outra coisa é o trabalho das pessoas que se envolvem no objetivo dessas entidades, que evidentemente têm de ser remuneradas por esse trabalho, e há um vínculo de emprego. E já houve discussão aqui na Câmara sobre o serviço voluntário em eventos esportivos e também a condenação de igrejas evangélicas, por exemplo, com relação a pastores, pela questão do caráter efetivamente financeiro daquelas atividades. Então, esta é a distinção que tem que ser feita: se realmente é um trabalho voluntário ou não, atentando-se para que não seja utilizado com fins de fraude, como geralmente se vê.

Trabalho autônomo. Com a reforma trabalhista, houve a criação da inusitada figura do autônomo exclusivo, que é a mais completa descaracterização do que é o autônomo. O que é um autônomo? É aquele que trabalha para várias empresas; ele presta um serviço específico e, diante da sua especialidade naquele serviço, trabalha autonomamente para várias empresas. Isso poderia ser de forma contínua ou não.

Com a Medida Provisória 808, recentemente publicada, essa cláusula da exclusividade para o autônomo foi vedada. Porém, o dispositivo legal ainda afirma que, ainda que ele preste serviços a apenas um tomador de serviços, não haverá vínculo de emprego. Obviamente, esse dispositivo legal será interpretado pelos magistrados de acordo com a realidade; se realmente havia ou não os requisitos do contrato de trabalho, a subordinação. Então, tudo isso será analisado, independentemente de o dispositivo legal dizer que não há vínculo de emprego. Era o que acontecia muito com as cooperativas. Na época do *boom* das cooperativas, o dispositivo legal dizia – diz – que não haverá vínculo de emprego, evidentemente dentro dos limites em que não haveria esse vínculo de emprego.

Esse dispositivo trará inúmeras discussões jurídicas, ainda que haja essa vedação de cláusula de exclusividade. O que eu quero deixar claro é o seguinte: essas formas de trabalho não são criticáveis quando elas são realmente aplicadas dentro do que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ser, um trabalho autônomo genuinamente autônomo, e não como tem sido visto, que são figuras, formas de prestação de serviço que são utilizadas para fraudar o contrato de emprego; para aquele trabalhador que realmente é essencial à natureza, aos serviços da empresa, para mascarar aquela vinculação. Então, é nesse sentido que isso trará muita discussão jurídica.

Porque a intenção, na verdade, da reforma foi a liberalização da pejetização. Então, isso vai, com certeza, gerar muitas discussões. Por exemplo: a lei cita – a medida provisória – a questão de que motoristas podem ser autônomos. Quer dizer... Ainda cita... Eu ouvi um exemplo que um assessor do relator da reforma falou: "Não... Motorista dono de caminhão." Então, quer dizer que nós podemos ter transportadoras só com motoristas autônomos, sendo todos donos de caminhão? Como é que vai ser isso? Vai haver muita discussão, com certeza. E se outros trabalhadores... Não é só a questão dos corretores de imóveis, por exemplo – que a medida provisória também cita –, e representantes comerciais que sempre trabalharam autonomamente, mas motoristas e qualquer outro trabalhador que tenha legislação própria. O dispositivo diz isso. Então, vai incluir qualquer categoria, se é qualquer trabalhador que tenha legislação própria, desde que seja compatível com a autonomia. Então, a própria norma, em si, traz uma incoerência. A própria norma traz essa incoerência, e é isso que vai gerar discussão jurídica. E nós temos que atentar a esses detalhes, a essas minúcias que a lei traz de incoerências em seu bojo.

Eu vou me ater mais nesse tema, que eu acho um tema relevante, que é a questão da "uberização" do trabalho. Tem sido muito divulgada a "uberização" da economia, mais especificamente a questão da "uberização" do trabalho. E, apesar de o aplicativo Uber ser o mais famoso, o mais conhecido nesse tipo de trabalho, na verdade, é o sistema de filosofia utilizado pelo Uber que tem sido implantado em diversas outras atividades.

Notícia recente do *The Guardian* apontou que o chamado autoemprego cresceu em 45% desde 2002 no Reino Unido, mas que esses trabalhadores efetivamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganham, em média, menos do que em 1995. Então, houve uma redução nessa remuneração do autoemprego. Ou seja, é a falsa propaganda de que você vai ser dono do seu negócio, de você mesmo e do seu horário. Porém, isso, na realidade, não se concretiza. É a falsa expectativa de que você terá mais liberdade, afastando-se do contrato de trabalho protegido pela legislação.

Então, o Marcio Pochmann diz que:

(...) ante a escalada do desemprego e seduzidos pelo discurso neoliberal do empreendedorismo [faça você mesmo, seja você, você S/A etc.], que vende a ideia de que o esforço pessoal é a chave do sucesso financeiro [ou seja: quanto mais você se esforçar, mais você alcançará o sucesso], cada vez mais trabalhadores se submetem aos contratos precários, longas jornadas de trabalho e [completa] ausência de garantias trabalhistas [e até previdenciárias, eu diria].

Um exemplo dessa precarização recente foi essa lei que fala do salão de beleza parceiro ou profissional parceiro. Ou seja, transformando profissionais da beleza em empreendedores, quando nós sabemos que os grandes salões de beleza, na verdade, têm toda uma exigência com esses profissionais. Não há realmente essa autonomia que é pregada nesse tipo de trabalho.

O trabalho por aplicativos é um dos temas da audiência e eu entendi que seria um tema interessante para que nós façamos uma discussão mais aprofundada sobre isso. Então, essa empresa de aplicativos, primeiramente, não diz que é uma empresa que faz uma intermediação de transporte, que ela atua no ramo de transporte de passageiros. Ela se diz apenas uma empresa de tecnologia, o que já é um mascaramento da real atividade que ela desenvolve. Ela, na verdade, fornece sim um serviço de transporte. Ela transforma os desempregados em empreendedores e controla diretamente o trabalho dessas pessoas pela precificação. Então, a baixa taxa...

(Soa a campainha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SR^a LUCIANA CONFORTI – ... que ela cobra faz com que o trabalho seja controlado por ele próprio. Ela ganha com a rotatividade desses trabalhadores. É como se você um sistema de pirâmide. Na verdade, as pessoas não se sustentam muito tempo naquele tipo de trabalho. A taxa que é cobrada é de 25%, sem cobrir qualquer custo desse trabalho, combustível, seguro, depreciação do veículo, etc. Então, as pessoas que acabam não se sustentando nesse modelo de trabalho saem, mas outras entram. Evidentemente, com a alta taxa de desemprego, as pessoas estão precisando se submeter a isso para poder ter algum tipo de renda, mas, na verdade, isso não dura muito.

O motorista se obriga a seguir um determinado padrão, e as notas também são outra forma de controle. Se começar a ter nota baixa, ele vai ficar excluído do sistema. Ele pode ser suspenso pelo sistema também. Então, além do preço baixo, há o sistema de notas, ou seja, todos os usuários são os controladores daquele trabalho. Ele não é autônomo de forma alguma porque, primeiro, para ter uma renda mínima, ele precisa correr muito, fazer muitas corridas e, segundo, as notas impõem aquele controle para que ele siga aquele determinado padrão estipulado pela empresa de aplicativo, como, por exemplo, a água e o confeito.

No caso, esse tipo de modelo de empresa apresenta um capitalismo predatório. A proposta inicial era um serviço diferenciado, como vocês lembram. Era o Uber Black, que seria um sistema de transporte para pessoas que queriam realmente um serviço diferenciado, além do que já havia no mercado. Mas o que a gente tem visto? A completa generalização desse tipo de transporte. O objetivo disso é simplesmente o monopólio, é inviabilizar os outros tipos de transporte para que ele tome conta do mercado. E o preço ele vai adotar o que ele quiser, a partir do monopólio.

Isso revela também uma omissão do Estado com os tipos de transporte já existentes e que são regulados, como o dos taxistas, por exemplo, e outros tipos de transporte regulados, porque dele, sim, é exigido todo tipo de licença, de atestado de antecedentes, etc., e desse tipo de transporte não tem sido exigido, colocando a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população, inclusive, em risco. Então, há um risco social tanto para os trabalhadores quanto para a população em geral. Esse é o modelo de trabalho por aplicativo.

Recente notícia de setembro de 2017 mostra que, no Reino Unido, houve a suspensão da licença para que o aplicativo rodasse – ele envolvia 40 mil motoristas e 3,5 milhões de usuários – porque, segundo a autoridade do Reino Unido, nesse sentido, eles não resolviam os problemas básicos que eram gerados por esse serviço na proteção e na segurança do público, inclusive de não reagir adequadamente às denúncias de delitos de seus motoristas e sua capacidade de comprovar antecedentes penais.

Aqui no Brasil, tem sido vistas muitas notícias de casos de estupros e roubos cometidos por motoristas de Uber. Quer dizer, isso está revelando uma tendência e, por isso, lá foi cassada essa licença por causa do risco social. Então, eu acho que aqui nós temos que pontuar bastante não só a questão da precarização do trabalho para os trabalhadores, mas o risco social que tem sido gerado em razão não só de recolhimentos de contribuição, mas também da falta de proteção da população que se coloca para esse tipo de transporte, sem a menor regulação, sem o menor cuidado – digamos assim. É jogado às feras, para as feras. É todo mundo livre para fazer o que quiser, e isso não pode ser dessa forma.

Outra preocupação que eu acho realmente interessante debatermos é a questão do trabalho intermitente, do contrato zero hora, que é realmente o ponto da reforma mais discutido e mais preocupante, porque é o mais perverso de todos eles. O trabalhador ganhará de acordo com o número de horas trabalhadas. Anunciou-se que não haveria perda de direitos – décimo terceiro, férias e FGTS –, mas evidentemente essas pessoas só vão receber pelo que trabalharem, sendo que esse modelo de contato permite que a pessoa não seja convocada nem um dia sequer para o trabalho no mês. Então, não se saberá quando vai se trabalhar e quanto se ganhará, e os demais direitos serão pagos de acordo com essa proporcionalidade. Então, com excesso de mão de obra no mercado de trabalho, devido ao desemprego, nós teremos muitos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores se submetendo, para ganharem pouquíssimo nesse tipo de modelo de trabalho.

(Soa a campanha.)

A SR^a LUCIANA CONFORTI – Já estou encerrando.

Aí coloquei, com a medida provisória e os projetos de lei, as emendas que têm sido apresentadas à medida provisória e projetos de lei para revogação desse tipo de trabalho para minimizar o risco. Eu não sei exatamente o que acabará, mas enfim, é isso que tem sido visto. Antes mesmo da aprovação da reforma, já foram anunciadas vagas em *fast-foods*, de R\$4,45 por hora trabalhada, 70 vagas nessa rede de *fast-food* de vitória. Há anúncio também por rede varejista de eletrodomésticos. Então, nós temos aí o problema da falsa divulgação do aumento de empregos, mas sem a geração de renda para os trabalhadores. Então, nós teremos aí a criação de postos de trabalho, mas sem a criação de renda, o que é realmente um desserviço social.

As promessas de introdução benéfica que foram feitas eram para pessoas que não podiam trabalhar com contrato regular – mães com filhos pequenos, estudantes. Na verdade, o que a gente viu foi uma ampla utilização desse sistema de concorrência cega no mercado de trabalho, diante da lei da oferta e da procura. Eu trouxe aqui um pesquisador, Marcelo Zero. Eu vi até que o senhor já o citou também, inclusive no parecer sobre a reforma trabalhista. Ele fala sobre essa questão em outros países, e como houve um aumento disso. Até 2016, houve uma utilização muito grande desse tipo de contrato. Aí trago o gráfico da pesquisa do Marcelo Zero.

Depois, um dado interessante: a questão da estabilização desse tipo de contratação no Reino Unido, porque começou a gerar um *marketing* negativo para as empresas. Então, as empresas começaram a ver que não era bom, em termos de imagem da empresa, esse tipo de contratação. Inclusive, uma rede de *fast-food* anunciou que seria uma opção para que realmente fosse adaptado às pessoas que queriam esse tipo de trabalho, e não indistintamente, como tem sido colocado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu estou trazendo também dados sobre a diferença de salário. Eles ganham duas vezes e meia a menos do que nos contratos por modo regular.

É meu último eslaide, Senador. Eu trouxe aqui essa pesquisa do Steven Hill, que popularizou a expressão "uberização" da economia e ele traz essa proposta da criação de um seguro individual para essas empresas que contratam nessa modalidade, denominado seguro universal.

Na verdade, o ideal é que haja a revogação desse tipo de trabalho – não é? Mas, ainda que não haja, seria interessante propor uma espécie de seguro. As empresas depositariam mensalmente, cada vez que contratasse por esse modo precário, um valor "x" para que ficasse como se fosse um seguro individual para complementar os direitos que estão sendo sonegados por esse tipo de contratação. Inclusive, isso serviria para equilibrar as relações comerciais, digamos assim, devido à concorrência que se faz entre essas empresas que reduzem 30% dos seus custos com essas contratações e as outras que não as utilizam. Então, haveria um equilíbrio, até para que não haja um *dumping* social, uma concorrência desleal, digamos assim.

Então, a proposta que eu trago efetivamente, para finalizar a minha fala, seria: primeiro, a revogação desse contrato zero hora; e, caso não ocorra, a criação desse seguro social que, por exemplo, poderia ser recolhido como é feito atualmente no eSocial dos trabalhadores domésticos, em que há aquela contribuição mensal para cobrir a multa de 40%. Essa foi uma proposta que eu trouxe, que eu acho que é totalmente viável e que seria uma forma de minimizar esses riscos.

Uma segunda proposta seria investir em campanhas para demonstrar o *marketing* negativo de tais contratações, a exemplo do que ocorreu no Reino Unido e também a exemplo do que ocorreu aqui no Brasil com aquelas 70 vagas que foram anunciadas recentemente, antes da vigência da reforma. Houve uma repercussão muito ruim desse tipo de anúncio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas são as duas propostas que trago, agradecendo, mais uma vez, pela atenção e pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Dr^a Luciana Conforti, Juíza do Trabalho, Diretora de Direitos Humanos da Anamatra.

Eu nem vou comentar, porque as suas colocações foram muito didáticas e diretas.

Eu achei muito interessante as colocações sobre os aplicativos. É o caso de um jovem que está trabalhando hoje no Uber. Quais são os direitos sociais dele? Nenhum! É isso que eles querem fazer.

No caso do autônomo exclusivo, você deu um exemplo muito bom: a questão dos caminhoneiros. Todos serão autônomos exclusivos! E daí? Quem paga os direitos sociais deles?

Empregos sem salário: 2,5% a menos do que aquele que tem carteira de trabalho formal, assinada.

E achei muito interessante a criação do fundo, do seguro social, porque, na verdade, o que eles querem é aumentar ainda mais os seus lucros. São bilionários e querem ficar tri, sei lá o quê! Se nós colocarmos um seguro social para equilibrar, eles vão pensar duas vezes no que é melhor para eles. Eu achei interessante para o debate aqui na Comissão.

A Dr^a Ludmila Abílio tem que sair mais cedo e pediu para falar agora. Então, passo a palavra a S. S^a, que é pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp).

A SR^a LUDMILLA ABÍLIO – Bom dia a todos e todas!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria cumprimentar os colegas da mesa, em especial o Senador Paulo Paim pelas suas iniciativas e energia nessas batalhas cotidianas que nós estamos enfrentando. O Senador está desempenhando um papel fundamental na defesa desse ataque que os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras estão sofrendo e que só vem se agravando.

Eu vou complementar a minha fala com a da Dr^a Luciana Conforti e também vou falar sobre a "uberização" do trabalho, pensando nos aspectos gerais que ela envolve e como ela se apresenta como uma tendência para o mundo do trabalho e como essa reforma trabalhista abre as portas para a "uberização" do trabalho no sentido mais perverso e precarizante do termo.

Quanto à "uberização" do trabalho, a gente está falando até hoje em dia já em "capitalismo de plataforma". O que isso significa? Que nós estamos num grau de inovação tecnológica e que, se o Estado não atuar em prol do trabalhador, as empresas vão promover uma nova forma de organização do trabalho que vai reconfigurar todo o mercado de trabalho. Essa é uma tendência que pode se generalizar mesmo, e o Estado tem um papel fundamental para garantir a proteção e segurança do trabalhador nesse processo. Então, os aplicativos não são uma pequena parte do mundo do trabalho; eles estão promovendo mesmo uma nova forma de organização.

Com o desenvolvimento tecnológico, olhando para as empresas, nós passamos a falar em produção *just in time*. Por que estou falando disso? Porque há um deslocamento desse conceito agora para o mundo do trabalho. A produção *just in time* possibilitou, com a inovação tecnológica, que as empresas passassem a ter sua produção inteiramente pautada pela demanda do lado de fora. Então, em vez de as empresas correrem riscos e arcarem com vários custos que envolvem o estoque de mercadorias, elas passam a produzir no tempo da demanda, no tempo do consumo. Isso elimina uma série de riscos e custos. A gente chama isso de produção *just in time* que é a produção no tempo da demanda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos vendo no mundo do trabalho é um processo de transformação do trabalhador em trabalhador *just in time*. O que isso quer dizer? Você passa a ver esse trabalhador como mais um fator de produção que tem que ser utilizado de acordo com as demandas da empresa. Então, ele é concebido como mais um dos custos econômicos e tratado como um fator de produção. Transformar esse trabalhador em *just in time* é, por exemplo, o que o trabalho intermitente está fazendo nessa reforma trabalhista. Ele é um trabalhador que vai ser usado de acordo com as demandas; ele é só mais um fator de produção a ser utilizado de acordo com as necessidades do próprio capital.

Quando a gente olha para os trabalhadores por aplicativos, quando a gente olha para os trabalhadores intermitentes, quando a gente olha para várias figuras do trabalhador autônomo, a gente está vendo esse deslocamento de uma concepção do trabalhador como um ser humano, portador de dignidade, que tem que ter segurança, que tem que ter seus direitos garantidos, que o Estado tem que promover o seu bem estar, tem que garantir o seu bem estar, esse trabalhador vai sendo reduzido a esse trabalhador que simplesmente é mais uma peça na produção. Então, é esse deslocamento de que trata a "uberização" do trabalho caso o Estado não cumpra com seu papel de proteção e de garantidor dos direitos do trabalhador.

Vou falar um pouco como funciona essa ideia da "uberização". São esses aplicativos, mas a "uberização" pode ocorrer de várias formas. Na verdade, quando a gente olha para o Uber, a gente está olhando para um fenômeno social. A Uber, recentemente, divulgou que tem 500 mil motoristas só no Brasil. Mas, quando a gente olha para o Uber, percebe que o Uber deu visibilidade a uma série de processos que estão em curso no mundo do trabalho já há décadas. Ele os materializou. É por isso que a gente fala em "uberização", porque tornou tão visível esse processo, sendo que, na verdade, isso está acontecendo em vários setores da economia, de várias formas diferentes, mas com tendências muito semelhantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente fala em "uberização", temos de olhar para o Uber e entender que esse é um processo que envolve caminhoneiros, que envolve advogados, que envolve médicos, que envolve as trabalhadoras e os trabalhadores do setor de beleza, que envolve vários setores, envolve professores... Já há um projeto em Ribeirão Preto chamado "Professor Uber", que é você acionar esse professor de acordo com a necessidade do sistema educacional. Quer dizer, você vai colocar esse professor como um trabalhador intermitente de plantão. Então, envolve diversos setores. Quando a gente falar em "uberização" e falar em aplicativo, a gente tem que entender isso, que é uma coisa que está se espraiando por toda a economia.

A "uberização" trata de uma nova forma de organização do trabalho, que traz uma nova concepção sobre o que é o trabalhador e traz uma nova concepção sobre o que são as empresas e, ainda, um novo papel aos consumidores. Então, vou falar um pouco desses três elementos.

Do lado das empresas, elas passam a se apresentar como mediadoras. Então, elas vão dizer que são parte do que a gente chama de *marketplace*. Elas estão promovendo o encontro entre oferta e demanda. Se você perguntar para uma empresa como a Uber o que ela é, ela vai dizer que é uma mediadora. Ela nem vai se apresentar como uma empresa do setor de transporte. Se você perguntar "qual o seu papel?", ela vai dizer "eu sou uma mediadora que promove o encontro entre uma multidão de motoristas que querem trabalhar e uma multidão de consumidores que querem consumir pagando menos. Eu só faço essa mediação". Então, isso complica muito as relações, porque se torna cada vez mais difícil a gente reconhecer as relações de subordinação que estão postas aí. E, de fato, elas estão permanentemente presentes, mas elas são muito mais difíceis de serem reconhecidas. Então, a empresa aparece como uma mediadora, mas, se a gente for olhar de perto, se você conversar com qualquer motorista da Uber, com qualquer caminhoneiro que trabalha por aplicativo, se você conversar com motofretista, que hoje é o *motoboy*, que trabalha por aplicativo, ele vai te dizer "eu sinto a empresa aqui nas minhas costas o tempo inteiro. Eu sou vigiado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanentemente". O que está em jogo aí? Como opera esse controle e a subordinação à empresa que opera por aplicativo?

Bom, primeiro, a empresa vai definir o quanto esse trabalhador ganha e o quanto o consumidor vai pagar. Ela define o preço do trabalho que está sendo oferecido e define o valor da força de trabalho, porque ela determina a comissão que ela ganha por fazer essa mediação, o que ela chama de mediação, mas que é muito mais do que isso... Então, ela está definindo o valor do trabalho do trabalhador e o quanto isso custa para o consumidor. E ela executa uma série de controles sobre o trabalho. Então, esse trabalhador se sabe avaliado e permanentemente vigiado por meios que se dão pela tecnologia, em regras que nunca estão muito claras. Se você conversar com um motorista Uber, semanalmente há regras que mudam a forma como a produtividade dele é medida, o acesso... Ele sabe que, dependendo do que ele faz, ele tem mais ou menos acesso a corrida, mas isso não tem clareza. Ele não tem o menor controle sobre isso. Então, a empresa está operando com esses algoritmos, que é algo novo no mundo do trabalho e que a gente também vai ter que compreender o que é, não aqui hoje, mas é algo que, se a gente quer enfrentar os dilemas do mundo do trabalho, nós vamos ter que entender como a tecnologia está operando agora no mundo do trabalho, mas o Uber, por exemplo, embora não divulgue – há pesquisas sobre isso, mas nada está muito claro ainda –, tem formas de mensurar o grau de dedicação desse motorista ao trabalho e traduzir isso em mais ou menos corridas para esse trabalhador.

Então, por exemplo, já se sabe que o trabalhador que trabalha mais horas por dia, que se dedica mais ao trabalho e é mais bem avaliado, tem acesso a mais corridas próximas dele. O que isso quer dizer? Que o Uber, racionalmente, calcula e beneficia esse trabalhador lhe garantindo, por exemplo, que ele tenha menos custos com o deslocamento e faça mais corridas no mesmo tempo que um outro trabalhador. Então a produtividade desse trabalhador está sendo mensurada permanentemente, e isso define a forma de subordinação, porque há um controle permanente sobre o trabalho dele e isso define como é que vai se dar o trabalho dele sempre.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, esse trabalhador está sendo permanentemente avaliado; então, ele ranqueado, quando você chama o motorista ele tem lá o número de estrelinhas e esse número de estrelinhas é muito sério, isso define a confiança do consumidor naquele trabalhador e também define o número de acessos que esse trabalhador tem às corridas. Então ele é ranqueado permanentemente, ele é avaliado. O trabalho dele está sendo avaliado permanentemente.

(Soa a campainha.)

A SR^a LUDMILLA ABÍLIO – Quanto tempo eu tenho mais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Mais cinco.

A SR^a LUDMILLA ABÍLIO – Mais cinco? Então eu vou acelerar aqui.

Vejam que interessante o grau de terceirização a que nós estamos chegando, porque quem executa essa avaliação não é o Uber; é uma multidão de consumidores. Então, o controle sobre o trabalho, como as regras do jogo funcionam, como elas vão operar, está na mão da empresa de aplicativo, mas quem vai executar isso não é a própria empresa; ela transfere isso para nós todos que marcamos lá as nossas estrelinhas quando saímos do carro.

Então, é uma multidão gerenciando, vamos dizer assim, controlando a qualidade do trabalho. E nós confiamos neste nosso papel, tanto que a gente se dispõe a entrar no carro de um motorista Uber porque a gente confia na marca e a gente confia na avaliação dessa multidão.

E pelo lado do trabalhador? Nós temos então uma multidão de trabalhadores autônomos, a regra do jogo muda, eles não são mais selecionados, o que é algo novo no mundo do trabalho, você não vai passar por uma entrevista de emprego para ser um motorista, para ser um caminhoneiro, para poder se cadastrar num aplicativo de motofrete; você só tem que cumprir regras mínimas, você adere àquilo, você se dispõe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a fazer aquele trabalho. Isso obscurece mais ainda a relação de subordinação que está posta aí. Então, não há seleção; há adesão ao trabalho.

Esse trabalhador é autônomo neste momento. Se o Estado continuar reconhecendo ele assim e abrindo as portas para a "uberização", nós vamos ter uma legião de trabalhadores autônomos crescente no Brasil. E o que que acontece com esse trabalhador? Ele arca com todos os riscos e custos do trabalho dele. Então, o carro é dele. Se ele sofrer um acidente, a responsabilidade é dele... Quer dizer, a empresa não tem a menor responsabilidade sobre toda essa relação que está se dando por meio dela, que ela está promovendo. Então, é um desafio a gente entender como isso funciona e pensar, daqui para frente, no papel do Estado, nas formas de regulação disso.

Quer dizer, a primeira forma é deixar de reconhecer esse trabalhador como um trabalhador autônomo. Ele está subordinado, e não é porque ele aderiu a esse trabalho. E essa ideia de que o trabalhador faz um bico... A gente está até começando a pesquisar e vendo que, na verdade, as pessoas trabalham muitas horas por dia, se dedicam a essa atividade, fazem uma jornada de trabalho, assim como em outras áreas. Então, esse trabalhador está inteiramente dedicado a essa atividade, ainda que ele combine isso com outras ocupações, que também vai ser o destino dos trabalhadores intermitentes neste País. Eles vão ter que aprender a se virar e combinar diversos empregos para poder, minimamente, garantirem a sua sobrevivência.

Os aplicativos vão cair como uma luva nessa figura do trabalho intermitente, porque uma coisa casa com a outra, assim, perfeitamente, ou seja, para combinar a sua condição de trabalhador intermitente com a sua condição de trabalhador autônomo, como eu vi com os motofretistas. O trabalhador, de manhã, é celetista; de tarde, ele combina o trabalho dele para uma empresa terceirizada com o trabalho por aplicativo; e, à noite, ele é um trabalhador informal para uma pizzaria. Essa é a vida da classe trabalhadora brasileira. Ela vai garantindo a sua sobrevivência no meio dessas formas que vão cada vez mais precarizando a sua vida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, ainda, esse capitalismo de plataforma rompe com as fronteiras nacionais. Então, por exemplo, nós temos aí aplicativos no mundo que recrutam trabalhadores para realizarem tarefas *on-line* e remuneram esses trabalhadores de forma cada vez mais rebaixada e não seguem as legislações locais, porque esse mundo virtual vai como que virando um espaço paralelo. Então, esses aplicativos vão conectando trabalhadores no mundo inteiro sem respeitar as suas legislações locais, mas o Estado tem como regulamentar isso.

Então, o que nós estamos vendo é um processo aí que, se ele se der da forma como está se dando, vai promover mais insegurança, vai promover rebaixamento do valor da força de trabalho, vai promover cada vez mais transferência de riscos e custos para o trabalhador. Infelizmente, nesse contexto da reforma trabalhista, abriu-se um cardápio para que esses trabalhadores sejam cada vez mais precarizados, vivendo em situação cada vez maior de insegurança, de instabilidade...

(Soa a campanha.)

A SR^a LUDMILLA ABÍLIO – Estou encerrando.

Então, o Estado, neste momento, frente a essas transformações que estão postas no mundo em geral, está sendo desafiado agora a pensar num outro papel, e, aí, novamente, eu parabenizo o Senador pela proposta de uma formulação de um Estatuto do Trabalho que se atenha e esteja atento a todas essas questões que estão em jogo no mundo do trabalho.

Obrigada, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Dr^a Ludmila Abílio, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), que complementa, na mesma linha da Juíza Luciana, as suas preocupações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daqui a pouco, vai estar tudo – tudo! – precarizado, e a massa salarial no País é que vai descer, porque o objetivo da reforma, todo mundo sabe, é aumentar o lucro – o lucro, o lucro, o lucro – do grande capital.

Paulo Joarês Vieira, Procurador do Trabalho.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer estar aqui com vocês, hoje, para falar sobre as formas de contratação.

Agradeço o convite da Comissão de Direitos Humanos e quero cumprimentar, inicialmente, o Senador Paim pela iniciativa dessa Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, porque isso permite manter em debate esse tema das relações do trabalho e dentro de uma discussão mais equilibrada. A discussão da reforma trabalhista foi feita muito em cima de preconceitos, de informações que não correspondem à realidade e que acabaram, inclusive, influenciando, acredito eu, parte da opinião pública a acreditar que não era algo tão lesivo ao trabalhador.

Na verdade, cada vez mais está se ampliando e se criando um leque de formas de contratação que permite ao empresário escolher livremente de que maneira ele vai contratar esse empregado e que direitos ele vai dar. As formas que estão sendo criadas são todas com a retirada de direitos, são todas com menos proteção do que a relação de emprego prevista na CLT. Isso nos leva para uma reflexão de sentido, ou seja, para que lado nós estamos indo com a legislação trabalhista. Acredito que seguramente estamos indo para o lado oposto indicado pela Constituição Federal. Isso porque a Constituição Federal assegura aqueles direitos previstos no art. 7º, além de outros que sejam concedidos ou obtidos pelo trabalhador. Ao invés de caminharmos no sentido de ampliarmos esses direitos, todas essas formas de contratação e as reformas que estão sendo feitas são no sentido de retirar, ou seja, estamos andando contra o caminho que foi indicado pela Constituição Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando da terceirização propriamente dita aqui, a gente tem que lembrar sempre que o art. 7º, inciso I, prevê o direito a todo trabalhador a uma relação de emprego protegida. Esse é o direito principal que o art. 7º concede a todos. Essa relação de emprego protegida de que a Constituição fala se estabelece entre o trabalhador e a pessoa que vai tomar a sua mão de obra diretamente. Por quê? Porque ele está cedendo a sua força de trabalho e força de trabalho não é uma mercadoria que possa ser intermediada, que possa ser vendida por outra empresa, a força de trabalho da pessoa humana. E qual é o efeito que a gente observa desse caminho de terceirização não só no Brasil como em outros países? A terceirização gera o aumento da desigualdade social. Isso é constatado não só no Brasil por diversos estudos que mostram que o terceirizado ganha menos, que trabalha mais, que sofre mais acidentes. Enfim, esse é um tema no Brasil muito evidente, mas é também objeto de estudos em outros países onde essa situação acontece, como no Japão. No Japão, há um estudo do próprio governo que identifica a terceirização como elemento de aumento da desigualdade social. Nos Estados Unidos também há estudos das universidades mostrando isso claramente. Sendo um instrumento que gera desigualdade, qualquer norma que regule a terceirização deve colocá-la como exceção. A regra geral precisa ser a relação de emprego direta entre o trabalhador e o tomador.

Então, quando a gente tem uma legislação que visa ampliar de forma desmedida, sem limites, a terceirização, claramente nós estamos andando no caminho da ampliação da desigualdade social. Qualquer legislação que permita a terceirização ainda que restrita, deve ter a preocupação com a isonomia de tratamento entre as pessoas, porque a isonomia é também constitucional.

E a Lei nº 6.019, com a redação da reforma, coloca a isonomia como uma faculdade para os empregadores. Ora, a isonomia é um direito garantido a todos os trabalhadores e não uma faculdade dos empregadores. Então, seguramente, um caminho que se siga numa lei de regulação de terceirização deve utilizar todas as formas para assegurar a isonomia de tratamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam que a legislação aprovada estende aos terceirizados o uso de refeitório, por exemplo, e o uso de ambulatório. Ocorre que quase nenhuma empresa mais oferece refeitório e ambulatório. O que se oferecem são tíquetes, vales-refeição, planos de saúde. Ou seja, há um claro propósito de dar uma aparência de alguma forma de igualdade, mas que seja vazia. A legislação tem de andar no sentido contrário.

Uma legislação sobre a terceirização também tem de ter a preocupação, por exemplo, com as férias. Todos sabemos da situação dos trabalhadores de empresas que se sucedem nos contratos e que acabam nunca tirando férias, porque, quando eles vão adquirindo o direito, troca a empresa, e eles ingressam num novo vínculo. Uma legislação também precisa assegurar isso.

O pagamento integral das verbas rescisórias. Essa modalidade de rescisão por acordo que foi incluída na reforma trabalhista provavelmente vai atingir muito os trabalhadores terceirizados nessas situações de troca de empresa. Ele precisa da rescisão naquele prazo para poder ser admitido pela outra empresa. Ele muito provavelmente vai aceitar um acordo nesse sentido, com redução de aviso prévio, com redução de multa do FGTS. Enfim, com todas aquelas restrições.

A responsabilidade pelas verbas. A legislação aprovada prevê responsabilidade subsidiária. Poder-se-ia pensar naturalmente na solidária, que é mais ampla. Mas isso é pouco, porque a responsabilidade assegurada na lei só vai proteger o trabalhador que ingressar na Justiça. E cada vez menos trabalhadores terão condições de ingressar na Justiça inclusive porque a reforma cria obstáculos para o acesso à Justiça.

Então, uma legislação de regulação da terceirização precisa criar instrumentos que assegurem o recebimento das verbas trabalhistas sem que o trabalhador precise buscar individualmente a Justiça. A situação que nós vivemos hoje no Brasil do calote que se tem aos direitos dos terceirizados é vergonhosa. E é vergonhosa inclusive no serviço público, com aquela decisão do Supremo que lamentamos. Respeitamos, mas lamentamos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Inclusive no Congresso.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Inclusive no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – No Senado, eles são contratados, fecham as portas, vão embora e não pagam. Há dez empresas aqui dentro já.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – É uma situação vergonhosa que precisa ser prevista na legislação. É preciso ser previsto um instrumento para evitar essa situação. Também é preciso que a legislação deixe claro que a prestação de serviços não se confunde com a intermediação e com o fornecimento de mão de obra. Intermediação e fornecimento de mão de obra são figuras condenadas inclusive nos tratados internacionais há muitos anos. E, no Brasil, nós temos uma grande confusão. Grande parte dos empresários que querem a terceirização não estão em busca de uma efetiva prestação de serviço. Eles querem contratar trabalhadores, contratar empregados com a intermediação de outra pessoa. Isso em hipótese alguma pode ser admitido. Isso não é prestação de serviços; é outra figura. Bem, ainda nesse tema, temos a questão da pejetização, que já foi mencionado pela Dr^a Luciana, e do trabalho autônomo, mas eu não vou ingressar neles. Eu queria chamar a atenção aqui também nesse ponto de uma tendência na legislação de cada vez mais ampliar as situações de exclusão da legislação trabalhista. Veja, não é só a redução dos direitos que estão na CLT, não é só os prejuízos da reforma; são modalidades que simplesmente excluem os trabalhadores completamente da proteção social conferida pelo Direito do Trabalho. E aí há esses projetos de parceria – que até já foram mencionados – já aprovados e vigentes, dos caminhoneiros, dos salões de beleza, mas nós temos também outras pautas no Congresso, em tramitação na Câmara, projeto de lei de criação de parceria nas clínicas de estética, nas clínicas de...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – ... fisioterapia, dos advogados associados. Já temos o desvirtuamento de estágio, em grande escala, que também é uma forma de retirada de direitos. Ou seja, é preciso que estejamos atentos que a estratégia hoje – ou uma tendência, se não uma estratégia – é não só de redução do que está na CLT, mas de exclusão da CLT, exclusão da proteção social, exclusão do art. 7º.

Eu queria falar um pouquinho também sobre a modalidade de teletrabalho aqui para a gente encaminhar o encerramento. O fato de se regulamentar o teletrabalho não é por si negativo. O teletrabalho pode atender em muitas situações inclusive os interesses dos trabalhadores que têm grandes deslocamentos nos centros urbanos, enfim, por vezes, há situações em que pode ficar em casa atendendo seus filhos, pessoas com dificuldade de locomoção... A questão, na verdade, é como e em que termos se regulamenta essa matéria.

Vejam que a regulamentação aprovada, por exemplo, exclui os trabalhadores do limite de jornada, do direito ao limite de jornada. É assegurado na Constituição para todos os trabalhadores oito horas diárias, 44 semanais. A lei aprovada simplesmente exclui, coloca esses trabalhadores em teletrabalho no 62 da CLT como não tendo direito à jornada. Ora, mas a figura aprovada na legislação é com o uso de meios telemáticos e meios de comunicação que permitem facilmente o controle pelo empregador do volume de trabalho e das horas de trabalho prestadas, ainda que em casa. Não há qualquer justificativa para isso.

Como a situação ficou apenas pela distribuição de tarefas pelo empregador, entra aqui uma questão que é muito discutida hoje que é a do direito ao repouso e à desconexão. Muitos desses trabalhadores acabam permanecendo conectados, vinculados ao trabalho praticamente 24 horas por dia. Não é que eles trabalhem 24 horas, obviamente, mas você passa o tempo todo sendo acessado pelos meios telemáticos.

A OIT fez um estudo, inclusive, sobre a repercussão em doenças mentais do teletrabalho, e eles fizeram uma separação que é muito interessante. Eles colocaram as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peçoas que trabalham em casa, nas mais variadas atividades, sem o uso de meios de comunicação, meios telemáticos, e os outros, que são esses que ficam conectados pelos meios de comunicação. Entre aqueles que fazem outras atividades, os efeitos foram positivos para as pessoas; entre aqueles que ficam conectados por meios de comunicação, foi apurada uma elevação grande do nível de estresse e de insônia, inclusive com as pessoas acordando várias vezes durante a noite. Ou seja, há uma repercussão significativa na saúde nessa modalidade de trabalho.

Outra questão que precisa ser regulada de uma forma mais equilibrada é a forma de ingresso no teletrabalho e a forma de retorno para o trabalho convencional, porque, pela legislação, o ingresso no teletrabalho é por acordo, mas a reversão para o trabalho presencial é por ato do empregador, por determinação do empregador. Isso, obviamente, gera uma repercussão e muitas situações difíceis para o trabalhador, que já organizou toda sua vida naquele formato, e, do dia para a noite, pode ter a determinação de retornar para o sistema presencial.

A questão de adequação do ambiente de trabalho. Pela lei aprovada, essa adequação fica totalmente por conta do trabalhador. A gente não pode esquecer que essas atividades com o uso de telemática, de comunicação, enfim, de digitação, são geradoras de uma grande incidência de doenças, de LER, de doenças de coluna, cuja ocorrência é muito mais acentuada quando o posto de trabalho é inadequado.

Então, o que é provável que aconteça? Boa parte desses trabalhadores vai adoecer, eles sofrerão as consequências – de forma pessoal – dessa doença, e a sociedade também vai sofrer essas consequências pelo ingresso no regime da Previdência Social, suportando os custos.

A questão dos custos da própria atividade – internet, energia, aquisição de computador.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – A norma aprovada coloca uma regra que deixa em aberto se esses custos podem ser divididos entre o trabalhador e a empresa ou se podem ser suportados até só pelo trabalhador, o que, do nosso ponto de vista, é um absurdo, porque transfere parte dos ônus da atividade econômica para o trabalhador.

Para encerrar, Senador, só uma breve menção aqui na questão dos aplicativos. O meu tempo já acabou, mas eu queria dizer, só complementando o que a Dr^a Ludmila falou, o seguinte: sempre que se coloca em discussão se esses trabalhadores são empregados ou não são empregados, os motoristas dos aplicativos, por exemplo, as pessoas argumentam "puxa, esse tipo de discussão só acontece no Brasil, porque no Brasil há um excesso de proteção ao trabalhador..." Então, eu queria só mencionar que essa discussão sobre se esses motoristas são empregados ou não são está acontecendo em diversos países; por exemplo, na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra.

Nos Estados Unidos, foi ajuizada uma ação coletiva no sistema deles por um escritório de advocacia, e esse escritório apresentou um acordo com o Uber, em que o Uber estaria pagando US\$80 milhões ou US\$100 milhões, não me recordo do valor exato, mas sem o reconhecimento da relação de emprego. O juiz negou homologação desse acordo; disse que não, que era uma questão relevante, que o processo tinha que prosseguir e que o escritório tinha que ter responsabilidade com os seus representados. Então, não há uma decisão final ainda, mas esse acordo, na forma em que foi posto, já foi rejeitado.

Na Inglaterra, há um processo que já foi julgado em primeiro e segundo grau, e, em ambas as instâncias, o Uber perdeu. A Justiça inglesa decidiu nessas duas instâncias que os motoristas, sim, são empregados; sim, eles têm que ter salário mínimo, eles têm que ter jornada, eles têm que ter previdência. E é curioso e interessante, porque eles utilizam vários dos argumentos que aqui se discutem também. Por exemplo, obviamente o motorista não trabalha por conta própria, ele trabalha por conta alheia, ele não tem qualquer poder de decisão sequer sobre o valor



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do trabalho que vai prestar, esse valor é definido pela empresa. Também o tribunal lá definiu claramente que a empresa não é uma empresa de tecnologia, o negócio dela é transporte.

Então, eu quero dizer que vários dos aspectos que estamos discutindo aqui, nesse sentido, também são discutidos em outros países, inclusive já com decisões reconhecendo-os como empregados. E é importantíssimo que se tenha um nível de proteção a esses trabalhadores com a relação de emprego ou com outro tipo de legislação, mas que os proteja. Hoje não há proteção alguma.

Enfim, como meu tempo já se encerrou, vou encerrar.

Peço desculpas pelo excesso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ficou dentro do limite.

Paulo Joarês Vieira, Procurador do Trabalho, meus cumprimentos pela forma didática e transparente; não deixou nenhuma dúvida sobre o quanto essa mudança na legislação prejudica os trabalhadores.

De imediato, eu passo a palavra para o Consultor Legislativo do Senado Federal, Dr. Luiz Alberto dos Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas.

Mais uma vez, agradeço o convite do Senador Paulo Paim, a oportunidade de estar contribuindo para os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, discutindo um tema da maior relevância e atualidade e que interessa a todos os cidadãos brasileiros.

Nós temos, de fato, hoje, que observar como esse tema vem sendo trabalhado a partir de uma perspectiva mundial. Quando o Brasil discutiu e debateu a sua reforma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhista – e aí reforma sempre no sentido muito duvidoso sobre o que eventualmente significa uma reforma –, ela foi colocada precisamente num contexto em que muitos países estão buscando fazer esse tipo de reforma como mecanismo, inclusive, para enfrentar efeitos negativos da crise econômica e financeira global, mas que é sobretudo uma resultante da incapacidade que têm esses governos, da sua inabilidade para gerir adequadamente a sua política monetária. Com isso buscam, então, implementar certas reformas para absorver choques macroeconômicos, choques derivados da própria economia mundial.

Nos países em desenvolvimento, essas reformas têm sido postas muitas vezes como um instrumento para busca de manutenção de níveis de emprego em épocas de aumento de desemprego e recursos públicos escassos, onde a capacidade do Governo de adotar políticas anticíclicas acaba sendo prejudicada. Essas políticas, em vários países, segundo a Organização Internacional do Trabalho, no entanto, estão relacionadas também à questão do comércio internacional, como a mudança na capacidade dos países de manter os seus sistemas de trocas acaba impactando as economias de países, particularmente países exportadores, países que dependem do mercado internacional. Nesse sentido também, essas reformas acabam sendo implementadas.

Essa busca por maior competitividade no cenário internacional pelos países, num cenário de globalização econômica, é determinada centralmente pelas necessidades, portanto, e pelos interesses do mercado e do capital financeiro, ou seja, não são mudanças que tenham um caráter de cunho social, mas, sobretudo, um caráter estritamente econômico, que coloca ou recoloca o trabalho como apenas mais um elemento a serviço do capital, como mais um elemento na política de trocas, ou seja, ele é tratado como uma simples mercadoria.

Vejam que nós temos aí um processo de agravamento de situações que já vinham se verificando há décadas, que se inicia a partir da automação e da introdução de novas tecnologias, sobretudo do campo da robótica e da Tecnologia de Informação e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunicação, que permitiram a substituição de trabalhadores por máquinas, mas numa perspectiva intermediária. Ou seja, o que nós temos hoje, de fato, é a desvalorização do trabalhador e do emprego, mas com uma etapa intermediária em um novo fluxo de robotização e automação.

Quando a gente observa hoje as tendências em termos tecnológicos, é bastante evidente que o uso de aplicativos, o uso de processamento de dados em massa, Big Data, e a tecnologia de computação tendem a criar novas situações em que os trabalhadores que são necessários fisicamente, seja por meio do trabalho na empresa, seja por meio, por exemplo, do teletrabalho, vão acabar, de alguma forma, sendo substituídos pelos algoritmos e pelos aplicativos, que vão intensificar, portanto, essa descartabilidade do ser humano como instrumento da prestação de serviços, da execução de atividades.

É muito interessante observar que, no Brasil, nós temos uma lei ainda hoje vigente, a Lei 9.956, de 2000, que proibiu a utilização do autosserviço nos postos de gasolina. Se essa lei não estivesse em vigor, praticamente não haveria mais trabalhadores nos postos de gasolina atendendo as pessoas, porque cada um seria responsável por lá operar uma máquina e pagar com o seu cartão de crédito, como acontece, aliás, em muitos países, com a total dispensa, portanto, de uma força de trabalho.

Hoje, nós temos um debate também nessa linha, por exemplo, em relação a motoristas de ônibus e cobradores de ônibus. Em vários centros urbanos, estão se implementando sistemas de bilhetagem eletrônica que dispensam a figura do cobrador, a ponto de algumas localidades, como o caso do Rio de Janeiro, aprovarem leis para proibir a dispensa dos cobradores, para manter os cobradores trabalhando.

Esta é a discussão hoje: até que ponto a tecnologia vai tornar, de fato, os trabalhadores dispensáveis?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa perspectiva, as mudanças que vêm ocorrendo ao redor do mundo implicam a promoção da redução do custo do trabalho como objetivo, e a reforma da legislação é o meio. São buscados por essa via contratos mais flexíveis ou mesmo a ausência de contratos de trabalho, facilitando-se a admissão e a demissão; ajustes na jornada de trabalho, tornando essas jornadas mais flexíveis e, portanto, também os salários; a redução do acesso ao Judiciário, da capacidade de litigância judicial, com inibições do direito de ação, e a redução de passivos trabalhistas como consequência; e a intensificação do uso do negociado sobre o legislado, com o enfraquecimento da própria capacidade de negociação coletiva, ou seja, convertendo a negociação numa negociação individualizada, com a redução, portanto, da importância da representação sindical, aumentando aí o papel, a supremacia do capital sobre o trabalho. E a consequência disso vem também quando se retiram do sistema sindical mecanismos de financiamento para aumentar a sua dependência sobre resultados, promovendo, por via indireta, uma asfixia financeira.

Um trabalho muito importante e recente da OIT elaborado por Adascalieti e Morano mostra que, em 110 países, no período de 2008 a 2014, foram promovidas cerca de 642 mudanças nos seus sistemas laborais, embora com grande diversidade de conteúdos, alcance e objetivos.

Em grande parte desses países, no entanto, essas reformas buscavam o reajuste fiscal, a promoção de ajustes fiscais, e havia elevados níveis de desemprego. Ou seja, os níveis de desemprego influenciaram claramente a adoção de reformas trabalhistas.

Na maior parte dos casos, no entanto, percebe-se que o foco foi sobre precisamente o caráter protetivo da legislação, ou seja, o nível de regulamentação existente foi reduzido. As reformas não foram feitas, portanto, para proteger os trabalhadores, mas para reduzir a proteção conferida aos trabalhadores.

Nesse cenário, os países que tiveram queda no seu Produto Interno Bruto, ou seja, desempenho econômico insuficiente, queda da atividade econômica, são justamente aqueles que se mostraram mais propensos a adotar reformas nessa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direção, reformas desregulamentadoras. Nesse particular, os contratos permanentes foram o centro dessas reformas. A mudança de paradigma se dá precisamente a partir do enfraquecimento desses contratos como forma de proteção da relação de trabalho, especialmente nos países desenvolvidos, que foram duramente afetados pela crise; enquanto, nos outros países, particularmente nos países em desenvolvimento, as reformas se focaram mais nos mecanismos de negociação coletiva, ou seja, a flexibilização se dá a partir desse mecanismo.

Em 55% dos casos, então, verifica-se que houve uma preocupação com a diminuição da proteção ao emprego com a mudança de longo prazo na regulamentação do mercado de trabalho.

Observando a direção dessas reformas por continente, fica bastante claro que precisamente foi na Europa e nos países do leste europeu, nas ex-repúblicas soviéticas, que mais intensamente se promoveu mudanças na legislação como propósito de reduzir a proteção ao emprego, ou seja, 66% do total desses países da Europa, os países desenvolvidos, e 46% da Europa central e sudoeste e ex-União Soviética foram os que fizeram reformas com esse caráter.

Em outras regiões, houve menor impacto sobre essa questão do nível da proteção ao emprego. E a América Latina, particularmente, até 2014, teve um perfil de reformas voltado essencialmente para aumento da própria proteção. Por quê? Porque foi um período – e é muito importante registrar – em que tivemos governos progressistas, governos de esquerda, em muitos desses países da América Latina, que mudaram o foco das suas legislações. Isso quer dizer que eles passaram a proteger mais. Por quê? Porque eram países onde a proteção ao trabalhador era muito baixa.

Por outro lado, países que historicamente construíram um sistema de proteção social e legislações trabalhistas mais rígidas, como é o caso da Europa, operaram no sentido oposto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O número de reformas por temas – e aí os senhores vão ver que, ali, no azul, temos exatamente os contratos permanentes – foi o foco...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... majoritário, em escala mundial, seguido pelas negociações coletivas, mas o peso de cada um desses conjuntos de reforma muda drasticamente em relação a sua quantidade e relevância, em função precisamente da situação desses países no contexto da evolução legislativa em perspectiva histórica.

E vejam aí que a menor proteção e a menor regulação está precisamente, no caso europeu, associada ao aumento do desemprego nesses países que criaram um momento para essa solução, particularmente até 2012. De lá para cá, a estabilização desse fenômeno teve como correspondência uma menor velocidade no volume de reformas trabalhistas implementadas.

No leste europeu – vejam ali –, tivemos uma flutuação bastante significativa em termos de volume de reformas realizadas ao longo do período.

Nos demais países, o quadro é bastante distinto e a velocidade dessas reformas foi bastante diferenciada. Na América Latina, em particular, ela foi mais intensamente voltada ao aumento da proteção, até, particularmente, 2012 e 2013.

O foco das reformas trabalhistas ao redor do mundo tem sido essencialmente em relação à redução da jornada de trabalho, contratos de trabalho temporário, demissões coletivas, contratos permanentes, negociações coletivas, e 28% apenas se referem a outras formas de emprego. Isso não quer dizer, no entanto, que essas novas formas de emprego não tenham um papel fundamental neste modelo de transição que tenta enfraquecer precisamente a capacidade de proteção do trabalhador.

Em vários países – e eu não vou me alongar –, nós percebemos reformas muito duras, muito drásticas, como é o caso da Espanha, que promoveu mais de 50





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterações na legislação trabalhista desde 1980, como a reforma em 2012, visando precisamente, na perspectiva de um governo conservador, à redução do custo do trabalho para a recuperação de competitividade econômica, medidas que reduziram custos de emissão, permitiram a flexibilização de jornada, redução de salários e limitação de capacidade de negociação sindical. Com a retomada da economia naquele país, esses mecanismos geraram o quê? A aceleração da criação de ocupações, mas, sobretudo, ocupações precárias com queda de rendimento, ou seja, mal pagos, decorrentes de contratações por jornada reduzida, com tempo parcial, com grande rotatividade da mão de obra e com salários menores desses trabalhadores.

No México, da mesma forma, tivemos aí, em 2012, uma ampla reforma que promoveu uma grande redução também da massa salarial em que mais de 80% da população ocupada recebe menos de US\$5 por dia. Em fevereiro de 2017, um novo ciclo de reformas leva também à retirada de direitos de indenização dos trabalhadores com menos seis meses de contrato; liberação da terceirização, muito semelhante à nossa aqui, portanto; regras mais rígidas no caso do serviço público, além de corte de salários de grevistas; jornada de trabalho flexíveis e pagas pelas horas efetivamente trabalhadas, ou seja, contrato intermitente; reforma da Justiça do Trabalho e reforma sindical, lembrando que o México, inclusive, é um país membro da OCDE.

Na Alemanha, a crise de 2008 teve como resultado a implementação com mais força de medidas que ampliaram modalidades de emprego temporário ou com jornada reduzida, particularmente o trabalho intermitente, que ajudaram a atenuar impactos dessa crise. No entanto, essas reformas já começaram a ser implementadas em meados de 2005, com a aprovação da reforma Hartz naquele país, que teve, de fato, um papel importante na recuperação da competitividade da economia alemã e uma queda de desemprego excessiva de cinco pontos, em 2005, mas com consequências bastante perversas em relação à questão da renda, ao aumento da insegurança e ao risco de pobreza. Ou seja, sim, garantiu-se um nível de emprego razoável, mas com empregos de baixa qualidade e com salários bastante baixos. Medidas acessórias foram adotadas naquele país, como reformas no seguro-desemprego, ou seja,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduzindo os direitos dos trabalhadores ao seguro-desemprego, portanto tornando-os mais vulneráveis a essas mudanças, sem opções no âmbito da seguridade social; redução na capacidade de representação dos trabalhadores, com ampliação da representação por local de trabalho; e, finalmente, a questão da própria idade para a aposentadoria, que foi elevada na Alemanha, ou seja, mais um elemento para obrigar as pessoas a se sujeitarem por mais tempo a essas condições do mercado de trabalho.

A Itália, além do emprego, buscou – de certa forma, mimetizando reformas adotadas na Alemanha – os mesmos objetivos, ampliando as facilidades para demissão em contratações temporárias, mas, por outro lado, com uma compensação que foi a ampliação da proteção aos desempregados, no caso desses empregos precários.

Na França, um grande debate se travou no governo Hollande para promoção de uma reforma trabalhista, mas centralmente também com o objetivo da flexibilização, de facilitar a negociação...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... dos salários e jornada, limitar indenizações para demissão sem justa causa e reduzir os passivos judiciais.

Essas mudanças têm efeitos bastante diversificados. Vejam que, se na Alemanha é fato que houve uma redução do desemprego associada à implementação dessas reformas, embora com empregos de baixa qualidade, não foi o mesmo quadro que se verificou na Itália, na França e na Europa como um todo. Vejam que, mesmo esses países tendo adotado reformas bastante drásticas de redução de direitos, não houve um efeito homogêneo em relação à redução do desemprego. Isso leva os pesquisadores que se debruçam sobre esse tema a concluir que os efeitos macroeconômicos nesses países são extremamente modestos, especialmente quanto ao nível de emprego no curto prazo. Ou seja, as vantagens alardeadas dessas reformas são, na verdade, muito inferiores àquelas que seus defensores apregoam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós olhamos em perspectiva comparada o índice de qualidade de vida aferido pela OCDE, percebemos ali que o Brasil se acha em patamar bastante próximo dos países desenvolvidos em relação à questão do emprego e do salário. Vejam ali. O Brasil é o azulzinho. Um pouquinho abaixo, portanto, do que se verificava em 2015 na questão de satisfação das pessoas com emprego e salário nos países desenvolvidos.

Com as reformas que estão sendo implementadas agora, possivelmente nós vamos ter um distanciamento muito grande nesse quesito, porque nós não temos também a rede de proteção social e de serviços públicos que há nesses países para compensar essas reduções remuneratórias que estão acontecendo lá e que vão acontecer ainda mais aqui, num país de enormes desigualdades de renda, enormes índices de pobreza, de concentração de renda, e que precisa exatamente ir na direção oposta.

Quanto a desemprego, vejam que o Brasil é um país que tem uma elevadíssima taxa de desemprego entre jovens. Cerca de 30% dos jovens de 14 a 24 anos em situação de desocupação é o dado de 2017 agora, o mais recente dado divulgado pelo IBGE. Em comparação com outros países – e aí as faixas etárias são um pouquinho diferentes, não dá para fazer uma comparação exata –, vejam que, em países da Europa como Portugal, França, Espanha, assim como também, no caso, a África do Sul, ali no exemplo, além da Itália, há percentuais de desemprego entre jovens acima de 20%; na África do Sul, ultrapassa 53%. E hoje nós estamos diante de um cenário em que é exatamente essa a camada social que mais impacto sofrerá dessas mudanças no tipo de emprego que se oferece.

Quando nós observamos o percentual de pessoas ocupadas em trabalhos parciais ou intermitentes com dados de 2016 – vejam que não temos dados do Brasil para fazer essa comparação, porque as nossas estatísticas não informam essa distribuição, mas olhando em todos esses países aí, inclusive países em desenvolvimento, como Rússia e África do Sul, esses percentuais têm se elevado progressivamente, e, num espaço de cinco anos, mais do que dobraram nesses países, como resultado dessas reformas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam lá, em roxinho, a participação das mulheres no trabalho parcial ou intermitente. É precisamente o das mulheres o segmento da sociedade que é mais atingido por essas mudanças. Portanto, são as mulheres e os jovens que serão os mais prejudicados por essa nova forma de contratação que facilita precisamente a redução de salário, a partir da implementação dessas formas precárias.

No serviço público, o quadro também não é muito favorável. Em muitos países, vêm sendo promovidas mudanças no perfil da força de trabalho, com redução de salários, corte de salários e corte de pessoal. E, em muitos países da Europa, particularmente em países membros da OCDE, mais de 59% deles promoveram cortes ou congelamento de salários, e 28%, redução de quadros.

Isso tudo num contexto também de ajuste fiscal, ou seja, é a reprodução, na esfera do serviço público, da mesma perspectiva que vem sendo adotada na esfera privada, só que, claro, comprometendo aí a capacidade de prestação de serviços e de atuação desses governos, dessas administrações públicas.

Apenas no caso dos Estados Unidos, quanto à redução da força de trabalho na Receita Federal daquele país, segundo demonstrado pelo sindicato nacional do seguro dos servidores do Tesouro, 6% na redução do pessoal...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... causou uma redução de quatro bilhões na arrecadação de impostos.

No Brasil, nós temos um cenário extremamente problemático, com o pacote do Presidente Temer, que implica várias medidas de ajuste que irão afetar brutalmente a estrutura do serviço público.

Primeiro, a Medida Provisória 805, já editada, que tenta postergar por um ano reajustes previstos para entrar em vigor agora em janeiro, no serviço público, dos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

servidores do Poder Executivo, com um aumento de alíquota de contribuição previdenciária de 3% passando para 14%, dos servidores públicos.

Temos aí a redução de reajustes de cargos comissionados, congelamento de reajustes de cargos comissionados; redução de ajudas de custo, redução de auxílio-moradia. Enfim, medidas menores, mas contextualizando-se nesse mesmo debate. E uma questão muito importante que ainda não foi elaborada, não foi submetida ao Congresso, que é a reavaliação de carreiras com a redução drástica dos seus salários de entrada, dos seus salários iniciais, e obviamente também, em longo prazo, dos seus salários finais. Ou seja, um conjunto de medidas extremamente problemáticas e preocupantes associadas a outras, como por exemplo a questão da delegação do poder de política a particulares, segundo projeto de lei em tramitação nesta Casa; a demissão por insuficiência de desempenho no serviço público, que voltou a ser debatida na forma do Projeto de Lei 116; a medida provisória da redução de jornada e programa de desligamento voluntário, que deve cair, acredito que deva perder eficácia sem apreciação em função da proximidade do prazo, que é dia 28 de novembro; e, finalmente, a ampliação da terceirização como uma derivação da reforma trabalhista.

A reforma trabalhista aumentou drasticamente as possibilidades de terceirização, por meio da nova redação dada aos arts. 4º-A, 5º e 5º-A, que visa exatamente, nas empresas, a afastar a distinção entre atividade-meio e atividade-fim para esse objetivo. Mas isso também impacta o serviço público, na medida em que...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... se afasta qualquer critério...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Concluindo, Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... de separação entre atividades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós temos a derrogação, por essa via, do Decreto 2.271, de 1997, permitindo que se volte a terceirizar amplamente, como aconteceu ao longo dos anos 90 no serviço público, quando chegamos a ter situações de órgãos públicos com mais de 70% de servidores terceirizados, embora a Lei de Responsabilidade Fiscal não permita que essa contratação seja excluída para fins de cálculo da própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Finalmente, temos aqui a MP 808, que é a reforma da reforma, que foi editada para cumprir acordos feitos durante a reforma trabalhista. Essa medida recebeu 967 emendas, 227 delas de Parlamentares da base do Governo, ou seja, ela não pacificou o tema; muito pelo contrário, ela reabriu uma série de discussões e agravou algumas questões que já estavam mal postas na própria lei da reforma trabalhista.

E aqui, finalmente, eu chamo a atenção para o art. 911-A, que evidencia gravemente o risco de que os trabalhadores intermitentes sejam os novos excluídos do âmbito da Previdência Social, na medida em que esses trabalhadores terão que recolher a diferença de contribuição caso recebam menos de um salário mínimo, sob pena de não terem direito previdenciário algum.

Hoje, nós vemos notícias a toda hora de empresas que estão recrutando trabalhadores intermitentes, pagando salário por hora equivalente ao salário mínimo; computando-se o total de horas, esses trabalhadores receberão R\$120,00, R\$130,00 no mês, ou seja, a menos que eles, por conta própria, recolham a diferença, não terão direito previdenciário algum.

E o resultado disso, combinado com o aumento ou a fixação da idade mínima da reforma da previdência, é uma elevada exclusão previdenciária no médio prazo, consequência que é dessa economia compartilhada de que a "uberização" é um dos exemplos mais evidentes, mas que não se dá apenas por essa via; dá-se também pela via da terceirização, pela via do contrato autônomo – particularmente nesse caso do contrato autônomo não exclusivo, mas continuado –, que substitui o emprego, pelos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

incentivos à flexibilização da jornada e, finalmente, por essa relação que há entre o trabalho e o direito social.

Essas são as considerações que eu gostaria de trazer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal. V. S^a usou um pouco mais de tempo, mas, devido à importância dos temas abordados, eu acabei lhe concedendo um prazo maior.

Vamos mudar agora a mesa.

Eu peço aos meus convidados que voltem ao plenário para que possamos compor a segunda mesa.

Convido o Sr. Saulo Arcangeli, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP–Conlutas.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido a Sr^a Mônica Duailibe, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sinait).

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convido a compor a mesa a Sr^a Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

E convido o Sr. Alex Canuto, representante da Pública, Central do Servidor.

Seja bem-vindo também, Alex! (*Palmas.*)

O Estado do Maranhão é a maioria na mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir para passar um pequeno vídeo enquanto...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É uma sátira à reforma trabalhista. São diversos vídeos como esse. E há este final ainda.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Repita este final aí.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aí é o pacto que ele fez para chegar à Presidência.

Parabéns pela construção do vídeo, que foi selecionado na internet.

De imediato, Saulo Arcangeli, que é da CSP-Conlutas, da Executiva Nacional.

O SR. SAULO ARCANGELI – Bom dia a todas e a todos.

Quero agradecer ao Paulo Paim o convite à nossa Central para este debate bastante importante. As contribuições anteriores já demonstraram que vamos ter de reforçar... Inclusive, temos a clareza de que essas reformas colocadas no Brasil são reformas que vêm de um sistema capitalista que tem feito ataques mundiais.

O Luiz Alberto foi muito feliz em demonstrar os ataques, principalmente em momentos que o sistema capitalista gera crise econômica, e a tarefa é reduzir força de trabalho, reduzir os direitos dos trabalhadores, reduzir seus salários. Isso está acontecendo no País, agora no Governo Temer, de uma forma mais acelerada, mais aprofundada, mas não podemos esquecer de que, nos governos anteriores, também houve reforma da previdência, minirreformas trabalhistas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a clareza de que, nesse momento, principalmente com uma crise por que passa o País – tivemos um espaço em que o País teve um crescimento econômico, mas, depois, com a perda dos valores dos *commodities*, o País teve de atacar cada vez mais os trabalhadores. Isso está colocado primeiramente naquela Emenda Constitucional 95, que foi aprovada pelo Governo Temer e pelo Congresso Nacional, uma emenda constitucional que retira valores das despesas primárias, valores da educação e da saúde. Esse foi o primeiro grande projeto. Depois, houve a lei da terceirização, que foi aprovada para ampliar a terceirização no País. Hoje a gente tem em torno de 13 milhões de trabalhadores terceirizados, e a Lei da Terceirização amplia, porque ampliou para a área fim a terceirização plena em todas as áreas possíveis.

E aí, dentro dessa Lei da Terceirização, você faz inclusive a precarização ainda maior do trabalho temporário. O trabalho temporário passa a ser quase nove meses por ano, seis meses podendo ser prorrogados por mais três meses. Então, quase um ano de trabalho temporário, e a gente tem aí nove meses em que as empresas podem contratar via trabalho temporário.

As empresas terceirizadas, com a lei aprovada, podem quarteirizar, quinterizar. Então, você tem uma ampliação da precarização do trabalho. A empresa contratada é apenas subsidiária responsável pelas obrigações, não solidária. Então, você tem todo um processo para garantir que essas empresas corrompam, empresas, como foi colocado pelo Senador Paulo Paim, que ganham a licitação, depois somem, e os empregados não têm direito a férias, não têm direito a nada. Essa Lei da Terceirização busca amplificar ainda mais esse ataque.

Aí vem a reforma trabalhista, em que um dos pontos principais é o negociado sobre o legislado, uma discussão sobre a qual a gente, durante esses anos, também nós tivemos vários embates. Alguns mecanismos foram propostos, como o Acordo Coletivo Especial, em 2015, inclusive no próprio governo Dilma, mas que não foi para frente, que colocava a questão do negociado sobre o legislado. Agora, neste Governo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue-se passar essa reforma trabalhista, em que o negociado está acima do legislado.

Então, direitos históricos dos trabalhadores, como jornada de trabalho, horário de almoço, possibilidade do banco de horas individual, a jornada intermitente tão cruel, como foi colocado aqui pelos demais palestrantes, o teletrabalho... Muitas vezes, o trabalhador vê com bons olhos o teletrabalho, mas o teletrabalho é mais uma forma de o patrão conseguir ter mais lucro. O trabalhador vai utilizar os seus recursos, dentro da sua residência, não vai ter mais jornada fixa, não tem hora extra. É um processo que avança com essa reforma trabalhista. E também há a precarização do trabalho e todas essas questões que já foram colocadas. A divisão das férias em até três vezes também está imposta na reforma trabalhista.

A contribuição sindical opcional. Para nós da CSP-Conlutas, a única coisa que presta nessa reforma foi acabar com o imposto sindical, porque a nossa Central, inclusive, defende que são os trabalhadores que têm de definir com quanto vão contribuir com a sua luta, com o seu sindicato, que é a questão do imposto sindical. A nossa Central não recebe o imposto sindical, porque acha que com isso perde-se autonomia, vincula-se ao próprio Governo, e precisamos ter independência e autonomia. Por isso, somos favoráveis ao fim do imposto sindical.

O trabalho em tempo parcial, que você amplia. Antigamente, só poderiam ser 25 horas de trabalho; agora você pode chegar a 30 horas de trabalho ou 26 horas com mais 6 horas extras. Então, você também amplifica, com essa reforma, o trabalho parcial.

Sobre o trabalho intermitente, que é uma escravização, já foi muito bem colocado que o patrão avisa três dias antes que ele vai trabalhar naquele período, naquele horário, quanto ele vai receber, e ele tem um dia para dizer se vai ou não. Então, o processo é como foi colocado. Muitas vezes, vai passar um ano e ele nem vai ser chamado. Ele vai estar naquela lista de empregado, do emprego pleno, mas aquele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego cada vez mais precarizado, aquele emprego em que você não tem direito salarial e nem direito social.

A composição do salário é mais uma armadilha colocada na reforma trabalhista: a composição do salário vai ser apenas o salário; as gratificações legais e comissões vão ficar fora do salário – ajuda de custo, alimentação, abono. E aí vai haver uma política de poder ampliar esses valores no salário do trabalhador, para o salário do trabalhador ser inclusive mais abono, porque, assim, não se precisa pagar mais nada em relação ao INSS e em relação ao FGTS. Facilita-se para o patrão essa desvinculação da composição do salário desses itens que foram retirados com a reforma. Como estamos colocando, foi uma reforma a serviço do capital, uma reforma para, cada vez mais, o patrão lucrar e o trabalhador se sacrificar.

A quitação anual foi mais uma implementação que o trabalhador... O art. 507-B da CLT faculta aos empregados e aos empregadores, presentes os sindicatos dos primeiros, firmarem termo de quitação anual das obrigações trabalhistas. Então, vai ser mais um assédio. Há vários artigos da reforma trabalhista que são uma faca no pescoço do trabalhador, e esse é um deles. A quitação é para que todo ano ele diga que o patrão está pagando os seus direitos trabalhistas.

Demissão e rescisão contratual: não vai precisar mais haver o acompanhamento dos sindicatos nem do Ministério do Trabalho. É mais uma faca no pescoço do trabalhador. Ele vai fazer o contrato de demissão e rescisão somente com o patrão, não sendo mais preciso o acompanhamento do Ministério do Trabalho. Então, é uma outra questão.

A equiparação salarial: se você é de um ramo econômico, você não precisa pagar o mesmo valor ao empregado que faz a mesma tarefa em outro local; vai ser só pela questão... Não vai ser pelo ramo econômico, e isso quebra também a equiparação salarial entre os trabalhadores, porque vai ser só pelo estabelecimento empresarial e não mais pelo ramo econômico. Se alguma empresa trabalha em vários outros ramos, ela não precisa ter o mesmo salário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A possibilidade da demissão em massa. Houve uma decisão recente de um juiz do Trabalho em São Paulo sobre uma empresa da área médica que estava demitindo mais de cem trabalhadores em massa, porque não precisa mais haver negociação com o sindicato, pode-se demitir. E um juiz do Trabalho deu decisão contrária, já contrariando a reforma trabalhista.

(Soa a campainha.)

O SR. SAULO ARCANGELI – Esse é um papel importante que os juízes do Trabalho estão cumprindo neste momento, mas a demissão em massa é permitida. Hoje, além da dispensa individual, a dispensa em massa não precisa mais da concordância do sindicato. Então, o patrão pode fazer. Isso está colocado.

Há o fim da ultra-atividade. Já havia uma decisão do próprio Gilmar Mendes, do próprio Supremo Tribunal Federal, que está na reforma trabalhista. As previsões deixam de ser válidas. As negociações coletivas, se cessar o seu período, não continuam valendo, não podem mais ser aplicadas, até que nova negociação ocorra.

Então, a gente vê um conjunto de ataques. É como a gente falou: isso tudo está ligado, a Emenda Constitucional 95, a reforma da previdência. O Governo continua mentindo, como já foi muito bem dito, colocando que a previdência é deficitária. Em todo o processo, a própria CPI já tirou a sua conclusão de que a previdência é superavitária. E o Governo tenta, de todas as formas, com essa proposta mentirosa, fazer uma nova reforma da previdência em relação aos trabalhadores. Os trabalhadores já foram atacados em sua previdência no último período. Houve uma reforma da previdência em 2003, houve uma complementação da reforma da previdência em 2012. Hoje, o mercado já é dono de grande parte da previdência do setor público. Hoje, quem entra no serviço público já tem de entrar num fundo de previdência de direito privado – isso, em 2012, já foi tirado, já foi entregue para o mercado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a gente tem a compreensão de que, infelizmente, os governos do PT não romperam esse modelo, seguiram os documentos do Banco Mundial, principalmente o Documento 311, dizendo que tinha de entregar a previdência para o mercado. Agora, isso se amplia. E o Banco Mundial solta outro documento agora, dizendo que não é preciso mais haver universidade pública. Então, os governos seguem os ditames do mercado internacional, e isso está bastante demonstrado em todos os países da Europa e no Brasil, onde há hoje 13 milhões de terceirizados. Houve um aumento de 217% dos trabalhadores terceirizados nos últimos oito anos. No governo de Fernando Henrique Cardoso, havia 1,8 milhão de terceirizados no País, mas houve uma ampliação para 13 milhões hoje. Houve uma ampliação grande nesse último período; em apenas oito anos, o aumento foi de 217% dos terceirizados.

Nós sabemos que trabalho terceirizado é trabalho precarizado. De cada dez acidentes de trabalho, oito são de terceirizados; de cada cinco trabalhadores que morrem de acidentes de trabalho, quatro são terceirizados. Há uma diferença salarial de algo em torno de 30%. Os trabalhadores terceirizados trabalham três horas a mais, se formos tratar de outros itens, como hora extra. Há um baixo nível de sindicalização, pois ela diminuiu. A reforma trabalhista também é utilizada principalmente para não haver o trabalhador sindicalizado. Hoje, inclusive, alguns sindicatos não aceitam trabalhadores terceirizados, e isso cria uma distorção. Então, há um baixo nível de sindicalização desses trabalhadores terceirizados, e o mercado, é claro, vai querer ampliar esse processo, para que os trabalhadores não se organizem em relação a isso.

Como já foi colocado, a maioria dos terceirizados é de negros e negras, mulheres, LGBTs. Há uma opressão do sistema capitalista nessa ampliação dos trabalhadores terceirizados.

São os trabalhadores terceirizados que permanecem menos tempo no emprego, há maior rotatividade em relação aos trabalhadores terceirizados, e tudo isso cria um processo cada vez maior de precarização das relações de trabalho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como temos colocado, como todos aqui colocaram na Mesa, há um conjunto de ataques, e o meio é a legislação neste momento para fazer esse conjunto de ataques. Portanto, a gente precisa cada vez mais de um processo de unidade dos trabalhadores.

Amanhã...

(Soa a campanha.)

O SR. SAULO ARCANGELI – Já foram os cinco minutos também, não é? Falta só um?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Só um.

O SR. SAULO ARCANGELI – Então, nesse um minuto, a gente vai chamar aqui a nossa mobilização. Amanhã, nós teremos uma caravana a Brasília, na perspectiva de fazer uma pressão, inclusive neste Congresso Nacional, porque o Temer é apenas uma figura, mas a gente sabe neste Congresso também como foi feito todo esse processo de aprovação das reformas, inclusive com desvio de recursos públicos, com pagamento para Parlamentares. E a gente coloca bem: não adianta tirar o Temer e deixar um Congresso de corruptos, que estão aí para servir ao mercado.

A gente precisa fazer um grande enfrentamento – saúdo a campanha da CNBB também –, fazer um processo de pressão frente aos Parlamentares, porque eles acham que não vão sentir nada com o que estão fazendo contra os trabalhadores.

(Soa a campanha.)

O SR. SAULO ARCANGELI – Então, amanhã, nós teremos uma grande caravana aqui, em Brasília, e vamos todos nos preparar para a greve geral do próximo dia 5 de dezembro para, com certeza, enterrar essa reforma, enterrar qualquer tipo de ataque e retirar esse Governo, que ataca cada vez mais os trabalhadores, junto com este



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional. Essa é a tarefa de todos nós trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Saulo Arcangeli, da Executiva Nacional da CSP–Conlutas

Representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho (Sinait), Sr^a Mônica Duailibe.

A SR^a MÔNICA DUAILIBE – Olá! Bom dia a todos e a todas.

Senador, muito obrigada pela oportunidade dada ao Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho, neste espaço, que é hoje o principal e talvez o único do Parlamento brasileiro que está preocupado e discutindo essa reforma trabalhista e as repercussões disso para a sociedade brasileira.

Eu vou começar – a minha fala é muito na linha da fala do Dr. Luiz Alberto também – fazendo uma contextualização geral e mais especificamente brasileira dos impactos, de como nós chegamos a esse processo de reforma trabalhista e de quais serão os seus possíveis impactos para a sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, é importante que a gente deixe muito claro que, quando a gente fala de reforma trabalhista, em geral, as pessoas tendem a esquecer que a reforma trabalhista é, antes de tudo, um processo político, um processo que resulta de uma correlação de forças que se tornou hegemônica nos últimos dois anos no Brasil e que faz parte de um ideário neoliberal, que é hegemônico nos países de capitalismo avançado já desde os anos 80. No Brasil, durante os anos 90 e principalmente durante os anos 2000, esse movimento dos governos neoliberais, principalmente de desregulamentação do mercado de trabalho, foi *contrarrestado*, foi sustado, e agora, nos últimos dois anos, com essa mudança de governo, esse movimento realmente pôde fluir livremente. É ao que nós estamos assistindo agora. A lógica da reforma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhista, de toda essa mudança na legislação brasileira, assim como também a lógica da reforma da previdência, é no sentido de desregular e de desresponsabilizar o capital em relação à manutenção e reprodução do trabalho assalariado no Brasil. É uma lógica de enfraquecimento das instituições que tratam da regulação do trabalho no Brasil. E aqui eu estou falando especificamente da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, da Auditoria Fiscal do Trabalho e dos sindicatos. E também é uma lógica de principalmente precarizar o mundo do trabalho.

É importante a gente falar que o trabalho, a relação de emprego é uma relação tão cultural, tão enraizada na organização social do Brasil que a gente pensa que o trabalho assalariado é um dado. Não. Não é um dado. O assalariamento da força de trabalho é uma conquista histórica dos trabalhadores no mundo e no Brasil, fruto de grandes lutas históricas. Por quê? Porque só o trabalho assalariado é que está efetivamente vinculado a direitos trabalhistas e previdenciários. Então, quando a gente fala em trabalho assalariado, a gente não pode achar que ele é um dado da natureza, que ele sempre existiu e sempre existirá. Não! Ele foi uma conquista dos trabalhadores, do movimento sindical, e esse assalariamento da força de trabalho, que hoje é o grande alvo dos governos neoliberais no Brasil e no mundo, é justamente desassalariar a força de trabalho, que é a mesma coisa que desvincular os trabalhadores e direitos trabalhistas e previdenciários. Essa é a questão central.

Muito bem, a sociedade salarial, rapidamente falando, é uma formação social muito específica que se consolida no mundo, nos países civilizados, a partir dos anos 30, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. E quando a gente fala de Segunda Guerra Mundial, não é só uma questão cronológica. A Segunda Guerra Mundial, pelo que significou em termos de trauma político e econômico, criou as bases políticas para que, no pós-guerra, os países avançados pudessem construir uma sociedade onde, de fato, os trabalhadores pudessem ter participação política, social e econômica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar um pouquinho para a gente chegar aqui à crise da sociedade salarial no mundo, que vai acontecer, vai se formar a partir do final dos anos 70, principalmente a partir dos anos 80, na conjugação de três grandes processos: a globalização, a reestruturação produtiva e a ascensão do neoliberalismo como ideologia política hegemônica.

O que a gente chama de globalização? Na verdade, o capitalismo sempre foi globalização. A formação do capitalismo é o avanço do capital, não é isso? Mas especialmente a partir dos anos 70, a globalização no mundo tomou essa forma de fragmentação da produção, de migração das plantas produtivas dos países de capitalismo avançado para os países periféricos onde pudessem se utilizar de maiores contingentes de trabalhadores com menor salário e com menor proteção social e trabalhista.

A reestruturação produtiva, por sua vez, que é o que a gente chamou também de terceira revolução industrial, novo paradigma tecnológico que emerge a partir do final dos anos 70, baseado na automação e na microeletrônica visando à redução dos custos do trabalho, visando também a novas formas de organização e gestão da produção, terceirização, flexibilização da contratação, da utilização da mão de obra. Isso, lá nos anos 70, foi a reestruturação produtiva, a terceira revolução industrial. Hoje nós já estamos tratando da quarta revolução industrial. Os países de capitalismo avançado já estão, de fato, em pleno desenvolvimento da quarta revolução industrial, muito baseada na robótica, e que vai nos trazer um grande problema que temos dificuldade de enfrentar, que é, de fato, a substituição do trabalho vivo por máquinas. Essa é uma questão muito complexa, Senador, que a gente só tangencia, mas a gente vai ter de se deparar com ela em algum momento. O neoliberalismo, em termos gerais, é a substituição das políticas macroeconômicas de crescimento econômico, cujo grande objetivo era promover o crescimento econômico e que esse crescimento econômico estivesse atrelado à geração de emprego. Houve uma substituição disso, e o grande objetivo macroeconômico hoje no ideário neoliberal é a promoção do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle da inflação e a política de redução de déficits, é a isso que estamos assistindo em suas variadas formas.

Diretamente sobre o mercado de trabalho, quais foram os impactos mais significativos dessa grande onda de mudanças a partir da década de 70? Aumento da produtividade e redução na utilização do trabalho vivo, com automação crescente, inclusive no setor de serviços; reconfiguração da divisão internacional do trabalho, concentrando nos países avançados as indústrias intensivas em capital e, na periferia, a produção intensiva em trabalho vivo; maior flexibilização no uso do trabalho, especificamente sobre as formas de contratação e gestão, remuneração, definição das jornadas e abrangência das negociações, visando à redução dos custos operacionais e dos “tempos ociosos”. Na verdade, o trabalho intermitente nada mais é do que você levar ao extremo essa lógica de redução dos tempos ociosos.

Vou passar isso aqui.

Nessa lógica neoliberal, o combate ao desemprego – isso é muito importante – deixa de ser um aspecto central da política econômica nacional e se torna uma questão relacionada ao funcionamento do mercado de trabalho, ao crescimento das políticas públicas focadas no mercado de trabalho.

O que acontece? A geração de emprego deixa de ser antes de tudo uma questão macroeconômica, como se fosse possível você enfrentar o desemprego através de mudanças legislativas por exemplo, como se fosse possível você enfrentar o desemprego através da desregulamentação do mercado de trabalho. E nós sabemos, e o mundo todo sabe, toda a literatura especializada sabe que não é. Você só promove emprego se você, de fato, promover crescimento. Na verdade, a regulação vai acontecer para que esse crescimento gere um emprego de boa qualidade.

Isso é muito importante também. O que nós estamos vivenciando hoje é uma mudança subjetiva que é muito importante na valoração cultural do trabalho, de tal forma que hoje o trabalho assalariado é vendido, é apresentado como um trabalho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

anacrônico, uma forma anacrônica, uma forma velha de trabalho, e rígida. E esse trabalho moderno, flexível, é considerado a forma moderna, a forma contemporânea.

Por exemplo, tudo o que ouvimos aqui ainda há pouco sobre o Uber é considerado absolutamente moderno, ainda que não se reflita em nenhum momento que é um moderno desprovido de todo e qualquer direito trabalhista ou previdenciário. Isso é muito importante, essa mudança cultural na questão do trabalho, como você associa hoje o trabalho assalariado a algo que é velho, a algo que é anacrônico, quando é justamente o contrário: velho e anacrônico é esse trabalho desprotegido e precarizado que nós estamos promovendo.

Terei que ser bem mais rápida. Passarei aqui.

Aqui eu faço uma grande contextualização sobre o Brasil.

Vamos passar aqui.

Bom, eu vou trazer também aquele estudo que o Dr. Luiz Alberto falou, que a OIT...

(Soa a campainha.)

A SRª MÔNICA DUALIBE – ... lançou agora, em 2015, que é o World Employment and Social Outlook 2015, que faz esse grande panorama da flexibilização das legislações trabalhistas no mundo. E a principal conclusão a que esse estudo chegou foi a seguinte: nas economias avançadas há, de fato, uma tendência de substituição do trabalho assalariado estável por outras formas de contratação – jornada parcial por tempo indeterminado e trabalho autônomo. Nos países em desenvolvimento, entre os quais se inclui o Brasil, a tendência é de crescimento ainda do trabalho assalariado, porém a informalidade ainda é elevada.

É claro que a pesquisa desse estudo vai até 2014. Se você for fazer esse estudo daqui a cinco anos, a partir de agora, certamente o resultado será outro.

Bom, vamos aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu vou trazer dados que são rápidos, mas importantes.

Em 2004, a população ocupada no Brasil em trabalhos formais era de 37 milhões. E passou para 56 milhões em 2014. De 2004 a 2014, nós tivemos um aumento, Senador, de 20 milhões de trabalhadores formais no Brasil. Com essa legislação que nós mudamos agora... Ou seja, a legislação não foi empecilho para absolutamente nada. Muito pelo contrário.

Ali é um dado relativo a trabalhadores, mas, especificamente em relação a empregados, o número de empregados formais no Brasil, entre 2002 e 2014, quando estava em vigência a nossa legislação, que nós acabamos de reformar e de deformar, passou, de 28 milhões de empregados formais para 49 milhões de empregados formais. Então, como é que se sustenta um argumento de que a legislação é o impedimento para você formalizar e gerar emprego, se você consegue gerar mais de 20 milhões de empregos formais em dez anos? Não é impedimento, de maneira nenhuma.

Bom, o objetivo declarado dessa reforma foi modernizar a geração de emprego, mas, na nossa concepção, os objetivos reais são bem claros e são: a desresponsabilização dos empregadores; a redução máxima dos custos variáveis à custa da desvalorização do trabalho; a reconfiguração do mercado de trabalho nacional e das formas de ocupação; e o enfraquecimento das instituições que trabalham na regulação do trabalho.

Essa reforma careceu de legitimidade social, legitimidade institucional e, principalmente, de fundamentação teórica, porque não há nenhum estudo no mundo – e nós sabemos disso – que justifique a flexibilização da legislação trabalhista e a precarização das relações de trabalho como mecanismo viável de geração de emprego. Mas, infelizmente, foi um caso específico de uma intervenção política muito bem sucedida. Perversa, mas bem sucedida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, temos aqui algumas sugestões daquilo que nós pensamos que poderia ser para o nosso enfrentamento da auditoria fiscal do trabalho sobre essa reforma, mas que pode valer também para as instituições – para a Justiça do Trabalho, para o Ministério Público do Trabalho e para os sindicatos.

É importante que nós tenhamos uma compreensão daquilo que é estrutural e daquilo que é conjuntural nessas mudanças por que nós estamos passando hoje, dentro da correlação de forças e das dinâmicas de organização e regulação do mercado de trabalho. Por exemplo: a questão da automação.

A questão da automação nos parece estrutural, mas essa correlação de forças não é estrutural; ela é conjuntural, e pode ser alterada. Então, nós temos que ter uma clareza daquilo que é estrutural, aquilo com o qual nós vamos ter que deparar mesmo, enfrentar, e aquilo que é conjuntural e que pode ser mudado pela nossa vontade política e mobilização das categorias.

Nós temos que ter uma articulação com todas as entidades de classe da burocracia e do movimento sindical. Isso é fundamental. Nós temos também que promover a publicização do desmonte, as consequências do desmonte do setor público e os resultados, em termos sociais e econômicos, da maior precariedade do mercado de trabalho nacional. Nós temos que reafirmar a identidade e a especificidade da auditoria fiscal do trabalho e temos que reivindicar, é muito importante – Ministério Público, Justiça do Trabalho, auditoria fiscal do trabalho –, junto à sociedade brasileira as conquistas que aconteceram nos últimos 20 anos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Mônica Duailibe, representante do Sinait, que fez a exposição.

Esse dado não é tão falado como deveria. Com a lei atual, qual é o período a que se chegou?

A SRª MÔNICA DUAILIBE (*Fora do microfone.*) – De 2002 a 2014, Senador, 20 milhões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em 12 anos?

A SRª MÔNICA DUAILIBE (*Fora do microfone.*) – Em 12 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em 12 anos, 20 milhões de empregos formais. Isso é importante porque eles só falam que o desemprego aumentou nesse período.

A SRª MÔNICA DUAILIBE (*Fora do microfone.*) – Mas esse é um dado da PNAD, do IBGE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pelo contrário. Da PNAD. Eu vou botar aqui PNAD, 20 milhões de empregos gerados.

Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da CUT Nacional.

A SRª GRAÇA COSTA – Bom dia a todos e a todas. (*Pausa.*)

Bom dia.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Vamos começar aqui as relações, as trocas de energia.

É muito rico esse debate. Parabéns, Paim.

Como foi dito aqui, nós entendemos que este é um canto, um espaço muito importante de resistência nossa não só para ficar falando da legislação, daquilo que está aprovado, dos ataques, mas, principalmente, para pensar os desafios que nós temos, pensar saídas e, principalmente, tentar unificar o nosso pensamento, a nossa produção, a nossa reflexão e a nossa ação porque a situação é realmente muito delicada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou entrar com detalhes porque acho que foi extremamente bem-sucedida aqui a explanação de todos e todas nos detalhes de cada tipo de trabalho que está sendo colocado para nós, para esta realidade e para o nosso futuro, o que vai ser de nós.

Essa narrativa eu acho que é importante a gente enfatizar. Já foi dito, mas é importante repetir. Em todos os países onde aconteceram as reformas e, principalmente, a reforma trabalhista, os argumentos utilizados foram os mesmos que estão sendo utilizados aqui no Brasil. Eu estive na Argentina para falar sobre a reforma trabalhista no Brasil, e os mesmos argumentos que estão sendo utilizados lá nós ouvimos aqui, as mesmas coisas: há uma crise econômica, há um problema grave e estrutural no mundo todo e a solução desse problema é fazer a mudança do contrato de trabalho, trazer esse número que nós colocamos aqui na Mesa, hoje, de contratos flexíveis. E vai haver crescimento econômico a partir dessas medidas, vai-se gerar emprego, porque o problema principal é o desemprego, como foi dito. Em vários países, a questão que motivou a reforma foi o desemprego em alta escala, e a pessoa, o trabalhador se sentir acuado a aceitar qualquer tipo de trabalho, qualquer tipo – o que vier é melhor do que estar desempregado. Então, você perde a noção da busca e da defesa da qualidade do serviço, daquele serviço que a gente tanto discute, que é o trabalho decente, com todas as garantias etc.

Essa questão do trabalho autônomo e do teletrabalho, uma série de coisas que vêm nesse bojo é ilusão, porque a gente está vendo as pessoas entenderem que estão se sentindo bem, se sentem felizes porque vão trabalhar por conta própria. Inclusive no processo de PDV que está aberto em várias instituições, nos bancos, etc., a gente escuta muito isto: as pessoas dizerem que vão sair, vão fechar, vão fazer a demissão voluntária, porque a partir dali podem se transformar num trabalhador, numa empresa, num trabalhador autônomo: "Vou ser um PJ" e etc. Então, a narrativa que está sendo usada também é absorvida, também está sendo absorvida, e a gente tem que ter o contraponto disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que foi colocado aqui é que nós precisamos de um emprego bom; para melhorar economia nós precisamos é ter proteção, é ter um trabalho por tempo indeterminado, com qualificação, com formação profissional, com o compromisso do trabalhador com aquele trabalho, com aquela empresa, da mesma forma que a empresa tem que ter o compromisso de cumprir, de proteger, inclusive levando em consideração a nossa legislação e tudo o que foi construído, conquistado ao longo dos anos não só na questão trabalhista em si, ou sobre qual seria o tamanho do salário, mas, principalmente, na proteção da saúde e da segurança do trabalhador, do trabalho, porque nós avançamos muito na legislação.

Eu tive uma oportunidade e aí pensei em falar hoje, mas por coincidência o Luiz Alberto tratou dessa questão internacional. Nós fizemos, Paim, um seminário, nosso, da Secretaria de Relações do Trabalho da CUT com a Alemanha, para ouvir um pouco a experiência da Alemanha com a reforma. Então, há uma coisa diferente da nossa: na Alemanha, como eles são líderes em tecnologia, ela é um líder mundial, então, na hora de fazer, mesmo com a terceirização, mesmo com trabalho temporário, mesmo com esse tipo de contrato que está sendo implementado com mais força agora no Brasil, eles não demitiram e não substituíram a mão de obra assim. Houve critérios. Houve critérios para entrar na lista de demissão. Não entravam na lista as pessoas que eram mais velhas no trabalho, que tinham mais tempo de trabalho, que tinham mais experiência. Não entravam na lista aquelas pessoas que tinham família, principalmente criança pequena. Lá, houve um sentimento de fazer com que o trabalho, a qualidade do trabalho permanecesse, que houvesse continuidade.

Então, é diferente desse sentimento aventureiro, de ganância, que tem o empresariado brasileiro, pois, em pouco tempo, poderemos ter uma substituição em massa dos trabalhadores de contrato permanente, com mais tempo de trabalho e que têm mais experiência, por trabalhadores autônomos, terceirizados, intermitentes, etc.

Mas é importante saber que a Alemanha, com toda pujança, teve, nesse período depois da reforma, uma redução de 2,2% do valor da massa salarial no país. Isso é um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

impacto significativo para o desenvolvimento de um país, e, no Brasil, nós já temos essa previsão. Quando estávamos aqui fazendo o debate da terceirização, nós já trazíamos esses dados. Nós fizemos a pesquisa com o Dieese, e o trabalhador terceirizado ganha em torno de 27% menos do que o trabalhador permanente. Se terceirizarmos tudo, se há um impacto muito grande, nós vamos ter uma redução da massa salarial brasileira, e isso tem impacto no desenvolvimento, porque a massa salarial tem um componente muito forte no enriquecimento do Brasil, no desenvolvimento do Brasil. Não é pouca coisa. As pessoas acham que isso não tem impacto, mas nós teremos impacto de empobrecimento muito grande no País, e os empresários não estão preocupados com isso, o Governo não está preocupado com isso.

Agora, na quinta e na sexta, eu participei de um seminário internacional sobre a reforma trabalhista, em que estavam representantes do Peru, Itália, Espanha, Portugal e México, e o resumo do que ouvimos sobre o que aconteceu nos outros países é o seguinte, Senador Paim: a reforma não criou emprego em nenhum dos países. Inclusive na Alemanha, o crescimento não foi ligado à questão do emprego, da modificação. Não foi.

Então, nós temos aí que os países não cresceram com a reforma; estão se debatendo; estão na peleja, como nós falamos. Então, não resolveram o problema. Todos atacaram o contrato de trabalho e a jornada, todos os países fizeram essa modificação e deram preferência ao contrato intermitente, ao contrato temporário ou à terceirização...

(Soa a campainha.)

A SR^a GRAÇA COSTA – ...inclusive a terceirização sem limites em todas as atividades, e isso não resolveu o problema.

A narrativa que foi usada aqui foi a mesma, nós estamos indo para a mesma situação. Só que no Brasil nós temos três agravantes. Um é que aqui há uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agressividade muito forte. Na Alemanha, por exemplo, foi implementado um pouco mais de trabalho, esse trabalho temporário. Há consequências. Mas, depois, eles foram revendo algumas coisas. Tem uma reação da população porque, por exemplo, 20% da mão de obra dos trabalhadores, da classe trabalhadora na Alemanha recebe um salário tão pequeno que tem a ajuda de programas sociais, o que não acontece aqui, no Brasil, onde quem tem um trabalho não estaria recebendo um benefício social.

E aqui a reforma trabalhista não foi só para atacar os direitos. Ela é reforma trabalhista e é reforma sindical. Ela modificou de cima para baixo várias questões relacionadas à organização dos trabalhadores. Nós vamos ter um grande desafio, que é lidar com essas novas formas de trabalho. Como nós vamos filiar um trabalhador do teletrabalho se ele está trabalhando em casa? Como nós vamos filiar, como nós vamos organizar os trabalhadores desse contrato intermitente se a gente não sabe a hora em que ele vai ser chamado, em que ele empresa ele estará, em quantas empresas ele estará trabalhando durante uma semana?

Então, nós já tínhamos os problemas com relação à dificuldade de organização dos terceirizados, porque, como foi dito aqui, na mesa, nem todas as organizações sindicais modificaram seu estatuto, enfim, para fazer a filiação dos terceirizados naquela empresa. Então, se isso vai aumentar, vai acelerar, como vai ser feito esse tipo de organização desses trabalhadores? Isso aí já é muito grande para nós, já é muito desafio. Imagina modificar as regras da negociação coletiva, modificar as regras de representação sindical e também essa questão do ataque ao financiamento sindical!

Nós, da CUT, nascemos com essa... Um de nossos pilares de fundação da CUT é contra o imposto sindical. Sempre defendemos que teria que haver uma proposta em que os trabalhadores pudessem decidir como e de que tamanho seria essa contribuição para o sindicato, para a organização. Mas há um impacto muito forte na realidade brasileira neste momento, um impacto muito forte na organização.

Junto a isso, o terceiro ponto é que, além da reforma trabalhista e sindical, está em curso a reforma da previdência, que tem um impacto muito forte na nossa vida,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

porque... Não sei se todos aqui tiveram acesso ao estudo feito pela assessoria daqui, do Congresso Nacional, que fundamentou a reação do governo em reduzir ou em modificar alguns pontos da reforma da previdência. Ele tem três eixos, esse documento. Em um eixo ele diz quais são os pontos que devem ser retirados e modificados para se poder ter a adesão. E o que vem no documento é que os pobres têm que ser protegidos. Então, por isso estão fazendo esse tipo de modificação naqueles itens, como se fosse realmente uma coisa muito boa, para as pessoas se convencerem que é muito bom. O segundo eixo do documento apresenta os projetos de lei que estão tramitando aqui no Congresso Nacional que são relacionados a esse assunto da reforma da Previdência. E o terceiro eixo, para concluir, é que vêm aí novos projetos ou novas PECs que o Governo deve mandar após a aprovação da reforma da previdência.

Quando a gente faz a leitura dos projetos que estão tramitando e dos projetos que a assessoria está propondo que eles mandem para cá, vemos que exatamente todos os pontos que eles estão modificando ou que estão retirando eles vão colocar de volta. Então, é uma enganação muito grande! E o impacto de tudo isso nem se compara com o que está colocado na EC 95, que vai arrebentar o nosso País, porque congelou o orçamento público por 20 anos, e as consequências nós já temos. Já tem um estudo que mostra que o Orçamento deste ano vai levar o Brasil para o mesmo nível de investimento de 1990.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Concluindo.

A SRª GRAÇA COSTA – Então o nosso País está realmente numa dificuldade muito grande.

Mas quero deixar o recado, Paim. Nós chegamos aqui e lançamos uma campanha de que quem votar não volta. Lembra? A gente sempre diz aqui que aqueles Parlamentares que votarem contra a classe trabalhadora não vão voltar para o Parlamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos uma pesquisa, a CUT encomendou uma pesquisa no Vox, saiu o resultado uma semana atrás, que mostra que a população, 76% da população que foi ouvida disse que não vai votar em golpista. Então nós estamos no caminho. É claro que daqui para o próximo ano muita coisa pode mudar, mas é nesse caminho que nós temos que seguir.

Com a greve do dia 5, nós esperamos conseguir dar um novo ânimo de resistência neste momento tão ruim que nós estamos vivendo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional.

Alex Canuto, representante da Central Pública do Servidor.

O SR. ALEX CANUTO – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Cumprimento V.Ex^a pela oportunidade, cumprimento também os demais colegas da Mesa e aqui do auditório.

Bom, começando aqui a falar dessas mudanças nas relações de trabalho, eu vou rapidinho fazer uma leitura, porque dentro da conjuntura que nós estamos é muito complicado tudo isso que está acontecendo.

Nós temos um governo, o Governo Temer, que se baseia em dois pilares. O principal é o apoio que ele tem da velha política oligárquica. É um Governo que representa essa velha política e que atende primordialmente aos interesses dessa velha política que quer hoje basicamente o abafamento da Lava Jato, a mordada na Polícia Federal e no Ministério Público e a manutenção de foro privilegiado. Essa é a principal missão desse Governo, todo o resto é acessório.

O segundo pilar de sustentação desse Governo é o mercado, que quer as reformas e a quem o Governo tenta enganar, porque não vai conseguir aprovar as reformas, não tem conseguido aprovar a grande maioria delas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre que há um choque entre o interesse do mercado e o interesse da classe política, prevalece o primeiro, aliás, prevalece a classe política, a velha política oligárquica. Quando o mercado pressiona o Governo a fazer alguma coisa, o Governo anuncia que vai fazer privatização, que é o que o mercado deseja, mas depois volta atrás, porque a velha política não quer as privatizações. E não é porque a velha política acredita num Estado grande, num Estado provedor, é porque ela quer manter as suas boquinhas, o seu aparelhamento das estatais, os seus cargos e, por isso, não quer as privatizações, e sempre esse interesse prevalece sobre o do mercado. Quando o Governo precisa de margem orçamentária para comprar votos para abafar denúncias de *impeachment*, aí, aumenta a meta fiscal e prevalece mais uma vez o interesse da velha política.

A única reforma significativa que o Governo conseguiu aprovar até agora foi a reforma trabalhista. Quanto à reforma trabalhista, acho que muito já foi falado aqui, não vou entrar muito no conteúdo, até porque eu discordo de algumas coisas, mas só queria bater num ponto, já que esta é a Casa do debate: eu queria discordar, respeitosamente, dos meus colegas de Mesa aqui, da Conlutas e da CUT, com relação ao teletrabalho. Eu acho que o teletrabalho é bom, nós somos a favor, a nossa base, a Anesp Sindical é a favor do teletrabalho. Eu acho que isso é uma consequência da modernização tecnológica.

Hoje, o teletrabalho aumenta a qualidade de vida do trabalhador, que não precisa pegar, todo dia, então, o transporte público ou particular e ficar horas no trânsito até chegar, na hora do *rush*, muitas vezes, ao seu local de trabalho. Claro que depende do tipo de trabalho. Há atividades que têm mais dificuldade nisso, porque a presença é mais necessária, mas outras não são. E nas atividades em que a presença não é necessária, é um grande ganho de qualidade de vida, tanto no setor público, quanto no setor privado.

No setor privado, hoje, muitas empresas de telemarketing, de *call center*, fazem teletrabalho. O trabalhador não precisa perder horas cruzando a cidade, ele pode





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessar o seu computador da sua casa. Há um ganho de tempo e um ganho de custo com relação a trabalho, ao deslocamento, e esse ganho de custo pode ser revertido, até, em tese, em aumento de remuneração. Então, o teletrabalho é bom, sim.

A nossa maior dificuldade de implementação do teletrabalho no setor público é como medir resultado muitas vezes. Não é só mandar o trabalhador para casa, o servidor público para casa e, oba-oba, fica lá. Você tem que medir a produtividade. Regulamentar isso é a maior dificuldade que a gente encontra, mas o teletrabalho, como conceito, é uma coisa boa, melhora a qualidade de vida do servidor público e do trabalhador da iniciativa privada, nós somos a favor.

Eu também concordo aqui com o colega da Conlutas no tocante à contribuição sindical. Nós também somos contra, achamos que tem que ser voluntária. Nós temos quase 90% de filiação voluntária na Anesp Sindical. A contribuição sindical tem que existir, mas de forma voluntária. Não podemos forçar o trabalhador, não podemos querer centralizar dessa forma.

Então, apesar de discordar, nós também concordamos em muitos pontos.

Mas, enfim, além da reforma trabalhista que o Governo aprovou, o Governo não conseguiu aprovar mais nada significativo. E, aí, sempre que o mercado reclama que o Governo não está fazendo nada, como ele precisa enganar e levar o mercado na flauta, aí, ele vem com algum factóide, alguma carta na manga. A última foi atacar servidor público, dizer que o servidor público é que é o culpado do déficit fiscal.

Olha, o Governo, quando ataca servidor, age daquela forma, como aquele cidadão, aquele sujeito fracassado que não se dá bem na vida, arruma briga no bar, o time de futebol perde, chega em casa insatisfeito e, aí, para se sentir forte, poderoso, vai lá e bate na mulher. O Governo faz isso. Não consegue aprovar as reformas, não consegue entregar o que o mercado deseja, então, ataca o servidor público, bate, chega em casa e diz: "O problema está aqui na minha casa."





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe-se que o Governo gastou entre R\$32 bilhões ou R\$33 bilhões para abafar as duas denúncias de *impeachment* e agora vem com medidas inócuas, como adiamento de reajuste, aumento de contribuição da Previdência Social, medidas que vão ser revertidas no Judiciário, se é que as MPs não vão cair aqui, mas vão ser revertidas no Judiciário, essa conta vai ser jogada mais para frente. Portanto, o Governo faz essas coisas para sinalizar, para criar um factóide: estou atacando servidores públicos.

O segundo ataque, além dessa questão financeira, remuneratória, é a flexibilização da estabilidade dos servidores públicos. Usa aquele velho discurso: "Ah! Servidor público é vagabundo, não trabalha, está encostado. Então, temos que flexibilizar a estabilidade." O projeto de lei que tramita nesta Casa, no Senado, não vai atacar o servidor público que dá problema. Nós sabemos que há servidores bons e maus servidores públicos, como há na iniciativa privada bons e maus trabalhadores, como há empregadores bons e empregadores maus. A gente quer um serviço público de excelência. Acho que quem não é vocacionado para o serviço público tem que buscar outra atividade. Mas nós temos que ter gente vocacionada para isso e disposta a trabalhar. O problema é que esse projeto de lei não vai pegar o mau servidor público. Vai pegar o mais ativo. Ele vai pegar aquele que não tem conexão política com as chefias, que não tem uma chefia para fazer uma avaliação que o proteja. Isso está no projeto de lei que está tramitando aqui, com o beneplácito do Governo.

Por que quer atacar esses servidores mais ativos, mais atuantes? Porque isso é um ataque às iniciativas inovadoras, meritocráticas na gestão pública, como a Operação Lava Jato. A grande prioridade deste Governo é desmontar operações como a Lava Jato, iniciativas da meritocracia dentro do Governo. Por isso ele quer flexibilizar a estabilidade dos servidores. Se os Policiais Federais, os Procuradores da República não tivessem estabilidade ou vitaliciedade, não existiria prisão de bandidos como esses que estão sendo presos na Lava Jato. Por isso o Governo ataca esse ponto e vende isso para o mercado como ganho de eficiência – ganho de eficiência na gestão pública. Isso é um ganho de perpetuação de poder da velha oligarquia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Servidores públicos, principalmente os das carreiras típicas de Estado, exercem funções típicas de Estado e necessitam dessa independência da classe política, da velha oligarquia. Eles não podem estar sujeitos a serem demitidos caso prendam algum bandido corrupto, algum bandido de gravata ligado à velha oligarquia brasileira. Então, a estabilidade é essencial principalmente para quem trabalha com *enforcement* ou para qualquer servidor que atue em funções típicas de Estado. Então, não podemos permitir esse tipo de ataque. Temos que deixar isso claro. A questão é que isso está sendo muito pouco falado, não está sendo pautado.

Obviamente, grande parte da mídia está atuando também para abafar a Lava Jato e compra esse discurso do Governo de que a flexibilização da estabilidade é para haver ganho de eficiência, quando não é verdade. Eu acho que todos nós queremos crescimento econômico no Brasil. Há um consenso entre os setores da sociedade de todas as correntes ideológicas, ou seja, todos querem o crescimento econômico. Até os bandidos que estão sendo pegos pela Lava Jato querem isso também. A questão é: a troca de quê? Nós vamos aceitar que corruptos continuem impunes, que iniciativas como a Lava Jato sejam abafadas por causa de crescimento econômico, por voo de galinha na economia? Eu acho que isso aqui é a prioridade, é o que deveria estar em pauta no Brasil de hoje em dia.

Enquanto o mercado, como todos nós, que quer o crescimento econômico, continuar acreditando neste Governo, acreditando nos factoides deste Governo e aceitando que o Governo continue abafando a Lava Jato a pretexto de atacar servidores públicos, nós não iremos para frente, não iremos produzir crescimento econômico e não iremos reduzir esse número absurdo de 13 milhões de desempregados que temos no Brasil.

Então, acho que isso deve ser medido, deve ser muito pesado daqui para a frente para sabermos o que queremos e qual vai ser a prioridade do Brasil nos próximos anos.

Essa era a minha mensagem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Alex Canuto, representante da Central Pública do Servidor.

O pessoal da assessoria me trouxe a notícia: "Receita divulga regras sobre contribuição ao INSS do trabalhador que ganha menos do que o mínimo". Fizemos um cálculo que eu achei interessante. Trabalho intermitente: contribuição previdenciária. Em muitos casos, vai ser menos do que R\$200. Mas foi colocado R\$200. Contribuição do empregador: 20% sobre esses R\$200, R\$40. A contribuição do empregado sobre esses R\$200 é 8%, que é retido pelo empregador. Fica R\$16. Acontece que vai ter de haver uma complementação por parte do empregado sobre o que está faltando para chegar ao salário mínimo. Então, ele vai ter de pagar 8% sobre R\$737. (*Fora do microfone.*)

Não, sobre R\$737. Eu dividi aqui. Sobre R\$737, o valor que ele vai ter de pagar será R\$58,96. O total da contribuição pelo empregado vai ser: R\$74,96. E o empregador vai pagar R\$40.

Então, hoje o empregador paga 20% sobre o total e o trabalhador paga 8%. Aqui, eles conseguem inverter. O empregador vai pagar somente R\$40, e o trabalhador, para ter direito ao benefício, vai ter de pagar R\$74,96. Isso é um absurdo, e mostra a que ponto nós chegamos.

Bom, o objetivo desta audiência pública é este: cada um expor o seu ponto de vista sobre como deveria ser o nosso estatuto do mundo do trabalho. Esta já é a 11ª Reunião. Eu pedi que me passassem as próximas reuniões. A intenção nossa é que a primeira versão do estatuto seja divulgada no dia 1º de maio.

Eu quero passar rapidamente quantas audiências públicas vamos ter ainda este ano.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dia 28 de novembro, terça-feira, às 9h: denunciar as agressões sofridas pela indígena Ivete de Souza, que teve a mão decepada. A requerente é a Senadora Regina Sousa. É uma guarani.

Dia 28 de novembro, mesmo dia, às 14h: debater a SUG 47, que solicita a revogação da lei que instituiu Paulo Freire como patrono da educação brasileira. Requerente: Senadora Fátima Bezerra.

Dia 29 de novembro, quarta-feira, às 14h, tema: instruir a SUG 44, que sugere a extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional. Requerente: Senadora Marta Suplicy.

Dia 4 de dezembro, segunda-feira, 9h, tema: perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável. Esse é aquele que foi debatido aqui, que pretendia acabar com a estabilidade do servidor. O requerente sou eu, que sou o Relator do tema aqui nesta Comissão. E devo ser relator do tema também numa outra Comissão. Dia 5 de dezembro, terça-feira: acessibilidade e inclusão, valorização da pessoa com deficiência. Requerente: Senador Paulo Paim.

Dia 5 de dezembro, terça-feira, às 14h, tema: PLS 211, oferta de educação para o trabalho para deficientes. Requerente: Senador Telmário Mota.

Dia 6 de dezembro, quarta-feira, tema: lançamento do Conape, conferência de educação. Requerente: Fátima Bezerra. No dia 6, que vai ser o dia que também vai estar em debate lá na Câmara, se assim eles conseguirem, a reforma da previdência.

Dia 6 de dezembro, quarta-feira, enfim, conseguimos que venha o Ministro do Trabalho, para debater aquela portaria do trabalho escravo. Vai ser às 11h da manhã. Requerente: Senador Paulo Paim.

Dia 6 de dezembro, quarta-feira, à tarde, tema: Dia Nacional da Neuromielite Óptica. Requerente: Senador Romário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dia 7 de dezembro, quinta-feira, às 9h, tema: políticas públicas para formação de professores. Porque eles estão retirando todos os investimentos nessa área de formação de professores. Isso eu já acertei com os estudantes e também com os professores. E estamos convidando, claro, o MEC também. Requerente: Senador Paulo Paim.

Dia 11 de dezembro, segunda-feira, às 9h: voltamos a debater reforma trabalhista. Aí nós vamos debater nos moldes da MP 808, porque, como foi dito aqui, foram apresentadas já 967 emendas à reforma trabalhista. Nunca nenhum projeto aqui na Casa recebeu tantas emendas. Isso só vai se equiparar com a Assembleia Nacional Constituinte em número de emendas. Enfim, superou todo e qualquer projeto individual, inclusive a própria reforma trabalhista. E, como foi dito aqui, a própria base do Governo apresentou em torno de 300 emendas. Então, nós vamos debater aqui essa MP 808, reforma trabalhista. Requerente: Senador Paulo Paim.

Dia 12 de dezembro, terça-feira, às 9h, tema: ações dos movimentos negros organizados nas religiões de matriz africana da comunidade quilombola em relação a políticas públicas e ações afirmativas direcionadas a esse setor da sociedade brasileira. Requerente: também Senador Paulo Paim.

E 14 de dezembro, quinta-feira, às 9h, tema: familiares de presos. Requerente: Senadora Regina Sousa.

Eu mostrei aqui a nossa agenda, que é praticamente todos os dias até o dia 14. Dia 15 já não há mais nada aqui. Todo mundo sabe que aqui só há votação, na verdade, terça e quarta nominal, e quinta não é nominal.

Eu falo tudo isso para também deixar aqui nesse encerramento que eles terão uma enorme dificuldade para aprovar essa reforma da previdência como eles querem. Eles querem tentar votar já no dia 6. Eu entrei já com requerimento para aprovação do Congresso, naturalmente, dizendo que essa reforma da previdência tem que ir para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissão, porque é praticamente outra reforma, que eles não teriam o direito de jogar diretamente no plenário. Vamos ver o que vai acontecer.

Espero que o debate na Câmara também aponte nesse sentido, para que essa proposta de uma nova reforma passe pela comissão, e não vá, como eles querem... Que passe pela comissão especial, e não vá diretamente para o Plenário.

Mas, analisando, aqui entre nós: estamos praticamente no mês de dezembro, que tem duas semanas. Dias úteis são dois na primeira semana e dois na outra semana. Eles vão aprovar uma reforma em dois turnos em quatro dias úteis? Não vão, não há como. A não ser que rasguem os procedimentos, que rasguem o Regimento, que rasguem a Constituição para poder fazer essa verdadeira provocação ao povo brasileiro. Uma reforma da previdência que tem o questionamento e a rejeição de 95% do povo brasileiro, que são contra, pelas pesquisas que nos chegaram às mãos, essa reforma da previdência.

Eu espero que nem o Rodrigo Maia, na Câmara, e muito menos aqui, no Senado, o Presidente Eunício queiram votar na marra essa reforma. Eu entendo que nem o primeiro turno eles podem votar.

E acredito, pela pressão popular que está havendo em todo o País contra essa reforma, porque ela é tão perversa quanto a forma original, dá uma pequena atenuada aqui e ali, mas as maldades são as mesmas, acredito que eles não têm os 308 votos nem em primeiro turno, que dirá votar lá e depois ainda aqui no Senado. E estamos todos nós trabalhando muito.

Quero aqui, no encerramento, cumprimentar todas as centrais, federações, confederações, movimentos dos servidores públicos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário pelo chamamento à greve no dia 05. Eu já estou, inclusive, com um cartaz dizendo quantos dias faltam. Já mostrei aqui na abertura, e todo dia eu vou mostrar – vou mostrá-lo agora também e, em seguida, na abertura do programa do Plenário, quantos dias faltam para o dia em que eles querem votar essa reforma. Eles querem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votar no dia 06. Repito que o movimento social e sindical marcou para o próximo dia 5 de dezembro. Achei muito inteligente não marcar para o dia, e sim para o dia anterior, para que repercuta aqui.

Então, faltam oito dias. Greve nacional no dia 05 de dezembro. Todos contra a reforma da previdência, porque essa que vai ser votada agora... Claro que todos também são contra a reforma trabalhista.

Quero dizer que a grande mídia faz aquela propaganda mentirosa, uma propaganda eu diria desonesta, porque falta com a verdade. Aprovaram em uma ação aqui no Congresso quase R\$90 milhões para fazer propaganda. E quem vai pagar aquela propaganda mentirosa é a população.

Quando eles dizem que não mexem na idade mínima e nem no tempo de contribuição, mexem nos dois, sim. Mexem no tempo de contribuição e mexem na idade mínima, isso para o cidadão se aposentar com um mínimo de decência, porque para ganhar o salário mínimo não precisa. Isso eu ganho de uma forma ou de outra até pela LOAS, não é? Agora, para o cidadão que ganha mais do que o salário mínimo poder se aposentar, ele vai ter que contribuir, sim, em torno de 40 anos. Hoje, para a mulher, são 30 e, para o homem, 35. Então, no mínimo, no mínimo, no mínimo, que ficasse assim: 40 anos para os dois. A mulher vai contribuir dez anos a mais e o homem cinco anos a mais. E a idade mínima para ambos também aumenta: o homem hoje é 60, passa para 65; a mulher é 55, vai passar para 62.

Então, quem mais perde é a senhora que é dona de casa, a senhora que está nesse horário do almoço e que trabalha. A mulher é quem mais perde nessa reforma: vai trabalhar sete anos a mais; o homem, mais cinco, isso pela última versão deles. E no tempo de contribuição também é a mulher quem mais vai contribuir: dez anos a mais em relação a como ela se aposenta hoje, porque hoje embora eles digam que não tem idade mínima no mundo do trabalho, tanto da área pública quanto da privada, sabemos que tem sim. E tem pela fórmula pela 85/95, que foi um debate longo no movimento sindical, mas no fim foi aprovado. Na fórmula 85, a mulher se aposenta



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com 30 de contribuição e 55 de idade. Agora ela vai para 62 se essa bomba deles passar. Eu não acredito que passe, mas a população, para aqueles que pensam que não estão espertos, são espertos sim. Está todo mundo já encaminhando a aposentadoria, ou seja, aqueles que atingiram essa fórmula 85/95, onde o homem aposenta com 60 anos de idade e com 35 anos de contribuição.

Vamos fazer um grande movimento no dia 5, vamos trabalhar todos até lá para que essa paralisação do dia 5 diga para esses Parlamentares e para este Governo que essa reforma não pode passar.

Termino valorizando mais uma vez a CNBB. Espero que tenhamos uma visão bem ecumênica de todos os segmentos religiosos contra essa reforma, porque ela prejudica a todos.

No dia 1º de maio, nós apresentaremos a primeira versão da reforma trabalhista.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa reunião de hoje. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12^a REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N^o 6.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário n^o 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença da Senadora Regina Sousa. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 107/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: debater sobre: "Normas Gerais de Tutela do Trabalho", com foco nas alterações da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, promovidas pela Medida Provisória n^o 808, de 2017. Participantes: Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador Nacional de Combate às Fraudes das Relações de Trabalho – CONAFRET; Alessandra Camarano, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT; Alex Myller, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Luiz Azevedo, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT; e Alexandre Caso, Representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. O Vice-Presidente passa a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Ana Luiza Horcades, Auditora Fiscal do Trabalho; Guilherme Dahora, Advogado; Mônica Duailibe, Auditora Fiscal do Trabalho; e Lucas Reis da Silva, Auditor Fiscal do Trabalho. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/77887>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Declaro aberta a 12ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 107, de nossa autoria, para o ciclo de debates sobre normas gerais de tutela do trabalho, com foco nas alterações da Consolidação da Lei do Trabalho (CLT), promovidas pela Medida Provisória nº 808.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo Alô Senado através do número 0800-612211.

Antes de iniciarmos a reunião, informo a todos que, em função da relevância e qualidade dos debates realizados nas audiências públicas dessa subcomissão, as palestras serão organizadas para publicação ao final de cada semestre, com base nas notas produzidas pelo serviço de taquigrafia do Senado, que desde já ficam solicitadas, conforme encaminhamento aprovado em reuniões anteriores.

Bom dia.

Teremos aqui duas Mesas. Vamos para a primeira Mesa. Serão quatro pessoas em cada Mesa.

Primeira Mesa para debater esse tema. Na verdade, vamos aqui aprofundar o tema sobre a Medida Provisória que o Governo baixou. Esse é o motivo da audiência de hoje. Uma medida provisória que praticamente é outra reforma trabalhista, mediante a confusão que fizeram na primeira, porque nem eles se entendem – repito isso. Até o momento, inclusive nos chega muita pergunta aqui de empregador, perguntando para mim – que só fui Relator na Comissão de Assuntos Sociais – o que fazer. Eu digo: não apliquem essa dita "deforma" que foi produzida, que fica ali numa série de contradições, um artigo contra outro. Inclusive, não digo todos, mas inúmeros juízes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizem que vão seguir a Constituição. Então, criou-se o que chamo de uma "lambança generalizada".

Esse exemplo, para mim, é marcante. A própria "deforma", que eles apresentaram, que virou lei contra nossa vontade, e tenho certeza que de 90% do povo brasileiro, recebeu seiscentas e poucas emendas. Essa aqui, essa outra reforma que veio agora, em cima da primeira, recebeu 965 emendas. Essa, dizem que hoje tem mais de 900 emendas. A anterior teve pouco mais de 600.

Vejam a confusão... Vejam os senhores, que a nós estão assistindo nesse momento, a confusão que esse Governo está fazendo! Isso é em todas as áreas. Não dá para entender. A população não entende. A gente sabe o que eles querem, que é praticamente legalizar o trabalho escravo. Estão aí as notícias, em todos os jornais, sobre o trabalho intermitente, o que está acontecendo. E agora baixa uma medida provisória e a própria base é signatária de dezenas ou centenas de emendas; a base do Governo.

Em cima dessa confusão generalizada, pelo menos muita gente tem me ligado dizendo que estão fazendo os acordos coletivos baseados na lei anterior e não nessa que surgiu agora. Mas sabemos também, por outro lado, que alguns oportunistas de plantão estão demitindo em massa e contratando via essa lei trabalhista, que diria que é uma informalidade. Para mim vai virar informal e vai ter muita briga na justiça, por um longo período.

Chegou uma notícia aqui, se não me engano, de uma universidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, que demitiu – parece – em torno de 2.000 professores, 1.200 professores, e está contratando outros 1.200 pela nova metodologia de pagar horas trabalhadas somente e pronto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Como? Já tem liminar inclusive na justiça, estão me informando aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, alguns estão fazendo isso, aí vai criar uma confusão cada vez maior e só aumenta – digamos – a nossa responsabilidade de aprovarmos aqui o Estatuto do Trabalho, na Câmara e no Senado. Esperamos que votado pelo Congresso, seja renovado em tudo aquilo que for preciso; e termos um presidente decente, porque esse é indecente.

Então, vamos lá.

Chamo para a primeira Mesa: Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador Nacional de Combate às Fraudes das Relações de Trabalho (Conafret).

Convido Alessandra Camarano, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat). Muito bem, Dr^a Alessandra. O Dr. Paulo já está na mesa.

Convido Alex Myller, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). E convido Luiz Azevedo, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Mas antes mesmo de iniciar, eu só quero lembrar que esse Governo que está aí, atropelando qualquer linha de bom senso, pelo menos está divulgando exaustivamente, exaustivamente, de forma muito truculenta, mas é isso mesmo, que vai, que quer votar, quer votar a reforma da previdência no dia 18. O movimento social, sindical e a sociedade já estão em estado de alerta. As mobilizações vão acontecer. Hoje nos aeroportos estão acontecendo. Amanhã de manhã também. Vão ser mobilizações em todo o País até o dia 18, 19, dia 20 se necessário for.

Eu espero que não votem. Eu quero aqui reafirmar a minha indignação com a propaganda paga pelo povo nas redes de televisão, rádio, jornal, enfim. E quando eu vejo dois atores, naquela propaganda paga, dizendo que não haverá prejuízo para ninguém... "Não haverá prejuízo, não, não vou perder nada, então tudo bem." É só tirar, como eles dizem, a regalia de um ou de outro.

E a verdade todos sabem qual é, não é? A mulher vai marchar com dez anos a mais de contribuição, porque hoje são trinta de contribuição, vai passar para quarenta. Eu queria saber de um desses que diz que não vai haver prejuízo nenhum, o que é você





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar dez anos a mais depois do direito adquirido, de ter conquistado já o seu direito de se aposentar. Dez de contribuição e sete na idade. São sete anos na idade, sete anos. E eles dizem que não há prejuízo nenhum. O homem é cinco anos a mais na contribuição e cinco na idade.

E eles são tão picaretas, pessoal. Vejam onde eu trabalhei aqui, eu trabalhei com a ideia de que todo mundo quer se aposentar com o princípio da integralidade, que seriam as oitenta maiores contribuições, de 1994 para cá. Como é que eles trabalham? Eles trabalham com aquelas datas de 15 e 25. Dá a impressão, para quem está ouvindo a propaganda, de que você, com quinze anos, está aposentado. Eles não dizem que isso é 60% daquilo que você teria de direito, e a maioria vai ficar ali em um salário mínimo e olha lá. E olha lá, um salário mínimo.

Enquanto a verdade, por que criamos a fórmula 85/95, que se adota para o servidor público e para a área privada? É a mesma metodologia, aprovada já quatro, cinco anos atrás. Agora, o que a gente falava? Antes não falava em quinze, nem vinte. Nós falávamos lá que eram 30 anos para a mulher se aposentar, de contribuição, e 55 de idade; o homem, 35 de contribuição e 60 de idade.

Agora eles passaram primeiro para 49. Depois viram que o crime era... Que não há na história da humanidade algo como aquele cálculo que eles faziam, deram uma recuadinha. Mas assim mesmo ficaram em 40 de contribuição, que são dez anos a mais em relação àquilo que é hoje na idade. Eu repito, a mulher é mais sete, e o homem, mais cinco na idade, também como cinco de contribuição.

Eu espero muito, muito, muito que os Deputados que estejam assistindo neste momento... Nós estamos ao vivo para todo o Brasil e eu quero ver como vai ser a ceia de Natal de vocês. Deputados, estão me ouvindo? Ouve aí. Ouve aí e assiste aqui um pouquinho, Deputado. Calcule a mesa de Natal. Vocês ali com filhos, netos, alguns até bisnetos, e que bom, não é?

Você comendo do bom e do melhor naquela mesa, porque ganhou propina, porque quem vota nessa lei, que sabe que é suicídio, porque não voltará mais, é porque vendeu a alma para o diabo. E realmente, naquele momento todo mundo reza, faz a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oração da ceia de Natal, pede aos céus, aquela mesa ali com tudo de bom, e você está tirando, com o voto que você teria dado dias atrás, porque ganhou, ganhou alguma coisa, porque ninguém é louco.

Eu conheço o Parlamento aqui há 32 anos. Achem que algum Deputado vai votar por votar só? Aqueles que não defendem causas? Os que defendem causas têm razão de estarem tão indignados como eu estou neste momento; mas aquele que só pensa em dinheiro, em ficar rico, rico, rico, rico, rico, vai até te fazer mal aquela ceia da noite. Você vai estar ali, comendo peru, sei lá o quê. Lembrem aí alguma coisa boa de mesa. Castanha, caviar, champanha, sei lá o quê. Enquanto que o povo lá comendo pão e água, bem dizer. Não terá direito mais nem de se aposentar, porque você tirou dele.

E a propaganda é ostensiva, para fazer lavagem cerebral nas pessoas. Aí me perguntam por que a CPI não vai, não são colocados os resultados da CPI. Eles nem contestam os números da CPI. Eles não falam, só omissão total. Porque os grandes clientes deles são os grandes devedores da CPI. Então é tudo um conluio para enganar o senhor e a senhora.

Mas o povo está esperto, esperto. Olha que eu viajei para o meu Estado esse fim de semana e percebi no aeroporto, percebi na feira livre, por exemplo. Eu fui à feira livre lá da agricultura familiar, economia solidária, não é? Há um projeto até que vai nesse sentido. Precisa ver o carinho da população dizendo "Resista, Senador. Resista. Dê para os Deputados cópia do relatório da CPI." Está impresso, é só entrar na página. Todos. Eu remeti por e-mail para todo mundo.

Estou fazendo uma cartilha agora. É mais de um milhão de cópias, mandando imprimir, e vou distribuir, mostrando os dados e os números. Não há motivo nenhum de assaltarem o povo brasileiro nesse ato criminoso contra a humanidade, contra a criança, contra o adulto, contra o idoso, porque todos vão perder. Todos. Da área pública, da área privada, do campo, da cidade, todos serão sacrificados pela ganância de uma meia dúzia.

Eles não estão dizendo que a economia retomou, que está tudo bem? Isso é a propaganda deles. Não há inflação, não há juro alto, então não há nada. Todos nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabemos que há inflação, há juro alto, há tudo. Mas eles dizem. Então, é com essa legislação que está aí. Inclusive com a lei trabalhista anterior, porque a atual não foi nem usada. E pela previdência atual. Então para que cometer esse verdadeiro crime contra a nossa gente?

Eu duvido de que algum volte, dos que votaram nessa lei aí. O povo não é bobo.

Mas vamos lá. O assunto hoje aqui é a reforma trabalhista.

De imediato passo a palavra para Paulo Joarês Vieira. O Dr. Paulo Joarês Vieira é Procurador Regional do Trabalho e Coordenador Nacional de Combate às Fraudes das Relações de Trabalho. Essas fraudes também contribuem para diminuir o superávit da previdência.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Bom dia a todos. Senhoras e senhores, Senador Paim, colegas de Mesa. Quero inicialmente agradecer o gentil convite para participar da audiência de hoje.

O Senador chama a atenção para um ponto que realmente é muito interessante, muito relevante, porque ao mesmo tempo em que se discute o déficit da previdência, uma alegada necessidade urgente da reforma e tal, criam-se legislações a todo instante que retiram contribuições da previdência. A própria reforma trabalhista, ao classificar várias parcelas como indenizatórias, e parcelas que são claramente remuneratórias, não apenas prejudica o trabalhador, ela retira arrecadação da previdência.

A aprovação desses projetos que criam parceiros em situações em que na realidade existem empregados retiram parcelas imensas de contribuição para a previdência. E tudo isso em nome de retirar direitos dos trabalhadores.

Bem, entrando no nosso tema de hoje, da medida provisória, a gente tem que ter bastante claro que não é uma medida que foi editada para trazer qualquer avanço ou para conceder qualquer direito aos trabalhadores, qualquer melhoria. Na verdade, embora a medida provisória, a sua edição tenha sido anunciada como uma forma de amenizar os prejuízos causados aos trabalhadores ou a parte deles pela reforma trabalhista, a análise do seu texto mostra que nem mesmo isso acontece realmente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque até em algumas situações piora para os trabalhadores com a medida provisória, como nós vamos ver na análise a partir daqui.

Queria também lembrar que foi feita a reforma trabalhista sob o argumento de que ela traria segurança jurídica. Esse foi um dos principais fundamentos que sustentou o discurso em prol da reforma trabalhista. Hoje a gente vê que essa segurança simplesmente não existe. E vejam, tão logo entrou em vigor a reforma trabalhista, é editada uma medida provisória alterando inúmeros artigos.

Sobre essa medida provisória já existem, como o Senador relatou, mais de 900 emendas. Então, que segurança há hoje sobre a legislação? Não se sabe que texto vai ser aprovado ao final, a partir de tantas emendas que há. Ou seja, o discurso da segurança jurídica se mostrou totalmente ilusório.

Quando a gente vai falar de alteração da legislação trabalhista, a gente tem que lembrar um pouquinho da realidade do trabalhador brasileiro. Qual é a situação, sobre qual trabalhador nós estamos falando? Nos últimos dias, o IBGE revelou o resultado de uma pesquisa sobre a renda dos trabalhadores e apontou que metade dos trabalhadores brasileiros recebem meio salário mínimo ou menos. Vejam, isso obviamente acontece mais entre os informais do que entre os empregados formais. Mas a reforma, ao invés de avançar nesse sentido, cria instrumentos para permitir que também os empregados formais passem a receber menos de que o salário mínimo, com o contrato intermitente, com o contrato a tempo parcial. Ou seja, é um caminho de agravamento da desigualdade social, e não da sua amenização.

Um outro dado importante: chega até a quase 70% dos trabalhadores brasileiros que ganham até R\$1,6 mil. Ou seja, é sobre esse nível de renda que nós estamos fazendo a discussão da reforma trabalhista e do suposto excesso de direitos que esses trabalhadores têm.

Durante toda a tramitação da reforma, nós do Ministério Público do Trabalho alertamos que ela seria utilizada para a precarização das relações de trabalho e que geraria a substituição de vagas protegidas e vagas com remuneração integral por outras precárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As notícias que surgem, já nos primeiros dias... E o Senador trouxe a notícia dessa universidade que noticiou a dispensa de 1.200 empregados para contratar em outras formalidades previstas na reforma, com ajustes de salário. Obviamente, esse ajuste de salário que a empresa pretende não é para cima; obviamente, é para baixo. Essa decisão foi suspensão, mas de uma maneira bastante precária, por poucos dias, até que a empresa apresente as informações requisitadas pelo juiz. Nós não sabemos, naturalmente, após a apresentação dessas informações, qual será a posição do Judiciário.

Uma rede de hospitais também já noticiou a dispensa de mais de 50 médicos e de 300 outros profissionais, fisioterapeutas e outros, para contratar através de terceirização ou pejetização.

Uma rede de supermercados já também anunciou que está estudando a possibilidade de colocar os seus empregados em jornadas 12 por 36; e a jornada 12 por 36, passando ao largo da polêmica dela mesma, a reforma autorizou que seja sem intervalo, com um intervalo simplesmente indenizado. Então, você imagine implementar isso em grande escala, sem intervalo, com trabalho de 12 horas.

Uma grande rede de lojas também já noticiou que contratou ou está contratando 1.700 empregados intermitentes, inclusive para trabalhar agora, no final do ano. Ao invés de contratar o temporário, que era um pouquinho melhor, ela vai migrar para o intermitente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Significa praticamente que são algumas horas que eles vão dar por dia e eles não terão consagrados os seus direitos. Às vezes eu digo: "Quem é que vai fiscalizar se uma loja deu duas horas para um, uma hora para outro, cinco horas para o outro?" Quem vai fiscalizar, se nós não temos hoje... Vocês podem falar aqui depois. Para os auditores fiscais, devido ao número que devia ser, eu acho, cinco ou seis vezes a mais, é difícil fiscalizar. Calcule fiscalizar nesse terreno arenoso da fraude, da sonegação, da malandragem e da picaretagem? Por isso eu aprovei, na reforma da Previdência, o trabalho intermitente. Eles não vão pagar, por isso eles vão contratar dessa forma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá. Só quis dar um gancho.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Não, e é verdadeiro.

Mas, enfim, eu queria trazer essas notícias só para mostrar como a reforma está começando a impactar o mercado de trabalho e para dizer que o Ministério Público está atento. Esses casos que foram noticiados nós já instauramos inquérito, estamos apurando e vamos agir quando houver abuso, nos limites que a lei nos permitir, claro, mas para combater todos os abusos e o prejuízo aos trabalhadores.

Entrando no assunto da MP propriamente dita, aqui na análise, na questão do intermitente, a medida provisória mantém o pagamento por hora, ou seja, mantém a previsão de que não haverá o pagamento sequer do salário mínimo mensal para esses trabalhadores. Nós consideramos essa modalidade inconstitucional porque a Constituição Federal assegura o salário mínimo como um patamar mínimo de dignidade, como uma renda mínima para o trabalhador.

Foi revogado o dispositivo que previa a multa de 50% para o empregado que não comparecesse, mas foi permitido que no contrato as partes livremente estipulem as penalidades pelo não comparecimento, ou seja, quem elabora o contrato – e isso não é só no intermitente, é em todas as relações de trabalho – é o empregador. É um contrato típico de adesão. O trabalhador, geralmente, ou adere àquele contrato ou não tem a vaga. A situação é bastante simples.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me comentar porque estou tão indignado, tenho que falar um pouco hoje. O que eu ouvi desse nosso povo por aí...

Então, o "cara" chega lá... Eu sempre lembro o Fundo de Garantia; na minha vez, eu fui obrigado a optar. O "cara" diz: "Olha, o contrato aqui é o seguinte: se tu entrares na Justiça e tu perderes, o empregador vai dizer o seguinte: é como se você tivesse feito uma injustiça contra mim, empregador. Você vai pagar 50% a mais – vou dar um exemplo – do correspondente a que você teria direito. Você assina aqui, tem emprego; se não, não tem." Claro que ele vai aderir. Eu aderi, eu abri mão da minha estabilidade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro, 30 anos atrás, no primeiro. Eu não vou contar toda a minha idade também, porque 32 anos eu tenho só de Parlamento. Quando eu estou falando isso, eles dizem: "Por que tu não falas logo que tu tens 67 anos?" Então, tudo bem, eu tenho 67 anos, mas, se eu não tivesse lá atrás optado, eu não tinha tido aquele meu primeiro emprego.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Exato. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Era o Fundo de Garantia.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – O contrato é típico de adesão, o contrato de emprego, ou seja, como a previsão contratual e a lei não impõem limite, pode ser prevista inclusive a multa superior a 50%, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu não tinha percebido isso.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Eu não vejo melhoria nessa alteração legislativa porque ficará a critério, na verdade, de o empregador definir a situação.

A medida provisória permite que o intermitente fracione as férias em até três períodos, mas não tem remuneração para essas férias porque elas são pagas à medida em que ele vai trabalhando, assim como no avulso. Ou seja, então, que grande diferença fará ao trabalhador poder dividir as suas férias em três vezes se em nenhuma delas ele terá férias remuneradas para usufruir? Também não me parece que se tenha avançado nisso.

A questão da contribuição à previdência do intermitente é uma das situações mais graves, e ela também se torna de difícil solução exatamente porque se está descumprindo a regra do salário mínimo.

Ora, o que diz a medida provisória? O recolhimento feito pelo empregador e com desconto do trabalhador é sobre o valor efetivamente recebido, cabendo ao trabalhador complementar quando for inferior ao salário mínimo. Já foram divulgados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na imprensa cálculos que, conforme o número de horas em que ele trabalhar, se ele for complementar, vai ter que pagar para trabalhar; ou seja, o valor da contribuição que ele tem que fazer é maior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu recebi esse cálculo, até para ajudar. Eu gravei até o vídeo.

Se ele tiver 17 horas... Tu vais trabalhar 17 horas para ele – duas horas, em um dia, aquela história, uma hora no outro – e, no fim do mês, você vai pegar o que você recebeu e terá que dar mais R\$2,25 para a previdência. Trabalhou de graça. E o Ministro estava aqui do meu lado e inventou falar de reforma trabalhista. Eu disse: "Ministro, nós vamos entrar nesse assunto." Nós estávamos falando do trabalho escravo. Tu estavas aí, não é, Alex? Eu digo: "Isso aqui não é trabalho escravo?" Eu fui o último a falar. Houve um clima de velório na sala. Isso é trabalho... Era o mesmo exemplo que você está dando: trabalha 17 horas; no fim do mês, eu pego o que eu recebi e tenho que colocar mais R\$2,25. É trabalho escravo. Trabalhei de graça.

Muito bem. Parabéns pela lembrança.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Exatamente.

E vejam: e se o trabalhador não fizer isso, e obviamente não vai fazer... Quem tem uma renda tão baixa, abaixo do salário mínimo, não vai tirar uma parte da sua renda para complementar a contribuição previdenciária porque ele já vive no limite do mínimo ou abaixo do limite do mínimo. Então, obviamente, esse trabalhador não vai fazer essa complementação em 99,9% dos casos.

E aí o que acontece? Essa contribuição, que foi feita sobre o tempo que ele trabalhou, sobre o valor que ele recebeu, não conta para tempo de serviço da previdência. Mas vejam, é uma norma até indecente. Um trabalhador que está nesse limite de renda vai pagar uma contribuição previdenciária e não vai ter qualquer benefício como contrapartida. Exatamente o trabalhador mais humilde, com a menor renda, vai ter essa situação. Esse aspecto da medida provisória é inaceitável, com todo o respeito a quem a editou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também na dispensa, o trabalhador intermitente vai receber apenas metade do aviso prévio indenizado – e é obrigatoriamente indenizado –, metade da multa do FGTS e terá direito a sacar apenas 80% dos depósitos. Eu, com toda a franqueza, não vejo qualquer razoabilidade, qualquer lógica em se impor esse tipo de restrição ao trabalhador intermitente. Vejam: por que ele terá que sacar só 80% do FGTS? Não há qualquer sentido lógico nisso. Mais uma situação que é prejudicial a ele. E também não terá acesso ao seguro-desemprego, lembrando, claro, que o valor mínimo do seguro-desemprego é um salário mínimo. Quem estiver trabalhando como intermitente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixe-me fazer uma pergunta, mas eu estou descontando o seu tempo. Vou fazer só a pergunta, não é fala minha, não. Não está bem claro para a população toda: ele perde o seguro-desemprego?

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Não tem direito ao acesso ao seguro-desemprego, o intermitente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nem eu tinha percebido isso. Calcule você aí que está nos assistindo neste momento que, no intermitente, ele não tem direito a seguro-desemprego? É isso?

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Não tem acesso ao seguro-desemprego. Quando houver a rescisão, ele não tem acesso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Baseado nessa medida provisória?

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Na medida provisória, é previsto expressamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não é emprego, é trabalho escravo e quem tem trabalho escravo...

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Exatamente, exatamente. É o reconhecimento de que isso é um subemprego, que é uma situação precária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Mas a gente coloca tanto aí aquelas faixas nas gravações nossas, então eu peço ao pessoal que trabalha na internet colocar aí: trabalho intermitente.

Eu estou percebendo, agora, porque é tanta confusão aqui, é ataque todo dia. Todo dia é um ataque contra o povo: é contra o servidor, é contra o trabalhador rural, é a reforma da previdência, a trabalhista; é tanta coisa que eu não tinha percebido que estão acabando, no trabalho intermitente, com o seguro desemprego também. Então, você fica de galho em galho, para cá e para lá, pegando uma horinha aqui, uma horinha ali e, uma hora que você não tiver mais essas horas para trabalhar, adeus seguro-desemprego também?

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Eu fui um dos autores. Eu sou obrigado a falar a verdade. Foi uma fusão de três projetos: foi do Serra, do Jorge Ueques e o meu projeto. Logo que terminaram os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, criamos o seguro-desemprego, e agora eles estão em uma mão só, garfiando o seguro-desemprego.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Exatamente.

E a medida provisória cria também uma espécie de quarentena, determinando que...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – ...até 2020, o empregador não pode dispensar o trabalhador por período indeterminado e contratar o mesmo empregado como intermitente, mas veja: ele só não pode contratar aquele mesmo empregado, a vaga ele pode transformar, basta contratar outra pessoa qualquer. Demite o Paulo e contrata o Alex. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Daqui a pouco, ele vai ter na empresa dele só trabalho intermitente?

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – É possível. É possível que sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, é uma modalidade extremamente prejudicial ao trabalhador e que não foi amenizada pela medida provisória. Pelo contrário, ela até explicitou esse aspecto da contribuição previdenciária, que nós já vínhamos alertando na tramitação da reforma, inclusive. Mas agora a medida provisória explicitou essa situação extremamente precária para o trabalhador.

Na questão do autônomo, para a gente falar um pouquinho adiante aqui, o projeto peca também pela falta de técnica legislativa, porque em nenhum momento conceitua quem é o autônomo, quais são as características, quais são os requisitos para o trabalho ser considerado autônomo. E, no caput do artigo, ele condiciona o reconhecimento do autônomo ao cumprimento de todas as formalidades legais, mas, em nenhum momento, indica que formalidades são essas. As formalidades legais para um contrato são aquelas do Código Civil: a pessoa capaz, o objeto lícito. Enfim, nenhuma outra é citada. Ou seja, basta firmar um contrato pelo texto da lei.

A medida provisória retirou a expressão do artigo que o trabalho poderia ser com exclusividade, que prevê o autônomo exclusivo, que ficou famoso, o trabalho contínuo e exclusivo. Pois bem, retirou a exclusividade e até vedou que o contrato contenha cláusula de exclusividade. Mas, ao mesmo tempo, permite que o trabalho seja prestado a apenas um tomador e de forma contínua. Mas ora, se a pessoa trabalhar de forma contínua, apenas para um tomador, pode não estar escrito no contrato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Mas é exclusivo.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – ...mas é exclusivo. Ou seja, é apenas uma forma de falar diferente, digamos assim, e fazer de conta que se está avançando numa coisa, o que não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Deixe-me fazer-lhe outra pergunta. Contrato autônomo exclusivo. Veja o senhor que está aí nos assistindo: quando a gente fala sobre isso, significa que se você é autônomo exclusivo – pergunto ao senhor, que é Procurador Regional do Trabalho – os encargos são seus, não é isso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Exato, na verdade, o autônomo não tem nenhum dos direitos sociais previstos na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quando eu disse, alguém ficou duvidando. É bom o senhor falar o que significa autônomo.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – O autônomo não é empregado. O autônomo é excluído automaticamente de todos os direitos sociais: Fundo de Garantia, férias, décimo terceiro. Ele não é empregado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Até a Previdência ele que tem que pagar, não?

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Exato. E a Previdência fica por conta dele exclusivamente. Isso também gera uma grande perda previdenciária porque ele pode contribuir como autônomo ou como MEI, como microempreendedor individual. A contribuição da microempresa individual pode ser menos de R\$50 por mês. Sobre um salário mínimo somado o do empregador e o do empregado, são mais de R\$200 por mês. Então, a perda previdenciária que se gera com isso é enorme também, e a perda de direitos para o trabalhador é simplesmente total.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ao chegar lá, perguntam se tem emprego. Tem. Então, assina o contrato para pedir autônomo exclusivo ou de autônomo, como o senhor disse, que é a mesma coisa no fundo. E aí o empregador lava as mãos. É só cumprir aquele contrato e acabou. Não é isso?

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Exato, exato. E a medida provisória também traz uma norma que garante ao autônomo a possibilidade de recusa de realizar alguma atividade solicitada pela empresa.

Ora, se a pessoa é um autêntico autônomo, obviamente só aceita as atividades que quer e das empresas que quer. Mas – o que diz a medida provisória? – garantida a aplicação de uma cláusula de penalidade prevista em contrato. Ou seja, você é livre,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, se a empresa quiser condicioná-lo, basta que, no contrato que você for assinar, ela preveja uma cláusula de penalidade que vai limitar a sua capacidade de dizer não e, na verdade, gera uma clara subordinação, uma direção da empresa ao trabalho do autônomo.

Ou seja, na prática, ela desmente em grande parte a questão da autonomia e se aproxima muito da figura do empregado.

Um dos objetivos que me parece claro nesse artigo é o de criar situações que aproximem a figura do autônomo da figura do empregado para dificultar que se separe isso na hora de apontar as ilegalidades. Você vai criando situações para o autônomo que são muito similares às do empregado. Torna-se tudo muito parecido e isso permite que o empregador livremente acabe escolhendo: "Vou contratar assim ou vou contratar de outra maneira", tornando-se muito próximas as figuras.

Bem, a lei reporta expressamente as categorias de motorista, representante comercial, corretor de imóveis, dizendo que, se cumpridos os requisitos dessas categorias, também seria reconhecido como autônomo. Ora, o que define se uma pessoa que trabalha como corretor de imóveis, por exemplo, é autônomo – e existe obviamente corretor autônomo – ou é empregado é a realidade da prestação de serviço, é trabalhar por conta própria ou por conta alheia. Não são as formalidades que vão definir isso. O que tipifica o autônomo é que trabalha para si, por conta própria e ele corre os riscos, colhe os lucros. Enfim, é para ele. Quando ele é inserido na atividade do tomador, prestando o serviço para o tomador, geralmente ele é empregado, muito provavelmente ele é empregado, independentemente das formalidades.

E o § 7º, que também foi incluído, vem exatamente procurar legitimar isso, porque ele diz que a contratação pode ser na atividade relacionada ao negócio do contratante.

Como eu disse, é tudo dentro da lógica de confundir o autônomo com o empregado, apenas mantendo uma denominação.

Rapidamente para encerrar, queria falar sobre o dano extrapatrimonial. Foi mantida a tariffação do dano e isso é o essencial. É uma prática discriminatória do cidadão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador, pois é a única categoria de cidadão que tem o seu dano extrapatrimonial tarifado. Isso é importante que a gente marque. Isso a medida provisória não alterou. Ela ameniza um pouco nesse aspecto, sim, porque mantém as mesmas faixas de três vezes o salário e tal, mas adota como multiplicador o teto do benefício da previdência. Isso ameniza um pouquinho porque, para o trabalhador que ganha um salário mínimo por exemplo, o teto da indenização que ele vai receber será um pouco maior. A medida provisória exclui dessa tarifação os danos decorrentes de morte, o que também ameniza um pouquinho. Mas é uma legislação que continua sendo inconstitucional tanto pelo aspecto da discriminação quanto por não permitir a reparação integral do dano, e essa é assegurada pela Constituição Federal. O legislador não pode limitar a indenização quando a Constituição assegura a reparação integral. Sobre isso a gente acredita que, em algum momento, o STF vai acabar se pronunciando, até porque já se pronunciou nesse sentido em relação à Lei de Imprensa. Já é uma jurisprudência antiga.

Com relação à gestante e à lactante, no trabalho na atividade insalubre, a mudança, embora para a insalubridade em grau máximo determine o obrigatório afastamento, para a insalubridade em grau médio ou mínimo, eu creio que não altera a situação e, em certo aspecto, até piora para a empregada, porque agora, segundo a medida provisória, ela perde o direito ao adicional, sendo afastada.

Coloca para a empregada a possibilidade de apresentar, ela por iniciativa sua, voluntária, um atestado médico em que recomende o afastamento da atividade insalubre em grau médio ou mínimo. Mas, com a perda da remuneração e com o receio também de perder o emprego, após o período de instabilidade, porque, em muitas situações, esse afastamento vai desagradar profundamente o empregador, é muito improvável que as empregadas façam essa opção.

Então, o mais provável é que essa sistemática, criada pela medida provisória, vai manter as empregadas trabalhando em atividades insalubres em grau médio ou mínimo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Até porque a gente sabe muito bem como funciona isso.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Quem esteve nas fábricas, como estive durante mais de 20 anos dentro de fábrica e outro tempo na informalidade, ele vai dizer: olha, tem uma chance de você, na hora em que você tiver mesmo que parar, você voltar, mas você trabalha o máximo. Daí, pega um atestado que você concorda. Quando você volta, você volta para o emprego. Caso contrário, já vou te avisar e até, pelo menos, eles avisarão, em tese, numa visão humanitária, para ela saber já que ela não volta.

Aí claro que ela vai assinar. Em tese humanitária, ele diz: olha, se você quer voltar, você assina aqui. Agora, você fica sabendo pelo menos e já arruma outro emprego, porque, na volta, você vai ser demitido. É isso que vai acontecer.

A Senadora Regina Sousa, nossa presidenta aqui. (Palmas.)

Essa é uma mulher comprometida com as grandes causas.

Permita-me, Senadora, vou lhe passar a palavra agora aqui, porque estou interrompendo ele toda hora. V. Ex^a só não teve aqui, porque foi homenageada no Estado – me esqueci aqui – a grande homenagem que V. Ex^a recebeu, que é orgulho para todos nós. Mas, diga aí para nós.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI. Fora do microfone.) – Mas, V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Não faz mal. Ele sabe que darei um tempo para ele.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI. Fora do microfone.) – Nós temos tanta intimidade, que acabo esquecendo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Só o registro que fiz lá outro dia.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Só o registro. É que fui ao Piauí e ali tinham duas tarefas, uma muito...porque o Tribunal do Trabalho, não é como meu papel como Senadora, claro que contou, mas é que eu, como sindicalista, não é a gente que conduzia uma luta, eram mais menininhos lá. Mas, a luta para instalar o tribunal, porque a gente tinha que ir toda semana para Fortaleza quando tinha audiência do sindicato, eu era do sindicato dos bancários. Então, foi uma luta que a gente implementou e deu certo. E aí está com 25 anos, estava comemorando o Jubileu de Prata e recebi essa medalha lá, com muita honra, do desembargador Boson, que já foi presidente também e que, na época, estava muito com a gente; o Dr. Meton também.

Bons desembargadores do trabalho que temos lá, o TRT de lá é muito presente ao lado dos trabalhadores. O pessoal disse que por isso que têm alguns que chamam "maldita Justiça do Trabalho", porque é o único tribunal que é mais próximo da gente, dos trabalhadores. Então, foi muito gratificante.

E, à tarde, eu participei na OAB, como missão da CDH, do debate "Mídia e Direitos Humanos em Tempos Sombrios", que foi muito bom também. É muito bom o debate de se discutir o papel da mídia, o que ela está fazendo em relação à violação dos direitos humanos, está favorecendo, atrapalhando ou contribuindo para que eles aconteçam. Nós levamos a jornalista Cynara Menezes, e foi um debate muito bom. Foi isso que eu fiz por lá.

Depois, no fim de semana, viajei bastante pelo interior. Viajei 1,2 mil quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– E senti o carinho da população.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Com certeza.

E a pauta não podia ser outra: reformas...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Previdência e trabalho.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – É isso.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem, Senadora! Muito bem! (Palmas.)

Agora, as considerações finais do Dr. Paulo.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Só para encerrar, chamar a atenção para dois pontos: a medida provisória exclui uma previsão que constava na reforma de que, quando não fosse possível recolocar a gestante numa atividade salubre na empresa, ou seja, não houvesse um posto nessas situações, ela receberia salário-maternidade, que seria equiparado à gravidez de risco.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Isso foi excluído. Isso vai deixar uma situação em aberto para essas situações, o que vai dificultar ainda mais as situações das empregadas gestantes quando estiverem trabalhando em local insalubre.

O último ponto, Senador, para encerrarmos aqui, é que eu queria chamar a atenção para o fato de que, na jornada 12x36, que passou a ser permitida só por norma coletiva, salvo na área de saúde, que é individual, há uma previsão expressa de que os feriados já estão incorporados, ou seja, o trabalhador de 12x36 não terá direito a feriado, e ele não trabalha um número menor de horas efetivamente do que os demais trabalhadores. É uma situação bastante prejudicial e até discriminatória.

Esse tema, historicamente, é objeto das convenções coletivas que estabelecem a 12x36 e sempre estabelecem alguma forma de compensação, seja com feriado em outra data, seja com remuneração. Isso acaba com...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Perde também?

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Perde também. O trabalhador 12x36 não terá feriados. Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Nem aqueles que tinham hoje, via convenção coletiva ou acordo, em tese, não têm mais, a não ser que haja boa vontade por parte do empregador.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Porque agora ele tem uma lei que o protege.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – A lei já diz que não tem. Por convenção, eventualmente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Claro, claro.

O SR. PAULO JOARÊS VIEIRA – ... mas é menos provável que se consiga.

Enfim, eram essas as minhas colocações a respeito da medida provisória.

Como eu falei no início, a meu juízo, embora ela amenize alguns pontos tópicos, no geral, ela até agrava a situação do trabalhador em relação à reforma trabalhista.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem, Dr. Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador Nacional do Combate às Fraudes das Relações de Trabalho.

Para aqueles que estão nos assistindo, nós estamos debatendo hoje aqui a outra reforma trabalhista, que já tem mais de 900 emendas que eles mandaram para cá. O Paulo está esclarecendo, detalhe por detalhe, que as maldades do conjunto aumentam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daqui a pouco, nós vamos dizer: "Deixem como estava." Mas deixem como estava lá atrás, com a CLT, e não dessa forma que está aqui.

Eu convido agora a Dr^a Alessandra Camarano, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – Bom dia, Senador.

Cumprimento a Mesa, na presença de V. Ex^a. Cumprimento todos os demais no plenário.

Estou aqui em nome da Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas) para tratar sobre este tema da MP 808, que, na verdade, representa, nada mais, nada menos, a comprovação de que, durante todo o período de tramitação da reforma trabalhista, em que entidades como a Abrat, a ANPT, o Sinait e a Anamatra apontaram a insegurança jurídica e o trâmite açodado em que foi feita essa reforma, estávamos absolutamente corretos.

A edição de uma medida provisória quatro dias após o início de vigência da legislação que alterou consideravelmente a legislação do trabalho significa que as coisas não foram feitas de acordo com a responsabilidade necessária ao se tratar do mundo do trabalho, ao se tratar da dignidade do trabalhador, ao se tratar de justiça social, ao se tratar de cidadania, ao se tratar de democracia. A MP 808 vem para comprovar que foi açodada e malfeita a reforma trabalhista, até porque não houve o diálogo social necessário para que se fizessem as alterações impactantes que foram feitas pela Lei 13.467, uma lei que rompe com princípios do Direito do Trabalho, uma lei que altera e mexe na espinha dorsal do Direito do Trabalho e que, como consequência, precariza as relações e a situação do trabalhador e da trabalhadora brasileira.

Aí vem a questão da MP 808 quatro dias após, mantendo o quê? A insegurança jurídica. Após a publicação da MP, aberto o prazo para emendas, como o Senador colocou aqui, foram apresentadas 967 emendas para a medida provisória, mais do que para a própria legislação que foi alterada. Então, o que a gente vê na verdade é um imbróglio jurídico no Direito do Trabalho. Um desrespeito ao Direito do Trabalho vem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo praticado, que é um direito que equilibra ou, ao menos, veio para tentar equilibrar a relação capital/trabalho. Aí se altera toda essa estrutura normativa do Direito do Trabalho, num cenário de absoluta insegurança jurídica, num cenário de duvidosa representatividade do Poder Executivo que aí se encontra.

Nós temos outra crítica também a fazer ao fato de que essa MP só aconteceu porque, Senador, como o senhor lembra, na votação na CCJ, o Senado abdicou do seu dever de legislar. E aí vem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – No plenário do Senado e nas comissões.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – Exatamente! Na Comissão, na CCJ, e também no plenário. Na CCJ, foram apontados pelas entidades inúmeros pontos de inconstitucionalidade, que foram deliberadamente ignorados. Então, essa é a consequência. Essa MP também mostra esta consequência de o Senado ter abdicado da sua função legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não mudou uma vírgula do projeto que veio da Câmara. Isso é um absurdo! Foi feito praticamente um novo estatuto.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI. Fora do microfone.) – E havia 800 emendas mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Havia mais de 600 emendas. Só da Base do Governo eram mais de 200.

Você lembrou bem: eles não alteraram uma vírgula. Falaram tipo assim: "Sabemos que está mal, é muito ruim mesmo, mas o chefe mandou." Pelo amor de Deus!

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – E essa abdicação significou nada mais, nada menos do que terceirizar para o Poder Executivo a legislação, dentro de um cenário de absoluta inconstitucionalidade, tanto dos pontos apresentados na reforma trabalhista, como agora, com uma MP que se apresenta para poder consertar, para reformar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma, quando a Constituição Federal nos fala que medida provisória, de iniciativa do Executivo, é para questões de urgência, e não para questões de tentar consertar aquilo que foi malfeito, inclusive em termos de redação, em termos de gramática, em termos de todas as outras situações em que a gente analisar o texto, tanto da reforma como da Lei 13.467, como da MP 808. Então, vem uma medida provisória para tentar consertar.

E é uma medida provisória que também entra em questão processual, quando é inadmissível tratar-se de questões processuais através de medida provisória; tem que ser através de texto de lei. E é uma questão processual que viola frontalmente a Constituição Federal, que é a aplicação imediata, inclusive para os contratos de trabalho em curso. Isso viola o princípio... Despreza os atos jurídicos perfeitos constantes na Constituição Federal, despreza toda a norma que impede que a lei retroaja para poder prejudicar. E, nesse caso, eu aplico a retroatividade da legislação com o fim de prejudicar o trabalhador, por quê? Porque é mais do que debatido e rebatido que essa reforma precariza direitos, que essa reforma diminui potencializações das entidades sindicais, diminui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– De uma forma ou de outra, dá para dizer que ela fere a Constituição, não?

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – Ela fere absolutamente e frontalmente a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Absolutamente, frontalmente! Porque alguns dizem que não, que não fere. Quem está falando aqui são especialistas, não é o Paulo Paim, metalúrgico e Senador. É importante. Quero só reforçar essa tese.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – E, continuando, essa questão processual, quando retroage para poder ser aplicada a contratos de trabalho em vigor, repito, além de não ser possível através de uma medida provisória alterar-se regra processual – isso é através de legislação, de lei –, ainda há a questão de prejudicar os trabalhadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Paulo Joarês falou aqui sobre o contrato intermitente, e eu anotei o que ele colocou. O contrato intermitente, na verdade, como foi dito, sem o seguro desemprego, mostra que ele não é um emprego, e aquilo foi debatido aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me. Eu queria agradecer muito ao Dr. Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret), porque ele já tem outro evento e vai ter que se retirar.

E eu já convido o Valeir Ertle, que é Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores, para que ele participe deste debate aqui nesta Mesa. (Palmas.)

Sem prejuízo do Luiz, que está aqui e também é especialista na área.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – Continuando, em relação ao trabalho intermitente, quando a própria redação do texto afasta o trabalhador intermitente do acesso ao seguro desemprego, fica a dúvida e fica a contradição: é trabalhador ou não é trabalhador? Tem vínculo de emprego ou não tem vínculo de emprego? Porque, se tem vínculo de emprego, ele tem que ter acesso ao seguro desemprego no caso de dispensa. Se ele não é empregado, então a própria medida provisória está reconhecendo que é precário o trabalhador intermitente; ele não é considerado empregado, porque ele não tem acesso sequer ao seguro desemprego. Uma outra gravidade que há nessa questão do contrato intermitente é que ele pode ficar um ano sem ser chamado pela empresa. Isso está regulamentado pela MP 808. A MP vem e faz algumas alterações para pior. Porque antes, pela reforma, que já era muito ruim, ele podia fazer sua apresentação após o chamado, para que não fosse considerada recusa, em um dia útil. Agora é em 24 horas – é contado em horas agora. E nisso entra sábado e domingo. Então, o trabalhador intermitente tem que ficar antenado sete dias na semana, 24 horas por dia, aguardando um chamado para que possa receber uma horinha ali do salário para que possa sobreviver, para que ele possa sustentar a si e a sua família.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a legislação permite que ele fique um ano sem ser chamado e só aí se faça a rescisão do contrato, se a gente fizer uma análise com a CLT, no 482, que fala do abandono de emprego, o trabalhador que faltar 30 dias...

(Soa a campainha.)

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – ... sem avisar à empresa é demitido por justa causa. Agora, a empresa pode ficar um ano sem fazer o contato com o trabalhador e sem chamá-lo para que possa se apresentar ao trabalho.

Então, a MP, em que pese querer se revestir de um caráter de conserto, foi feita tão açodada quanto a reforma trabalhista, talvez mais, e traz dentro do seu texto contradições, mais violações constitucionais, contradições com a própria Lei 13.467 e vem carregada dos mesmos problemas que aconteceram com a tramitação da 13.467, da reforma trabalhista: ausência de diálogo social, ausência de debate com a classe trabalhadora, ausência de pedidos, inclusive. Não se observou a Constituição Federal, não se observam princípios de Direito do Trabalho, não se observam normas internacionais de Direito do Trabalho. Então, ela vem revestida de um caráter absolutamente inconstitucional, sendo uma tentativa desastrosa de se reformar a reforma trabalhista.

Eu gostaria de chamar a atenção também aqui, dentro do texto da MP que o Procurador abordou, para a questão da 12x36. Hoje, pela MP 808, eles trazem no texto: "Não, agora tem de ser através de acordo coletivo de trabalho, salvo para os profissionais da área de saúde." Nós já temos aí uma questão. Como uma legislação que é de aplicação de âmbito nacional pode separar: "Olha, para tal categoria aplica; para tal categoria, não aplica"? Olhem a insegurança que se gera. E por quê? Logo para o trabalhador da área de saúde, que é um trabalhador que trabalha num ambiente de adoecimento, tem jornadas exaustivas, trabalha com questões de tensionamento, com vidas humanas. Esse trabalhador pode negociar diretamente e trabalhar 12 horas sem se alimentar, trabalhar 12 horas sem descanso e ter isso substituído por indenização.

Então, já caminhando para o encerramento, a MP tem vários pontos, e eu tenho certeza de que o Valeir, o Luizinho e a próxima...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– E o Alex.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – Desculpe, Luiz. A intimidade nos faz chamar de Luizinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– E o Alex.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – E o Alex. Eles vão estar tratando de outros aspectos.

Então, a Abrat traz essa preocupação, uma entidade que desde o início da tramitação da reforma trabalhista vem se colocando na resistência, se colocando no questionamento em relação à forma de tramitação, a pontos apresentados. E, mais uma vez, com essa MP, aponta essas preocupações em relação ao que foi apresentado.

A insegurança jurídica está cada vez mais evidenciada. Temos aí 120 dias para que a MP seja votada, adentrando recesso. São 967 emendas e como ficará a situação do trabalhador e da trabalhadora brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Permita-me, antes que você termine.

E tem mais: a comissão nem sequer foi instalada. O prazo regimental já terminou e não instalaram a comissão. Demoraram esse período todo para mandar uma medida provisória desde a época em que foi aprovado, mandaram em cima do laço, e até hoje a comissão não foi instalada. Dizem que o presidente pode ser beltrano, sicrano pode ser o relator, só que o prazo legal, regimental, já terminou. Veja a esculhambação deste Governo e de seus aliados! Em tese, já terminou o prazo. E aí? Vão votar isso sem discussão nenhuma no plenário? Vão jogar para o ano que vem? Vai vencer, como vão fazer? Você, que está assistindo neste momento, olhe o que estou dizendo: estamos discutindo aqui, porque a comissão não instalou e não dá para discutir lá. Tivemos que trazer para cá o debate para mostrar o que significa essa outra colcha de retalhos da tal reforma, mas o prazo legal, regimental, já terminou e a comissão não foi instalada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você tem ainda três minutos.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – Já caminhando para o encerramento, nós nos preocupamos com a MP, a reforma... Mesmo com MP, não se tentou arrumar. A MP, na verdade, foi uma arrumação, foi um puxadinho que foi feito na reforma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Gostei do termo. Tentaram arrumar e desarrumaram mais ainda a casa.

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – Exatamente, deformaram, é uma demolição da reforma.

Ela não trata, em momento algum, da questão dos sindicatos, salvo lá, onde fala da representação de empregados por empresa. Agora, pela medida provisória, o sindicato pode participar e essas representações têm que participar no caso de assinatura de acordos ou convenções coletivas.

Mas, em relação ao que foi o ponto crucial de alterações da reforma – e aquilo que impacta muito, que é tentar invisibilizar as entidades sindicais, tentar acabar com a mobilização... Porque tudo que foi apresentado na reforma e tudo que está agora na MP

(Soa a campainha.)

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO – ... inviabiliza a atividade sindical. Por quê? Porque ele afasta a classe trabalhadora, eu já tive oportunidade de comentar sobre isso aqui, numa outra audiência pública: o teletrabalho, o contrato intermitente, o trabalho em casa... Todas essas manobras que foram feitas têm um objetivo, que é afastar o trabalhador, afastar a classe, tirar os trabalhadores dos seus contatos pessoais, dos seus estabelecimentos de vínculo um com o outro, exatamente isso que proporciona que os seres humanos se unam, que seres humanos debatam e que seres humanos briguem por um objetivo comum. Com isso, eu afasto a classe trabalhadora, deixo que o trabalhador passe a se identificar não com o seu companheiro de trabalho, mas com a logomarca da empresa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sem esse estabelecimento de vínculos, eu não proporciono a reunião e não proporciono que a classe trabalhe como uma massa atrás de seus direitos e buscando suas reivindicações.

Isso a MP não alterou, muito pelo contrário, ela continua individualizando a classe trabalhadora, colocando cada um em suas caixinhas, não permitindo essa reunião. E coisifica o ser humano. Ao colocar indenização substitutiva do descanso semanal remunerado, do descanso diário necessário ao reequilíbrio das forças, está coisificando o trabalhador e a trabalhadora; monetarizando a força de trabalho, monetarizando a dignidade, provando mais uma vez a forma de tramitação açodada e os reais objetivos...

(Soa a campainha.)

A SR^a ALESSANDRA CAMARANO - ... que são da concentração de riqueza numa pequena parte da população.

Muito obrigada pela oportunidade e bom dia a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem, Dr^a Alessandra Camarano, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

Muito bem, esclareceu uma série de outros pontos, como eu disse, porque a tal comissão especial desta MP não foi instalada e a gente praticamente está fazendo o debate aqui.

Muito obrigado, doutora.

Eu vou passar de imediato, agora, a palavra ao Luiz Azevedo, que fala também... O Luiz é um militante antigo do movimento sindical, ligado ao setor bancário; militante dos direitos humanos, das grandes causas. Aqui, Luiz, você fala pela sua história - eu vou deixar que pela CUT fale o Valeir -, por tudo que você tem feito, que é um orgulho para todos nós, viu, Luiz? (Palmas.)

O SR. LUIZ AZEVEDO - Obrigado, Paim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, muito obrigado, Paim e companheiros e companheiras presentes nesse evento.

Eu acabo de chegar de Montevidéu, onde participei, durante uma semana, de um congresso de sociologia, e um dos grupos mais importantes era a questão da precarização do trabalho na América Latina. E, sinceramente, eu fiquei chocado com o que está em questão hoje, que é o que eles estão chamando de um Estado neoliberal obscurantista, batendo aqui com a tese dos nossos companheiros, que têm dito que a questão é liquidar com os direitos dos trabalhadores, liquidar literalmente, e criar um estado... E por isso que aqui eles terminaram por liberar o uso dos recursos para questões militares nos Estados – eles só liberaram o orçamento para isso –, que é para possibilitar uma profunda repressão e, se possível, liquidação do que eles consideram os indesejáveis.

Eu fiquei muito chocado de perceber como a realidade que estamos vivendo aqui é mais cruel, inclusive, porque aqui nós tínhamos direitos – e os temos ainda – assegurados numa legislação construída ao longo de muitas lutas, de muita batalha, pelo movimento social e pelo movimento sindical. Batalhas que na década de 70... Ali, a partir principalmente da retomada do movimento sindical – eu fui a Canoas, quando o Paim era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos – as convenções coletivas se resumiam a quatro ou cinco cláusulas, pouca coisa, e foram engrossando, com conquistas obtidas ao longo desse período. Essas conquistas, esse instrumento de cada vez mais se valorizar a negociação e a normatização coletiva em detrimento da individual, não no sentido de reduzir direitos, mas no sentido de ampliar as conquistas é que está em questão hoje nesse ataque fenomenal que eles estão fazendo.

E, aí, Paim, esse neo-obscurantismo parece que continua aí presente. Você falou há pouco sobre a questão da comissão. A minha pergunta é: se não instalou até agora, sendo que a maioria dos partidos já indicou os nomes, será que o Senado estaria querendo que a MP caísse ou será que eles estão com essa medida inviabilizando ou dificultando o trabalho que os sindicatos e toda a sociedade brasileira podem fazer sobre os membros da Comissão ao desconhecê-los?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é fundamental que nós saibamos quem são os membros da comissão. Nós queremos ter a oportunidade de dialogar com eles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós não sabemos hoje nem sequer quem foi indicado para presidente ou relator. Na instalação da comissão seria votado "sim" ou "não".

O SR. LUIZ AZEVEDO – É fundamental a gente poder dialogar com essas pessoas, porque sinceramente se se confirmarem o presidente o relator que aí vêm, eu não tenho dúvida, eu não terei mais dúvida nenhuma de que o objetivo dessa MP foi atender se possível os Parlamentares do Governo que não conseguiram aprovar emendas para piorar o que foi feito na contrarreforma trabalhista.

E nós precisamos ter a possibilidade de dizer a esses senhores: que economia vocês pretendem construir neste País com essa reforma? Que estabilidade? Que condições nós teremos de ampliar e criar um mercado interno sólido que fomenta o desenvolvimento da nossa economia? Com esse sistema que está aí, nós vamos virar exportadores nem sei se de soja, talvez de pau-brasil, porque inviabiliza completamente você construir um mercado interno que consiga dinamizar a nossa economia. Aí, eles pegam e ferem a Previdência, que é outro elemento-chave para garantir o desenvolvimento da economia nos Municípios pequenos principalmente, não só, mas principalmente, e instabilizam completamente as relações de trabalho e deixam o ser sem quaisquer garantias.

E outro elemento fundamental que nós temos que dizer a eles: que sociedade nós vamos construir? Porque todos sabem que é por meio do trabalho que o homem se constrói enquanto ser social. O trabalho é fundamental para isso. Se o trabalho é intermitente, nós vamos ter um ser social inseguro, fragilizado. Qual é a consciência social que vai resultar disso? Eles querem fomentar a violência? Um individualismo egoísta? Nós sabemos que onde esse tipo de opção proliferou havia uma religião que assegurava algumas coisas, uma ideia disso, que era o protestantismo em alguns países, por exemplo. Está certo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que fazer aqui, neste país, com esse individualismo sórdido, egoísta, nessas condições de trabalho? E vou dizer uma coisa básica para eles, que eu acho que é fundamental, porque o tema aqui é normas gerais de proteção do trabalho. As normas gerais de proteção do trabalho são um dos primeiros elementos que estão nisso para proteger o lado mais frágil. O lado mais frágil é aquele trabalhador que se apresenta individualizado num mercado de trabalho com alto nível de desemprego, em que a relação de força, as relações de igualdade inexistem. Sem um sindicato, sem uma legislação protetora e sem a Justiça do Trabalho, esse trabalhador é um escravo.

Nós não podemos usar outro nome. Ele não tem a mínima condição de negociar nada. Ele vai negociar o quê? "Ou você quer o emprego nas condições que eu coloco", ou fica sem o emprego. Se ele é empregado, ou adere às condições que eu estou determinando por meio de uma negociação individual, como há casos aqui, inclusive no caso da saúde... Vejam, em termos de saúde, qual a ideia fundamental da proteção do trabalhador fragilizado?

Não é apenas para proteger o trabalhador; é para proteger a sociedade no que se refere às relações sociais. Por exemplo: o trabalhador da área de saúde, individualmente, vai poder negociar o trabalho em áreas insalubres. Ora, por que a sociedade tem de estar preocupada com isso? Porque as pessoas, que serão atendidas por profissionais com jornadas de 12 por 36 horas, em áreas insalubres, como é que ficam? Como é que ficam?

Então, as condições são muito graves.

Eu queria ainda falar outra coisa que eu acho muito relevante – e, aí, me dirijo à minha amiga e companheira de lutas, com quem também estive ao lado na mesma lide, a Regina: presta atenção no que o Paes Landim está fazendo em suas emendas em relação ao trabalho bancário. A jornada de 30 horas dos bancários foi conquistada em 1933, e ele acaba com a jornada de 30 horas, só ficando ressalvado o caixa. Contudo, depois, ele faz outra emenda, que eu acho que é a Emenda nº 105, onde ele diz o seguinte: mesmo nesse caso, se ele recebe gratificação, ele vai ter direito a hora extra – quando fizer hora extra, está certo? Porque ele mantém a jornada de seis horas, mas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se ele fizer oito horas, ele vai ter direito às horas extras e vai compensar a gratificação de caixa.

Ora, a gratificação de caixa não foi concedida... Eu fiz parte dessa conquista, das grandes lutas do final da década de 70, início dos anos 80. A gratificação de caixa está diretamente relacionada aos riscos da função que se exerce: diferença de caixa, que o indivíduo tem que pagar, e uma série de outros riscos. Não tem nada a ver com jornada. Aquela passa a compor.

Então, eu peço que analise, porque eu dei uma lida muito por cima e posso não estar compreendendo exatamente, mas me pareceu exatamente isso.

Queria chamar a atenção dos professores com as emendas do Izalci. Atenção, professores! O Izalci faz emendas que ferem muitos direitos dos professores. Então, atenção! Quanto à remuneração decente, prevista na legislação, ele fez uma emenda que a elimina. Então, prestem atenção nisso, estudem esse assunto, porque aí há mais uma questão muito grave.

Atenção, companheiros trabalhadores rurais!

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ AZEVEDO – Trabalhadores rurais, há um contingente muito grande de emendas dos ruralistas nessa MP que pioram substancialmente a já ruim contrarreforma trabalhista. Então, peço atenção a esses trabalhadores em relação a essas questões.

No mais, eu deixo para o meu chefe, o companheiro Valeir, manifestar as posições da CUT. A minha impressão é a de que, no caminho que nós estamos indo, é melhor cair. Essa reforma, como está indo, com essa MP, na minha opinião, na média, salvo se a gente conseguir nomear a comissão e ter um bom resultado, ela piora e piora muito a contrarreforma, que já é muito ruim. (Palmas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Luiz Azevedo, que falou aqui da sua experiência recentemente, que foi no... Qual é o país em que esteve?

O SR. LUIZ AZEVEDO – Foi no Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– No Uruguai. E disse que a maldade é tão grande lá, como aqui, mas aqui é pior do que lá, não é? A América Latina toda vai na mesma linha de precarizar direito dos trabalhadores e entregar a previdência para os banqueiros. É o preço que eles estão pagando, vendendo os interesses do povo brasileiro, para terem assegurado o tal do impeachment, não é? Para o grande mercado empresarial entregaram os direitos dos trabalhadores e para os banqueiros, então, que é um outro setor do mercado, entregam a previdência.

Alex Myller, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). A palavra está com você.

O SR. ALEX MYLLER – Obrigado, Senador.

Primeiro, bom dia!

E eu já saúdo assim o Senador Paulo Paim, porque ele fez uma referência, dizendo que era metalúrgico. E eu fico feliz – sabe, Senador? – que um metalúrgico, que é um trabalhador que sempre esteve envolvido nas lides sindicais, possa ser um Senador da República e estar no Parlamento aos trinta e poucos anos, como o senhor falou. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Orientam para não falar: "Não fala sobre isso, porque não ajuda nada, não fala!" Mas eu não aguento. Falo. (Risos.)

O pessoal do gabinete deve estar chiando: "Pediram para ele não falar, mas não adianta!" E o culpado vai ser você; não vou ser eu.

O SR. ALEX MYLLER – Eu assumo a culpa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– No fim de semana, então... Porque eles vão fazer de tudo para nos tirar daqui, vocês sabem disso, não é? Nós, eu digo que não sou só eu; nós. Mas eu tenho certeza de que nós voltaremos, nós voltaremos – nós, e não eu.

No fim de semana, primeiro, diziam que não haveria vaga para eu ser candidato ao Senado, e, no fim de semana, foi oficializada a vaga do Senado. (Palmas.)

Então, eles falam. E eles omitem agora – eu não vou dizer qual o jornal –, omitem que foi oficializada a vaga.

Então, para a desgraça de vocês, e eu acho mais para a boa vontade do povo brasileiro, esse fim de semana, foi oficializado o Miguel, também metalúrgico, como candidato a governador, e eu sou candidato ao Senado. E as outras duas vagas ficaram abertas para discussão com as forças democráticas.

Não adianta não divulgar. Vai haver um horário de TV, e eu vou estar lá, falando tudo o que nós fizemos aqui para os trabalhadores, para os aposentados, para os servidores, para os trabalhadores rurais; enfim, para todas as áreas com que nós temos compromisso. (Palmas.)

Foi você que provocou; eu não iria falar.

O SR. ALEX MYLLER – Claro! É isso, a gente espera mais pessoas ligadas a essa luta pelos direitos, como é a sua história de vida aqui, possam sempre estar aqui. Por isso que saúdo, no seu nome, a todos os que estão aqui na Mesa e também à audiência, principalmente, em especial, me permitam, aos meus colegas auditores fiscais do trabalho; somos vários aqui, hoje, presentes fisicamente.

E, refletindo: falar, depois do Luiz, da Alessandra e do Joarês, é até difícil, porque eles abordaram praticamente todos os pontos mais técnicos. Então, vou tentar contribuir um pouco para o debate nesse sentido, mas vou lembrar também algumas coisas. É que o mundo em que a gente vive – e eu já tinha falado algumas vezes, nas outras audiências – é um mundo de muita concentração, em que o poder econômico está em muito poucas mãos, a ponto de, no mesmo relatório da Oxford, a que já me referi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas vezes, aqui, as dez maiores empresas do mundo hoje terem a mesma riqueza acumulada de 180 países. Então, isso significa: o que podem esses 180 países contra essas dez empresas? Muito pouco.

Ou seja, é importante que a gente se lembre disso para a gente poder pensar por que fazer uma reforma do trabalho, que todos que estavam aqui antes de mim disseram que se vai reduzir os salários das pessoas e impedir que elas se aposentem, se já é tão concentrada essa riqueza? Para que tirar mais ainda de quem já tem tão pouco? Esses 70% dos trabalhadores, de acordo com a Pnad, a pesquisa do emprego, têm salário de R\$1,6 mil de salário. O que você espera tirar mais dele? O direito do trabalho, que sequer garantiria para ele um salário digno, já que mesmo nós, operadores do Direito do Trabalho historicamente desrespeitamos o projeto constitucional do salário mínimo, o projeto constitucional da jornada de oito horas? E hoje vem uma reforma para falar de trabalhar 12 horas sem intervalo. Então, não há mais o que tirar.

E os discursos da nossa época parecem muito com os discursos do Factory Act, de 1833, que tentou estabelecer um limite de jornada de 12 horas para os adolescentes na Inglaterra, permitindo ainda que crianças entre 9 e 13 anos trabalhassem até 8 horas. Os industriais diziam que iriam acabar com as fábricas da Inglaterra, que isso iria falir as fábricas da Inglaterra. Então, parece muito essa época em que, a pretexto de alterar a legislação... E logo depois houve a compensação. Logo depois, para as crianças que iam trabalhar nas fábricas de seda na Inglaterra aumentaram a jornada de 10 horas para 10,5 horas, porque afinal de contas tinham proibido as crianças de nove anos.

Então, o absurdo que se enxergava naquele momento histórico está todo no Capital, do Marx – pode estudar essas críticas –, assim como está em todos os relatórios históricos da época.

É mais ou menos isso que vemos no mundo hoje, em que dez empresas detêm a riqueza de 180 países, e a gente fica discutindo migalhas do salário que a gente quer tirar do intermitente, para ele tirar do salário dele para pagar. É até difícil discutir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnicamente, porque é tão imoral que o que se quer tecnicamente justificar com isso não tem sentido.

O que eu queria lembrar é que o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – eu falei algumas vezes por ele aqui, mas frequentemente o Carlos tem se manifestado nas audiências públicas – sempre foi contrário à reforma trabalhista e, obviamente, é contrário à Medida Provisória 808, do ponto de vista político, porque realmente ela só aprofunda o que já foi feito na reforma.

Na verdade, a reforma trabalhista, a lei que está em vigor e a MP 808 o que fazem é unicamente gerar um retrocesso social, retrocesso que, inclusive juridicamente, estava vedado constitucionalmente. Era impossível, em tese. E está lá o Canotilho para ensinar a gente no constitucionalismo, está lá o próprio STF, que no mesmo sentido do Canotilho, já decidiu isso. Vamos ver o que vai acontecer no Brasil, porque o STF já tinha dito que não se poderia alterar a concretização dos direitos sociais, porque feriria a vedação do retrocesso social, o princípio. Vamos ver o que o STF vai dizer da reforma trabalhista, porque em diversos artigos há um claro retrocesso social. Então, se é vedado o retrocesso, já foi ferido com vários artigos da reforma trabalhista, e a MP 808 continua. Eu preciso concordar aqui com a análise do Joarês, da Alessandra e do Luiz.

Sobre a medida provisória em si, ela é a história da reforma da reforma. Sabe o mudar sem mudar? É mais ou menos isso. É um engodo, na verdade. Se a motivação foi o tal do acordo no Senado para alterar pontos polêmicos, fazendo o que a Alessandra, em uma feliz expressão, disse aqui que foi a terceirização da atividade fim, então, se a atividade fim do Parlamento é legislar, e ele terceirizou para o Executivo, foi isso que aconteceu. Está completamente coerente com a reforma que ele mesmo aprovou. Então, a gente enxerga isso no País: o Parlamento terceirizou a atividade fim dele, legislar, para o Executivo, porque não queria alterar o projeto para não o fazer voltar o projeto, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, infelizmente, se alguém acreditava que a Medida Provisória 808 ia corrigir alguma coisa, eu lamento dizer que ela nada alterou de substancial. Em algumas situações, como foi dito aqui, até piorou.

O trabalhador autônomo, por exemplo, já foi dito aqui: retirou-se do caput a possibilidade de ser um trabalhador exclusivo, mas deixou isso em aberto nos diversos parágrafos que foram acrescentados ao art. 442-B. Então, nada acrescentou. O conteúdo permaneceu o mesmo, a ideia geral do que estava permaneceu a mesma.

Ainda colocaram um parágrafo lá para garantir que o autônomo pode estar na atividade fim, coerente com o restante da lei, que é de terceirização da atividade fim, mas não sei qual foi a iluminação, que colocaram um §6º no 442-B, dizendo que, presente a subordinação jurídica – é o segundo momento em que é citada a subordinação jurídica na lei –, ele vai ser empregado. É lógico! A gente só vai usar o §6º, sempre. Foi o que a gente usou como auditor fiscal do trabalho, como procurador do trabalho, como juiz do trabalho. Se estiverem presentes os requisitos da relação de emprego, ele vai ser empregado, independentemente do nome que a gente dê. Já deram o nome de cooperativa, já deram o nome de autônomo, deram tantos nomes para essa pessoa que, na verdade, é empregado e estava submetido a uma fraude!

O trabalho intermitente piorou, o que já foi dito aqui também. O que eu acho até mais grave dentro de tudo isso, além da questão da exclusão do seguro, é que, na verdade, o trabalho intermitente passou a ser regrado... Antes estava como se fosse um tertium genus, quer dizer, não era prazo determinado, nem era indeterminado. Agora a regulação do término do contrato intermitente passou a ser de contrato por prazo determinado e, para piorar, com aquela nova forma de extinção do contrato de trabalho que foi colocada pela própria reforma, que é a legalização daquele acordo espúrio que existia aí, que a gente sempre combateu tanto, em que a pessoa vai receber, na verdade, metade do aviso-prévio e metade da multa do FGTS na indenização compensatória da dispensa sem justa causa.

E, para piorar, no caso do trabalho intermitente, basta que o empregador não o convoque por um ano para que isso aconteça. Não é que há um acordo, basta a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vontade do empregador: "Não, deixa ele ali de molho, deixo passar até o fim, para eu economizar. Basta eu não chamar." Então, ainda tem o direito potestativo de ele simplesmente não chamar, porque nada obriga a que ele chame, e, ao final de um ano, não tendo chamado, eu ainda vou reduzir os custos da demissão daquela pessoa. Ou seja, o trabalhador intermitente, se a gente já tinha dito que ele era um trabalhador do cardápio de contratos precários, agora mesmo é que é precário.

E para completar toda essa agressão, agora ele vai pagar para trabalhar. Eu estava brincando aqui na hora que vocês estavam falando, comentando: é a servidão previdenciária por dívida. Então, na verdade, agora isso é trabalho escravo, porque é servidão por dívida previdenciária, eu vou ficar devendo INSS, nunca vou me aposentar, porque como vou ter salário para remunerar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Corre o risco de lhe botarem no SPC ainda.

O SR. ALEX MYLLER – Exatamente, ainda vão colocar você no SPC.

E é deprimente. É deprimente a situação que ficou agora do intermitente. Conseguiram piorar o que já era horrível.

A jornada 12 por 36 continuou presente. Na saúde, já foi comentado aqui, até ia comentar, mas já foi dito a gravidade do que significa alguém trabalhar num ambiente que, em geral, é insalubre – na saúde – e sem intervalo garantido.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEX MYLLER – Dos mais profundos desrespeitos e inconstitucionalidades presentes na reforma trabalhistas é possibilitar que um ser humano tenha seu intervalo para descanso dentro da jornada indenizado, mesmo que ele trabalhe doze horas. Se o projeto constitucional era que uma pessoa que trabalhe mais de quatro horas tenha que ter um intervalo de quinze minutos e uma pessoa que trabalhe mais de seis tenha que ter uma hora, como é que pode passar pela cabeça de alguém que um indivíduo que trabalhe doze possa não ter intervalo? É esse tipo de absurdo que a gente está vendo no Brasil hoje. E a medida provisória nada fez contra isso, validou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso para a saúde. E quanto à questão do negociado sobre o legislado? Aliás, trato da questão da empregada gestante antes desse ponto.

Vocês viram como ficou a situação: tentaram ajustar... É a mesma coisa do trabalhador autônomo: mudaram a redação para dizer que agora tem que tirar a empregada, mas a mesquinha e a maldade são tão grandes que... "Não, agora vai deixar também de receber o pequeno valor que ela recebia, que era o adicional de insalubridade. Já que vão tirar a insalubridade, então que se tire também o adicional que ela recebeu, às vezes a vida toda. Agora, por esses dias que ela está grávida, a gente vai tirar" – ela precisa de menos dinheiro, ela está grávida... Além disso, além de mandar retirar isso, permite nos parágrafos, ao mesmo tempo, que ela volte a trabalhar, basta que o médico dê um atestado, um médico da confiança dela, dizendo que ela pode trabalhar.

A lactante ficou na mesma situação em que estava, ou seja, a criança que está sendo amamentada, com todas as consequências que pode ter sobre a saúde dela a presença da mãe num local insalubre... Não foi levado em conta mais uma vez, como não havia sido levado em conta na lei. A medida provisória só reproduziu o mesmo desrespeito, o que também fere, como tínhamos conversado, o princípio da vedação ao retrocesso social.

E vínhamos no caminho oposto: a mudança que garantiu à gestante o afastamento definitivo das situações insalubres é de 2016! Quer dizer, o Brasil, depois de décadas, mais de século depois da libertação dos escravos, foi reconhecer que a gestante não devia ficar em local insalubre. Aí, um ano depois, mudam isso! Quer dizer, é uma coisa incrível!

Negociado versus legislado. Fizeram uma alteração cosmética lá para juntar os incisos XII e XIII do art. 611-A, que diziam que se poderia negociar e que teria prevalência a negociação sobre o enquadramento do grau de insalubridade e a prorrogação de jornada em atividades insalubres. Juntaram os dois incisos dizendo que aquilo ali realmente dispensava licença prévia do Ministério, mas podia haver perícia, desde que se seguissem as normas regulamentadoras. Ora, é uma contradição em termos. Como é que eu estou permitindo uma negociação coletiva sobre um assunto que é infenso à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociação, porque é tecnicamente determinado, cientificamente pesquisado, e depois vou dizer que tem que seguir as normas do Ministério? Ou seja, na verdade é sem sentido. Seguir as normas do Ministério do Trabalho é, obviamente, o patamar civilizatório mínimo acerca daquelas atividades.

Por fim – me encaminho para o encerramento –, o objetivo da MP 808, mais do que qualquer outra coisa, é o art. 2º. Não é mudar os pontos que foram discutidos, não tem nada a ver com "Ah, vamos alterar para a gestante". No caso dos pontos que eram polêmicos, ou ficou igual, porque mudaram só a forma de apresentação, ou ficou pior. Há um ponto ou outro perdido ali, porque... Limitaram a 50% a ajuda de custo, porque 100% não podiam ser ajuda de custo no caso do salário. "É demais, é claro que vai cair na jurisprudência. Vamos botar aqui 50 senão vão dizer que é inconstitucional de vez." Não queriam tirar tudo, porque o artigo traz coisas das quais quem organizou a reforma precisa que fiquem lá como não sendo salário.

A cereja do bolo é o art. 2º, que vai dizer que, mesmo três dias depois do início da vigência – a CLT já foi reformada –, vinha uma medida provisória, que em certo sentido tem a mesma força da lei *stricto sensu*, dizendo que uma lei que já estava em vigor, já tinha alterado o código, se aplica aos contratos que estão agora valendo. Ou seja, quis resolver uma questão de direito intertemporal. Péssimo, porque já resolveu depois da data de vigência, o que já gera um problema para ser resolvido entre os dias 11 e 14, fazendo aquilo que nada mais é do que violar a Constituição.

A Constituição brasileira já tinha previsto, justamente na preocupação talvez da elaboração da infraconstitucionalidade, que a lei não poderia vir a desrespeitar o ato jurídico perfeito, a coisa julgada, o direito adquirido. Então, para quem trabalhou, que imaginava que poderia ter os direitos garantidos, vem a reforma trabalhista e faz o retrocesso social direto e inconstitucional.

Aí, agora, vem uma medida provisória dizendo que aquela lei, que já estava vigorando, na verdade se aplica para trás também. Diz assim: "para o presente", mas vai se aplicar para trás, afinal de contas, se eu estou trabalhando há 10 anos, 15 anos, então vai se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicar para a minha vida funcional também que já vinha de lá, já que eu posso retirar aqueles direitos – até, inclusive, por acordo coletivo.

Então, posicionando aqui o Sinait – fizemos uma avaliação no sindicato, conversamos muitos de nós lá –, achamos que, no fim das contas, a medida provisória ou manteve como estava a reforma, numa pretensão de alterar a redação de modo a dificultar a declaração de inconstitucionalidade, mesmo mantendo o conteúdo inconstitucional, ou na verdade piorou a situação, como, por exemplo, nessa questão do trabalho intermitente.

Essa é a nossa leitura; é o que foi dito aqui. E, aí, não é a visão de uma pessoa. Vocês viram que a Advocacia falou aqui, a Procuradoria do Trabalho falou aqui, a fiscalização do trabalho está dizendo a mesma coisa. O entendimento de quem estuda e aplica o direito do trabalho diuturnamente é de que grande parte do conteúdo da reforma trabalhista, da medida provisória, da MP 808, que tenta fazer a reforma da reforma sem fazer nada, na verdade nem sequer mereceria o nome de Direito do Trabalho. São leis de outro tipo, porque até dizer que é Direito do Trabalho é difícil.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Alex Myller, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), que mostra que é principalmente o art. 2º, que é a grande picaretagem dessa mais contrarreforma.

Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. VALEIR ERTLE – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o pessoal da Mesa. Cumprimento o Paim e o parabenizo pelo acerto dos petistas do Estado do Rio Grande do Sul. Com certeza, você vai continuar fazendo esse grande papel que sempre fez aqui no Senado Federal, representando muito bem os trabalhadores e as trabalhadoras do Rio Grande do Sul. Com certeza vai ser reeleito novamente Senador da República.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o seu papel, que faz muito bem em prol não só dos gaúchos, mas de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Isso é fundamental.

Essa MP 808, primeiro, Paim, pega o documento que o Governo golpista mandou aqui para o Senado para fazer com que os Senadores não cumprissem o seu papel de revisão legislativa da Câmara dos Deputados, pressionando para que não se alterasse esse absurdo da contrarreforma trabalhista... Os sete pontos que foram assinados – veio um documento assinado aqui para o Senado Federal – com certeza não foram cumpridos. Nem sequer cumpriu o que ele assinou. Então, como é que vai acreditar num Governo que nem cumpre o que assinou, os sete pontos que comprometeu com os Senadores de alterar – alterar para resolver, para melhorar a situação em que está? Aí tu pegas os pontos que foram encaminhados para cá, são totalmente contrários ao documento que ele assinou. Então, o cara nem sequer honra sua assinatura. Como se pode confiar numa pessoa dessa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você tem toda razão de alertar, porque eu vi os dois Relatores irem a tribuna e defenderem contra os sete pontos, contra a redação dada aos sete pontos; mas que votariam porque seria vetado – foi o que disseram no primeiro momento. Ele não vetou nada e mandou uma medida provisória para inglês ver e para enganar o povo brasileiro e os próprios Senadores da sua Base, dizendo: "Não, eu mandei a medida provisória!" Só que ele mandou pior do que estava no original. É um caso mesmo de denúncia de um crime contra a humanidade.

O SR. VALEIR ERTLE – É um absurdo isso. Ele nem sequer cumpre um documento que ele assinou, pressionando os Senadores para que não alterassem, para que não voltasse para a Câmara, para que realmente atendesse os anseios dos golpistas. As confederações patronais que financiaram o golpe, que fizeram essa contrarreforma; a grande maioria dessas emendas saiu dos computadores da CNI e de outras confederações, e a gente bem sabe disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pega uma reforma dessa com 967 emendas, pega o Rogério Marinho como Relator, Raimundo Lira como Presidente da Comissão, imaginem o que vai dar! Rogério Marinho pegou uma proposta de sete artigos – tinha 17 artigos se não me engano...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Sete, sete.

O SR. VALEIR ERTLE – Sete artigos. E viraram 117 artigos, 238 dispositivos. Imaginem ele com este monte de emendas absurdas que tem aqui. Das 967, deve haver umas 400, 500 para corrigir problemas, mas têm... Peguem os pontos que já foram alavancados pelo Luizinho, por outras pessoas que falaram aqui antes, e imagina o que vai virar.

Então, não tem como discutir esta MP. O melhor é que ela caísse realmente, perdesse o decurso do prazo e não fosse votada. Com certeza, se for votada essa emenda, com esses golpistas que estão tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, a gente sabe o que vai virar. Imaginem o que vai virar esta contrarreforma com essas emendas que estão aí.

Foi um absurdo. Foi colocar 12 por 36.

Você pega um setor importante, um setor que sofre uma pressão do diabo para trabalhar – desculpe a expressão da palavra –, imaginem o cara que fica 12 horas cuidando de pessoas doentes, morrendo... Ele mesmo chega para o patrão dele e vai assinar um acordo, nem sequer tem a participação do sindicato neste sentido, com toda a pressão, a forma que as pessoas trabalham, local insalubre... A gente que já foi a hospital, já ficou internado, sabe como é a situação.

A questão do dano moral e do dano material. Tentaram corrigir uma situação que era absurda, a indenização era conforme você ganha, por casta. Se o cara ganha R\$1 mil, tinha até cem vezes... Um braço pode valer 100 mil; o outro valia 10 mil.

Então, é uma coisa absurda. Tentaram corrigir através do benefício da previdência social. Há um monte de absurdo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi falado da mulher grávida ou lactante, você tem de pegar... Imaginem hoje a situação que está uma trabalhadora. Para não perder o emprego, o que ela faz? Chega o gerente, chega o chefe de seção e diz o seguinte: "Não, eu quero que você continue no seu setor. Preciso de você aqui. Agora você vai ter de ir lá no seu médico, pegar um atestado para continuar trabalhando aqui."

É assim. A gente sabe como é que funcionam as coisas, sabe como é no Brasil, infelizmente, sabe como o mercado de trabalho funciona, como as empresas fazem para os trabalhadores.

Então, a pessoa grávida vai continuar no local em que ela trabalha, porque vai haver a pressão patronal para que continue. Se é uma funcionária importante, se é uma funcionária que tem uma especificação profissional, ela vai ser pressionada. E a pessoa para não perder o emprego, depois que voltar da sua gravidez, vai acabar se submetendo a essa situação, infelizmente. Grau mínimo, grau médio. Imaginem como essa pessoa vai passar esse período com essa situação.

A questão do PJ exclusivo que alteraram. "Alteraram" entre aspas. Lá existe um artigo dizendo o seguinte: mesmo que a pessoa exerça a função somente para um empregador, ela perde a sua exclusividade. Então, ela perde sua exclusividade. Então, ele perde o PJ exclusivo, mas há um artigo lá que garante que ele continua sendo exclusivo. É um absurdo essa situação.

No trabalho intermitente, tudo que a gente dizia aqui, Paim, tudo o que as centrais sindicais diziam, a Abrat, todas as entidades, a Anamatra, tudo o que a gente dizia – que esse trabalho intermitente é um absurdo, é um descalabro ao contrato de trabalho, é um absurdo para os trabalhadores –, agora eles escreveram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vinham para a tribuna, dizendo que as entidades estavam mentindo, todas – juízes, procuradores...

O SR. VALEIR ERTLE – Diziam que não tirava direito nenhum, que não estava alterando nada dos direitos dos trabalhadores, que ia gerar emprego. Agora ficou bem claro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eles colocaram no papel tudo o que a gente dizia: que o trabalho intermitente era totalmente precarizado, que não tinha da Previdência Social, está tudo escrito agora.

Então, o cara que não ganha um salário mínimo, se ele não complementar a sua previdência social, vai ficar desprotegido. Imagina o que vai virar isso aqui. A empresa não tem obrigação de recolher previdência social. Então, tudo o que a gente dizia, agora eles colocaram no papel. Portanto, eles assinaram embaixo, colocaram no papel o que nós todos dizíamos, que era um absurdo.

O trabalhador está totalmente à deriva. O cara – entre aspas – tem "um mês de férias", mas não recebe nada. Então, você vai ficar em casa, gozando das suas férias, mas sem dinheiro para gozar suas férias ou para passar o mês, nesse sentido. Portanto, é um absurdo.

Todos os pontos que foram colocados, foram amplamente colocados, eram absurdos. Toda essa reforma trabalhista, com essa MP 808, pode piorar muito mais e atinge em cheio a Previdência Social. O trabalho intermitente e o trabalho precarizado, cada vez mais, atingem a Previdência Social.

A dita reforma que aí está eu espero que não seja votada, espero que os Deputados tenham bom senso de não votar.

Quero colocar o seguinte: a Folha de S.Paulo golpista, sacana, que financiou esse golpe, colocou que as centrais sindicais estavam vendendo a reforma previdenciária em troca dos 500 milhões, que são das centrais sindicais, são das entidades sindicais. Não há só esses 500 milhões que foram identificados, há muitos outros milhões que foram usurpados das entidades sindicais, resíduo do imposto sindical, que os governos não... A Caixa Econômica usurpou esse dinheiro, o Governo usurpou esse dinheiro e o usou em outras situações. Esses 500 milhões – que já foram levantados, fora os milhões que ainda estão por ser calculados –, que foram usurpados das centrais sindicais, foram usurpados dos sindicatos, das confederações, das federações vão ser repassados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Isso foi um trabalho que o Ministério Público do Trabalho fez, intermediou, levantou, e as centrais sindicais fizeram um termo de ajuste de conduta nesse sentido. Inclusive, 15% desses valores vão se destinar à fiscalização do trabalho escravo. Hoje foram retirados todos os recursos do Ministério Público do Trabalho, que fiscaliza o trabalho escravo. Então, esses 15% vão para esse fim. Foi um acordo que foi feito entre o Ministério Público, entre o Ministério do Trabalho e as centrais sindicais.

Quando a Folha de S.Paulo usa isso de forma sacana, dizendo que as centrais sindicais vão vender a reforma previdenciária em troca dos 500 milhões... A CUT nunca vendeu direito do trabalhador, nunca vai vender – a CUT e as demais centrais sindicais, com certeza, são defensores dos trabalhadores. Então, quando se usa dessa sacanagem, é muito complicado.

E havia toda uma mídia mentirosa, sacana, tendenciosa...

(Soa a campainha.)

O SR. VALEIR ERTLE – ... que jogava, inclusive, toda a população contra os servidores públicos, o que é absurdo. Se eu não me engano, foi uma ação do Sinait que conseguiu tirar do ar essa mídia. Foi uma juíza federal daqui, de Brasília, que deu uma liminar tirando do ar essa propaganda mentirosa, falaciosa, tendenciosa, que levava o povo a acreditar realmente que essa reforma era maravilhosa. Infelizmente, a CNI, financiadora do golpe, que recebe muita grana pública... A CNI, só no ano passado, recebeu 1,4 bilhão do Sistema S. Isso tem que ser corrigido. São repasses do Sistema S para federações e confederações. É um absurdo! Eles acabam com a contribuição sindical das entidades de trabalhadores, mas continuam financiando com um dinheiro fora do comum... São 7% do Sistema S mensalmente que a CNI recebe todos os meses! Então, 1,4 bilhão foram para o caixa da CNI para financiar o golpe – ela financiou esse golpe no ano passado. E 1,4 bilhão vão para o caixa das federações. Por isso, o Paulo Skaf gasta mais de 700 milhões em mídia se autopromovendo com dinheiro público. Ali, sim, parte da previdência social vai para o caixa da CNI, vai para o caixa das federações. É uma aberração! Recebem mais de dois impostos sindicais mensalmente tanto a CNI como as federações. Isso é que é um absurdo! E 70% no mínimo de todo o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento deles são do Sistema S. Isso, Paim, tem que acabar. Como as confederações patronais recebem dinheiro e os sindicatos e as centrais sindicais não recebem dinheiro do Sistema S? Por que só um lado? Por que só financiam o setor patronal, que financia vários Deputados? Não há nenhum tipo de controle. O TCU e o CGU não vão lá fiscalizar esse dinheiro público. E dizem que o imposto sindical é um dinheiro público que tem que ser fiscalizado. Ali, não; ali é dinheiro do trabalhador, é descontado do trabalhador. Esse vai para as centrais sindicais, para os sindicatos, para as federações, para as confederações. Esse é dinheiro que sai do bolso do trabalhador. Agora, aquele não, ele sai da previdência social, é parte da previdência social que vai para esse sistema. Por isso, eles financiaram... Como o Governo não consegue mais fazer essa mídia mentirosa golpista, a CNI está reproduzindo a mídia deste Governo golpista que aí está e que é absurda.

Falaram que mudaram vários pontos da reforma, mas continua a mesma coisa; mudaram em alguns pontos, mas continua a mesma coisa. A CUT é contrária à MP 808, é contrária a essa reforma previdenciária. Estamos fazendo um trabalho no Brasil todo para que, realmente, não seja votada essa reforma da previdência, que é nefasta.

Com os trabalhadores rurais, não alteramos, e é fundamental que não alterem. Continua 15 anos. Só 15 anos, pela legislação atual, você comprova que é trabalhador rural, que produz, pois há formas de você comprovar. Agora, mudaram: "Não, são 15 anos, mas tem que comprovar o recolhimento." Olhem a diferença. Trabalhadores que trabalham...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – São 180 meses.

O SR. VALEIR ERTLE – E tem que comprovar o recolhimento. Hoje, não. Acho que, se nós vivemos na cidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Usar o talão de notas...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALEIR ERTLE – Se nós vivemos na cidade, é graças às pessoas do campo que estão produzindo para podermos trabalhar na cidade. Agora, essas pessoas não podem ser marginalizadas. Vão ter que comprovar se elas produzem, se elas vendem, se elas estão todos os dias na roça. Muitas vezes, elas ficam um ano inteiro na roça, dá uma seca, e elas nem sequer conseguem vender a sua produção, porque não tem produção. Imaginem as pessoas que estão no Nordeste. O produtor rural fica quatro anos numa seca...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não vendeu, não pagou, perdeu a previdência.

O SR. VALEIR ERTLE – Daí como fica isso? Tem que comprovar. Não é comprovar por ano, é comprovar mensalmente o recolhimento à previdência social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mensalmente.

O SR. VALEIR ERTLE – Imaginem! Como é que essas pessoas vão fazer?

Nada mais justo... Se o nosso sistema é contributivo, a previdência rural é seguridade social. Os caras querem colocar tudo no bojo.

Agora, por que, nessa reforma, não incluírem os juízes, que não têm teto, que ganham – vocês viram toda a imprensa falar – R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil, até R\$800 mil por mês; os procuradores, os promotores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Grandes aposentarias que são acumuladas.

O SR. VALEIR ERTLE – Por que não fizeram para os policiais militares? Por que não fizeram para o Exército?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Executivo, Legislativo...

O SR. VALEIR ERTLE – Só para uma pequena casta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que tínhamos que fazer um debate sério, fazer uma reforma da previdência – é necessário discutir esse tema, Paim –, mas uma previdência pública universal, em que todos estejam, desde o Senador, o Deputado, até o faxineiro, todo mundo tem que ter igualdade nessa questão da contribuição.

Não se admite essa reforma previdenciária que está em curso. A reforma trabalhista veio para piorar a previdência. Imagine, daqui a um ano, dois anos, como vai estar a nossa previdência? Com a precarização das relações do trabalho, não há recolhimento nem comprovação nenhuma.

(Soa a campainha.)

O SR. VALEIR ERTLE – Então, como vai ficar a questão da previdência? Por isso que eu espero que os Deputados tenham bom senso. Todas as entidades sindicais, todas as centrais têm que, nos seus Estados, fazer pressão para que os Deputados não votem essa reforma da previdência. Com certeza, se votar, não vai voltar em 2018 para a Câmara Federal. Os trabalhadores sabem que esse tema é nevrálgico, sabem que a situação é muito complicada. A reforma previdenciária, diferentemente da reforma trabalhista, que só vai sentir realmente... É difícil explicar uma complexidade dessa, mas sabem que a pessoa tem que trabalhar até morrer para se aposentar, com idade mínima de 65 anos para homem e 62 para mulher na proposta que aí está.

Então, Senador, essa questão da reforma trabalhista tem tudo a ver com a previdenciária. Como sempre disse, essa reforma previdenciária é totalmente rentista. Então, toda reforma trabalhista leva as pessoas a não contribuir para a Previdência Social, leva as pessoas a contribuir para a previdência privada. Os bancos é que estão pressionando os Deputados e os Senadores para que realmente aprovem a reforma da previdência, cobrando a fatura dos valores de todo o financiamento, de todos os valores que esses Deputados receberam para votar a favor do golpe.

Espero que eles tenham bom senso, espero que eles não votem essa reforma nefasta para a população, para a classe trabalhadora. Com certeza, em 2018, vamos fazer uma campanha ostensiva aqui para Deputado e o Senador que votar favoravelmente à reforma da previdência e votar alterando muito mais... Tem que votar para melhorar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para corrigir esses absurdos dessa contrarreforma trabalhista e não uma MP que vai piorar ainda mais as relações de trabalho. Não há nada que melhore a situação do trabalhador nessa proposta de MP.

Então, espero que os Deputados e Senadores tenham bom senso e realmente votem favoravelmente ao povo brasileiro, votem favoravelmente à classe trabalhadora brasileira.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem, muito bem.

Deixe-me só aproveitar, Valeir, que fala e representa as centrais sindicais, que têm se reunido seguidamente: quando foi suspensa a greve naquele momento, eu liguei para o Vagner, o Vagner me explicou e eu falei na TV para todo mundo que o compromisso com as centrais é, de fato, ficar em estado de alerta, vigilância permanente. E a frase que mais pegou foi aquela de que, se quiserem votar naquela semana, vai haver paralisações, vai haver greve.

Vocês tiveram uma reunião, se eu não me engano, esse fim de semana. Você poderia, mais ou menos, situar, para que a gente, neste momento, aproveite – estamos falando para todo o Brasil – para dizer que vai haver uma grande mobilização na semana em que eles quiserem votar a greve, que estão anunciando que é o dia 18.

Desde o aeroporto, eu estive conversando já com muitos servidores públicos, que garantiram que vão também parar as atividades nesse dia – e têm que parar mesmo –, mas tem que ser um movimento efetivamente global.

Eu sei que houve uma boa reunião das centrais. Podia dar um resumo da reunião das centrais.

O SR. VALEIR ERTLE – Eu sei que deu muita polêmica e a gente suspendeu a greve no dia 5, mas o que nós discutimos? A decisão da CUT, no congresso extraordinário, da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua direção e decisão da sua Executiva: é que vamos fazer a paralisação na semana ou no dia em que for votada a previdência social. (Palmas.)

Então, nós estamos em estado de alerta, esta semana vai ter mobilização no Brasil todo, todas as CUTs estaduais, as nossas entidades, as nossas federações estão fazendo mobilizações, estão indo para a base dos Deputados pressionando para que não votem favoravelmente à reforma da Previdência. Há todo um trabalho feito nesse sentido e estamos costurando com todas as centrais sindicais para fazer a paralisação e os atos no dia 18, no dia da votação.

Esse é o compromisso que a gente tem, não só a CUT como as demais centrais sindicais, de fazer a paralisação, fazer a greve no dia da votação da reforma da previdência. Está indicado que vai ser votado no dia 18, hoje está vindo para cá – eu estava lendo na imprensa – que o Governo tentará comprar, pressionar os Líderes dos partidos para começar o debate no dia 14 porque ele tem, a priori, 270 votos – precisa de mais 40 votos – para começar o debate no dia 14 para que alguns partidos fechem questão e votem favoravelmente à reforma da previdência. Mas, com certeza, nesta semana vamos ter que fazer grandes mobilizações nas suas bases de Deputados e, no final de semana, fazer um trabalho nos aeroportos. Vamos pressionar os Deputados para que não votem a reforma da previdência.

E, na semana seguinte, vamos continuar essas atividades. Se for votada realmente – e certamente nesta semana vai sair a pauta da semana que vem –, se estiver na pauta a reforma da previdência, vamos fazer uma paralisação, vamos fazer a pressão nas bases, vamos fazer trancar os aeroportos para que realmente os Deputados não votem favoravelmente à reforma da previdência. E, quando vier para o Senado, vamos fazer a mesma coisa com os Senadores.

(Soa a campainha.)

O SR. VALEIR ERTLE – Agora estamos pressionando os Deputados em função de que está lá na Câmara dos Deputados, mas todas as centrais sindicais estão fazendo esse trabalho nas bases dos Deputados porque é ali que eles recebem voto e estamos fazendo a divulgação dessa reforma em todas as bases dos Deputados para que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

realmente votem em contrário ou que não votem, para que não venha para a pauta esse tema. Que esse tema – reforma da previdência – seja fruto de um debate entre os Parlamentares, as centrais sindicais e as entidades patronais para que possam chegar a um termo que seja bom para todos e não como a reforma trabalhista em que não houve debate nenhum.

Vários pontos, várias convenções da OIT foram infringidas porque não houve um debate tripartite nesse sentido e, com certeza, a reforma da previdência não pode ser forma, só atenda a um segmento, só atenda ao mercado. Vejam o absurdo: o Governo quer economizar pontos da reforma da previdência, que é mentirosa. Você, como estava presidindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A CPI da Previdência.

O SR. VALEIR ERTLE – ... a CPI da Previdência, saiu o relatório que é mentirosa, que não tem déficit a Previdência Social. Até pouco tempo atrás fui do Conselho Nacional de Previdência Social representando a CUT. A gente sabe que não tem déficit, é superavitária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tem que cobrar os grandes devedores.

O SR. VALEIR ERTLE – Tem que cobrar os devedores.

Agora, o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parar de fazer Refis, dar anistia.

O SR. VALEIR ERTLE – Esse Governo só tira dos pobres e dá para os ricos.

Onde quer tirar dos pobres? Na questão da Previdência e ele dá R\$1 trilhão para a Shell, dá R\$1 trilhão para as multinacionais do setor do petróleo. Então, R\$1 trilhão não é nada, enquanto tem que economizar R\$40 bilhões por ano. Então, para os ricos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o setor rural, para vários segmentos empresariais, eles dão um monte de grana. Não são bilhões, não são milhões como na reforma da Previdência. São trilhões.

E tira de quem? Tira do pobre coitado, trabalhador – estamos na era escravocrata – para dar para os ricos, para quem realmente financiou esse golpe. Então, é um absurdo! Espero que a gente consiga.

Espero que, em 2018, o povo brasileiro acorde, e a gente restabeleça a democracia e eleja pessoas comprometidas com os trabalhadores, com o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem! Muito bem!

O Valeir Ertle deixou muito claro que as centrais...

Chegou agora o Alexandre, que representa também a Intersindical e vai usar da palavra neste momento.

Depois, vamos abrir ainda para algumas pessoas do plenário, três ou quatro, que queiram fazer um pronunciamento, e sempre dizendo que a Senadora Regina Sousa faz uso da palavra no momento em que entender adequado.

Então, enquanto ele está chegando, para ele poder respirar...

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Quero fazer uma pergunta. Enquanto colocam a placa, deixe-me fazer uma pergunta, porque eu não acompanhei bem essa história do pagamento da previdência pelo trabalhador.

Eu entendi que vai ter que completar, mas é só a parte dele ou é a parte dele e a patronal que falta? O que falta para um salário mínimo ele vai ter que pagar à previdência? Não ficou claro para mim lá no texto. Se algum de vocês, principalmente os advogados, que estudam mais esse negócio, souber, peço para responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Eu posso esclarecer.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Outra coisa. Eu queria aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como eu ouvi todos, se alguém quiser complementar.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Eu queria aproveitar só para dar uma informação hoje do Valor. Quando a gente faz o discurso ali dizendo que o patronato brasileiro, salvo algumas exceções, tem memória escravista e é escravocrata, tem um Senador que olha para mim com uns olhões assim, com raiva. Mas o TST acabou de condenar a Oi e uma prestadora, claro, a indenizar um trabalhador por causa da jornada. Olha só a jornada dele! Quatorze horas diárias. Ele fazia instalação de linhas telefônicas. Quatorze horas diárias, com 30 minutos de descanso, folga a cada dois finais de semana, e ainda sob regime de plantão. Quer dizer, se precisasse, ele era chamado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tinha que ficar à disposição.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – É.

Aí, o Tribunal colocou aqui que isso é dano existencial. Quer dizer, uma categoria de dano, além dos que a gente já... Foi a Turma ainda. Claro que ela vai recorrer. Mas isso é só para ficar provado que uma empresa como a Oi, que já foi grande, mas agora está pequena, fazia isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Esse é o problema.

O SR. VALEIR ERTLE – Um Senador da República pratica trabalho escravo.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Esse é o problema do nosso Congresso, porque é formado pelos patrões. Então, toda lei é feita



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para favorecê-los, porque eles têm as suas bancadas aí que eles financiaram, e essas bancadas sustentam isso.

Então, só para mostrar isso. Quer dizer, estão fazendo sem ser permitido. Se, com as fiscalizações, ainda praticam isso... Isso aqui é trabalho escravo também. Não são só as condições, não. Uma jornada de 14 horas com meia hora de descanso mata qualquer pessoa. E ainda dizem que a gente está brigando à toa, que é...

A outra questão é essa do trabalho intermitente. Todos esses empregos que eles dizem que criaram já são nessa linha do informal. Eu os ouvi fazendo referência a uma senhora que vende bolo... Ela estava desempregada, mas aprendeu a fazer bolo e foi vender bolo na esquina de uma escola. Começou vendendo um bolo, mas já vende dois. Então, já a estão considerando uma empregada. O resto é trabalho precário dessa forma também. Então, esse é o emprego novo que está surgindo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixe-me dar uma contribuição, como eu ouvi todos desde cedo aqui, sobre o trabalho intermitente.

Nós pegamos o exemplo de 17 horas. O trabalhador ganha 17 horas para trabalhar. Eu digo que ganha, mas ele perde, na verdade. Ele tem 17 horas. Um dia, duas, três, quatro... No fim do mês deu 17 horas. O empregador paga 20% sobre as 17 horas, e ele desconta na folha 8% sobre as 17 horas. Bom, o resto, para chegar ao fim do mês, tem que completar o salário mínimo.

Então quem vai pagar? Ele vai ter que pagar mais 8% sobre o que faltou. Vai dar 16%, e é o que ele vai pagar – oito mais oito são dezesseis. Resultado, com 17 horas, ganhando o salário mínimo, no fim do mês ele pega tudo o que ele recebeu e tem que pagar a previdência, mais R\$2,25.

Por isso que eu digo que tem que pagar... É trabalho escravo. O correspondente a 17 horas, ele tem que pegar mais dois, vamos arredondar para R\$3,00, tem que pegar R\$3,00 do bolso, botar ali, entregar para a previdência, senão não conta para ele para efeito de aposentadoria. É isso, Senadora. Está claro, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vamos em frente, passando a palavra de imediato para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– O empregador não, ele que tem que complementar, o empregador não paga nada. Ele tem que pagar.

O Sr. Alexandre Caso, representante da Intersindical Central da Classe Trabalhadora, está com a palavra.

O SR. ALEXANDRE CASO – Bom dia, Senador Paim, colegas de Mesa, o Alex, o Valeir, o Luizinho, todos e todas presentes, aqueles que nos assistem à distância, Senadora Regina.

Senador Paim, inicialmente quero agradecer o convite de mais uma vez abrir aqui esta tribuna para que os trabalhadores falem a verdade sobre essas reformas, sobre a reforma trabalhista, agora esse segundo round que está acontecendo, que é a medida provisória editada pelo Governo.

Nós temos uma enorme preocupação com essa medida provisória. Essa não é uma oportunidade para avançarmos, é um risco muito grande. Temos de estar vigilantes, mobilizados. E nós estamos mobilizados; as centrais sindicais na semana passada sentaram por uma mobilização total. Acabei de chegar agora do aeroporto, Senador Paim, e havia uma enorme atividade recepcionando os Parlamentares. E isso é muito importante, principalmente aqui no aeroporto de Brasília, porque todos chegam no aeroporto de Brasília.

E parabéns para quem estava lá na atividade. Eu passei tão rápido que não deu para ver quem estava ali fazendo a atividade no aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Uma salva de palmas para essa mobilização que está acontecendo em todos os aeroportos. No Rio Grande do Sul também; eles estavam hoje e vão estar também amanhã.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CASO – Muito bom.

Na semana toda, até a semana que vem, e é aquela história, se votarem, vai parar. Isso já é consenso geral.

Agora, falando um pouco sobre a medida provisória. É uma medida provisória da mentira, porque é o faz de conta que estava tentando arrumar alguma coisa.

Por exemplo, essa questão do contrato, essa zero hora da jornada intermitente que é uma das maiores preocupações que a gente tem, dentre todas as mazelas que estão no texto da reforma trabalhista. É o que o senhor dizia, Senador, o trabalhador ali é um trabalhador escravo, ele trabalha e paga para trabalhar porque ele não ganha sequer para recolher a sua parcela na previdência. Isso sem dizer que indiretamente também vai afetar de forma bastante pesada a previdência.

Senador, antes eu queria falar que a gente precisa ficar de olho nos 24 membros da Comissão Especial que vai discutir a medida provisória, essa da reforma trabalhista. É bom a gente ficar bem alerta, bem atento às bases eleitorais desses 24 membros. A gente acha que não vai ser muito diferente o debate da maneira como foi na Câmara dos Deputados na Comissão Especial, eles vão tentar atropelar, como atropelaram na Comissão Especial, e vão continuar com as mesmas mentiras de sempre.

E a gente falava da previdência, Senador Paim, de uma enorme preocupação do movimento sindical, dos movimentos sociais, ou seja, de toda a sociedade, em relação à tentativa de reforma da previdência da maneira como está colocada na PEC 287, e mais esse balão de ensaio apresentado agora pelo Governo, com total recuo, porque isso deixa muito claro: a sociedade, a classe trabalhadora não quer a reforma da previdência dessa maneira.

Aí eu queria tocar num assunto muito importante, em que, inclusive, a Intersindical Central da Classe Trabalhadora tem trabalhado bastante, desde a semana passada. E nós tiramos isto na reunião do FIDS: trabalhar a divulgação do resultado, da conclusão final da CPI da Previdência. Infelizmente a grande mídia não divulgou, não falou nada em relação... Isso, desde abril. A CPI foi instalada em abril deste ano e terminou, se



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não me engano, no dia 6 de novembro, Senador Paim, quando foram concluídos os trabalhos.

E lá eu estou estudando aquelas 304 páginas, que, de forma muito clara, desconstrói todas aquelas mentiras contadas pelo Governo, pelo Ministro da Fazenda, pelos Parlamentares da Base do Governo, que fazem, o tempo todo, terrorismo, dizendo o seguinte: "Olha, se não aprovar a reforma da previdência, o que vai acontecer é o caos nas contas públicas."

E o relatório é muito claro. O relatório aponta completamente o contrário disso. Diz que, na verdade, o problema não são as contas da Previdência, o problema são as contas... O problema é o Governo, que vai lá e abocanha a Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– E não cobra dos grandões.

O SR. ALEXANDRE CASO – E não cobra dos grandões, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Montadoras, tudo...

O SR. ALEXANDRE CASO – O relatório deixa muito claro isso. Não combate... Fala da sonegação, fala a total... Ou seja, a conclusão é a de que a Previdência tem um problema: gestão. A Previdência não tem gestão. Sequer a Receita Federal tem ideia de quanto é o valor da sonegação na Previdência Social. É um absurdo querer trabalhar, dizer que a Previdência é deficitária, e nem sequer saber apontar qual é o valor da sonegação.

Há apropriação indébita, renúncias fiscais. A forma como é cobrada a dívida da Previdência eu estava lendo e fiquei estarelecido. Há uma parte que diz que a cobrança é corrigida a juros simples e que o crédito tributário é remunerado pela taxa Selic. Isso é um incentivo para que os grandes grupos econômicos...

Ou seja, os maiores grupos econômicos, as maiores empresas do País são as maiores devedoras da Previdência. E a CPI ouviu todos eles, desde a JBS até os bancos. Ou seja,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usam de artifícios para não pagar a previdência e se beneficiam, porque existe um déficit de auditores fiscais para fiscalizar. Infelizmente, esse é um enorme problema.

Então, a Previdência não tem o problema desse suposto déficit estrutural. Isso não existe. Isso é uma mentira do Governo. Óbvio, em vez de ele ler o relatório da CPI da Previdência, está sentado com os grandes grupos econômicos e vê aquilo que interessa, de que forma interessa, para facilitar para esses grandes grupos econômicos, ou seja, para que o mercado abocanhe a previdência.

E é isso que está em jogo neste momento, porque não se justifica dizer que, se não se aprovar esse terrorismo que a gente escuta o tempo todo... E desculpe-me ser repetitivo, Senador, porque, o tempo todo, a gente escuta isto: se a reforma da previdência não passar, é o caos no País, vai ser o caos.

O caos é o Governo se manter da maneira como está, dialogando exclusivamente com o mercado, fazendo reformas que interessam exclusivamente ao mercado, trazendo esse retrocesso social através da reforma trabalhista, da Emenda nº 95 e, agora, da tentativa da reforma da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E eles ainda dizem – só para contribuir; você chegou a um bom momento – que o culpado de tudo são os sindicatos, os servidores públicos, são os trabalhadores rurais, que agora também os botaram, de novo, nessa maldita reforma aí, porque eles vão pagar 180 meses de individual, é a Polícia Civil, porque também não falam mais nas especiais, e são os professores. Veja bem a que ponto nós chegamos. Os professores – aqueles que são os agentes para fazermos a verdadeira revolução – também viraram bode expiatório dessa maldita reforma deles aí.

O SR. ALEXANDRE CASO – Ou seja, aqueles que têm o direito, que pagam a Previdência por uma vida toda e querem usufruir da sua aposentadoria, esses hoje são os privilegiados, os chamados privilegiados. Privilegiada não é a JBS, que é a maior devedora da Previdência, privilegiadas não são aquelas empresas de petróleo que tiveram agora um benefício fiscal de R\$1 trilhão em 25 anos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um absurdo. Como é que se fala e se preocupa tanto com contas públicas, mas, na hora de conceder aos grandes grupos econômicos, aos grandes empresários desse País, concede-se essa medida provisória, que é uma vergonha de um trilhão.

Mas eu queria partir para a minha conclusão, Senador, dizendo o seguinte: todos os Parlamentares, sejam do Senado, sejam da Câmara dos Deputados, mas, neste momento, da Câmara dos Deputados, têm que ter, principalmente aqueles da Base do Governo, aqueles que se comprometem a votar e que têm compromisso com o Governo de votarem favoravelmente à reforma da previdência, esses têm a obrigação de ler o relatório final da CPI da Previdência, porque trata-se de uma investigação Parlamentar em que foram ouvidos todos os devedores, foram ouvidos os especialistas e ficou muito claro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ouvimos até o Governo.

O SR. ALEXANDRE CASO – Foi ouvido, inclusive, o Governo, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E os Parlamentares, os Senadores da Base do Governo votaram, por unanimidade, concordando com o relatório.

O SR. ALEXANDRE CASO – Isso é importante dizer, Senador Paim. O relatório foi votado e aprovado, por unanimidade, inclusive com voto de Parlamentares que fazem parte da Base do Governo.

Então é obrigação. Nós vamos fazer, durante toda essa semana toda aqui, visita aos gabinetes dos Parlamentares e a nossa palavra de ordem é essa, é dizer: "Olha só, está aqui..."

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CASO – ... o resultado da conclusão final da CPI da Previdência, todos os números do debate sério estão aqui. O resto é a mídia que tem feito esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

papel, que serve ao mercado, porque é patrocinada pelo mercado e por isso que ela conta essa versão e não conta o fato".

Então, a versão está na mídia e o fato está no relatório final da CPI da Previdência. A gente vai pressionar todos os Parlamentares e falar: "Olha, o senhor tem obrigação de ler. Se não ler as 304 páginas, peça a sua assessoria, porque todo mundo tem assessoria aqui, para fazer um resumo do Relatório da Previdência e, aí, você vai se apropriar e não vai poder dizer que votou de forma alienada: "Ah, eu não sabia".

Um tempo atrás, aqui, eu chamei a Base do Governo de Base alienada e, aí, o Dr. Hugo Melo, grande companheiro, pegou e falou: "Eles não têm nada de alienados". E é verdade, ele está certo. Eles sabem muito bem o que eles estão fazendo.

Então, vai ser pressão total nos Parlamentares, nas Bases eleitorais aqui. Eu fiquei muito feliz de ver a atividade pesada, forte, agora, no aeroporto de Brasília, recebendo os Parlamentares. E é isso, se eu encontrar um Parlamentar que se comprometa a votar favoravelmente à previdência dentro do avião, olha, eu não vou conversar com a esposa do Parlamentar, com o filho do Parlamentar, eu não vou ofender o Parlamentar, mas eu vou falar em alto e bom som, vou pegar meu celular e vou gravar, no meio do avião, dizer: "Esse cara aqui, olha, ele vota contra a previdência", porque o Parlamentar que é honesto, antes de ele votar favoravelmente à reforma da previdência, ele tem que ir na Base eleitoral dele e dizer: "Eu voto pelo fim da aposentadoria. É isso que eu defendo". Isso é ser honesto. Aí, é coerente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Inclusive, no ano que vem, no ano eleitoral.

O SR. ALEXANDRE CASO – Inclusive, no ano que vem, no ano eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Peça voto dizendo que acabou com a aposentadoria do povo.

O SR. ALEXANDRE CASO – Mas, Senador, eu estou bastante confiante, depois da reunião das centrais sindicais, na semana passada. A gente vai fazer um trabalho bastante forte. Ele já está sendo feito nas bases eleitorais, em todos os lugares do País,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, conversando com os eleitores e dizendo: "Fiquem de olho em como o seu Parlamentar está se comportando ou como o Parlamentar em quem você votou está se comportando frente à reforma da previdência." Isso porque o Governo, infelizmente, Senador Paim, é capaz de tudo. A gente está confiante de que eles não vão conseguir esses votos, graças a toda essa movimentação, graças ao trabalho de V. Ex^a também, que abre aqui esse espaço para que todos nós possamos trazer a verdade, porque a gente traz a verdade.

Na semana passada, Senador, eu estava aqui e lembrava que a porta está aberta. Qualquer Parlamentar que se coloque favorável à reforma da previdência... Aliás, este é um convite bastante respeitoso a todos os Parlamentares que estão na Casa que venham agora discutir reforma da previdência conosco e coloquem a sua posição aqui, se são favoráveis ou contra a previdência e coloquem aqui a sua posição em relação às conclusões da CPI da Previdência, porque ela é que tem que ser respeitada e não a opinião de versões apresentadas na grande mídia. Então, estão todos os Parlamentares convidados para debater conosco aqui, nesta reunião sob a Presidência do Senador Paulo Paim, e apresentar os seus argumentos. Nós estamos aqui prontos para debater e para convencê-los e dizer que a previdência não é deficitária. Esse é mais um golpe na sociedade brasileira, é mais um golpe na classe trabalhadora com mais uma reforma que só traz retrocessos a este País. Aqueles Parlamentares que não conseguirem argumentar no sentido de dizer: "Olha, eu tenho uma visão diferente..." Isso não é uma questão de uma visão diferente. Está muito clara a conclusão do relatório da CPI da Previdência, mostrando, com números, com depoimentos, com depoimentos do próprio Governo, como o Senador Paim falou, ou seja, que não existe déficit na previdência. Existe um golpe desse mercado que manda no Governo e dá as cartas em cima da Base aliada.

Para concluir, Senador, uma vergonha, ou seja, o Temer, na semana passada, fez uma ameaça que não foi nem velada. Falou para os empresários: "Pressionem os seus Parlamentares dizendo: não vai ter dinheiro." Isso já virou baixaria, baixo nível. Trata-se de um Presidente golpista, que está ocupando a cadeira de Presidente e que fala abertamente aos empresários: "Comprem os seus Parlamentares, digam a eles que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão ter dinheiro se não votarem favoravelmente à reforma da previdência". É o caos, é a barbárie ouvir de um Presidente da República esse tipo de fala de baixo nível, rasa e que não é o tipo de conversa que a gente considera republicana.

Senador Paim, mais uma vez, agradeço a V. Ex^a. A Intersindical Central da Classe Trabalhadora agradece a oportunidade de estar aqui neste debate.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CASO – Quero também saudar a todos e todas presentes.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu nem sei se isso ficou escrito nos Anais da CPI. Mas houve um sindicato dos servidores públicos ligado ao Governo, na área da Receita, da Fazenda, que deu um depoimento que eu nunca mais vou esquecer, ou seja: "Sabe o que acontece, Senador? Há muitos Parlamentares que ganham dinheiro dessas empresas que são grandes devedoras e o pacto é o seguinte: eu te dou tantos milhões, mas depois você aprova lá o tal do Refis", que é um tipo de perdão da dívida.

Ele deu esse testemunho lá e disse que assumia essa responsabilidade se for preciso, inclusive denunciar. Então, veja que País é este. Foi dito lá, abertamente, que há toda uma negociata. Depois vem o perdão, e o cara se dá bem. Ganha lá 5, 6, 7, 8, 10 milhões – sei lá – para a sua campanha com o compromisso de, depois, perdoar as dívidas do cara via o tal de Refis. A que ponto chegamos! Eu tenho gravado isso lá. E ele disse: "Não, se o bicho pegar, pode me chamar que eu vou dar nomes." É isso que nós queremos.

Eu propus até uma sessão temática no plenário do Senado para discutir. Eu quero que discuta. Vamos discutir o relatório da CPI no plenário do Senado. Eles convidem quem quiserem, e nós convidamos também. Mas até agora não saiu nada.

Eu quero dar oportunidade a alguém do plenário que queira usar a palavra. Depois, nós vamos para o encerramento. Alguém?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Então, você tem cinco minutos. É bom se identificar.

A SR^a ANA LUIZA HORCADES – Bom dia a todos. Meu nome é Ana Luiza Horcades, sou auditora do Ministério do Trabalho. Bom dia, Senador Paim. Bom dia ao Plenário e às Mesas. Agradeço a oportunidade de estar aqui nesta discussão tão rica, que já deveria ter acontecido antes. Estamos, pelo menos, mesmo que depois da hora, trazendo a discussão desses temas que vão nos afetar e afetar nossos filhos, nossos netos, nossos amigos, nossos familiares.

Então, são duas pequenas observações que gostaria de fazer. A primeira é com relação a tudo que foi dito pelas Mesas, pela Dr^a Alessandra e pelo Paulo também, todas as observações que foram feitas no sentido de que ficou ainda mais claro para mim hoje, como já estava antes, que o argumento da segurança jurídica, o argumento que sempre foi dado na elaboração do texto da reforma, não faz o menor sentido. Então, após a edição da Lei nº 13.467, após a edição da MP 808, de todas essas emendas, parece-me que o objetivo é o oposto, é o de causar total insegurança jurídica e inviabilizar a própria aplicação da lei trabalhista por nós operadores do Direito do Trabalho. Então, qual é o Direito do Trabalho que vou ter a possibilidade de operar e de aplicar na prática se eu sequer desconheço o que está valendo hoje na hora do almoço, porque a última vez que eu li foi hoje de manhã? Então, realmente, o que me parece, e que já foi dito abertamente com o objetivo de acabar com a Justiça do Trabalho, é que o começo do fim é esse aqui que a gente está vendo, que a gente está tentando resistir de alguma forma.

A segunda observação é um caso concreto, porque acho que nada melhor que os casos concretos para a gente ver o que já está acontecendo a partir desses poucos dias de vigência da lei. Ontem, eu estava com um querido amigo, que é um professor de uma instituição de ensino superior que já foi citada aqui pelo próprio Senador Paulo Paim, que está demitindo em massa seus trabalhadores. Esse amigo trabalhou por 19 anos. Se ele é um professor de nível superior, é um trabalhador que se encaixa naquela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

categoria que foi uma criação da Lei nº 13.467, do trabalhador hypersuficiente. Ele tem nível superior e ganhava duas vezes acima do teto da previdência. Então, de acordo com a visão que a lei dá para esse tipo de trabalhador, ele é autossuficiente, tem total domínio sobre o seu contrato de trabalho, sabe o que está fazendo e pode responder por si próprio. A forma como esse trabalhador foi tratado na demissão foi de lixo completo. Ele chegou para dar a prova no fim do período e foi conduzido coercitivamente à sala da diretoria para assinar sua demissão, sem nenhum tipo de diálogo, sem nenhum tipo de explicação. Ele ainda argumentou: "Mas eu estou dando prova. Será que eu não posso terminar de dar a prova, aplicar a prova para os meus alunos, a quem eu ensinei o período inteiro nesses últimos 19 anos?"

"Não. O senhor não pode pegar seus objetos, seus pertences." Assinou e foi conduzido até o carro, sem ter a possibilidade de sequer pegar seus pertences.

Então, essa é a forma. E não foi o único, porque já estamos vendo na internet os relatos desses trabalhadores que estão sendo substituídos, agora, nestes poucos dias de vigência, neste primeiro mês de vigência da lei. Se isso é o que acontece com o trabalhador hypersuficiente, eu gostaria que todos refletissem sobre qual será o tratamento dado para o trabalhador da indústria, para o metalúrgico, para o operário, para o pedreiro, para o servente.

Então, realmente é um momento em que ou nos colocamos e resistimos ou, então, não vai haver mercado para os nossos filhos – e eu tenho dois pequenos –, para os nossos netos e para os nossos familiares, que já estão sendo atingidos pelos efeitos nefastos da legislação que está em vigor.

Era só a observação.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Obrigado pelo depoimento.

É o trabalho escravo, praticamente. É o desrespeito ao ser humano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SR^a ANA LUIZA HORCADES (Fora do microfone.) – É a legalização completa. Tudo que a gente trabalhou ao longo desses anos, eu tenho doze anos no Ministério do Trabalho, tudo que a gente batalhou ao longo desses anos em que a gente tinha instrumentos para combater, hoje a gente tem de olhar e ficar resignado naquele momento, nos casos concretos, porque eu não tenho mais a legislação ao meu lado, que me permite atuar em defesa de quem realmente tem de ser protegido pelo que sobrou do direito do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós lamentamos.

Eu lembro que, quando eu estive na tribuna contra essa maldita reforma, eu disse que ali estaria se travando, como foi lá atrás, no tempo da escravidão, a luta entre os abolicionistas e os escravocratas. Naquela, os abolicionistas ganharam. Nesta, os escravocratas aqui ganharam. É triste ter de dizer isso.

A SR^a ANA LUIZA HORCADES – O curioso é que a imagem do escravocrata, você imagina aquela pessoa acorrentada, analfabeta e tudo, e estamos vendo hoje ser tratado esse trabalhador que foi inclusive mantido pela MP 808, essa imagem do trabalhador hipersuficiente, absolutamente da mesma forma.

Então, estamos todos na mesma panela, virando o mesmo caldo no final das contas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Ele, lá atrás, pediu a palavra. Diga o nome e já pode falar.

Cinco minutos para cada um.

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Bom dia a todos.

Meu nome é Guilherme. Quero cumprimentar todos aqui, já conhecidos na resistência contra o golpe, contra os efeitos e as consequências do golpe. Eu normalmente venho como representante da CTB. Hoje eu não vim como representante da CTB. Eu vim como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa física, como advogado, como representante até da minha classe, que não é ouvida nas instâncias que nós temos para falar.

O Alexandre comentou que a Base do Governo seria uma base alienada. E, depois, retratou e disse que a base não é alienada. Eu concordo com ele. Acho que a base não é alienada. Ela é uma base da alienação. Ela é uma base que aliena o trabalhador, que aliena o trabalho e que tenta alienar toda a população brasileira com a sua propaganda, que vende gato por lebre. E somos obrigados a ouvir isso e tentar comprar.

É difícil trazermos atualizada qualquer tipo de manifestação aqui neste plenário, porque o golpe é multidisciplinar. Ele ataca o trabalho, com reforma trabalhista, com MP que reforma a reforma trabalhista menos de um mês depois da entrada em vigor, com o tal do grupo de trabalho para consolidar a legislação do trabalho, que foi trazido para o Ministério do Trabalho.

Agora, tudo isso se explica, Senador, com a MP que não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Tinha uma razão de ser. O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Exatamente.

Com a portaria do trabalho escravo, com a reforma da previdência, com as privatizações, enfim, o golpe é multidisciplinar e a resistência se divide em inúmeras frentes de batalha, que prejudica e nos deixa até um pouco espantados com como nós vamos reagir, como nós vamos resistir a esse processo de desestabilização do povo brasileiro como um todo.

Como advogado – e aqui eu falo também pelo meu colega Leandro e por outros que tiveram a mesma iniciativa –, nós ficamos um pouco espantados com o silêncio, com a letargia e com a timidez inexplicáveis do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que, ao contrário de algumas outras instituições, como a Anamatra, como a ANPT, como o próprio MPT, como a DPU e o Sinait, tomaram uma posição de pronto contrária ao processo de perda dos direitos do trabalho com relação à reforma da previdência e com relação a outros processos prejudiciais ao trabalhador no Brasil. E



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nós tivemos uma iniciativa de fundar um movimento independente dos advogados e das advogadas pela cidadania, e estamos promovendo alguns estudos e algumas manifestações contrárias a esses inúmeros processos prejudiciais ao povo brasileiro, especialmente ao povo trabalhador.

E, por isso, Senador, nós elaboramos uma nota de repúdio à portaria do trabalho escravo, a Portaria 1.129, de 3 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho, e alguns colegas assinaram e subscreveram, e nós gostaríamos de entregar ao senhor para que, se o senhor concorde, subscreva também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vindo de você, já posso dizer que vou subscrever, porque eu sei do teu compromisso com essa luta, é militante do povo brasileiro e de direitos humanos.

O SR. GUILHERME DA HORA PEREIRA – Obrigado.

Era basicamente essa a fala do momento, não como representante da CTB, mas, sim, como advogado, porque nós precisamos de reverberação. A nossa classe dos advogados e das advogadas, em sua maioria, não concorda com esse processo, e nós não estamos encontrando lugar de fala dentro dos nossos órgãos de representação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas aqui, com certeza, toda vez que vier, a palavra está assegurada. (Palmas.)

Alguém mais?

A senhora, por favor.

Se alguém aqui da Mesa também quiser complementar, fique à disposição.

A SR^a MÔNICA DUAILIBE – Senador, veja bem, o que eu vou falar é uma reflexão, que, na verdade, inclui a reforma trabalhista e a reforma previdenciária.

Eu sou auditora-fiscal há 22 anos. Então, os últimos 22 anos eu passei a minha vida toda visitando escolas, fábricas, bancos, empresas de ônibus, ou seja, os locais de trabalho no Brasil, mais especificamente no Maranhão. Então, eu conheço o mercado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de trabalho e sei que os meus colegas aqui também conhecem, que é a nossa atividade ali diretamente com os trabalhadores.

E quando a gente fala nessa reforma da previdência, em aumentar a idade mínima das mulheres para 62 anos e a idade mínima dos homens para 65 anos, e o tempo de contribuição mínimo de 25 anos, isso para que os trabalhadores recebam o salário mínimo, 25 anos de contribuição, a pergunta que me vem na cabeça, e eu acho que vem imediatamente é: onde as pessoas irão trabalhar? Eu acho que ninguém...

Está certo, então vamos supor que as pessoas aceitem, considerem que seja essa a sociedade que nós queremos: uma sociedade na qual os homens trabalham até 65 anos e as mulheres trabalhem até os 62, no mínimo. A questão é: onde as pessoas vão encontrar trabalho? Eu queria saber. Afinal de contas, eu desafio aqui, lembrem, façam uma reflexão, lembrem dos últimos trabalhadores que vocês encontraram com mais de 60 anos.

Duvido que vocês encontrem em uma loja, em um comércio, em um banco, alguém a partir de 60 anos, Senador, com mais de 55. Mas vamos colocar 60.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Só para te ajudar, mas não te preocupa. O Temer disse que vamos viver até os 140 anos.

A SR^a MÔNICA DUAILIBE – Nós vamos viver, como o Temer quer, 140 anos, trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Só para descontrar.

A SR^a MÔNICA DUAILIBE – ... sabe como, Senador? Como ambulantes, porque é isso que estamos criando. É uma sociedade de vendedores e de vendedoras ambulantes, miseráveis, trabalhando literalmente no meio da rua, porque trabalho nós não vamos ter, e trabalho decente menos ainda.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E aí você junta uma reforma previdenciária dessa com uma reforma trabalhista que precariza o que ainda tem de formal no mercado de trabalho brasileiro.

Pelo amor de Deus, gente. Onde é que nós estamos? Que tipo de sociedade nós teremos daqui a 10 anos. Eu gostaria de saber onde os nossos homens, os senhores com mais de 60 anos vão trabalhar. Quero saber se vamos ter trabalhadores com mais 60 anos na construção civil. Eu quero até encontrar.

Quero ver trabalhadores com mais de 60 anos nas fabricas, nas indústrias brasileiras – no que ainda restar de indústria no Brasil –, quero ver senhoras trabalhando como copeiras, como faxineiras, como garis com mais 60 anos. Não vão encontrar trabalho, nós não vamos encontrar isso porque não existe esse trabalho. Esse trabalho não existe.

Vai existir o médico trabalhando com mais de 60 anos, você vai encontrar um advogado trabalhando com mais de 60 anos, um economista você vai encontrar. Mas a grande massa de trabalhadores brasileiros não vai encontrar trabalho. Essa é a grande questão.

Vamos nos tornar uma grande sociedade de vendedores ambulantes, um mercado totalmente de informais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Só que não vai ter para quem vender porque não tem dinheiro circulando.

A SR^a MÔNICA DUALIBE – A gente vai ver a sociedade miserável que nós estamos plantando. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Parabéns. (Palmas.)

Vamos ouvir o Valeir e, em seguida, o Luiz.

O SR. VALEIR ERTLE – Um ponto que eu esqueci de falar é a pressão que toda mídia fez e está fazendo em cima do Poder Judiciário Trabalhista. A pressão que há é a ameaça





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de acabar com a Justiça do Trabalho, o que é um absurdo. O mundo inteiro está colocando a Justiça especializada e toda essa pressão existe em cima dos juízes.

Toda mídia está fazendo. A própria CNT fez um formulário de como denunciar o Juiz do Trabalho que não aplique – contra a reforma trabalhista –, para denunciar para o CNJ.

É um absurdo o que a mídia tem feito, as pressões que vemos no dia a dia, o que está sendo feito contra os Juízes do Trabalho. Inclusive, Juízes que escrevem contra, que se posicionam de forma contrária à reforma trabalhista, ao golpe. Recentemente, houve três juízes que se posicionaram contra o golpe, que escreveram e estão sendo denunciados no CNJ.

Enquanto o Relator, um cara que apoiou o golpe, que foi para rua, escreveu, apoiou o golpe, ele pode. Então, apoiar o golpe pode, agora se contrapor ao golpe, isso no Brasil, Paim... Mas é claro, é estado de exceção. Em estado de exceção pode tudo.

Nós vivemos em estado de exceção. Esperamos que restabeleçamos a democracia em 2018, esperamos que não continue em estado de exceção.

Esse golpe é continuado. Está sendo discutido, está-se tentando viabilizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Exato, não termina aqui. Eles vão...

O SR. VALEIR ERTLE – A CUT sempre falou: "Esse golpe é contra a classe trabalhadora. Esse golpe é para retirar o direito dos trabalhadores". Tudo que a CUT sempre disse e que as demais centrais sindicais falavam aconteceu.

Imagem, em pouco tempo uma reforma drástica foi feita no Brasil. A própria ONU escreveu que nunca um país teve a ousadia do Brasil de retirar tantos direitos de trabalhadores.

Foi a toque de magia, porque o Relator apresentou o seu relatório, e nem sequer os Deputados sabiam o que estavam votando...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Porque não foi discutido na Comissão.

O SR. VALEIR ERTLE – Em dois dias foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– A Comissão discutiu sete artigos. Apareceram 117 no plenário.

O SR. VALEIR ERTLE – Todo o debate que fizemos, e disseram que nós fizemos um amplo debate na sociedade, todos nós, eu participei de várias audiências públicas, vocês participaram de várias audiências públicas, discutindo sete artigos da CLT, mas eles viraram 117, 238 artigos. A partir dali que teríamos que fazer um debate público sobre a reforma trabalhista. Mas ela foi votada a toque de caixa. Em dois dias, na forma de urgência, urgentíssima, votaram e veio para Senado, quando houve mais tempo, quando se conseguiu fazer um debate com toda a pressão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Mas não se mexeram em uma vírgula.

O SR. VALEIR ERTLE – Não mudou nada. Os Senadores se viram insensíveis e todo aquele acordo, entre aspas, da bendita medida provisória que saiu no dia seguinte, saiu quatro dias depois de entrar em vigor a contrarreforma trabalhista...

Então, espero que... A gente sabe que este golpe, infelizmente, tem chancela do Poder Judiciário, tem chancela do STF. A maioria dos Ministros do STF é golpista. Com certeza têm vários pontos que são inconstitucionais, que o Juiz do Trabalho não tem que aplicar realmente essa reforma. Mas todos os Juízes do Trabalho, tanto em primeira instância quanto em segunda e terceira instâncias têm que analisar as questões constitucionais da reforma, as questões convencionais que o Brasil ratificou, as convenções da OIT. Todo o juiz tem a obrigação, tem o dever de cumprir... É obrigado a verificar todos esses pontos da reforma, todos que são arguidos ele é obrigado a decidir sobre eles. E toda a pressão... O juiz não pode entrar nessas questões. Isso é papel do STF.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O STF está legislando todo dia. O STF não cumpre o seu papel, que é o de resguardar a nossa Constituição, muito pelo contrário, ele desmonta a lei brasileira. Em vários pontos da legislação trabalhista, diga o Sr. Gilmar Mendes, que é um dono de escola, ele decide sobre a questão das escolas. Recentemente, houve uma decisão dele, inclusive monocrática, na qual ele tinha que se julgar incompetente para o caso.

No Brasil é uma vergonha. Os Ministros do STF decidem absurdos todos os dias. Quem controla os Ministros do STF, Paim? Qual o controle que têm os Ministros do STF no Brasil? Eles são os deuses. Eles são todos soberanos. Deus no céu e eles aqui na terra. É um absurdo. Temos que urgentemente debater uma reforma do Judiciário. Nosso Judiciário é podre, é corrupto. Nós vemos como se vendem, sabemos os preços que têm as sentenças, sabemos a roleta-russa que existe no STF, sabemos por que todas as ações do PSDB caem com o Gilmar Mendes. Quem conhece o Judiciário sabe como é a roleta-russa em todo o sistema judiciário brasileiro. Quando vai ser discutido isto? Quando um Senador da República vai à tribuna levantar todas essas questões? Temos que fazer um debate sério sobre isto. O Judiciário é podre, é corrupto. Ele tem que ser reformado. Ele ganha milhões de reais e acha que é normal ganhar dez vezes o teto da Previdência Social.

Quando começou a discussão do teto, vários Senadores e Deputados ficaram acuados. Começaram a discutir, veio a pressão dos juízes, dos procuradores e recuaram, porque dizem que são eles que decidem vários pontos, então tem uma pressão, as forças ocultas deles são muito fortes. Mas temos que fazer um debate sério. Temos que reformar o Poder Judiciário brasileiro, porque ele é podre, é corrupto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agora com a palavra...

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Lucas, sou Auditor-Fiscal do Trabalho e estou aqui, junto a outros colegas Auditores Fiscais do Trabalho, em nome do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho).

A minha fala é só para tentar puxar o gancho de algumas falas da mesa, para tentarmos entender um pouco sobre essa "inteligência", que está por trás dessas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reformas, dessa MP, dessa contrarreforma na verdade, porque, ao mesmo tempo em que a medida provisória e a reforma trabalhista sugerem e promovem um modelo de trabalho no Brasil, como, por exemplo, o trabalho em jornada exaustiva, que é muito sugerido e promovido pela reforma trabalhista, ao mesmo tempo em que isso acontece, o Ministério do Trabalho edita uma portaria, a Portaria nº 1.129, que retira a jornada exaustiva da definição de trabalho escravo.

Ou seja, a definição de trabalho escravo, já consagrada na legislação brasileira, já consagrada no art. 149 do Código Penal, a definição de trabalho escravo, que contém a jornada exaustiva, como um dos seus elementos definidores... A portaria, de forma equivocada, porque uma portaria não pode revogar uma lei, passa por cima de uma lei, retira jornada exaustiva e a degradância dos elementos definidores de trabalho escravo e, ao mesmo tempo, a reforma trabalhista e a Medida Provisória nº 808 promovem o trabalho em jornada exaustiva.

Então, o que temos, na verdade, é um risco e um perigo muito grande. É um risco de a gente estar promovendo no Brasil, neste momento, o trabalho em condições desumanas, um retrocesso social em situações em que já tínhamos superado, estávamos no caminho de um combate bastante eficiente, através das fiscalizações do Ministério do Trabalho.

Nesses últimos 20 anos, foram 54 mil trabalhadores resgatados da condição análoga de escravo. Então, são muitos trabalhadores. É maior do que a população de muita cidade brasileira.

Então, ao invés disso, caminhamos inversamente. Estamos indo na contramão da história. Desqualificamos o conceito de trabalho escravo, retirando jornada exaustiva e condições degradantes da definição de trabalho escravo e, ao mesmo tempo, promovemos o trabalho em condições degradantes, em condições exaustivas, em jornadas exaustivas, através da MP e da reforma trabalhista.

Isso é um erro muito grande. E essa inteligência por trás da reforma, da Portaria, da reforma trabalhista e da previdência e também de outras reformas que estão em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão aqui no Congresso e no Poder Executivo representa um verdadeiro risco de retrocesso social no Brasil.

Era isso que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem.

Dr. Luizinho, agora, por favor.

O SR. LUIZ AZEVEDO – Eu queria, de novo, aproveitar essa oportunidade, para me dirigir aos aposentados do Brasil.

Os aposentados olham e dizem: "Mas eu já estou aposentado. O Governo disse que está fazendo uma reforma da previdência, porque a previdência está quebrada. Então, é melhor que faça."

O aposentado fica olhando e não sabe bem o que está acontecendo. Eu, como aposentado, queria dizer para vocês o seguinte: que está provado pela CPI, comandada aqui pelo nosso Senador Paim, que a previdência não está quebrada, mas ela pode ficar, se se aprovar a reforma trabalhista integralmente, com tudo, se se continuar implantando a reforma trabalhista e aprovar a reforma da previdência. Vou dizer duas razões: primeiro, com a reforma trabalhista, tal qual foi aprovada, com os contratos precários, vai cair o recolhimento da previdência. Portanto, a solidariedade intergeracional, em que os jovens trabalham e financiam o pagamento de quem se aposentou, vai-se romper.

Segundo, se se aprovar a reforma da previdência, vai ser pior ainda, porque, vendo que ele vai ter de pagar e a dificuldade que ele vai ter reunindo 25 anos de contribuição, o desconto que vai sofrer porque ele tem os 15% dos 40, para completar os 40, mais o da idade, ou seja, a queda no valor do benefício será tamanha que o indivíduo vai falar assim: "Eu vou fazer de tudo para sonegar e não pagar a previdência." Portanto, vamos ter também um impacto no financiamento da previdência. Então, há duas reformas que vão transformar uma previdência que não é deficitária em uma previdência deficitária. E vão provocar uma pressão para reduzir o seu benefício, aposentado. O seu benefício



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vai ter um impacto maior, imenso; ele vai ser congelado e vai ser cada vez mais reduzido, porque não haverá recursos, caso se aprove a reforma da previdência e caso essa reforma trabalhista continue sendo implantada como está sendo.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem, Luiz.

Alexandre, por favor.

O SR. ALEXANDRE CASO – Senador Paim, só para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– É mais um bate-papo de encerramento, Senadora.

Depois a gente encerra e vamos para o plenário.

O SR. ALEXANDRE CASO – Só para complementar, os golpistas adotaram como estratégia demonizar todos aqueles que se colocam contra qualquer tipo de reforma. Então, eles atacam os sindicatos, as centrais sindicais, o juízo do trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Os Parlamentares que são contra as duas reformas!

O SR. ALEXANDRE CASO – Exatamente, Senador. Aliás, há o ranking dos bons Parlamentares, mas é o inverso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– É o inverso.

O SR. ALEXANDRE CASO – É daqueles que apoiam as reformas que retiram direitos dos trabalhadores.

Lembro que a Anamatra realizou uma jornada para fazer o debate sobre enunciados com juízes, procuradores do trabalho, com advogados, com a inspeção do trabalho, ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, com todos aqueles que interessam discutir a Lei 13.467, que é esse enorme retrocesso. Esse é o fato, Senador Paim. A versão é que a mídia saiu dizendo por aí que os juízes estão se rebelando contra a reforma trabalhista a ponto de – não sei se foi o Alex ou o Valeir que lembrou agora – que a CNT orientou que o juiz que não aplicasse o novo texto da reforma trabalhista fosse interpretado no Conselho Nacional de Justiça. Isso é um absurdo.

Ontem eu via no YouTube – eu não tinha visto ainda – a entrevista da Monica Iozzi, que foi processada pelo Ministro Gilmar Mendes em relação a um comentário que ela fez, porque ele em uma decisão colocou aquele crápula, estuprador, aquele Abdelmassih, que estuprou inúmeras mulheres da forma mais covarde possível, em liberdade. E a Monica Iozzi fez um comentário como mulher, principalmente como mulher – inicialmente como mulher, mas qualquer cidadão, não precisa ser mulher para se indignar em ver um homem desse na rua –, e ela foi processada. Ela dizia que o Ministro Gilmar tentou um acordo, dizendo: "Você retira, faz uma retratação". Então, parabéns à Monica Iozzi! Ela disse: "Não retiro, não. Nem que eu perca o processo, eu vou até o final". Ela perdeu o processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns a ela! Palmas à resistência da Monica! (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CASO – Para concluir, Senador, quero ser solidário ao Valeir, que está aqui. A gente tem de ter liberdade para falar. Muitas das coisas que a gente está falando aqui são muitas coisas que a gente vive também.

Ontem foi reprisado aquele filme Tropa de Elite 2, que fala muito sobre o Rio de Janeiro, mas fala muito sobre a política e a verdade da política. Tudo que o filme falou está acontecendo no Rio de Janeiro. O Governador está preso, o Presidente da Câmara foi preso, existem milícias no Rio de Janeiro. Eles disseram que o problema eram os traficantes. Entraram e tomaram o morro, mas por quê? Porque as milícias queriam tomar o lugar dos traficantes.

Não estou defendendo o traficante, não. Estou falando que saiu um marginal, entrou outro – muito pior, porque aí é o Estado que está lá, com os marginais do Estado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aquele filme Tropa de Elite foi muito feliz, e parece que ele sabia tudo que ia acontecer.

Agora, para concluir mesmo, Senador...

O SR. VALEIR ERTLE – Mas já era assim.

O SR. ALEXANDRE CASO – Já era assim. Inclusive o Ministro Torquato fez um comentário que foi muito rechaçado quando se dirigiu à Polícia Militar do Rio de Janeiro. Há muita coisa aqui no Brasil que a gente sabe, mas, quando a gente fala, ou a gente é processado ou vai para a cadeia – a gente, que não deve absolutamente nada, mas não pode falar. Todo mundo sabe onde tem corrupção, todo mundo sabe onde tem coisa errada, mas, como somos cidadãos normais e não temos nenhum tipo de proteção, acabamos, infelizmente, indo para a cadeia.

Concluo, Senador, dizendo o seguinte: esta semana é uma ofensiva e a próxima semana é uma ofensiva...

(Soa a campanha.)

... contra a reforma da previdência. Mentirosos, golpistas, aqueles que defendem a reforma da previdência em cima do argumento de que a previdência é deficitária! Isso é de uma maldade...

Para discutir a previdência social, para discutir a seguridade social, nós temos de discutir o todo, que é aquilo que foi discutido na CPI da Previdência. E quero deixar muito claro, Senador: só não foram divulgados nem a CPI, nem o andamento das 31 reuniões da CPI, nem aqueles que foram ouvidos, os depoimentos e as conclusões porque não interessa aos grandes grupos econômicos, e os grandes grupos econômicos bancam a grande mídia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CASO – E a mídia não vai falar, ela vai falar o contrário todo dia no jornal das 8h, no jornal da meia-noite, no jornal das 7h da manhã. O que a gente vai ouvir é que a previdência está quebrando o País.

Golpistas, mentirosos não passarão! O ano de 2018 está aí e nós vamos breçar esses caras. Eles não voltam mais para o Parlamento – nem para o Senado, nem para a Câmara. Se votar, a gente vai parar.

É isso aí.

Um abraço da Intersindical. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Muito bem. Muito bem.

Eu queria, concluindo a nossa reunião de hoje... Nós temos aqui um minirrelatório, mas é tanto trabalho que só o minirrelatório já tem umas 20 páginas; e o relatório principal, que você me mostrou antes, tem mais de 50 páginas. Na verdade, é um resumo dos trabalhos desta Subcomissão.

Mas antes, Valeir, eu queria lembrar a todos a denúncia que você fez aqui, da maior gravidade também, em relação aos ministros do Supremo, e lembrar a todos da importância da democracia. Se existem Deputados Federais corruptos e malandros e picaretas e traíras, porque fazem um discurso lá e vêm aqui e votam o povo, eles foram colocados aqui pelo voto. Se existem Senadores que têm essa mesma prática, eles foram colocados aqui pelo voto. E se existe ministro do Supremo, veio do Executivo e o Congresso é que decidiu quem tinha que ir para lá.

Nós temos que valorizar muito o voto, para que tenhamos um Presidente decente, porque esse é indecente; que não indique figuras que estamos vendo aí hoje. E um Congresso decente, também, porque neste, sem sombra de dúvida, a maioria é indecente. O ano de 2018 é a marca. Eu sempre digo que é tão fácil votar, não é? É só pegar o título, ir ali e apertar um botão. Mas vote em pessoas, homens e mulheres, que vão te representar no Executivo, que vão te representar no Legislativo e, por



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

consequência, vão indicar os ministros do Supremo. Passa pela mão do Legislativo e do próprio Executivo.

Então, é fundamental que a gente acompanhe – essa foi a linha aqui de todos os que falaram – o voto de cada Parlamentar na reforma da previdência. O Executivo, a gente já sabe: é um submundo. É um submundo, mas tudo indica que vamos ter que viver com esse submundo. Ninguém tem dúvida: a expressão que a população mostra é que é uma roubalheira generalizada, tanto que não tem 2% de apoio da população. Acho que nunca vi, em país nenhum, alguém com 1% ou 2% querer fazer reformas como essa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Colocaste bem: é a margem de erro. Vai ver que vai dar zero. Ainda querem fazer reformas como essa, e tudo que estão fazendo, essa história de R\$1 trilhão para petroleiras internacionais. Tentou vender a Amazônia, o que foi colocado aqui. O trabalho escravo querem legalizar via uma portaria. O Ministro veio aqui, nós o convocamos. Não explicou! Não explicou nada da jornada exaustiva e trabalho degradante. Não explicou nada, nada, nada.

O SR. VALEIR ERTLE (Fora do microfone.) – Imagine nas demais empresas. Se na Oi tem, imagine nas demais empresas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – No fim colocamos: "mas isso é trabalho escravo, Ministro". Não conseguiu explicar. Mas eu queria, por uma questão de justiça, só dessas quase 15 folhas, pelo menos as 13 iniciais, eu para terminar aqui:

Balanço da subcomissão do Estatuto do Trabalho. A Subcomissão do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal – Senadora Regina, nossa querida Presidenta – foi criada e instalada no dia 09/08 de 2017, nos termos do RDH nº 83, de 2017, de autoria deste Senador e de outros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Subcomissão é composta por três membros titulares e três suplentes. Titulares: Senador Paulo Paim, Senador Valdir Raupp e Senador Telmário Mota. Suplentes: Senadora Angela Portela, Hélio José e João Capiberibe.

Objetivo da Subcomissão: construir uma proposta do Estatuto do Trabalho.

Apresentação do anteprojeto: o anteprojeto a gente quer entregar à sociedade no fim de abril, para que seja discutido no dia 1º de maio de 2018, vencendo assim a primeira etapa do trabalho. Em seguida, se iniciará a discussão do âmbito do projeto e a finalização do projeto, que será apresentada pela Comissão de Direitos Humanos, dando início, então, à tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei do Estatuto do Trabalho, que nós pretendemos entregar a todos os candidatos a Presidente, e a quem quiser que for candidato a Deputado Federal ou Senador, para que se comprometa com essa proposta.

O novo Estatuto do Trabalho será elaborado de acordo com os fundamentos do Estado Democrático de Direito: a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, como contraponto às recentes alterações legislativas, sobretudo à Lei nº 13.467, de 2017, conhecida como a contrarreforma trabalhista e alterada pela Medida Provisória nº 808, que só piora. Um verdadeiro Estatuto do Trabalho deve refletir a atual realidade do mercado, inclusive novas formas de trabalho nas relações trabalhistas, sem, contudo, deixarmos de observar os fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no art. 1º da Constituição Federal, que inclui em igualdade de condições valores sociais do trabalho e da iniciativa privada.

A proposta que ora se busca construir deve ser capaz de conferir maior segurança jurídica aos empregados e empregadores, propiciando assim uma melhor significativa nas relações trabalhistas, preservando e dando efetividade aos direitos e garantias fundamentais esculpidos na lei maior.

Os norteadores constantes nessa tarefa serão o fortalecimento das instituições; a democratização do acesso ao mercado de trabalho; a facilitação do acesso e da permanência da pessoa com deficiência, idoso, jovem, entre outros segmentos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalmente protegidos; bem como o combate a qualquer forma de discriminação no ambiente laboral, protegendo o trabalho da mulher, sobretudo o da gestante e da lactante, na busca incessante da qualidade e igualdade no trabalho.

Na discussão com entidades e com a sociedade civil para consecução do seu fim, a Subcomissão está realizando um ciclo de audiências públicas, ouvindo as entidades que atuam no mundo do trabalho, centrais sindicais, federações, confederações, sindicatos de empregados e de empregadores e de toda a sociedade, para não fazer o que eles fizeram. Eles fizeram um instrumento só do empregador. Nós aqui vamos ouvir todos democraticamente, com o objetivo de estender o debate em todas as regiões brasileiras, por meio de audiências, de investigações, de reuniões de caráter regional. Serão realizadas diligências, uma em cada região do País, no mínimo.

Terminando praticamente, outros meios poderão ser articulados, como sessão especial em plenário; programas especiais na TV Senado, na Rádio Senado, no sistema de comunicação da Agência Senado; encarte numa edição especial do Jornal do Senado; entrevistas coletivas para os meios de comunicação que temos ao nosso alcance, principalmente via internet. Sabemos que teremos dificuldade, como estamos tendo já com a previdência, na chamada grande mídia. As audiências e diligências serão públicas e receberão sugestões permanentes e críticas dos cidadãos por meio de interação, como o e-Cidadania, o Alô Senado e demais instrumentos de comunicação, também deixando à disposição o nosso gabinete.

Senador Paulo Paim, Relator desta Subcomissão.

Grupo de Trabalho.

Foi composto um grupo técnico para auxiliar nos trabalhos da Subcomissão e também desta relatoria. O grupo coordenado pela assessoria do gabinete e desta Comissão é composto por diversas entidades com atuação na área do Direito do Trabalho a saber. Participam desse grupo de trabalho – serão aqueles que vão redigindo a primeira versão, que naturalmente depois será somente colocada em votação e apresentada oficialmente num amplo debate com toda a sociedade: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Ministério Público do Trabalho (MPT),





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho (ALJT), Centro de Estudos Sindicais e Econômicos (Cesit) Unicamp e naturalmente todas as entidades sindicais. E a todas as entidades sindicais nós nos referimos naturalmente às centrais, confederações, federações e todas as outras.

Audiências públicas já realizadas. A Subcomissão realizou, desde agosto, 12 audiências públicas. A primeira, em 9 de agosto de 2017, foi destinada à instalação da Subcomissão, à eleição do Presidente e do Vice-Presidente e à indicação do Relator. E fui este Relator, atendendo o pedido de todos, inclusive da nossa querida Presidenta, já que nós entregamos aqui o pedido para instalação desta Comissão.

As demais audiências realizadas em seguida debateram os seguintes temas:

- 8/8, o Estatuto do Trabalho;
- 29/8, experiências internacionais de codificação do trabalho;
- 11/9 (tudo em 2017): "Princípios da OIT e da Constituição para o trabalho".
- 25/9: "Princípios Basilares para um Estatuto do Trabalho e Princípios da CLT".
- 29/9: "Normas Gerais de Tutela do Trabalho", em especial a iniciativa do Ministro do Trabalho de elaboração de uma nova CLT, que conseguimos reverter, quando ele montou lá uma comissão, com o mesmo objetivo desta. Mas isso aqui foi revertido, e ele acabou revogando aquela portaria. Só estamos esperando – e foi o pedido que fizemos a ele aqui, na semana que passou – que ele também revogue aquela portaria que trata do trabalho escravo.
- 16/10: "Formas inaceitáveis de trabalho (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente e outras)" e a desigualdade por raça, por cor, por preconceito, por etnia, por gênero, enfim...

A questão, claro, especificamente, nós debatemos muito por que é que a mulher, na mesma função, tendo a mesma capacidade, ganha um salário menor do que o homem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há até um projeto, do qual sou o Relator, está pronto para ser votado no plenário, com a devida multa, quando comprovados esses casos.

- 27/10: "Tutela Necessária do Meio Ambiente do Trabalho (saúde e segurança)".
- 06/11: "O Estatuto do Trabalho: Uma lei para todos".
- 20/11: "Tutela Necessária dos Segmentos Constitucionalmente Protegidos: Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Idosos, Negros e Índios".
- 27/11: "Formas de Trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário".
- 11/12: "Normas Gerais de Tutela do Trabalho", com foco nas alterações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promovidas pela Medida Provisória nº 808, de 2017.

Bom, aqui eu resumi, porque aqui, agora, vêm detalhes de cada audiência pública.

Nós fizemos questão de dar esse resumo, aqui, mostrando que nós não vamos, em hipótese nenhuma, aprovar aqui o Estatuto do Trabalho, sem que haja um grande entendimento, um tipo de grande concertação nacional, um grande pacto nacional, ouvindo a todos. Mas a todos mesmo, inclusive os empresários que estão nos ouvindo neste momento, porque, às vezes, reclamam. Nós convidamos, mas não vêm. Nós convidaremos também os empresários, para vir aqui debater o novo Estatuto do Trabalho.

E pretendemos, claro, com certeza até o fim deste ano, que ele esteja redondinho, prontinho, tramitando, mas para votar só em 2019, porque eu não confio em dar para votar ao Congresso que está aí. E, naturalmente, que vá para a sanção, parar nas mãos do novo Presidente da República, porque eu tenho uma esperança muito grande de que seja um democrata, de que seja um homem que tem história, que tenha compromisso com os trabalhadores do campo e da cidade, e com o meio ambiente, com o desenvolvimento sustentável, que combata todos os preconceitos, que tenha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma visão de País, de Nação, numa linha humanitária. Um Presidente a quem nós possamos apresentar essa proposta e que possamos vê-la sancionada.

Calcule – eu dizia, lá em Porto Alegre, e vou dizer aqui –, com este Presidente que está aí, se nós teríamos aprovado e diríamos que hoje é lei o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Claro que não, porque garante política de cotas – só como exemplo – nos locais de trabalho para as pessoas com deficiência, e eles estão com um projeto, no plenário, para querer derrubar amanhã. Amanhã. Nós já trancamos três semanas. Mas vamos fazer de tudo para que eles não tranquem, para a pessoa...

Só nessa área, a primeira que eles querem passar, há cerca de 400 mil pessoas com deficiência que trabalham. Poderão ser todos demitidos.

Por isso, a maldade, a sacanagem, o banditismo, a covardia...

Eu disse no plenário: atirem em mim então. Por que vão atirar em pessoas com deficiência? Tenham coragem, atirem num Senador. Vão atirar nas pessoas com deficiência? A gente sabe o brilho dos olhos da pessoa com deficiência no momento em que ela começou a ter o direito ao trabalho, a ter o direito de estar na escola inclusiva. E agora, de uma hora para outra, eles começaram a querer retirar isso. Mas vamos fazer o bom combate aqui dentro. Eu estou esperançoso.

Calculo o Estatuto do Idoso, se é num Governo como este que está aí, nós teríamos aprovado?

O SR. VALEIR ERTLE (Fora do microfone.) – Mas idoso é com 140 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É. Agora é 140 anos.

O Estatuto da Igualdade Racial, em que ninguém pode ser discriminado pela cor da pele ou pela etnia, teríamos aprovado? A Lei Maria da Penha, Senadora Regina, teríamos aprovado? Claro que não. A política do salário mínimo, de inflação mais PIB, questões que foram fundamentais das centrais teríamos aprovado? Claro que não.

O SR. VALEIR ERTLE (Fora do microfone.) – Já revogaram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Eles estão revogando tudo. O que vai sobrar?

Por isso, nós temos esperança de que esse estatuto reconstrua, principalmente, os avanços no campo social e de que tenhamos um Presidente decente porque este sinceramente, eu digo em todo lugar e repito aqui, é um Governo indecente e de uma maioria oportunista, uma maioria eventual também indecente, que está fazendo isso que nós vimos até o momento e que quer acabar com o direito à aposentadoria do povo brasileiro.

Nós vamos resistir. Com certeza, vamos resistir. Eles não haverão de passar essa reforma da previdência. No próximo governo eleito, a primeira coisa que o povo brasileiro tem que pedir é: "Revogue essa reforma trabalhista que vocês infelizmente aprovaram." Eles aprovaram.

O SR. VALEIR ERTLE (Fora do microfone.) – A entrega do pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS)
– Eu dizia outro dia que, se nós começarmos aqui, vamos mostrar tudo o que eles acabaram, até Bolsa Família, até remédio, Farmácia Popular. Acabaram também com o Samu. Todos os institutos estão chorando emendinha de Parlamentar porque não têm mais como se manter. Todas as universidades nessa área... A saúde nem se fala.

Noutro dia, num pronunciamento que fiz com muita gente presente, eu perguntei de uma iniciativa positiva, de um programa deste Governo, de um programa decente. Ninguém soube responder. Havia 5 mil pessoas lá. Digam uma. Se houver, gritem uma iniciativa pelo menos. Agora depois eu disse: os negativos. Aí foi um grito geral. Aí foi um grito geral. Cada um dizia uma coisa, Ciência sem Fronteiras, Mais Médicos, Prouni.

Este País ainda vai dar certo porque o povo brasileiro não merece este Governo e vai eleger um Congresso decente e um governo decente e, a partir daí, um Supremo Tribunal Federal que esteja à altura do povo brasileiro.

Um abraço a todos vocês. Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Feliz Natal e um bom início de ano, sem reforma da previdência.

(Iniciada às 09 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezessete horas e dois minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, José Pimentel e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 23/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater o Futuro do Mercado Imobiliário no país e a necessidade de desenvolvimento social. **Participantes:** Sr. Júlio Cesar Peres, Diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – Sinduscon-DF; Sr. Paulo Roberto de Moraes Muniz, Presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI/DF e representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA; Sr. Hermes Rodrigues de Alcântara Filho, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Distrito Federal - CRECI-DF; Sr. João Teodoro da Silva, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI. Sr. Paulo Octávio, Empresário do setor imobiliário e Ex-Governador do DF. O Senhor Presidente concedeu a palavra ainda ao Sr. Rodrigo Barreto, Presidente da Associação dos corretores de imóveis do Distrito Federal e ao Sr. Geraldo Nascimento Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do DF. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José



Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/12/07>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

